UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONA (UFAM)
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

UMA OUTRA PAZ SERIA POSSÍVEL? PROCESSO E NEGOCIAÇÃO PARA O ALCANCE DA PAZ EM MOÇAMBIQUE, 1992-2019

DOMICIO MANUEL LAURENTINA CHONGO

Manaus
2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONA (UFAM)
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

DOMICIO MANUEL LAURENTINA CHONGO

UMA OUTRA PAZ SERIA POSSÍVEL? PROCESSO E NEGOCIAÇÃO PARA O ALCANCE DA PAZ EM MOÇAMBIQUE, 1992-2019

Tese apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Professora Dra. Patrícia Teixeira Santos

Manaus
2026

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C548o Chongo, Domicio Manuel Laurentina
Uma outra paz seria possivel? processo e negociação para o alcance da paz em Moçambique, 1992-2019 / Domicio Manuel Laurentina Chongo. - 2026.
338 f. : il., p&b. ; 31 cm.

Orientador(a): Patrícia Teixeira Santos.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História, Manaus (AM), 2026.

1. Moçambique. 2. Conflito armado. 3. Guerra civil . 4. Construção da paz. 5. Manutenção da paz. I. Santos, Patrícia Teixeira. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título

---

DOMÍCIO MANUEL LAURENTINA CHONGO

UMA OUTRA PAZ SERIA POSSÍVEL? PROCESSO E NEGOCIAÇÃO PARA O ALCANCE DA PAZ EM MOÇAMBIQUE, 1992-2019

Tese submetida ao Programa de Pós Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em 11/06/2026

BANCA EXAMINADORA

_____

Professora Dra. Patrícia Teixeira Santos

_____

Professor Dr. Júlio Cláudio da Silva: Membro

_____

Professora Dra. Joceneide Cunha: Membro

_____

Professor Dr. Hector Rolando Guerra Hernandez: Membro

_____

Professor Dr. Nuno de Pinho Falcão: Membro

DEDICATÓRIA

À minha família,

Meu porto seguro,

Com muito amor e carinho,

Ao meu falecido pai Manuel Ezequiel Chongo,

e a minha falecida irmã Inocéncia Manuel Laurentina Chongo

Dedico...

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e aos meus pais, por serem meu porto Seguro.

Embora a construção de uma tese seja um trabalho de autoria individual, é impossível realizá-la sozinho. Para que eu pudesse desenvolver este trabalho, foi necessário não apenas o apoio institucional recebido da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), mas também o apoio de pessoas muito queridas, que fizeram parte da minha trajetória acadêmica e até mesmo pessoal.

Antes de citar as pessoas que foram importantes para a confecção deste trabalho, gostaria de reforçar minha gratidão às instituições mencionadas. Agradeço à UFAM por ter aceitado meu projeto de pesquisa e por me permitir formar-me nessa instituição, bem como pelas inúmeras oportunidades que me proporcionou.

Agradeço também ao PPGH, que me forneceu todo o apoio necessário para a conclusão deste trabalho. Aqui, vale destacar o excelente trabalho desenvolvido pelo secretário Jailson Soares, sempre muito solícito às demandas dos alunos e das alunas do programa. Seu WhatsApp esteve sempre disponível para atender a qualquer solicitação apresentada. Por fim, agradeço à FAPEAM pela concessão da bolsa de doutorado, sem a qual este trabalho seria inviável.

Agradeço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho. Entre tantos, encontram-se pessoas coletivas e individuais. Ao Deus eterno e amado da minha alma. À minha mãe, Laurentina Alfredo Mucave; aos meus irmãos, Fulgência Chongo, Zoca Chongo, Perdoso Chongo e Delmiro Chongo; e aos meus sobrinhos, Manuel Chongo, Ruben António Alamisse, Pandene Inocência e Moisés Inocência, pela força e atenção dispensadas durante a elaboração da tese, em especial durante o trabalho de campo.

Aos meus filhos, Wagner Manuel Chongo e Lureny Domicio Chongo, que, apesar de privados da presença do pai por períodos longos e intermitentes, nunca deixaram de me apoiar e de desejar sucesso nesta caminhada.

À minha orientadora, Profª. Dra. Patrícia Teixeira Santos, por ter aceitado me orientar e por fazê-lo com excelência. Em diversos momentos, quando cheguei a pensar que não seria possível concluir este trabalho, ela me encheu de esperança e de vontade para finalizá-lo. Agradeço imensamente a atenção, a dedicação, a parceria e a prontidão.

Aos professores da banca de qualificação e de defesa, pela generosidade em contribuir com o meu trabalho.

Meus sinceros agradecimentos vão também para os professores que farão parte da banca da minha defesa de tese: aos professores TITULARES - Prof. Dr. Júlio Cláudio da Silva, Profª. Dra. Joceneide Cunha dos Santos, Prof. Dr.: Hector Rolando Guerra Hernandez, Prof. Dr. Nuno de Pinho Falcão, SUPLENTES - Prof. Dr. Arcângelo da Silva Ferreira e Profª. Dra. Mirian Cristina de Moura Garrido, a todos e todas as minhas mais profunda expressão de apreço e consideração por lerem esse trabalho que foi construido por muito empenho e que enfrentou desafios.

Também estou profundamente grato ao Prof. Dr. David Leal e à Profª. Dra. Keith Valéria de Oliveira Barbosa, coordenadores do PPGH-UFAM, pela competência em resolver os problemas e por compreenderem, com humanidade, nossas limitações.

À Profª. Dra Keith de Oliveira Barbosa, por ter iniciado com ela o processo de pesquisa do doutoramento e por ela contribuir para o meu retorno ao mundo da simplicidade, da generosidade e da sustentabilidade, por meio de seu exemplo de vida e de seu afeto na academia.

Aos professores do PPGH-UFAM, pela preciosa dedicação durante as aulas, em especial ao Prof. Almir Diniz de Carvalho Júnior, ao Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro e ao Prof. Dr. Sínval Carlos Mello Gonçalves.

Aos amigos, mais que amigos, da turma PPGH/Doutorando 2022, Richardson Adriano de Souza e Francisco Adriano Leal Macêdo, pelos momentos maravilhosos vividos em sala de aula e no WhatsApp. Agradeço também aos meus amigos no Brasil, Gerson, Luís, Junior e Maycon, e os de longa data, Victor Abed Nego Selindane, José Bione Carquete, Jeremias Namburete, Pedro Maleane, Jusue Fredye Cassimo, Paulo Benzane, Adriano Mapandzene, Carlos Abudo Faria e Paulo Tembe, com eles, eu vou além.

A Rita Al Qamar e a Ana Cláudia Ferreira Correa, que me apoiaram e estiveram ao meu lado, jamais me esquecerei de tudo o que aprendi. Muito obrigado pela amizade sincera e pelo companheirismo.

Aos entrevistados e a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa. Enfim, a todos que, de alguma maneira, contribuíram para a conclusão de mais uma etapa da minha vida.

MUITO OBRIGADO. KHANIMAMBO (Obrigadão)!

Louvarei o nome de Deus com cânticos e proclamarei sua grandeza com ações de graças Salmos 69:30

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a construção de narrativas acerca de processos históricos em Moçambique no que se refere ao processo de Paz, desde 1992 até o ano de 2019, quando novos contextos políticos e sociais suscitaram questões e apontaram tensões em torno dos acordos construídos. Moçambique trata-se de um país que vivenciou uma guerra que durou dezesseis anos, diretamente relacionada aos contextos da Guerra Civil, situação que fez o país mergulhar em uma grave crise interna por mais de duas décadas, tendo o seu desfecho apenas em 1994, com a realização de eleições gerais no país, sob a supervisão da ONU, bem como da Comunidade internacional e da Comunidade de Santo Egídio. As reflexões sobre a reconciliação ou o processo de construção da paz na era pós-conflito têm ganhado visibilidade em muitos estudos em África. No entanto, para o caso de Moçambique, tais análises, embora não sejam muito recentes, ainda estão pouco sistematizadas, em parte pelo fato de a literatura existente tender a abordar de forma mais exaustiva as tentativas de obtenção de acordos entre as partes em conflito, em detrimento dos desafios mais amplos de implementação desses acordos a longo prazo e do envolvimento de atores terciários (múltiplos) no processo. O trabalho sublinha que a efetivação da paz em Moçambique não será possível se continuar centrada no bipartidarismo entre a FRELIMO e a RENAMO, deixando de lado outros atores que fazem parte do campo político moçambicano, bem como o povo, que por sua vez integra as dinâmicas estruturais do sistema democrático. O estudo refere que a verdadeira construção da Paz não se limita apenas ao sentido da reconciliação nacional, mas também deve ultrapassar a visão exclusivamente eleitoralista de instauração da paz para a viabilização de eleições, como tem sido recorrente. Diversas vezes, a discussão sobre a Paz em Moçambique é circunscrita ao restrito círculo de dois atores-chave: a FRELIMO e a RENAMO, dois partidos beligerantes. Ainda que se possa admitir que não é possível falar sobre o processo de negociação da paz sem mencionar tais atores, torna-se igualmente evidente a necessidade de abrir espaço de análise aos demais intervenientes. É sobre este ponto que o presente trabalho procura refletir, de forma a identificar outras vozes que poderiam dar o seu contributo no processo de negociação para o alcance da Paz.

Palavras-chave: Moçambique; Conflito; Conflito Armado; Guerra; Guerra Civil; Paz; Construção da Paz; Manutenção da Paz; Consolidação da Paz.

ABSTRACT

This research aims to understand the construction of narratives surrounding historical processes in Mozambique with regard to the peace process, from 1992 to 2019, a period in which new political and social contexts raised questions and revealed tensions surrounding the agreements that were established. Mozambique is a country that experienced an armed conflict lasting sixteen years, directly related to the Civil War, which plunged the country into a profound internal crisis for more than two decades. The resolution of this conflict only occurred in 1994, with the holding of the first general elections, under the supervision of the United Nations (UN), the international community, and the Community of Sant'Egidio. Reflections on reconciliation and on post-conflict peacebuilding processes have gained prominence in several studies across the African continent. However, in the case of Mozambique, such analyses, although not recent, remain insufficiently systematized. This is partly due to the fact that the existing literature tends to focus more exhaustively on attempts to reach agreements between the parties to the conflict, to the detriment of broader long-term challenges related to the implementation of these agreements and the involvement of third-party (multiple) actors in the process. The study highlights that the effective consolidation of peace in Mozambique will not be possible if it continues to be centered on bipartisanship between FRELIMO and RENAMO, to the exclusion of other actors that constitute the Mozambican political landscape, as well as the population itself, which is part of the structural dynamics of the democratic system. The study argues that genuine peacebuilding should not be limited solely to the notion of national reconciliation, nor should it remain confined to an exclusively electoralist vision of peacebuilding aimed merely at enabling elections, as has frequently occurred. Discussions of peace in Mozambique are often restricted to a narrow circle of two key actors FRELIMO and RENAMO, both former belligerent parties. While it is acknowledged that it is not possible to address the peace negotiation process without referencing these actors, it is equally evident that analytical space must be opened to include other stakeholders. It is precisely on this point that the present study seeks to reflect, with the aim of identifying other voices that could contribute to the negotiation process and to the achievement of sustainable peace.

Keywords: Mozambique; Conflict; Armed Conflict; War; Civil War; Peace; Peacebuilding; Peacekeeping; Peace Consolidation.

.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro-Síntese das Etapas da Descentralização nos casos em Comparação em Moçambique……..85

Quadro 2: Ano de Chegadas e da Criação dos Seminários Menores e Maiores em Moçambique…...93

Quadro 3: Data dos Encontros entre a Igreja e o Presidente Chissano……...…....…….….109

Quadro 4: Atores Africanos, Regionais, Nacionais e Internacionais que Participaram no Processo de Mediação e Negociação em Moçambique…...……...……...….....111

Quadro 5: Armas recolhidas pelas Operações Rachel de 1995 a 2001……..…….135

Quadro 6: Eleições Presidenciais de 1994 em Moçambique…….…….....….173

Quadro 7: Representativo da Composição Política da Assembleia da República nas Eleições de 1994 e 1999.....174

Quadro 8: Representativo da Composição Política da Assembleia da República nas Eleições de 2004 a 2024.....192

LISTA DE FIGURAS

Tabela 1: Iniciativas de Paz para o alcance da independência - Retomar dos Conflitos e assinatura do Acordo de Incomáti e de Paz em Moçambique entre 1974-1912.....87

Tabela 2: Variação da Composição da CNE desde as Primeiras Eleições Gerais e Multipartidárias de 1994 a 2019…….……....197

Tabela 3: Iniciativas de Paz - Retomar dos Conflitos de 2012 a 2019.....207

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABP – Apoio a Balança de Pagamento

ACP – África, Caraíba e Pacífico

ACHM – Acordo de Cessão das Hostilidades Militares

ACLLN – Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional

ADO – Apoio Direto ao Orçamento

AGP – Acordo Geral de Paz

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

ANU – Assembleia das Nações Unidas

ANC – *African National Congress*[1]

AOG – Apoio ao Orçamento Geral

AOGE – Apoio ao Orçamento Geral do Estado

AJC – Aliança da Juventude Cristã

ALC – Comitê de Libertação Africana

AMODE – Associação Moçambicana de Desenvolvimento

AMODEG – Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra

AMULEID – Mulher, Lei e Desenvolvimento

AWEPA – Associação dos Parlamentares Europeus Ocidentais/Parlamentares Europeus para África

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

BCM – Banco Comercial de Moçambique

BPD – Banco Popular de Desenvolvimento

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAME – Conselho de Ajuda Mútua

CEE – Comunidade Econômica Europeia

CEM – Conferência Episcopal de Moçambique

CECA – Comunidade Europeia do Carvão e Aço

CENE – Comissão Executiva Nacional de Emergência

CEE – Comunidade Econômica Europeia

[1] Congresso Nacional Africano

CEEAC – Comunidade Econômica dos Estados da África Central

CCF – Comissão de Cessar-Fogo

CCFADM – Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique

CCM – Conselho Cristão de Moçambique

CPI – Centro de Promoção e Investimento

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CRM – Constituição da República de Moçambique

CIVICUS – Aliança Mundial para Participação Cidadã

COMECOM – Council for Mutual Economic Assistance[2]

CONSAS – Constellation of South Africa States[3]

CCM – Conselho Cristão de Moçambique

COMIVE – Comissão Mista Internacional

CPR – Comissão de Paz e Reconciliação

CCM – Conselho Cristão de Moçambique

CICJC – Centro Internacional de Conferência Joaquim Chissano

CIO – Organização da Inteligência Central

CIVPOL – Componente Policial das Nações Unidas

CIA – *Central Intelligence Agency*

CICV – Comitê Internacional da Cruz Vermelha

CIO – *Central Intelligence Organisation*

CORE – Comissão de Reintegração

COREMO – Comitê Revolucionário de Moçambique

CPR – Comissão de Paz e Reconciliação

CSC – Comissão de Supervisão e Controlo

CNCAT – Comissão Nacional Conjunta para a Administração Territorial

CNE – Comissão Nacional de Eleições

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

CFMP – Cenário Fiscal de Médio Prazo

DINFO – Divisão de Informações

DPKO – Departamento de Operações de Manutenção da Paz

---

[2] Conselho de Ajuda Mútua Econômica ou Conselho para Assistência Económica Mútua.
[3] Constelação dos Estados da África Austral.

DNO – Diretora Nacional do Orçamento

DRE – Departamento das Relações Externas

DREC – Departamento das Relações Externas e Comércio

EUA – Estados Unidos da América

EGM – Eleições Gerais Multipartidárias

EAR – Esquema de Apoio à Reintegração

EGRSP – Estratégia Global da Reforma do Sector Público

EISA – Instituto Eleitoral da África Austral

ESKOM – *Electricity Supply Komission*[4]

FAM – Forças Armadas de Moçambique

FADM – Forças Armadas de Defesa de Moçambique

FDC – Fundo para Desenvolvimento da Comunidade

FPLM – Forças Popular de Libertação de Moçambique

FMI – Fundo Monetário Internacional

FAP – Frente de Ação Patriótica

FECIV – Fórum de Educação Cívica

FICO – Frente para a Independência e Continuidade com o Ocidente

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FPLM – Forças Populares de Libertação de Moçambique

FRECOMO – Frente Comum de Moçambique

FRELIMO – Frente de Libertação do Moçambique

FUMO – Frente Unida de Moçambique

FUNIPAMO – Frente Unida Anti-imperialista Popular Africana de Moçambique

GAZPROM – Empresa Industrial da Exploração e Gás da Rússia

GATT – *General Agreement on Trade and Taxes*[5]

GAZEDA – Gabinete/Zonas Econômica de Desenvolvimento Acelerado

GUMO – Grupo Unido de Moçambique

GUN – Governo de Unidade Nacional

GBC – Governador do Banco Central

---

[4] Empresa Fornecedora de Eletricidade da África do Sul.
[5] Acordo Geral Sobre Comercio e Tarifas.

GD – Grupos Dinamizadores

G8 – Grupo de Países mais Industrializados[6]

G15-19 – Grupo de Países doadores e que apoiam o Orçamento do Estado

G20 – Grupo de Países com forte desenvolvimento econômico chamados de emergentes[7]

HCB – Hidrelétrica de Cahora Bassa

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IBWs – Instituições *de Bretton Woods*

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

ISRI – Instituto Superior de Relações Internacionais

INE – Instituto Nacional de Estatística

INP – Instituto Nacional de Petróleo

INM – Instituto Nacional de Minas

IPP – Imposto Sobre a Produção do Petróleo

IRPC – Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Coletivo

MANU – *Mozambique African National Union*

MIC – Ministério de Indústria e Comercio

MINEC – Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

MITUR – Ministério do Turismo

MEF – Ministério da Economia e Finanças

MONAPO – *Mozambique Nordic Agricultural Program*[8]

MONAMO – Movimento Nacionalista Moçambicano

MOE-UE – Missão de Observação Eleitoral da União Europeia

MOE-TCC – Missão de Observação Eleitoral do Centro Carter

MFA – Movimento das Forças Armadas

MNR – *Mozambique National Resistance*

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NESAM – Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique

MOZAL – *Mozabique Aluminum*[9]

---

[6] EUA, Reino Unido, Rússia, Alemanha, Japão, Franca, Itália e Canada.

[7] Neste grupo inclui a China, Correia do Sul, Hong – Kongo, Taiwan, Singapura, Brasil, África do Sul, Malásia entre outros.

[8] Programa de Agricultura dos Países Nórdicos para Moçambique.

[9] Alumínio de Moçambique.

MDPE – Ministério do Desenvolvimento e Planificação Económica

MDM – Movimento Democrático de Moçambique

MdE – Memorando de Entendimento

MNR – Movimento Nacional da Resistência

MPF – Ministério de Plano e Finanças

MPLA – Movimento Popular de Libertação em Angola

MTN – *Multinational Corporations*[10]

OCDE – Organização para o Comercio e Desenvolvimento Economico

OCI – Organização da Conferencia Islâmica

OI – Organização Internacional

OE – Orçamento de Estado

OGE – Orçamento Geral do Estado

OECE – Organização Europeia para a Cooperação Econômica

OJM – Organização da Juventude Moçambicana

OMM – Organização da Mulher Moçambicana

OMS – Organização Mundial da Saúde

OMC – Organização Mundial do Comercio

ONG – Organização Não Governamental

ONGI – Organização Não Governamental Internacional

OSCs – Organizações da Sociedade Civil

OGEs – Órgãos de Gestão Eleitoral (CNE/STAE)

ODMs – Organizações Democráticas de Massas

OUA – Organização da Unidade Africana

ONU – Organização das Nações Unidas

OMP – Operações de Manutenção da Paz

ONUMOZ – *United Nations Operation in Mozambique*[11]

OSISA – *Open Society Initiative for Southern Africa*

OIM – Organização Internacional das Migrações

OTM – Organização dos Trabalhadores Moçambicanos

PAE – Plano de Ação Econômica

---

[10] Empresas Multinacionais.
[11] Operação das Nações Unidas em Moçambique.

PAIGC – Partido Africano para a independência da Guiné e Cabo Verde

PAP – Parceiro de Apoio Pragmático

PARPA – Programa de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta

PPI – Plano Perspectivo Indicativo

PADEMO – Partido Democrático de Moçambique

PAFMECA – *Pan-African Freedom Movement of East and Central Africa*

PAPOMO – Partido Popular de Moçambique

PES – Plano Econômico e Social

PIB – Produto Interno Bruto

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado

PCN – Partido de Coligação Nacional

PCN – Partido da Convenção Nacional

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRE – Programa de Reabilitação Econômica

PREs – Programa de Reabilitação Econômica e Social

PROL – Programa de Reforma de Órgãos Locais

PT – Partido Trabalhista

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PCI – Partido Comunista Italiano

RDA – República Democrática Alemã

RDC – República democrática Do Congo

RI – Relações Internacionais

RID – Relações Internacionais e Diplomacia

RISDP – *Regional Indicative Strategic Development Plan*[12]

RPC – República Popular da China

RSA – *Republicof South Africa*[13]

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

RENAMO - UE – RENAMO União Eleitoral

RM – Rádio Moçambique

RTP – Rádio Televisão Portuguesa

---

[12] Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional.
[13] República da África do Sul.

RUMO – Resistência de Unidade Moçambicana

SACU – *Southern Africa Customs Unition*[14]

SADC – *Southern Africa Development Community*[15]

SADCC – *Southern Africa Development Coordination Conference*[16]

SASOL – *South African Synthetic Oil Liquid*[17]

SEI – Sistema Econômico Internacional

SISE – Serviço de Informação e Segurança do Estado

SNASP – Serviço Nacional de Segurança Popular

SADF – Forças de Defesa Sul-africanas

SAFTO – *South Africa Foreign Trade Organization*

SINTIC – Sindicato Nacional de Trabalhadores do Caju

SATCC – *Southern Africa Transport and Communications Commission*

SOCIMO – Sociedade Comercial e Industrial de Moçambique Lda

SDN – Sociedade das Nações

SI – Sistema Internacional

STAE – Secretariado Técnico Administrativo Eleitoral

SUDHEMS – *Sudhemisphere*[18]

SWAPO – South – West African People' Organization[19]

SWOT – Pontos fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças

TANU – *Tanganyika African National Union*

TVM – Televisão de Moçambique

UA – União Aduaneira

UA – União Africana

UE – União Europeia

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique

UNAMI – União Africana de Moçambique Independente

UNITA – União Nacional Africana para Independência Total de Angola

---

[14] União Aduaneira da África do Sul.
[15] Comunidade de Desenvolvimento de África Austral.
[16] Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento de África Austral.
[17] Empresa energética Sul-africana que Explora o gás natural de Pande e Temane.
[18] Hemisfério Sul.
[19] Organização dos Povos do Sudoeste Africano.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UD – União Democrática

UNAMO – União Nacional Moçambicana

UNAR – União Nacional Africana da Rombézia

UNAVEM II – Segunda Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola

UNEMO – União Nacional dos Estudantes Moçambicanos

UNOHAC – Organização das Nações Unidas para a Coordenação da Assistência Humanitária

UNTAC – *United Nations Transitional Authority in Cambodia*.

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

ZAPU – *Zimbabwe African People's Union*[20]

ZANU – *Zimbabwe African National Union*[21]

ZANU-PF – *Zimbabwe African National Union – Patriotic Front*[22]

ZANLA – *Zimbabwe African National Liberation Army*

ZCL – Zona do Comércio Livre

ZEE – Zona Econômicas Especiais

ZFI – Zona Franca Industriais

[20] União Africana dos Povos do Zimbábue.
[21] Nacional Africana do Zimbábue.
[22] União Nacional Africana do Zimbábue - Frente Patriótica.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS iv
RESUMO vii
ABSTRACT viii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS xi
INTRODUÇÃO 1
CAPÍTULO I: DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE CONCEITOS 13
1. Conceito Moderno de "Paz" 13
1.1. Conceito de "Memória" 17
1.2. Novo Conceito de "Vozes Não Ouvidas" 22
CAPÍTULO II: TRAJETÓRIAS DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE 27
2. Emergência do Nacionalismo em Moçambique e as Contradições sobre Criação da FRELIMO 27
2.1. Luta Armada de Libertação Nacional e a Conquista da Independência 33
2.2. Negociação de Paz na Luta de Libertação Nacional 41
2.3. Governo de Transição, Primeira Mudança Constitucional e a Construção do Socialismo em Moçambique 45
2.4. O "Homem Novo" na Formação do Estado Nacional em Moçambique 60
2.5. Acordo de Incomáti: Mudanças e Desafios 70
2.6. Mudanças na Política em Moçambique e Abertura Econômica 73
2.7. Dinâmicas da Guerra e a Segunda Mudança Constitucional 76
CAPÍTULO III: POSICIONAMENTO, AÇÕES E CONTRIBUTO DAS IGREJAS E DA COMUNIDADE INTERNACIONAL NO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO DA PAZ EM MOÇAMBIQUE 91
3. Igreja Católica em Moçambique diante às Transformações Políticas e Sociais 91
3.1. Papel da Igreja Católica durante as Conversações para o Alcance da Paz 106
3.2. Organizações Religiosas em Moçambique na Busca da Paz 115
3.3. Comunidade Santo Egídio em Moçambique e suas Ações 122
3.4. Contributo do Conselho Cristão de Moçambique na Busca da Paz 127
3.5. Contributo da Comunidade Muçulmana na Busca da Paz 136
3.6. Contributo da Comunidade Internacional no Acordo Geral de Paz 144
CAPÍTULO IV: DO ACORDO GERAL DE PAZ ÀS PRIMEIRAS ELEIÇÕES GERAIS 159
4. Acordo Geral de Paz 160
4.1. Do Acordo Geral de Paz às Primeiras Eleições Democráticas 167
4.2. A Ordem Construída pós Acordo Geral de Paz 171
4.3. Partilha de Poder na Comissão Nacional de Eleições como Mecanismo para o Alcance da Paz 197

4.4. A Limitação do AGP e o Acordo de 2014 201
4.5. O Reforçar do Acordo de 2019 204
4.6. Posicionamentos e Comentário dos Entrevistados sobre o Processo de Paz em Moçambique ... 211
4.7. Testemunho e Depoimentos Colhidos nos Órgãos de Comunicação Social 230
CAPÍTULO V: INSTITUIÇÕES E AGENTES NÃO PARTICIPANTES DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE - OS RISCOS DAS MARGENS 237
5. Cruzamentos de História e Memória de Missionário em Moçambique 238
5.1. Processo de Paz e Reconciliação Nacional no Período pós Acordo Geral de Paz 253
5.2. Vozes não Ouvidas e o Risco das Margens no Processo de Negociação dos Acordo Geral de Paz258
5.3. Outras Visões sobre o Processo de Negociações do Acordo Geral de Paz 266
5.4. Perspetivas Políticas, Econômica e Diplomática do Acordo Geral de Paz 269
5.5. Desafios da Implementação e Reconciliação Nacional em Moçambique 275
CAPÍTULO VI: CONCLUSÃO 285
6. Conclusão 285
CAPÍTULO VII: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 293
Entrevistas 293
Depoimentos Recolhidos nas Conferências, Seminário e nos Órgão de Comunicação Social 294
LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS 295
OBRAS BIBLIOGRÁFICAS 297
JORNAIS 323
ARTIGOS DE REVISTAS 325
CONSULTAS NA INTERNET 325
ANEXO 327
ANEXO I: JULGAMENTO DE URIAS SIMANGO CONSIDERADO TRAIDOR APÓS A MORTE DE EDUARDO MONDLANE, PRIMEIRO PRESIDENTE DA FRELIMO 328
ANEXO II: APRESENTAÇÃO PUBLICA DA PRISIONEIRA POLÍTICA - JOANA SIMEÃO .. 328
ANEXO III: Notícias, jornal de maior circulação em Moçambique, convocando Joana Simeão para se apresentar ao tribunal 329
ANEXO VII: DOZE PONTOS PROPOSTO PELA FRELIMO E DEZASSEIS PONTOS PROPOSTO PELA RENAMO 331
ANEXO VIII: ACORDO GERAL DE PAZ 334

INTRODUÇÃO

O contexto da pesquisa intitulada *"Uma Outra Paz seria Possível? Processo e Negociação para o Alcance da Paz em Moçambique, 1992-2019"* começou a ser desenvolvido após o exame de qualificação. A ideia para esta tese também teve início em conversas, em vários encontros surpreendentes que tive com a Professora Doutora Patrícia Teixeira Santos, uma professora bastante experiente que estuda os diversos fenômenos africanos. Durante a conversa com a Professora Patrícia, ela pediu-me que contasse "algumas coisas" do meu trabalho e sobre a situação política em Moçambique. Por isso digo que esta tese não existiria sem a confiança, o cuidado, a amizade e as conversas que fui tendo com a minha orientadora, a Professora Patrícia Teixeira, com a sua capacidade de iluminar o silêncio das coisas anônimas e transformá-las em coisas úteis.

Eu, ávido em relatar a minha experiência profissional e acadêmica à ilustre professora de História, longe de imaginar que o meu trajeto estava sendo invertido ali, não demorei a encontrar exemplos para apresentar à Professora Patrícia. Primeiramente, falei das minhas primeiras pesquisas realizadas no Centro de Estudos Estratégicos Internacionais (CEEI), instituição responsável pela atividade de pesquisa da Universidade Joaquim Chissano (UJC).

Nessa instituição, trabalhei por dez (10) anos como investigador estagiário. No que se refere à pesquisa e à produção científica *stricto sensu*, destaca-se a atividade desenvolvida no Departamento de Estudos Sociopolíticos e Culturais do CEEI. Porém, como escreveu Pollak (1990, p. 16), "toda pesquisa é uma aventura". Para mim, foi um desafio interessante estar dentro de uma instituição que faz aquilo que Pollak (1989) chamou de enquadramento da memória, e ter de me distanciar para analisar a forma como as narrativas históricas são construídas. No Departamento de Estudos Sociopolíticos e Culturais do CEEI/UJC, as pesquisas eram mais focadas na elaboração de cenários regionais, continentais e globais sobre a cultura de paz, segurança e desenvolvimento, com o intuito de auxiliar o Ministério da Cultura, da Educação e das Relações Exteriores de Moçambique, bem como a Presidência da República, no processo de tomada de decisões. Posteriormente, mudei-me e comecei a trabalhar no Instituto de Pesquisa da História da

Luta Armada de Libertação Nacional (IPHLLN). O IPHLLN é uma instituição de investigação científica, recentemente criada pelo Decreto nº 66/2021, de 2 de setembro, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e de investigação científica, tutelada pelo ministro que superintende a área dos combatentes. O IPHLLN tem como atribuições pesquisar e divulgar a História da Luta de Libertação Nacional (HLLNM), da Defesa da Soberania e da Democracia (DSD), em suas diversas componentes, nomeadamente político-militar, educação, saúde, cultura, diplomacia, produção, entre outras, resgatando os valores patrióticos, a cidadania e o amor à Pátria.

O período imediatamente anterior e posterior à proclamação da independência de Moçambique foi marcado pela eclosão de uma guerra devastadora que opunha a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO)[23] às forças governamentais comandadas pelo Governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)[24]. O apoio de Moçambique à *Zimbabwe African National Union* (ZANU) e ao *African National Congress* (ANC) representava uma ameaça à segurança dos referidos regimes minoritários brancos. No que diz respeito aos fatores internos, os autores destacam a implantação do regime de partido único, afastando qualquer projeto alternativo à FRELIMO, sob o comando de Samora Machel, à frente da nova nação.

Com a implementação do projeto político nacional, a tentativa de forjar o "Homem Novo" e os conflitos com a RENAMO, observa-se a eclosão da Guerra Civil, levando à criação de uma memória coletiva que pode ser analisada historicamente por meio da produção literária. A hostilização das religiões e das autoridades tradicionais, a criação das

[23] No presente trabalho usamos o termo RENAMO em letras maiúsculas como um Movimento Resistência Nacional Moçambicana que nasceu na ex-Rodesia do Sul em que mais tarde ela recebeu apoio do regime do apartheid da África do Sul.

[24] Alguns estudiosos, como José Luís Cabaço, preferem utilizar o termo FRELIMO para a instituição enquanto movimento de guerrilha, e FRELIMO, para o partido constituído após a independência. Aqui, por motivos meramente ortográficos, não existe essa distinção (CABAÇO, 2009, p. 13). Assim como Marçal de Menezes Paredes, abordaremos em nosso trabalho a denominação da Frente de Libertação Moçambicana em dois momentos: No primeiro, durante sua consolidação como uma frente ampla de libertação formada para a conquista da independência, por isso usaremos as letras maiúsculas sinalizando uma sigla - FRELIMO. O segundo, após transformar-se em partido político único marxista-leninista, no seu IIIº Congresso em 1977, sendo chamada por FRELIMO. Essa distinção foi escolhida para que não fossemos simplistas e generalistas sobre os contextos anteriores e posteriores à Independência. No entanto, no decorrer do texto alguns pesquisadores não fazem essa distinção destas nominações, por isso decidimos que a citação seguirá idêntica à original de cada autor (PAREDES, 2014).

aldeias comunais, a predominância de elementos oriundos do sul do país na liderança da FRELIMO e o abandono da democracia participativa, que havia sido uma característica nas "zonas libertadas" durante a luta armada pela independência, constituíram outro fator de conflito em Moçambique (CABAÇO, 2009).

Depois de dezesseis anos de Guerra Civil, em 4 de outubro de 1992, as principais partes em conflito, nomeadamente o Governo moçambicano liderado pela FRELIMO e a RENAMO, assinaram o Acordo Geral de Paz (AGP), pondo fim à guerra que causou cerca de um milhão de mortes, um milhão e setecentos mil refugiados no exterior, cerca de quatro milhões de deslocados internos, profundas fraturas sociais e a destruição de infraestruturas econômicas e sociais do país. No âmbito da implementação desse acordo, em 1994 realizaram-se as primeiras eleições legislativas e presidenciais multipartidárias, cujos resultados foram reconhecidos e respeitados pelos cidadãos e pelos partidos políticos envolvidos no sufrágio em todo o país, incluindo a RENAMO, apesar das contestações apresentadas com os resultados anunciados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) (ABRAHAMSSON e NILSSON, 1994).

O Objetivo Geral da Tese procura compreender a construção de narrativas históricas sobre o processo de paz em Moçambique entre 1992 e 2019, e identificar os atores sociais e políticos excluídos das negociações formais, analisando as consequências dessa exclusão para a sustentabilidade da paz. Como Objetivos Especifico temos: (i) Analisar o papel das instituições religiosas (Igreja Católica, Conselho Cristão de Moçambique - CM, Comunidade de Sant' Egidio) como mediadoras do processo de paz e avaliar sua eficácia comparativa; (ii) Identificar os limites estruturais do Acordo Geral de Paz de 1992 e as causas do retorno cíclico ao conflito armado; (iii) Avaliar criticamente os acordos subsequentes de 2014 (Cessação de Hostilidades) e 2019 (Paz e Reconciliação Nacional), identificando avanços e permanências, e (iv) Propor elementos teóricos e práticos para a construção de uma paz positiva e inclusiva em Moçambique, baseados na análise das vozes silenciadas.

O presente trabalho parte da seguinte hipótese: [1] os princípios que nortearam os acordos assinados e os seus efeitos para a instauração da paz em Moçambique foram caracterizados pela exclusão de outros atores. Esses atores tornaram-se vozes não ouvidas

durante o período de negociação para a assinatura dos vários acordos de paz em Moçambique. Para tanto, partimos do Acordo de Lusaka (1974), do Acordo de Incomáti (1984), do Acordo Geral de Paz (AGP), em 1992, e do Acordo de Cessação de Hostilidades, em 2014 e 2019, respetivamente. [2] Moçambique não desfrutou de um longo período de paz após a transição política que conduziu a FRELIMO ao alcance do poder em Moçambique. A decisão da FRELIMO de seguir uma abordagem marxista-leninista para a construção do Estado rapidamente gerou resistência liderada pela RENAMO. [3] E a decisão de criar um órgão de gestão eleitoral para acomodar os interesses dos mesmos protagonistas resultou na edificação de uma instituição com *déficit* de independência e imparcialidade, com consequências para a consolidação da Democracia.

Nesses moldes, as eleições, ao contrário de cumprirem o papel tradicional de promover a paz e a estabilidade como mecanismo de seleção de líderes governamentais, transformaram-se em uma fonte cíclica de conflitos. [4] As exclusões de outros atores durante o processo de negociação têm contribuído para o retorno ao conflito violento que tem caracterizado o Estado moçambicano. Pois, considerando o atual cenário em Moçambique, marcado por um retorno ao conflito intraestatal em razão da ineficiência na construção e manutenção da paz, despertou em mim o interesse em abordar essa problemática. [5] A paz é vista como o simples cessar das hostilidades, o que origina a paz negativa[25], apesar de sabermos que, atualmente, segurança e paz não se restringem apenas aos acordos assinados. Trata-se de compreender que a segurança e a paz abrangem diversos aspetos, desde a segurança humana, social, econômica e ambiental até a cultural. Acredito que esses fatores estejam interligados e que seja necessário buscar uma harmonia entre eles para evitar um possível retorno à guerra.

O horizonte geográfico do projeto de pesquisa concentra-se no Estado moçambicano, que já vivenciou um conflito intraestatal e viu o processo de construção da paz quase fracassar. Em decorrência direta disso, o estudo tem como delimitação espacial o

[25] A paz negativa significa ausência da guerra e da violência física e outra forma de manifestação violenta. Estamos perante a paz negativa quando há ausência de violência direta, visível e instrumental. A paz negativa é a mera ausência da guerra, o que não elimina a predisposição para a violência estrutural da sociedade (GALTUNG, 1996, p. 223); (ZECA, 2013, p. 67). Segundo Johan Galtung, paz negativa é aquela cujo final é o fim da violência. Ela é "paz" porque algo de negativo (a violência) terminou. Mas acaba sendo "negativa" porque não resolveu as causas dessa violência, guardando mágoas que possam culminar na eclosão de novos focos de violência, quiçá mais preocupantes (GALTUNG, 1996).

território moçambicano, localizado na região austral do continente africano. Em termos temporais, o estudo estende-se do ano de 1992 até "nossos dias" (2019), abrangendo desde as negociações para encerrar a violência armada até a defesa da tese de pesquisa. A escolha do ano de 1992 como marco inicial justifica-se por ser o ano da assinatura do Acordo de Paz. O período até "nossos dias" (2019) é marcado pela ressurgência do conflito armado em Moçambique. No presente trabalho, foram utilizadas as seguintes referências teóricas e metodológicas. Este estudo baseou-se no modelo metodológico defendido por Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi, de modo a abordar o passado histórico do conflito armado em Moçambique e o contributo das intervenções das instituições religiosas na resolução das suas atividades em relação ao bem-estar da população, no contexto das mudanças estruturais do Estado (MARCONI e LAKATOS, 2007, p. 106-107).

A partir disso, pude comparar as intervenções específicas das instituições religiosas na mediação e resolução dos conflitos armados moçambicanos. Com isso, pude estabelecer um diálogo analítico e um estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que se permitisse o seu amplo e detalhado conhecimento. Isso foi importante para evidenciar algumas, ou outras, vozes que não participaram do processo de mediação e resolução do conflito armado em Moçambique, no qual as instituições religiosas acabaram desempenhando um papel determinante, levando a uma problematização do discurso político de uma paz bem-sucedida.

Ademais, ressalta-se que as Técnicas de Coleta de Dados da Pesquisa utilizadas na presente investigação consistem em: [1] Técnica Documental – esta técnica consiste na coleta de dados sobre um determinado tema de pesquisa (SILVA e MENEZES, 2001, p. 23). Para Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi, essa técnica consiste na coleta e revisão de fontes secundárias. A técnica ajudou a realizar a coleta e a seleção de fontes secundárias que tornaram possível o desenvolvimento do trabalho, tais como: obras, encíclicas, revistas e artigos científicos sobre a problemática dos conflitos armados e a sua resolução (LAKATOS e MARCONI, 2007). Outra abordagem utilizada neste trabalho foi a das entrevistas. Estas permitem a construção social da narrativa dos diferentes atores sociais sobre a sua experiência e as relações entre os processos de memória individual e coletiva da guerra e dos processos de paz. Levou-se em consideração a observação de

quanto os depoimentos em primeira pessoa, como nos aponta Michel Pollak, são desafiadores, e colocar-se nesse lugar para falar de uma guerra implica também uma responsabilidade coletiva muito importante:

> *"O primeiro critério, a meu ver, é reconhecer que contar a própria vida nada tem de natural. Se você não estiver numa situação social de justificação ou de construção de você próprio, como é o caso de um artista e de um político, é estranho. Uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, de repente ser solicitada, a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender esse súbito interesse. Já é difícil fazê-la falar, quanto mais falar de si*"[26].

A entrevista permitiu a obtenção de informações acerca do tema, por meio de contatos com entidades e personalidades com experiência ou especialistas da área de prevenção, resolução, gestão e transformação de conflitos. As entrevistas *face a face* ofereceram a possibilidade de construção das perguntas, explorando cada vez mais as respostas que se revelavam mais relevantes e interessantes no contexto da investigação. Nas entrevistas, foi possível ter acesso não apenas à informação verbal, mas também ao comportamento não verbal. As entrevistas foram realizadas de forma individual, precedidas de uma explicação sobre os objetivos da pesquisa, garantindo o consentimento dos participantes e a salvaguarda de sua integridade. Durante as entrevistas, o pesquisador evitou pressionar os participantes, criando um ambiente descontraído, com perguntas abertas, possibilitando aos entrevistados expressarem-se livremente. Foi utilizada a técnica da entrevista para a coleta dos dados. Para sua análise e tratamento, recorreu-se ao modelo aberto de categorização, que consiste na definição de categorias com base nos dados coletados.

Posteriormente, procedeu-se à análise e interpretação dos dados coletados, com base em fontes bibliográficas e teóricas relacionadas ao fenômeno em estudo. Essa etapa foi realizada conforme as quatro fases descritas por: leitura, descrição, classificação e interpretação. Na fase da leitura, iniciou-se o primeiro contato com os dados, buscando compreendê-los em sua totalidade e identificar padrões, temas ou problemas. Em seguida, na fase de descrição, os dados foram apresentados e organizados de modo a facilitar sua compreensão. Na classificação, os dados foram agrupados em categorias, com base em

---

[26] POLLAK, Michel. Mem**ó**ria e Identidade Social, in: *Estudos Hist**ó**ricos*. Rio de Janeiro, vol 05 n**ú**mero 10, 1992. p. 213

critérios previamente definidos. Por fim, na fase de interpretação, procurou-se atribuir significado aos dados à luz de teorias, hipóteses e contextos, de forma a alcançar conclusões relevantes (MATUSSE, 2013).

Utilizamos a entrevista, pois esta é uma forma de interação entre pesquisador e pesquisado que busca compreender as experiências, opiniões e perspectivas dos sujeitos. Nesse sentido, fizemos uso da entrevista semiestruturada, por combinar elementos de entrevistas estruturadas, que são direcionadas e previamente estabelecidas, e de entrevistas abertas, que não possuem roteiro pré-estabelecido e nas quais os sujeitos têm seu discurso livre. Ela possui um roteiro prévio, que ajuda o entrevistador a manter o foco da conversa, mas também permite que o entrevistado e o entrevistador façam perguntas fora do roteiro, o que pode gerar um diálogo mais natural e dinâmico. O recurso à entrevista proporcionou algumas vantagens, nomeadamente o seu caráter flexível e de adaptação. A entrevista permitiu formular às pessoas entrevistadas, de forma direta, perguntas sobre os problemas centrais da investigação. Desse modo, a entrevista revelou-se uma importante ferramenta de busca de respostas às principais questões de pesquisa. Algumas das entrevistas foram realizadas *face a face*, pois nos ofereceram a possibilidade de adaptação do questionário, explorando cada vez mais as respostas que se revelavam mais relevantes e interessantes no contexto da investigação. Nas entrevistas, foi possível ter acesso não apenas à informação verbal, mas também ao comportamento não verbal.

Entretanto, é importante notar que a entrevista apresenta algumas desvantagens, entre as quais se pode destacar o fato de revelar-se bastante exigente em relação ao tempo necessário para a sua realização. Algumas vezes, o entrevistado pretende obter ganhos do entrevistador, fato que faz com que a entrevista também seja um desafio para o entrevistador (pesquisador). Em outras ocasiões, os entrevistados demonstraram muitas dificuldades em responder ao nosso roteiro, por medo de represálias ou de serem associados como membros de partido Y ou X.

Quanto à abordagem metodológica da pesquisa, cabe ressaltar que ela será qualitativa e quantitativa. Para a realização desta pesquisa, adotamos o enfoque qualitativo, que utiliza a coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aprimorar perguntas de pesquisa no processo de interpretação. A pesquisa qualitativa não busca enumerar e/ou

medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Ela parte de questões ou focos de interesse amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve (GODOY, 1995). Uma grande quantidade de pesquisas qualitativas baseia-se no estudo de caso. Optamos por essa abordagem pelas vantagens que ela nos apresenta, pois o foco da investigação qualitativa é buscar aquilo que está por trás de determinado problema que inquieta as populações de um país, de uma região, entre outros contextos. A possibilidade de complementação entre os dois modelos metodológicos (quantitativo e qualitativo) demonstra que ambos podem ser integrados em um mesmo estudo. Essa integração é ressaltada pela análise de conteúdo, a qual é empregada nesta investigação para a interpretação das entrevistas realizadas, bem como dos documentos oficiais.

Os documentos constituem também um importante caminho para a obtenção de informações sigilosas. Sua origem em determinado contexto histórico, econômico e social torna os documentos uma fonte relevante de informações, uma vez que retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto, não havendo o risco de alteração no comportamento dos sujeitos sob investigação. A escolha desse tipo de abordagem deve-se à grande dificuldade de acesso a determinadas individualidades dos dois partidos (FRELIMO - RENAMO) para a obtenção de certos tipos de informação, que poderiam auxiliar na fundamentação das ideias defendidas neste trabalho. Duas outras razões justificam a escolha desse método: [1] a primeira, porque a gênese desses partidos, por si só, constitui um fator inibidor, agravado pelo fato de ainda se viver, no país, um clima de tensão entre ambos; e [2] a segunda, porque, mesmo que se recorresse a outro tipo de técnica (por exemplo, a entrevista), nada garante que fosse possível obter informações de interesse para a pesquisa na atual conjuntura política do país. Para sua efetivação, também foram utilizados os métodos críticos, constituídos por quatro operações: heurística, crítica externa, crítica interna e hermenêutica, com o objetivo de integrar de forma mais clara a pesquisa quantitativa e qualitativa.

Contudo, sem afastar o uso dos arquivos disponíveis, recorreu-se igualmente ao uso da história oral (enquanto método) como ferramenta de coleta de informações sobre o problema em estudo. A História Oral é uma alternativa para se estudar as sociedade por meio de uma documentação feita com o uso de depoimentos gravados em aparelhos

eletrónicos, e ela nos ajuda no preenchimento de espaços que podem ser capazes de dar sentido a uma cultura explicativas dos atos sócias visto pelas pessoas que herdam os dilemas e as benesses da vida no presente. A história Oral nos mostra como fator significativo e meio de manter a experiência passada viva, e ela deve responder a um sentido de utilidade prática, publica e imediata (ALBERT, 2013).

As narrativas orais e os testemunhos que constituem a História Oral não são mais do que uma ferramenta adicional na panóplia de fontes do historiador. No texto de Verena Alberti, *Histórias dentro da História*, a autora constrói uma espécie manual de como produzir uma pesquisa com História Oral. Verena Alberti coloca que pela produção de biografias, e do método de coleta da História Oral, ampliam-se as possibilidades de investigação de como determinado evento resultou em algo na vida de um conjunto de pessoas. Diz a autora: No início, grande parte das críticas que o método sofreu dizia respeito justamente às "distorções" da memória, ao fato de não se poder confiar no relato do entrevistado, carregado de subjetividade. Hoje considera-se que a análise dessas "distorções" pode levar à melhor compreensão dos valores coletivos e das próprias ações de um grupo. É de acordo com o que se pensa que ocorreu no passado que se tomarão determinadas decisões no presente (ALBERTI, 2005, p. 163).

Assim sendo, a História Oral esta sujeita ao mesmo critérios critico que todas outras fonte nos apresentam, a fim de averiguar sua confiabilidade e usualidade. O contacto pela primeira vez com historiadores de relevo no campo da História Oral, como José Carlos Sebe Meihy[27], Varena Alberti[28], Alexandre Portelli[29], entre outros autores que expõe-se, ainda, orientações que podem ser adotadas pelos pesquisadores nas fases de planejamento, coleta e análise dos depoimentos, de modo que o entrevistador prime pelo seu papel dialógico e possa conferir, à produção de conhecimento, riqueza e profundidade, ela vai nos ajudar no aprofundamento da nossa pesquisa de tese. Como expressa Verena Alberti, conforme o que se tem como representação do passado, se aplicam as ações no presente. Portando, os testemunhos sofrem das interpretações e rememorações tão subjetivas em seus

[27] MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005, 291p.
[28] ALBERT, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, 386p.
[29] PORTELLI, Alessandro. História, Memória e Significado – De um massacre nazista em Roma. Oralidade/USP, 3, 2008, 153-175, In: Portelli Alexandre. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letras e Voz, 2016.

dados sobre o passado, como outros documentos produzidos, que carregam seus significados do momento que foram feitos, e atributos referentes ao que eles pretendiam exercer ao serem criados. É neste contexto que enxergo as bases de análise dos testemunhos, tão passíveis de "distorções" sobre o fato que contam, quanto qualquer documento oficial ou não oficial, a diferença são as formas mais precisas de armazená-las.

As anotações sobre quais entre todos os testemunhos iriam compor as fontes deste trabalho, partiram destes conjuntos de indicações. Os autores acima mencionados trouxeram formulações que propiciaram um quadro teórico para que se tornasse possível estabelecer os critérios de escolha dos testemunhos. Assim, compreendi o método de pesquisa que precisava executar para conseguir, dentre um volume grande de memórias, selecionar aquelas que eu analisaria. Sendo assim, alguns outros testemunhos podem ter sido segregados da análise por inexperiência, mas mantive a ideia de que para um bom desempenho na pesquisa as memórias das pessoas, que viriam as ser minhas fontes, e ainda apresentar em sua narração o que compreendia de si, ou de suas expectativas antes e/ou depois da vinculação.

Entretanto, muitas das obras que versam sobre os fenômenos políticos em Moçambique, bem como a necessidade de sistematizar esses estudos, levaram-nos a organizá-los em conjuntos de investigações sobre o processo de paz, nos quais se procura identificar outras vozes que não se fizeram ouvir durante os processos de negociação para o alcance da Paz. Para isso, identificamos três tipos de análise que marcam a bibliografia ou revisão da literatura[30] ligada à temática: um primeiro, dominado pela perspetiva da sociologia e da ciência política; um segundo, dominado pela perspetiva da antropologia; e um terceiro, dominado pela perspetiva da história e das relações internacionais. Moçambique alcançou a paz negativa (cessação da guerra civil em 1992), mas permanece aquém da paz positiva - evidenciado pelo retorno cíclico ao conflito (2012, 2017) e pela persistência como 7º país mais desigual do mundo.

[30] Os aportes consultados são de natureza primária, secundária e terciária. Estas fontes possibilitaram a fundamentação e o enquadramento conceptual e técnico do tema, a sistematização dos dados colhidos obedecendo a uma abordagem que visa partilha da análise e compreensão das promessas de campanha ao nível do continente africano em geral, descendo gradualmente para a sub-região da África Austral, onde Moçambique está inserido, de modo a entender de forma contextualizada as promessas de campanha eleitoral na agenda dos Governos em Moçambique.

Optou-se também por selecionar uma série de documentos muito importantes para a coleta de dados, que permitem sustentar as ideias defendidas no trabalho. Trata-se, nomeadamente, dos jornais *Savana* e *Notícias*, do *Boletim sobre o processo político em Moçambique*, dos protocolos do Acordo Geral de Paz, bem como de alguns vídeos contendo discursos e/ou informações cujo conteúdo estava relacionado com o tema. Também iremos consultar os relatórios do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), da *África Governance Monitoring and Advocacy Project* (AFRIMAP) e algumas leis fundamentais, a Constituição da República Multipartidária de 1990; a Lei n.º 15/92, referente à anistia em relação aos crimes cometidos contra a segurança do povo e do Estado popular durante a Guerra Civil; a Lei de Anistia aprovada pelo Parlamento moçambicano em agosto de 2014 , os "Protocolos dos Acordos de Paz" e o documento que marca o "Segundo e o Terceiro Acordo de Paz", assinado entre o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, e o então ex-Presidente da República, Armando Guebuza, em 15 de outubro de 2014. Outro acordo foi assinado pelo Presidente da República, Filipe Nyusi, e pelo novo líder da RENAMO, Ossufo Momade, que veio a substituir o falecido Afonso Dhlakama. Diante dessa apresentação prévia, é importante dispor de um roteiro que expresse a forma como vejo os caminhos a seguir.

No entanto, para a materialização da tese, adotamos os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisas bibliográficas, que consistiram na consulta de documentos (primários e secundários) de Moçambique, dos quais se destacam os seguintes autores: Abrahamsson e Nilsson (1994); Egero (1972); Isaacman e Isaacman (1983, 1991); Vines (1991, 1996); Mazula (1995, 2002); Brito (1995); Newitt (1995); Hanlon (1997); Adam (2006); Hedges (1999); Minter (1998); Riccardi (1998, 2008, 2012); Brito (2004, 2019); Oliveira (2006) e, mais recentemente, Ncomo (2003); Chichava (2008, 2018); Rocca (1988, 201), Vitor (2008, 2013), Nuvunga (2009), Cabaço (2009), Coelho (2010), Macuane (2011), Segulane (2015); Ngoenha (2015), Cahen (2019); Zeca (2021), entre outros.

Em Moçambique, as consultas foram realizadas na Biblioteca do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), no Depósito do Fundo dos Negócios Indígenas (FNI), na Biblioteca Nacional de Moçambique (BNM), na Biblioteca e Arquivo da Rádio Moçambique (BRM), na biblioteca do Arquivo do Patrimônio Cultural – Centro de

Investigação Sociocultural (ARPAC), na Biblioteca Central Brazão Mazula, da Universidade Eduardo Mondlane (BC-BM-UEM), no Arquivo da Televisão de Moçambique (TVM) e no Centro de Estudos Africanos (CEA). Foram também consultados os arquivos da Igreja Católica em Moçambique, por meio do Secretariado da Conferência Episcopal de Moçambique (CEM). Do mesmo modo, foram consultados documentos no arquivo do Conselho Cristão de Moçambique (CCM).

Daí em diante, o estudo centra-se na abordagem da realidade empírica, cujo material recolhido é organizado com base em uma sequência cronológica iniciada com a definição e a operacionalização dos conceitos de "paz", "memória" e "vozes não ouvidas" (I parte); a análise da história desde a fundação da FRELIMO até o processo de transição que levou ao alcance da independência, de 1962 até 1974/75 (II parte); seguida da análise do período que se inicia com o alcance da independência nacional até a transição democrática (1974/75 - 1990), prosseguindo com o período da transição democrática em Moçambique. A evolução do país com a implantação do multipartidarismo até a atualidade, iniciada nos anos noventa (III parte); depois, seguimos com as análises do posicionamento, das ações e do contributo das Igrejas e da Comunidade internacional no processo de negociação da paz em Moçambique (IV parte); do Acordo Geral de Paz às primeiras Eleições Gerais; seguido também das análises sobre as instituições e os agentes não participantes do processo de negociação para a paz; e, por último, apresentaremos o tema com o título os riscos das margens (V parte). Seguem-se, também, as conclusões gerais, a bibliografia e os anexos.

CAPÍTULO I: DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE CONCEITOS

O conceito de “paz”, “memória” e “vozes não ouvidas”, enquanto conceitos simbólicos que habitam nossas mentes, nosso imaginário e que perpassam nossos discursos, foi sendo construído ao longo da própria história da humanidade e recebeu diversas influências, tornando-se, hoje, um conceito polissêmico. As abordagens teóricas utilizadas foram aquelas que nos auxiliam a compreender o debate existente entre “paz”, “memória” e “vozes não ouvidas”: o que é memória? O que é paz? O que são vozes não ouvidas? Quais são as ligações entre “paz”, “memória” e “vozes não ouvidas”? “paz”, “memória” e “vozes não ouvidas” são noções mutuamente exclusivas? E quais são as manifestações concretas sobre a paz, a memória e as vozes não ouvidas? Para responder a essa inquietação do estudo, vamos nos apropriar dos conceitos-chave, embora polissêmicos, de “paz”, “memória” e “vozes não ouvidas”, para pensar o processo de negociação em Moçambique, como ele se materializou e como foi construído, uma vez que a literatura produzida nesse contexto nos apresenta uma narrativa feita pelos vencedores, deixando de lado alguns fatos, autores e ações importantes. Rememorar a história da guerra e da paz em Moçambique é uma tentativa de revisitar o passado e reescrever uma história, memória do país, com base nas “vozes não ouvidas”.

1. Conceito Moderno de “Paz”

A paz, portanto, não se constitui como uma ideia única; ao contrário, abarca diferentes concepções que, como veremos, acabam por influenciar e direcionar distintas posturas e práticas. Por ser um conceito simbólico universal, acaba por abranger um campo amplo que interage com outros campos, incluindo político, religioso, econômico etc. incorporando novos significados e sentidos. A paz universal é o melhor de todos os bens instituídos para a nossa felicidade (GUIMARÃES, 2005, p. 92).

Nesse bojo, o conceito de paz pode ser definido de várias maneiras. Na vertente liberal, a paz é vista como a ausência de qualquer situação que ameace a tranquilidade dos

indivíduos, abrindo espaço para a negociação e a resolução pacífica de conflitos. Para acessarmos esses conceitos, buscando desvelar seus sentidos, isto é, a ideia de consciência, a concepção dos sujeitos que pensam determinada coisa só pode ser compreendida a partir de um universo de metáforas retiradas das tradições históricas. Como suporte conceitual de nossa pesquisa, é necessário fazermos o esforço de compreender como, ao longo do tempo, os vários sentidos que perpassam a palavra paz foram sendo agregados, construídos e reafirmados. Nesse esforço de construção desse quadro histórico, visitaremos, a seguir, as principais matrizes do conceito de paz (SALLES FILHO, 2014).

O termo paz deve ser compreendido como o prazer da liberdade social, a ausência de conflitos bélicos entre as partes e o desenvolvimento sociopolítico e econômico. Nesse contexto, a paz também é concebida como uma harmonia social, englobando a concórdia, o perdão e a reconciliação nacional entre os moçambicanos. A paz, enquanto conceito, tem sido amplamente debatida por autores de diferentes áreas ao longo do tempo. De acordo com Salles Filho, no senso comum, a paz é frequentemente vista como o oposto da guerra ou como a simples ausência de conflito armado. Esse entendimento popular reflete uma concepção limitada, denominada “paz negativa”, que se refere exclusivamente à ausência de violência física direta. Contudo, essa visão é insuficiente para abarcar a complexidade da paz nas sociedades contemporâneas, especialmente em contextos pós-conflito (SALLES FILHO, 2014).

Para aprofundar o conceito de paz, Galtung apresenta uma distinção essencial entre “paz negativa” e “paz positiva”. A paz negativa, como mencionado anteriormente, refere-se à ausência de violência direta, enquanto a paz positiva envolve a eliminação das causas estruturais da violência, tais como desigualdade, injustiça e marginalização social. Segundo o mesmo autor, a paz sustentável só pode ser alcançada quando as estruturas sociais e econômicas são transformadas de modo a promover a justiça e a equidade (GALTUNG, 1996, p. 223); (ZECA, 2013, p. 67).

A paz negativa significa a ausência de guerra e de violência física e de outras formas de manifestação violenta. Estamos diante da paz negativa quando há ausência de violência direta, visível e instrumental. A paz negativa é a mera ausência da guerra, o que não elimina a predisposição para a violência estrutural da sociedade. A paz negativa é

aquela cujo fim é o término da violência. Ela é "paz" porque algo de negativo (a violência) cessou. Contudo, acaba sendo "negativa" porque não resolveu as causas dessa violência, guardando mágoas que podem culminar na eclosão de novos focos de violência, talvez ainda mais preocupantes (GALTUNG, 1996, p. 223); (ZECA, 2013, p. 67).

A paz positiva vai além da ausência de guerra; ela engloba o desenvolvimento de condições que garantam uma convivência harmoniosa e justa entre os membros da sociedade. A paz positiva corresponde à ausência das violências direta e estrutural, em um cenário de distribuição igualitária de poder e de recursos, sendo, portanto, uma condição positiva. A paz positiva define-se pela ausência de violência estrutural ou psicológica; nela, reina certo grau de cooperação e ajuda mútua, ainda que ocasional, entre os membros da Comunidade ou da sociedade. A paz positiva implica a construção de uma sociedade melhor, na qual mais pessoas compartilham o espaço social e justiça social (GALTUNG, 1996, p. 14); (ZECA, 2013, p. 67).

A paz positiva direta consiste na benevolência física e verbal, benéfica para o corpo, a mente e o espírito próprios e alheios. Ela estaria voltada para atender às necessidades básicas, garantindo sobrevivência, bem-estar, liberdade e identidade. Por sua vez, a paz estrutural positiva substituiria a repressão pela liberdade e a exploração pela equidade. Essa substituição seria fortalecida por meio do diálogo, em vez da imposição; da integração, em vez da segmentação; da solidariedade, em vez da fragmentação; e da participação, em vez da marginalização.

Por outro lado, Lederach introduz uma abordagem relacional para a construção da paz, argumentando que o processo deve ocorrer tanto de cima para baixo, com o envolvimento das lideranças políticas, quanto de baixo para cima, com a participação ativa das Comunidades locais. Ele destaca a importância da reconciliação para garantir uma paz duradoura, enfatizando que a construção da paz é um processo contínuo, relacional e profundamente enraizado nas dinâmicas sociais. Para o mesmo autor, "a paz verdadeira só pode ser construída com base na restauração das relações e na construção de uma infraestrutura social para a paz" (LEDERACH, 1977, p. 56).

A partir dessa perspetiva, é possível compreender que a paz não é apenas um estado, mas também um processo que envolve o fortalecimento das conexões humanas e a criação de uma rede de apoio social e político. Existem dez tipos de paz que ajudam a embasar a análise sobre os processos de pacificação e reconciliação em contextos pós-conflito. Esses tipos são: (1) paz imposta[31], (2) paz durável[32], (3) paz estável[33], (4) paz precária[34], (5) paz

[31] A paz imposta, por exemplo, resulta da imposição de uma potência ou de um acordo entre as partes em conflito, frequentemente por meio de uma intervenção externa ou um pacto de paz formal. Embora possa trazer uma pausa imediata à violência, sua fragilidade reside no fato de depender de forças externas para sua manutenção (SALLES FILHO, 2014).

[32]A paz durável manifesta-se em uma sociedade onde o Governo possui legitimidade tanto interna quanto internacional, e os conflitos são resolvidos dentro de instituições democráticas. Essa forma de paz é caracterizada pela resolução pacífica de tensões entre grupos sociais e políticos, embora raramente exista uma ausência completa de conflitos. A paz durável manifesta-se numa sociedade em que o Governo pode gozar de legitimidade vertical, horizontal, nacional e internacional elevada; os valores e interesses defendidos estão no quadro dessa legitimidade; os conflitos são resolvidos no quadro de instituições democráticas; os governantes prestam contas aos governados no contexto das regras democráticas; não há questionamentos sociais e é muito raro encontrar sociedades em estado de harmonia completa, ou seja, sem tensões ou conflito, e existem conflito entre ricos e pobres, entre partidos políticos, entre vários grupos de interesses. Na essência, há paz durável quando a elite dirigente tem legitimidade para governar, os valores e interesses são perseguidos dentro do quadro dessa legitimidade – horizontal e vertical, nacional e internacional – e as disputas são resolvidas com recurso ao diálogo. Numa situação de paz durável, as manifestações antigovernamentais são escassas na sociedade; as forças militares são desnecessárias para manter a paz e segurança na sociedade; a legitimidade horizontal prevalece na sociedade, isto é, elite governante consegue criar e gerir o clima político nacional, estabelecendo políticas públicas de desenvolvimento que beneficiam a todos – inclusão. Portanto, em situações de paz durável, reina um ambiente de harmonia na sociedade, tendo em conta os diferentes seguimentos da mesma (RUPESINGHE, 1998, p. 61); (ZECA, 2013, p. 63).

[33]A paz estável refere-se a um estado em que a probabilidade de guerra ou conflito armado é extremamente baixa, com ambas as partes envolvidas no conflito anterior descartando a possibilidade de retomar a violência. É um conceito introduzido por Kennth Boulding, em 1978. A paz estável é definida como uma situação na qual a probabilidade de guerra ou conflito armado é muito pequena e remota. Trata-se de um cenário em que, na prática, não entra nos cálculos de qualquer das partes antes envolvidas no conflito a equacionar o retorno à guerra. A paz estável caracteriza-se por existir grupos extraparlamentares e sociedade civil mais ativos na produção de conteúdos para a agenda nacional; a sociedade é propensa para ocorrência da violência física e para repressões do Governo; todavia, o Estado de direito - primado da lei onde ninguém está acima da lei - é firme e respeitado pelos membros da sociedade. A sociedade é caracterizada por existir uma comunicação reduzida, ausência e ou mesmo uma deficiente comunicação; o nível de suspensão e tensões crescente; não há garantias firmes da paz e para longo prazo (RUPESINGHE, 1998, p. 61); (ZECA, 2013, p. 63-64).

[34] Paz precária é definida por uma ausência temporária de conflitos armados ou hostilidades militares, onde o retorno ao conflito permanece uma possibilidade concreta caso não sejam geridos corretamente os fatores que levaram ao cessar-fogo. A paz precária é um estado de conflito caracterizado por um pouco mais do que uma ausência temporária de conflito armado ou de hostilidade militares. A paz precária pode degenerar em conflito se a sua gestão não for correta e adequadamente controlada (ZECA, 2013, p. 64).

condicional[35], (6) paz sustentável[36], (7) paz instável[37], (8) paz de equilíbrio[38], (9) paz hegemónica[39] e (10) paz imperial[40] (SALLES FILHO, 2014); (BOUTHOUL, 1991, p. 24)[41].

Esses dez tipos de paz permitem uma compreensão mais ampla e complexa do que significa "estar em paz", destacando as diferentes formas pelas quais a paz pode ser mantida ou ameaçada. Cada tipo de paz envolve não apenas a ausência de violência, mas também a natureza das relações de poder, a legitimidade das instituições e o envolvimento das Comunidades nos processos de reconciliação e de justiça social. Em síntese, o termo "paz" deve ser compreendido como o prazer da liberdade social, a ausência de conflitos bélicos entre as partes e o desenvolvimento sociopolítico e econômico. Nesse contexto, a paz também é concebida como uma harmonia social, englobando a concórdia, o perdão e a reconciliação nacional entre os moçambicanos. Esses conceitos serão centrais para a análise do processo de construção da paz e da reconciliação em Moçambique, contribuindo para situar o país dentro desse espectro de diferentes tipos de paz.

1.1. Conceito de "Memória"

[35] A paz condicional depende de um equilíbrio frágil, mantido por mecanismos de dissuasão que preservam a paz, mesmo em um ambiente onde prevalecem ameaças de violência ou tensões latentes. A paz condicional é um estado de relacionamento entre as partes em que a dissuasão joga um papel crucial na preservação da paz. Todavia, prevalecem fortes ameaças ou mesmo propensão para a ocorrência de violência. Este é um quadro real e a paz é mantida através de situações de crise (ZECA, 2013, p. 64).

[36] A paz sustentável é mais abrangente, englobando a reconciliação e a normalização da vida dos cidadãos. Ela é baseada em condições estruturais que promovem a coesão social, incluindo elementos como compaixão, perdão e o abandono de ressentimentos, fatores essenciais para a reconstrução de uma sociedade pós-conflito.

[37] A paz instável, onde o Governo se mantém no poder por meio de coerção ou repressão, com uma sociedade polarizada e comunicação limitada entre governantes e governados.

[38] paz de equilíbrio, que resulta do balanço de forças entre grupos com poder semelhante, sustentada por alianças temporárias (SALLES FILLHO, 2014).

[39] A paz hegemónica, por sua vez, emerge do equilíbrio entre Estados, com um deles exercendo superioridade estrutural sobre os demais.

[40] a paz imperial é estabelecida por meio da dominação de um Estado por outro, implicando a redução parcial ou total da soberania do Estado subordinado.

[41] BOUTHOUL, Gaston (1991). *Traité de polémologie*, Payot, París, 3ª, p. 4. "Si quieres la paz, prepara la guerra, dicen y hacen los políticos. Si quieres la paz, pronuncia buenos discursos s, dice el pacifismo retórico […], pero nadie admite mula, que cifra su concepto del pacifismo funcional, es decir, científico y no meramente declamatorio, actualizó el clásico si vis pacem, para bellum. Le acusaron por ello de enemigo de la paz; pero no era un belicista ni un militarista.

A introdução da memória como objeto de análise nas Ciências Sociais deveu-se a Maurice Halbwachs que, desenvolveu alguns estudos sobre essa temática, configurando uma espécie de Sociologia da Memória. É consenso entre historiadores que as discussões sobre memória têm como ponto de partida os trabalhos de Halbwachs - *Les cadres sociaux de la mémoire*, 1925, e *La mémoire collective*, 1950. Esse autor adota a vertente da sociologia francesa de Émile Durkheim, na qual o social tem precedência sobre o espírito.

O sociólogo francês Maurice Halbwachs (1992) foi o primeiro a introduzir formalmente o conceito de memória coletiva na teoria social. A ideia fundamental de Maurice Halbwachs é a de que a memória depende do contexto social. Ele desenvolveu o conceito de memória coletiva enfatizando as estruturas sociais da memória.

A memória do indivíduo traduz uma consciência reduzida aos seus próprios recursos, enquanto reprodução deformada e parcial de lembranças que um grupo admite como comuns e suas. Por um lado, há uma memória individual, resultante da "história vivida"; por outro, as lembranças de momentos vividos por membros do grupo (ou do coletivo nacional) são assumidas como a memória coletiva (ou histórica). A memória segundo Halbwachs, é sempre socialmente estruturada, uma vez que são os grupos sociais que determinam os aspetos do passado que são recordados e a forma como são recordados: "o indivíduo convoca lembranças à mente por confiar nas estruturas sociais da memória" (HALBWACHS, 1992, p. 182). Assim, nos termos de Paul Ricoeur:

> *"De fato, não se pode ignorar as condições históricas nas quais o dever de memória é requerido, a saber, na Europa ocidental e particularmente na França, algumas décadas após os horríveis acontecimentos de meados do século XX. A injunção só passa a fazer sentido em relação às dificuldades, vivenciada pela Comunidade nacional ou pelas partes feridas do corpo político, de constituir uma memória desses acontecimentos de modo apaziguado. Não se poderia falar dessas dificuldades de maneira responsável sem ter antes atravessado as planícies áridas da epistemologia do conhecimento histórico para chegar à região dos conflitos entre memória individual, memória coletiva, memória histórica, nesse ponto em que a memória viva dos sobreviventes enfrenta o olhar distanciado e crítico do historiador, para não mencionar o do juiz (RICOEUR, 2007, p. 99)".*

No centro da história oral está a memória, da qual os significados podem ser extraídos e preservados. De acordo com esse autor, a história oral recolhe memórias e comentários pessoais com significado histórico, por meio de entrevistas gravadas e conduzidas pelo pesquisador (entrevistador) (RITCHIE, 2003, p. 19). Alessandro Portelli

ressalta que a história oral revela menos informações sobre os eventos e mais sobre seus significados. Contudo, isso não implica que a história oral não tenha validade factual, pois as entrevistas revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos. Pode-se considerar a memória como ponto de interseção entre a história e a literatura, um recurso para pensar o vivido e o narrado. No entanto, a literatura também não deixa de ser uma narrativa e vice-versa. Ou seja, se considerarmos toda história fundamentalmente uma narrativa, é possível observar traços literários nesse mesmo discurso histórico (PORTELLI, 2006, p. 36).

O sociólogo Michael Pollak definiu tratar a memória como um dos recursos utilizados como estratégia nas relações de poder é levar em conta que esquecimento e silêncio não significam ausência de memória, pois só se esquece aquilo que já foi importante registrar. Assim, o silêncio e o esquecimento são formas controladas de memória, reveladoras de mecanismos de manipulação da memória coletiva. Dessa forma, "o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais" (POLLAK, 1989, p. 3). A subjetividade, a memória, a identidade, a oralidade e o imaginário que compõem a narrativa literária, quando confrontados com outras fontes, também são utilizados como recurso metodológico para a produção historiográfica.

Michael Pollack trabalhou a ideia da memória individual, e da memória coletiva, estarem em disputa com os processos de enquadramento sistemático da história-oficial construída. Assim, sua análise perpassa as interações entre a construção e a referência base do processo, sendo estas correspondências feitas entre indivíduos ou entre grupos, ou seja, suas imagens construídas. É a perspectiva teórica, muito semelhante a algumas já apresentadas no texto, como Fanon, sobre a possibilidade da construção de uma imagem de si no contexto de subjugação colonial, corroborando para perspectiva que os sujeitos estariam inferiorizados nas formas de compor sua identidade em relação ao outro.

Le Goff contribui significativamente ao conceber a memória como uma função psíquica essencial que permite ao ser humano recuperar informações passadas, fundamentais para a percepção histórica. Ele ressalta que, mesmo em sociedades sem escrita, a memória coletiva se estrutura em torno de elementos como idade coletiva,

prestígio familiar e saber técnico, destacando como a introdução da escrita transformou profundamente a memória coletiva, estabelecendo novas formas documentais e possibilitando avanços importantes na ciência histórica por meio da epigrafia. Nota-se, assim, que o autor introduz o conceito de memória coletiva como algo profundamente ligado à percepção histórica e à identidade de um grupo social (LE GOFF, 1990, p. 423). Silva concorda com Le Goff ao reconhecer que a escrita introduziu uma memória autônoma, capaz de transcender os limites individuais, garantindo uma transmissão estável e duradoura das informações. A escrita, e posteriormente a imprensa, possibilitaram que as ideias fossem disseminadas de maneira mais eficiente e estável do que as tradicionais formas orais (SILVA, 2012).

Maurice Halbwachs, por sua vez, também enfatizou a ligação entre a duração de um grupo e a sua memória. Ele defendeu que a memória de um grupo se conserva apenas enquanto o grupo existir. Segundo o autor, há uma interação essencial entre a memória individual e a coletiva, pois as impressões pessoais se apoiam na memória coletiva para alcançar o ponto de vista do grupo, criando uma "consciência do grupo", mas as lembranças coletivas se impõem sobre as lembranças individuais (HALBWACHS, 1990, p. 61-62). Constitui-se, assim, um vínculo do indivíduo com o grupo e um liame vivo de geração para geração. Portanto, transmite-se a vivência de uma época, que são os testemunhos e as condutas: "as maneiras de pensar e de ser de outrora que se fixam assim dentro de sua memória" (HALBWACHS, 1990, p. 66). Além disso, o sociólogo estabelece uma distinção entre memória coletiva e história.

De um lado, a história é a "compilação dos fatos", de forma esquematizada e compondo um "quadro total"; de outro, a memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, com limites irregulares e coexistente com outras memórias coletivas. A memória de uma sociedade se estende até onde pode, isto é, até onde alcança a memória dos grupos que a compõem. Não é por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela esquece uma grande quantidade de fatos e personalidades antigas, mas porque os grupos que guardavam sua lembrança desapareceram (HALBWACHS, 1992, p. 105). Os usos políticos da memória, tal como tratados por Ricoeur (2007), despertaram interesse na Comunidade de historiadores.

A memória, em sua extensa potencialidade, ultrapassa, inclusive, o tempo de vida individual. Por meio das histórias de família, das crônicas que registram o cotidiano, das tradições, das histórias transmitidas por gerações e das inúmeras formas de narrativas, constrói-se a memória de um tempo que antecede o da vida de uma pessoa. Ultrapassa-se a cronologia atual e o homem mergulha em seu passado ancestral. Nessa dinâmica, memórias individuais e memórias coletivas se encontram, se fundem e se constituem como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico.

Dessa forma, o conceito de memória não é homogêneo e se conforma por múltiplos significados, entre os quais se destacam: [1] retenção de elementos inerentes a conhecimentos adquiridos; [2] estabelecimento de nexos entre o presente e as experiências vividas; [3] evocação do passado por meio de reminiscências e lembranças; [4] atualização do passado no eterno presente; [5] evocação de utopias, que libertam o homem, fazendo do passado suporte para a reconstrução do próprio presente e para a construção do futuro. São, portanto, inúmeras as concepções de memória; contudo, elas apresentam um denominador comum: o fato de serem reminiscências do passado e, sobretudo, a capacidade humana de reter e conservar o tempo que passou, salvando-o da perda total. É importante notar que tanto a memória quanto os meios de encará-la mudaram, uma vez que o mundo se transformou. Na sociedade global, cada vez mais dinâmica e acelerada, que rompeu antigas fronteiras e formas de relacionamento entre os indivíduos, a memória foi afetada e sua transmissão, alterada.

Joel Candau, por sua vez, alerta para o risco do esquecimento, destacando que a preservação documental é fundamental para evitar a perda da identidade histórica e cultural. A maioria das memórias é de caráter transitório, mas não compartilhado, considerando a dimensão individual e mesmo fisiológica cerebral a que o autor se refere (CANDAU, 2014). Silva destaca que o risco do esquecimento reforça a importância da criação de “lugares de memória”, nos quais o patrimônio material e simbólico é protegido e difundido para garantir sua longevidade (SILVA, 2019, p. 22). Observa-se que, em contraste, Joel Candau alerta para os riscos do esquecimento, reforçando a importância ativa da preservação documental para evitar a perda de identidade e memória histórica (CANDAU, 2014). No caso da guerra em Moçambique, a ideologia do grupo dominante da FRELIMO serviu

como uma proposta comum ao povo, que, por sua vez, foi induzido à intenção de legitimação e manutenção do poder. Dessa forma, essa ideologia dominante tornou-se parte da memória coletiva a partir da manipulação de narrativas fundadoras.

1.2. Novo Conceito de "Vozes Não Ouvidas"

A construção de plataformas nas quais essas múltiplas vozes são ouvidas revela-se um processo de ampliação democrática, no qual o passado é transcrito para os aspectos particulares das vidas individuais, na constituição de suas identidades, e no qual os processos de reconciliação mais pessoais se transformam em parte constitutiva da memória social e política moçambicana. É nesse contexto que as narrativas coletivas e individuais, que exigem ser ouvidas, não devem ser esquecidas, juntamente com as experiências que representam e as memórias que incorporam. Como podemos observar até aqui, a pesquisa busca dar lugar às "novas vozes" que têm emergido no âmbito político e, neste caso, em Moçambique, construindo um caminho de experiências que fujam do cânone, do tradicional, colocando em pauta a existência e a necessidade de levar adiante a pluralidade existente na Comunidade. O fato de utilizar teorias com viés pautado nos estudos também fortalece ainda mais tais relações, pois assume a iniciativa de romper com sistemas que colocam algumas vozes à margem da sociedade; desse modo, cremos que nosso estudo poderá vir a ter alguma contribuição para as pesquisas nesse segmento.

Graciano Castellari, missionário comboniano italiano, na sua obra produzida em 2015, oferece em "*Frágeis entre Frágeis"* um testemunho autobiográfico de mais de quatro décadas vividas em Moçambique, desde o período colonial até o pós-guerra. Aos combonianos foi reservada a parte norte de Moçambique, onde havia predominância da população macua (CASTELLARI, 2015). Os combonianos vão ainda mais longe ao afirmar que a confusão entre Estado e Igreja, em Moçambique, é total, e que quem combate em favor da justiça social é julgado subversivo e marginalizado. O silêncio da hierarquia católica local soa como incompreensível, sendo definida como "amordaçada". Trata-se de uma postura não aceitável, considerando-se as inúmeras chacinas, torturas e violências perpetradas pela tropa portuguesa contra civis indefesos (REDAZIONE, 1973).

Percebe-se que a intenção desses primeiros missionários estava voltada para o ensino dos indígenas. Para compreendermos, então, as ações do padre Castellari no interior da congregação dos combonianos, é preciso considerar a transformação de Moçambique que levou à chegada dos padres combonianos. Sua perspectiva, a de um "*Frágil entre Frágeis*", revela um engajamento profundo com a realidade local, buscando aprender com o povo e compartilhar suas dificuldades. Castellari, em seu livro, oferece também um testemunho valioso sobre a história do país, desde o período colonial até o pós-guerra, sob a perspectiva de um homem que se dedicou ao serviço do próximo e à construção de uma Igreja local enraizada na cultura e nas necessidades do povo moçambicano (CASTELLARI, 2015).

O desenvolvimento do livro concentra-se em suas memórias em Moçambique, desde a sua chegada em Moçambique até ao seu retorno à Itália, em 2005. As memórias são organizadas cronologicamente e divididas em capítulos que correspondem aos diferentes momentos e lugares de sua missão. Suas recordações fornecem também um olhar singular sobre as transformações sociais e políticas do país, permeado por encontros, desencontros, esperanças e desilusões.

A experiência de Graciano Castellari, ao vivenciar de perto momentos cruciais da história moçambicana, reforça a importância da história vivida e da memória individual na construção de um quadro mais completo do passado. Sua atuação durante o colonialismo, a independência e a guerra, incluindo sua expulsão pelo regime colonial, sublinha o papel da Igreja e de seus membros em contextos de opressão e de luta pela autodeterminação. O autor descreve seus primeiros anos em Nétia, dedicando-se a aprender a língua macua e a se familiarizar com a cultura local. A imersão na vida cotidiana do povo moçambicano foi fundamental para o estabelecimento de laços de confiança e para a compreensão dos desafios enfrentados pela população. Ele participava de enterros, visitava escolas e auxiliava os doentes, buscando compreender a realidade do povo para construir vínculos de confiança. Como ele mesmo relata: "em Nétia, preparei-me durante quatro anos para uma missão plena, estudando a língua, acompanhando as escolas, ajudando os doentes e, como me propus, participando de todos os enterros" (CASTELLARI, 2015, p. 9).

Essa imersão na vida cotidiana do povo moçambicano foi fundamental para que se estabelecessem laços de confiança e se compreendessem os desafios enfrentados pela

população. Ao participar dos rituais fúnebres, visitar as escolas e prestar assistência aos enfermos, o missionário demonstrava seu compromisso em servir e aprender com a Comunidade. Em seguida, Castellari foi transferido para Mueria, onde atuou como formador de catequistas. Ele se dedicou a preparar líderes locais para assumirem o protagonismo na evangelização, incentivando a inculturação da fé e a valorização da cultura moçambicana, como refere em seus escritos: “em 1968-1969 o padre Castellari esteve em Mueria como formador de catequistas e logo depois ficou responsável por um novo Centro Catequético em Anchilo, até 1975” (CASTELLARI, 2015, p. 9).

A obra de Dom Luiz Fernando Lisboa publicada em 2024, que retrata a sua atuação em Cabo Delgado entre 2001 e 2021, oferece em "*Memórias Missionárias em Cabo Delgado*" um olhar sobre os desafios contemporâneos, marcados pela insurgência e pelas consequentes crises humanitárias. Esta obra é um relato profundo e pessoal sobre duas décadas de missão em Moçambique, especialmente na região de Cabo Delgado. Dom Luiz Fernando Lisboa, atual Bispo da Diocese de Cachoeiro do Itapemirim (ES), viveu em Moçambique por 20 anos e entre 2013 e 2021 foi Bispo da Diocese de Pemba, em Cabo Delgado.

Dom Luiz Fernando Lisboa foi nomeado Bispo de Pemba pelo Papa Francisco em junho de 2013. O contexto social enfrentado na Diocese de Pemba foi caracterizado por um período de violenta penetração do capital, exercendo uma forte pressão sobre terras e reassentamentos populacionais, por uma intensa conflitualidade nas minas de Montepuez, por graves violações de direitos humanos, assim como um aumento da pobreza e desigualdades sociais. A obra reflecte as vivências do autor como missionário passionista e, posteriormente, bispo de Pemba, abordando questões sociais, culturais e religiosas em um contexto marcado por desafios humanitários e conflitos. O livro combina memórias pessoais com reflexões sobre o papel da Igreja Católica e dos missionários em situações de vulnerabilidade extrema.

Contudo, as memórias de Graciano Castellari e de Dom Luiz Lisboa, ao registrarem suas experiências e interações com as Comunidades locais em diferentes períodos históricos, contribuem para essa história oral mais ampla, oferecendo perspectivas que complementam e, por vezes, questionam as narrativas oficiais. Essas obras também

apresentam outras perspectivas de análise dos processos histórico-sociais da história moçambicana. A postura de Graciano Castellari, como "frágil entre os frágeis", e a imersão de Lisboa nas crises humanitárias contemporâneas facilitam a emergência de vozes e experiências que poderiam permanecer silenciadas em outros contextos. A valorização da língua macua por Graciano Castellari e o respeito de Lisboa pelas culturas locais exemplificam essa busca por narrativas enraizadas nas experiências do povo (CASTELLARI, 2015); (LISBOA, 2024).

A análise de Rita Chaves sobre a dinâmica entre história, memória e ficção em Moçambique pós-colonial oferece um arcabouço teórico fundamental para compreendermos o significado das memórias de Graciano Castellari e, agora também, as de Dom Luiz Fernando Lisboa. Rita Chaves argumenta que, em contextos pós-coloniais, a valorização da história oral e da memória coletiva emerge como uma forma de dinamizar outros pontos de vista, desafiando as narrativas hegemônicas impostas pelo colonialismo (CHAVES, 2020).

Estas obras têm demonstrado, ao longo do tempo, como a narrativa da FRELIMO no período da guerra silenciou uma diversidade de memórias, como as dos antigos presos políticos, dos dissidentes da FRELIMO, dos membros de partidos políticos rivais, dos soldados moçambicanos alistados no exército colonial e das populações das cidades e dos aldeamentos coloniais. Houve, com isso, um abandono em massa de brancos e portugueses de Moçambique, levando consigo boa parte da população que, até então, tinha acesso à educação. A história contemporânea de Moçambique, país africano que alcançou sua independência como resultado de uma luta armada contra o colonialismo português, é marcada por diversas estratégias de invocação de memórias, que constituem a referência a partir da qual o presente é vivido e o passado confrontado.

Qualquer história nacional de caráter visionário é reflexo de uma escolha política. O projeto de história nacional produzido a partir da independência, alcançada em 1975, encontra-se envolto em silêncios que refletem desigualdades de poder na construção dessa narrativa: desigualdades de classe, de gênero, etnorraciais, etárias, de caráter religioso, entre campo e cidade, entre outras. Responsáveis por uma instigante produção ficcional, que abrange desde a pesquisa e a reconstrução histórica até a crítica incisiva da realidade

dos dias atuais, essas obras podem ser reconhecidas como pertencentes a alguns dos mais coerentes pensadores da sociedade moçambicana no contexto atual.

Contudo, o diário de missão do padre Graciano Castellari, os estudos de Rita Chaves e os relatos de Dom Luiz Fernando Lisboa, enquanto fontes, possibilitam a análise das experiências cotidianas da Igreja Católica e de seus representantes no interior da missão, em solo moçambicano, desde o fim do período colonial, passando pela independência e, por fim, pela trama da guerra civil tecida nesse território, a partir do conflito entre as forças do Governo da FRELIMO e sua oposição, a RENAMO. Compreendem-se, assim, os meios de organização e reorganização da missão de acordo com os acontecimentos do século XX.

A obra desses autores oferece uma contribuição original para a pesquisa histórica contemporânea em Moçambique, uma vez que proporciona um relato singular da guerra civil moçambicana sob a ótica da instituição católica, que teve participação fundamental no processo de assinatura do acordo de paz entre FRELIMO e RENAMO, em 1992, e que permaneceu no país após a independência, mesmo depois da debandada de quase a totalidade de brancos e estrangeiros. Esta tese recupera as “vozes não ouvidas” como categoria analítica central: mulheres, comunidades rurais, autoridades tradicionais e partidos políticos menores foram sistematicamente excluídos das mesas de negociação. Quem controla a memória da guerra controla também o futuro político do país.

CAPÍTULO II: TRAJETÓRIAS DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE

A respeito dos processos contemporâneos em torno da negociação pela paz, será necessário recuarmos aos anos de 1950 a 1960 do século passado, quando surgiram os primeiros movimentos nacionalistas voltados para o combate ao colonialismo português. Havia, nessa etapa da busca, consenso sobre o tipo de guerra que a FRELIMO deveria enveredar. Iniciada a luta armada de libertação nacional, a partir de 25 de Setembro de 1964, a paz só foi possível após a assinatura dos Acordos de Lusaka, a 7 de Setembro de 1974, que levaram Moçambique a alcançar a independência nacional. Entretanto, durante o processo de negociação para a independência nacional, notamos a exclusão de certos movimentos nacionais e de algumas individualidades que iremos enquadrar nesta tese como "vozes não ouvidas" durante o processo de negociação que levou à assinatura dos Acordos de Lusaka. É nesse diapasão que o presente capítulo pretende se debruçar.

2. Emergência do Nacionalismo em Moçambique e as Contradições sobre Criação da FRELIMO

O aparelho repressivo montado pelo regime colonial negava aos africanos quaisquer direitos políticos e liberdades civis. Os "custos sociais do colonial-capitalismo", de que falam os historiadores Allen e Barbara Isaacman, mostram-nos claramente os métodos utilizados pelo regime para prevenir qualquer manifestação da oposição africana, isto é, "o controle da educação, o trabalho forçado, a deportação, a repressão policial e militar, o controle dos movimentos dos africanos por meio da imposição de toques de recolher e do sistema de passes, a censura severa de jornais, livros, filmes e discos, a tortura, a prisão sem julgamento, as execuções sumárias e o terror" (ISACCMAN e ISACCMAN, 1983, p. 53-59).

A forma como foi implementada a administração colonial portuguesa a partir da década de 1930, segregando a população africana das funções-chave da sociedade local,

causou descontentamento entre os africanos, provocando o surgimento dos primeiros movimentos associativos em Moçambique, como o Grémio Africano de Lourenço Marques, que constituía, à época, a mais importante organização de oposição moderada à administração colonial. A expressão mais evidente de sua atividade era o jornal *O Brado Africano*[42], e a *Associação Africana*[43], embrião dos movimentos anticoloniais surgidos no país durante a década de 1960 (NEWITT, 1995, p. 386).

Esses inteletuais fizeram surgir os movimentos protonacionalistas[44]; que foram surgindo através dos estudantes universitários do exterior[45]; e de trabalhadores emigrantes do meio social dos Estados vizinhos de Moçambique, como África do Sul, na ex-Rodésia do Sul e do Norte e nas plantações britânicas no Quênia. Em 1951, os membros da Casa de Estudante de Império (CEI)[46] fundaram o Centro de Estudos Africanos (CEA) que

---

[42] O *Brado Africano* foi fundada em 1918, tornando-se num jornal produzido por uma pequena elite da burguesia reformista, cujos objetivos se orientavam para o alargamento dos direitos de cidadania a toda a população africana (MORREIRA, 1997, p. 41).

[43] A Associação Africana foi criado em 1938. Este movimento era composto por moçambicanos e procurava difundir o nacionalismo africano em Moçambique, posicionando-se contrário às arbitrariedades cometidas pelos colonos portugueses nesse período (HEDGES, 1999).

[44] Os movimentos protonacionalistas, em Moçambique, remontam a década de 1910, com ações do Pastor Kamba Simango, primeiro moçambicano a frequentar um curso superior, nos Estados Unidos da América. Juntamente com William Dubois, Marc Garvey e participou de eventos internacionais sobre o renascimento africano. Foi Pastor da Igreja Cristo Unida em Moçambique, no Distrito do Búzi e depois na Cidade Beira. Devido às suas ideias nacionalistas, foi perseguido pelo Governo colonial e exilou-se no Gana, onde viria a morrer, em 1967, vítima de atropelamento, pouco tempo depois de ter-se encontrado com Eduardo Mondlane. De acordo com Moreira, a noção do protonacionalismo em Moçambique foi utilizada por vários autores que procuraram dar conta das distintas elites criolas que desencadearam em movimentos intelectuais nos principais centro urbanos em Moçambique. Neste período destacam-se a familia Albasine (MOREIRA, 1997).

[45] Eduardo Mondlane, Marcelino dos, Pascoal Mucumbi, Joaquim Alberto Chissano, entre outros que se encontravam a estudar entre Portugal, Estados Unidos e França.

[46] A Casa de Estudantes de Império (CEI) foi criada na decada de 1950 com objectivos de enquadrar as actividades socias dos jovens oriúndos das colónias. Esses jovens oriúdos das colonias portuguesas, através de eventos culturais, palestras e produções de escrita, opunham-s à política do regime colonial português para com as elites africanas (Hedges, 1999, p. 208). A CEI foi criada com objectivo de enquadrar as actividades sociais dos jovens oriundos das colónias, na ideologia do Estado Novo, bem como desenvolver entre os mesmos o sentido patriótico. Essa organização acabou por facilitar o que era impedido pela divisão das associações nas colónias, nomeadamente a confraternização dos jovens de várias origens. Através de eventos culturais, palestras e produções escritas, os jovens na CEI, opunhamse à política do regime para com as elites africanas, sobretudo na área da educação. Na CEI os jovens trocavam também os seus saberes e aprendiam a cultura de outros cantos. Esses mesmos estudantes africanos da Casa do Império em Lisboa, como outros em Londres e Paris, começaram a questionar a a assimilação aos valores culturais do colonizador (HEDGES, 1999, p. 208).

acompanhou o Centro Associativo dos Negros de Moçambique (CANM) e o Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM)[47] nos seus trabalhos.

Apesar das medidas opressivas da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE)[48], o CEI trabalhou ativamente na difusão de informações sobre as colônias portuguesas pelo mundo e fortaleceu a ideia da independência nacional, consolidando, assim, as ideias nacionalistas no seio da juventude (CHISSANO, 2010); (MATUSSE, 2009); (MONDLANE, 1975). A independência de Gana (1957) e de outros países africanos, como a Tanzânia (1961) e a Zâmbia (1964), contribuiu para despertar os movimentos nacionalistas nas colônias portuguesas. Os países recém-independentes, sob a orientação de Kwame Nkrumah, presidente de Gana, criaram, em 25 de maio de 1963, a Organização da Unidade Africana (OUA) (HENRIKSEN, 1978, p. 170). A inspiração de Nkrumah e da

[47] Estes dois organismos difundiam, entre a juventude africana, em Moçambique, ideias com vista ao alcance da independência nacional, incentivando ações de resistência contra a dominação colonial. O NESAM foi criado em 1949 pelo Eduardo Mondlane cujo objetivo se prendia com o fomento da unidade e camaradagem entre os jovens africanos, através do desenvolvimento da sua capacidade fisica, espiritual e intelectual. Aliado a isso, veio a integrar futuros jovens que mas tarde vieram a integrar os quadros da FRELIMO como, Joaquim Chissano, Armando Guebuza, Luís Bernardo Honwana, Augusto Hunguana, Filipe Samuel Magaia, Mariano Matsinhe, Josina Muthembe, Pascoal Mucumi e Jorge tembe. Depois de varias actuações em Moçambique, a PIDE efetuou detenções de Domingos Arouca, Luís Honwana e Malangatana Valente Ngunha (MONDLANE, 1975).

[48] Criada pelo Decreto-Lei Nº 35 046, de 22 de outubro de 1945, a PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado, um aparato policial de segurança do Estado colonial português, foi o responsável pela repressão de todas as formas de oposição ao regime político vigente e controle dos serviços de estrangeiros e de fronteiras, e estabelecido nas colônias portuguesas, em África, em meados da década de 1950, com a tarefa de levar a cabo ações de vigilância sistemática de entidades hostis ao regime colonial. E com a outorga do Decreto Lei número 39. 749 de setembro de 1954, expandia os mesmos serviços para os territórios ultramarinos (Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique) e implementados de forma efetiva em Moçambique nos anos de 1960 (SOUTO, 2007).

OUA era panafricanista[49], ideologia que buscava a união dos povos africanos diante dos desafios existentes no planeta.

Alimentados pelo panafricanismo e inseridos no contexto da Guerra Fria, os movimentos associativos moçambicanos ganharam força e se consolidaram como movimentos anticoloniais (HEDGES e CHILUNDO, 1999, p. 238-239). As narrativas históricas sobre as origens do nacionalismo moçambicano frequentemente atribuíram um papel privilegiado à fundação da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), em Casablanca, em 1961. O objetivo principal da CONCP e de suas organizações afiliadas era obter apoio internacional para a descolonização ativa dos territórios portugueses, especialmente por meio da "aquisição de meios de autodefesa para apoiar a resistência popular", isto é, a luta armada.

Todavia, as diversas iniciativas de alcançar a independência por via pacífica fracassaram devido à repressão, como o Massacre de Mueda[50] e ao uso da força por parte

[49] O Panafricanismo, com raízes de descendentes de escravos das antigas colônias inglesas do Caribe e dos Estados Unidos, nasceu fora da África. É um movimento político e social surgido na passagem do século XIX ao XX. Ele esteve centrado na defesa da descolonização e do progresso político-social da África, sendo o seu principal mentor o sociólogo afro-americano W. E. B. Dubois. Valores como solidariedade, união, promoção social e cultural, foram suas características. W. E. B. Dubois organizou os quatro primeiros congressos Pan-africanos (1919, 1921, 1923 na Europa e 1927 nos EUA), onde a representação africana foi minoritária. Na década de 1930, o movimento não realizou congressos, mas manteve sua militância na oposição à conquista da Etiópia pelo fascismo italiano. Sob inspiração de Dubois, realizou-se o Vº Congresso Pan-africano, em Manchester, Grã-Bretanha (1945), com significativa e destacada participação de delegados africanos. Esse congresso sinalizou a politização do movimento e destacou delegados que foram importantes na descolonização africana (Nkrumah, de Gana, e Kenyata, do Quênia). Além da reativação do movimento, ele passou à reivindicação política da descolonização para o anti-imperialismo e o anticolonialismo, definindo-se abertamente socialista (mas não comunista). O pan-africanismo pode ser visto como movimentos intelectual e político entre os africanos e afro-americanos que têm olhado o africano e os afrodescendentes como homogêneos. É um movimento cultural e político preocupado pela independência da África na perspectiva da redenção da África contra a supremacia racial branca sustentada pela ideologia colonial, assim como pela necessidade da criação da unidade política de África. Em oposição à ideia e à prática da discriminação racial e à hierarquização de relações do homem fez do Pan-africanismo por excelência de ideologia de descolonização em África. Isso se refere à descolonização econômica, tecnológica, social e à modernização política de todo o continente (VISENTINE, 2010, p. 76); (MACHUNGO, 2011).

[50] No dia 16 de junho de 1960, milhares de pessoas se reuniram na sede do distrito de Mueda para participar de uma reunião convocada pela administração colonial local. Esta reunião foi resultado de uma intensa mobilização que vinha sendo feita na região, desde o ano anterior, por grupos macondes emigrados no Tanganica. Neste dia, pessoas estiveram presentes em frente à sede administrativa de Mueda para acompanhar os líderes Faustino Vanombe e Kibiriti Diwane, responsáveis por apresentar as reivindicações da população aos membros da administração colonial. Os nomes destes dois protagonistas aparecem de diversas formas nas fontes e na historiografia existentes sobre o assunto: Faustino Vanomba/Vanombe; Chibilite/ Kibiriti/ Quibirite Vaduvane/Diwane/Divane. Entretanto, estes se mostraram inflexíveis diante das demandas dos colonizados e prenderam vários manifestantes, o que provocou um enfrentamento entre a multidão e o aparato militar colonial presente. Esse enfrentamento resultou no assassinato de muitos moradores da região pelos

do exército colonial português (HEDGES, e CHILUNDO, 1999. p. 242), que utilizou a PIDE para desmantelar os movimentos nacionalistas durante a Guerra Fria. A PIDE foi o principal instrumento de repressão e controle da opinião, impedindo a organização política das forças que lhe faziam oposição e explorando as questões étnicas para criar clivagens entre os dirigentes dos movimentos que tentaram lutar contra o sistema colonial português.

O recurso máximo ao princípio do "*dividir para reinar"* foi a estratégia mais utilizada pelo colono e pela PIDE, sobretudo para fomentar a desunião entre os grupos que tentaram contestar o sistema colonial português, que converteu seu território em "Províncias Ultramarinas"[51], fomentando o tribalismo a fim de impedir a unidade nacional, o nacionalismo e o alcance da independência por via pacífica, como ocorria em algumas colônias inglesas e francesas. A luta nacionalista, cada vez mais vigorosa, nas vizinhas África do Sul, ex-Rodésia do Sul (Zimbábue) e do Norte (Zâmbia), ex-Niassalândia (Maláui) e ex-Tanganica (Tanzânia), estimulou e encorajou as atividades políticas de alguns imigrantes moçambicanos que trabalhavam nesses territórios. As iniciativas de resistência sistematizada para pôr fim ao regime colonial português tiveram sua gênese na diáspora, com grupos de moçambicanos exilados, estudantes e trabalhadores de minas e plantações de sisal nas colônias britânicas e na África do Sul (NEWITT, 1995, p. 450).

---

soldados coloniais e ficou conhecido como Massacre de Mueda. O Massacre Mueda confirmou "(...) a verdadeira natureza do colonialismo português. Veio a ocupar um lugar-chave na história da luta anti-colonial, moçambicana e regional, contribuindo significativamente para a consciencialização popular de que a resistência pacífica era em vão" (HEDGES, e CHILUNDO, 1999. p. 242). Mueda constitui um mito da História de Moçambique quer devido à ocupação colonial tardia, quer enquanto zona libertada da luta de libertação nacional. Trata-se de um distrito de Moçambique simultaneamente típico e atípico. Típico porque a sua economia política é semelhante à da maioria das áreas de reserva de força de trabalho de Moçambique onde não ocorreu ocupação da terra por agricultores coloniais. Atípico porque a região constituiu umcenário importante da luta pela independência (ADAM, 1993, p. 9). O "massacre de Mueda revelou falta de uma estratégia coerente para atingir a independência por parte da MANU, um problema partilhado por todas as organizações formadas por exilados. Influenciados por ganhos nacionalistas das colónias inglesas vizinhas acreditavam na eficácia das petições, cartas de protestos e manifestações não violentas" (ISAACMAN e ISAACMAN, 1983, p. 80-81).

[51] O Governo português aprovou a lei orgânica das "Províncias Ultramarinas", em fevereiro de 1962, que visava especificar os direitos e deveres dos habitantes das colônias portuguesas de África. Com isso Portugal pretendia confundir a opinião pública da ONU, fazendo crer que a lei era descentralizadora, mas na realidade era mais centralizadora: parecia dar impressão de transferir para as províncias ultramarinas certos poderes tradicionalmente pertencentes a Lisboa; reforçava simultaneamente a autoridade do Governo central de Portugal. A Lei Orgânica representava para Portugal uma a real autonomia das suas colônias portuguesa. Esta lei considerava que a mudança de Moçambique de província para Estado não era uma medida cosmética, ela poderia trazer para o país uma maior autonomia nos seus próprios assuntos.

A decisão pela criação de uma organização única para combater o colonialismo português tornou possível o surgimento da FRELIMO a partir da fusão de três grandes movimentos nacionalistas já existentes. O primeiro foi denominado União Nacional Africana de Moçambique (MANU), o segundo União Africana de Moçambique Independente (UNAMI)[52] e o terceiro União Democrática de Moçambique (UDENAMO)[53]. Esses movimentos se agruparam em torno de objetivos comuns, a independência total de Moçambique e o fim das estruturas coloniais. A FRELIMO foi criada em 25 de junho de 1962, por meio da fusão dessas três (3) organizações (ADAM, 1993, p. 27).

A FRELIMO iniciou a preparação do I Congresso, que ocorreu entre os dias 23 e 28 de setembro de 1962, evento realizado no *Hotel Amatougle*, em Dar-es-Salam, capital da Tanzânia, no qual Eduardo Mondlane decidiram um changane, originário de Chibuto, província de Gaza, Sul de Moçambique, foi eleito presidente com 126 votos, enquanto Uria Simango[54], um ndau, do centro país, foi eleito Vice-Presidente da FRELIMO com 69 votos,

---

[52] A UNAMI teve a sua origem em Niassalândia - atual Malauí - no ano de 1961, depois de tentativa de tentativas de se instalar na Província de Tete, a Associação Nacional Africana de Moatize, em 1959. A UNAMI foi criada sob a liderança de Evaristo Gadaga, Baltazar Changonga, Mateus Cerejo e outros (Abrahamsson; Nilson, 1994, p. 29); (FRELIMO, 2012, p.51). Em resumo, a *Mozambique African National Union,* incialmente, a organização era designada de *Makonde African Nacional Union* e depois passou para *Mozambique African National Union* (GASPAR, 2014, p. 88).

[53] A UDENAMO, com muitos membros do Sul de Moçambique, era dos três movimentos nacionalistas aquele que estava mais bem organizado e com maior experiência. Segundo Lopes Tembe, um dos fundadores da UDENAMO, foi fundada a 18 de outubro de 1960, em Bulawayo, antigas Rodésia por emigrantes moçambicanos residentes em Bulawayo e Salisbúria, atual Harare (ABRAHAMSSON; NILSON, 1994, p. 29); (FRELIMO, 2012, p.51); (NDELANA, 2012). Em resumo, a *National Democratic Union of Mozambique* foi formado por Adelino Guambe em 1960, na Rodesia do Sul (Salisbúria e Bulawayo). Este movimento era constituído por Moçambicanos oriundo do Sul do Save, Manica e Sofala (GASPAR, 2014, p. 88).

[54] Urias Timóteo Simango Nasceu a 15 de março de 1926 na província de sofala (província central de Moçambique), pastor protestante presbiteriano. Uria Simango, que foi pastor da igreja Congregacionista americana. Os missionários dessa igreja chegaram a Moçambique no século XIX, através da Rodésia do Sul, estabelecendo a primeira missão perto da foz do Rio Save. Nessa região, apareceu um ativismo cristão que se tornou político e anticolonial, ou seja, por uma via diferente do que estava acontecendo em Lourenço Marques e Inhambane, lugares de formação de Mondlane, e onde as igrejas presbiterianas suíça e metodistas americanas tinham mais presença (Silva, 2004). Fez parte juntamente com Adelino Gwambe, um dos fundadores e primeiro presidente da União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO). Também foi um dos fundadores da FRELIMO, dos quais ele se tornou Vice-presidente em 1962. Foi Vice-presidente reeleito no IIº Congresso da FRELIMO em 1968. Simango renunciou sua posição de Vice-presidente do movimento de libertação e publicou um documento crítico da FRELIMO, intitulado "A Situação sombria na FRELIMO". Ridicularizou o socialismo científico estabelecido pelo movimento e acusou a liderança da FRELIMO de estarem a benefecíar os indivíduos provenientes do sul. Sua vida ameaçada foge para o Egipto e depois se juntou ao Comitê Revolucionário de Moçambique (COREMO). De regresso a Moçambique após a independência foi preso, condenado e morto, acusado de ser regionalista (reacionário). Na atualidade, os seus progenitores (Daviz e Lutero) encontram-se ativamente na política moçambicana.

que decidiram a liderança da nova organização[55] (HENRIKSEN, 1978, p. 176); (ABRAHAMSSON; NILSON, 1994, p. 29); (VINES, 1996).

A FRELIMO, já prevendo a luta, contatou os dirigentes da Argélia, que ofereceram treinamento militar a 250 jovens moçambicanos, e criou uma força militar como seu braço armado, que viria a ser designada Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM). Em 1963, iniciou-se a preparação da guerrilha em Moçambique, quando os primeiros quadros foram enviados para a Argélia para receberem instrução nesse novo tipo de guerra (FRAGA, 2014).

A FRELIMO enviou três grupos para receberem treinamento militar na Argélia. O primeiro grupo era chefiado por Feliciano Gundana, o segundo por Samora Machel[56], e o terceiro contingente, chefiado por Filipe Samuel Magaia, que se tornou Secretário do Departamento de Defesa e Segurança (DDS).

Os 250 guerrilheiros da FRELIMO, após receberem treinamento militar nesses países (Argélia, China e URSS), regressaram a Moçambique e começaram a planejar ataques, mas, antes disso, tiveram de mobilizar a população para explicar os motivos e as causas da luta armada de libertação nacional que pretendiam iniciar em vários pontos do país. A recusa do Governo colonial português em aplicar a resolução 1514[57] das Nações Unidas, sobre o direito dos povos à autodeterminação e à independência nacional por via

---

[55] ANTT (Lisboa, Portugal), SCCIM, n°1351, fls.12, Relatório Especial de Informações do Quartel-General, n° I19/62, 28/06/19.

[56] Samora Moisés Machel, nasceu em Chilembene na província de Gaza (província do sul de Moçambique) aos 29 de setembro de 1933, é descendente de camponeses e de líderes militares do Império de Gaza. Em 1963, deixou Moçambique para Dar-es-Salaam e ingressou na FRELIMO. Recebeu os seus primeiros treinos militares na Argélia em guerra de guerrilha juntamente com outros jovens moçambicanos que aderiram ao movimento revolucionário. Depois da sua formação, junta-se ao exército e se tornou o comandante das forças revolucionárias na província de Niassa em 1965. Samora Machel tinha ocupado antes o cargo de secretário de defesa, tornando-se membro do Comitê Central em 1966. Ele se tornou membro do Triumvirate (junto com Urias Simango e Marcelino), que compartilharam a liderança executiva após o assassinato de Eduardo Chivambo Mondlane, presidente da FRELIMO, em fevereiro de 1969. Em maio de 1970, após uma luta pelo poder dentro do Comitê Central, Machel emergiu como presidente da FRELIMO, mantendo também a liderança suprema das forças revolucionárias.

[57] Trata-se da Resolução 1514 da Assembleia Geral, de 14 de dezembro de 1960, intitulada "Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais", que ficou conhecida como "Carta da Descolonização". Esta Declaração Universal atendia a descolonização nos países que, sob jugo colonial, representaria um marco histórico para o processo da descolonização em África, principalmente em Moçambique, pois até então só havia o princípio da autodeterminação. Essa resolução apelava ainda por unanimidade aos seus membros para se adotar uma postura enérgica contra Portugal e Espanha, que acabariam por votar a favor (GASPAR, 2014, p. 117).

pacífica do povo moçambicano, obrigou a FRELIMO a enveredar pela luta armada. Dirigida por Eduardo Mondlane, a FRELIMO iniciou a luta de libertação nacional em 25 de setembro de 1964, no posto administrativo de Chai, nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete e Zambézia, embora em dias diferentes (PACHINUAPA, 2011).

2.1. Luta Armada de Libertação Nacional e a Conquista da Independência

A FRELIMO, em 1962, durante o seu I Congresso em Dar-es-Salam incluiu em seu estatuto, como legítimo, "o uso de todos os meios incluindo a luta armada para a conquista da independência nacional" (MUIUANE, 2006, p. 20). Entretanto, esta nunca foi uma posição de consenso dentro do movimento, a escolha pela via armada impactou a frente nacionalista, alguns militantes chegaram a desertar da organização.

A guerra foi iniciada em 25 de setembro de 1974, a primeira investida dos guerrilheiros ocorreu em uma unidade administrativa na Vila de Chai em Cabo Delgado, seguida por diversas ações que espalharam a luta até o Niassa. As operações foram facilitadas por Julius Nyerere, Presidente da Tanzania que assegurou o livre trânsito dos guerrilheiros em seu território e o apoio logístico, permitindo um adequado abastecimento e o reagrupamento das forças. Já nas províncias da Zambézia e do Tete a infiltração da guerrilha foi dificultada pelo pouco apoio da Zâmbia, situação que se alterou só a partir de 1968 com a reabertura da frente de batalha no Tete, e o apoio - ainda que parcimonioso a princípio - do presidente Keneth Kaunda.

Com o desenrolar da guerra de libertação, surgiram conflitos étnicos no interior do grupo, pois as pretensões regionalistas de alguns grupos étnicos dentro da FRELIMO passaram a constituir um problema central na própria organização, na medida em que colocavam em causa o fator da unidade nacional, que constituía o principal elemento agregador do movimento. Com base nessa tendência, emergiram duas facções principais: (i) os que concebiam a independência como uma mera "africanização" do poder colonial, de caráter reacionário; e (ii) os que, numa linha revolucionária, buscavam a instauração de uma nova sociedade democrática e popular. A FRELIMO realizou, em 1968, o seu II

Congresso em território moçambicano, nas zonas libertadas da província do Niassa, entre os dias 20 e 25 de julho. Nesse Congresso estiveram presentes cerca de 170 pessoas, entre delegados e apoiadores da organização. Das deliberações resultantes desse Congresso, a FRELIMO (1968) apresenta alguns pontos mais significativos nos seguintes termos:

> *"Os Camaradas Eduardo Mondlane, e Urias Simango são reeleitos para os cargos respectivamente de Presidente e Vice-Presidente da FRELIMO. O povo moçambicano prosseguirá resolutamente a luta armada, travando uma guerra renhida de independência ou morte[...] para alcançamos a vitória não temos outro caminho se não o de mudarmos o sentido do desequilíbrio, o que conseguiremos sem dúvidas, mas exige de nós um grande esforço. Por isso, é necessário intensificar a mobilização e a organização do povo, tanto nas zonas libertadas, como nas regiões onde a luta armada ainda não começou. Decidiu intensificar ainda mais as relações de amizade e de solidariedade entre a FRELIMO e os países socialistas. Reforçou a unidade do povo moçambicano [...] para continuar a fazer face a todas as formas de opressão e repressão colonialistas (FRELIMO, 1968, p. 7)".*

O II Congresso da FRELIMO decidiu que a estratégia deveria ser uma guerra popular prolongada, com apoio das populações das zonas libertadas. A FRELIMO aprovou ainda que seus membros seguiriam uma ideologia assente na articulação com movimentos de libertação nacional afins, e que a guerra era contra os inimigos de classe, e não contra inimigos raciais (brancos), como a ala reacionária pretendia fazer crer. Nesse sentido, sobre o II Congresso, Samora Machel, Chefe do Departamento de Defesa (DD), afirma que:

> *"O II Congresso criou condições para a resolução assertiva das contradições antagónicas existentes no seio do partido FRELIMO, sustenta-se aqui que entre os defensores dos interesses das largas massas ativas e aqueles que segundo o Michel, procurava-se a expulsar o colonialismo português, para se substituir que a estes vistos como força exploradora. O II Congresso foi o elemento que oriontau metodologias para o sucesso da luta armada e para a materialização dos objectivos da Revolução Democrática Nacional: o fim da dominação colonial estrangeira, a liquidação das estruturas de opressão feudais e fascistas e a extensão a todo o País das liberdades democráticas. O II Congresso constituiu alavanca poderosa para o avanço vitorioso dos combatentes e das massas que, sob a direção da FRELIMO, iniciaram nas zonas libertadas o processo de transformação da luta armada em Guerra Popular Revolucionária... O II Congresso aprova as teses sobre a política exterior da FRELIMO, que situaram a luta como parte integrante do combate geral dos Povos, pela construção duma sociedade livre da exploração do homem pelo homem... (MACHEL, s/a, p. 26)".*

Pensava-se que o II Congresso da FRELIMO criaria condições para a educação dos jovens, a união entre os combatentes, a mudança de mentalidade, desenvolvendo o amor à pátria e uma nova mentalidade de interesses coletivos, e não de interesses individuais, bem como um espírito de solidariedade para com os povos de todo o mundo, o que não ocorreu.

A partir do II Congresso, observa-se uma ruptura na evolução da organização, na qual ela deixa de ser uma frente nacionalista e passa a se apresentar como uma organização revolucionária, com ideologia marxista-leninista (ADAM, 1993, p. 35-41), conforme demonstra uma entrevista concedida pelo Presidente Eduardo Mondlane, na qual afirma o seguinte:

> *Estou agora convencido de que a linha da FRELIMO é mais clara do que nunca. A base comum que nós tínhamos no momento da formação da FRELIMO resultou do colonialismo e da convicção de que era necessário destruir a estrutura colonial e estabelecer uma nova estrutura social... e daí concluo que, hoje, a FRELIMO é mais socialista, revolucionária e progressista do que nunca, e que nossa linha é cada vez mais orientada para o socialismo marxista-leninista... (Mondlane, 1968).*

Esse novo posicionamento da FRELIMO foi sustentado pelas declarações efetuadas em uma entrevista concedida pelo Presidente Eduardo Mondlane após a realização do II Congresso, demonstrando claramente sua orientação política. O II Congresso da FRELIMO ocorreu em meio a um contexto de tensões e disputas abertas entre as duas correntes existentes na direção do movimento, os "revolucionários" e os "reacionários", sendo que o primeiro grupo era apoiado por Samora Machel, Joaquim Chissano, Marcelino dos Santos, Alberto Chipande, Armando Guebuza, entre outros, enquanto o segundo era liderado por Lázaro Nkavandame, pelos chairmen, seus apoiadores, e por Urias Simango.

Em 1969, construiu a barragem hidrelétrica de Cahora-Bassa no Songo, de modo a possibilitar a fixação de um considerável número de colonos e servir de tampão à expansão da guerrilha para o sul. A 3 de fevereiro de 1969 ocorreu o assassinato do Presidente Eduardo Mondlane em circunstâncias ainda pouco claras. O cargo de presidente passou então a ser ocupado por um Conselho de Presidência, um triunvirato, constituído por Samora Machel, Marcelino dos Santos e Urias Simango, Vice-Presidente.

De 9 a 14 de maio de 1970, foi formalizada a sanção disciplinar contra Urias Simango, Lázaro Nkavandame, Judas Honwana e Lourenço Mutaca, fracassando, desse modo, o triunvirato. No dia 5 de novembro de 1970, Urias Simango publicou o artigo intitulado "*Gloomy situation in FRELIMO*"[58], no qual acusava Samora Machel, Joaquim Chissano, Marcelino dos Santos, Armando Guebuza, Aurélio Manave, Josina Machel,

[58] SIMANGO, Uria (1960). *Situação Sombria na FRELIMO*. p. 399-416.

Eugénio Mondlane e Francisco Sumbane, todos oriundos do sul do país, de terem sido responsáveis pela morte de Silvério Nungu, Secretário Administrativo da FRELIMO, que teria falecido em greve de fome no interior de Moçambique.

Silvério Nungu havia sido enviado para o interior de Moçambique, acusado de desvio de fundos da organização. No dia 8 de novembro de 1970, o Comitê Central da FRELIMO expulsou Urias Simango[59], elegendo Samora Machel como presidente e Marcelino dos Santos como vice-presidente, o que significou também uma inflexão marxista-leninista na linha política do movimento, já anunciada no II Congresso pelo Presidente Eduardo Mondlane, mas claramente assumida pela nova liderança de Samora Machel, marcando a primeira transição da FRELIMO.

Samora Machel tornou-se o primeiro presidente de Moçambique independente em 25 de junho de 1975. O novo presidente assumiu o comando da luta anticolonial, tornando-se o primeiro chefe de Estado do país após a conquista da independência nacional. Ele, assim como Eduardo Mondlane, entrou para a história de Moçambique como herói da revolução. No entanto, sobre os acontecimentos da luta armada, Alba Luque, em sua tese de doutorado intitulada *"Disparando Imágenes – na historia visual de la guerra de descolonización del África portuguesa contada desde el caso de estudio del Frente de Liberación de Mozambique (FRELIMO), 1955-1975"*, publicada em 2022, afirma que a fotografia internacional da guerra apresentada pela FRELIMO desempenhou um papel duplo.

Essa fotografia não apenas documentou os eventos ocorridos no território moçambicano, como também influenciou as percepções globais da luta armada travada pela FRELIMO contra o Governo colonial. Por exemplo, fotografias de líderes da FRELIMO, como Samora Machel, foram disseminadas em todo o mundo, elevando seu status como ícones da liderança revolucionária em Moçambique e na África (LUQUE, 2022). A força

[59] A expulsão de Urias Simango se deveu ao fato dele ter publicado uma carta na qual acusava a nova liderança da FRELIMO de ser tribalista e regionalista, dominada por gente do sul, sublinhando que se as suas demandas não fossem satisfeitas ele renunciaria ao movimento. O discurso de Simango não gerou nenhum apoio popular, nem mesmo do seu grupo étnico, colocando-se, assim, cada vez mais isolado na FRELIMO. Kavandane, Simango e Guenjere juntos com os seus, procuraram forjar laços fraternos entre os que constituíam nesse período o Governo tanzaniano e franjas significativas de membros da FRELIMO seguidoras da linha (NCOMO 2003); (HENRIKSEN, 1978, p. 181).

bélica da FRELIMO ficou concentrada na parte Norte de Moçambique, apoiada fortemente na logística proporcionada pelo acesso a Tanzânia. A guerrilha não chegou avançar pelas províncias ao sul como Gaza, em razão das dificuldades impostas pelo aparelho de repressão colonial associado à atuação da ex-Rodésia e da África do Sul. Mesmo que a guerra não tenha atingido integralmente todo o território, militantes e intusiastas do movimento se infiltraram em todas as regiões de Moçambique. Houveram constantes atividades clandestinas, além de deslocamentos de pessoas oriundas do Sul e do centro do país para integrar a Frente.

Para diminuir a força da FRELIMO na região norte e travar seu avanço para o sul, em agosto de 1970 o Governo colonial português levou a cabo uma mega operação denominada Nó Górdio[60] em Moçambique, sob comando de Kaúlza de Arriaga, que visava eliminar a FRELIMO em curto espaço de tempo. A Operação Nó Górdio envolveu "milhares de soldados, tropas especiais, aviação e artilharia […] e acabou por se revelar um completo fracasso. Na realidade, a guerra de guerrilha intensificou-se e estendeu-se para outras zonas do território nacional" (VELOSO, 2007, p. 69), com a abertura da Frente de Tete, Manica e Sofala, e posteriormente da Zambézia.

[60] O termo "Nó Górdio" é de origem grega em que Górdio designava uma antiga cidade helênica ocupada por Alexandre da Macedônia a quando da sua viagem de conquista pela Ásia. Chagado a cidade de Górdio, o imperador Alexandre deparou com um fortíssimo nó que barrava vários objetos e segundo um oráculo local, só conquistaria a Ásia quem conseguisse quebrar esse nó, o que acabou sendo conseguido pelo imperador Alexandre através de um único golpe de espada, acabando assim por construir um vasto império na Ásia (Luís de Brito, 1985, p. 107). A operação Nó Górdio foi uma ofensa coordenada entre paquadistas, comando naval e unidade especial, sendo essa a maior campanha militar portuguesa naquela província. O General Kaúlza de Arriaga lançou a Operação Nó Górdio, que se fundamentou em três vertentes: (i) a utilização da tática de anti-guerrilha em ações ofensivas diretas, (ii) combinada com um programa de pacificação e aldeamento e (iii) a incorporação crescente de soldados negros. A Operação Nó Górdio foi inserida em uma estratégia mais abrangente do colonizador, denominada "Operação Fronteira", que abrangia uma segunda fase de ação, cujo objetivo último consistia em estabelecer um reduto branco na região Austral da África (TEIXEIRA, 1998, p. 81). O objetivo dessa operação erradicar a guerrilha da FRELIMO na fronteira com a Tanzânia. Essa operação não alcançou nenhum dos seus objetivos, apesar do investimento de enormes recursos humanos e materiais na campanha pelos portugueses, corresponde à definição de uma 'vitória operacional determinante' para a FRELIMO, que sofreram baixas, mas mostrou-se capaz tanto de sobreviver naquela província como de montar ataques nas outras, onde as defesas portuguesas tinham sido enfraquecidas. O fracasso da Operação Nó Górdio proporcionou a entrega de alguns combatentes de Grupos Especiais e paraquedistas aos guerrilheiros da FRELIMO. Um dos casos mais notáveis foi o de Sérgio Vieira, um português que se rendeu à FRELIMO, pousando um avião em Cabo Delgado. Sergio Viera veria ocupar vários cargos de direção no Estado moçambicano desde o alcance da independência nacional ate a sua morte (NEWITT, 1995, p. 456); (DHADA, 2013).

A Operação Nó Górdio foi a mais dispendiosa campanha militar portuguesa em Moçambique. Todavia, as dificuldades que a FRELIMO teve para se manter na província da Zambézia foram provocadas por deficiências na preparação do guerrilheiro e pelo grande número de deserções, que chegou a atingir cerca de 2.000 soldados, todos originários dessa província (CHRISTIE, 1988).

Paradoxalmente, depois do fracasso da Operação Nó Górdio, do massacre de Wiryiamu[61], entre outros acontecimentos ocorridos durante esse período, a FRELIMO conseguiu suplantar todas as investidas portuguesas, tendo aberto mais frentes de combate em Tete, Sofala e Manica, províncias centrais de Moçambique, e tentou abrir outra frente na zona Sul, que ficou conhecida como IV Região, envolvendo homens e mulheres em uma complexa engrenagem de distribuição, colagem e infiltração de propaganda nas ruas, nos carros e até debaixo das portas das casas dos diversos agentes econômicos.

Na sequência dessa operação, a repressão intensificou-se, e muitos deles foram perseguidos até a Suazilândia. Amós Mahanjane e outros acabariam por ser raptados, juntamente com 75 companheiros, entre homens, mulheres e crianças. Estes, após a sua captura, foram levados para a prisão de Mabalane, onde lhes foi preparada uma vala comum, com o plano de enterrá-los vivos. Felizmente, em decorrência das ações levadas a cabo pela liderança da FRELIMO, em nível internacional, esse fato não chegou a acontecer, conforme afirmou o nosso entrevistado.[62]

Em 1973, a crise do regime colonial português se agrava à medida que se torna evidente sua incapacidade de vencer as guerras no ultramar. Com os episódios acima retratados, associados à insustentabilidade da luta armada, as autoridades coloniais

---

[61] O massacre de Wiriamu, em Moçambique, ocorrido a 16 de dezembro de 1972, marcou a morte de centenas de civis (cerca de 400) assassinados por tropas portuguesas. Para Mateus (2004, p. 176), mais de 450 pessoas, o massacre de Inhaminga, com mais de 500 mortos, e, o massacre de moeda, com mais de 600 mortos. A repercussão internacional do caso, divulgado em meados de 1973 com a colaboração dos padres missionários, abalou o regime então liderado por Marcello Caetano e contribuiu para a derrubada dele no ano seguinte. No entanto, apesar de não restarem dúvidas quanto à existência de um massacre, a escassez de informações sobre esse massacre dificultou o aparamento das razões e permenores dos acontecimentos naquele dia. Hoje, na antiga aldeia de Wiriyamu, existe um monumento com as ossadas das vitimas (DHADA, 2013); (DHADA, 2016).

[62] Entrevista realizado ao combatente, Amós Mahanjane durante o interva-lo na Conferencia Nacional Sobre 50 anos de Independência de Moçambique realizados pelo Ministério dos Combatentes (MICO) e do Instituto de Pesquisa de História da Luta de Libertação Nacional (IPHLLN), realizado no dia 18 de junho de 2025, em Maputo - Cidade.

portuguesas decidiram descolonizar esse território africano. Ademais, a erosão do regime ditatorial de Marcello Caetano (sucessor de António Salazar como presidente do Conselho de Ministros em 1968) e uma conjuntura internacional, em geral, cada vez mais desfavorável ao regime, esse conjunto de fatores conduziu um grupo de militares a levar a cabo o golpe militar conhecido como "Revolução dos Cravos", ocorrido em "25 de abril" de 1974. O "25 de abril" precipitou a descolonização em Moçambique (25 de junho de 1975) e em Angola (11 de novembro de 1975), após várias tentativas feitas pelo novo Governo de Portugal para a criação de partidos políticos (RUPIYA, 1998, p. 11).

O "25 de abril" deve ser também entendido como consequência direta da guerra em Moçambique, Angola e Guiné-Bissau a favor das independências de seus territórios. O vazio de poder criado pelo golpe militar teve repercussões nas colônias portuguesas. Contudo, um grupo de colonos em Moçambique formou um Governo interino. Entre 1970 e 1975, ocorreram diversas mudanças no cenário político, e a Frente que acreditava ter o apoio de toda a população nativa enfrentou os grupos especiais do exército colonial compostos por nativos. No interior de Moçambique, alguns nativos com formação universitária, que haviam passado pela Frente como militantes, passaram a constituir partidos que se opunham à ideia da centralização do poder em um único partido com projetos marxistas.

Foi durante esse período do Governo interino que surgiram vários partidos (exemplo o COREMO[63]; o GUMO[64]; o MANCO[65] e a FRECOMO[66]), formados principalmente por

[63] Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO). Esse movimento surge através de alguns dissidentes que romperam com a FRELIMO, em 1965, entre os quais destacam-se Paulo Gumane, um dos fundadores. Com menor poder político, nunca foi uma ameaça à hegemonia da FRELIMO, na luta armada. Assumiam uma posição política, diferente da FRELIMO, representando apenas a população negracolonizada, excluindo de sua política brancos e mestiços, assim como populações de origem asiática e europeia. A sede do COREMO foi estabelecida em Lusaka com a aprovação do Governo zambiano. O novo movimento foi o único entre os vários que se opuseram à FRELIMO que teve alguma ação política e militar em Moçambique, embora bastante minúscula. O COREMO, teve a sua atividade política e militar apenas em Tete, tendo fracassado todos os seus esforços com vista a busca do apoio financeiro e material através do Comité de Libertação Africana (ALC) da OUA. A COREMO surgiu através da unificação da UDENAMO-Monomotapa, UDENAMO-Moçambique, African National Congress (MANCO) e MANU decidiram superar as suas diferenças e uniram-se, dando origem ao COREMO presidido por Gwambe. Contudo, devido às acusações de ligação ao regime colonial Gwambe foi expulso do COREMO, ascendendo, assim, à presidência, Gumane. Ver Thomas H. HENRIKSEN, *Mozambique*: A History (London: Rex Collings, 1978, p. 171). A rivalidade entre a FRELIMO e o COREMO no Malauí estava associada ao "apreciável" apoio que esta última organização dispunha entre indivíduos oriundos dos distritos da Zambézia, Tete e de Manica e Sofala. A relativa permissão que estas duas organizações moçambicanas encontravam em Malawí para estabelecerem

antigos membros da FRELIMO e por colonos brancos em Moçambique e na diáspora. Esses partidos reivindicavam a realização de eleições ou de um referendo, e não a entrega direta do poder à FRELIMO, como esta última exigia (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994, p. 37). Os debates sobre a necessidade de eleições multipartidárias e sobre quem representaria os moçambicanos nas negociações para a transição à independência inquietaram a FRELIMO, que considerava os fundadores desses movimentos seus inimigos.

Meses após o "25 de Abril", o Governo Português enviou a Lusaka, capital da Zâmbia, uma delegação diplomática para se encontrar com a FRELIMO de Samora Machel, propondo um cessar-fogo, seguido de um referendo para que a população de Moçambique decidisse se queria a independência ou a continuidade da tutela portuguesa. Samora recusou veementemente a proposta, intensificando a guerra, que culminou com o assalto ao Quartel Omar, no dia 1º de agosto de 1974.

Os Acordos de Lusaka foram assinados na capital da Zâmbia, em 7 de setembro de 1974, mediados pelo presidente Kenneth Kaunda. Nos Acordos de Lusaka, o Estado Português reconhecia o direito do povo de Moçambique à independência e previa uma transferência de poderes até a data da independência, marcada para o dia 25 de junho de 1975, data do aniversário da fundação da FRELIMO. Entretanto, o grupo de partidos políticos e movimentos foi totalmente banido, impedido e excluído de dar o seu contributo no processo de negociação que levou ao alcance da Independência Nacional. Esses partidos políticos e movimentos serão enquadrados, para efeito de análise desta tese, como vozes não ouvidas.

---

seus órgãos políticos e desenvolverem ações militares abria àqueles indivíduos a liberdade de escolha de filiação política. A deserção foi associada, também, aos agravos sentidos pelos guerrilheiros da FRELIMO junto da fronteira com o Malawi, onde enfrentava maiores dificuldades de abastecimento logístico (ANTT/SCCIM n° 1462: informações referentes a FRELIMO e a COREMO em Malauí).

[64] O Grupo Unido de Moçambique (GUMO) formou-se no último quartel de 1973, enquanto cívica, com Máximo Dias enquanto presidente, e Joana Simião enquanto vice-presidente, tornando-se partido político após o 25 de Abril. Ainda durante o Estado Novo, este grupo pretendia, no enquadramento da legalidade vigente, trabalhar para uma "moçambicanização de Moçambique", com a promoção social da maioria negra e mestiça do país. Após o 25 de Abril, com o surgimento de uma dinamica de outros partidos políticos, o GUMO assume algum destaque nomeadamente a nível mediático, pretendendo constituir-se como uma alternativa à FRELIMO.

[65] Congresso Nacional Africano Moçambicano.

[66] Frente Comum de Moçambique (FRECOMO), que compunham um grupo de lobby multirracial que defendia a ideia de autonomia para Moçambique; porém, com ligações econômicas e políticas a Lisboa e Jorge Jardim (FILIPE, 2020).

2.2. Negociação de Paz na Luta de Libertação Nacional

Esta apresentação sobre os processos da luta de libertação nacional em Moçambique contra o colonialismo português procura responder às seguintes questões: como foi a trajetória inicial dos movimentos nacionalistas em Moçambique, a criação da FRELIMO, até o alcance da independência nacional? Quais foram os desafios internos que Moçambique teve de enfrentar durante o alcance de sua independência nacional, da revolução socialista e durante a construção do socialismo?

Com a fragilização do Governo colonial no teatro das operações em África, bem como no âmbito da metrópole, precipitou-se a queda do regime fascista por meio de um golpe de Estado em "25 de abril de 1974", na célebre "Revolução dos Cravos", protagonizada pelos militares. No dia 25 de abril de 1974, Marcelo Caetano foi destituído do poder pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), sendo desencadeada a Revolução dos Cravos em Portugal. Em seu lugar assumiu o general António Spínola.

Apesar de o MFA desejar o fim da guerra, o general almejava outra saída propondo um referendo para decidir a criação de uma federação luso-africana incluindo Moçambique, cuja capital seria Lisboa. O conflito entre o Governo e as forças armadas provocou um intenso desgaste político agravado pela crescente pressão da Comunidade internacional que ameaçava aumentar os embargos e interferir militarmente nas colônias. Em face da situação insustentável, o Governo português concordou em abrir diálogo com a FRELIMO, sendo que as primeiras rodadas de negociação entre representantes de Portugal e do movimento fracassaram diante da recusa de metrópole pela independência total.

Em Lourenço Marques, um grupo de colonos brancos, liderado pelo Moçambique Livre, invadiu a Rádio Clube, apelando à intervenção do Exército português e à declaração unilateral de independência. O Moçambique Livre foi sucessor da Frente para a Independência e Continuidade com o Ocidente (FICO), no sentido literal de "ficar", um grupo formado por colonos brancos que defendia uma federação com Portugal e o direito ao porte de armas para se defenderem contra a FRELIMO. Durante esse período,

registraram-se confrontos violentos entre esse grupo de colonos brancos e alguns grupos de africanos moradores da periferia de Lourenço Marques. No terceiro dia da invasão da Rádio Clube, esses grupos de africanos dos bairros periféricos de Lourenço Marques, liderados por antigos comandos do Exército português e por ex-presos políticos, tomaram a Rádio Clube. Enquanto isso, Simango, Gwenjere e outros dirigentes pediam a abertura das fronteiras, na esperança de que tropas sul-africanas pudessem entrar em Moçambique para apoiá-los (VINES, 1991).

A FRELIMO não só recusou um cessar fogo como ampliou a atuação da guerrilha ao expandir a luta até a Zambézia, o governador geral na oportunidade advertiu que a situação era extremamente grave e ameaçava provocar um rápido colapso militar. Fato é, que o impasse do Governo de Portugal na concessão da independência provocou uma degradação do poder militar com a recusa das forças armadas portuguesas em continuar os combates. Algumas unidades chegaram a negociar, à revelia do Governo português, "acordos separados de cessar fogo com os guerrilheiros, nomeadamente em Cabo Delgado, e no Tete, respectivamente em junho e julho de 1974.

A iminência do fim do poder português em Moçambique fez com que grupos de diferentes orientações políticas passassem a reivindicar lugar nas negociações sobre a independência e o reconhecimento como representantes da população, o que foi protamente recusado pela FRELIMO. A desordem política e a violência instalada em Moçambique pressionaram as rodadas de negociações que transcorreram entre julho e agosto em Dar-es-Salaam. Após várias rodadas de negociação, reuniram-se em um encontro direto na State House, em Lusaka, na Zâmbia, representantes do Governo português, liderados por Mário Soares e Almeida Santos, e a delegação da FRELIMO, liderada por Samora Machel, da qual fizeram parte: Joaquim Chissano, Armando Guebuza, Alberto Chipande, Óscar Monteiro, Bonifácio Gruveta, Sebastião Mabote, Jacinto Veloso, Mariano Matsinhe, Xavier Salila, Joaquim Munhepe, Mateus Malichocho, João Phelembe, Joaquim de Carvalho, José Mosane e Graça Simbine, todos membros da FRELIMO.

Esse fator, por si só, ajuda a explicar por que Moçambique enfrentou outra guerra, pois grupos excluídos do círculo da FRELIMO foram automaticamente excluídos da participação no poder. Aliás, uma das primeiras medidas tomadas pela FRELIMO após a

independência foi a eliminação e/ou interdição dos partidos políticos. Esse acordo foi ainda responsável para que, em um futuro muito próximo, fosse concluído o Acordo Geral de Cooperação (AGC) entre Portugal e Moçambique, no qual os dois países vaticinaram uma ligação mais sólida de reconciliação e aproximação (NEWITT, 2012, p. 462).

Todavia, nos dias 5 e 7 de setembro de 1974, começamos a verificar um acerto dos pormenores referentes ao processo de independência de Moçambique, que naturalmente passava pelo reconhecimento da FRELIMO como a única e legítima representante do povo, pelo cessar-fogo e pelo processo de transferência de poder, que veio a ocorrer em 7 de setembro de 1974, com a assinatura dos Acordos de Lusaka[67], na Zâmbia.

Em 28 de setembro de 1974, foi marcada a data de 25 de junho de 1975 como o dia em que a FRELIMO proclamaria a independência nacional de Moçambique. A gestão do país foi sendo confiada a um Governo transitório que durou nove meses, no qual a FRELIMO era a única instituição representativa do povo, excluindo, deste modo, os outros atores políticos que deram o seu contributo durante a luta armada. O Governo de Transição foi chefiado pelo primeiro-ministro Joaquim Alberto Chissano e supervisionado pelo contra-almirante português Vítor Crespo. Samora Moisés Machel continuava no cargo de presidente da FRELIMO. Constituído por nove ministros, entre moçambicanos membros da FRELIMO e portugueses, o Governo transitório era conduzido a partir da promulgação de decretos-leis, que partiam da base militar da FRELIMO, ainda na Tanzânia.

---

[67] Os Acordos de Lusaka indicaram este aspecto como denotando menos cuidado dos negociadores. Tendo em conta a difícil situação portuguesa e moçambicana da altura, julgam-se que quaisquer acordos que se tivessem tentado estabelecer sobre matérias econômicas, de cooperação, garantias de pessoas e bens, funcionários, ensino e outras teriam sido negociadas em muito piores condições do que o vieram a ser posteriormente. Mas, no essencial, o que importava conseguir em Lusaka era um período de estabilidade e bom entendimento já que a alternativa era a continuação da guerra e o caos, dos quais se conheciam sobejamente os resultados. Sem esse entendimento e vontade política de cooperação, os acordos a assinar nesse momento, mesmo que formalmente muito favoráveis à resolução dos problemas que nos preocupavam, não passariam de boas intenções e apenas serviriam para azedar as relações do futuro entre os dois países como largamente aconteceram, por exemplo, com as promessas cheias de rigor técnico-jurídico. A paz, nas condições de dignidade que o Portugal de Abril exigia, foi conseguida. Além disso, foi estabelecido um conjunto de princípios que havia de garantir o relacionamento futuro entre os dois Estados. Em Lusaka não foram olvidadas as potencialidades que a sécular convivência entre o povo moçambicano e o português propiciava, mas foi estabelecido que apenas a independente interpretação da vontade de cada povo legitima a definição de interesses comuns. A independência de Moçambique pese embora aos saudosistas do passado, não estava de facto a ser negociada em Lusaka; fundamentalmente, o que estava a ser acordado era o futuro das relações entre Portugal e Moçambique que uma guerra de 10 anos quase irremediavelmente destruíra. Ratificado pelo Presidente da República portuguesa, António de Spínola, a 8 e publicado a 9 de setembro (FILIPE, 2020, p. 180-185).

Após a assinatura dos Acordos, foram promulgados vários instrumentos legais visando estabelecer o processo de transferência de poderes e a posterior independência em Moçambique, que ocorreu a 25 de setembro de 1975 (MALOA, 2011, p. 90).

Alcançada a independência, a FRELIMO estabeleceu um regime de partido único, criou um Estado hostil à sociedade africana, no qual a dominação pelo Sul nunca poderia ser discutida, e impôs uma nação homogênea por meio da intensa repressão das identidades e da rígida organização social (as aldeias comunais[68]), bem como da criação do "Homem Novo", que passa a ser securitizado[69] pelo Governo da FRELIMO, por meio de práticas como os "campos de reeducação". Esses novos elementos que se pretendia transmitir eram estranhos às aspirações e aos valores mais comuns da sociedade moçambicana (CAHEN, 1993); (ABRAHAMSSON e NILSSON, 1994); (NEWITT, 1997), o que, de certa forma, contribuiu para uma maior resistência por parte da população, que, embora de forma clandestina, continuou a praticar seus rituais africanos, como afirma o nosso entrevistado[70].

---

[68] A aldeia comunal era entendida não com simples conjunto de machambas e muito menos um conjunto de casas perto umas das outras, mas um local onde cada indivíduo podia contribuir com ideias, experiência, críticas para construção de uma aldeia melhor e com papel fulcral de produção colectiva. As Aldeias Comunais foram concebidas no contexto da socialização do "Homem Novo" e para facilitar a prestação dos serviços básicos (saúde, educação, água e outros). Yussufo Adam no seu artigo publicado em 1991 faz uma análise do processo de formação de Aldeias Comunais que inclui a remoção dos camponeses das suas áreas tradicionais de cultivo para outras zonas, sem necessárias condições de solo e água. Adam no seu artigo tira a conlusão que esta situação pode ser correlacionada com a falta de estabilidade das Aldeias Comunais e com o fraco funcionamento das estruturas administrativas e políticas. Contudo, Adam avança em relação a algumas contradições que provavelmente teriam criado condições para a RENAMO ter alguns apoios de certos sectores da sociedade (ADAM, 1991).

[69] O discurso da securitização visa elevar um assunto e torná-lo prioritário, mas para isso, esse assunto deve ser apresentado como uma ameaça existencial, como aconteceu com o surgimento da RENAMO. Portanto, ao usar o discurso de securitização, o autor advoga a necessidade de usar meios extraordinários para sanar o problema ou mitigar a ameaça. Na opinião dos autores como, Buzan, Waever e de Wilde (1998), não basta que se desenvolvam discursos para que um assunto seja securitizado, para que isso aconteça, é necessário que a audiência o aceite. Um fator distintivo do processo de securitização é a retórica usada pelo agente securitizador, o discurso deve ser dramatizado e apresentado como uma questão de prioridade máxima e que a inação poderá produzir efeitos nefastos que não se poderão corrigir. Numa sociedade democrática, os líderes devem apresentar em público as razões que levam um determinado assunto a ser considerada uma emergência de segurança. A partir do momento que algo é securitizado, ganha legitimidade e a pressão pública deixa de se manifestar pois ele aqueceu. Daqui decorre que, a securitização nunca pode ser imposta, pois, o agente que pretende securitizar, precisa obter permissão da audiência. Os autores argumentam, no entanto, que existem ameaças que não precisam ser securitizadas pois são assumidas por todos como ameaças e todos esperam do Estado uma resposta para conte-la, como e caso da ameaça da guerra. BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. de. (1998). *Security*: a new framework for analysis, Boulder, Lynne Rienner Publishers. (p. 24-28).

[70] Entrevista efectuado a um combatente da clandestinidade em anonimo "A" da Luta de Libertaçao Nacional, no dia 2 de junho de 2025.

2.3. Governo de Transição, Primeira Mudança Constitucional e a Construção do Socialismo em Moçambique

O Estado português, ao reconhecer o direito do povo de Moçambique à independência durante a assinatura dos Acordos de Lusaka, resultou na publicação da Lei nº 8/74[71]. Essa lei possibilitou o término da luta armada e obrigou o Governo colonial a transferir progressivamente todos os poderes que detinha sobre o território moçambicano. O acordo visava à cessação das hostilidades e à criação de um Governo de transição que conduzisse o país à emancipação nacional. É sobre a independência nacional, a revolução socialista, a construção do socialismo e a guerra civil que o presente capítulo da tese se debruça.

Em 25 de junho de 1975, foi proclamada a independência de Moçambique por Samora Machel e pela FRELIMO, alinhados com a maioria dos movimentos nacionalistas de orientação socialista da África Austral. Tratou-se de uma oportunidade histórica única para os moçambicanos ingressarem em um pacto de cidadania que significaria a unidade para além das diferenças de etnia, raça, religião ou cultura. A independência política, celebrada com entusiasmo, abria uma nova etapa mais difícil e exigente que consistia em dar corpo ao sonho de uma nação: alfabetizar um povo com 95% de analfabetos, tratar doentes sem médicos nem enfermeiros, alimentar uma população faminta sem agrônomos nem maquinaria e construir um Estado moderno com quadros ainda por formar. A Primeira República é caracterizada pelo que os estudiosos chamam de paradigma libertário (NGOENHA, 2019)).

Moçambique surgia no concerto das nações como um novo ator político, herdeiro de uma longa luta armada de libertação, alimentada pelo sacrifício de gerações e pelo apoio incondicional de países amigos, como a URSS, a China, a Argélia, a Zâmbia e países irmãos, como a Tanzânia. O presidente Julius Nyerere foi o primeiro estadista estrangeiro a pisar o solo moçambicano livre e quem nos advertiu, em um discurso memorável, que Moçambique estava em mar alto: liberto, sim, mas ainda longe de ter alcançado os objetivos pelos quais o povo lutara.

[71] Essa lei distribuiu um clima de paz em Moçambique e criou estruturas governativas, *Diário do Governo*. 2º Suplemento de 9 de setembro de 1974.

Moçambique mudou de nome, passando a chamar-se República Popular de Moçambique (RPM), tendo sua Constituição sido aprovada cinco dias antes da independência pelo Comitê Central da FRELIMO, em 20 de junho, no Tofo, província de Inhambane, ocasião em que se decidiu que o presidente da República seria o presidente do Partido e se delineou o primeiro esboço da primeira Constituição de Moçambique. Na esteira desse pensamento, Michel Cahen argumenta que a tradição de unicidade e unidade do Estado moçambicano não resulta da independência de 1975, mas sim da herança da FRELIMO e da ideia de unicidade e indivisibilidade de Moçambique projetada pelo Estado colonial (CAHEN, 1996, p. 18).

A Declaração de Independência de Moçambique é um dos primeiros documentos que expressam a nova organização voltada à transformação do Estado. A partir dela, compreende-se todo o projeto de unificação elaborado pela FRELIMO, instituindo que a RPM, Estado do povo trabalhador moçambicano, seria dirigida pela FRELIMO, instrumento de organização e mobilização do povo moçambicano no combate pela libertação nacional, que continuaria a dirigi-lo na nova fase da luta pela construção do Estado democrático popular, pela reconstrução nacional e pela liquidação da exploração do homem pelo homem. Em todos os níveis, seria afirmada a primazia das decisões e estruturas do Partido sobre as do Governo (MACHEL, 1975, p. 2-3).

Liderada por Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique, dotado de carisma militar e incumbido do desafio de desenhar uma nova República, a FRELIMO, enquanto Governo, planejava implementar uma democracia popular com raízes fixadas no socialismo científico. Apesar da magnitude da tarefa, governar Moçambique passou a ser encarado com grande confiança e otimismo. O ato de governar passou a ser visto como a continuação daquilo que fora realizado com sucesso durante a luta armada. Embora transferido para a cidade, o poder mantinha-se direto e aberto a uma dinâmica centrípeta, com forte influência de sua base rural.

O Estado colonial precisava ser desmantelado e substituído por um novo Estado de base popular. As soluções para os problemas encontravam-se na sabedoria popular. Como marco da viragem, o novo Moçambique independente idealizado pela FRELIMO anunciou publicamente que “todos os vestígios de colonialismo e imperialismo seriam destruídos

com o objetivo de eliminar o sistema de exploração do homem pelo homem e erigir as bases políticas, materiais, ideológicas, culturais e sociais da nova sociedade" (CABAÇO, 2007). Para Eduardo Nihia, a independência não foi descrita como um fim, mas como o início de um percurso muito mais complexo: o da construção do Estado. Pois, quando se proclamou a independência, não se encerrou a caminhada; foi apenas o começo de um novo combate, o de construir um Estado, erguer instituições e garantir dignidade a todos os moçambicanos. A FRELIMO tornou-se o motor de toda a vida nacional, e suas orientações e doutrina, o combustível desse motor. Inspirando-se no modelo de organização da sociedade concebido nas zonas libertadas, a FRELIMO esforçou-se por estendê-lo a todo o país (COELHO, 2019, p. 3).

Após a independência nacional, o país registrou uma guerra que teve início em 1977 e ficou conhecida como a guerra dos dezesseis anos. Esse período é caracterizado por dois momentos: (1) "Guerra de Agressão", que remonta à própria criação da RENAMO pelos serviços secretos da ex-Rodésia do Sul e que, posteriormente, contou com o apoio do regime do apartheid da África do Sul, sendo também conhecida como (2) "Guerra de Desestabilização"[72]; e a componente de (3) "Guerra Civil"[73], correspondente ao momento

[72] A "Guerra de Desestabilização" è um método político para obrigar mudança no comportamento de um Governo, sem necessariamento o derrubar. A palavra , segundo o investigador sul-africano Geldenhuys, não diz muito sobre o conteúdo concreto da actividade realizada. Não diz nada sobre sofrimemto humano, que para milhões de moçambicanos, foi a consequência de militar (ABRAHAMSSON e NILSSON, 1994, p. 159). Essa corrente prevelegia os fatores externo para explicar a origem e as causas da guerra em Moçambique. A corrente de foi desenvolvida por alguns pensadores da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) afecto ao Centro de Estudos Africanos (CEA). Os defensores e mentores dessa corrente podemos destacar alguns académicos como Robert Davies (1991), Bridget O'Laughlin (1992), Dan O'Meara (1991), John Saul (1994) - (1985), entre outros. Todos esses consideram que a origem da guerra em Moçambique esta ligado a factores externo num contexto regional, afectado pela bipolarização do contexto da Guerra Fria. Escolhi adotar o termo "Guerra de Desestabilização" por concordar com as análises que consideram que, mais que impulsionada por fatores internos, num contexto de Guerra Fria fatores externos teriam sido decisivos para a efetivação da guerra - que teria como objetivo principal desestabilizar o Estado socialista que estava sendo construído pela FRELIMO.

[73] A "Guerra Civis" ou "Guerra interna" vem do latim "bellum civile", que foi criado em referência as "Guerra Civis" romana e caracteriza-se pela luta armada entre grupos organizados dentro do mesmo estado que pode ser uma nação ou República. Entende-se por guerra civil como um que envove grupos dos mesmo Estado e que esteja em causa um interesse interno, como mudança de atitude de um ou de outro lado ou com objectivo de conquistar o poder. Guerras Civis são conflitos armados entre grupos organizados de um mesmo Estado, caracterizados por combates de alta intensidade que envolvem forças armadas regulares e grupos armados que as desafiam. A surge como uma subárea da "Guerra", que também agrega conflitos como a insurgência religiosa, conflito étnico, guerra separatista, guerra ao terrorismo que, em termos genéricos, antes da sua resolução, transforma parceiros ou irmãos em inimigos como pontuam BRÜCK (1998) e SOUSA (2017). No entanto, "Guerra Civil", envolve grupos armados e o Estado, onde se constatam mortes e destruição. A em Moçambique teve a duração de mais de uma década e com o envolvimento de povos do

em que o conflito deixa de ser por procuração e adquire uma dimensão nacional, com apoio em nível da população. A liberdade política confrontava-se com a indigência material. A independência de Moçambique foi vista por seu povo como um momento crucial e eufórico da nova história do país. A história é clara: para a elite revolucionária da FRELIMO, esse momento de transição constituía a vitória da luta pela libertação e o anseio por um futuro novo e promissor.

A estratégia de desenvolvimento socialista da FRELIMO foi formulada ainda durante a guerra colonial contra Portugal, sendo caracterizada por circunstâncias tanto internacionais quanto nacionais. A FRELIMO chegou ao poder em um período em que a conjuntura política internacional permitia ao jovem Estado do Terceiro Mundo optar por estratégias socialistas para sua política e desenvolvimento. Ao assumir a liderança de Moçambique em um regime de partido único, afastando todas as demais expressões políticas e sociais livres "banidas do processo político" e de governança, o partido contribuiu para a dissensão e a radicalização interna, gerando uma crise de legitimidade que logo se expressou por meio da violência cultural[74] e violência estrutural[75].

---

mesmo território "irmãos" e foi muito sangrenta. A em Moçambique foi muito cruel e destruidora, e visava a mudança da política do Governo da FRELIMO considerada marxista e permitir a participação de todos nos processos de decisão.

[74] A violência cultural é definida por Galtung como os aspectos da cultura, esfera simbólica de nossa existência - exemplificada pela religião, pela ideologia, a linguagem e a arte, a ciência empírica e as ciências formais (lógica e matemática) - que podem ser utilizados para justificar ou legitimar a violência, tanto em sua forma estrutural como na direta. A violência cultural faz com que a violência directa e a estrutural pareçam, e inclusive sintam-se, como algo correto ou, pelo menos, não ruim (GALTUNG,1990, p. 291). A violência cultural incorpora alguns aspetos da cultura que podem ser usados para justificar ou ainda legitimar a violência direta e estrutural, portanto, é uma permanência (GALTUNG, 1990, p. 291-293).

[75] A 'violência estrutural' é invisível e tem que ver com a forma de organização da sociedade. Trata-se de um tipo de violência que é invisível, indireta: é a forma de organização da sociedade (capitalista, socialista, democrática). Para John Galtung, a violência estrutural refere-se a um tipo de violência que predomina em estruturas sociais baseadas na desigualdade, uma vez que abarca situações de distribuição desigual do poder; enormes assimetrias de desenvolvimento; diferença agudas no nível de vida das pessoas; desigualdade na distribuição de recursos, rendimento nacional (GALTUNG, 1990, p. 291-305). A violência estrutural está arraigada nas estruturas e manifestam-se como desigualdades de poder entre grupos, resultando em oportunidades de vida desiguais, que variam ao longo do tempo. Por outro lado, a violência estrutural relaciona-se à ausência de estruturas que possibilitem o desenvolvimento econômico e social dos indivíduos (GALTUNG, 1969, p. 169-171). A violência estrutural está enraizada nas estruturas e se manifesta como desigualdades de poder entre grupos e, por conseguinte, como oportunidades de vida desiguais, com flutuações ao longo do tempo. A violência estrutural era o grande problema para o estabelecimento duma paz durável e as razões desta devem ser transformados. Esta visão sociológica divergiu da escola americana que olha mais ao poder e interesses (GALTUNG, 1969, p. 169-171).

Moçambique emergiu como Estado-nação, definido como "um tipo de organização cujo objetivo primordial é garantir a adesão de todos os habitantes de um determinado território" (ABRAHAMSON; NILSSON, 1994, p. 30); (VINES, 1996). A ruptura profunda com o domínio colonial português exigia que o novo Estado preenchesse imediatamente lacunas em diversos setores, incluindo a rápida construção da infraestrutura estatal, visando garantir três elementos fundamentais: (i) a supremacia do Estado, (ii) a soberania e (iii) a integridade territorial. O projeto delineado pela FRELIMO para a Primeira República concentrou-se na força de uma nação homogeneizada, por meio da adoção de novos valores culturais. Esses valores pretendiam estabelecer um sentido de identidade e coletividade entre os cidadãos moçambicanos, conforme evidenciado nos preceitos dos Artigos 2º e 4º da Constituição da República Popular de Moçambique (CRPM) de 1975, que definiam os objetivos basilares do Estado moçambicano, a saber:

> *"O artigo 2 da Constituição de Moçambique, refere que "o novo Estado se assumiu como uma Democracia popular em que todas as camadas patrióticas se engajavam na construção de uma nova sociedade, livre da exploração do homem pelo homem, sendo que, o poder pertencia aos operários e aos camponeses unidos e dirigidos pela FRELIMO. De acordo com o mesmo artigo, o poder era exercido pelos órgãos do poder popular" (CRM, 1975, p. 1)". "O artigo 4 previa a "eliminação das estruturas de opressão e exploração coloniais e tradicionais e da mentalidade que lhes está subjacente; a extensão e reforço do poder popular democrático; a edificação de uma economia independente e a promoção do progresso cultural e social; a defesa e consolidação da independência e da unidade nacional; o estabelecimento e desenvolvimento de relações de amizade e cooperação com outros povos e Estados; e o prosseguimento da luta contra o colonialismo e o imperialismo" (CRPM, 1975)".*

Para que isso se materializasse, era necessário criar um Estado socialista no qual a acumulação privilegiada de recursos, fossem eles econômicos ou materiais, fosse abominada e combatida. O processo de transição para a independência permitiu que, em diversos setores, o Governo português transferisse gradualmente responsabilidades à FRELIMO. Dessa forma, como reflexo da transitoriedade cultural e da fragmentação social decorrentes da colonização, observa-se uma crise na construção da identidade nacional, sobretudo no período pós-independência, a partir da proposta identitária da FRELIMO, pautada no projeto de criação do "Homem Novo", em oposição ao "Homem Velho", resultante do contato com o colonialismo, que deveria dar corpo a uma nova identidade moçambicana (CABAÇO, 2009, p. 304).

Moçambique criou estruturas de planificação econômica e de gestão estatal em toda a atividade econômica, assentadas em duas vertentes: (i) a administração das propriedades abandonadas e (ii) a gestão programada da estratégia de desenvolvimento. Isso evidenciava a força mobilizadora exercida pela FRELIMO junto ao "Poder Popular". Para o partido, o conceito carregava uma conotação abrangente: por um lado, era utilizado para denotar democracia como objetivo ou princípio da luta; por outro, referia-se às formas emergentes de organização político-administrativa nas zonas libertadas, incluindo métodos democráticos de tomada de decisões e eleição de cargos. Assim, o Poder Popular[76] permanecia como um conceito orientador geral, designando simultaneamente um conjunto de instituições voltadas à participação popular. Tais estruturas de mobilização, controle e monitoramento da população revelaram-se eficazes, algumas das quais permanecem em funcionamento até a atualidade.

Para reforçar sua visão ideológica, o dia 25 de junho, Dia da Fundação da FRELIMO, passou a coincidir com o Dia da Independência, e o 25 de setembro, Dia da Vitória ou Dia das Forças Armadas, foi instituído como feriado nacional. Nessas datas, realizam-se desfiles, paradas militares e discursos políticos destinados a ativar a memória coletiva e revolucionária. De acordo com Severino Ngoenha, a representação da história nacional foi moldada a partir das figuras de Eduardo Mondlane, primeiro presidente da FRELIMO, Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique independente e construtor da nação durante a Primeira República, Joaquim Chissano, mentor da abertura econômica e responsável pela assinatura do Acordo de Paz, Armando Guebuza e Filipe Nyusi, como se a nação se resumisse ao desfile de seus dirigentes. Era como um retorno a uma historiografia anterior aos *Annales*, que privilegiava grandes homens, reis e imperadores, em detrimento das massas, dos gestos cotidianos e dos gritos anônimos da história subterrânea.[77]

Tratou-se também de uma tentativa de (re)interpretar a história para legitimar o papel das classes políticas moçambicanas, recurso que continuaria a ser utilizado durante o

[76] O conceito de Poder Popular foi adotado de maneira vantajosa por não ser eurocêntrico e, curiosamente, surgiu de forma simultânea em Cuba e na África. As organizações emergiram também como tentativa da FRELIMO de encontrar uma alternativa institucional para gerir e mobilizar a população em meio à escalada do conflito (EGERÖ, 1992, p. 44).

[77] Moçambique: 50 anos de turbulência. Depoimento recolhido na Conferência Internacional Moçambique e as Indepedência dos Países Africano de Lingua Oficial Portuguesa (PALOP), realizado nos dia 19 e 20 de junho de 2025, no Centro Cultural Moçambique - China, em Maputo - Cidade, das 9-00 horas as 17horas.

período democrático liberal[78]. O nacionalismo moçambicano constituiu-se como um processo idealizado pelas elites. ideias que, em parte, sustentam a própria existência dessas elites. A nação representou, assim, uma Comunidade imaginada, traduzindo não uma essência fixa, mas um processo dinâmico, em permanente reconstrução e reinvenção, de acordo com os interesses dos grupos sociais dominantes.[79]

Os discursos sobre o nacionalismo moçambicano revestiram-se de um caráter essencialmente político. Ademais, a independência de Moçambique foi real e merece ser celebrada, "mas a construção de uma nação ainda não terminou. E só terminará quando os jovens moçambicanos puderem olhar para o futuro com confiança, quando deixarem de perguntar, com amargura, o que fizemos com a liberdade que herdámos". Em contrapartida, Fanon nos mostra que o nacionalismo não é uma doutrina política, não é um programa, como a FRELIMO tentou implementar em Moçambique. Pois, se quisermos verdadeiramente evitar ao país esses retrocessos, essas paradas, essas falhas, é preciso passar, rapidamente, da consciência nacional para a consciência política e social, construída a partir dos padrões de pertença e dos valores culturais no contexto nacional (FANON, 2010, p. 233).

A unidade nacional, segundo Eduardo Nihia, é um valor que não nasceu do acaso, nem foi decretada em Maputo. Ela foi forjada no campo de batalha, entre homens e mulheres de diferentes regiões, diferentes línguas, culturas e visões de mundo, que foram obrigados a viver, combater e confiar uns nos outros. Durante a luta de libertação, a guerrilha não perguntava de onde se vinha, mas por que se estava ali. E a resposta era

---

[78] O liberal vê a resolução e transformação dos conflitos como ideal. Na vertente dos liberais, a paz é vista como sendo ausência de qualquer situação que ameaça a tranquilidade dos indivíduos, ou seja: situação na qual abre espaço para a negociação e resolução pacífica de conflitos.

[79] Em uma negação ontológica, Benedict Anderson referiu-se à nação como uma Comunidade imaginada. Benedict Anderson, ao construir a ideia de que a nação não passa de uma Comunidade imaginada, argumentou que "mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria dos seus companheiros, embora tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles" (ANDERSON, 2008, p.32). O autor (HALBWACHS, 1990) nos ensina que as nossas identidades carregam memórias individuais e coletivas. Assim, todo indivíduo traria estes dois conjuntos de memórias e, conforme participe de uma ou de outra, adotaria atitudes muito diferentes e mesmo contrárias: de um lado, é no quadro de sua personalidade ou de sua vida pessoal que viriam tomar lugar suas lembranças; do outro, seria capaz, em alguns momentos, de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter lembranças impessoais, à medida que estas interessam ao grupo. As memórias coletivas descritas por Maurice Halbwachs permitem o desfrute do sentimento de pertencimento de grupo e, ao mesmo tempo, contribuem para a evocação e manutenção das lembranças pessoais (HALBWACHS, 1990).

comum: “Estou aqui porque amo esta terra e quero vê-la livre”. É, portanto, uma unidade que nasceu na prática do sacrifício conjunto, e não em uma folha de papel.[80]

Ademais, a CRPM de 1975, na qual a FRELIMO previu a criação de uma legislação eleitoral para regular as condições, o método e os dados das eleições gerais, acabou por ser contradita pelos acontecimentos. Na independência, não houve aquilo que podemos chamar de regresso às origens, aquilo que William Du Bois chamou de *black renaissance*. De acordo com José Luís Cabaço, para quem a FRELIMO, enquanto elite política responsável pela independência política e pelo fomento de uma identidade nacional, “(...) subestimou o fato de que a ‘construção da unidade nacional’ se fazia em estreita relação, sempre conflituosa, com identidades já existentes (...)” (CABAÇO, 2009, p. 31).

A proclamação da independência, a nacionalização da terra, a expansão dos serviços de saúde e educação e a criação da advocacia para José Chichava, foram destacados como marcos iniciais importantes. Essa etapa foi marcada por grande entusiasmo coletivo, sobretudo entre os jovens que eram designados para missões nacionais.[81] A primeira incursão armada contra Moçambique aconteceu dois meses depois de declarada a independência. De acordo com Severino Ngoenha, “em menos de seis meses de independência, Moçambique mergulhava em nova guerra. A independência, antes mesmo de ser consolidada, foi atacada. Xikwalakwala, Mapai, como depois Satungira e Muxúnguè, tornaram-se geografias de dor. O país foi tomado por uma longa guerra que durou dezesseis anos, uma guerra mais longa, mais destrutiva e mais fratricida do que a própria guerra de libertação”[82].

---

[80] Eduardo Nihia, Veterano da Luta de Libertação Nacional. Antigo Vice Ministro da Defesa Nacional. Foi conselheiro para Assuntos de Defesa e Segurança dos Presidentes Armando Guebuza e de Filipe Nyusi. Depoimento colhido na Conferencia Nacional Sobre 50 anos de Independência de Moçambique realizados pelo Ministério dos Combatentes (MICO) e do Instituto de Pesquisa de História da Luta de Libertação Nacional (IPHLLN), realizado no dia 18 de junho de 2025, das 8-30 as 18 horas, no Centro Cultural Moçambique - China, em Maputo - Cidade.

[81] José Chichava. Depoimento recolhido na Conferência Nacional Sobre 50 anos de Independência de Moçambique realizados pelo Ministério dos Combatentes (MICO) e do Instituto de Pesquisa de História da Luta de Libertação Nacional (IPHLLN), realizado no dia 18 de junho de 2025, das 8-30 as 18 horas, no Centro Cultural Moçambique - China em Maputo - Cidade.

[82] *Moçambique: 50 anos de turbulência*. Depoimento recolhido na Conferência Internacional Moçambique e as Indepedência dos Países Africano de Lingua Oficial Portuguesa (PALOP), realizado nos dia 19 e 20 de junho de 2025, das 9-00 horas as 17 horas, no Centro Cultural Moçambique-China, em Maputo. Severino Ngoenha foi influenciado pela Teologia da Libertação que era uma teologia que utilizou pressupostos marxistas. Porque o marxismo cubano não é o marxismo soviético. E o marxismo moçambicano nunca tinha a

Samora Machel, em cumprimento da Resolução nº 216[83] das Nações Unidas referente a sanções[84] econômicas à ex-Rodésia do Sul, declarou o encerramento das fronteiras entre os dois países. A ex-Rodésia do Sul, país dependente dos portos moçambicanos, especialmente do porto da cidade da Beira, para o recebimento de combustível, assim como para o escoamento de seus produtos, sentiu o impacto dessa medida.

Ademais, parte das figuras marginalizadas pelo regime de partido único, nomeadamente, Andre Matsangaissa[85] , membro fundador, e primeiro líder da RENAMO, e

---

ver com RDA. (Severino Elias Ngoenha - depoimento, 2011. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2013. 47 p.).

[83] Refira-se que a Comunidade internacional se tinha comprometido a apoiar economicamente Moçambique caso aplicam-se sanções contra a ex-Rodésiado Sul em 1966. Contudo, esse apoio só foi desponibilizado no primeiro ano das sanções. O resto do tempo até ao fim do conflito rodesiano, a Comunidade internacional não honrou os seus compromissos e Moçambique teve que arcar soliatariamente com os prejuízos decorrentes dessas sanções.

[84] "As sanções impostas pela ONU à ex-Rodésia do Sul ocorreram devido ao autoritarismo e às ações ilegais do Governo aos seus cidadãos. A ex-Rodésia do Sul estabeleceu um regime racista no país nos moldes do apartheid da África do Sul. É preciso salientar que a Rodésia foi um Estado não reconhecido situado no sul da África (onde atualmente se compreende o ex-Rodésia do Sul) durante a Guerra Fria" (VELOSO, 2011). Ao se implantar as sanções a ex-Rodésia do Sul o Governo da FRELIMO privou o país de uma parte de suas receitas em divisas, além de provocar uma crise de emprego no complexo ferro-portuário da Beira. Para piorar, o Governo sul-africano passou a usar portos alternativos em seu próprio território, fazendo o sistema ferro-portuário de Moçambique ter ainda maiores prejuízos (VELOSO, 2011, p. 138-158).

[85] Andre Matsangaissa foi um dos primeiros líderes da RENAMO, nasceu em 18 de Março de 1950 em Chinambuzi, uma pequena povoação perto de Chirara, na província central de Manica. Foi antigo comandante do pelotão da FRELIMO em Gorongoza. Andre Matsangaissa juntou-se a FRELIMO em 1972, sendo ex-membro das Forças Armadas de Moçambique. Como punição por infrações foi enviado ao campo de reeducação de Sacuze, Gorongosa, província de Sofala, sua terra natal, acusado do roubo de um Mercedez Benz e de bens do quartel do Dondo. (MARTIN e JOHNSO, 1986, p. 2). Em Secuze ele fugiu para a ex-Rodesia do Sul, depois do ataque das forças da Rodesia do Sul e juntamente com outros recrutas treinaram numa pequena farme de ODZI, perto de Umtali (Mutare), constituindo assim o embrião da RENAMO. Após a fuga, ele organizou uma expedição contra o mesmo campo e resgatou 400 prisioneiros, os quais o seguiram para a então . Destes 400, apenas pouco mais de 25 conseguiram chegar lá. São esses os primeiros guerrilheiros da RENAMO, e é aqui que nasce a resistência nacional em Moçambique. André Matsangaissa foi a peça-chave na fundação, porque várias vezes os ex-colonos tentaram fundar um movimento, mas tudo terminava no papel, sem sua concretização (MINTER, 1994); (MARTIN e JOHNSO, 1986, p. 2). Com apenas 24 anos, André Matsangaissa entra na fundação do movimento para alimentar o sentimento de anticomunismo e para comandar uma guerra que rapidamente se alastrou para vários cantos do país. Na sua entrevista concedida a Rádio "Voz da África Livre", Matsangaissa sustentou que o objetivo da RENAMO era restaurar o quadro político da FRELIMO e recuperar as lideranças tradicionais que tinham sido marginalizadas por ela. Para Matsangaissa, a guerra só poderia ter terminado quando a FRELIMO renunciasse ao comunismo e acabasse com o sistema de partido único e a perseguição dos opositores. A população da província de Manica não conhecia a rádio "Voz da África Livre" por esse nome. Eles a conheciam como rádio Kuzumba, e a mesma rádio influenciou muito a propaganda sobre as políticas do movimento. Ela fazia-se sentir em muitos receptores. Por essa razão, temos casos de pessoas que conheceram e aderiram à insurgência pelas suas propagandas. Na essência, André Matsangaissa, ao criar o movimento, em parte se ocupou de demonstrar que não queria substituir os portugueses pelos rodesianos e nem a FRELIMO pela nova colônia. Nessa diplomacia

Afonso Dhlakama[86], que veio a substituí-lo, entre outros moçambicanos dissidentes da FRELIMO, majoritariamente do Centro e Norte de Moçambique, após a independência, desencadearam uma guerra envolvendo o Governo marxista-leninista da FRELIMO e a RENAMO, que contou com apoio dos Governos da ex-Rodésia do Sul e da África do Sul (regime minoritário do apartheid) enfurecidos com a opção política enveredada pelo Governo da FRELIMO no pós-independência (GEFFRAY, 1991). Nesse momento, com o apoio da ex-Rodésia do Sul, temos o nascimento da RENAMO, que se colocou contra o socialismo e a FRELIMO, iniciando a Guerra Civil em 30 de maio de 1977.

A RENAMO organiza-se a partir de dissidentes da FRELIMO que deixaram de ter espaço quando se decidiu pela orientação marxista-leninista, por exemplo, André Matsangaissa. Como aponta Maloa (2011, p. 88), no processo de luta armada, os revolucionários alcançaram hegemonia na direção da FRELIMO logo após o assassinato do primeiro presidente, em 1969. A partir desse período, houve mudanças radicais na direção da FRELIMO. O movimento passou a ser dirigido por um Conselho de Presidência, composto por Uria Simango, Marcelino dos Santos e Samora Machel. Entretanto, o grupo próximo a Uria Simango foi expulso das fileiras da FRELIMO, acusado de ser "reacionário" (MALOA, 2011, p. 88).

Por conta dessa nova conjuntura, figuras de proa da FRELIMO foram expulsas, perseguidas e algumas posteriormente exterminadas, o que teria contribuído para a eclosão da guerra, levada a cabo pela RENAMO (NCOMO, 2003). Por exemplo, foram expulsos

---

conspiratória, a ex-Rodésia do Sul chegou a olhar a figura de André Matsangaissa como o melhor aliado para concretizar o seu sonho da do Moçambique (NILSSON, 1999); (PINTO, 2008, p. 216).

[86] Afonso Marceta Macacho Dhlakama, nasceu a 1 de janeiro de 1953, no povoado de Mangunde, na Província de Sofala, centro de Moçambique. Afonso Dhlakama foi o segundo líder da RENAMO, sucedendo André Matsangaissa após a sua morte em 1979. No decorrer da guerra colonial foi soldado do exército português. Com o desmoronamento da administração autocrática em Portugal com o golpe militar de 25 de Abril de 1974, juntou-se a FRELIMO. Pouco tempo depois abandona a FRELIMO para se tornar em 1976 um dos fundadores da RENAMO (HUME,1994). Afonso Dhlakama assume a liderança da movimento com a intenção de retaliar a morte do seu comandante e publicar as primeiras teses políticas, que poderiam limpar a imagem do movimento e servir como arma para angariar a simpatia do povo e da Comunidade internacional. O novo líder encontrou um movimento fragilizado porque uma parte dos seus militares estava desmoralizada pela perda. Essa sibstituição segundo Alex Vines, conscidiu também com o desaparecimento físico de outros oficias, nomeadamente Orlando Macomo, Lucas Mlhanga e Henrique Sitoes. Pois, foi constatado um ambiente de disputa na base de Chisumbanje na Rodésia do Sul (VINES, 1991, p. 16-17); (OLIVEIRA, 2006, p. 42). A liderança de Afonso Dhlakama foi confirmada e fortificada após a realização do I Congresso, em 1983, organizado por Evo Fernandes, durante o qual o comandante-chefe, foi declarado 'presidente', era um pulsar de uma organização política muito forte (CAHEN, 2019). Dhlakama foi o líder do grupo durante todos os esforços pelo acordo de paz, e continua sendo líder do partido até a sua morte em 2018.

Paulo Gumane, Joana Simeão, Raul Casal Ribeiro, Arcanjo Kambeu, Júlio Nihia, Paulo Gumane, Uria Simango, Padre Mateus Gwengere, Lázaro Kavandame e Miguel Murupa, entre outros membros cujo destino até hoje é desconhecido. Os "reacionários" foram considerados traidores da pior espécie, por terem se aliado aos portugueses.

Os alegados "reacionários" foram ainda enviados para Moçambique e internados, colocados no centro de reeducação de M'telela, na província do Niassa. Uria Simango, vice-presidente da FRELIMO, e Joana Simeão, considerados traidores, passaram por um julgamento popular, e foram apresentada publicamente e conduzida ao campo de reeducação de M'telela conforme os Anexos I e II. Outros dissidentes da FRELIMO e membros de partidos políticos rivais e originários da cidade da Beira tiveram o mesmo tratamento. Entre 1977 e 1980, Uria Simango e sua esposa, Celina Simão[87], Joana Simeão, Mateus Gwenjere, Lázaro Nkavandame, Paulo Gumane, Faustino Kambeu e outros apelidados de reacionários pela FRELIMO foram executados sumariamente. As suas vozes foram silenciadas e ao longo do tempo os seus nomes na narrativa historia de Moçambique foram apelidados de traidores e lesa pátria ao serviço do interesses do Governo Colonial, segundo o nosso entrevistado que não se quis identificar. Isso atualmente compromete a base ética do Estado que propala aos quatro ventos que está empenhado na reconciliação nacional e na paz.[88]

Durante o conflito armado, a província de Sofala foi o centro dos guerrilheiro da RENAMO. Para além de a maior parte dos dirigentes da RENAMO ser natural dessa província, era no interior da província de Sofala que se localizavam as principais bases do antigo movimento guerrilheiro. O Governo da FRELIMO impôs a sua autoridade naquela que era considerada uma cidade reacionária por meio da arrogância de seus governantes. Há também uma resistência das populações do centro do país, principalmente da cidade da Beira, a segunda maior cidade do país, em relação às lideranças do sul, mais

[87] Importa referir que, Celina Simango foi fundadora e a primeira presidente da Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO), cujo congresso constitutivo teve lugar entre 31 de maio e 4 de junho de 1966, em Mbeya, na Tanzânia, ela passou por um julgamento coletivo. Durante seu mandato, representou activamente a organização em diversos eventos internacionais.

[88] Depoimento recolhido na Conferência Internacional Moçambique e as Independência dos Países Africano de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), realizado nos dia 19 e 20 de junho de 2025, das 9-00horas as 17horas no Centro Cultural Moçambique-China, em Maputo, no intervalo do evento.

intelectualizadas. Estas são acusadas de ocupar as posições mais elevadas desde o período da luta anticolonial e de privilegiar a cidade de Maputo, a capital do país.

Até hoje, o Estado moçambicano não reconheceu oficialmente esses assassinatos, e não há qualquer informação sobre a data exata de suas mortes, o local onde ocorreram ou o paradeiro de seus corpos. Nota-se que, em 2006, um cidadão intentou um processo de divórcio litigioso no Tribunal Judicial da Província de Inhambane contra Joana Simeão. O tribunal publicou um anúncio na edição de 24 de abril do *Notícias*, jornal de maior circulação em Moçambique, convocando Joana Simeão a se apresentar em juízo (vide Anexo III). Terminado o prazo estabelecido, Joana Simeão nunca apareceu, e o processo terminou por ali, sem que se soubesse seu paradeiro, e ninguém mais falou do assunto até os dias de hoje, segundo o nosso entrevistado.[89]

Entretanto, Celina Simango e Lúcia Tangane, esposas de Uria Simango e Raul Casal Ribeiro, entre outros desaparecidos, tornaram-se as primeiras vozes excluídas durante o processo negocial que levou à independência de Moçambique. Não se sabe o seu paradeiro até os dias de hoje, e propala-se que alguns deles foram vítimas de execuções extrajudiciais realizadas de forma clandestina por alguns chefes dos campos de reeducação. Vale lembrar que, em 2005, Marcelino dos Santos, antigo combatente da FRELIMO e membro sénior do partido, confirmou, em entrevista, o fuzilamento de Uria Simango, Joana Simeão e outros denominados "reacionários". Segundo ele, este julgamento tratou-se "de justiça, porque qualquer um deles se aliou ao colonialismo português", diria Marcelino dos Santos. Outro membro sênior da FRELIMO e antigo combatente, Mariano Matsinha, em 2009, admitiu que, durante a guerra, "era norma na FRELIMO fuzilar pessoas". Para além do fuzilamento dos dissidentes do movimento, Mariano Matsinha referiu-se ao fuzilamento de combatentes que perturbavam as populações ou desertavam para as tropas portuguesas.

> *O primeiro fuzilamento de que me lembro foi em 1965 ou finais de 1964, de um indivíduo chamado Said, em Cabo Delgado. Era guerrilheiro, pegou na arma e foi invadir as populações para roubar galinhas. Foi fuzilado e fuzilámos muito mais. Durante a guerra não se pode brincar. Multipartidarismo durante a guerra é mentira. Você não faz guerra nenhuma (MATSINHA, 2009, p. 2).*

[89] Entrevista efetuado em Anonimato "B" a um membro sénior da FRELIMO, e antigo Combatente da Luta Armada de Libertação nacional, no dia 10 de junho de 2025, na sua residência, no bairro de Bagamoio, localizada em Maputo - cidade.

As declarações de Mariano Matsinha demonstram que houve uma história de violência dentro da organização que foi silenciada durante a construção do Estado moçambicano. Esse silenciamento de algumas vozes manifestou-se de diversas formas, na tentativa de se implantar uma revolução popular. Para a historiadora Amélia Souto, "foi claro, no processo de seleção e na sua propagação, que a história da libertação tinha de ser, na sua totalidade, gloriosa, perfeita e vitoriosa, apesar de suas contradições e conflitos". "As contradições e conflitos escolhidos", escreve a historiadora, "foram apenas aqueles que poderiam ser reiterados como consistentes com o desenvolvimento da luta armada e necessários para a consolidação de sua ideologia" (SOUTO, 2013, p. 281).

No entanto, após a expulsão de Uria Simango da FRELIMO, em 1970, não há registos públicos de que Celina Simango tenha mantido qualquer atividade política ou feito declarações públicas, o que sugere um possível afastamento da vida política. Como entender a sua execução? Sua execução aponta para culpa por associação ou para uma criminalização familiar ou moral do inimigo, característica de regimes revolucionários autoritários[90]. Essas questões vão ao encontro das afirmações de Severino Ngoenha, que sustenta que os movimentos de luta contra a dominação colonial acabaram presos às questões do poder.

> *"Os revolucionários ficaram presos às ideologias que os guiavam, quando ainda não tinham nenhum poder, quando não eram reconhecidos e eram obrigados a uma clandestinidade continuamente ameaçada por perseguições terríveis. O poder era externo e devia ser abatido. O poder estava armado e corriam armas para derrubá-lo. Por isso, parecia lícito ter uma organização interna de ferro, onde o "centralismo democrático" comportava a delegação absoluta nos chefes, exatamente como nos exércitos, pela sua natureza autocrática. Mas os revolucionários conseguiram tomar o poder. Todavia, a organização militar ficou intacta, não obstante a tomada parcial ou completa do poder (NGOENHA, 2015, p. 169)".*

As execuções de figuras que pensavam de maneira diferente, promovidas pelo então partido único, ocorreram fora da legalidade, de forma oculta, e em alguns casos, sem julgamentos públicos. Trata-se de uma percepção de justiça política violenta promovida

[90] Huntington (1994) aponta que os regimes autoritários da "terceira onda" que se moveram para a democracia, geralmente, se circunscreviam em três grupos: sistemas de partido único, regimes ditatoriais e ditaduras personalistas. Embora Moçambique não faça parte da "terceira onda" de democratização do Huntington, se enquadra no primeiro grupo, ou seja, foi um sistema de partido único que se caracterizou pela monopolização do poder através da organização partidária, legitimado pelo próprio partido, no seu III Congresso realizado em 1977.

pela FRELIMO enquanto partido dirigente do Estado, o que, de certa forma, contribuiu para a emergência da violência em Moçambique e para o seu alastramento nesse período e, atualmente, em momentos de Eleições Gerais. Ou seja, em vez de procurar criar novas estruturas, mantiveram-se as mesmas organizações militares criadas durante a luta armada, ao mesmo tempo em que se preservaram as estruturas administrativas herdadas do colonizador, que, ao invés de servirem aos interesses nacionais, acabaram por servir a ideologias que deram vazão a revoltas populares e, na maior parte dos casos, ao surgimento de rebeliões e à desobediência a algumas políticas implementadas, embora, em algumas ocasiões, de forma velada.

Paralelamente, as clivagens ideológicas e, por conseguinte, o apoio prestado à RENAMO por esses países vizinhos justificavam-se igualmente pelo fato de o Governo de Moçambique ter servido de suporte à ZANU e ao ANC, movimentos de libertação da ex-Rodésia do Sul e da África do Sul, respectivamente. Como retaliação a essa solidariedade, a liderança dos dois países decidiu apoiar a RENAMO em termos logísticos e de treinamento militar. De acordo com Manghezi, o *Special Air Service* (SAS) da ex-Rodésia do Sul começou a treinar os guerrilheiros da RENAMO em sabotagem, perturbação da economia, recrutamento e ataques às bases da FRELIMO. Afonso Dlakama, que havia recebido treinamento dos militares portugueses, tornou-se adjunto do comandante (MANGHEZI, 2007).

Contudo, os "objetivos da RENAMO eram, essencialmente, fornecer oportunidades para a ex-Rodésia do Sul lidar com o ZANLA em Moçambique sem o fazer diretamente e perpetuar ou criar instabilidade em algumas áreas de Moçambique" (MANGHEZI, 2007, p. 110). Se olharmos para esse conflito em Moçambique a partir de uma perspectiva mais abrangente, podemos situar as lutas de libertação no contexto da "Guerra Fria", marcada por uma época de disputas estratégicas e conflitos ideológicos entre os Estados Unidos da América e a União Soviética. Moçambique procurou manter-se neutro ao integrar, em 1976, o Movimento Não Alinhado, com o objetivo de promover um caminho independente no campo relacional e internacional, sem qualquer envolvimento direto no conflito entre as duas superpotências. Contudo, a partir de 1977, a FRELIMO acabou por abraçar o bloco

soviético, ao definir, no seu III Congresso, que o Estado-nação moçambicano seria "marxista-leninista", num processo que durou até meados de 1983.

Moçambique passou também a ser alvo preferencial das incursões armadas das forças rodesianas devido ao seu posicionamento político em relação ao movimento de libertação da ex-Rodésia do Sul, legitimado como internacionalismo militante. O período imediatamente posterior à proclamação da independência de Moçambique foi marcado pela eclosão do conflito. As causas e a natureza do conflito continuam a ser objeto de diferentes abordagens explicativas. Uma primeira corrente defende que o conflito vivido por Moçambique após a independência teve origem externa. Isto é, tratava-se de uma guerra de agressão levada a cabo pelos regimes minoritários brancos da região austral da África, nomeadamente a ex-Rodésia do Sul e a África do Sul (ISAACMAN e ISAACMAN, 1983), (MINTER, 1994).

Igualmente, o conflito resultava do contexto da Guerra Fria. Daí surge a ideia dos reacionários no seio do movimento, que foi ganhando mais força, e todos aqueles que pensavam de maneira diferente eram assim conotados e levados para os campos de reeducação. Esse sentimento foi ganhando expressão quando Samora Machel, então Presidente de Moçambique, apelidou as populações da cidade da Beira, capital da província de Sofala, de centro dos reacionários. Contudo, é preciso recordar que, logo após a formação do Governo de transição, a FRELIMO aproveitou a oportunidade para se vingar de diversos opositores. Mais de 300 pessoas foram presas e internadas em Nachingwea, então campo de preparação político-militar do movimento na Tanzânia.

A construção de um Estado e de uma sociedade socialista produziu, em Moçambique, um conjunto de processos e procedimentos burocráticos. O Estado passou a ser o principal ator na implementação de decisões partidárias, provedor de segurança e de informação. O Estado assumiu a tarefa de formar uma nação de operários e camponeses e garantir a sua segurança. O partido passou a ser um ator onipresente e onisciente na vida cotidiana das pessoas e das instituições. Nesse contexto, o puritanismo constituía um esforço incomensurável da FRELIMO.

2.4. O “Homem Novo” na Formação do Estado Nacional em Moçambique

O novo ciclo forjou as nações africanas independentes e, com Moçambique, não foi diferente. Nesse sentido, o tema trabalhado neste ponto são as contradições do nacionalismo em Moçambique, a Guerra Civil e a memória coletiva como herança do trauma do conflito armado no pós-independência, à luz dos conceitos de consciência nacional de Frantz Fanon e de memória coletiva de Michael Pollak. A questão do “Homem Novo” em Moçambique está associada à FRELIMO e às suas lideranças, nomeadamente Eduardo Mondlane e Samora Moisés Machel. No presente capítulo faremos uma breve incursão naqueles aspectos que consideramos fundamentais em suas histórias de vida e que se ligam ao processo de construção do “Homem Novo“ em Moçambique. A descrição poderá não obedecer a uma rigorosa cronologia. Eduardo Mondlane foi quem unificou os diversos partidos moçambicanos constituídos nos países vizinhos (Malawi, Zimbábue e Quênia).

Che Guevara, em um dos textos que escreve enquanto estava na África, resgata a concepção de Marx sobre o homem na sociedade capitalista, que considera o Homem Velho; reafirma o caráter alienado do homem na sociedade capitalista e a necessidade de libertá-lo dessa alienação. Ele constrói a concepção do “Homem Novo”, “consciente, individual e coletivamente, em todos os mecanismos de direção e produção”[91] necessitando constantemente de educação técnica e ideológica. O homem no socialismo não está livre das contradições, pois está em constante luta com a velha sociedade, com o Homem Velho, para se libertar do trabalho alienado, construindo um trabalho social.

Samora Machel, definia em poucas palavras como o “Homem Novo” moçambicano deveria agir: quando falamos de luta interna, isto quer dizer que o “Homem Novo” deve rejeitar o racismo, o tribalismo, o regionalismo, o individualismo, o imperialismo, o egoísmo e o elitismo. Numa palavra, ele deve rejeitar as várias manifestações de subjetivismo porque a luta é coletiva. Nós vemos essa luta como coletiva que deve ser travada ao nível da sociedade e da natureza - também ao nível do indivíduo. Não basta

[91] Disponivel na interne em. GUEVARA, Chê. O socialismo e o Homem em Cuba, www.marxists.org/portugues/guevara/1965/03/homem_cuba.htm. Acesso no dia 22 de outubro de 2024.

mudar no aspeto da sociedade se não mudarmos a mentalidade de todo o povo.[92] A ideia de formação do "Homem Novo" foi defendida pela primeira vez no III Congresso da FRELIMO, realizado em Maputo, em fevereiro de 1977. Ela foi incorporada ao sistema educacional, sendo definida como:

> *Aquele que, embora consciente das suas limitações, trava consigo mesmo o combate interno permanente para superar as insuficiências e as influências reacionárias que herdou; (...) aquele que não só no seu pensamento, mas, sobretudo no seu comportamento interioriza os princípios do Povo e da revolução; aquele que constrói o socialismo e mobiliza as massas pela sua dedicação, disciplina e entusiasmo (MAZULA, 1995, p. 179).*

No III Congresso a opção marxista anunciada pela FRELIMO trouxe desconforto ao Ocidente, pois a ameaça à sua zona de influência política era clara. A FRELIMO adotou a ideologia marxista, autodenominada socialismo científico, e procurou eliminar uma ampla variedade de práticas e crenças sociais consideradas "obscurantistas", "atrasadas" e, portanto, contrárias às "normas revolucionárias" modernistas, incluindo ritos de iniciação, práticas de cura tradicional e cerimônias de súplica ancestral, todas baseadas na legitimidade e autoridade da chefia africana (FRELIMO, 1977). A religião foi identificada como outro "elemento obscurantista", e o Governo proibiu o ensino religioso nas escolas, nacionalizou instituições religiosas e assediou e perseguiu líderes religiosos.

Segundo João Paulo Borges Coelho e Rita Chaves, o III Congresso decidiu criar o Partido FRELIMO como instrumento fundamental para garantir a direção do processo revolucionário do país, na materialização da estratégia de edificação do socialismo, em um contexto político denominado "Democracia de partido único", o que reforçou a unidade e fortaleceu o caráter inquestionável do regime. Transformada em partido, a FRELIMO apropriou-se do patrimônio, transformando em propriedade particular aquilo que deveria ser entendido como bem público (COELHO, 2010, p. 6-8); (CHAVES, 2020, p. 162).

O Partido-Estado construiu sua própria narrativa do passado recente aqui designada como Roteiro da Libertação, isto é, a construção da saga que conduziu à independência em Moçambique. O partido no poder, zeloso, reivindicava a exclusividade dessa fabulação, chamando para si a gestão dos mitos fundadores, fato que repercute na presença do romance histórico nos dois sistemas literários. Esse roteiro operacionalizou-se como

[92] Samora Machel e a revolução na África Austral. Entrevista de Wilfred Burchet. p.23

instrumento político e ideológico de exercício do poder, buscando, para tal, legitimá-lo, ou seja, transformá-lo de memória política em memória pública (COELHO, 2010, p. 6-8); (CHAVES, 2020, p. 162).

É dramaticamente espantoso que, na história de um país em que o combate pela libertação foi acompanhado de uma campanha para quebrar a censura e romper o silêncio, preservem-se práticas apoiadas na negação do direito ao conhecimento e às liberdades, sobretudo quando a argumentação em torno das questões de segurança perdeu sua grande motivação (CHAVES, 2020, p. 163). No III Congresso, a FRELIMO transformou-se no partido líder na busca pela transformação revolucionária e pelo progresso do país (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983). Essa definição ideológica orientou a criação do Estado Democrático Popular, o planejamento central da economia e a nacionalização de setores estratégicos, como bancos, transportes e grandes indústrias. A FRELIMO instaurou o sistema socialista marxista-leninista, oficializado do ponto de vista político na realização do III Congresso, como forma de "em tempo recorde, resolver os problemas do povo moçambicano" (VELOSO, 2006, p. 13).

A FRELIMO também, com o objetivo de prestar uma homenagem especial a todos os "Heróis da Nação", fez coincidir o dia da comemoração do aniversário da morte de Eduardo Mondlane com a realização do seu III Congresso. Basílio aponta os seguintes elementos sobre o *"[...] projeto da FRELIMO: (a) criação da sociedade nova e do Homem Novo, com a mentalidade livre e revolucionária; (b) construção de uma nação e de um estado moçambicanos seguindo os princípios da modernidade e (c) desenvolver a economia agrícola e industrial"* (BASÍLIO, 2007, p. 3).

Como presidente de Moçambique, Samora Machel vai ampliar as responsabilidades da FRELIMO, não apenas no sentido de libertar o povo, mas também de organizar o Estado Nacional, a Nação e a sociedade moçambicana, que seriam as bases para o "Homem Novo", aproximando-se da perspectiva de Catroga em relação a essas responsabilidades e preferências (CARTROGA, 2008, p. 35). Nessa questão, Fanon (2010, p. 198) aponta, *"o partido, hoje, tem por missão fazer chegar ao povo as instruções que emanam da cúpula. Não há mais aquele vaivém fecundo da base à cúpula e da cúpula à base, que funda e*

garante a Democracia num partido. Ao contrário, o partido se constituiu como um anteparo entre as massas e a direção" (FANON, 2010, p.198).

A teoria do "Homem Novo", defendida e securitizada por Samora Machel, consistia em formar uma nova mentalidade que permitisse germinar novas ideias para fazer face às ideias velhas e impor-se aos hábitos antigos. As linhas de ação dessa teoria alimentavam a ideia de que se deveria desmontar o aparelho do Estado colonial e as "sequelas do colonialismo" (CIPRIANO, 2007, p. 605-607). A securitização do discurso do "Homem Novo" deveria ainda implicar "uma consciência revolucionária que significava, acima de tudo, ter ideias novas" (COLAÇO, 2001, p. 97).

Os moçambicanos, sem qualquer consulta, foram obrigados ou induzidos a aceitar a única ideologia do Estado como ponto de partida para sua identificação (CIPRIANO, 2007, p. 605-607). A securitização da figura do "Homem Novo" não foi uma criação moçambicana, mas parte essencial do imaginário em torno da construção das sociedades socialistas. Com base nessa concepção de nação, o português foi institucionalizado como língua oficial e a educação foi considerada uma das áreas prioritárias do novo regime.

Para dar seguimento a esse ideal de securitização do "Homem Novo", de acordo com Sérgio Chichava, "foi interditado aos alunos falar as línguas locais nas escolas. Anúncios que tornavam obrigatório o uso da língua portuguesa nas instituições públicas foram afixados. Os nomes das regiões e dos clubes esportivos com conotação étnico-regional foram abolidos" (CHICHAVA, 2008, p. 8). A FRELIMO, para controlar a população, criou os "Grupos Dinamizadores" e obrigou a população a aderir aos trabalhos cooperativos, nos quais também ocorreu a nacionalização de vários bens, inclusive os da Igreja. No entanto, o padre Graciano Castellari[93] explica como ocorreu esse processo:

[93] Graciano Castellari e um Padre que chegou a Moçambique em 1964, um período de grandes transformações sociais e políticas. O país ainda era uma colônia portuguesa, mas a luta pela independência ganhava força. A Igreja Católica, por sua vez, vivia um momento de renovação impulsionado pelo Concílio Vaticano II, que incentivava a inculturação da fé e o engajamento social. O Padre Castellari se propôs a ser um missionário diferente, um "débil entre os débeis", que aprendia com o povo, compartilhava suas dificuldades e caminhava ao seu lado na construção de um futuro mais justo e fraterno. Suas memórias revelam os desafios e as alegrias dessa jornada, marcada por encontros, desencontros, esperanças e desilusões. O desenvolvimento do livro se concentra nas memórias do Padre Castellari em Moçambique, desde sua chegada em 1964 até seu retorno à Itália em 2005. As memórias são organizadas cronologicamente e divididas em capítulos que correspondem aos diferentes momentos e lugares de sua missão CASTELLARI, Graciano (2015). "*Deboli tra deboli*". Memórias de um missionário em Moçambique, 1964-2005. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. (Colecção Experiências de África série Histórias Missionárias).

> *"As brigadas do partido vinham, com a ordem de nacionalizar tudo nas missões: carros, bens e, nalguns casos, até residências, porque, diziam, eram ao serviço do ensino e da saúde, das escolas e postos de saúde. Portanto já a Igreja não precisava mais e tudo pertencia ao estado. Bem cedo começaram a procurar o dinheiro que, pensavam, estava depositado para escolas e hospitais. Nas missões houve momentos de forte tensão. Havia brigadas que entravam com compreensão, com delicadeza, outras numa forma bruta e arrogante, como donos. Nestes momentos bastava uma palavra a mais, uma pequena discussão para ser acusado de resistência. E podia chegar a ordem de cadeia ou até de expulsão. Um exemplo claro disso, foi a prisão de três missionários da nossa diocese foram que expulsos. Estes são, Júlio Gambôa da Sociedade, José Luzia, diocesano e Imoli, comboniano, enquanto outros experimentaram a cadeia" (SANTOS e FALCÃO, 2015, p. 62).*

A genealogia da noção de "Homem Novo" remonta ao período da luta armada de libertação e reconhece, ademais, seus próprios textos canônicos, por meio dos quais procurou se impor no território moçambicano. A luta entre a 'nova' e a 'velha' ordem é a chave para compreender a mudança identitária proposta.

Esse "Homem Novo" moçambicano deveria ser emancipado e educado, como um Homem possuidor de novas ideias que não pudessem promover o tribalismo, o regionalismo e o "ocultismo", um homem livre de usos e costumes tradicionais. No entanto, é preciso perceber que, quando se fala de Homem, iniciado com a letra "H" maiúscula, na sociedade moçambicana, refere-se a homem e mulher; por isso, acredita-se que a não menção explícita às mulheres na construção do "Homem Novo" se deve ao fato de já estarem englobadas nessa categoria (COLAÇO, 2001, p. 97).

O "Homem Novo" moçambicano deveria assumir os valores e princípios revolucionários, agindo contra o passado colonial e a mentalidade burguesa e colonial. Esses projetos culturais contaram com a politização da cultura, alicerçada na teoria do "Homem Novo" (COLAÇO, 2001, p. 97). A proposta identitária da FRELIMO se consubstanciava no projeto de criação do "Homem Novo". O modelo projetado repudiava o modelo "colonial". O tradicional e o "Homem Novo" de Gilberto Freyre preconizavam a gradual convergência das identidades dos diferentes grupos etnolinguísticos numa realidade "modernizadora" (CABAÇO, 2009, p. 410).

Na linguagem do pensador alemão Karl Marx, o novo nasce da destruição do velho. A transformação do velho poder ocorre como condição para a criação do poder novo. Brazão Mazula exemplifica dizendo que a destruição das relações sociais de dominação, matéria-prima do colonialismo, era condição necessária para a passagem do estágio

colonial ao estágio de novas relações sociais, de igualdade e dignidade humanas, produto novo da luta de libertação nacional (MAZULA, 1995, p. 178).

Podemos constatar também o controle que os agentes da FRELIMO exerciam sobre os religiosos, em sua propaganda contra a religião. Esse controle começou a ser intensificado com o aumento da violência em Moçambique. O partido, aproveitando-se dessas mudanças, capturou dois jovens ex-seminaristas, integrou-os aos grupos dinamizadores e enviou-os para fazer propaganda ateísta, dizendo que o cristianismo era a religião colonial e que já havia acabado, que os padres eram todos aldrabões que enganavam o povo e já tinham fugido (SANTOS e FALCÃO, 2015, p. 66). Castellari descreve em sua obra momentos de tensão entre os administradores de posto:

> *[...] Um dia participei na mesma aldeia numa reunião de formação política. Tinha chegado o Sr. Governador, parece-me o Sr. Mbanze. Estava eu sentado no chão no meio do povo. Único branco. Nem olhou para mim, mas começou a falar de religião, do cristianismo que tinha aprendido e que durante a guerra abandonou porque não servia de nada [...].*

De acordo com Omar Ribeiro Thomaz, destaca-se que o padre Castellari criticava ainda o ensino escolar missionário, especialmente no que se refere à educação artesanal e ao ensino técnico destinado aos "indígenas"[94] que vieram a nortear as políticas das décadas seguintes. Para o autor, o ensino escolar missionário deveria atender a uma dupla função: primeiro, a catequese, que envolvia o ensino dos dogmas cristãos; segundo, sem perder de vista o caráter pedagógico da ação, uma vez que as escolas missionárias em Moçambique eram majoritárias na formação do ensino básico, frente às poucas escolas laicas organizadas pelo Estado.

Os grupos de elite da FRELIMO idealizaram um futuro em torno da noção de "Homem Novo", o que envolvia uma constante desconfiança em relação a inimigos que deveriam ser eliminados, seja de forma física ou espiritual. Aproveitando-se disso, as lideranças dessas organizações, diante de qualquer desentendimento com o seu vizinho, por vezes em disputas envolvendo uma mulher, utilizavam essas medidas para mandá-los aos

[94] Nos termos do Estatuto [do indígena], de 1929, os assimilados eram os antigos indígenas que haviam adquirido a cidadania portuguesa, após provarem satisfazer cumulativamente os requisitos culturais que marcavam um corte radical com a sua identidade étnica recente: falar corretamente a língua portuguesa; ter um bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses, de entre outros (art. 56). (MENESES, 2009, p. 19).

campos de reeducação. Em consequência disso, “foi criado todo um aparato repressivo e correcional que ganha corporalidade na estrutura do ‘campo’, campos de reeducação, campos de prisioneiros e campos de trabalho coletivo (machambas comunais)” (THOMAZ, 2018, p. 92).

A FRELIMO não levou em consideração que a liderança nesses lugares era de caráter espiritual, cujos ancestrais deveriam aprovar tais práticas, e que quem poderia exercer essas atividades eram os líderes tradicionais e curandeiros. Estes últimos atuavam como mediadores entre vivos e mortos. De uma forma ou de outra, é importante assumir que a guerra também tinha repercussão étnica, ou seja, era motivada por sentimentos étnicos. As promessas de um futuro contrastavam com um contexto marcado pela guerra civil e por uma “estrutura repressiva criada por um Estado que não era nem menos nem mais violento que o Estado colonial” (THOMAZ, 2018, p. 92).

Ao contrário, as novas nações, mesmo independentes, mantiveram a extensão e a unidade dos territórios estruturados para os projetos de exploração colonial. O regionalismo, assim, marca e contém essas experiências históricas em temporalidades distintas, bem como em lastros de experiência política, econômica e cultural da nova nação. Contudo, o “Homem Novo” seria alguém disposto a se militarizar, a se alfabetizar, a doar-se em nome da nação, sem referências à etnia, mas a uma unidade destribalizada e mais ampla, atento e vigilante aos inimigos das conquistas da revolução, participativo nos estudos políticos etc. O terror, a repressão e a violência aplicados contra os inimigos e traidores seriam agora utilizados para a depuração dos contrários à nova sociedade. Assim, a unidade político-militar converte-se em unidade nacional, o combate ao inimigo em uma vigilância imperativa e impositiva de todos sobre todos e, ainda, a violência que foi um recurso momentâneo de enfrentamento à colonização torna-se permanente na concretização de uma nação até então inexistente.

As estratégias de correção dos ex-colonizados para que se conformassem às características e exigências do “Homem Novo” passaram a envolver confinamento, deportação, policiamento, terror, educação etc. Essencialmente, estabeleceu-se a obrigatoriedade de que instituições como a escola e a polícia produzissem e multiplicassem esse novo sujeito, sendo ambas parte integrante da constituição de um novo povo, de uma

nova nação e de um novo cidadão moçambicano. O povo e a nação passam a representar o principal objeto da transformação do Estado-nação pós-colonial em Moçambique.

Para melhor controlar a nova sociedade e o "Homem Novo" que se almejava construir, foram criados os secretários dos "Grupos Dinamizadores" (chefes de bairros, quarteirões e de dez casas), que serviam de intermediários entre a FRELIMO (partido-Estado) e as populações em geral. Também foram constituídos os movimentos democráticos denominados Organizações Democráticas de Massa (ODM), que integravam a Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM) e a Organização Nacional de Professores (ONP) (NDELAMA, 2012, p. 125).

Chefiados por um secretário e por funcionários eleitos por diversos processos, encarregavam-se de mobilizar as populações para a implementação das decisões emanadas pelos órgãos centrais do partido e do Estado (MENESES et al., 2003, p. 351-353). Mais uma vez, esse processo enfraqueceu a ideia de poder popular, pois, não raras vezes, decisões tomadas na base, a partir da participação das massas, eram anuladas por instâncias superiores (O'LAUGHLIN, 1992, p. 133-134).

Em consequência disso, o papel das organizações democráticas de massas era bastante limitado, pois a FRELIMO nunca permitiu que formas institucionais democráticas voltadas para alcançar as amplas massas camponesas se desenvolvessem fora do partido. Além disso, dados os preconceitos educacionais do sistema colonial, os tecnocratas eram geralmente recrutados entre filhos e filhas da burguesia liberal, muitas vezes de origem colonial. Muitos se consideravam defensores entusiastas da revolução e trabalhavam incansavelmente. Contudo, sua perspectiva de classe e cultural não era consistentemente temperada pela participação política baseada na discussão e no debate democráticos com aqueles que eram o objeto da política estatal (O'LAUGHLIN, 1992, p. 134-135); (BASÍLIO, 2007, p. 5).

Ainda na tentativa de construção de um estado centralizado e do novo cidadão moçambicano, observa-se a experiência da Operação Produção a partir de 1981 que consistia em um projeto de reeducação popular em campos de cultivo, chamados machambas, no interior de Moçambique (PAREDES, 2014, p. 149). As machambas eram

uma forma de combater as alianças entre líderes rurais e colonos, sendo utilizadas para criar um cidadão alinhado ao Estado. Nessa perspectiva, Fanon afirma que, quando se declara a necessidade de politizar o povo, decide-se mostrar, ao mesmo tempo, que se deseja ser apoiado pelo povo na ação empreendida. Um Governo que declara querer politizar o povo expressa seu desejo de governar com o povo e para o povo (FANON, 2010, p. 209).

Em relação à livre circulação de pessoas, foram criados diversos passes como a Guia de Marcha e o Cartão de Residente que buscavam desestimular os habitantes rurais a procurarem segurança nas cidades, onde não se registravam conflitos. Surge, então, a figura do "indocumentado", que passa a ser penalizado como vadio e objeto do policiamento. Paralelamente, inúmeros artigos de pesquisa de opinião passam a crescer nos jornais nacionais, reforçando a necessidade de a polícia segregar os "sem documentos" para conter a criminalidade. Esses artigos baseavam-se em entrevistas com um pequeno grupo de moçambicanos urbanos, e a opinião daqueles contrários à permanência de rurais nas cidades era amplamente reproduzida, conforme os anexos IV, V e VI.

A imprensa colaborou com a iniciativa de incitar a rejeição e a violência contra aqueles que, sem cometer crime algum, deveriam abandonar as cidades ou cumprir penas. As autoridades policiais e os "Grupos Dinamizadores" apontavam indicadores de redução da criminalidade em razão de sua ação de detenção desse grupo de nativos, muitos dos quais tentavam escapar da guerra e das precárias condições de vida nas regiões rurais. Alguns desses indivíduos, que buscavam locais seguros em razão da guerra, juntamente com seus familiares, também vítimas da "Operação Produção", viram-se obrigados a filiar-se à RENAMO ou a refugiar-se em países vizinhos.

A "Operação Produção"[95] representou o auge de todo o processo de perseguição aos inimigos e de formação do "Homem Novo". O trabalho e a alfabetização sempre corresponderam aos requisitos necessários para a inclusão nas cidades. Isso não era um dado novo; o que ocorreu foi que, com a intensificação da guerra, o avanço da crise econômica e os problemas de ordem ambiental provocados por cheias e secas, o soberano radicalizou a perseguição e a ampliou para grupos aos quais o próprio Estado mal conseguia garantir os direitos mais básicos. Eis a questão que determinou fortunas e desgraças na vida dos moçambicanos, como se pode observar no exposto acima.

A estratégia de Moscou de apoiar os países do Terceiro Mundo não surtiu efeito para Moçambique, pois, por duas vezes, a candidatura do país ao Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON) foi rejeitada, sob o pretexto de que Moçambique não era socialista e, portanto, não poderia se beneficiar dos empréstimos de que necessitava para fazer face à guerra. O Governo de Maputo não se sentia atrelado ao de Moscou, tanto pelo fato de ter assinado o tratado quanto por ter optado pelo marxismo-leninismo.

Um exemplo típico disso é o fato de o Governo de Moçambique não ter aceitado o uso, para fins militares pelos soviéticos, do porto estratégico de Nacala, na província de Nampula. Todavia, os esforços revolucionários para a construção de uma nova sociedade e de um novo Estado foram implementados de forma violenta, com uma política desajustada à realidade, ideologicamente mal preparada e culturalmente inadequada. Entretanto, esse

---

[95] Destaca-se a forte experiência da chamada "Operação Produção", organizada a partir de 1981, tratava-se da organização do projeto de reeducação popular em grandes campos de cultivo rural - as machambas - localizados no interior do país, sendo a maioria no norte do país, nas regiões de Cabo Delgado e Nampula (PAREDES, 2014, p. 149). A "Operação Produção" foi decidida logo após o IV Congresso do partido único no poder e tratou-se de uma ação policial de natureza repressiva destinada a enviar para as regiões com menor densidade populacional todos aqueles desempregados, no ócio ou na prostituição, no meio urbano, com o fim de dar-lhes uma utilidade. E com base em outras pesquisas, estima que cerca entre 50 a 100 mil moçambicanos foram deportados no âmbito dessa operação. A "Operação Produção" não foi motivada pela existência de vadios, prostitutas, associais no espaço urbano, mas sim foi motivado pela percepção que se tinha da empregabilidade ou do trabalho. Portanto, se um rural migrasse para as cidades, era considerado como se estivesse ingressando num espaço que não pertencente a ele e, ao mesmo tempo, era preguiçoso por abandonar a agricultura. Sua presença na cidade deveria ser justificada pela apresentação de comprovantes de trabalho e de residência. Contudo, a "Operação Produção" funciona em torno dos mesmos elementos que estavam colocados desde a transição à independência com a Operação Limpeza. O que se alterou foram apenas os destinos dos deportados, colocando Niassa no centro da transformação que deveria ser feita pelos deportados (THOMAZ, 2008).

projeto foi interrompido em razão das condições impostas pelas Instituições de *Bretton Woods*, quando Moçambique necessitou de apoio financeiro para enfrentar os problemas econômicos e sociais internos, decorrentes do agravamento da guerra, de calamidades naturais e da recusa do COMECON em fornecer apoio econômico ao país. Essa situação forçou o Governo moçambicano a buscar financiamento no Ocidente, o que marcou uma mudança na política econômica de Moçambique, aproximando o país dos Estados Unidos e das nações ocidentais. Para que isso se materializasse, foi necessário, inicialmente, assinar o Acordo de Incomáti com a África do Sul, visando ao restabelecimento da paz no país, o que ocorreu em 16 de maio de 1984.

2.5. Acordo de Incomáti: Mudanças e Desafios

Os processos de conflito entre o Governo da FRELIMO e o partido RENAMO não se configuram como um evento recente. Durante a guerra de dezesseis anos, o Governo da FRELIMO sofreu pressão externa, quando o partido ANC apoiava militarmente a RENAMO e, como forma de conter tal situação, viu-se na condição de negociar um acordo denominado Acordo de Incomáti, que se tornaria o segundo acordo assinado pela FRELIMO com o objetivo de pôr fim ao conflito em Moçambique. Esse tratado, designado Acordo de Incomáti, conhecido como acordo de "não agressão" e de "boa vizinhança", em uma perspectiva histórica, foi assinado em 16 de março de 1984, entre o Governo de Moçambique, liderado pelo então Presidente Samora Moisés Machel, e seu homólogo sul-africano, Pieter Willem Botha, o que levou a crer que a guerra terminaria em breve:

> "*[...] em principio, previa que o Governo moçambicano deixasse de apoiar o African National Congress em troca de o Governo sul-africano deixar de apoiar a Renamo, esses documentos iam permitir comprovar que o segundo continuava clandestinamente, mas ativamente, a apoiar a Renamo com material bélico e não bélico (CAHEN, 2019, p. 23)".*

Também foi assinado um acordo com o Banco Mundial e o FMI, o que implicou o abandono do Governo socialista, a fim de resolver questões econômicas do país. Cabe referir que, embora o acordo tenha sido assinado, ele não teve efetividade. Entre diversos

pontos, essa resolução de conflitos[96] preconizava que o Governo sul-africano deixaria de incursões de desestabilização no território moçambicano, por meio do apoio à RENAMO, e, por sua vez, o Governo de Moçambique adotaria uma postura de neutralidade em relação ao ANC. A África do Sul assinou o Acordo de Incomáti em decorrência de pressões internacionais, e não como resultado de motivação e vontade endógenas. Segundo o autor, o regime sul-africano, influenciado por correntes militares, ainda acreditava que a pressão baseada no uso da força era a melhor alternativa (MINTER, 1994).

De fato, Pretória não demonstrava otimismo em relação aos resultados do acordo e, por isso, não se engajou em sua implementação efetiva. William Minter afirma que, a África do Sul não fez nenhum esforço para implementar o Acordo de Incomáti (MINTER, 2008). Como observou Paulo Oliveira, a ausência de consensos no interior do regime sul-africano sobre o tipo de relações que deveriam ser mantidas com Moçambique contribuiu para que o Acordo de Incomáti não alcançasse o sucesso esperado. Em Pretória, existia um grupo de políticos, como Pik Botha, que buscava intermediar a disputa entre a RENAMO e o Governo moçambicano, e outro que defendia os interesses das alas militares da África do Sul, as quais acabaram prevalecendo (OLIVEIRA, 2006).

Outra razão pela qual o Acordo de Incomáti não trouxe a paz é que a FRELIMO, no Governo de Moçambique, cometeu o erro de justificar que todo o sucesso da insurgência da RENAMO se explicava por ações de atores externos, como a ex-Rodésia do Sul e a África do Sul, entre outros, marginalizando aspetos internos. O Acordo de Incomáti, apesar de em grande parte não ter sido cumprido pelo Governo sul-africano, por não ser bem visto pelos membros do ANC e pelas forças solidárias à luta contra o apartheid, foi capaz de produzir

[96] A Resolução de Conflitos é um processo que implica aceitar que o conflito pode ser resolvido quando são abordadas as suas causas essenciais. O conceito está associado a uma abordagem centrada na identificação das causas profundas e na procura de soluções através de um processo de resolução conjunta dos problemas. A resolução de conflitos implica a adopção de medidas atinentes a resolver as causas profundas das incompatibilidades que estiveram na origem do conflito, incluindo as tentativas de levar as partes a se aceitarem mutuamente. A resolução de conflitos é um processo que consiste na identificação e análise das principais causas que deram origem ao conflito para depois ultrapassá-las. Esse processo procura salvaguardar os interesses das partes de modo a chegar-se a um ponto crítico de satisfação mútua (ONU, 2001, p. 7). A resolução de conflitos é um processo que envolve a identificação e análise das principais causas que deram origem ao conflito. É um exercício através do qual se descobre os objectivos e necessidades das partes, o que permite a mediação, avançar com algumas opções e propor soluções. Ela deve resultar da análise cuidadosa de opções, formas, métodos e estratégias para solucionar o conflito. A resolução de conflitos significa à transformação do relacionamento, em particular, a eliminação dos problemas que deram origem ao conflito (GASPAR, 2003, p. 28-29); (GASPAR, 2004, p. 42-43).

um novo momento para a região. A discussão sobre o fim dos conflitos na África Austral sempre foi encarada por Moçambique como uma questão global, a ser resolvida de forma global; assim, foi após a assinatura do Acordo de Incomáti que o debate sobre a independência da Namíbia e a retirada das tropas cubanas de Angola ganhou força.

O Acordo de Incomáti não trouxe mudanças significativas ao conflito em Moçambique, pois a FRELIMO não reconheceu que algumas de suas ações e políticas internas no período pós-colonial criaram um ambiente fértil para a existência de uma base de apoio e recrutamento da RENAMO, ou para que inimigos externos de Moçambique obtivessem apoio por meio de dinâmicas internas. A FRELIMO, durante esse período e até os dias atuais, sempre acreditou na narrativa de que a criação da RENAMO esteve intimamente ligada à conjuntura regional da África Austral e Oriental.

De acordo com Malyn Newitt, a RENAMO que, segundo o autor, surgiu inicialmente como um movimento militar antes de se tornar um movimento político foi criada quando Ian Smith, primeiro-ministro da ex-Rodésia do Sul, recebeu dissidentes de Moçambique, como Jorge Jardim e Orlando Cristina. Com a formação da RENAMO, Ian Smith utilizou-a para combater a ZANU (ou ZANLA), que se encontrava em Moçambique, e, posteriormente, ela foi instrumentalizada pela África do Sul para inviabilizar os planos de desenvolvimento no país e na região da África Austral (NEWITT, 1997, p. 482).

Esta situação levou a que Moçambique fosse atacado militarmente e que a sua economia ficasse fragilizada, pois, com a intensificação da guerra, aliada a uma seca prolongada, as populações não conseguiam produzir. As populações abandonavam os locais de residência e de cultivo para se refugiarem nas cidades, locais considerados mais seguros, as receitas externas e internas diminuíram e, como consequência, as importações reduziram-se drasticamente. Para fazer face a essa situação, o Governo de Moçambique teve de desenhar uma estratégia diplomática, militar e econômica.

Na diplomacia, enfatizava-se a necessidade de fazer mais amigos e menos inimigos; foram enviados vários emissários para a frente diplomática com o intuito de esclarecer a agressão que o país estava a sofrer por parte do Governo do apartheid, após o fracasso do Acordo de Incomáti. No entanto, a estratégia diplomática levou a que Moçambique se

tornasse membro das instituições financeiras de *Bretton Woods*, nomeadamente do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. O país não possuía estoque suficiente que lhe permitisse ter acesso aos fundos. Margaret Thatcher e Ronald Reagan desempenharam um papel importante para que Moçambique fosse aceito. É nesse exercício de relação entre o Governo de Moçambique e o FMI/Banco Mundial que é introduzido o Programa de Reajustamento Econômico (PRE), em 1987, e, em 1990, o Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES), numa tentativa de ampliar a dimensão social do programa, uma vez que a exclusão dava indícios de crescimento. Essas reformas não representaram a redução da pobreza, apesar do aquecimento da economia (ABRAHAMSON e NILSSON, 1994).

2.6. Mudanças na Política em Moçambique e Abertura Econômica

No presente capítulo procuramos desenvolver em torno das contradições internas no seio da elite dirigente da FRELIMO, resultantes da assinatura do Acordo de Incomáti, e o surgimento de segmentos no interior do partido demandando uma maior participação na tomada de decisões, bem como uma maior partilha do poder então concentrado na figura do Presidente da República, que, simultaneamente, ocupava o cargo de chefe do Governo, Presidente da Assembleia Popular e comandante em chefe das forças armadas, contribuíram para a realização das primeiras reformas políticas significativas no Estado moçambicano a partir da segunda metade da década de 1980, tendo sido marcadas pela desacumulação e/ou desconcentração de poderes, num processo relativamente longo.

Em decorrência do IV Congresso da FRELIMO, em 1983, foram tomadas medidas graduais com vistas à liberalização da economia, apesar de colocarem em causa o modelo de governança socialista em vigor. Simultaneamente às dimensões de natureza político-econômica que visavam quebrar o isolamento de Moçambique em relação aos países ocidentais, como foi a renegociação da dívida externa e a mobilização de capitais necessários ao investimento, o Governo moçambicano decidiu estabelecer um tratado de boa vizinhança e não agressão com o Governo da África do Sul.

Entre as decisões do Congresso, destaca-se a necessidade de criação de incentivos para o desenvolvimento do setor privado e a valorização dos setores familiar e cooperativo. Essas decisões, que sinalizavam a virada no sentido da liberalização, foram consensuais no seio da FRELIMO. Diante da indisponibilidade do apoio do COMECOM e da URSS e da necessidade de evitar o colapso total da economia, patente nos indicadores econômicos de 1983, fato que teria graves implicações econômicas, políticas e sociais, podendo afetar a legitimidade do partido, os membros da FRELIMO, incluindo as alas mais ortodoxas, compreenderam e apoiaram as reformas econômicas iniciadas após o IV Congresso.

Foi nessa perspectiva que o Governo aderiu às duas organizações financeiras internacionais, nomeadamente o FMI e o Banco Mundial, em 1984, quando foram então decididas ações de liberalização efetivas e profundas da economia, em 1987, que culminaram com a aplicação de um PRE e do PRES, visando modificar a política econômica de Moçambique e relançar a economia moçambicana (ABRAHAMSON e NILSSON, 1994). Durante a apresentação do relatório do Comitê Central da FRELIMO ao congresso, Samora Machel fez alusão ao crescimento registrado em alguns setores da economia, entre 1977 e 1981, como a indústria e outros. Essa situação produziu, como consequência, o abandono por parte de Moçambique da política marxista-leninista que vinha adotando desde a independência para aderir às políticas liberais.

Essa fase exigiu do país uma super estrutura política no contexto da democracia representativa multipartidária e da tripartição dos poderes do Estado, o que pressupunha preparar o caminho para reformas constitucionais que a nova conjuntura impunha e, paralelamente, esforços diplomáticos visando pôr fim ao conflito armado em que o país estava mergulhado. Durante a vigência do imbróglio militar entre os beligerantes, o primeiro Presidente de Moçambique independente, Samora Machel, morreu em 19 de outubro de 1986, em um acidente de avião cercado de mistérios (CABRITA, 2005).

Diante dessa tragédia que vitimou Samora Machel, o Comitê Central da FRELIMO escolheu Joaquim Alberto Chissano para sucedê-lo no cargo de Presidente. Joaquim Chissano deu continuidade aos planos já iniciados pelo presidente Samora Machel na implementação do PRE e, posteriormente, no processo de pacificação do país, que somente

conheceu o seu término em 1992, com as negociações entre as partes, em Roma (HANLON, 1997, p. 14).

O PRE impôs medidas de liberalização, como a desvalorização cambial, eliminação progressiva de subsídios e abertura ao investimento privado (ROBINSON, 2003). As privatizações resultantes do PRE, além de terem aberto a economia ao investimento estrangeiro, deram origem a uma burguesia nacional que enriqueceu por meio de mecanismos corruptos, abrindo espaço para a implantação de um capitalismo "selvagem". A formação do setor privado empresarial, em Moçambique, resultou de investimentos de capitais locais aliados ao capital externo, formando uma tripla aliança Instituições de *Bretton Woods*, Capital Interno - Capital Externo (MOSCA, 2000, p. 316). O setor público viu-se pressionado a reduzir o envolvimento direto em atividades produtivas, levantando controvérsias sobre o papel do Estado na economia.

A imprensa internacional, como o *Washington Post*, passou a destacar essa virada neoliberal no discurso oficial e na prática (CLAIBORNE, 1989). Esse processo foi visto como um abandono pragmático de princípios socialistas básicos. Moçambique entrou, assim, numa trajetória de reformismo condicionado. Essas medidas geraram desemprego em massa, que impactou profundamente as famílias pobres, que perderam o poder de compra, uma vez que a maior parte dos chefes de família havia perdido o emprego. O PRE provocou alterações substantivas com reflexos na desorganização do tecido social e da malha urbana (com os sintomáticos *dumba nengues*[97], *chapa 100*[98], *tchovas*[99], vendedores de rua e de esquina, mendigos, criminalidade galopante, dificuldades de gestão da higiene e segurança públicas), cidade essa que tende a fracionar-se entre um centro cada vez mais luxuoso e protegido por seguranças privados e por outros mecanismos de defesa e periferias miseráveis entregues à sua sorte. "Agora, é o salve-se quem puder, a corrupção campeia".

As elites de Moçambique, passaram a vender o país para investidores estrangeiros, postura que Samora Machel, à frente da FRELIMO, combatia sem se importar com as

[97] *Dumba nengues* - mercados informais um pouco dispersos pelas cidades, como o de Belenenses-Naloco (Nampula), o do Goto (Beira) e o do Xiquelene (Maputo), grandes *supermercados* que Serra e a sua equipa tomaram como pontos de referência de uma parte das suas pesquisas empíricas em 2003.
[98] Transportes colectivos de passageiros geridos por privados e surgiu no contexto da implementação do PRE.
[99] Transporte feito com ferro e co duas rodas, geralmenteutilizados como transporte de mercadorias para as camadas mas desfavorecidas.

condições de vida do povo, que é quem perde os recursos e a terra, assim como acontecia durante o regime colonial, mas também é quem sempre é convocado para morrer nas guerras.

2.7. Dinâmicas da Guerra e a Segunda Mudança Constitucional

A partir da década de 1980, Moçambique mergulhou em uma violenta guerra civil entre o Governo da FRELIMO e o grupo rebelde RENAMO. Até 1984, a primeira vivência de Graciano Castellari com a guerra, ocorrida na cidade de Corrane, ocupa vinte páginas. Evidencia-se sua experiência missionária em um Estado laico de cunho socialista, onde chegou a ser camponês e também professor, trabalhando para o Governo. O conflito causou milhões de mortos, feridos e deslocados, e destruiu grande parte da infraestrutura do país.

As memórias do padre Graciano Castellari revelam sua convivência com o povo Macua, missões no norte de Moçambique, assim como os momentos de intensificação da guerra civil e o encontro com tropas da oposição, a RENAMO. Esses conflitos revelam as noções de nacionalismos que se deslindam no século XX em Moçambique. Por meio das memórias do padre Graciano Castellari, podemos notar as coerências e incoerências nesse processo formador, que está em constante diálogo com diversos grupos sociais. O religioso descreve o cenário de desolação e sofrimento que se abateu sobre a população, *"vivia-se numa espécie de encruzilhada, a equipa missionária em Corrane somava dificuldades e o caminho era espinhoso - "as Comunidades deviam recuperar a fé que já tinham nos corações, com as próprias forças e concretamente reunirem-se" (CASTELLARI, 2015, p. 82)".*

O padre Graciano Castellari afirma que presenciou os diversos momentos de tensão no ano de 1978, anos iniciais da guerra civil, assim como também assistiu à intensificação e expansão do movimento da RENAMO, em 1985. Portanto, em seus escritos, ele refere que, pouco a pouco, a RENAMO começou a ocupar territórios, a traçar caminhos seguros, a movimentar populações e a preparar bases bem planificadas. De Corrane, ocupou as aldeias comunais de toda a área de Mecua e Chapir, incluindo os territórios atravessados pela

estrada Nampula-Nametil, começando nos limites de Momola. Preparou outro corredor que atravessava a estrada Nampula-Corrane, começando do rio Mutomote até perto de Varrua, afastando todas as populações para poderem circular à vontade, sem testemunhas.

A FRELIMO passou a governar os territórios ao longo das estradas Varrua-Meconta e, passando pela localidade, as estradas (os corredores) que iam para Mecu-Muatua e Liupo-Angoche. Nesse contexto de violência e caos, Graciano Castellari e sua equipe missionária dedicaram-se a atender às necessidades básicas da população, a consolar os aflitos e a promover a reconciliação e a paz. Eles percorriam as Comunidades, muitas vezes em condições precárias, levando alimentos, medicamentos e esperança. O missionário relata as dificuldades enfrentadas para chegar às Comunidades mais remotas e a importância de manter viva a chama da fé em meio à escuridão da guerra:

> *"Em 1987 começou o serviço às Comunidades paroquiais de Liupo e Mogincual que tinham perdido quase tudo, incluindo a vida cristã, pelo que chegar até eles regularmente por caminhos impraticáveis em clima de guerra eram uma aventura perigosa que se ia revelando assombrosa, na medida em que os "grupos-Comunidades" iam crescendo em número e entusiasmo ao descobrirem um Cristo diferente do que tinham conhecido na escola (CASTELLARI, 2015, p. 13)".*

A fim de assegurar a segurança da população, a FRELIMO criou as "aldeias comunais", transformando o "assentamento rural disperso em assentamento agrupado", buscando a socialização desse espaço e, consequentemente, potencializar sua produtividade. Com o avanço da guerra, os assentamentos rurais dispersos passaram a ser alvo das tropas do Governo e da RENAMO, tornando-se constantes os saques. A guerra cometeu diversas barbaridades contra a população: ataques às vilas, massacres, espoliação de bens e raptos eram o *modus operandi* dos ataques de ambos os lados.

O padre Graciano Castellari, em seu diário de missão, ainda que timidamente, apresenta a relação de "aspectos da espiritualidade" macua, ainda que com o olhar do "outro", uma vez que eles estavam presentes nas cerimônias de preparo para o combate dos "Naparamas", o exército independente de jovens utilizados pelas forças da FRELIMO e da RENAMO. Apesar dos riscos e das dificuldades, Graciano Castellari e sua equipe persistiram em sua missão, levando conforto e esperança àqueles que mais precisavam. Eles se tornaram um farol de luz em meio à escuridão da guerra, demonstrando que o amor e a solidariedade são capazes de vencer o ódio e a violência. O testemunho de Graciano

Castellari mostra que, mesmo nos momentos mais sombrios, é possível encontrar razões para acreditar na humanidade e construir um futuro melhor.

Em julho de 1987 teve lugar o massacre de Homoíne[100] (distrito de Homoíne), na província de Inhambane, onde mais de 350 pessoas, incluindo crianças do distrito, foram barbaramente assassinadas. O massacre de Homoíne representa um dos maiores símbolos traumáticos dos atos de banditismo atribuídos à guerrilha da RENAMO no Moçambique pós-colonial. O massacre teria sido responsável pela chacina de mais de 400 pessoas em Manhica e Chindjingire. O massacre de Homoíne matou 424 civis, incluindo crianças, mulheres grávidas e outros pacientes do posto de saúde da vila (MINTER, 1994, p. 3).

Alex Vines, concordando com William Minter, afirma que, nesse massacre, pelo menos 424 pessoas foram chacinadas pelos terroristas em Homoíne, povoação localizada a 60 km da cidade costeira de Inhambane e a 400 km de Maputo. Este foi o maior massacre da RENAMO na já longa história sangrenta dessa organização criada no Zimbábue e financiada pelo regime do apartheid (VINES, 1991); (MINTER, 1994). Esta narrativa e defendida ate os dias de hoje pelas fontes oficias e por alguns investigadores moçambicano que escreveram seus artigos recentemente sobre este massacre. O massacre de Homoíne, cuja autoria foi atribuída à RENAMO, captou a atenção internacional (VINES, 1991).

No dia 22 de julho de 1987, o jornal *New York Times* reportava que a RENAMO havia massacrado 380 pessoas na província de Inhambane. O incidente de Homoíne, em conjunto com o impacto cumulativo dos relatos de jornalistas, trabalhadores humanitários e diplomatas, sublinhou uma imagem internacional da RENAMO como um movimento brutal, insensível e implacável (MINTER, 1994, p. 3).

As imagens documentadas pela FRELIMO e, posteriormente, pelos EUA e Grã-Bretanha para o resto do mundo elevaram a indignação do Ocidente, que passou a "recusar tratar a RENAMO como um movimento anticomunista *bona fide*, não obstante a pressão influente da direita e das Igrejas nos EUA" (NEWITT, 1995, p. 487). O massacre de Homoíne teve grande repercussão em nível internacional, levando os EUA a enviar Robert

[100] O massacre de Homoine foi cometidos pelos homens da RENAMO, na madrugrada de 18 de julho, e entrará na história de Moçambique como uma das maiores chacinas, como o ocorrido em Wiriamu, na região do Tete, quando o exército colonial português assassinou 500 pessoas (VINES, 1991).

Gersony, especialista em questões de refugiados e funcionário do Departamento de Estado americano.

O relatório publicado por Robert Gersony, nome que será atribuído ao próprio documento denominado "*Relatório Gersony*"[101], tornou-se parte de uma batalha ideológica desencadeada pelo Departamento de Estado dos EUA contra os militares americanos e sul-africanos que continuavam a apoiar a RENAMO. A administração americana queria que os militares e alguns políticos americanos abandonassem seu apoio ao Governo sul-africano e, a partir desse momento, passou-se a tratar a RENAMO da mesma forma como tratavam a UNITA, em Angola. Com o relatório, o Departamento de Estado finalmente passou a observar que a RENAMO não possuía, de fato, uma agenda política. Vale acrescentar que esse relatório levou Margaret Thatcher, durante sua visita oficial ao Zimbábue, em abril de 1989, a denunciar a RENAMO como um grupo terrorista que praticava atos brutais e cruéis em Moçambique (VINES, 1991, p. 49); (LALÁ; OSTHEIMER, 2003, p. 6).

Esse relatório do Departamento de Estado dos EUA foi acolhido com entusiasmo e imediatamente valorizado pelo Governo de Moçambique como uma confirmação imparcial daquilo que sempre dissera à Comunidade internacional sobre a criminalidade praticada pela RENAMO. Robert Gersony acusa a RENAMO de praticar uma espécie de genocídio e descreve seus guerrilheiros como "*khmers* vermelhos da África" (ROCCA, 2012, p. 30); (LALÁ; OSTHEIMER, 2003, p. 6); (ROCCA, 1998, p. 45), e foi acusada de ter perpetrado o maior genocídio da história após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, João Paulo Borges Coelho (1993), apoiado na tese de Robert Gersony (1988), *Summary of Mozambican refugee accounts of principally conflict-related experience in Mozambique*, Washington DC, Department of State/Bureau for Refugee Programs, destaca que:

---

[101] O "*Relatório Gersony*" foi redigido por próprio Robert Gersony, um especialista em questões de refugiados, funcionário do departamento de estado americano. O "*Relatório Gersony*" é parte da batalha ideológica desencadeada pelo departamento de EUA contra os militares americanos e sul-africanos que continuavam a apoiar a RENAMO. A administração americana queria que os militares e alguns políticos americanos abandonassem o seu apoio ao Governo sul-africano e, a partir desse momento tratou-se a RENAMO da mesma forma como tratavam a UNITA em Angola. Com o relatório, o departamento de Estado finalmente passou a observar que a RENAMO não tinha de fato uma agenda política. Vale apena acrescentar que, em abril de 1989, durante a sua visita oficial ao Zimbábue, Margarita Thatcher denunciou a RENAMO como um grupo terrorista que praticava atos brutais e cruéis em Moçambique (VINES, 1991, p. 49), (LALÁ e OSTHEIMER, 2004, p. 6).

> *"(...) Gersony distinguished within the general areas under RENAMO influence the following: tax areas, 'in which the population resides in extremely dispersed patterns' and is obliged to make regular or irregular contributions of food, clothes and other possessions, as well as to porter work, and where RENAMO guerrilhas abducted women for sex and men to be integrated into their ranks; control areas more strictly and permanently controlled, where both people from the area or brought from other areas lived, a subdivision being suggested within these areas as combatant bases (for resident guerrilhas), field areas (with RENAMO machambas cultivated by captives), and dependent areas (peopled by 'the elderly, who cannot serve in other more taxing functions, and young children'); and finally, destruction areas which included villages and areas generally under Government control, targeted for destruction"*[102] *(COELHO 1993, p. 424).*

Para Roberto Morozzo Della Rocca, esse relatório enquadrava-se nas relações amistosas que o Presidente Chissano havia habilmente procurado tecer com Washington e pelo fato de Moçambique começar a apresentar sinais de abandono da influência soviética (ROCCA, 2012).

Em dezembro de 1987, o Presidente Joaquim Chissano lançou a única iniciativa não militar que julgava possível para reintegrar os homens da RENAMO à vida civil, por meio de uma proposta de projeto da Lei 14/87, de 21 de dezembro de 1987, de anistia[103], que previa o perdão aos guerrilheiros da RENAMO que se entregassem voluntariamente e depusessem as armas. A lei em alusão, em seu artigo 1º, estabelece o seguinte: "são

---

[102] Robert Gersony distinguiu dentro das áreas gerais sob influência da RENAMO o seguinte: (i) *áreas de impostos*, "nas quais a população reside em padrões extremamente dispersos" e é obrigada a fazer contribuições regulares ou irregulares de alimentos, roupas e outras posses, bem como trabalho de carregador, e onde os guerrilheiros da RENAMO raptavam mulheres para sexo e homens para serem integrados nas suas fileiras; (ii) *áreas de controlo mais estrita e permanentemente controladas*, onde viviam pessoas da área ou trazidas de outras áreas, sendo sugerida uma subdivisão dentro dessas áreas como bases de combate (para guerrilheiros residentes), áreas de campo (com machambas da RENAMO cultivadas por cativos) e áreas dependentes (povoadas por "idosos, que não podem servir noutras funções mais exigentes, e crianças pequenas"); e finalmente, (iii) *áreas de destruição* que incluíam aldeias e áreas geralmente sob controlo do Governo, alvos de destruição" (troduzido através de Google tradutor) (COELHO 1993, p. 424).

[103] Lei da Anistia. Lei:14/87. Bolentim da República. 3º Suplemento de dezembro de 1987. A lei da anistia aplicava-se a todas as pessoas envolvidas na guerra, tanto os guerrilheiros da RENAMO como o exército. O projecto de anistia teve pouco sucesso ao nível nacional, e a FRELIMO apostou no diálogo de forma a convecer a opinião pública internacional que a RENAMO é exclusivamente um grupo de "rebeldes", "Bandidos Armados", "selvagens" e "bárbaros" sob o comando da África do Sul. A anistia foi um instrumento essencial utilizado pelos líderes políticos moçambicanos para garantir a paz e a reconciliação nacional entre ambas as partes. No entanto, para a organizações como a *Human Rights Watch* (2020), sempre foram cépticos relativamente a esse papel, e têm defendido precisamente o contrário, sugerindo que as anistias por crimes graves apenas negam justiça às vítimas e fomentam abusos futuros. Apesar das violações de direitos humanos e dos crimes de guerra cometidos durante a guerra civil, logo após a assinatura do AGP, a elite política moçambicana concordou em ignorar os mesmos e optou pela aprovação da Lei de Anistia 15/92, a qual eximiu ex-combatentes da FRELIMO e da RENAMO de qualquer responsabilidade pelos atos cometidos de 1979 a 1992 Dito de outra forma, "como resultado da anistia, ninguém foi julgado ou punido pelos abusos dos direitos humanos ou pelos crimes de guerra cometidos durante o . [Também] não houve investigações e nenhuma comissão da verdade foi estabelecida" (BUENO, 2015, p. 431).

anistiados os crimes contra a segurança do povo e do Estado popular, previstos na Lei nº 2/79[104], de 1 de março, cometidos por cidadãos moçambicanos que, por qualquer forma, tenham combinado ou promovido a violência contra o povo ou o Estado moçambicano, dentro ou fora do território nacional, desde que se entreguem voluntariamente (TEMPO, 1988, p. 32-33); (ZECA, 2021).

Em 1988, Moçambique recebeu a visita do Papa João Paulo II, um momento de grande alegria e esperança para o povo moçambicano. Graciano Castellari teve a oportunidade de encontrar-se com o Papa e de lhe apresentar os desafios e as perspetivas da Igreja local. O missionário descreve a emoção e o impacto desse encontro. A visita pastoral do Papa João Paulo II a Moçambique em 1988 foi mais um fogo que ateou o coração de todos com a sua mensagem clara e forte: Defendei a dignidade e os direitos inalienáveis e sagrados de toda a pessoa humana. Exercei a dimensão profética do vosso ser cristão e até a denúncia do que desintegra, desumaniza e degrada o homem-irmão (CASTELLARI, 2015, p. 13).

A mensagem do Papa João Paulo II ressoou profundamente no coração de Graciano Castellari e de toda a Comunidade cristã moçambicana, fortalecendo o compromisso com a defesa da dignidade humana e a construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Paulo Borges Coelho escapa aos limites, por vezes asfixiantes, de um compromisso com a univocidade e faz do antilusionismo uma ferramenta poderosa para desvelar o céu nebuloso de um país que, em tão pouco tempo, viveu tantas crises e assistiu a tantas mudanças (COELHO, 2019).

Nos últimos anos de sua missão em Moçambique, Graciano Castellari dedicou-se à formação de novos líderes e à consolidação das Comunidades cristãs. Também trabalhou na tradução da Bíblia para a língua macua e na produção de materiais didáticos para a catequese, buscando garantir que a mensagem do Evangelho fosse acessível a todos. Castellari recorda a importância de valorizar a cultura local e de promover a inculturação da fé:

---

[104] Em 1979 foi aprovado a Lei no 2/79, de 1 de março, Lei dos Crimes Contra a Segurança do Povo e do Estado Popular. Esta Lei trouxe consigo um conjunto de desafios para a sua implementação, tendo em conta o quadro institucionall do funcionamento das instituições da justiça na RPM (ZECA, 2021, p. 288).

> *"Paralelamente a equipa missionária ia preparando catequistas, um longo caminho necessário e urgente para avançar nestas Comunidades que se revelavam dia a dia como povo de Deus, que ficou mais rico com a fixação das Irmãs da Apresentação de Maria em Liupo, uma mais-valia para toda a Comunidade" (CASTELLARI, 2015, p. 13).*

A dedicação de Castellari à formação de lideranças locais e à produção de materiais em língua macua demonstra seu compromisso com a construção de uma Igreja verdadeiramente moçambicana, capaz de responder aos desafios e às necessidades do povo. O legado de Graciano Castellari em Moçambique constitui um testemunho de fé, esperança e amor ao próximo. Sua vida dedicada ao serviço dos mais pobres e necessitados inspira a todos a seguir os passos de Jesus Cristo e a construir um mundo mais justo e fraterno.

Contudo, "*Frágeis entre Frágeis"* é um livro que nos convida a refletir sobre o sentido da vida, a importância da fé e o valor do serviço ao próximo. As memórias de Graciano Castellari mostram que é possível construir um mundo mais justo e fraterno, mesmo em meio às dificuldades e aos desafios. Como afirma o autor, ao refletir sobre sua trajetória missionária. Havia que transformar os professores-catequistas em colaboradores, um sonho que se foi realizando, tempos de káiros, tempo de Deus. Ia-se preparando a nova Igreja, a Igreja das Comunidades (CASTELLARI, 2015, p. 12).

Em fevereiro de 1989, Daniel Arap Moi, presidente do Quênia, em coordenação com o então presidente do Malawi, Hastings Kamuzu Banda, foi anfitrião do primeiro encontro oficial que contou com a presença de Raul Domingos e Vicente Ululu (representantes da RENAMO) e de clérigos moçambicanos, nomeadamente o Cardeal Dom Alexandre dos Santos, Dom Jaime Gonçalves, Dom Dinis Sengulane e o pastor Ozias Mucache, que levavam uma carta do Governo de Moçambique, criando-se as bases iniciais para as etapas decisivas das negociações de paz no país.[105] Rufino Gujamo denomina esse dilema de maturação do conflito, caracterizado pela percepção de um empate mutuamente doloroso, no qual a prossecução de uma solução unilateral atinge níveis inaceitáveis entre as partes em conflito, gerando motivação e disposição para negociar, bem como otimismo em relação aos resultados da negociação (GUJAMO, 2016).

[105] Raul Domingos, em entrevista a Media Mais TV no dia 5 de outubro de 2020.

É importante sublinhar que não foi uma vontade genuína e intrínseca que levou os beligerantes, FRELIMO e RENAMO, ao diálogo. Esse posicionamento é sustentado por Joaquim José Nhota[106] em sua obra com o titulo, *Sou o Verdadeiro Pioneiro e Obreiro da Reconciliação Nacional*: "*A verdade nunca morre a mentira, sim, morre*" - "*Doa a quem doer*", publicada em Maputo pela Imprensa Universitária em 2016, quando afirma que, naquele momento, os dois irmãos beligerantes, FRELIMO e RENAMO, já haviam atingido o seu auge, com cada parte tentando dominar a contraparte, mas a guerra alastrou-se rapidamente por todo o país, dizimando inocentes e sem apresentar soluções (NHOTA, 2016, p. 15-17).

O autor afirma ainda que "todo o povo clamava pela paz, mas não havia como obtê-la, pois cada um dos beligerantes ampliava sua força e musculatura militar para vencer o inimigo, seja por rendição ou pela força; porém, nenhuma das partes era superior ou inferior à outra, e a balança da guerra estava equilibrada em 50% para cada lado, segundo estatísticas das Nações Unidas, e ninguém poderia propor ou pedir a paz ao inimigo, porque isso significaria colocar à disposição sua rendição, aceitando a derrota e enfrentando todas as consequências como prisioneiro de guerra" (NHOTA, 2016, p. 27-28).

Ana Maria Gentili esclarece que, na fase preliminar, os beligerantes concordaram que os países anteriormente envolvidos no apoio a um ou outro lado do conflito, incluindo aqueles participantes das várias fases da luta pela independência ou suspeitos de apoio a uma das partes para abrigar sua própria agenda, deveriam ser excluídos da plataforma de mediação. Nesse universo constam países como Quênia, Zimbábue, Malawi, Portugal, URSS e Estados Unidos (GENTILI, 2013).

Ainda em 1989, a FRELIMO decidiu abandonar sua ideologia marxista-leninista e transformou-se em um partido social-democrata de centro-esquerda. Foi, porém, no V Congresso, em 1989, que se lançou o debate político em todo o país, cuja discussão girava em torno da revisão da Constituição da República vigente desde a independência. Os

[106] Joaquim José Nhota com apenas 12 anos, antes de fugir da Missão de Himbunho, frequentava a 4ª Classe e falava a lingua portuguesa. Foi combatente da FRELIMO. Devido a essa habilidade foi convidado para assessorar, ser interprete e secretario da base Branch Malambi, nas zonas libertadas, tudo isso ao mesmo tempo. Apos a construção da escola, Joaquim Nhota, foi lhe apresentado 154 alunos, rapazes e raparigas. No seu livro não menciona quando e que dissertou da Frelimo para viver no Quénia (NHOTA, 2016, p. 15-17).

delegados do V Congresso da FRELIMO passaram a criticar abertamente o sistema político vigente, principalmente as restrições impostas aos membros do partido quanto à acumulação de capital e aos limites do número de trabalhadores que podiam empregar em suas machambas.

A mudança em curso, em decorrência da crise política (guerra de desestabilização) com apoio da máquina da Guerra Fria e da necessidade de criar um clima favorável para o "novo mundo" ao qual o país estava ingressando, exigia a revisão da Constituição, sem a qual não seria possível adequar-se a esse novo cenário. A revisão Constitucional, por si só, não poderia resolver a situação da crise nem a reforma fiscal; era necessário que o país estivesse em paz. Nesse aspecto, manifestações provenientes da sociedade civil e das confissões religiosas reiteravam o desejo de viver em paz para que o sofrimento das populações tivesse fim. Luís de Brito afirma que "foi em 1989 que a FRELIMO decidiu abandonar oficialmente o 'marxismo-leninismo' e, na mesma dinâmica, foi iniciado o processo de revisão constitucional que acabaria por resultar, em 1990, na aprovação de uma Constituição multipartidária" (BRITO, 2010, p. 22).

A Igreja Católica e o Conselho Cristão de Moçambique (CCM), representando as Igrejas Protestantes, empenharam-se em diversas frentes e, em conjunto com o Governo de Moçambique, buscaram formas de contactar vários intervenientes para que auxiliassem na agenda da paz. Um aspecto marcante no processo de revisão constitucional foi o movimento popular que permitiu o envolvimento em larga escala na discussão da Carta Magna. Esse movimento contribuiu simultaneamente para aproximar os moçambicanos na busca de um objetivo comum e para o processo de reconciliação (ROCCA, 2012, p. 35); (LALÁ, 2003).

Como se pode constatar, as medidas de liberalização (abertura econômica e política), iniciadas de forma gradual em meados da década de 1980, culminaram na aprovação da Constituição multipartidária em 1990 e na adoção do sistema de economia de mercado, resultando de decisões tomadas pelas elites políticas da FRELIMO e do Estado. A liberalização da economia surgiu como resposta do regime de partido único à profunda crise econômica enfrentada pelo Estado desde a primeira metade da década de 1980. A condicionalidade da ajuda econômica internacional, particularmente dos Estados ocidentais

e das instituições financeiras internacionais, nomeadamente o FMI e o Banco Mundial, influenciou a opção das elites políticas da FRELIMO e do Estado moçambicano pela liberalização econômica.

Ademais, esse contexto deu início a um processo de democratização que conheceu avanços significativos com a aprovação da nova Constituição de 1990, a qual, entre outros aspetos, garantia o pluralismo partidário. A Constituição de 1990, em seu preâmbulo, resgata o papel histórico da FRELIMO como frente na conquista da independência (não mais como partido dirigente). Proclama que as liberdades trazidas pela independência são aprofundadas nessa Constituição, com a necessidade de adequação à evolução da sociedade e do mundo. Nesse sentido, questões como a luta contra o imperialismo e a exploração do homem pelo homem deixam de integrar essa nova Carta Magna. O pluripartidarismo caracteriza-se por ser um sistema político próprio dos regimes democráticos, no qual a lei admite a participação de vários partidos políticos nos pleitos eleitorais.

Essa permanência discursiva do socialismo contrasta com a prática política dos sucessivos Governos, que passaram a operar segundo uma lógica liberal e orientada para o mercado global. A formalização desse novo regime político implicou o fim do partido único e a institucionalização do sistema democrático, ainda que sob o domínio contínuo da FRELIMO. A transição constitucional foi acompanhada de reformas legais que permitiram o crescimento da iniciativa privada em setores como banca, telecomunicações e agronegócio. A adequação do quadro jurídico interno às exigências econômicas externas tornou-se um objetivo prioritário. O Estado socialista foi redefinido, mas manteve-se no plano da retórica partidária.

Quadro 1: Quadro-Síntese das Etapas da Descentralização nos Casos em Comparação em Moçambique

MOÇAMBIQUE	
Após a Independência	Estado Centralizado
Durante a Guerra Civil	Estado Centralizado
Após Acordos de Paz	Descentralizado nos níveis provincial e municipal
Observação	Mudanças motivadas, em parte, por reivindicação da RENAMO e pela pressão dos doadores.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

No entanto, com base na teoria do "Estado mínimo", a partir desse momento desencadeia-se o movimento de descentralização, conforme ilustrado no quadro acima, bem como a desconcentração administrativa, a reforma fiscal e a redução dos gastos públicos. Era o momento de transformar o Estado em um Estado mais gerencial, visando à suposta satisfação do cidadão e do mercado. Contudo, para Severino Ngoenha, "essa guerra, Moçambique martirizado perdeu. A FRELIMO perdeu porque, cercada em todas as províncias, não conseguiu manter a paz e o controle do Estado. A RENAMO perdeu porque não alcançou o poder. No final, em Roma, não assinamos a paz: assinamos a rendição, disfarçada de acordo. Aos vencidos não se pede opinião. Os vencedores anônimos impuseram-nos o desmantelamento da nossa defesa, a abertura ao liberalismo e a criação de uma elite econômica artificialmente engendrada".[107]

Durante a Guerra Civil, as contradições em relação ao projeto nacionalista tornaram-se explícitas, levando o Governo de cunho socialista ao declínio, em razão das consequências da guerra, da fome, da crise econômica e do descontentamento da população. A leitura da nova Constituição torna mais claro o princípio da "queda do muro", o fim de um caminho e de uma utopia de sociedade socialista justa, rumo à construção do capitalismo. As mutações foram motivadas por dinâmicas internas e externas, impulsionadas pelo fim da Guerra Fria e pela vitória da democracia liberal. Consequentemente, ocorreram reformas constitucionais para a adequação à nova realidade, consolidadas nas negociações de paz que marcaram o fim da Guerra Civil em Moçambique.

A adequação à nova realidade foi marcada pela institucionalização de Governos provisórios até a realização das primeiras eleições multipartidárias. Na década de 1990, ocorre o fim do unipartidarismo e a reabertura política, decretando-se o término da Guerra Civil em Moçambique e em outros países. Se, por um lado, a criação de um Estado com características "marxistas-leninistas" em Moçambique reforçou as relações "internacionalistas" com países socialistas, em especial africanos que adotaram matriz

[107] *Moçambique: 50 anos de turbulência*. Depoimento recolhido na Conferência Internacional Moçambique e as Independência dos Países Africano de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), realizado no dia 19 e 20 de junho de 2025, das 9-00 horas as 17 horas, no Centro Cultural Moçambique -China, em Maputo - Cidade.

política e ideológica semelhante, como Tanzânia e Angola; por outro, levou ao conflito com a ex-Rodésia do Sul e a África do Sul - países que desempenharam papel central na criação e no apoio à RENAMO, movimento com o qual a FRELIMO travou uma guerra, com consequências gravíssimas para o país.

Contudo, a efetivação desse processo político materializou-se pela Lei nº 7/91, de 23 de janeiro, que estabeleceu o quadro jurídico dos partidos políticos em Moçambique, e pela assinatura dos AGP, em 4 de outubro de 1992, que possibilitou a realização de eleições multipartidárias. Foi nesse âmbito que, após um processo negocial, tornou-se possível a assinatura do Acordo de Roma, cujo objetivo era o alcance da paz que caracteriza-se como um fenômeno no qual o conflito se manifesta de forma não violenta e criativa.

O conflito trouxe a público ações repressivas do Governo de Moçambique em razão de práticas culturais consideradas obscurantistas, representadas no romance pela figura do régulo Sianga, que tenta, por meio de rituais antigos, reconquistar o poder. Reacendeu-se, assim, a discussão em torno das autoridades tradicionais, que, em muitos casos, aliaram-se à RENAMO durante a Guerra Civil por terem sido excluídas no pós-independência. Compreende-se, desse modo, que a representação social e histórica de Moçambique no pós-independência e durante a Guerra Civil integra a memória coletiva dos moçambicanos, construída a partir da manutenção de hábitos e atitudes, sentimentos e pensamentos compartilhados, bem como das expectativas e esperanças que circularam na sociedade moçambicana e em sua história. A tabela seguinte apresento os acordos que levaram ao alcance da independência de Moçambique, assinatura do Acordo de Incomáti e os Acordos de Paz no país.

Tabela 1: Iniciativas de Paz para o alcance da independência - Retomar dos Conflitos e assinatura do Acordo de Incomáti e de Paz em Moçambique entre 1974-1912

	DATA	TIPO	MEDIADORES	RESULTADO	CONSEQUÊNCIA
1	1974	Conversações directas que culminaram na assinatura dos Acordos de Lusaka.	Representantes da FRELIMO e do Governo Colonial Português.	Governo de Gestão de nove (9) meses; Alcance da Independência Nacional.	Introdução do Monopartidarismo. Perseguição ao opositores políticos.

					Selenciamento de outras vozes políticas.
2	1984	Conversações indirectas pós acordo de Incomati.	África do Sul; regime de P. W. Botha.	Declaração de Pretória.	Nenhum dos partidos interessados em ter a África do Sul como facilitador-mediador.
3	1988 - 1989	Conversações directas (pretendidas) no Quénia ou no Malaui.	Quénia (Arap Moi) Zimbábue (Mugabe), Conselho Cristão + Igreja Católica EUA nos bastidores (Proposta de Sete Pontos).	FRELIMO: 12 pontos e princípios para conversações RENAMO: declaração de 16 pontos Fracasso: retirada da RENAMO.	Procura de alternativas, Maior Papel das Igrejas. A Reforma Constitucional põe fim ao socialismo.
4	1990 - 1992	Conversações directas (âmbito internacional) Agenda aberta sem prazo.	Conversações de Paz de Roma: Comunitá di Sant'Egidio, Roma Governo italiano Arcebispo católico da Beira + cinco observadores não permanentes (França, Itália, Portugal, Reino Unido, EUA).	Acordo Geral de Paz de Roma, assinados pelos líderes da RENAMO e da FRELIMO Acordo separado e secreto Chissano Dhlakama (Reunião do Botsuana, 1992).	Missão de paz da ONU (ONUMOZ) Democracia multipartidária + eleições gerais de 1994 Renamo torna-se partido da oposição + capacidade militar residual DDR (Forças Armadas, não Polícia e Segurança do Estado) Ajuda econômica de fundo fiduciário.

Tabela 1: Elaborado e Adaptado pelo autor a partir de obra publicadas pelo IESE - *Desafios para Moçambique 2020*.

O Acordo de Paz possibilitou a entrada do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), que aprovou, por meio da Resolução 797, o estabelecimento da Operação das Nações Unidas para Moçambique (ONUMOZ), uma operação especial da ONU com a missão de garantir viabilidade técnica e estratégica para a implementação do acordo em Moçambique. Observa-se que, a partir de 1994, buscou-se impor a paz por meio da reconstrução, democratização e desenvolvimento.

A ONU foi importante desde a década de 1990 para a prevenção e resolução de conflitos e conseguiu mobilizar os soldados da paz de forma concorrencial (capacetes azuis). Com o fim da Guerra Fria, a ONU passou a buscar uma resolução duradoura dos conflitos, além de ajudar na reconciliação e reconstrução dos países afetados. Entretanto, nos conflitos intraestatais, a ONU perdeu algum protagonismo na orientação westfaliana (respeito à não ingerência nos assuntos internos dos Estados) e passou também a pressionar

os Estados pelo ideal da democracia ocidental. Diante da existência de várias linhas de ação, Boutros Boutros-Ghali (1995) criou a Agenda para a Paz (DAVID, 2000, p. 311).

Esta Agenda organiza e clarifica a taxonomia as missões de paz, sendo: (i) Manutenção de Paz (*Peacekeeping*)[108], na qual existe um acordo que se pretende preservar (ii) Restabelecimento da Paz (*Peacemaking*)[109], em que há negociação e mediação para aproximar as partes, sendo possível notar a diplomacia e a mobilização preventiva; (iii) Imposição da Paz (*Peace Enforcement*)[110], decidida de forma coerciva pela ONU, por meio do Conselho de Segurança da ONU (CSONU), com base no Capítulo VII de sua Carta; e

[108] O *Peacekeeping* - E a função, portanto, de ser a manutenção da paz a sua tarefa primordial. Ela torna-se essencial para o desdobramento de uma operação de manutenção da paz, um esforço anterior de peacemaking que tenha permitido às partes alcançar um cessar-fogo ou um acordo de paz. A projeção de uma presença da ONU no campo, com consentimento entre as partes, para acabar com os conflitos e preservar a paz uma vez estabelecida. E a função, portanto, de ser a manutenção da paz a sua tarefa primordial. Ela torna-se essencial para o desdobramento de uma operação de manutenção da paz, um esforço anterior de peacemaking que tenha permitido às partes alcançar um cessar-fogo ou um acordo de paz. A projecção de uma presença da ONU no campo, com consentimento entre as partes, para acabar com os conflitos e preservar a paz uma vez estabelecida. Ela esta voltada para a preservação da paz e o apoio a implementação dos acordos obtidos. Ao longo dos anos, as ações de *peacekeeping* passaram a englobar não apenas a supervisão de cessar-fogo e o apartamento das forcas em conflito, mas também as cooperações entre agentes militares policia e civis(United Nations, 2008).

[109] O *Peacemaking* - Conta, também, com iniciativas empreendidas por Governos, grupos de Estados, organizações regionais ou organizações não governamentais que buscam por um fim ao conflito de forma pacífica. Visa reunir as partes hostis por meio pacíficos, tal como determinado no Capítulo VI da Carta das Nações Unidas (United Nations, 2008). Esse instrumento busca solucionar conflitos em andamento por intermédio de ações diplomáticas. Seu objetivo é trazer as partes hostis a uma composição que resulte num acordo de paz ou num cessar-fogo. Estamos na designada fase (proativa) do conflito, em que podemos influenciar diretamente, pela nossa decisão, e principalmente pela ação, o evoluir do fenômeno da conflitualidade.

[110] O instrumento de *Peace Enforcement* envolve a aplicação, com a autorização do Conselho de Segurança e sem o consentimento do Estado objeto da intervenção, de inúmeras medidas coercitivas, inclusive o uso da força militar. Tais medidas buscam restabelecer a paz e a segurança internacionais em situações nas quais o órgão concluiu haver ameaça à paz, ruptura da paz ou atos de agressão (ONU, 1992, p. 5-15). Boutros-Gahli (1992), defende a natureza de instrumento de paz do *peace enforcement* ao afirmar que, no caso de iniciativas pacíficas não lograrem êxito, as medidas dispostas no capítulo VII devem ser usadas depois de autorizadas pelo Conselho de Segurança, a fim de que se mantenha a paz e a segurança internacionais frente a ameaças e rupturas da paz e atos de agressão.

(iv) Consolidação da Paz (*Peacebuilding*)[111], na qual se desenvolvem infraestruturas políticas, econômicas e de segurança para debelar o conflito.

Contudo, em 16 de dezembro de 1992, o CSNU da ONU estabeleceu a missão de *peacekeeping* denominada ONUMOZ, que, por meio da Resolução 797, foi estruturada sobre quatro bases principais para a resolução do conflito: (i) eleitoral, (ii) humanitária, (iii) militar e (iv) política. A missão da ONU teve duração de dois anos, sendo oficialmente encerrada em 9 de dezembro de 1994, um dia após a posse do novo Governo e do Parlamento, resultantes das eleições realizadas em 27 e 28 de outubro de 1994, consideradas livres e justas pela Missão das Nações Unidas, que apelou aos moçambicanos para que continuassem a tarefa de paz e reconciliação nacional (BAPTISTA, 2014).

[111] O *Peacebuilding* - É um instrumento recente – reflexo das crises da década de 1990 – e envolve uma série de medidas voltadas para a redução do risco de retomada do conflito, a partir do fortalecimento das capacidades nacionais. Trata-se de um processo complexo e de longo prazo que tem como objetivo criar as condições necessárias para uma paz duradoura. Em suma, ele busca tratar o conflito em sua raiz, bem como os problemas estruturais que levaram àquela situação. A Construção da paz no período pos-conflito (*post-conflict peacebuilding*), está voltada para identificar e apoiar estruturas capazes de promover o fortalecimento da paz (United Nations, 2008). Este é também o instrumento que sucede ao *peacekeeping*, isto é, o momento em que a paz se tornou uma realidade (pós-conflito) no contexto intraestatal. Tal acontece quando esta baixa do limiar da violência armada e entra na paz estável, numa segunda ordem de prioridades, podendo então ser encetado um conjunto de mecanismos e estratégias tendentes a resolver a raiz do conflito e/ou a restaurar novamente uma paz estável com vista a gerar segurança e desenvolvimento.

CAPÍTULO III: POSICIONAMENTO, AÇÕES E CONTRIBUTO DAS IGREJAS E DA COMUNIDADE INTERNACIONAL NO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO DA PAZ EM MOÇAMBIQUE

As religiões de Moçambique, sobretudo os Muçulmanos, o Conselho Cristão de Moçambique (CCM) e a Igreja Católica, uniram-se e assumiram a causa da paz, e "se lançaram", sem poupar esforços, na busca da Reconciliação Nacional. Nesse âmbito, a "nova" Conferência Episcopal de Moçambique (CEM), constituída majoritariamente por Bispos moçambicanos, decidiu empenhar-se na busca da paz, aceitando todos os riscos. O presidente Joaquim Chissano começou a prestar mais atenção aos apelos que a Igreja já vinha fazendo em favor do diálogo. As conversações entre a FRELIMO e a RENAMO tornaram-se indispensáveis, passando-se, de facto, a elencar as alternativas para instaurar a paz, nas quais entrariam negociações formais. O trabalho levado a cabo por organizações não governamentais, sobretudo as religiosas, contribuiu significativamente para a construção e manutenção de uma paz negativa, ou paz positiva, estável, com fortes possibilidades de se tornar uma paz duradoura durante um determinado período. O presente capítulo pretende ainda descrever a contribuição das confissões religiosas nos Acordos de Paz e também busca analisar o papel da Comunidade internacional no alcance da paz, para melhor explicar os passos que se seguiram após o consenso alcançado entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO.

3. Igreja Católica em Moçambique diante às Transformações Políticas e Sociais

A independência de Moçambique não facilitou as atividades da Igreja Católica. Todas as igrejas, de modo geral, foram fechadas; algumas foram transformadas em centros culturais, outras em cooperativas.

A Igreja, em Moçambique, no período posterior à independência nacional, enfrentou vários desafios sociais, aos quais foi chamada a dar resposta, desde o respeito pela dignidade da pessoa humana, que já não era violada pelo colonizador, mas pelos próprios

moçambicanos, o respeito pela vida, até a necessidade de construir pontes e caminhos para a paz, a dimensão eclesial das Comunidades cristãs e, sobretudo, o compromisso com a evangelização, que deveria ser assumido pelos moçambicanos. As Missões Católicas nas colônias passaram, então, a gozar de um estatuto privilegiado, tendo recebido a responsabilidade pela Educação Rudimentar destinada à população "indígena".

Em 7 de maio de 1940[112], foi assinada, na Cidade do Vaticano, uma "Concordata", acompanhada de um "Acordo Missionário"[113], entre a Santa Sé e a República Portuguesa, entrando em vigor em 1º de agosto de 1940. Mesmo tendo sido criticado pelos demais países da Europa Ocidental como uma nação incapaz de promover o desenvolvimento na África, Portugal manteve suas colônias e, por meio do Acordo Missionário, promoveu a vinda de ordens missionárias estrangeiras, não submetidas ao padroado. É nesse contexto que os Missionários Combonianos chegaram a Moçambique e, com eles, o padre Graciano Castellari (REGO, 1959, p. 154–459); (GARCIA, 1969, p. 34).

A Igreja Católica passou a assumir uma relação privilegiada com o Estado e uma posição de alinhamento em relação à política indígena e aos princípios de colonização. O Decreto-Lei nº 31.207, de 5 de abril de 1941, veio explicar, dentro dos termos da Concordata e do Acordo Missionário, todos os assuntos inerentes à organização eclesiástica e à atividade missionária nos territórios ultramarinos. O aumento considerável de missionários portugueses e estrangeiros fez com que se fixassem missões com escolas e postos de saúde até mesmo em lugares mais afastados do interior do país. A partir desse ano,

---

[112] Após o Golpe Militar de 1926 e a subida de um Governo Pro-Católico em Portugal, a assinatura da Concordata entre o Governo Portugues a a Santa Sé, fortaleceu consideravelmente a posição da Igreja Católica nas colonias que se assume como relegião preveligiada, sendo nesse caso as Protestante relegadas para um segundo plano. Com assinatura da Concordata institucionalizou-se um sistema de educação separada para negros e não negros, com a responsabilização da Igreja Católica por um sistema de educação para indeginas. O Acordo Missionário, estipulado em 07 de maio de 1940 entre Portugal e a Santa Sé, estabeleceu as normais fundamentais relativas à atividade missionária "no que diz respeito à vida religiosa no Ultramar Português". Pelo referido Acordo, ficavam protegidos os interesses do Estado quanto à sua política externa e os interesses da Santa Sé quanto à "evangelização dos indígenas e atuação do apostolado missionário". Cf. Acordo Missionário entre a Santa Sé e a República Portuguesa. Cópia disponível no Arquivo do Vaticano. Cf. http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19400507_missioni-santa-sede-portogallo_po.html. Acesso 08/03/2024.

[113] O Acordo Missionário regula as relações entre a Igreja Católica, nesse caso o Veticano, e o Estado português, enquanto que o Estatuto Missionário regulamentava, a nivel interno, o relacionamemnto do Governo Português com as missões católicas, reconnhecendo-as e considerando-as como instituições de uytilidade imperial e sentido eminentemente civilizador (REGO, 1959, p. 154-459).

foram fundados vários Seminários Menores e Maiores em Moçambique, conforme ilustra o quadro abaixo (2).

Quadro 2: Ano de Chegadas e de Criação dos Seminários Menores e Maiores em Moçambique

Ano de chegada em Moçambique	Distritos, localidades onde se fixaram os Seminários Menores e Maiores
1941	Magude (Seminários Menores)
1943	Unango (Seminários Menores)
1949	Zóbue (Seminários Menores)
1949	Namaacha (Seminário Maior)
1957	Mariri (Seminários Menores)
1957	Marere -Nampula (Seminários Menores)
1961	Nicuadala (Seminários Menores)
1967	Nova Freixo-Cuamba (Seminários Menores)
1960	Mariri (Seminário Maior)
1961	Porto Amelia Pemba (Seminário Maior)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Os anos 1950 foram marcados por uma agudização da discriminação na área da educação, devido ao número crescente de população branca que chegava à colônia e à criação de um número maior de escolas para esse grupo racial. Dessa maneira, o número de matrículas nas escolas primárias, entre 1951/2 e 1961/2, cresceu de 6.663 para 29.964, e de 3.468 para 12.044 nas escolas secundárias, enquanto a maior parte da população africana frequentava as Missões Católicas e um pequeno número frequentava as escolas oficiais e as Missões Protestantes. A perspetiva do Vaticano em relação ao colonialismo era, em geral, clara: sobretudo com João XXIII e Paulo VI, os dois Papas do Concílio Vaticano II, o colonialismo deixou de ser apresentado como meio de evangelização dos não cristãos em terras de missão, passando a assumir o semblante de uma forma de governação que deveria ser superada.

A aliança entre o Estado português e a Igreja Católica afunda suas raízes na própria edificação do Estado Novo por Salazar. Entretanto, é possível identificar, nos últimos anos desse tipo de governação, após a morte de seu mentor e a ascensão ao poder de Marcelo Caetano, pelo menos dois períodos relativamente distintos, caracterizados por uma distância cada vez maior entre essas duas entidades, até se chegar a um verdadeiro conflito. Graciano Castellari, em sua obra intitulada *"Frágeis entre Frágeis". Memórias de um missionário em Moçambique, 1964–2005*, publicada no Porto pelo Centro de Estudos

Africanos da Universidade da cidade com o mesmo nome, em 2015, afirma ter chegado a Moçambique em 1964, um período de grandes transformações sociais e políticas. O padre Graciano Castellari viveu essa relação conflituosa no período colonial por ser estrangeiro em Moçambique e esteve sob constante vigilância do Estado português (CASTELLARI, 2015).

A Igreja Católica buscou renovar-se para impedir o avanço da guerrilha da FRELIMO no território moçambicano. Portanto, nesse período, a doutrina oriunda do Concílio Vaticano II apontou a necessidade de renovação da Igreja Católica e da inserção desta nas estruturas de um mundo em contínua mudança (CASTELLARI, 2015).

Algumas atrocidades que ocorriam durante a guerra também foram praticadas em igrejas e escolas das missões, como aconteceu nas províncias de Cabo Delgado e Niassa. Essa situação levou os combatentes e a população em geral, nas zonas libertadas, a criarem um ambiente de confusão e desconfiança em relação à Igreja Católica, onde os soldados portugueses eram, inclusive, abençoados pelos padres antes de partirem para os combates (NDELAMA, 2012, p. 95).

Á luz do Concílio Vaticano II, o Papa Paulo VI expôs sua visão sobre os movimentos de descolonização na Encíclica *Populorum Progressio*. O Papa ofereceu o auxílio da Igreja, em especial, àqueles que viviam situações de dependência colonial ou de subdesenvolvimento socioeconômico, reconhecendo o direito dos povos africanos à autodeterminação.[114] Em 1970, o Papa Paulo VI promoveu o primeiro encontro com os líderes dos movimentos de libertação das colônias portuguesas: a FRELIMO, o MPLA e o partido africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), demonstrando apoio às organizações nacionalistas libertárias. O papa Paulo VI concedeu ainda uma audiência formal aos líderes da FRELIMO, do MPLA e do PAIGC, após o que consta ter afirmado o seguinte: “estamos do lado daqueles que sofrem. Somos a favor da paz, da liberdade e da independência nacional de todos os povos, em particular dos povos africanos” (NEWITT, 1997, p. 459).

[114] PAULO VI (1967). Populorum progressio. Acedido a 2 de dezembro de 2024 em http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_pvi_enc_26031967_populorum_po.html

Entre 1971 e 1972, um acontecimento de grande impacto passou a dominar a vida política e social de Moçambique. O auge da tensão entre o Estado português e a Igreja Católica ocorreu quando, em 14 de abril de 1974, o Governo colonial decidiu expulsar de Moçambique o Bispo de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto, e onze padres combonianos. A expulsão e a prisão de D. Manuel Vieira Pinto, do padre Graciano Castellari, juntamente com outros religiosos, são consideradas, por Baritussio, motivos que comprovam a participação dos missionários combonianos na luta anticolonialista, associando-os aos padres da Missão Suíça (BARITUSSIO, 2015). Esses padres foram expulsos porque eles, juntamente com trinta e quatro padres, dezenove irmãs e quarenta e um leigos, denunciaram a guerra colonial e a ambiguidade de algumas atuações das Igrejas (BATISTA, 2014, p. 30); (COSTA, 1996, p. 97-105).

No dia 25 de abril de 1974, ocorreu a Revolução dos Cravos em Portugal, quando o regime ditatorial do Estado Novo foi deposto, prevalecendo, desse modo, um ambiente tenso e de certa frieza nas relações entre a Igreja Católica em Moçambique e o Estado português. O Golpe de Estado em Portugal precipitou algumas alterações e mudanças políticas em Moçambique. O novo Governo, liderado pela FRELIMO e de orientação marxista-leninista, declarou-se um Estado laico. Essa laicidade do Estado foi publicada com a aprovação da nova Constituição de 1975, que passou a permitir a liberdade de cultos e direitos iguais às várias igrejas legalmente aceitas, conforme o Boletim Oficial, 1ª Série, *"a República Popular de Moçambique é Estado Laico, nele existindo uma separação absoluta entre o Estado e as Instituições Religiosas. Na República Popular de Moçambique as Instituições Religiosas devem conformar-se com as leis do Estado."*[115]

Com esta medida, o Governo da FRELIMO objetivava promover uma transformação total do país, distanciando-se das ações adotadas por Portugal no período colonial. O partido queria evitar políticas de Governo que "lembrassem o antigo regime e pudessem gerar, de alguma forma, qualquer tipo de exploração social e econômica, como era praticado por Portugal contra a sociedade moçambicana" (BATISTA, 2014, p. 30).

Essas políticas geraram descontentamento por parte da sociedade em relação à gestão da FRELIMO, o que contribuiu para o fortalecimento do grupo de oposição ao

[115] Constituição da República Popular de Moçambique, Boletim Oficial, 1ª Série, Maputo, 1975, p.7.

Governo pouco tempo depois. A partir desse período, "os dirigentes da FRELIMO acreditavam que independência e revolução fossem uma só coisa. A maioria da população moçambicana queria a independência, mas não necessariamente a revolução" (ROCCA, 2012, p. 22).

A Igreja Católica teve de tomar um novo rumo, ao ritmo dos novos acontecimentos do dia a dia. Os anos seguintes foram caracterizados por tensões no relacionamento Estado - Igreja, devidas a dois fatores: (i) a disputa desigual imposta pelo Estado monopartidário, liderado por um partido de ideologia marxista-leninista, na produção de visões de mundo; (ii) as nacionalizações dos bens das instituições religiosas. Durante esse processo, o presidente Samora Machel fez o seguinte discurso, *"a Igreja Católica com sede no Vaticano, os Presbiterianos ligados a Suiça em vez de pensarem em Moçambique, os Metodistas nos Estados Unidos. Todas elas com cabeça no estrangeiro e o corpo em Moçambique"*[116].

O presidente Samora acusou as Igrejas de terem estado ao lado do Governo colonial, de não terem denunciado a guerra colonial e de estarem a pensar no estrangeiro e não em Moçambique (BALOI, 1995, p. 510). Na origem desses pronunciamentos do presidente Samora Machel sobre a Igreja e a religião estão os discursos proferidos durante sua digressão triunfal por Moçambique, do rio Rovuma, ao norte, até o rio Maputo, ao sul, com o intuito de explicar a política da FRELIMO às populações. Esse discurso provocou indignação nos dirigentes das Igrejas, pois o chefe de Estado não soube separar as diferentes confissões religiosas. Essa posição do presidente Samora não agradou aos dirigentes da Igreja Protestante[117], uma vez que, no período colonial, as Igrejas Protestantes, ao contrário da Igreja Católica enquanto instituição, foram discriminadas e perseguidas.

No novo Moçambique, a Igreja Católica era considerada pela FRELIMO como ainda ligada ao colonialismo, apesar de uma restrita componente africana da Igreja e de

---

[116] Machel, Samora (1975). Discurso in.: *Jornal Noticia* da 25/07/1975.

[117] As Igrejas Protestantes eram consideradas estrangeiras e de suspeitas de estarem a promover ideias nacionalistas juntos as populações africanas, razão pela qual as autoridades coloniais dificultava a sua entrada no país e confinavam as suas atividades a uma área geográfica, tentando assim evitar que a sua influência se difundisse para outras partes do país. Nas Igrejas protestantes nos econtramos as seguintes: Missão Suiça; Igrejas Metodista Epicospal; Metodista Wasleana; Narazena; Anglicana; União Baptista e Adventista do Sétimo Dia (MORIER-GENOUD, 1996).

muitos missionários terem se empenhado pela independência. Paralelamente a essas transformações e a essa nova forma de pensar, desenvolveu-se todo um clima político e social que pode ser interpretado como de hostilidade à Igreja em geral e à Igreja Católica em particular, consubstanciado na série de artigos publicados em uma das revistas mais lidas e difundidas no país, a *Revista Tempo* (ROCCA, 2012, p. 19).

Os acontecimentos acima referidos eram objeto de reflexão dos bispos de Moçambique que, por ocasião do Natal, dirigiam uma mensagem ao povo moçambicano, na qual declaravam que a libertação trazida por Cristo não se opunha àquela desejada pelo povo moçambicano e reagiam, pela primeira vez, às nacionalizações, traçando sua linha de atuação (ROCCA, 2012, p. 22).

Em 1976, a Igreja Católica moçambicana resolveu tornar pública sua crítica à política religiosa do Estado. O Governo continuou a praticar uma política de hostilidade às Igrejas, acusando-as de fomentar a divisão do povo. Essa hostilidade começou a se intensificar em um momento em que se preparavam dois eventos que interferiram profundidamente no relacionamento entre as duas instituições: (i) a preparação do III Congresso da FRELIMO; e (ii) a preparação da I Assembleia Nacional de Pastoral, para os católicos, ambos realizados em 1977.

A Igreja, por sua vez, sentia a necessidade de ocupar seu lugar e de buscar a forma de estar presente na sociedade em revolução, bem como a necessidade de comunicar experiências vividas nas regiões e dioceses e, sobretudo, de procurar em conjunto novas pistas de orientação para as Comunidades cristãs, razão pela qual projetou e realizou a I Assembleia de reflexão.

Em 1978, foi também escrita uma carta intitulada "*Testemunhar a fé na liberdade*". Essa carta pretendia ser uma luz para os cristãos que não podiam deixar de se inserir em uma sociedade nova, de orientação decididamente socialista. Nesse mesmo ano, realizou-se a IIª Conferência Nacional do Trabalho Ideológico do partido FRELIMO, na qual, entre várias outras questões, a ação da Igreja foi atentamente examinada, e a Iª Assembleia Nacional de Pastoral, realizada na Beira, foi vista como uma "nova tática reacionária". Nesse processo, as igrejas foram encerradas e seus fiéis, muitas vezes, proibidos de praticar

a religião, e os pastores, em alguns casos, foram impedidos de visitar os seus crentes em suas casas. Para reforçar o seu posicionamento, há indicações de que, em 1979, muitas igrejas foram fechadas e tiveram seus movimentos restringidos.

O Governo de Moçambique deslegitimou, por exemplo, a atuação dos "curandeiros" como autoridades locais em favor da nomeação dos régulos, ligados ao partido e responsáveis pela resolução de conflitos, além das acusações por parte da FRELIMO de que os cultos animistas seriam sinônimos de atraso. Os cultos aos antepassados, praticados pela RENAMO na guerrilha e em suas zonas libertadas, davam esperança à população conservadora de recuperar sua cultura e regressar ao seu habitat. A oposição insistente da FRELIMO aos chefes tradicionais também causou descontentamento nas áreas rurais mais conservadoras (VINE, 1991); (MORIER-GENOUD, 1996).

Enquanto isso, a RENAMO ganhava a simpatia dos camponeses ao recuperar e conferir protagonismo à tradição, preenchendo, assim, a lacuna deixada pela marginalização das autoridades tradicionais locais e das religiões pela FRELIMO. No entanto, suas ações brutais impediram que ela ganhasse terreno no sul do país. Em relação à temática em exposição, Michel Cahen argumenta que "os chefes tradicionais tiveram, é sabido, uma enorme importância na estratégia da RENAMO: oficialmente suprimidos pela FRELIMO, acusados em bloco de terem sido colaboradores do colonizador, foram marginalizados e humilhados, mesmo quando eram considerados legítimos pela população. Assim, parte deles apoiou a RENAMO" (CAHEN, 2019, p. 155).

Diante dessa situação, o Comitê Central da FRELIMO, reunido na cidade da Beira, para contrariar a influência que as igrejas exerciam no seio do povo e implementar novas ideias "revolucionárias", infiltrou alguns elementos da Organização da Juventude Moçambicana. A CEM passou a se preocupar com a situação de violência no país em um documento intitulado "Caminhos de Paz", em 1979. Após esse documento, a Conferência continuou, de fato, a estudar e a discutir a questão da violência no país. Naquele momento, havia muita violência em Moçambique. Não se tratava apenas da RENAMO; existia também a violência praticada pelo Governo. Havia ainda a violência da África do Sul, que reagia às ações do ANC a partir de Moçambique.

Diante disso, a Conferência passou a refletir sobre essa situação de violência. Em seguida, escreveu uma carta intitulada "*Apelo à Paz*" e, depois dessa, outra chamada "*A Paz que o Povo Quer*". Esses documentos não eram dirigidos diretamente ao Governo, mas ao povo cristão. Em termos de reação, foi a carta pastoral "*A Paz que o Povo Quer*" que provocou uma resposta do Governo. Eu era presidente da Conferência e, por isso, fui chamado pelo então ministro da Informação [José Luís Cabaço] para um encontro, no qual participaram também membros do Conselho Cristão e outras pessoas.

Buscando pôr fim a todas as possíveis continuidades com o passado colonial, o alvo dessa política voltou-se sobretudo para aqueles que haviam sido apanhados na transição, ou seja, os comprometidos[118], que, no início dos anos 1980, em sua maioria, foram reconhecidos como reeducados[119] politicamente e aceitos como cidadãos plenos. A reabilitação subsequente foi obtida à custa do apagamento do seu passado da esfera pública, tratando-o como um passado que deveria ser mantido em uma memória privada e silenciada (IGREJA, 2008). Em seu artigo "Memória, esquecimento e silêncio", Michael Pollak alertou para os esquecimentos e silêncios que permeiam a estruturação das diferentes versões e memórias (POLLAK, 1989).

As divergências no tratamento dispensado às religiões pela RENAMO e pela FRELIMO tornam fundamental o debate trazido por Alcinda Honwana, que diz respeito aos desdobramentos políticos das tramas de conflito e dominação entre as diferentes etnias que circularam pelo território moçambicano desde o fim do século XIX. Como resultado, as forças da RENAMO nem sempre encontraram oposição ao entrar em uma zona rural. A

[118] Depois da independência, a FRELIMO iniciou uma espécie de limpeza. Essa limpeza afetou os apelidados de "reacionários"; os antigos presos políticos, também conhecidos pelo apelido "ex-Presos Políticos (ex-PPs)"; e os denominados "comprometidos". Uria Simango e sua esposa, Celina Simango, junto com outros dissidentes da FRELIMO, tais como, Mateus Gwenjere, Lázaro Nkavandame, Paulo Gumane, Faustino Kambeu, e membros de partidos políticos criados depois do golpe militar em Portugal, como, por exemplo, Joana Simeão, foram presos no centro de preparação político-militar da FRELIMO em Nachingweia, na Tanzânia. Entre 1977 a 1980, Uria Simango e sua esposa, Celina Simão, Joana Simeão, Mateus Gwenjere, Lázaro Nkavandame, Paulo Gumane, Faustino Kambeu e outros apelidados de reacionários pela Frelimo, foram executados sumariamente. Eles foram silenciados, como mencionam os seguintes autores: NCOMO (2003), COELHO (2010, 2011), MENESES (2011, 2015), MENESES e PEIXOTO (2013).

[119] Em 1975 com antigos "traidores" da FRELIMO, em 1978 com antigos presos políticos e, finalmente, uma mais ampla com os "restantes comprometidos" em 1982. Dentre os reeducados nos podemos citar Aurélio Bucuane, Simione Sambane Chivite, Aurélio Valente Langa, Matias Mboa, José Craveirinha, Malangatana Valente, Sansão Mutemba, Rui Nogar, Luís Bernardo Honwana, entre outros.

RENAMO capitalizou rapidamente a supressão da tradição e o florescimento do descontentamento popular, principalmente na região norte do país, "apresentando-se como um movimento contra o comunismo e o desrespeito pelas tradições moçambicanas" (HONWANA, 2002, p. 189).

O processo de reconciliação entre o Estado e as confissões religiosas teve início na reunião da direção máxima do Partido e do Estado, realizada entre 14 e 17 de dezembro de 1982, quando o Estado reconheceu o papel das confissões religiosas, a liberdade religiosa e foram definidos mecanismos para a institucionalização do relacionamento entre o Estado e as religiões. Em termos concretos, isso significava que, nos esforços para alcançar a paz no país, a RENAMO não deveria ser excluída do processo de "*Negociação e Reconciliação*".

Aceitar essa proposta significava também atribuir à RENAMO o estatuto de organização política, o que equivalia a reconhecer a sua existência como tal, tanto interna quanto internacionalmente. A FRELIMO deveria igualmente declarar publicamente que a guerra em curso no país era uma Guerra Civil, uma guerra entre moçambicanos. Esse pensamento era inconcebível para o Governo, razão pela qual a proposta foi considerada inaceitável. Para a FRELIMO, as agressões militares sofridas pelo país após a independência eram uma estratégia do imperialismo para impedir a edificação de uma sociedade socialista, "*livre da exploração do homem pelo homem*", que se pretendia construir em Moçambique.

Em 1983, a Igreja enviou outra carta ao Governo moçambicano, intitulada "*Conversação e Reconciliação*". Essa carta foi escrita por ocasião do Ano Santo da Redenção, com o objetivo de demonstrar que, em uma sociedade marcada pela violência como Moçambique, a proclamação do Ano da Graça era oportuna. A década de 1980 foi marcada por uma situação de desestruturação política, econômica, social e militar em Moçambique. A guerra e as sanções dos países vizinhos que apoiavam o grupo de oposição, aliadas ao declínio econômico provocado pelas cheias de 1977, seguidas de secas até 1982, "fizeram dos anos de 1973 a 1986 um período perverso para toda a economia do país" (BATISTA, 2014, p. 33).

Entre 1984 e 1986, os conflitos entre o exército comandado pela FRELIMO e a RENAMO se alastraram para outras regiões, provocando um grande número de vítimas. A violência promovida pelo exército moçambicano e pelos guerrilheiros da RENAMO acabou por se estender por todo o território nacional. A guerra travada entre o Governo e a RENAMO mergulhou o país em uma situação crítica, tanto do ponto de vista econômico quanto social. Essa fragilidade econômica e política levou a uma mudança na política externa do Governo de Maputo.

O "conflito interno, as sanções do Zimbábue e da África do Sul e o crescimento da RENAMO fizeram com que o país tivesse de mudar seus rumos econômicos para sair da profunda crise instalada e buscar apoio diplomático junto a outras nações" (BATISTA, 2014, p. 33). Em setembro de 1985, o presidente Samora Machel foi recebido por João Paulo II em audiência privada. Na ocasião, Samora Machel convidou Sua Santidade a visitar Moçambique. Esse acordo não se concretizou e, mais uma vez, as igrejas chamaram a atenção do Governo moçambicano para uma solução negociada que pusesse fim à guerra.

O interesse que a Santa Sé pretendia defender em Moçambique era a promoção de condições favoráveis para que a Igreja Católica pudesse exercer o seu Ministério, negadas nos países soviéticos. O papa iniciou "um novo período na Igreja, não apenas no estilo midiático e comunicador de seu pontificado, mas também no âmbito da estratégia diplomática, transformando-a em um elemento a ser considerado para a futura queda do comunismo. [...] Apesar da influência que a Igreja exerceu na derrubada do comunismo, a verdade é que não se podem considerar suas movimentações como a causa única e decisiva para o desmembramento do bloco comunista"[120].

Em 1986, Samora Machel morreu em um acidente aéreo. Com a sucessão presidencial, que passou ao controle de Joaquim Alberto Chissano, deu-se continuidade à política de aproximação com a Igreja iniciada por Machel. A morte do presidente moçambicano abriu caminho para os primeiros passos rumo aos diálogos de paz, após

[120] TOMÉ, Romina Alexandra Sim-sim. A diplomacia da Santa Sé: evolução e questões actuais. 2013. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais e Estudos Europeus, Universidade de Évora, Évora, 2013. Disponível em: http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/10737/1/A%20diplomacia%20da%20Santa%20S%C3%A9%20%. Acesso em: 8/2/2024, p.138.

Joaquim Chissano assumir a presidência com o discurso de fortalecimento do diálogo entre o povo moçambicano. No entanto, o Governo persistiu na convicção de que o conflito poderia ser resolvido militarmente e continuou a negar a legitimidade política da RENAMO em Moçambique.

Sob a orientação do Presidente Joaquim Chissano, o Governo moçambicano continuou a definir a RENAMO e seus integrantes como "bandidos armados". As dioceses católicas de Quelimane e de Nampula, ao redigirem "*livros brancos*" e outras publicações sobre a violência, atribuíram responsabilidades a ambas as partes (ROCCA, 1998).

Em 5 de maio de 1987, João Paulo II recebeu, no Vaticano, o presidente Joaquim Chissano. Tratou-se de uma visita oficial, ocasião em que o Presidente Joaquim Chissano fez o convite formal para que o papa visitasse Moçambique. Em agosto do mesmo ano, o cardeal Etchegaray realizou uma visita a Moçambique como enviado pessoal de João Paulo II e assegurou ao Governo que a Igreja Católica estava disposta a contribuir para o desenvolvimento do país e para o alcance da paz no país (ROCCA, 2012, p. 57).

Em 8 de março de 1988, o papa nomeou o padre Francisco João Sílota, da Sociedade dos Missionários da África, como bispo auxiliar da Arquidiocese da Beira, com residência em Chimoio. Em 29 de maio, João Paulo II elevou à dignidade de cardeal Dom Alexandre José Maria dos Santos, arcebispo de Maputo. Em 17 de maio de 1988, o Governo moçambicano e a Conferência Episcopal de Moçambique comunicaram oficialmente, por meio dos meios de comunicação social, a visita de Sua Santidade João Paulo II a Moçambique, a ser realizada de 16 a 19 de outubro. Somente no final da década de 1980 a relação entre a Igreja e o Estado moçambicano começou a mudar (ROCCA, 2012, p. 39); (BERGH, 2009, p. 21).

Nesse mesmo período, observa-se uma aproximação diplomática de Moçambique com o Ocidente, visando obter auxílio internacional sob a forma de ajuda alimentar, novos créditos internacionais e investimentos privados, bem como apoio político e diplomático internacional para a luta contra o regime de minoria branca na África do Sul. O Governo da FRELIMO, movido por pressões internas e externas de diversas ordens, iniciou o diálogo com a hierarquia da Igreja Católica de Moçambique. Foi no decorrer desse processo que

surgiu a proposta da necessidade de envolver todos os moçambicanos na busca de caminhos para a paz no país, apresentada pela Igreja Católica moçambicana. No primeiro trimestre de 1990, a diplomacia italiana estabeleceu contatos com as autoridades americanas no sentido de encorajar o Presidente Joaquim Chissano a seguir o caminho do diálogo com a RENAMO. Os primeiros mediadores para um diálogo direto intermoçambicano foram acompanhadas e presididas pelos presidentes do Zimbábue, Robert Mugabe, e do Quênia, Daniel Arap Moi.

Destaca-se que ou importa sublinhar que, de acordo com Raul Domingo, em fevereiro de 1989, Moi, em coordenação com o então presidente malauiano Hastings Kamuzu Banda, foi anfitrião do primeiro encontro oficial que contou com a presença de Raul Domingos e Vicente Ululu, representantes da RENAMO, e de clérigos moçambicanos, nomeadamente o cardeal Dom Alexandre dos Santos, Dom Jaime Gonçalves, Dom Dinis Sengulane e o pastor Ozias Mucache. Esses religiosos levavam uma carta do Governo de Moçambique, lançando as bases iniciais para as etapas decisivas da negociação de paz no país.[121]

Entretanto, apesar de o Quênia ter sido o anfitrião que lançou as sementes que culminaram nos Acordos de Roma, esse país ainda não mantinha boas relações com Moçambique, assim como o Malaui, acusado de ter abrigado muitos dissidentes da FRELIMO desde os tempos da luta pela independência. Além disso, a mediação[122] desses dois estadistas foi interrompida em meados de 1990. A falta de confiança, tanto por parte do Governo moçambicano quanto da RENAMO, na neutralidade dos Governos do Quênia ou do Zimbábue também levou Mugabe e Arap Moi a abandonarem as negociações. Cabe ressaltar que, nesse momento, tanto o Governo de Moçambique quanto a RENAMO já

[121] Raul Domingos, em entrevista a Media Mais TV, 5/10/2020.

[122] A mediação é o procedimento no qual o mediador não interfere na disputa; ele somente conduz a audiência, no sentido de as partes chegarem a uma solução pacífica, onde as condições e limitações são impostas pelas próprias partes. a Mediação é baseada em regras e procedimentos preestabelecidos. O objectivo do mediador é de ajudar as partes a negociar de maneira mais efectiva. O mediador não impõe a solução. Sua função é ajudar na buscar do melhor caminho para se chegar a um acordo. Cabe ao mediador fazer sugestões ou oferecer conselhos para se chegar a uma solução consensual (VIEIRA, 2004, p. 52); (MARTINELLI e ALEMEIDA, 1998, p. 73). A mediação, e o processo no qual a terceira parte presta assistência às partes em conflito, com vista a ultrapassar as suas diferenças. Ela varia quanto à forma, conteúdo e filosofia, em função ao conflito. A mediação é um processo voluntário e o seu sucesso depende, em grande parte, da vontade política e cometimento das partes. O mediador dever ser uma figura pública, carismática, idónea, respeitada e de confiança das partes em conflito (GASPAR, 2003, p. 27).

demonstravam certa predisposição para encerrar a guerra, pois ambos estavam convencidos da impossibilidade de alcançar a vitória por meio militar (MÁRIO, 2004).

As negociações diretas acabariam por ocorrer em Roma, Itália, iniciando-se em 8 de julho de 1990, sob a égide da Comunidade de Santo Egídio, uma organização católica leiga associada ao Vaticano, aceita pelas partes em conflito como mediadora. O ano de 1992 foi marcado pelo fim da guerra, assinado em 4 de outubro, (ABRAHAMSSON e NILSSON, 1994), e pelo início da abertura religiosa em Moçambique, após um período pós-independência caracterizado por uma excessiva regulamentação relativa à expressão religiosa. Os acordos foram assinados em Roma, entre Joaquim Alberto Chissano, então presidente da República de Moçambique, e Afonso Dhlakama, então presidente da RENAMO, na presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália e também de Robert Mugabe, Ketumile Masire, George Saitoti, Roelof Botha, John Tembo e Ahmed Haggag (CRAVO, 2012).

Este acordo, assinado pelas lideranças da FRELIMO, Joaquim Chissano, e pelo líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, representou mais do que um compromisso com uma agenda nacional e democrática. Ele garantiu que as produções de elementos de representação tivessem voz e oportunidade em uma sociedade marcada por dificuldades das mais diversas ordens, sendo muitas delas relacionadas à expansão do conflito. Posteriormente, este Acordo de Paz viria a ser transformado em lei, na expectativa de que o processo fosse melhor conduzido.

O não envolvimento direto de Portugal no processo de negociações para a paz em Moçambique deveu-se ao fato de esta antiga potência colonizadora manter fortes ligações com Orlando Cristina e Jorge Jardim, alguns dos fundadores da RENAMO, que constavam na lista dos considerados reacionários à independência liderada pela FRELIMO. De modo semelhante, os EUA e a Rússia não podiam ter envolvimento direto no processo de paz. Entretanto, tanto Portugal quanto os EUA, assim como a Rússia, participaram como observadores da fase final das negociações que culminaram com os Acordos de Paz de Roma, em 1992.

Ademais, durante este período, a hierarquia católica de Moçambique, tanto em Roma quanto dentro do próprio país, destacou-se pelo seu empenho em ajudar os dois contendores a eliminar as desconfianças recíprocas, favorecer e privilegiar o diálogo e distender os ânimos. A paz moçambicana, que pôs fim a Guerra Civil entre o exército da FRELIMO e a guerrilha da RENAMO, contou com a participação de quatro mediadores italianos: Andrea Riccardi e Matteo Zuppi, da Comunidade de Santo Egídio; Mário Raffaelli, parlamentar do Partido Comunista Italiano com ampla experiência diplomática, que havia representado o Governo italiano na crise da Somália e na questão do Nagorno-Karabakh no âmbito da OSCE, em representação do Governo de Roma; e o arcebispo católico moçambicano da Beira, Dom Jaime Gonçalves, que representava o vínculo no quadro da mediação. No entanto, conseguir levar o Governo da FRELIMO e a RENAMO a sentarem-se à mesa de negociações e a iniciarem o diálogo em condições de segurança e em um ambiente inspirador de confiança constituiu o contributo mais notável da Igreja Católica de Moçambique para a pacificação do país (ROCCA, 2012, p. 9).

A aparente complacência da ONUMOZ em empreender esforços que permitissem desarmar completamente a RENAMO baseava-se no pressuposto de que um desarmamento mais rígido poderia minar o processo de paz. A estratégia adotada consistiu em dispersar os ex-combatentes por meio de um programa de pagamento, que podia ocorrer em dinheiro ou por meio da distribuição de kits e de um crédito pecuniário a ser utilizado em atividades de geração de renda (VINES, 2018, p. 10).

A participação das confissões religiosas nos processos eleitorais traz grandes ganhos para as próprias confissões, para as entidades ligadas ao processo eleitoral e para os cidadãos. A participação das confissões religiosas no processo eleitoral tem como pressuposto básico a afirmação da responsabilidade e da participação política com uma dimensão construtiva e responsável da fé, conforme aponta a Doutrina Social da Igreja, na qual se observa que “a política é uma maneira de viver o compromisso cristão a serviço dos outros” (PAULO VI, 2002, p. 456).

O Acordo de Paz é celebrado anualmente em todo o país com alegria, mas também com certo ceticismo. Importa destacar que, no processo de monitoramento e observação eleitoral das seis eleições gerais que Moçambique realizou (1994, 1999, 2004, 2009, 2014,

2019 e 2024), cinco delas tiveram presidentes da CNE com ligações às confissões religiosas, a saber: Prof. Dr. Brazão Mazula (1994), antigo sacerdote católico; Rev. Jamisse Taimo (1999), pastor das Igrejas Metodistas Unidas; Rev. Arão Litsuri (2004), pastor das Igrejas Congregacionais de Moçambique; Sheik Abdul Carimo (2014), CIM; e Rev. Dom Carlos Matsinhe, da Igreja Anglicana, eleito em 2021, . Contudo, pode-se constatar que a participação dos líderes religiosos, de certa forma, contribui para a credibilização do processo eleitoral e atua também como uma forma de psicologia social, ainda que sem efeitos diretos, para evitar manifestações na sociedade diante dos resultados eleitorais.

3.1. Papel da Igreja Católica durante as Conversações para o Alcance da Paz

A mediação religiosa no processo de paz moçambicano constitui um dos aspectos mais distintivos e bem-sucedidos dessa experiência de resolução de conflitos. A Igreja Católica, por meio da Comunidade de Sant' Egídio, emergiu como um ator fundamental, transcendendo as limitações das mediações tradicionais e oferecendo não apenas um espaço físico para as negociações, mas também uma dimensão moral e espiritual que se revelou crucial para o sucesso do processo. A escolha da Comunidade de Sant' Egídio como mediadora não foi fortuita, mas resultou de uma combinação de fatores que a tornavam particularmente adequada para esse papel.

Padre Filipe Couto[123], que acompanhou de perto as negociações, explica que "a Sant' Egídio possuía credibilidade junto a ambas as partes precisamente porque não tinha interesses políticos ou econômicos diretos em Moçambique, ao contrário de muitos outros

[123] Padre Filipe Couto é missionário da Consolata e nasceu em Moçambique no ano de 1939. Estudou e doutorou-se na Itália e na Universidade de Munster, na Alemanha. Regressa à sua terra natal onde entra em contato com a FRELIMO, (Frente de Libertação de Moçambique), que luta pela libertação de Portugal, indo fixar moradia na Tanzânia. No ano de 1996 foi nomeado reitor da Universidade Católica de Moçambique e desde 2007 é reitor da Universidade Eduardo Mondlane. Conhece todos os dirigentes dos Partidos FRELIMO e da RENAMO. Tendo uma personalidade controvertida e de um olhar genial sobre a vida e a história, coloca seus interlocutores em eternas "provocações" cujos diálogos intensivos e intempestivos, parecem estar sempre a duelar com todos os intervenientes e suas respostas regressam em outras perguntas compulsivas num discurso interminável (Publicada por *Malema Tawas Limitada*. Padre Filipe Couto - o Verdadeiro Académico, a Biblioteca Viva, 28/05/2013); (*Jornal o País*, Padre Couto: meio século de sacerdócio na primeira pessoa, 29/05/2019).

atores internacionais envolvidos na região". Essa neutralidade foi complementada pela capacidade da Comunidade de mobilizar recursos diplomáticos e financeiros por meio de suas redes internacionais. O Palazzo Altemps, sede das negociações em Roma, tornou-se um símbolo da possibilidade de diálogo civilizado entre inimigos históricos.

O padre Dom Sungulane relembra que "o ambiente proporcionado em Roma era completamente diferente do clima de guerra que existia em Moçambique. Ali, longe do barulho das armas, as delegações podiam ouvir-se mutuamente e redescobrir a humanidade do adversário". Essa mudança de ambiente físico e psicológico foi fundamental para romper os ciclos de desconfiança e hostilidade que caracterizavam as relações entre a FRELIMO e a RENAMO.

A metodologia adotada pela Sant' Egídio refletiu uma abordagem distinta à mediação internacional. António da Costa Gaspar[124], observa que, ao contrário de outras mediações internacionais que tendiam a impor prazos rígidos e soluções pré-concebidas, a Comunidade de Sant' Egídio permitiu que o processo seguisse seu ritmo natural, respeitando as necessidades e sensibilidades de ambas as partes. Essa paciência estratégica possibilitou que questões complexas fossem adequadamente exploradas e que soluções duradouras fossem encontradas (GASPAR, 2011); (GASPAR, 2009).

Ademais, a atribuição do estatuto de "observadores e mediadores" a um grupo de religiosos sem qualquer experiência, formação ou vocação para a diplomacia negocial suscitou surpresas e interrogações entre os atores da diplomacia internacional, pois, não sendo diplomatas de carreira, seguramente não possuíam o conhecimento profundo das técnicas da diplomacia internacional, muito menos a experiência na condução de processos de paz e de negociação. Nos manuais que abordam a diplomacia internacional, um mediador de paz é considerado o protagonista enérgico das negociações, aquele que impõe as suas soluções às partes em conflito.

As negociações efetuadas pelos mediadores, segundo Roberto Marozzo Della Rocca, obedeceram a outros princípios, nomeadamente: (i) não forçar as partes; (ii) permitir que a

[124] António Gaspar foi ex-conselheiro político do Presidente da Rpública. Exerceu o cargo de Director do Centro de Estudos Estratégico Internacional da Universidade Joaquim Chissano (CEEI-UJC). Foi docente de longa experiência de Relações Internacionais no Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), atual Universidade Joaquim Chissano (UJC).

FRELIMO e a RENAMO chegassem a um acordo apenas se estivessem persuadidas da necessidade de o fazer para o bem comum; nisso residiu a originalidade do caso moçambicano (ROCCA, 1998, p. 96).

Os mediadores empenharam-se em ajudar os dois beligerantes a aparar desconfianças recíprocas e a criar formas de encontro, o que só seria possível por meio do diálogo. Contudo, entre setembro de 1991 e março de 1992, foi possível alcançar entendimento visando à paz em quatro pontos, a saber: [1] os princípios fundamentais; [2] os critérios e modalidades para a formação e o reconhecimento dos partidos políticos; [3] os princípios da Lei Eleitoral; e [4] o Preâmbulo (ROCCA, 1998, p. 179).

O empenho dos mediadores ficou bem evidente quando o processo de negociação atravessava momentos de impasse ou quando se pressentiam sinais de rutura. As anomalias diplomáticas realizadas pelos mediadores durante o processo de paz moçambicano tornaram-se um caso especial e insólito na diplomacia internacional. Após a assinatura do Acordo de Paz, em Roma, as instituições religiosas passaram a buscar, e até hoje buscam, incutir a convivência pacífica entre os moçambicanos nos âmbitos social, cultural e religioso, bem como por meio de apelos no plano político. Elas buscam a criação de espaços democráticos de promoção da paz, da justiça, do diálogo e da reconciliação, sendo essas práticas suas principais ferramentas.

A Comunidade de Santo Egídio e o CCM desempenharam um papel importante na aproximação das partes. As primeiras tentativas de mediação da paz moçambicana envolveram as Igrejas Católica Apostólica Romana e Anglicana moçambicanas, bem como dois países vizinhos, nomeadamente o Zimbábue, de Robert Mugabe, e o Quênia, de Daniel Arap Moi (ROCCA, 2012). O CCM, por sua vez, envolveu-se igualmente na busca de mecanismos para convencer o Governo de Moçambique a iniciar conversações com a RENAMO. O Governo da FRELIMO insistia em não reconhecer a RENAMO como uma entidade política com a qual pudesse negociar, rotulando-a de “Bandidos Armados” a serviço dos regimes minoritários da região, inicialmente da Rodésia do Sul e, posteriormente, da África do Sul.

No âmbito dessas diligências, dirigentes católicos e protestantes de Moçambique realizaram viagens por diversos países, incluindo Alemanha Ocidental, Itália, Portugal, Estados Unidos, Quênia e Egito. Tomás Viera Mário sublinha que alguns dos representantes desses paise tiveram que deslocar-se às matas de Gorongosa, onde se encontraram, pela primeira vez, com o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama (MÁRIO, 2004, p. 36). De fato, o sucesso da paz não teria sido possível sem a colaboração, os conselhos e as pressões dos Governos acima referenciados. Em setembro de 1993, Boutros-Ghali, citado por Roberto Marozzo Della Rocca, afirmou que:

> *"A Comunidade de Santo Egídio desenvolveu técnica que são diferentes mas ao mesmo tempo complementares das usadas pelos "fazedores da paz" profissionais. Em Moçambique, a Comunidade trabalhou discretamente durante anos para proporcionar o encontro entre as duas partes. Usou bem os seus contactos. Foi especialmente eficaz no envolvimento de outros para que contribuíssem para uma solução. Pôs em prática... o trabalho oficial foi feito pelos Governos e pelos organismos internacionais. Com base na experiência moçambicana foi criado o termo "formula italiana" para descrever esta mistura, única no género, de atividade pacificadora governamental e não governamental. O respeito pelas partes em conflito, pelas partes envolvidas no terreno, é fundamental para o sucesso deste trabalho" (ROUCA, 1998, p. 17).*

Por sua vez, Robert Mugabe observou também que o sucesso das negociações moçambicanas se deveu ao envolvimento, em nome da paz, de diversas forças humanitárias e institucionais, resultantes da diplomacia internacional e do trabalho de mediadores oriundos das capitais africanas (ROCCA, 1998, p. 17). Entre 1987 e 1993, as igrejas em Moçambique mantiveram contatos contínuos em busca da paz. Foram realizados vários encontros com o Presidente Joaquim Chissano, dos quais o Quadro (3) abaixo destaca as seguintes datas:

Quadro 3: Data dos Encontros entre a Igreja e o Presidente Chissano

Ano	Datas
1987	13/11/1987
1988	11/08/1988
1989	26 e 27/02/1989 05/04/1989 08/07/1989 05/12/1989
1990	15/05/1990 10/09/1990 08/10/1990 16/11/1990

1991	14/01/1991 10/05/1991
1992	10/01/1992 16/07/1992
1993	16/04/1993 08/05/1993

Fonte: Sousa, José Agusto (1995). *A Igreja e a Paz em Moçambique*: Síntese Histórica 1974-1994. Maputo: Editora, p.30.

A Igreja Católica, representada pela Comunidade de Santo Egídio, e as Igrejas Protestantes, representadas pelo CCM, conseguiram, com êxito, mediar, resolver e transformar o conflito moçambicano, apostando em um modelo baseado na cooperação, no diálogo sincero e na tolerância para resolver as diferenças entre as partes em conflito. A frequência indicada no quadro acima demonstra o grau de interesse das Igrejas em alcançar a paz e criar um clima de segurança em Moçambique, para que as populações pudessem circular livremente. O trabalho desenvolvido pela Comunidade de Santo Egídio e pelo CCM enquadra-se na *multi-track diplomacy*[125], que consiste em uma combinação de atores e abordagens, em muitos aspectos inédita. A *multi-track diplomacy* valoriza, em um contexto distinto dos tradicionais conflitos entre Estados, a combinação de múltiplos atores e abordagens (HUME, 1994), e baseia-se em três pressupostos, a saber:

> *[1] construção da paz política - que se enquadra no canal governamental, ou seja, é o Governo que deve desempenhar um papel preponderante nessa área para conduzir de forma efetiva o processo de governação; [2] construção da paz econômica e institucional - neste ponto o Governo desempenha um papel de relevo,*

[125] A partir de 1991, Louise Diamond e John McDonald (co-fundadores do *Institute for Multi-track Diplomacy*) apresentaram o conceito *multi-track diplomacy*, definindo nove níveis diferentes que, em conjunto, fazem parte de um sistema para criar a paz a nível internacional. O sistema inclui profissionais de resolução de conflitos de *track one* (Governo) e *track two* (não governamentais), mas reconhece também a influência de outros sete níveis: empresários; cidadãos privados; investigação, formação e educação; activismo; religião; filantropia e os meios de comunicação social, com a noção de que, dentro da crescente Comunidade de praticantes da resolução de conflitos, cada indivíduo ou organização oferece algo diferente em termos de metodologia, valores, contexto conceptual ou abordagem geral. Na multi-track diplomacy, todos os atores envolvidos trabalham de forma integrada em torno de metas compartilhadas. John McDonald e Louise Diamond conceberam um conceito de diplomacia multivias (multi-track diplomacy), identificando nove vias que constituiriam um sistema sinérgico de diplomacia: Governos, profissionais na resolução de conflito, comércio, cidadãos (pessoas físicas), pesquisa, treinamento e educação, ativismo pacifista, religião, financiamento e a mídia e a opinião pública. A premissa de Diamond e McDonald é a de que a atuação coordenada do máximo das vias maximiza também as possibilidades de sucesso do processo de mediação de um conflito. O *Multi-truck Diplomacy* é umconjunto de esforços e mecanismos informais e flexíveis que funcionam como agente de prevenção e resolução de conflito. É levado a cabo por organizações da sociedade civil (Igrejas, Academias, ONGs), de modo assegurar a cooperação internacional ou resolver as diferenças, (DAVIDSON E MONTVILLE, 1982, P. 155); (MCDONALD, 2012); (JONES, 2015, P. 18-19); (LUNDIN, 2016, P. 219).

> *desenvolvendo políticas econômicas sustentáveis e virada ao relacionamento da economia nacional; e a [3] construção da paz social - essa área lida com os corações da população traumatizadas pelo conflito. São aqui onde se devem ligar as negociações com a realidade da existência do ódio, da amargura, das mentiras, dos traumas e das perdas que as pessoas experimentam durante os vários anos de conflito devastador (DAVIDSON e MONTVILLE, 1982, p. 155); (MCDONALD, 2012); (JONES, 2015, p. 18-19); (LUNDIN, 2016, p. 219).*

Contudo, o processo que culminou nos Acordos de Paz em Moçambique contou com o envolvimento de atores nacionais, regionais, africanos e extra-africanos, incluindo entidades governamentais, religiosas e organizações internacionais, tanto na mediação quanto na observação, além de aspetos relacionados à logística para a operacionalização dos acordos. O Quadro (4) abaixo apresenta os atores envolvidos nos processos de paz em Moçambique entre a década de 1980 e o primeiro terço da década de 1990.

Quadro 4: Atores Africanos, Regionais, Nacionais e Internacionais que Participaram no Processo de Mediação e Negociação em Moçambique

Fases	**Envolvimento de Governos, Actores africanos e regionais nos processos de Paz em Moçambique**	**Envolvimento de Actores Nacionais nos processos de Paz em Moçambique**	**Envolvimento de Actores Internacionais nos processos de Paz em Moçambique**
1ª	• Tanzânia, Zimbábue, Quênia (anfitrião)	• Dom Jaime Gonçalves da Igreja Católica de Moçambique	• EUA, URSS, Portugal, Itália e o • Vaticano (anfitrião e mediador através da organização Santo Egídio e Conferência Episcopal, representada por Dom Jaime Gonçalves)
2ª	• Tanzânia (anfitrião) • Malauí (anfitrião) • Botswana (anfitrião) e África do Sul	• Dom Jaime Gonçalves	• André Ricardi, • D. Matteo Zuppi e Mário Raffaerl. • Secretário-Geral das Nações Unidas Boutros Aldo Ângelo representante de Moçambique, nomeado Secretário-Geral da ONU e os EUA
3ª	• África do Sul	• Dom Jaime Gonçalves	• ONG italiana, Comunidade de Santo Egídio, • Comandante dos Capacetes Azuis, Major-General Lélio Gonçalves Rodrigues da Silva (Brasileiro). • Delegado Comunidade Econômica Europeia (CEE), integrando diplomatas da Dinamarca, Inglaterra e Alemanha. • ONUMOZ (1992-1994).

Fonte: Elaborado pelo Autor com base nas obras de (ROCCA, 2008 e 2012); (MÁRIO, 2004).

Esse quadro acima evidencia a síntese do envolvimento de atores nacionais, regionais e internacionais nos processos de paz em Moçambique. O apoio dos atores internacionais, particularmente da URSS, dos EUA e de outros Estados ocidentais, deve ser compreendido à luz do fim da Guerra Fria, que proporcionou condições para maior cooperação entre as potências internacionais na resolução de conflitos interestatais e intraestatais. A dimensão espiritual da mediação também desempenhou um papel significativo. O Padre Filipe Couto destaca que "as sessões de negociação eram frequentemente precedidas por momentos de reflexão e oração, não de natureza confessional, mas como forma de criar um espaço de serenidade e introspecção que facilitava o diálogo construtivo"[126]. Essa prática, aparentemente simples, contribuiu para humanizar o processo e lembrar aos negociadores as dimensões éticas e morais de suas decisões.

O arcebispo católico moçambicano Dom Jaime Gonçalves acabou tornando-se mediador e ator oficial designado no âmbito da *track one diplomacy*, participando diretamente das negociações. A aplicação desse método não usual na condução do processo negocial resultou na elaboração de protocolos de paz mais pormenorizados, conduzindo a melhores entendimentos políticos e a menores riscos de um eventual retorno às opções militares. Nesse sentido, o processo moçambicano distingue-se de outros similares ocorridos em diferentes partes do mundo.

A participação da Comunidade de Santo Egídio foi igualmente fundamental na resolução do conflito, ao fornecer apoio logístico e mediar as conversas. Já o apoio da Santa Sé teve função simbólica nas negociações, gerando maior confiança e credibilidade entre os envolvidos no diálogo. Em conjunto ou separadamente, as instituições religiosas desempenharam papel relevante na busca, promoção e consolidação da paz, demonstrando desde cedo sensibilidade quanto à necessidade da educação cívica voltada à promoção da paz, da reconciliação nacional, da democracia e das eleições. A ação conjunta das diferentes confissões religiosas nos processos eleitorais evidencia experiências positivas

[126] Jornal *O País*, Padre Couto: meio século de sacerdócio na primeira pessoa, 29/05/2019.

partilhadas por Abdul Carimo, ao relatar que, durante o processo de observação eleitoral de 2004, na Zambézia, conviveu e trabalhou conjuntamente, por longo período, em torno de um objetivo comum, a observação eleitoral, em clima de total harmonia com Dom Chimoio, arcebispo de Maputo (SAUTE, 2006, p. 317).

A eficácia da mediação da Comunidade de Santo Egídio também resultou de sua capacidade de combinar discrição e transparência. Tomás Vieira Mário[127] observa que os mediadores souberam manter o sigilo necessário para proteger as negociações das pressões externas, ao mesmo tempo em que conseguiram comunicar progressos e criar expectativas positivas quando apropriado. Essa gestão cuidadosa da comunicação contribuiu para manter o dinamismo do processo e evitar que especulações prejudiciais minassem a confiança entre as partes. O modelo de mediação religiosa desenvolvido em Roma produziu impactos que transcenderam o caso moçambicano, inspirando processos semelhantes em outros contextos de conflito.

António da Costa Gaspar reflete que "o sucesso da Sant' Egídio em Moçambique demonstrou que atores não estatais, dotados de credibilidade moral, podem desempenhar papéis únicos na resolução de conflitos, complementando e, por vezes, superando os esforços da diplomacia tradicional"[128]. O legado da mediação religiosa no processo de paz moçambicano permanece visível até hoje, não apenas no reconhecimento internacional do modelo Sant' Egídio, mas também na contínua importância das instituições religiosas nos

[127] Tomás Vieira Mário é jornalista de profissão, sendo licenciado em Ciências Jurídicas pelo Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU), em Maputo (actualmente Universidade Politécnica). Fez ainda o curso de mestrado em Ciências Jurídicas pela Universidade Eduardo Mondlane e o curso de Regulação da Comunicação Social pelo Instituto Jurídico de Comunicação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. É docente na Universidade Politécnica onde lecciona desde 2006 as cadeiras de Direito e Deontologia da Comunicação Social e da Retórica Jurídica. Exerce desde o ano de 2015 as funções de Presidente do Conselho Superior da Comunicação Social, designado pelo Presidente da República. Em 2012 fundou o Centro de Estudos e Pesquisa de Comunicação SEKELEKANI, de que é Director Executivo. Director de Informação da Televisão de Moçambique (TVM); Correspondente da Agência de Informação de Moçambique (AIM) em Portugal; Director Nacional do Centro de Pesquisa e Documentação da África Austral (SARDC); Coordenador Nacional do Programa de Desenvolvimento dos Media da UNESCO; Editor Executivo do Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano (PNUD); Especialista de Planificação e Desenvolvimento da Sociedade Civil (PNUD) em Maputo; e Presidente do MISA Moçambique, uma organização cívica de defesa da liberdade de imprensa.

[128] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de Abril de 2025, em Maputo - Cidade.

processos políticos moçambicanos subsequentes, incluindo os mais recentes esforços de pacificação e reconciliação nacional (GASPAR, 2009); (GASPAR, 2011).

Contudo, as relações entre a Igreja Católica e o Estado moçambicano são remotas, e a presença dessa confissão religiosa mostrou-se relevante ao longo da história da construção do Estado moçambicano, sobretudo quando é solicitada a intervir em assuntos políticos com vistas a estabelecer um ambiente de estabilidade entre os diversos atores políticos, principalmente no período pós-eleitoral. Entretanto, não basta a simples vontade de participar no processo de resolução desses conflitos. É fundamental compreender as condições sob as quais a Igreja Católica e suas lideranças são convidadas a participar dos processos de resolução desses conflitos.

Em relação ao comportamento da RENAMO nas negociações, pelo menos até 2015. Ainda no âmbito dos aprendizados dessa mesma "Paz social", Dom Dinis Sengulane, ator religioso com ampla contribuição para as negociações de paz em Moçambique, reitera que, em primeiro lugar, deve-se adotar uma atitude imparcial dos atores envolvidos. Isto é, desejar a paz pela paz, e não desejar a paz em função de negociações particulares que possam resultar em ganhos para determinado grupo em detrimento de outros. Em segundo lugar, o diálogo é o estilo de vida para qualquer processo divergente, mas é necessário dialogar no nível mais baixo, e essa metodologia deve conduzir a uma reconciliação plena. Por último, é preciso desarmar a mente e as próprias mãos, ou seja, convencer a mente de que, para alcançar a paz, não são necessários instrumentos de guerra. Dom Dinis Sengulane desviou-se da questão, apesar da insistência. Quando a questão era colocada, respondia da seguinte maneira:

> *"Eu sempre respeitei o posicionamento de ambos os lados, não iria dizer que havia um que fugia daquilo que era o posicionamento ou que sempre esteve no meio. Eu sempre respeitei as opiniões, portanto, de um como de outro e a minha missão era de tentar dizer que os dois devem se entender, devem ter um diálogo conducente a uma reconciliação [...]".*

Em outro momento, afirmou:

> *A RENAMO e o Governo estavam a dialogar, a minha missão era garantir que o diálogo continue, não era ver quem é o mau da fita, a minha missão não era ver quem era o coerente, a minha missão era os dois se entenderem. Então,*

compete a ambos ver se havia alguém que saia dos pontos que tinha apresentado antes e meter outros [...]".[129]

A intervenção de Dom Dinis Sengulane deve ser lida na perspectiva religiosa e social da pacificação, em que a paz é vista para além da simples ausência da guerra em si. Isso nos leva ao debate de que não basta apenas um entendimento entre políticos (FRELIMO e RENAMO); é necessário que, de forma igual, os moçambicanos encontrem sua própria reconciliação, respeitando-se mutuamente, mas, acima de tudo, reconhecendo que a opinião de cada um conta como válida. Esse desvio pode ser explicado pelo papel que ele afirmou ter nas negociações, que era o de tentar aproximar as partes, fazer com que chegassem a uma reconciliação e pôr fim à guerra.

A participação contínua da religião na vida política dos Estados manifesta-se em muitos países que passaram por confrontos militares e que alcançaram acordos de paz por meio da intervenção de organizações religiosas e de suas lideranças. Mais do que criar condições para o diálogo, as organizações religiosas ao redor do mundo, particularmente no Quênia, Moçambique, Angola e Nigéria, desempenham um papel construtivo de apoio ao processo de democratização como atores da sociedade civil. Em contextos democráticos, os grupos religiosos são vistos como uma fonte vital para a promoção da paz e da participação política dos cidadãos. A religião desempenha um papel importante na manutenção da democracia por meio da difusão de uma mensagem de paz e incentiva seus fiéis, enquanto cidadãos, a se envolverem na promoção da estabilidade política do país.

3.2. Organizações Religiosas em Moçambique na Busca da Paz

As relações entre as Igrejas e o Governo de Moçambique nem sempre foram pacíficas. Durante o período colonial, as confissões religiosas desempenharam um papel importante nas áreas da educação, saúde e agricultura. Com o alcance da independência de Moçambique, em 1975, o Estado declarou-se laico. O novo Governo, liderado pela

[129] Padre Dom Sungulane O PAÍS, 2019. Disponivel em: https://opais.co.mz/padre-couto-sugere-encontro-entre-os-quatro-candidatos-sem-nenhum-outro-interveniente/, acessado no dia 23 de Maio de 2025.

FRELIMO e de orientação marxista-leninista, não permitia a liberdade de culto e direitos iguais às várias igrejas legalmente aceitas.

Em 8 de agosto de 1978, ocorreu uma Exposição sobre a Liberdade Religiosa e, em 11 de setembro, a Comunidade religiosa cristã endereçou também ao Ministro do Interior um aditamento à Exposição sobre a situação da Igreja em Lichinga. No dia 3 de dezembro de 1978, a Conferência Episcopal de Moçambique entregou à Presidência da República um Memorando sobre as Restrições à Liberdade Religiosa no País. Assim, a CEM insistiu, em carta enviada ao Governo de Moçambique, na realização de uma reunião no dia 6 de dezembro de 1978, o que efetivamente ocorreu. Na agenda estava a análise do "Papel da Igreja Católica em Moçambique" e, a partir daí, traçar quais seriam, dali em diante, as "Normas para o funcionamento de certas atividades da Igreja e das Instituições Religiosas".[130]

Entre 1979 e 1980, os relatórios das dioceses da CEM registram inúmeras cartas dos Conselhos Diocesanos dirigidas aos SPAARs provinciais, nas quais denunciavam ocupações ilegais de capelas e residências missionárias, violações dos domicílios de missionários - padres, irmãs e irmãos -, inventariações e controles constantes, inclusive de bens e objetos pessoais, realizados por trabalhadores da Administração e da Educação. Havia proibições insistentes para que os missionários levassem seus livros de oração, Bíblias e outros livros religiosos, anotações pessoais e crucifixos pessoais, sob o pretexto de que tudo estava nacionalizado, desde os edifícios até as colheres.

A política seguida pela FRELIMO em relação às Igrejas provocou um novo conflito Estado-Igreja. As restrições não apenas à liberdade religiosa, mas também à circulação de padres e bispos, bem como a tentativa de submetê-los a regime de residência fixa ou prisão domiciliar, simplesmente pelo fato de serem padres ou bispos e de desejarem difundir ou expandir livremente sua religião, constituíram outro ponto de fricção que afetou negativamente o relacionamento entre as Igrejas em Moçambique e o Estado moçambicano.

A partir de abril de 1980, o relacionamento entre as duas instituições começou a dar alguns sinais de mudança, como se depreende de documento de D. Manuel Vieira Pinto

[130] O papel da Igreja Católica em Moçambique (I). In: Tempo (447) 1979, Maputo: Tipográfica, 1979, p. 25-40.

dirigido à sua Congregação Religiosa. A independência do Zimbábue, em abril de 1980, e o papel preponderante que Moçambique desempenhou na guerra da ex-Rodésia do Sul reabriram a esperança do fim da guerra em Moçambique e de um maior apoio da Comunidade internacional. A perspectiva da independência do Zimbábue fazia prever o fim da guerra em Moçambique e a abertura de amplas possibilidades para o lançamento das bases de um desenvolvimento econômico acelerado no país, com a implementação do Plano Prospetivo Indicativo (PPI) - a única grande visão, que nem chegou a sair do papel, senão a sua componente repressiva, a Operação Produção. Era urgente não dispersar forças, muito menos energias, em áreas que não fossem de interesse da população. Havia a necessidade de mobilizar todos os moçambicanos para a frente da batalha econômica. Para isso, era necessário o apoio dos bispos e da Igreja Católica em Moçambique a esse projeto. Contudo, a política da África do Sul transferiu o foco da guerra do Zimbábue para Moçambique, e a estabilidade que se previa continuava ameaçada.

Os sinais de vontade de mudança e aproximação tornaram-se mais evidentes quando, em 19 de junho de 1981, o Presidente Samora Machel encontrou-se com uma delegação da CEM. Nessa conferência, a delegação da Igreja apresentou uma proposta de cooperação abrangendo essencialmente as áreas da educação, saúde, ação social e desenvolvimento rural. Em 1982, houve outra reunião entre líderes religiosos, a Direção do Partido FRELIMO e o Governo de Moçambique, da qual participaram cristãos, muçulmanos e hindus. Essa reunião teve como título "*Consolidar Aquilo que nos Une*". O encontro teve como objetivo pôr fim à tensão que caracterizava as relações entre as instituições religiosas, o partido FRELIMO, e serviu para reduzir as tensões entre o Estado e as Igrejas no que se refere à disputa sobre quem era o principal ator na construção da visão de mundo e da realidade, bem como à questão das nacionalizações que também abrangeram os bens da Igreja (BALOI, 1995).

Em 9 de maio, D. Manuel Vieira Pinto encontrou-se com o Presidente Samora Machel. Desse encontro, dois aspectos merecem destaque, noadamente: *primeiro*, Samora Machel pediu insistentemente que D. Manuel Pinto o ajudasse a evitar que o país entrasse em uma guerra tribal ou em uma Guerra Civil e apelava pela ajuda para alcançar a paz; *segundo*, em resposta a esse apelo, D. Manuel Pinto pediu ao Presidente Samora Machel

coragem e determinação para iniciar o diálogo com a RENAMO visando à paz (BORGES, 1992, p. 155). Os esforços das Igrejas em torno da busca da paz intensificaram-se cada vez mais. No mesmo encontro, foi abordado o problema da discriminação nas instituições do Estado com base religiosa, tendo o representante da Igreja Católica afirmado que, *"existia, no país discriminação na função pública com base na religião, pediu a liberdade religiosa a ser respeitada em todas as províncias e em todos os lugares do país, pois isto constituía um fator para a Unidade Nacional" (Machel, 1983, p.9).*

Em 1984, o CCM criou a Comissão de Paz e Reconciliação (CPR), para coordenar os diversos esforços de busca da paz das Igrejas Católica e Protestantes em Moçambique. Em maio do mesmo ano, a CEM produziu a exortação pastoral "*A Urgência da Paz*", na qual insistia na necessidade de recorrer a meios não armados para pôr termo ao avanço "desta guerra", afirmando que o Acordo de Incomáti demonstrava que a alternativa na busca sincera da paz não era a política da força, mas a força da política. Nessa carta, o bispo também exortava os dirigentes da nação e todos aqueles que detinham responsabilidade pela guerra em Moçambique a terem a coragem de abandonar o caminho das armas para assumir o realismo do Acordo de Incomáti.

Como a questão da paz era urgente, o CCM criou a CPR, um instrumento voltado exclusivamente para assuntos relacionados à paz. Por sua vez, essa comissão enviou um documento ao Presidente Samora Machel solicitando que ele e seu Governo interviessem com ações concretas que conduzissem à restauração da paz. Andreia Riccardi refere que, para que fossem dados os primeiros passos com vistas à resolução do conflito em Moçambique por via negocial e de debate político, a Igreja Católica moçambicana, por meio dos bispos representados pela CEM, propôs, em 1984, negociações para resolver o conflito. No entanto, a resposta do Governo foi violenta, acusando a Igreja Católica moçambicana de trabalhar em prol da guerrilha. Importa sublinhara que, essa acusação ocorre num momento em que Moçambique assinava o Acordo de Incomáti com África do Sul (RICCARDI, 2008, p. 141-142).

Em outubro de 1986, ocorreu o acidente em Mbuzine que resultou na morte do Presidente Samora Machel, e Joaquim Chissano ascendeu ao poder. No final de abril de 1987, a CEM escreveu sua última carta pastoral, intitulada "*A Paz que o Povo Quer*". Essa

carta surgiu como uma pressão sobre o Governo da FRELIMO para que se decidisse definitivamente pelo diálogo e pela reconciliação política com a RENAMO. A escrita dessa carta acontece numa altura, momento em que o Presidente Joaquim Chissano era recebido no Vaticano por João Paulo II, o que não agradou a outras congregações religiosas, isso porque, elas através dos meios de comunicação social de Maputo desenvolviam uma forte campanha contra a posição dos bispos, que defendiam o diálogo como solução do conflito (ROCCA, 2012).

De janeiro a abril de 1987, o Governo de Moçambique começou a sofrer pressão da Comunidade religiosa para o restabelecimento da paz no país. O CCM concebeu a ideia de organizar uma Marcha da Paz antes da realização de um culto pela paz e, nesse sentido, aproximou-se do Governo para obter a devida autorização. O Governo não a concedeu, por considerar que a marcha entrava em choque com o princípio por ele adotado para pôr fim à guerra. De acordo com Dinis Sengulane, essa marcha foi impedida porque "o assunto da paz não diz respeito à Igreja" (SENGULANE, 1994, p. 11).

Em 1987, o Governo da FRELIMO publicou a Lei 14/87, da anistia, que contribuiu significativamente para a resolução do conflito. Em agosto de 1987, o chefe de Estado recebeu em Moçambique o enviado do Papa, o Cardeal Roger Etchegaray, que veio inteirar-se da situação de fome que atingia 4,5 milhões de moçambicanos. Durante sua visita, o Cardeal Roger Etchegaray esteve na vila de Luabo, nos centros de refugiados de Dondo, Moatize e Maganja da Costa, bem como na vila de Manjacaze, e constatou que a Guerra Civil em Moçambique estava a provocar uma crise humanitária da sua população. Essa visita demonstrou, igualmente, que a Igreja Católica de Moçambique e o Estado moçambicano já se aceitavam e se reconheciam mutuamente, o que facilitou o inicio de conversações para o alcance da Paz.

Em outubro do mesmo ano, o CCM voltou a insistir junto ao chefe de Estado na questão da paz e manifestou sua preocupação diante da crescente violência a que o povo moçambicano estava submetido. Como resposta, o Governo de Moçambique, chefiado pelo Presidente Joaquim Chissano, deu aval às Igrejas para que criassem condições que gerassem confiança entre as partes envolvidas no conflito (FRELIMO e RENAMO). Contudo, esse momento marca o início do envolvimento da Igreja Católica em

Moçambique no processo de busca pelos caminhos da paz. Assim, as Igrejas Protestantes, o CCM e a Igreja Católica de Moçambique empreenderam diversos esforços para encontrar-se com a RENAMO, para melhor compreender o que ela pensava sobre a Guerra Civil em Moçambique, e quais perspectivas ela tinha para encerrá-la (ROCCA, 1998, p. 59-69).

Em setembro de 1988, o Papa João Paulo II visitou Moçambique em um momento em que a guerra se encontrava em seu auge, o que pode ser avaliado pelo nível de violência vivido no país. A visita do Papa pode ser considerada, por um lado, um catalisador para o processo de paz em Moçambique, em função do conteúdo de suas mensagens. Em seus discursos, o Sumo Pontífice utilizou sempre uma linguagem conciliadora e apoiou a iniciativa das Igrejas na busca da paz. Por outro lado, também elogiou a posição do Governo de Moçambique pelos esforços que vinha desenvolvendo até então para o fim da guerra. Em 13 de novembro do mesmo ano, os bispos católicos foram novamente recebidos pelo Presidente Joaquim Chissano (LUNDIN, 2004).

Em fevereiro de 1989, em uma reunião em Nairóbi, e após várias iniciativas e falsos começos, tiveram início em Roma as conversações diretas de paz entre a RENAMO e a FRELIMO, mediadas pela Comunidade católica leiga de Santo Egídio, com apoio material e técnico da Comunidade internacional (ROCCA, 1998); (NILSSON, 1999); (ROCCA, 2012); (VINES, 2013). Entre 1988 e 1990, o Presidente Chissano entendeu que não poderia vencer pela via militar e que os moçambicanos desejavam a paz. As primeiras tentativas de mediação da paz moçambicana envolveram a Igreja Católica Apostólica Romana e a Igreja Anglicana moçambicana, bem como dois países vizinhos, nomeadamente o Zimbábue, de Robert Mugabe, e o Quênia, de Daniel Arap Moi. Não se pode desconsiderar, igualmente, outras pressões da Comunidade internacional que surgiram no sentido de o Governo de Moçambique enveredar por mudanças mais profundas em todo o sistema político, a fim de receber apoio dos países ocidentais (ROCCA, 2012); (GONÇALVES, 2014).

Assim, a RENAMO decidiu apostar na via política e o Governo, já incapaz de resolver o conflito pela via militar, decidiu solicitar à Comunidade de Santo Egídio[131] que

[131] Roberto Marozzo Della Rocca (1993, p. 69-82) citado por Rocca, diz que em 1982, a Comunidade de Santo Egídio agiu com sucesso na resolução de conflito, através da amizade com personalidades árabes, para que Walid Jumblatt, chefe druso, libertasse algumas aldeias cristãs assediadas no Chouf libanês. Já em 1986, a Comunidade trabalhou na difícil situação dos assírios-caldeus que, por causas da guerra entre o Irão e o

acolhesse o primeiro encontro reservado, em julho de 1990, dando início às conversações. Em 1990, o Governo da FRELIMO introduziu uma nova Constituição. A nova Constituição representou uma ruptura completa com o passado, pois continha os elementos-chave que estavam na agenda da RENAMO, nomeadamente a democracia multipartidária, o voto secreto, as liberdades de religião, associação, circulação e expressão, bem como o respeito à propriedade privada e às tradições (ABRAHAMSSON e NILSSON, 1994); (LALÁ e OSTHEIMER, 2003).

A mudança constitucional de 1990 constituiu mais um esforço do Governo de Moçambique com vistas a pôr fim à guerra. O empenho do Governo na busca pela paz tornava-se evidente pelas ações empreendidas. Era, no entanto, necessário avaliar o empenho da RENAMO no processo de paz. As negociações de paz decorreram de forma intermitente, lenta e controversa, durando 27 meses, de julho de 1990 a outubro de 1992 (MANNING, 2002); (VINES, 2013); (ROCCA, 2012).

É nesse contexto que uma delegação composta pela Igreja Católica e pelo Conselho Cristão de Moçambique se desloca aos Estados Unidos da América com o objetivo de contactar elementos da RENAMO, por intermédio de membros e simpatizantes que ali residiam. Dito por outras palavras, as delegações conjuntas entre os membros do CCM e da CEM deslocaram-se aos Estados Unidos na tentativa de encontrar-se com o representante da RENAMO em Washington, enquanto D. Jaime Pedro Gonçalves, em representação da CEM, fez o mesmo por meio da Comunidade de Santo Egídio (ROCCA, 1998, p. 59-69); (ABRAHASSON e NILSON, 1995, p. 38).

Entretanto, os primeiros encontros foram marcados pelo fracasso, em virtude das condições para a paz propostas, que, no fundo, refletiam a percepção e o juízo de valor que cada parte do conflito fazia da guerra. Sublinha-se que, após os primeiros contactos entre o Governo de Moçambique e a RENAMO, esta realizou o seu I Congresso, em 1989, com vista a preparar-se politicamente para as negociações. Entre o final de 1991 e meados de 1992, uma delegação do CCM composta por Dom Dinis Sengulane, Rev. Somane Machado

---

Iraque, estavam refugiados em países do Médio Oriente. Para algumas centenas de assírios-caldeus que vagueavam pelas montanhas curdas, na terra de ninguém, em grave perigo de vida, tinha organizado uma missão que os conseguiu trazer para a Itália e depois para a América do Norte (ROCCA, 1998, p. 39).

e Rev. Lucas Tivane, em Blantyre, Nairobi e Mombaça, buscou contactos com a RENAMO e, no mesmo período, com o Presidente Chissano (SENGULANE, 1994).

Durante esses contactos, os representantes das igrejas foram portadores de um documento do Governo para a RENAMO, contendo doze pontos, vide anexo VII, no qual se exigia que esta abandonasse todos os meios de terrorismo e violência, em troca de anistia. Em contrapartida, o Governo da FRELIMO recebeu uma contraproposta vindo da RENAMO contendo dezesseis pontos, vide anexo VII.

Nesse documento, de acordo com Anícia Lalá, a RENAMO argumentava que não pretendia usar a guerra para mudar a ordem política existente em Moçambique e criticava a presença de tropas estrangeiras no território nacional como um obstáculo para a paz, mas manifestava a sua disponibilidade para o engajamento em negociações genuínas, conducentes à reconciliação nacional, sem vencedores nem vencidos (LALÁ, 2002, p. 24). Enquanto isso, a FRELIMO por sua vez, argumentava que a guerra que travava com a RENAMO era uma guerra de "desestabilização", e considerava os seus membros como "bandidos armados". No entanto, a mediação do Zimbábue e do Quênia abriu portas para a elaboração de uma declaração conjunta de princípios, na qual se afirmava a disponibilidade para o diálogo em prol da paz (ROCCA, 2012, p. 113-120).

Contudo, seria a ONG italiana, a Comunidade de Santo Egídio a desempenhar um papel fundamental no acolhimento das conversações exploratórias, que depois se transformaram em mediação formal que conduziram as duas partes envolvidas no conflito a sentarem a mesa de negociação para assinatura dos Acordo de Paz, isso, após doze rodadas complicadas de negociações, que começaram de forma aberta e direta a partir de junho de 1990, e o AGP foi finalmente assinado em 4 de outubro de 1992.

3.3. Comunidade Santo Egídio em Moçambique e suas Ações

A Comunidade de Santo Egídio é uma organização religiosa católica fundada em 1968, no bairro de Trastevere, em Roma, Itália, dedicada à caridade, à evangelização e à promoção da paz. Trata-se de uma organização não governamental humanitária, definida

como associação católica pública de leigos, com status autônomo e personalidade jurídica reconhecida pelo Estado italiano, que surgiu por iniciativa de um estudante do ensino médio, Andrea Riccardi[132]. Os primeiros contactos da Comunidade de Santo Egídio com Moçambique foram estabelecidos pelo arcebispo católico Dom Jaime Gonçalves. O interesse de Santo Egídio por Moçambique remonta aos primeiros tempos do período pós-independência do país. O Bispo da Beira desejava manter aberto o diálogo com o Governo e deslocou-se à Tanzânia para se encontrar com o presidente Julius Nyerere, cristão e socialista. Dom Jaime Gonçalves, ao deslocar-se à Tanzânia, pretendia que este intercedesse em favor dos cristãos moçambicanos, tendo em conta que esse país ajudara a FRELIMO durante a guerra de libertação nacional (ROCCA, 2012, p. 12-19); (ROCCA, 1998).

A Comunidade de Santo Egídio foi se destacando cada vez mais como um possível mediador do conflito. O diálogo entre o Estado e as confissões religiosas teve início em 1982, com o objetivo de "reforçar a unidade entre os moçambicanos, independentemente do respectivo credo religioso ou de não professarem qualquer religião" (MACANDJA, 2005, p. 64).

Ressalta-se que, em Moçambique, a Comunidade de Santo Egídio começou a atuar no país em meados da década de 1980, quando o país já vivia uma longa Guerra Civil, que havia eclodido poucos meses após a independência formal, em junho de 1975. Recorda-se que, já em 1970, Marcelino dos Santos viajara a Roma para se encontrar com Paulo VI. Os laços da Igreja Católica com Moçambique remontam à época dos Descobrimentos, sendo, como já referido, a única religião com expressão territorial. O relacionamento da Comunidade de Santo Egídio com Moçambique iniciou-se numa tentativa de melhorar as condições da Igreja Católica moçambicana, motivação que permeou toda a trajetória diplomática das instituições católicas no país (ROCCA, 2012, p. 22).

A partir do verão de 1984, a Comunidade de Santo Egídio começou a enviar regularmente aviões com ajuda humanitária. Paralelamente à importante ação humanitária

[132] Fundador da Comunidade Santo Egídio, o italiano Andrea Riccardi é professor de História Contemporânea na Universidade de Roma III. É estudioso da Igreja na idade moderna e contemporânea e de religião em geral. RICARDI, Andrea. Andrea Riccardi. 2015. Disponível em:< http://www.andreariccardi.it/en>. Acesso em: 03/03/2024.

junto à população, que se dirigia necessariamente às zonas rurais mais pobres, majoritariamente sob controle da guerrilha, os membros da Comunidade romana passaram a desenvolver, no terreno, estratégias de aproximação ao Governo da FRELIMO, estabelecendo, assim, laços de profunda cooperação e entendimento com ambos os lados do conflito. A partir de 1984, a FRELIMO começou a se distanciar gradualmente do marxismo-leninismo, embora persistisse, para alguns dirigentes mais ancorados à ideologia, como Marcelino dos Santos, a ortodoxia marxista. A incerteza das políticas adotadas pela FRELIMO começou a ser questionada, levantando dúvidas diante do prolongamento da guerra (ROCCA, 2012, p. 22).

Em 1985, foi enviado um navio da solidariedade com gêneros alimentícios, medicamentos e equipamentos para projetos de desenvolvimento (ROCCA, 2012, p. 23). Tanto a Igreja Católica quanto a Comunidade de Santo Egídio, bem como a esquerda política italiana, mantinham relações de longa data com esse país da África Austral. Aliás, os contactos da FRELIMO com a esquerda italiana são anteriores à própria independência. No intuito de angariar aliados para pressionar o Governo moçambicano, Andrea Riccardi e Matteo Zuppi, membros da Comunidade de Santo Egídio, organizaram um encontro do arcebispo moçambicano com o então líder do Partido Comunista Italiano (PCI), Enrico Berlinguer, tendo em vista que o Governo italiano mantinha um relacionamento estreito com a FRELIMO. O partido havia lançado uma proposta de "compromisso histórico" entre comunistas e católicos, que visava dar à Itália um Governo estável e progressista e vedava discriminações baseadas em critérios ideológicos contra crentes e religiões.

A partir dessa década, a Igreja Católica começou gradualmente a recuperar o seu espaço de intervenção no âmbito social. A sua força moral foi-se impondo, denunciando arbitrariedades tanto do Governo quanto da guerrilha e apelando à paz. Nesse processo de aproximação, a Igreja Católica chegou a preparar um encontro surpresa entre Samora Machel e João Paulo II, em 1985, e, por volta de 1987, o Papa concedeu uma audiência ao presidente Joaquim Chissano, que culminou com a sua visita a Roma. Joaquim Chissano, aproveitando o encontro, convidou o Papa João Paulo II a visitar Moçambique, convite que foi aceito.

A organização preocupou-se em promover o diálogo entre a Santa Sé e o Governo moçambicano, e o seu envolvimento nos esforços para promover o diálogo entre os beligerantes ganhou impulso após a visita do Cardeal Etchegaray a Moçambique, em 1987, e da visita pessoal do Papa, em 1988. Importa salientar que, em 1987, a Comunidade de Santo Egídio solicitou à RENAMO a libertação da Irmã Lúcia, portuguesa de 65 anos, raptada pela guerrilha em 3 de dezembro. A religiosa foi efetivamente libertada na data combinada, em 25 de abril de 1988, num local previamente estabelecido, na fronteira entre Moçambique e o Malawi (ROCCA, 1998, p. 65).

Dom Jaime Gonçalves relatou a situação de sufocamento da Igreja moçambicana, e Berlinguer, antes de sua morte, comprometeu-se a usar a sua "autoridade moral e fraternidade partidária" para persuadir a FRELIMO a remover as restrições às práticas religiosas. Berlinguer ficou muito admirado ao saber que, em Moçambique, era proibido tocar os sinos (ROCCA, 2012, p. 21). O abrandamento das tensões foi acompanhado da retirada das medidas de restrição à circulação dos religiosos e da reabertura de alguns locais de culto.

A Comunidade de Santo Egídio, apoiada pela Santa Sé e pelo Governo italiano, constitui um caso simultaneamente modelar e singular, uma vez que não apresentou retrocessos e suscitou reflexões entre especialistas sobre o papel das ONGs na mediação desse tipo de crises (BAH, 2011). A Comunidade de Santo Egídio solicitou a colaboração de alguns especialistas para assistir às negociações e aconselhar as partes nos pontos mais controversos, alguns de caráter meramente técnico, como a criação de corpos policiais ou a estrutura de comando do exército nacional a ser criado. Assim, Portugal, os Estados Unidos, o Reino Unido, a França e representantes da ONU passaram a participar dessas reuniões, contribuindo também para o avanço do processo de paz.

Após doze rodadas complexas de negociações, o AGP foi finalmente assinado em 4 de outubro de 1992 e aprovado pela Lei n.º 13/92[133], de 14 de outubro do mesmo ano. O AGP foi negociado em detalhe, envolvendo o conhecimento das causas da guerra e das

[133] Este documento é composto por sete protocolos, um comunicado conjunto de 10 de Julho de 1990, o acordo de 1 de Dezembro do mesmo ano, a Declaração do Governo de Moçambique e da RENAMO, sobre os princípios orientadores da ajuda humanitária, assinada em Roma, a 16 de Julho de 1992, bem como a Declaração Conjunta, assinada em Roma, em Agosto de 1992 (Jornal O País, 2012).

formas de sua solução definitiva, e, a partir de 1992, o dilema passou a ser diferente. De acordo com o portal oficial do Vaticano, a amizade é um traço característico de Santo Egídio, tanto internamente quanto como atitude de simpatia e atenção em nível mundial. O diálogo inter-religioso e ecumênico constitui uma das marcas dominantes da Comunidade de Santo Egídio (MARTINI, 1999, p. 11).

Esse acordo é o instrumento legal que garante a execução do entendimento entre o Governo de Moçambique e a RENAMO, desde o cessar-fogo de um conflito que durou dezesseis anos, bem como o estabelecimento de uma democracia multipartidária em Moçambique. O AGP trata-se de um instrumento jurídico que constitui a base e o cerne da edificação da paz no país. Como comunicadora, a Comunidade de Santo Egídio atuou como interface da comunicação entre o Governo de Moçambique e a RENAMO. Como facilitadora, ajudou as partes a dialogar entre si, criando um processo seguro para as discussões, proporcionando um fórum de escuta e diálogo e eliminando a desconfiança existente entre as partes. A Comunidade de Santo Egídio também desempenhou um papel importante de unificação, ajudando a negociar internamente em cada uma das partes, a reparar divisões e a desenvolver um entendimento comum de metas e objetivos.

Entre 27 e 29 de outubro de 1994, realizaram-se as primeiras eleições fundadoras, simultaneamente presidenciais e legislativas, vencidas pela FRELIMO e por seu candidato presidencial, Joaquim Alberto Chissano. As primeiras eleições multipartidárias legislativas e presidenciais foram marcadas pela paz, cujos resultados foram reconhecidos e respeitados pelos cidadãos e pelos partidos políticos concorrentes em todo o país, incluindo a RENAMO, apesar das contestações apresentadas por essa organização política, sobretudo na véspera do pleito (CABAÇO, 2005). A Comunidade de Santo Egídio, respeitada pelas partes beligerantes, foi o elemento que desbloqueou o impasse.

A Comunidade de Santo Egídio atuou em diversos processos de pacificação e resolução de conflitos, destacando-se o Acordo de Criação da Plataforma Comum de Roma para a Paz e Reformas Políticas na Argélia, em 1995; o Pacto para o Futuro da Paz na Albânia, em 1997; a Declaração Comum para a Paz na Bósnia, em 2001; o Acordo de Paz, *Compte-Rendu*, entre o Governo, CNDD, PARENA e UPRONA, no Burundi, em 2001; o Acordo Político de Ouagadougou, na Costa do Marfim, em 2007; o Acordo de Cessação de

Hostilidades e o Acordo de Prestação de Contas e Reconciliação Nacional, em Uganda, em 2006, além de outras intervenções em processos de pacificação e resolução de conflitos. Entre outras atividades desenvolvidas pela Comunidade de Santo Egídio destacam-se a administração de escolas, o ensino de idiomas para imigrantes, creches, escolas para adolescentes, abrigos para idosos, ambulatórios médicos, centros de cuidados a doentes psiquiátricos, entre outras. Uma de suas características é a realização, desde 1992, do almoço de Natal (BAH, 2011); (ROCCA, 2012).

A Comunidade de Santo Egídio constitui um exemplo de instituição religiosa da Igreja Católica Romana que, por meio do uso de técnicas de negociação e mediação baseadas na amizade, respeito, cooperação e aproximação das partes em conflito, conseguiu pacificar um conflito de difícil solução em Moçambique. Caso fossem utilizados meios baseados na força, e não meios pacíficos, o conflito não teria sido resolvido como ocorreu em Roma. Na realidade, apesar da contribuição exemplar da Comunidade de Santo Egídio, as bases do conflito moçambicano ainda permanecem, e o desenvolvimento econômico continua concentrado no sul do território. A Comunidade de Santo Egídio, apoiada por outros mediadores, conseguiu consolidar a vontade de paz nos ambientes do Governo e da guerrilha, demonstrando que não seria possível alcançar a vitória pela via militar, mas sim pela via negocial.[134] A mediação de paz de Santo Egídio foi, ao mesmo tempo, resultado de um trabalho político paciente e de um sonho utópico, atento a múltiplos e complexos elementos jurídicos, estratégicos e diplomáticos (ROCCA, 2012, p. 14).

3.4. Contributo do Conselho Cristão de Moçambique na Busca da Paz

O CCM é uma organização religiosa, ecumênica, fundada em 1948, que congrega cerca de 20 instituições, na sequência do Conselho Mundial das Igrejas Protestantes. Essa organização vem desempenhando um papel relevante na monitoria e observação eleitoral (ZITA, 2006, p. 319). O CCM incitava todas as igrejas protestantes a se organizarem em nível nacional, mesmo quando a fé católica era a religião do Estado no período colonial. O

[134] Revista Moçambique, Novos Tempos. Orgão do Departamento de Informação da RENAMO. Nº 5, Março de 1993, 24 p.

envolvimento das igrejas integrantes do CCM no processo de construção da paz em Moçambique não deixou de criar divisões no seio das lideranças religiosas. Alguns líderes religiosos do CCM de Moçambique manifestaram-se contra o seu envolvimento no processo de construção da paz, considerando que uma tarefa desse gênero não se inscrevia no âmbito da responsabilidade das igrejas. Contudo, após várias discussões no seio das lideranças religiosas, prevaleceu a posição segundo a qual a busca da paz era uma tarefa da igreja (SENGULANE, 1994).

Essa posição era defendida pelo grupo majoritário, no qual se encontrava Dinis Sengulane, Bispo da Igreja Anglicana em Moçambique. Com o estabelecimento da Comissão de Justiça, Paz e Reconciliação, na década de 1970, iniciou-se o trabalho de educação cívica acompanhado pela evangelização. Essa comissão visava o estabelecimento do diálogo com as autoridades moçambicanas e com a RENAMO. O CCM conta com três departamentos: (i) serviços ecumênicos, (ii) administração e (iii) finanças, além de atividades de caráter social de ajuda ao desenvolvimento. O CCM é uma organização moçambicana representada em todas as províncias do país por meio de suas delegações provinciais. Essa instituição religiosa tem como objetivo central servir as igrejas e associações-membro; promover a justiça social, humanitária, religiosa e econômica na sociedade à luz dos ensinamentos de Jesus Cristo; e consolidar a unidade dos cristãos e o ecumenismo por meio de programas de desenvolvimento humano.[135]

O CCM procura estabelecer relações de parceria com diferentes intervenientes, ONGs internacionais de financiamento e ONGs locais como elo na implementação dos planos de ação. O CCM não mobiliza recursos próprios suficientes para levar a bom termo as suas atividades sociais, trabalhando, assim, em parceria com diversos financiadores. Além de colaborações pontuais com a UNICEF ou de cooperações bilaterais, o CCM estabeleceu parcerias contínuas com ONGs internacionais de ajuda ao desenvolvimento, predominantemente de orientação protestante.

O primeiro sinal de mudança da política da FRELIMO em relação às instituições religiosas deu-se no final de 1979. No mês de dezembro do mesmo ano, a FRELIMO convidou líderes católicos e protestantes a participarem da 8ª Sessão da Assembleia Popular,

[135]Disponivel em: http://ecumenical-services-ccm.webs.com/. Acesso a 20/01/2024.

seguindo-se um jantar de encerramento (MORIER-GENOU, 1996, p. 59). Após esse jantar, o Governo de Moçambique concordou com a proposta das Igrejas Protestantes de que 10% dos produtos de emergência recebidos pelo CCM fossem distribuídos pela própria Igreja, e os 90% restantes pelo Departamento de Combate às Calamidades Naturais (DPCCN), criado pela propria FRELIMO.

Em 1983, uma delegação do CCM visitou a pequena cidade de Vilanculos, na província de Inhambane, onde, pela primeira vez, foi confrontada com registros de fome, de pessoas desabrigadas e com a violência resultante da guerra. Após a constatação dessa dura realidade, o CCM passou a alertar as igrejas parceiras no exterior sobre a gravidade e a generalização do sofrimento da população em decorrência da guerra. Para além das atividades estritamente religiosas, o CCM desenvolve também outras de caráter social, com o propósito de alcançar a salvação do ser humano em sua totalidade.

O CCM desenvolveu-se durante a Guerra Civil, sobretudo em razão do surgimento massivo de igrejas neoprotetantes, como nos casos das Igrejas Batista, Igreja Africana Metodista, Igreja do Nazareno, entre outras (HOMERIN, 2005, p. 35). Preocupado em atuar na busca da paz, o CCM estabeleceu a CPR, em novembro de 1984, onde pretendia dialogar com o Governo, visando à realização de conversações com a RENAMO (SENGULANE, 1994, p. 8).

A 8 de maio de 1985, o CCM dirigiu uma nova mensagem ao Governo, destacando a urgência da realização de conversações que contribuíssem para o estabelecimento da paz no país. Em 1985, o CCM enviou uma nova mensagem ao Governo, ressaltando a urgência da realização de conversações que contribuíssem para o estabelecimento da paz no país. E, durante a Quaresma, as igrejas integrantes do CCM organizaram estudos bíblicos sobre a paz para os seus fiéis. O CCM, por meio das igrejas protestantes, apelou ao Governo para que abolisse a pena de morte, afirmando que ninguém tem o direito de tirar a vida de outra pessoa e que a justificativa para sua introdução, nomeadamente o desencorajamento da violência, era claramente ineficaz (BERGH, 2009, p. 21-27).

Ainda em 1985, foi concebido o texto intitulado "*Chamado à Paz*", com o objetivo de ajudar os cristãos a se tornarem instrumentos de promoção da paz em Moçambique. Essa

iniciativa é um exemplo evidente de que o CCM estava preocupado com a guerra no país e, no âmbito da *track two diplomacy*[136], pretendia construir um caminho para a paz com atores não formais (cidadãos-crentes), a fim de influenciar o comportamento dos atores oficiais (SENGULANE, 1994, p. 9-55).

A *track two diplomacy* segundo Irae Lundin, visa à redução ou resolução do conflito, dentro de um país ou entre países, diminuindo a raiva ou a tensão existente, por meio do aumento da comunicação e de um melhor entendimento da visão do outro. Ao oferecer canais de comunicação privilegiados e até mesmo mediar acordos políticos, as ONGs podem revelar-se determinantes na busca de soluções (LUNDIN, 2016, p. 216). Por sua vez, a *track two diplomacy* segundo Joseph Montville, envolve três processos distintos, porém interdependentes:

> *O primeiro [1º] consiste na realização de 'workshops', reuniões entre líderes dos polos em conflito ou seus representantes com o objetivo de criar ou desenvolver relações pessoais funcionais entre eles naquele microcosmo, promover a compreensão do conflito na ótica do adversário e, a partir daí, buscar desenvolver estratégias comuns de se lidar com o conflito como um problema compartilhado cuja resolução (pacífica) pressupõe esforços recíprocos e cooperativos de ambas as partes envolvidas no conflito. O segundo [2º] processo envolve a sensibilização subsequente da opinião pública, visando a reduzir o senso de vitimização de cada parte e 'reumanizar' o adversário, propiciando as condições para que as lideranças possam, de forma segura, adotar publicamente*

[136] O termo *track two diplomacy* surgiu em 1982 com Joseph Montville, para descrever um amplo conjunto de contactos e interacções não oficiais com vista à resolução de conflitos. Nos primeiros anos de desenvolvimento deste conceito, o termo focava principalmente a tentativa de desenvolvimento de soluções criativas para conflitos internacionais que estavam simultaneamente a ser trabalhados (geralmente sem sucesso) ao nível oficial dos Governos, a chamada *track one diplomacy*. A *track two diplomacy* tem desempenhado um papel muito importante em vários conflitos. A *track two* se desenvolve a partir da própria realidade das relações internacionais contemporâneas. A *track two diplomacy* entendida como uma "interação oficiosa, não estruturada (...) de mente aberta, muitas vezes altruística e estrategicamente otimista", baseada na premissa subjacente de que conflitos podem eventualmente ser resolvidos apelando-se à capacidade humana de responder à boa vontade e à razoabilidade (DAVIDSON; MONTVILLE, 1982, p. 155). A segunda via abre canais alternativos para o diálogo entre beligerantes e possibilita maior compreensão através das linhas culturais especialmente quando as vias oficiais permanecem fechadas. Além disso, coopera com a primeira via ao injetar novas idéias, humaniza o inimigo, reduz mal-entendidos nas áreas de conflito, fortalece a sociedade civil, promove reconciliação e organiza a opinião pública para a canalização de vontade política. Este ambiente social pode levar à paz duradoura e ao desenvolvimento sustentável. A segunda via toma também forma através de uma grande variedade de atores não governamentais de diferentes orientações ideológicas, religiosas, doutrinárias, tipos de fundos, graus de independência e procedência de seus membros engajados na prevenção, resolução, reconciliação e mediação de conflitos. Estes atores variam quanto ao escopo de ação espacial e envolvimento internacional, regional, nacional ou local e, dentro de cada conjunto é possível constatar magnitudes e heterogeneidades crescentes quanto às ações tomadas visando à resolução de conflitos. Ao mesmo tempo, verificam-se denominadores comuns: o desenvolvimento sustentável, a autodeterminação e o fortalecimento da sociedade civil (MCDONALD, 1991); (DAVID, 2000); (WEHRENFENNIG, 2008, p. 82).

> *passos em direção à pacificação sem minar suas bases de apoio social. O terceiro [3º] e último processo é também o único que seria, na visão do autor, dispensável - apesar de extremamente importante. Seria o desenvolvimento econômico cooperativo entre as partes, que forneceria incentivos, suporte institucional e uma continuidade aos processos políticos e psicológicos precedentes para que não se retorne ao conflito (MONTVILLE, 1991, p. 164).*

Ademais, as práticas da *track two diplomacy* enfatizam muito mais as relações interpessoais do que propriamente as institucionais e normalmente envolvem (ainda que não exclusivamente) um terceiro agente no papel de mediador. Os agentes, ainda que atuem como representantes de organizações, corpos políticos ou outras coletividades afins, agem pessoalmente: valem-se ou aceitam do prestígio pessoal, da confiança e da sinceridade como chave para "destravar" um conflito instalado (MACDONALD, 1991, p. 1; WEHRENFENNIG, 2008, p. 82).

Em 1987, o CCM endereçou uma carta ao Presidente Joaquim Chissano, destacando a necessidade da realização de um diálogo entre o Governo e a RENAMO com vistas a pôr fim ao conflito que dilacerava o país. Nessa carta, os líderes do CCM reiteraram a disposição de utilizar seus recursos e sua influência junto aos fiéis e irmãos, dentro e fora do país, com o objetivo de buscar a paz e o progresso nacional. Em dezembro do mesmo ano, os líderes religiosos do CCM foram recebidos por Joaquim Chissano, após o envio de uma terceira carta. No encontro, os líderes do CCM insistiram na necessidade do diálogo com os moçambicanos envolvidos no conflito. Contudo, a insistência do CCM na necessidade do Governo de Moçambique diálogar com a RENAMO revela, de forma clara, que a *track two diplomacy*, mesmo diante da intransigência governamental, não é necessariamente inibida pelo poder político ou constitucional (SENGULANE, 1994, p. 13); (BERGH, 2009, p. 24).

Em janeiro de 1988, o CCM iniciou seus contactos com vistas à localização da liderança da RENAMO, de modo a persuadi-la a entrar em negociações com o Governo para o fim do conflito. Em fevereiro de 1988, houve uma delegação do CCM e representantes da Igreja Católica que esteve em Washington para contactar a RENAMO. Esta foi a primeira vez que houve uma ação conjunta entre o CCM e a Igreja Católica a esse respeito. Em maio e outubro de 1988, uma delegação composta pelos e dois arcebispos

Arcebispos Eméritos[137], Dom Jaime Gonçalves[138] e o clérigo Dom Dinis Sengulane[139] (Bispo Anglicano), Reverendo Osias Mucache (Presbiteriano), Dom Alexandre Maria dos Santos e Dom Jaime Pedro Gonçalves, no âmbito da implementação da *track two diplomacy,* tiveram contactos com as autoridades do Quênia para buscar assistência de modo a contatar a RENAMO. Entre abril e dezembro de 1988, os líderes religiosos do CCM deslocaram-se, em ocasiões diferentes, a Nairóbi, onde estabeleceram contactos com Betwell Kiplagat, Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros queniano, tendo em vista a localização da liderança da RENAMO.

Nessa mesma delegação, o CCM convidou para essa missão o Arcebispo da Igreja Católica em Maputo, Alexandre Maria dos Santos, uma vez que a Conferência Episcopal de Moçambique já havia se pronunciado publicamente a favor do diálogo entre o Governo moçambicano e a RENAMO (SENGULANE, 1994, p. 14 e 15). Em agosto de 1989, em Nairóbi, teve lugar outro encontro entre os líderes religiosos do CCM, da CEM e o Presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama. Nesse encontro, segundo Dinis Sengulane, Dhlakama solicitou aos líderes religiosos que puxassem tanto o Governo quanto a RENAMO para um diálogo genuíno com vistas à paz (SENGULANE, 1994, p. 21).

---

[137] Arcebispo emérito: é o arcebispo que renuncia ao Governo de uma arquidiocese, em geral, ao completar 75 anos de idade.

[138] Dom Jaime Gonçalves, (Nova Sofala, 26 de Novembro de 1938 - 6 de Abril de 2016) arcebispo Emérito da Beira. Em 1969, fui enviado ao Canadá para estudos em Ciências Sociais. Depois, em 1970, fui a Roma para continuar os estudos em Ciências Sociais e também para estudar ou frequentar a Universidade Salesiana de Roma para estudos em Ciências de Educação. Diplomei-me nessas ciências, licenciei-me em Ciências Sociais e bacharelei em Teologia pela Universidade Dominicana em Roma. Em 1975 regressei ao país e em 1976 fui sagrado Bispo e até hoje sou Bispo na Beira. Em 1984 fui feito Arcebispo e agora já sou Arcebispo Emérito, retirado do cargo de Arcebispo da Beira. Depois dos estudos primários ingressou no Seminário de Zóbué, em Tete. Posteriormente frequentou os Seminários Maiores de Namaacha e Malhangalene, em Maputo, onde estudou a filosofia e teologia. Trabalhou pela Paz em Moçambique, em nome da Conferência Episcopal de Moçambique e do Vaticano, de 1985 a 1992. Dom Jaime Gonçalves foi um dos primeiros africanos do clero católico de Moçambique, "a quem a colonização portuguesa tinha negado a formação de uma igreja autóctone, com receio que esta se tornasse num veículo de nacionalismo indígena." Censuravam-no por ser favorável à ideia política de autodeterminação e sua ordenação como presbítero foi adiada e por isso, foi mandado para fora de Moçambique para estudar. Dom Jaime Gonçalves, considerou também que a guerra em Moçambique aconteceu por causa de algumas medidas e atitudes, uma deliberadas outras não, tomadas pela FRELIMO depois da Independência, como por exemplo: (i) falta de experiência; (ii) enquadramento forçado; e (iii) mudança de mentalidades. O Arcebispo da Beira foi ameaçado por duas figuras do regime, na passagem de ambas pela província de Sofala como Ministros-Residentes, pelas suas openiões sobre o regime, esteve em prisão domiciliaria muitas vezes e disse que a dada altura era preciso "fazer qualquer coisa, a situação de Moçambique atingia contornos impossiveis" (*Mocambique da Guerra e Da Paz* (2016) - Moçambicano).

[139] Em entrevista com Bispo Dom Dinis Sengulane, Mediador/Observador das negociações entre o Governo de Moçambique e a RENAMO. Entrevista realizada no dia 12 de setembro de 2024.

No dia 31 de agosto de 1989, o Governo de Moçambique informou aos religiosos que havia sido constituída uma comissão de mediadores para as conversações com a RENAMO, com vistas ao fim do conflito. No final de agosto, os mediadores conseguiram levar doze pontos (ver anexo VII) para serem discutidos na mesa de negociação. Não se tendo alcançado nenhum acordo no mesmo dia, em resposta, a RENAMO apresentou seus dezesseis pontos (ver anexo VII), que trouxe para o Governo. O CCM queixou-se da retirada de sua comissão das negociações, mantendo-se a Igreja Católica, que no passado foi acusada de colaborar com os colonialistas portugueses e de apoiar e colaborar com os guerrilheiros da RENAMO. No segundo semestre de 1991, uma delegação do CCM reuniu-se com Joaquim Chissano, a quem apresentou a preocupação com a lentidão do processo de paz e com a continuidade da guerra, informando ao chefe de Estado moçambicano sobre a intenção de fazer chegar a mesma inquietação ao líder da RENAMO.

Entre 1990 e 1992, o CCM, mesmo tendo sido afastado, continuou a estabelecer contatos com as partes em conflito. Com essa ação, o CCM pretendia apoiar a aceleração do processo negocial e o desbloqueio de impasses que dificultavam o alcance da paz na mesa de negociações. Posteriormente, a delegação do CCM constituída por Dinis Sengulane, João Somane Machado, Bispo da Igreja Metodista Unida em Moçambique, e Lucas Amosse, Pastor da Igreja de Cristo, encontrou-se com Afonso Dhlakama, no Maláui, a quem manifestaram a preocupação em ver acelerado o processo de paz (SENGULANE, 1994, p. 29).

O CCM passou a envolver-se mais abertamente na preparação para a paz, junto à população no interior do país e nos campos de refugiados, preparando as pessoas para a paz e a reconciliação nacional. O CCM participou de vários programas nacionais de educação cívica e de reconciliação. Falava com as populações para que perdoassem os que retornavam da guerra, embora as feridas e sequelas causadas pela guerra ainda pudessem estar presentes dentro da Comunidade. Assim, a reconciliação e o perdão eram, no início, as questões mais importantes e pertinentes (BERGH, 2009, p. 29).

Depois de várias rodadas de negociação, a FRELIMO e a RENAMO assinaram o Acordo de Paz no qual reconheciam, nomeadamente, os seguintes pontos e princípios: a constituição de uma comissão de supervisão e de acompanhamento do processo de paz,

composta por representantes do Governo, da RENAMO, das Nações Unidas e de outras instituições, mediante o acordo das partes. Apesar de todas as contradições e atrasos, foi assinado o cessar-fogo em 1992, em Roma, no dia 4 de outubro, pondo fim à guerra que durou cerca de dezesseis anos e causou muita destruição. Contudo, as confissões religiosas julgaram necessário contribuir na preparação do povo para a escolha daqueles que deveriam assumir a governação do país e empenharam-se com solicitude na educação cívica das populações com vistas às eleições. O CCM denominou seu programa de "Preparação para a Paz", cujo objetivo principal era "a preparação dos cidadãos para uma reconciliação no seio da família moçambicana" (BALOI, 1995, p. 512).

Outro contributo do CCM trata-se do projeto "Transformação de Armas em Enxadas" (TAE), que consiste basicamente na recolha de armas de fogo em troca de utensílios de trabalho. O CCM lançou esse projeto denominado TAE para desarmar o público que ainda possuía armas. Ainda que encerrando uma dinâmica própria, essa iniciativa articula-se com o projeto do Governo, nomeadamente a Operação Rachel, por razões técnicas óbvias, e com o projeto do TAE (SENGULANE, 1994, p. 63).

O CCM anualmente reúne-se em uma conferência e, a cada quatro anos, esta é encarregada de designar o Secretário-Geral do CCM, que se reúne de três em três meses com o Senado do Conselho, ou seja, com os chefes religiosos, a fim de ser "aconselhado" sobre o projecto que devem ser implementado para a construção da Paz. O Secretário-Geral é a autoridade executiva do CCM. Graças a uma implantação territorial muito ramificada, alcançando as zonas mais afetadas pelos conflitos armados, as igrejas protestantes penetraram no coração da sociedade moçambicana, sobretudo onde o aparelho estatal não estava presente. O CCM, durante a guerra, foi, aliás, solicitado pelas autoridades para o encaminhamento da ajuda de emergência: medicamentos, víveres, entre outros bens de ajuda humanitária nas zonas de conflito (HOMERIN, 2005, p. 36).

De acordo com o relatório anual do CCM de 2004, sobre a proliferação de armas em Moçambique, esse relatório refere que o mesmo não ajudou as pessoas a confiar no processo de Construção e Manutenção da Paz no país. Dito por outras palavras, a proliferação de armas não ajudou as pessoas a confiar no processo de Construção da Paz em Moçambique. Ademais, face a essa desconfiança, o CCM levou a cabo a denominada

Operação Rachel em Moçambique. Importa sublinhar que, a Operação Rachel foi desencadeada a partir de 1995, depois da retirada da ONUMOZ e um ano após a implantação do sistema democrático liberal na África do Sul (RANCHAZE, 2013, p. 36).

A princípio, a Operação Rachel estava também a cargo da Polícia da República de Moçambique (PRM) e da polícia sul-africana, a *South African Police Service* (SAPS). Contudo, de acordo com o entrevistado, a Operação Rachel contribuiu para a criação de uma rede de informações para ajudar as forças policiais a localizar os esconderijos ilegais de armas da RENAMO e de particulares que as detinham para sua própria segurança. A base para o início dessas operações foi o Acordo de Cooperação para a Assistência Mútua no Combate ao Crime, assinado em março de 1995 entre os Governos sul-africano e moçambicano, e entre 1995 a 2001, ela conseguiu recuperar uma grande parte de material bélico que se encontrava ainda nas mas dos atores envolvidos no conflito e de uma parte significativa da população residente em zonas rurais[140], conforme o quadro (5) nos apresenta.

Quadro 5: Armas Recolhidas pelas Operações Rachel de 1995 a 2001

ARMAS	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Armas de fogo	1120	475	5584	4385	1755	2394	2803
Pistolas	8	13	78	353	208	18	65
Minas Anti-pessoais	96	577	518	410	28	129	48
Minas terrestres	3	4	4	0	0	1	0
Granadas de mão	407	66	336	5201	210	496	266
Detonador de Granada	0	0	153	0	0	0	0
Detonadores	0	0	602	0	0	0	30
Morteiros	379	230	3726	21	6	70	1065
Lançadores	43	292	79	72	5	55	54
Projeteis	202	59	2340	5039	99	422	385
Explosivos	219	51	83	923	98	39	1CASE
Canhões	6	17	13	1	0	8	2
Munições	23182	136631	3000000	156161	108973	100509	477000
Magazines	344	577	3674	1317	1524	1290	1170
Outros Acessórios	1008	694	301	0	0	0	599

Fonte: Hennop (2001, p. 6-9); Zeca (2021).

De 1995 a 2003, os esforços do TAE resultaram na recolha de milhares de armas de fogo em depósitos secretos de armas em Moçambique. O quadro (5) apresenta o número de

[140] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de Abril de 2025, em Maputo - Cidade.

armas recolhidas entre 1995 e 2001 (HENNOP, 2001, p. 1-2). Entre os anos de 1995 e 2001 foram descobertos 600 esconderijos de armas e foram levadas a cabo várias operações, no âmbito da Operação Rachel. As partes envolvidas nessa Operação tinham interesses e motivações específicas, mas bastante convergentes, em que, para o Estado moçambicano, o interesse estratégico dessa operação era a destruição de esconderijos de armas contendo os restos da guerra e a limitação das redes criminais entre os dois Estados, no quadro do desarmamento geral nacional, enquanto que, para a África do Sul, esta operação estava mais voltada para o combate ao crime violento e urbano que caracterizava o seu Estado (LEÃO, 2004, p. 372).

A Operação Rachel foi concretizada, assim, depois que o Presidente Nelson Mandela aceitou o pedido do Presidente Joaquim Chissano e assinou um Acordo para o efeito, em março de 1995 (ZECA, 2012, p. 374). A Operação Rachel centrou-se na união de seus esforços e iniciativas de desarmamento, que foram complementadas, em Moçambique, por iniciativas da sociedade civil, como foi o caso do TAE, materializado pelo CCM, e visavam complementar o trabalho inacabado pela ONUMOZ. Esse programa, tal como as Operações Rachel, contou com apoios da Comunidade Internacional, sobretudo das Nações Unidas, enquanto mecanismo para construir e manter a paz em Moçambique.

O CCM, sabendo que o processo de desarmamento não abrangeu as armas envolvidas na guerra, lançou um projeto denominado TAE para desarmar o público que ainda possuía armas. O TAE é pouco comum por ser um projeto de desarmamento inteiramente administrado pela sociedade civil. O projeto TAE implica, no entanto, uma atuação mais ampla de divulgação e sensibilização comunitária, envolvendo as mais diversas estratégias, desde palestras, seminários, pintura, escultura, teatro etc. O TAE, além de contribuir para a recuperação de armas, representa um dos pontos fortes que a Igreja possui na construção e na manutenção da paz em Moçambique.

3.5. Contributo da Comunidade Muçulmana na Busca da Paz

A Comunidade Muçulmana engajou-se no processo de construção da paz em Moçambique, embora de forma mais discreta comparativamente à atuação das igrejas integrantes, a Igreja Católica e do CCM. Os muçulmanos procuraram contribuir para o alcance da paz por meio da realização de cultos e orações durante a Guerra Civil em Moçambique, e mesmo no período em que decorreram as negociações que culminaram com a assinatura do Acordo de Paz. A participação da Comunidade Muçulmana durante esse período ocorreu em diversos cultos inter-religiosos pela paz, em Moçambique, realizados em várias cidades do país . O posicionamento menos frontal do líder do Conselho Islâmico de Moçambique (CIM) pode ser explicado pelas relações de proximidade que este manteve com as autoridades governamentais, embora, em alguns momentos, tenham ocorrido situações de tensão (GONÇALVES, 2014, p. 52).

O relacionamento entre o Governo de Moçambique e a Comunidade Islamica ela foi fortalecido em 1974, quando os soldados da FRELIMO desembarcaram em Maputo. Pois, a liderança da Comunidade Islâmica, liderada pelo Sheikh Aboobacr, convidou alguns meros da FRELIMO a participar da celebração Islâmica do Eid. Alberto Cassimo e outros membros da FRELIMO participaram das celebrações do Eid na Mesquita Anuaril, em Xipamanine, localizada nos arredores da cidade de Maputo. O Eid simboliza a peregrinação anual a Meca, a cidade santa do islamismo, prescrita no quinto mandamento do Islã. Sua celebração compreende cinco dias de cerimônia não apenas em Meca, mas também em Medina e Arafat, outras cidades santas da religião Islâmica (TEMPO, 1989, p. 8).

Entretanto, no contexto da celebração, as senhoras Muçulmanas da mesma mesquita foram autorizadas a preparar refeições para os soldados da FRELIMO em um dos quartéis da cidade de Maputo. Contudo, esse ato contribuiu, de certa forma, para aproximar os soldados da FRELIMO da Comunidade local em geral e da Comunidade Muçulmana em particular. Esse fato, após a proclamação da independência nacional, contribuiu para a construção e consolidação da amizade entre o Sheikh Aboobacr, líder do CIM, e o Presidente Samora Machel. No final da década de 1970, o Governo liderado pela FRELIMO disponibilizou duas aeronaves das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) para o transporte de cidadãos moçambicanos muçulmanos que participariam da peregrinação a Meca, fortalecendo, assim, sua relação com o CIM. Na primeira metade da década de 1980,

após a realização da reunião denominada "*Consolidemos aquilo que nos une*" entre as confissões religiosas, o partido FRELIMO e o Estado, o líder do CIM continuou a manter contatos com os embaixadores dos países árabes acreditados em Moçambique, onde repisou que o país era um Estado laico, mas reafirmava que nele existia liberdade religiosa.

Diante desse cenário, o Sheikh Aboobacr, por meio de seus contatos diplomáticos com os Estados árabes, procurou convencê-los a utilizar toda a sua influência para pôr fim à Guerra Civil em Moçambique, em vez de alimentá-la. A iniciativa do Sheikh Aboobacr surgiu na sequência da circulação de notícias que davam conta da existência de apoios provenientes de países árabes à RENAMO. Em 1981, a FRELIMO decidiu reconsiderar suas posições em relação ao Islã e criar uma organização nacional Muçulmana, decisão que pode ter sido influenciada pela ONG Islâmica internacional com sede na Arábia Saudita, a Liga Mundial Muçulmana, especialmente tendo em conta a crença de que os muçulmanos no norte de Moçambique estariam a apoiar a RENAMO.

Ademais, uma organização Islâmica de âmbito nacional foi criada em janeiro de 1981, convocada por Abubacar Ismael Mangira, com o objetivo de responder ao Decreto nº 12/1976 do novo Governo, que proibia associações, uma vez que a maioria dos muçulmanos estava organizada em associações desde o período colonial. Essa reunião elegeu Mangira como coordenador e, mais tarde, primeiro secretário nacional do Conselho Islâmico. A partir de dezembro de 1982, os representantes das igrejas católica e anglicana manifestaram-se abertamente sobre a necessidade de diálogo entre o Governo de Moçambique e a RENAMO para a resolução do conflito, e o Sheikh Aboobacr, líder do Conselho Islâmico de Moçambique, partilhava da mesma visão. Essa posição foi reforçada pelo aumento da violência política que se verificava em quase todo o país (GONÇALVES, 2014, p. 52-54).

Ainda em dezembro de 1982, a FRELIMO mudou radicalmente sua política em relação à religião em geral. Embora a reunião de instalação do Conselho tenha ocorrido anteriormente, ele só foi oficialmente legitimado em 1983. Observa-se que essa oficialização ocorreu após o lançamento de outra organização Islâmica nacional

denominada CIM (Sunita)[141], que aglutinava um grupo quase autônomo de organizações, incluindo a maioria das associações e confrarias pré-coloniais, como as ordens sufis e as Comunidades Islâmicas sunitas indianas, todas partilhando uma posição anti-wahhabista[142].

Na primeira metade da década de 1980, particularmente no período posterior ao encontro entre as confissões religiosas e a liderança do Estado moçambicano e do partido FRELIMO, o Sheikh Aboobacr, Presidente do CIM, reuniu-se, em Maputo, com o arcebispo Dom Alexandre Maria dos Santos. Essa reunião ocorreu nas instalações do arcebispado da capital moçambicana. O encontro teve como objetivo a troca de impressões sobre a situação da guerra em Moçambique. Durante a reunião, os participantes concordaram que o marxismo era um sistema ideológico distinto dos hábitos do povo moçambicano e que era necessário buscar novos caminhos para a paz e a reconciliação nacional em Moçambique.

---

[141] Os muçulmanos estão divididos em dois grandes grupos, os sunitas e os xiitas. Essas tendências surgiram da disputa pelo direito de sucessão a Maomé. Os desentendimentos entre os sunitas e os xiitas começaram com a morte de Maomé, pois os dois grupos reclamavam o direito de assumir a posição de legítimo sucessor do profeta. Essas disputas entre sunitas e xiitas se consolidaram ao longo de vinte e oito anos e provocaram a divisão do Islã. Os sunitas, que sempre em maior número, acreditam que a Revelação acabou com a morte de Maomé, e que se deve viver segundo as orientações do Alcorão, seguir a Suna (tudo o que o profeta fez e disse) e esperar o final dos tempos. Para os sunitas, o Califa (em árabe, Khalifha, "sucessor"), é apenas chefe do poder temporal, que deve orientar a Comunidade para viver como mandam os ensinamentos religiosos (KAMEL, 2007).

[142] O Wahhabismo é o movimento que mais exerceu influência no mundo Islâmico moderno (PLATTEAU, 2017), e para compreender a sua influência atual é necessário compreender o seu passado histórico. O movimento surgiu no século XVIII, como resultado da institucionalização de várias tendências proto-reformistas, e buscava recuperar o caminho "correto" do Islã, através da erradicação de práticas que, ao seu ver, eram contra o Corão e os ensinamentos do Profeta. Os diferentes costumes e culturas dos países muçulmanos teriam manchado o Islã, e a sua purificação era o objetivo de Muhammad Ibn Abd al-Wahhab, fundador do Wahabismo. O movimento Wahhabista originou-se dentro do âmbito político, sendo assim, não existiria autoridade religiosa no reino saudita fora do domínio do Estado e o nível de influência exercido pela autoridade política sobre a instituição religiosa seria total, de forma que a segunda teria se tornado apenas um instrumento da primeira. Por outro lado, existem também aqueles que alegam ser possível observar, historicamente, a variação de um extremo ao outro da influência exercida pelo Estado Saudita sobre a religião, havendo épocas nas quais a classe governante teve que ceder a demandas de cunho religioso de setores de oposição, e outras onde implementou políticas e reformas que desagradaram membros proeminentes da elite eclesiástica. o Wahhabismo possui origens complexas e a institucionalização da aliança entre sauditas e Wahabitas formou uma relação heterogênea, onde a divisão dos papéis entre a instituição política e a instituição religiosa raramente é delimitada, gerando uma fronteira fluida, que varia de acordo com o contexto histórico, político e social do país. Assim, pretende-se fugir de análises generalistas que simplificam o Wahhabismo, caracterizando-o como um movimento uniforme, com a finalidade de investigar as mudanças pelas quais passou, ao longo dos séculos, e o pluralismo de vozes e variadas interpretações do Islã que abrange. Para isto, irei me basear na perspectiva de Natana J. DeLong-Bas (2013), por considerar a riqueza de sua análise útil para responder a um questionamento essencial à presente pesquisa- o Wahhabismo pode se reformar e modernizar? Responder a esta questão é essencial para o cumprimento do objetivo geral desta pesquisa, o de determinar o carácter das reformas modernizantes de Mohammad bin Salman (DELONG-BAS, 2013).

Em meados da década de 1980, o CIM foi recebido por Samora Machel. Durante esse encontro, os representantes do CIM, liderados pelo Sheikh Aboobacr, manifestaram sua preocupação com a continuidade da guerra no país e com o sofrimento que esta causava à população. Nesse encontro, o CIM sublinhou a necessidade de buscar um caminho para o fim do conflito e para a paz em Moçambique. O Presidente Samora Machel, em sua resposta, afirmou que a guerra em Moçambique estava sendo travada para pôr fim à invasão provocada pelos regimes minoritários do Zimbábue e da África do Sul, com o objetivo de desestabilizar o país. Essa justificativa levou o Presidente Samora Machel a, reiterar que era necessário liquidar a RENAMO por ser o inimigo da FRELIMO, do povo e do desenvolvimento.

Em janeiro de 1985, a Comunidade Islâmica celebrou seu jubileu (50º aniversário), realizando, nesse contexto, várias atividades de caráter religioso, cultural e esportivo. A Comunidade Islâmica durante o evento, manifestou o desejo de paz, harmonia e unidade no país e apelou o membro da FRELIMO que se faziam presente, para fazerem de tudo para por fim a Guerra Civil. O CIM sublinhou ainda que a paz não significava rendição ou abdicação de seus princípios, mas sim bem-estar, harmonia e convivência entre todos moçambicanos, respeitando as diferenças sociais, religiosas, políticas, étnicas e culturais. Em resposta ao apelo à paz lançado pela Comunidade Islâmica, o Ministro das Finanças, Rui Baltazar, que participou do evento em representação do Governo, referiu que o desejo das autoridades moçambicanas era que os esforços dessa Comunidade e de outras confissões religiosas visassem a unidade nacional e se associassem ao membros da FRELIMO na luta pelo estabelecimento da paz em Moçambique (TEMPO, 1985, p. 6-7).

Portanto, competia ao CIM continuamente apelar a paz em Moçambique, pelo patrocínio dado ao partido FRELIMO e pelas ONGs Islâmicas internacionais, o que reverberou em confrontos violentos entre seus seguidores comuns. Em agosto de 1989, os líderes religiosos da CEM e do CCM deslocaram-se para Nairóbi. De lá, entraram em contato com a liderança da RENAMO. Ademais, alguns membros da Comunidade Islâmica, ao tomarem conhecimento do deslocamento, comunicaram-se com Joaquim Chissano, solicitando que este os autorizasse a ir ao Quênia para se juntarem aos líderes religiosos cristãos que já se encontravam no local (GONÇALVES, 2014, p. 80).

Ainda em 1989, a Comunidade Muçulmana em Maputo assinalou a celebração da festa Eid Ul-Adha com cerimônias religiosas que incluíram orações pela paz em Moçambique. Issufo Adam, Presidente da Comunidade Maometana, em sua mensagem por ocasião da festa do sacrifício, desejou sucesso ao V Congresso da FRELIMO, além de boa saúde e longa vida ao Presidente Joaquim Chissano. As instituições religiosas sempre procuraram educar e orientar homens e mulheres para uma vida de paz e concórdia. Essa ideia de educação para a paz também se transfere para várias dimensões da vida humana e dos Estados.

Entretanto, a julgar pelo momento em que tal solicitação foi feita, pode-se considerar que o envolvimento de novos atores em um processo de paz extremamente delicado poderia gerar alguma perturbação. Os líderes do CCM e da CEM haviam conseguido conquistar a confiança da RENAMO e do Governo de Moçambique por meio de um processo relativamente longo e difícil. Embora fosse útil a existência de mais segmentos da sociedade moçambicana apoiando os esforços para a paz, segundo alguns entrevistados, houve unanimidade ao afirmar que o momento era bastante complicado e poderia revelar-se inadequado ou, pelo menos, arriscado para envolver outros atores no processo.[143]

Também ficou claro que, mesmo mantendo boas relações com o Governo da FRELIMO, a Comunidade Islâmica não conseguiu participar de forma direta no processo de negociação que levou à assinatura do Acordo de Paz. Tal postura por parte do Governo de Moçambique leva igualmente à conclusão de que a Comunidade Islâmica permaneceu à margem do processo de negociação, apesar de representar uma parte significativa da sociedade no sul, centro e, principalmente, no norte de Moçambique, epicentro da guerra de libertação nacional e do conflito no período pós-colonial. Contudo, embora o CIM não tenha participado diretamente do processo de negociações de paz, em virtude do poder econômico que já possuía, conseguiu que sua delegação fosse uma das primeiras a chegar a Roma, Itália, para testemunhar a cerimônia de assinatura do AGP, em 4 de outubro de 1992.

[143] Entrevista efectuado ao Prof. Dr. Carlos Mussa, no dia 22 de Maio de 2025, no Centro de Interpretação do IPHLLN, em Maputo - Cidade.

O caráter profundamente descentralizado da religião Islâmica em Moçambique facilitava o surgimento de contradições entre diferentes interesses no seio da Comunidade Muçulmana, levando, não raras vezes, a divisões que poderiam conduzir ao fracasso do processo de paz. Pois, de acordo com António da Costa Gaspar, de modo geral, "o processo de paz em Moçambique recebeu a contribuição de moçambicanos de várias sensibilidades políticas, religiosas e étnico-linguísticas. A assinatura do AGP foi o culminar de um processo que durou dois anos de intensas negociações. A Comunidade Muçulmana, apesar de não ter estado diretamente representada na equipe de mediação, penso que contribuiu indiretamente e, embora não como a Igreja Católica, acolheu os esforços do processo, sobretudo na consolidação da paz no país"[144].

Carlos Mussa por sua vez, afirma que "a Comunidade Muçulmana não se envolveu diretamente no processo de assinatura do Acordo de Paz de Roma. No entanto, houve membros da Comunidade Muçulmana que apoiaram o Governo da FRELIMO com ideias sobre como garantir uma reconciliação nacional inclusiva. Outros doaram recursos ao Governo de Moçambique para apoiar o processo de paz. Destaca-se que, quando a equipe de negociação e o Presidente Joaquim Chissano em representação ao partido FRELIMO e Afonso Dlhakama, lider da RENAMO, chegaram a Roma para a assinatura do Acordo de Paz, os representantes do CIM já la se encontravam, demonstrando seu interesse em ver o conflito chegar ao fim"[145]. Este interesse todo apresentado pelos membros do CIM, de acordo com o nosso entrevista, surge pelo facto deles já movimentarem a economia moçambicana, e o término do conflito poderia trazer grandes benefícios para seus negócios.[146]

Contudo, as ações da Igreja Católica, do CCM e do CIM concorreram para a abertura do Governo e da RENAMO ao processo negocial que culminou na assinatura do acordo. A Igreja Islâmica pregava o perdão, a reconciliação e o amor, porém as pessoas

[144] Entrevista efectuado ao António da Costa Gaspar, no dia 2 de Abril de 2025, em Maputo - Cidade. António Gaspar foi ex-conselheiro político do Presidente da Rpública. Exerceu o cargo de Director do Centro de Estudos Estratégico Internacional da Universidade Joaquim Chissano (CEEI-UJC). Foi docente de longa experiência de Relações Internacionais no Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), actual Universidade Joaquim Chissano (UJC).

[145] Entrevista efectuado ao Prof. Carlos Mussa, docente da Universidade Pedagógica de Moçambique, efectuado no dia 22 de Maio de 2025, no Centro de Interpretação do IPHLLN, em Maputo - Cidade.

[146] Entrevista efectuado ao Prof. Carlos Mussa, docente da Universidade Pedagógica de Moçambique, efectuado no dia 22 de Maio de 2025, no Centro de Interpretação do IPHLLN, em Maputo - Cidade.

continuaram a esconder muitas armas como espinha dorsal de sua segurança. Esse fato tornou o processo de paz instável, e muitas Comunidades continuaram dominadas pelo medo. As ações da Comunidade religiosa constituíram-se, inicialmente, como pressão sobre as partes em conflito e, posteriormente, como incentivo para o alcance de um entendimento que pusesse fim à guerra.

Pode-se concluir que as ações da Comunidade religiosa contribuíram para despertar entre as partes em conflito a percepção de que os custos da prossecução de iniciativas unilaterais para a satisfação de seus objetivos eram excessivamente elevados e insustentáveis, sendo a solução baseada na cooperação e no diálogo a melhor alternativa para o sucesso pretendido. Não se pode excluir, também, a possibilidade de que as pressões da Comunidade religiosa, o cansaço das partes e o fim da Guerra Fria tenham fortalecido as posições dos defensores de uma solução negociada do conflito, tanto no seio do Governo quanto da FRELIMO e da RENAMO.

O processo de paz que envolve múltiplos atores além dos governos - organizações religiosas, sociedade civil, ONGs internacionais, comunidades locais - criando múltiplas vias paralelas de diálogo e construção de confiança. Em Moçambique, as igrejas foram cruciais exatamente por sua neutralidade política credível e capacidade de acesso às duas partes através de redes pastorais.

As instituições religiosas - Igreja Católica, Conselho Cristão de Moçambique, Comunidade de Sant'Egidio - foram os mediadores mais eficazes do processo de paz moçambicano. Sua neutralidade política credível, redes capilares, visão de longo prazo e capacidade de construção de confiança gradual tornaram-nas insubstituíveis. As igrejas possuíam neutralidade política credível - não tinham interesses geopolíticos como os governos internacionais. Suas redes pastorais alcançavam tanto áreas controladas pela FRELIMO quanto pela RENAMO, permitindo acesso direto às duas partes beligerantes através de canais informais de confiança. A Comunidade de Sant' Egidio conduziu 27 rodadas de negociação entre 1990 e 1992, construindo confiança gradual entre FRELIMO e RENAMO. O Bispo Dom Dinis Sengulane e o CCM mediaram diálogos locais durante e após a guerra, criando espaços de encontro entre comunidades divididas.

Iniciado pelo CCM e Bispo Sengulane, o projeto TAE recolheu mais de 700.000 armas de guerra e as transformou literalmente em ferramentas agrícolas (enxadas, pás). É um dos exemplos mais belos e eficazes de reconciliação simbólica, reconhecido. A *multi-track diplomacy* (diplomacia de múltiplas vias) desenvolvida em Moçambique - combinando mediação estatal, religiosa e civil - tornou-se modelo para conflitos africanos futuros. A 'fórmula Romana' de Sant' Egidio provou que organizações da sociedade civil podem mediar conflitos de escala nacional com mais eficácia do que Governos. Ao contrário da comunidade internacional focada em ciclos eleitorais e agendas diplomáticas de curto prazo, as igrejas mantinham visão de longo prazo para a reconciliação nacional. Compreendiam que a paz exigia décadas de construção de confiança, não apenas cessação imediata das hostilidades.

3.6. Contributo da Comunidade Internacional no Acordo Geral de Paz

Cabe salientar que tanto os Estados Unidos quanto a URSS, bloco do qual a Rússia fazia parte, tiveram envolvimento direto, logístico e ideológico, nas guerras civis, não apenas em Moçambique, mas também em muitos países ao redor do mundo, no contexto da Guerra Fria. A primeira etapa da negociação teve como marco a mediação do Vaticano, entre 1989 e 1990, por intermédio da organização Santo Egídio e do Governo italiano. Na etapa seguinte, o processo passou à responsabilidade da ONU. De acordo com Branco (2011), o envolvimento da diplomacia norte-americana foi essencial para assegurar a presença da ONU na operacionalização do acordo de segurança, garantindo a ligação com o Conselho de Segurança (BRANCO, 2011, p. 98).

O processo de paz moçambicano envolveu uma multiplicidade de atores internacionais, assumindo um grande número de tarefas por um período determinado, desde a criação de condições técnicas, materiais e psicológicas para a reaproximação e negociação entre os beligerantes, passando pelo desarmamento e assistência financeira e humanitária, reassentamento de refugiados, monitoramento e condução de eleições, apoio à implementação do Acordo de Paz entre os ex-beligerantes, até o apoio institucional mais amplo, como, por exemplo, o fortalecimento das instituições democráticas, como o

parlamento e os partidos políticos. A intervenção da Comunidade Internacional foi fundamental na medida em que poderia fornecer os recursos necessários para a realização das tarefas complexas e onerosas previstas no Acordo de Paz, como a desmobilização dos elementos do exército governamental e da RENAMO e a respetiva reintegração social, o repatriamento da população refugiada e deslocada, a preparação das primeiras eleições multipartidárias e a reconstrução das infraestruturas econômicas e sociais destruídas durante a guerra.

Os incentivos incluíram a facilitação da mediação, a criação de condições de trabalho e de comodidade para a RENAMO na capital do país, como, por exemplo, casas, escritórios e viaturas, além de compensações financeiras. Igualmente, o envolvimento da ONU e o envio de forças estrangeiras de *peacekeeping* eram vistos pelo Governo como uma qualificação implícita da sua soberania. O Governo considerava importante a intervenção da Comunidade Internacional no processo de implementação do AGP, na medida em que esta poderia representar uma pressão para um maior comprometimento da RENAMO com a manutenção da paz em Moçambique (MACQUEEN, 2001, p. 68).

A Comunidade Internacional interveio encorajando a criação de arranjos institucionais que motivassem a RENAMO a participar pacificamente da construção e consolidação do Estado. Essa proposta encontrou uma série de obstáculos no seio do Governo e do próprio partido FRELIMO. Em primeiro lugar, considerava-se contraproducente à construção da Democracia, pois, nesses contextos, caberia ao partido vencedor definir como e o que fazer para formar um Governo inclusivo e que refletisse a unidade nacional. Em segundo lugar, foi vista como um esforço que visava fragilizar a posição do partido no poder. Todavia, nenhum quadro oriundo da RENAMO foi nomeado para exercer qualquer função no Governo ou nas empresas públicas e participadas pelo Estado. Sublinha-se que, para os membros da FRELIMO, tal Governo deveria ser tecnocrata, isto é, composto por personalidades e figuras competentes, independentemente da sua filiação político-partidária.

O processo de privatizações permitiu que muitos deixassem o Governo para o setor privado e que comprassem negócios em concursos públicos, abertos internacionalmente e controlados pelo Banco Mundial. Criou-se, assim, o embrião de uma classe nacional com

capital, porém muito pequena. Tal ocorreu logo após o processo de paz, razão pela qual os membros da RENAMO ficaram afastados desse processo e os negócios acabaram nas mãos de pessoas ligadas à FRELIMO. Por meio desses encontros, todos os atores internacionais-chave eram amplamente informados sobre o processo de paz moçambicano, e as diferentes visões entre eles eram coordenadas antes do envio dos relatórios às respectivas capitais. Desse modo, os representantes dos diferentes Estados e organizações em Moçambique enviavam às suas capitais relatórios que refletiam uma análise política comum e abrangente sobre o processo de paz.

A Comunidade Internacional assumiu uma posição e ação unificada em relação ao processo de paz em Moçambique. Assim, evitaram-se divergências internacionais que poderiam comprometer negativamente a implementação do Acordo de Paz. A intervenção da Comunidade Internacional em Moçambique insere-se no contexto de uma ordem geopolítica em transformação, caracterizada por um ativismo renovado por parte das Nações Unidas, em particular pelo desejo de expandir seu papel em países periféricos, em busca de sucessos organizacionais que demonstrassem sua capacidade de enfrentar novos desafios no pós-Guerra Fria (CRAVO, 2012).

A Comunidade Internacional desejava um processo de paz menos longo e desgastante, mas compreendeu que este poderia ser acelerado não pela imposição de ultimatos à RENAMO, e sim auxiliando-a a organizar um discurso político e a expressar de maneira razoável seus receios e preocupações no período pós-guerra (ROCCA, 2012, p. 13). O centralismo político adotado por alguns membros da elite da FRELIMO (VIEIRA, 2011), de certa forma, contribuiu para a retração da Comunidade Internacional, de tal modo que o ímpeto inicial foi reduzido, canalizando-se grande parte dos fundos ao Estado, controlado pela FRELIMO. Grande parte da assistência destinada à construção do Estado acabou nas mãos do partido no poder, sendo utilizada para obtenção de vantagens políticas, o que, na realidade, prejudicou a criação de uma Democracia multipartidária, como era desejado pela Comunidade Internacional.

A ideia central era superar os impactos da guerra e estabelecer os pilares para a paz. Como se pode depreender, o objetivo central da presença internacional não foi a democratização [do território], mas sim a pacificação e a estabilização do país (CAHEN,

1998, p. 5), conforme se fundamenta mais adiante nas leituras críticas sobre o papel da Comunidade Internacional em Moçambique. A Comunidade Internacional, por sua vez, pretendia esvaziar o poder do Estado com base em três pressupostos: (1) a utilidade de Forças Armadas poderosas em um ambiente internacional e regional sem nenhuma ameaça iminente ao Estado moçambicano não era justificável; (2) dado que na região predominavam regimes democráticos, não havia hipótese de Moçambique enfrentar agressão de qualquer de seus vizinhos, pois Democracias não se agridem; e (3) Moçambique deveria investir em programas sociais e não nas Forças Armadas (MALACHE, 2002, p. 47).

A Comunidade Internacional construiu as premissas políticas, psicológicas e institucionais para que das negociações emergisse uma paz efetiva, permitindo que as partes se adaptassem às regras do sistema jurídico-diplomático resultante do processo. Dada a ausência de concorrência de interesses geoestratégicos por parte das potências internacionais e regionais, Moçambique passou a ser visto pela Comunidade Internacional como uma oportunidade ímpar para a edificação de um processo de pacificação bem-sucedido. A cooperação crescente entre o Governo e a RENAMO na construção do AGP e, sobretudo, no processo de sua implementação contribuiu para incentivar o engajamento da Comunidade Internacional no apoio ao processo de pacificação do país. Aldo Ajello encontrou grande receptividade junto ao então Secretário-Geral da ONU, Boutros-Ghali, que impulsionou os países doadores a contribuírem com recursos humanos e financeiros. Os atores internacionais criaram um conjunto de incentivos para a liderança da RENAMO como forma de encorajá-la à desmobilização e à adoção de compromissos políticos de paz.

Os longos atrasos observados no processo de desmobilização, desarmamento e reintegração social dos ex-combatentes, a resistência de Afonso Dhlakama em fixar-se em Maputo, preferindo permanecer em Maríngue, e a apresentação de novas demandas durante a implementação do AGP reforçaram os receios da Comunidade Internacional quanto à possibilidade de ressurgimento da guerra após uma eventual derrota eleitoral da RENAMO. Tal como ocorreu em Angola, em 1992, após as primeiras eleições multipartidárias marcadas pela derrota da UNITA e de seu líder, Jonas Savimbi, essas preocupações levaram ao surgimento de vozes no seio da Comunidade Internacional, especialmente entre

os Estados ocidentais, defendendo o estabelecimento de um Governo de Unidade Nacional (GUN) em Moçambique no período pós-eleitoral, de modo a evitar que uma possível derrota da RENAMO conduzisse o país a um novo conflito.

A Comunidade Internacional insistia na criação de um GUN para permitir maior inclusão e partilha do poder entre a FRELIMO e a RENAMO. O GUN seria materializado por meio de acordos pré-eleitorais entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO. Assim, por exemplo, o partido vencedor indicaria o presidente, e o segundo partido mais votado indicaria o vice-presidente. Por sua vez, os governadores provinciais seriam propostos pelo partido vencedor em cada província. A FRELIMO rejeitou a formação do GUN, expressando, assim, seu desejo de manter o controle do Estado e preservar sua própria concepção de Democracia, segundo a qual teria direito a governar sozinha após vencer as eleições de 1994 (CAHEN, 1998); (VIEIRA, 2011).

A estratégia de exclusão mútua foi confirmada no contexto que mediou a assinatura do AGP e a realização das primeiras eleições, quando, na tentativa de garantir a paz e a estabilidade no pós-conflito, por um lado, e assegurar que nenhuma das partes, em caso de derrota eleitoral, ficasse à margem do poder, por outro, a Comunidade Internacional propôs a criação do GUN. Os Estados Unidos e outros Governos ocidentais passaram a pressionar o Governo da FRELIMO no sentido de construir um acordo pré-eleitoral com a RENAMO visando o estabelecimento do GUN. Aproveitando-se dessa pressão internacional, a RENAMO começou a apresentar-se como um partido defensor da unidade e da reconciliação nacional, argumentando que, em caso de vitória eleitoral, tomaria a iniciativa de constituir o GUN.

Para fortalecer essa ideia, em maio de 1994, Afonso Dhlakama convidou os partidos políticos da oposição não armada para uma reunião na cidade de Xai-Xai, província de Gaza, durante a qual defendeu a constituição do GUN após as eleições, apresentando o seguinte argumento: “Todo e qualquer processo de reconciliação nacional envolve a constituição de um GUN e nasce da ideia de que aquilo que une as forças políticas que o compõem é muito mais forte

do que aquilo que as separa… Para mim, não haverá distinção entre vencedores e vencidos, e a melhor resposta é, mais uma vez, a constituição do GUN"[147].

Essa proposta não encontrou eco no seio do Governo e do partido FRELIMO. Em janeiro de 1994, Joaquim Chissano, em resposta à crescente pressão ocidental, considerou que a negociação de um acordo multipartidário pré-eleitoral para a formação do GUN representaria uma distorção da Democracia. Para Chissano, competia ao partido vencedor das eleições definir as ações destinadas a assegurar a estabilidade e a unidade nacional. Adicionalmente, Chissano ressaltou o seguinte: "Alguns observadores internacionais até parecem querer dizer que a Democracia não serve na África. Outros parecem arrependidos por terem propagado a aceleração da implementação da Democracia multipartidária"[148]. Em primeiro lugar, a FRELIMO considerava a proposta contraproducente à construção da Democracia, pois, nesses contextos, caberia ao partido vencedor definir como e o que fazer para formar um Governo inclusivo e que refletisse a unidade nacional. Tal Governo, em sua ótica, deveria ser tecnocrata, isto é, composto por personalidades e figuras competentes, independentemente de sua filiação político-partidária. Em segundo lugar, a proposta foi vista como um esforço para fragilizar a posição da FRELIMO, conforme descreveu um quadro sênior do partido em sua obra lançada em 2011, intitulada Participei, Por Isso, Testemunho:

> *Num jantar, na residência de um dos mais eminentes embaixadores ocidentais, o meu amigo Abdul Carimo Issá estava comigo, o chefe de uma delegação estrangeira chegou ao desplante de, com veemência sugerir que designássemos para presidente da Assembleia da República uma personalidade [da RENAMO] que nem sequer se candidatara a deputado. Embora embaraçosa a situação, porque presente a tal personalidade, de que omito deliberadamente o nome, com paciência expliquei repetidas vezes, que isso constituía uma violação gravíssima a Constituição, que impunha que o presidente da Assembleia se elegesse de entre os deputados que tomaram posse. […] Fiquei com a sensação de que importava esvaziar de conteúdo os resultados eleitorais, porque constituía para eles objetivo essencial o desaparecimento da FRELIMO. Chegou-se a preconizar que os cidadãos votassem em Chissano para Presidente e votassem RENAMO e no referente aos deputado […] (VIEIRA, 2011, p. 704).*

[147] *Jornal Savan*a. Discurso de Afonso Dhlakama no encontro dos partidos políticos, em Xai-Xai, 26 de maio de 1994, ao Savana, 27 de maio de 1994.
[148] *Jornal Savana*, Deve haver ou não compromisso sobre o Governo de unidade nacional? Isso é pôr a charrua em frente dos bois, afirma o Presidente da República ao Savana, 21 de janeiro de 1994.

Os políticos moçambicanos acolheram positivamente o apoio da Comunidade Internacional, mas rejeitaram a possibilidade de criação de um GUN, como ocorrera na vizinha África do Sul. A leitura do Governo da FRELIMO e de suas elites era a de que se tratava de uma tentativa de imposição de modelos de governança, configurando uma das mais grosseiras, indecentes e violentas ingerências nos assuntos internos do país. A pressão crescente da Comunidade Internacional pela formação do GUN aumentou as desconfianças das autoridades moçambicanas e das elites dirigentes da FRELIMO, que viam a proposta de partilha de poder como parte de esforços voltados à fragilização e ao desaparecimento do partido (VIEIRA, 2011, p. 704).

A insistência da Comunidade Internacional no estabelecimento de um acordo pré-eleitoral para a criação do GUN contribuiu para o aumento das desconfianças do Governo em relação às suas intenções em Moçambique. No seio da FRELIMO, ampliou-se a percepção de que a pressão para a criação do GUN revelava a intenção da Comunidade Internacional de favorecer a RENAMO em detrimento do partido no poder.

Em outubro de 1994, Pascoal Mocumbi, Ministro dos Negócios Estrangeiros, durante a 49ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, afirmou que as autoridades moçambicanas e a FRELIMO defendiam que o partido vencedor das eleições deveria formar um executivo que, considerando os altos interesses da nação, selecionasse indivíduos competentes, independentemente de sua filiação partidária, a fim de preservar a paz e a estabilidade no país. Na mesma ocasião, Pascoal Mocumbi ressaltou que a Comunidade Internacional e os signatários do AGP não deveriam se desviar dos princípios legais e políticos do Acordo de Paz. Pascoal Mocumbi apelou à Comunidade Internacional para que encorajasse as partes signatárias do AGP a implementá-lo. À margem da Assembleia Geral da ONU, Pascoal Mocumbi reuniu-se com Boutros-Ghali, com quem discutiu a questão do processo de paz em Moçambique. Durante o encontro, o Secretário-Geral da ONU rejeitou a ideia de que estivesse pressionando o Governo moçambicano a assinar um acordo prévio sobre o GUN.[149]

[149] *JornaL Notícias*, discursando ontem nas Nações Unidas, Mocumbi apela ao mundo que não renegoceie AGP, Notícia do dia 5 de outubro de 1994. *Jornal Notícias*, Ghali rejeita pressão ao Governo sobre GUN, 5 de outubro de 1994.

A ausência de capacidade ou de vontade do partido no poder de optar por uma orientação política de inclusão dos adversários, especialmente por meio da criação de formas negociadas de partilha de poder e de colaboração política, comprometia a consolidação da paz. A ausência desse tipo de prática (Governo de Unidade) fez com que o processo de transição política para o sistema democrático não fosse, de fato, concluído enquanto não ocorresse a alternância política do poder por meio de eleições (COSTA, 1995).

A rejeição da proposta do GUN resultou das seguintes razões: primeiro, a FRELIMO estava otimista quanto à vitória eleitoral. Não tendo sido possível a derrota militar da RENAMO, uma vitória eleitoral da FRELIMO teria enorme significado simbólico e político; segundo, para a FRELIMO, a aceitação do GUN representaria o reconhecimento da legitimidade política da RENAMO e de sua luta, algo que o partido governamental pretendia evitar. Em razão do otimismo em relação a uma vitória eleitoral inequívoca, a FRELIMO defendeu de forma inegociável a posição de que caberia ao vencedor das eleições constituir o Governo.

A elite política da FRELIMO ressaltou que o futuro Governo seria constituído por homens e mulheres competentes, que não precisariam ser necessariamente todos do partido vencedor. De certo modo, essa mensagem constituiu uma resposta às preocupações que haviam levado a Comunidade Internacional a propor o GUN. Diante da disposição manifestada pelo Governo da FRELIMO em não marginalizar a oposição após as eleições e em assegurar sua participação ativa na vida política do país, a Comunidade Internacional abandonou, ou ao menos suavizou, as exigências relativas ao estabelecimento do GUN.

Joaquim Chissano assumiu igualmente o compromisso de constituir um Governo com a missão de garantir a estabilidade política, integrando indivíduos competentes independentemente de sua filiação partidária. A RENAMO e seu líder viram-se, assim, obrigados a moderar a exigência de partilha de poder, passando a concentrar-se exclusivamente na conquista do poder por via eleitoral. Continuando, queriam desesperadamente fazer com que a paz funcionasse e tentaram criar as condições necessárias, mas reconheceram sua falta de experiência e capacidade limitada. Para Tomás

Viera Mário[150] "o apoio aos partidos políticos, sobretudo aos da oposição, por parte da Comunidade Internacional fundamentava-se na ideia de construir uma oposição ativa e capaz de fazer frente ao longo domínio da FRELIMO".

A Comunidade Internacional desejava um processo de paz menos longo e desgastante, mas compreendeu que ele poderia ser acelerado não pela imposição de ultimatos à RENAMO, e sim pelo apoio à organização de um discurso político que permitisse a expressão, de forma razoável, de seus receios e preocupações no período pós-guerra. Além disso, estava interessada em apoiar o fim do conflito e canalizou recursos financeiros nesse processo (ROCCA, 2012, p. 13).

A Comunidade Internacional construiu as premissas políticas, psicológicas e institucionais para que das negociações emergisse uma paz que se pretendia efetiva e que permitisse às partes adaptarem-se às regras do sistema jurídico-diplomático resultante do processo. Contudo, a boa vontade dos ex-beligerantes quanto à implementação do Acordo de Paz parece ter contribuído para uma maior mobilização do apoio internacional, na medida em que os Estados tendem a se envolver em operações de apoio à paz com maior probabilidade de sucesso. A Comunidade Internacional, dispondo de amplos recursos financeiros, canalizou cerca de um bilhão de dólares para Moçambique entre 1993 e 1994, com o objetivo de favorecer as atividades de manutenção da paz e a transição do país para eleições multipartidárias, que ofereciam às duas partes adversárias não apenas critérios jurídicos para se confrontarem de forma civilizada, mas também uma inteligência e uma linguagem comuns, isto é, o espírito de Roma, para avançar no caminho da paz (ROCCA, 2012, p. 12).

Após o Acordo de Paz, a Comunidade doadora identificou o apoio às eleições locais como uma das prioridades da assistência internacional, sob coordenação do PNUD. As eleições de 1994 foram financiadas em 95% pela Comunidade doadora, e a missão de paz da ONU permaneceu no país até 1995, quando foi realizada a primeira eleição democrática multipartidária. Ademais, essa postura considerada sábia permitiu a plena concretização da

[150] Tomás viera Mário. Jurista, e Jornalista, que participou como correspondente da Agência de Informação de Moçambique (AIM) na cobertura das negociações do AGP, em Roma, em 1992. Entrevista realizada em Maputo, 4 de agosto de 2016 na STV.

paz moçambicana, estimando-se que o custo total das eleições, incluindo o recenseamento eleitoral, tenha sido de 41 milhões de dólares (HANLON, 1999).

A criação de um expressivo fundo fiduciário de 10 milhões de dólares, gerido pela ONUMOZ, destinado ao financiamento dos partidos políticos, sobretudo dos partidos da oposição, e à sua participação nas eleições. A participação do Brasil no contexto da ONUMOZ em Moçambique ocorreu após a aprovação dessa missão pelo Conselho de Segurança, que emitiu um comunicado solicitando sua colaboração. O Brasil respondeu positivamente ao pedido do Secretário-Geral Boutros Boutros-Ghali quanto ao envio de tropas brasileiras a Moçambique. Ademais, o Brasil contribuiu para o processo eleitoral moçambicano por meio da atuação de Walter Porto, assessor do Presidente do Congresso Nacional Brasileiro (CNB), que atuou como juiz nas primeiras eleições moçambicanas (FONTOURA, 2005, p. 216).

Moçambique promoveu a integração entre as diferentes forças presentes no terreno com vistas à promoção, no país, de uma forma de paz orientada para o desenvolvimento. A Comunidade Internacional, dispondo de amplos recursos financeiros, canalizou cerca de um (1) bilhão de dólares para Moçambique, especialmente para a RENAMO, com o intuito de favorecer as atividades de manutenção da paz e a transição para eleições multipartidárias, oferecendo às duas partes adversárias não apenas critérios jurídicos para o confronto civilizado, mas também uma inteligência e uma linguagem comuns, isto é, o espírito de Roma, para avançar no caminho da paz (ROCCA, 2012, p. 12).

Os programas de apoio internacional, ao se concentrarem particularmente na transformação da RENAMO em partido político e no fortalecimento das instituições nacionais em um país com pouca experiência multipartidária, subestimaram o contexto histórico. Acrescente-se que o Governo sofria pressões econômicas e políticas por parte da Comunidade Internacional, que defendia a urgência de uma agenda de paz. O objetivo central da presença internacional foi sempre a pacificação e a estabilização do país (CAHEN, 1998, p. 5), conforme se fundamenta nos parágrafos anteriores sobre o papel da Comunidade Internacional em Moçambique. Os incentivos promovidos pelos doadores no período pós-conflito contribuíram, de certa forma, como apoio motivacional aos ex-beligerantes da RENAMO. De fato, a excessiva preocupação em concentrar as lideranças

da RENAMO em Maputo partiu do pressuposto de que seus seguidores estariam igualmente acomodados, o que não se confirmou. Contudo, embora apreciável para aqueles que dela se beneficiaram, o fundo era muito limitado para qualquer partido de oposição que não fosse a RENAMO (CAHEN, 1998).

Assim, o debate em torno da partilha do poder político concentrou-se, em primeiro lugar, na governação transitória (AGP, Protocolo V; III, nº 9, ver anexo VIII), ou seja, na indicação de dirigentes administradores e chefes de postos administrativos da RENAMO nas zonas que esta controlava, como nas províncias centrais de Sofala, Manica, Zambézia e Nampula; e, em segundo lugar, no sistema presidencialista e de representação proporcional. Este último garantiria a divisão proporcional de assentos no Conselho Constitucional, no Conselho de Estado e nas diferentes comissões da Assembleia da República (ROCCA, 2012).

A habilidade do Presidente Joaquim Chissano em manter encontros frequentes e informais, como tomar café com Afonso Dhlakama, fazia parte desse processo de inclusão, controle e, simultaneamente, de desgaste da imagem da RENAMO e de sua liderança, cuja consequência seria o seu desaparecimento gradual. O Presidente Joaquim Chissano atuava simultaneamente como cordeiro e como lobo. Por um lado, sua atuação integrava uma estratégia diplomática mais ampla, voltada a consolidar o aparente sucesso da transição democrática, demonstrando que o Governo da FRELIMO era favorável à construção de instituições democráticas e inclusivas e, portanto, comprometido com a paz. Por outro lado, Chissano conseguiu contornar grande parte das desconfianças iniciais manifestadas pela Comunidade Internacional, a ponto de esta propor o GUN (ROCCA, 2012); (WEIMER, 2020).

A intervenção da Comunidade Internacional no processo de implementação do Acordo de Paz desempenhou um papel relevante na criação e no fortalecimento da capacidade do Estado moçambicano para executar as tarefas complexas previstas no acordo, nomeadamente a desmobilização e reintegração social dos combatentes do Governo e da RENAMO, a formação de um novo exército unificado, o retorno de deslocados e refugiados de guerra, a realização das primeiras eleições multipartidárias e a reconstrução

nacional. Da mesma forma, essa intervenção constituiu uma garantia credível para os ex-beligerantes de que o Acordo de Paz seria respeitado.

A Comunidade Internacional exerceu um papel de importância fundamental no processo de paz em Moçambique, desde a reaproximação das partes até a assistência técnica, logística e a reconstrução no período pós-conflito. A Comunidade Internacional sempre se opôs ao poder político e administrativo centralizado dominado pela FRELIMO e considerou a descentralização como uma forma de governação necessária não apenas para facilitar o crescimento econômico e o uso mais eficaz e eficiente dos recursos, mas também para a partilha do poder com a oposição interna e para proporcionar maior participação e autonomia local (WALTER, 1999, p. 127); (WEIMER, 2012).

A ajuda internacional foi suficientemente generosa e diversificada, garantindo ao Governo certa margem de independência, pois sempre que um doador ameaçava suspender ou reduzir sua contribuição, o Governo encontrava outros países ou instituições dispostas a suprir a lacuna. Os estudiosos do pensamento não colonial consideram a "teoria da dependência", que teve impacto na América Latina e concebe a dependência como um sistema global de desigualdades diretamente ligado às relações de subordinação entre países. Os autores dessa teoria chamam a atenção para a forma "como as economias subdesenvolvidas se vincularam historicamente ao mercado mundial e como se constituíram os grupos sociais internos que passaram a definir as relações com o exterior que o subdesenvolvimento supõe" (CARDOSO e FALETTO, 1973, p. 24).

Segundo Michael Cahen, o Governo da FRELIMO explorou de maneira bastante habilidosa essa competição entre doadores, buscando preservar seu habitu. O jogo diplomático subsequente enfraqueceu, ainda que temporariamente, não apenas a posição da Comunidade Internacional, mas também a da RENAMO, ao inviabilizar a criação de um arranjo institucional pré-eleitoral que permitisse a partilha do poder. A Comunidade Internacional investiu na reconstrução de instituições centrais sem a devida preocupação em edificar instituições locais que permitissem a democratização do território (CAHEN, 1998); (CRAVO, 2012).

A própria Comunidade Internacional, que apoiou em grande medida a RENAMO, passou a queixar-se do comportamento de Afonso Dhlakama, que se recusava a enviar para cursos de formação quadros de nível mais elevado e com maior potencial técnico para fortalecer o partido. A Comunidade Internacional, que inicialmente teria sido o principal suporte da RENAMO do ponto de vista ideológico, gradualmente passou a se desinteressar do apoio político necessário para que o partido se consolidasse e participasse plenamente da vida política moçambicana. Para isso, contribuiu o fato de a Comunidade Internacional ter chegado a Maputo e encontrado uma FRELIMO mais liberal, que não ofereceu resistência aos seus interesses econômicos. Essa aliança contribuiu não apenas para a fagocitação da RENAMO e de seu líder, como também não criou condições para a construção de instituições que promovessem inclusão, participação e fortalecimento da cidadania. Foi com base nesses fatores que Joaquim Chissano conseguiu fortalecer a imagem do país e seu status privilegiado como exemplo bem-sucedido de transição da guerra para a paz (WEIMER, 2012).

A Comunidade Internacional considerou a descentralização uma forma de governação necessária não apenas para facilitar o crescimento econômico e o uso mais eficiente dos recursos, mas também para a partilha do poder com a oposição interna e para proporcionar maior participação e autonomia local. O país não conseguiu maximizar a ajuda externa, em especial a proveniente dos Governos britânico, português e francês, destinada à formação de oficiais superiores e subalternos responsáveis pela gestão institucional, bem como ao treinamento de recrutas de ambos os lados.

A partir das primeiras Eleições Autárquicas (1998) e das segundas Eleições Gerais (1999), o apoio dos doadores e seus programas passaram a concentrar-se principalmente na capacitação institucional das autarquias e da governação local, no planejamento e nas finanças descentralizadas e, mais recentemente, nas relações intergovernamentais, sobretudo a partir do início da primeira década do novo milênio, cada vez mais associadas ao projeto estratégico de redução da pobreza definido nos sucessivos Planos de Ação para a Redução da Pobreza (PARP's) (2001-2005) (WEIMER, 2012, p. 104). Contudo, o apoio internacional à descentralização mostrou-se disperso, pouco coordenado, aleatório e

fragmentado, tanto em termos temporais e geográficos quanto em relação ao enfoque temático, à abordagem técnica e ao financiamento.

O desempenho de Moçambique foi utilizado como exemplo de sucesso pelo FMI, pelo Banco Mundial e pela Comunidade de doadores internacionais. Essa aproximação entre o Governo da FRELIMO e a Comunidade internacional levou Joseph Hanlon a classificar Moçambique como o "queridinho dos doadores" (HANLON, 2010). O país também foi retratado como um caso de sucesso de reconstrução pós-guerra (ASTILL-BROWN e WEIMER, 2010), sobretudo em função da estabilidade política após o acordo de paz e dos indicadores macroeconômicos que demonstravam uma recuperação econômica significativa em relação ao período anterior às reformas de liberalização econômica (HANLON, 2012); (MASCHIETTO, 2016, p. 119).

Desde 1994 até os dias atuais, a FRELIMO permanece no poder tanto na Presidência da República quanto na maioria da Assembleia da República. A RENAMO também adotou uma postura semelhante, considerando os partidos surgidos após a Constituição de 1990 como criações da FRELIMO. A ausência de um GUN desde a adesão de Moçambique ao sistema democrático multipartidário deixou marcas profundas no processo de governação do Estado moçambicano.

O Governo não cedeu às pressões internacionais para instituir o GUN e adotou um sistema eleitoral que consagra um jogo de soma zero entre as partes, impedindo a construção de um sistema de governação inclusivo e de ampla pluralidade de expressão. A ajuda internacional foi suficientemente generosa e diversificada, proporcionando ao Governo da FRELIMO certa independência, pois sempre que um doador ameaçava suspender ou reduzir sua contribuição, o Governo de Moçambique encontrava outros países ou instituições dispostas a preencher essa lacuna. Segundo Michel Cahen, o Governo da FRELIMO explorou essa competição entre doadores de forma bastante habilidosa, buscando preservar seu habitu (CAHEN, 1998).

Os programas de apoio internacional, ao se concentrarem particularmente na transformação da RENAMO em partido político e no fortalecimento das instituições nacionais em um país com pouca experiência multipartidária, subestimaram o contexto

histórico. Some-se a isso o fato de o Governo sofrer pressões econômicas e políticas por parte da Comunidade Internacional, que defendia a urgência de uma agenda de paz (CAHEN, 1998, p. 5). A mediação internacional, contudo, não se limitou ao papel da Comunidade de Sant'Egidio. O apoio de outros atores internacionais foi igualmente relevante: países como Itália, Portugal, França e Estados Unidos forneceram suporte diplomático e financeiro essencial, enquanto organizações como as Nações Unidas se preparavam para apoiar a implementação do futuro acordo.

Essa constelação de apoios internacionais criou um ambiente favorável que incentivou ambas as partes a persistirem nas negociações, mesmo nos momentos mais difíceis. Severino Ngoenha oferece uma perspetiva filosófica sobre o papel da mediação religiosa, ao argumentar que a Igreja introduziu no processo uma dimensão transcendente que permitiu às partes elevar-se acima de seus interesses imediatos e considerar o bem comum da população. Essa capacidade de inspirar uma visão mais ampla e generosa foi fundamental para superar os impasses técnicos que, periodicamente, ameaçavam comprometer as negociações.[151]

[151] *Moçambique: 50 anos de turbulência*. Depoimento recolhido na Conferência Internacional Moçambique e as Indepedência dos Países Africano de Lingua Oficial Portuguesa (PALOP), realizado nos dia 19 e 20 de junho de 2025, das 9-00 horas as 17 horas, no Centro Cultural Moçambique-China, em Maputo - Cidade.

CAPÍTULO IV: DO ACORDO GERAL DE PAZ ÀS PRIMEIRAS ELEIÇÕES GERAIS

Com o desfecho dos conflitos políticos e ideológicos no final da década de 1980 e no início da década seguinte, conduzido pelos EUA e pela URSS, duas potências que polarizaram o mundo em decorrência da Guerra Fria, seus efeitos repercutiram nos países denominados de terceira onda da Democracia. Assim, com a dissolução do bloco do Leste, simbolizada pela queda do Muro de Berlim, e a consequente perda de influência internacional, foram criadas as bases para um amplo processo de mudanças políticas na África. O Acordo de Paz constitui um marco decisivo na história de Moçambique, sobretudo na sua passagem da guerra para a paz. Esse acordo constitui um bem comum que deve ser preservado por todos os moçambicanos.

Decorridos vinte anos de paz, Moçambique encontra-se em processo de consolidação das instituições democráticas, de desenvolvimento econômico, prosperidade social e construção nacional, em um ambiente de reconciliação nacional, diálogo e tolerância mútua nos diversos segmentos da vida social e política. Não obstante os vários benefícios e frutos da paz, existem ainda diversos constrangimentos e desafios que Moçambique enfrenta para a edificação de uma paz estável e duradoura. Portanto, para analisar a questão da paz em Moçambique, resta-nos examinar como esse conceito foi simbolicamente articulado no discurso dominante. Levando isso em consideração,

proponho neste trabalho realizar uma análise cruzada utilizando a literatura de várias áreas distintas (Ciência Política, Relações Internacionais, Sociologia Política e História), não com intenção comparativa, mas analítica.

Passados vinte um anos da assinatura do Acordo Geral de Paz de Roma, em 1992, houve indícios de retorno à violência organizada a partir de 2012, por parte de guerrilheiros da RENAMO que não foram integrados ao exército moçambicano, como preconizavam o Protocolo III (Princípios Eleitorais)[152]; o Protocolo IV (Questões Militares)[153] e o Protocolo VII (Conferência dos Doadores) do referido acordo. Essa situação tem criado certa instabilidade no país. Portanto, este capítulo explora as estratégias adoptadas pela membros da FRELIMO e pela RENAMO para processo e negociação para o alcance da paz em Moçambique ao longo do tempo.

4. Acordo Geral de Paz

Moçambique conquistou sua independência nacional após dez anos de luta armada de libertação nacional contra a ocupação estrangeira imposta pelo sistema colonial português. Após a descolonização, em 1975, o Estado recém-independente viu-se confrontado com um novo conflito político-militar que durou cerca de 16 anos. Com o intuito de pôr fim à guerra, o Governo de Moçambique e a RENAMO iniciaram negociações. Os acordos foram assinados no dia 4 de outubro de 1992, em Roma, entre Joaquim Alberto Chissano, então Presidente da República de Moçambique (1986-2005), e Afonso Dhlakama, então presidente da RENAMO, na presença do ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália e de Robert Mugabe, Ketumile Masire, George Saitoti, Roelof Botha, John Tembo e Ahmed Haggag. Posteriormente, o AGP viria a ser transformado em lei, Lei nº 13, de 14 de outubro de 1992.

---

[152] Este protocolo versa sobre os princípios que permitiram a elaboração da lei eleitoral e realização de eleições gerais; e estabelece princípios básicos do exercício da liberdade de imprensa, de expressão, de associação, entre outros, direitos democráticos dos cidadãos consagrados na Constituição da Republica de 1990.

[153] Este protocolo contempla questões militares, que culminaram com criação do Exército Moçambicano único (FADM) na proporção equitativa de 50%, por parte, isto é, dos 30 mil homens, metade seria para cada uma das partes, o que não aconteceu.

A guerra em Moçambique assumiu proporções alarmantes, impulsionada pela intolerância política, conflitos político-militares, perseguição política e lutas incessantes pelo poder. Essa violência política consistiu no uso da força bruta para eliminar opositores ou aqueles que possuíam ideias divergentes, a fim de reprimir o direito de manifestação e silenciar aqueles que representam os *voiceless* (sem voz). Diante disso, surge a seguinte indagação: por que tem falhado a construção, consolidação e manutenção da paz em Moçambique? A partilha do poder, a erosão da legitimidade, mudanças constitucionais, processos eleitorais e o acesso aos recursos emergem como algumas das causas imediatas que têm levado Moçambique à beira do recrudescimento do conflito.

A motivação da pesquisa do tema reside no fato de procurar compreender os contornos de como as instituições religiosas conseguiram influenciar o Governo de Moçambique e a RENAMO a assinarem os Acordos de Paz de 1992, bem como verificar se não teria sido possível permitir a participação de outras vozes nesse processo, em uma situação em que as tentativas de vários Governos e organizações internacionais haviam fracassado, devido ao elevado nível de desconfiança e ao calculismo das principais partes em conflito, além das influências externas com interesses no conflito, como era o caso do regime do apartheid na ex-Rodésia do Sul e da África do Sul, que apoiavam a RENAMO.

O Acordo de Paz assinado entre o representante do Governo de Moçambique e o representante da RENAMO não foi um acordo de partilha do poder. Entretanto, no contexto do tema da presente tese de doutorado e da principal questão que esta se propõe a discutir e responder, é importante sublinhar que o Acordo de Paz permitiu a pacificação e a estabilização do país, mas não preparou as bases para a democratização do território e, por conseguinte, para a paz estrutural. Moçambique é referido pela Comunidade internacional como um caso de sucesso relativamente à transição para décadas de paz estável e precária, com tendência à paz duradoura, e como um exemplo a ser seguido por outros processos de paz. Essa visão construída externamente contrasta com a avaliação social, econômica e política hoje prevalecente.

O Acordo de Paz em Moçambique foi elaborado com o objetivo de pôr fim a conflitos sangrentos e prolongados. O Acordo de Paz, também conhecido como Acordo de Roma, teve como partes signatárias o Governo de Moçambique e a RENAMO, sob a

mediação e facilitação da Comunidade de Santo Egídio e do Estado italiano (VINES, 1996). No âmbito da implementação desse acordo, em 1994 realizaram-se as primeiras eleições legislativas e presidenciais multipartidárias, cujos resultados foram reconhecidos e respeitados pelos cidadãos e pelos partidos políticos em todo o país, incluindo a RENAMO, apesar das contestações apresentadas por essa organização política, sobretudo na véspera das eleições. Dito de outra forma, um marco desse processo foi a realização das primeiras eleições multipartidárias, nas quais o partido FRELIMO, com seu candidato presidencial, venceu o pleito. A construção e manutenção da paz em Moçambique resume-se na seguinte equação:

> *Competição política eleitoral + integração militar + Desmilitarização, Desarmamento e Reintegração, conhecido como Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR). Esta fórmula da paz, anteriormente mencionada, permaneceu intacta por um período longo de 20 anos. De fato, o país vivenciou um período de aparente estabilidade política, o que permitiu a atração de diversos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE). A observância e o sucesso desta fórmula eram condições necessárias para o êxito da implementação do AGP (BRITO, 2014).*

O AGP foi assinado em 4 de outubro de 1992, em Roma, e serviu para pôr fim ao conflito intraestatal em Moçambique, que envolveu o Governo, representado pela FRELIMO, contra um grupo organizado no território moçambicano, a RENAMO. O AGP procurou tratar das questões militares, políticas e humanitárias. Ele consistiu em sete (7) protocolos acordados ao longo do processo de negociação, além de um certo número de comunicados e declarações conjuntas. Cada um dos protocolos buscou abordar e satisfazer os interesses variados de todos os envolvidos, sobretudo da FRELIMO e da RENAMO. Em termos gerais, o AGP estabeleceu o seguinte: (i) um cessar-fogo entre o Governo e a RENAMO; (ii) garantia dos direitos humanos básicos, incluindo a liberdade de imprensa; (iii) formação de partidos políticos e realização de eleições; (iv) formação das FADM e desmobilização dos soldados do Governo e da RENAMO que não pudessem servir na força de defesa nacional unificada; (v) independência do poder judiciário; (vi) concentração da RENAMO e das forças governamentais em assembleias; (vii) repatriamento e integração de refugiados e pessoas deslocadas.

Um dos principais objetivos do AGP era pôr fim à guerra civil e incluía encerrar o regime monopartidário que, oficialmente, já havia terminado em janeiro de 1990, iniciando-

se, assim, o multipartidarismo, como etapa de transição ao regime democrático. A busca do entendimento consistia na superação das divergências, permitindo a consolidação da identidade nacional. As partes comprometiam-se, assim, a respeitar a unidade nacional como um todo estruturado, a identidade e a legitimidade das eleições multipartidárias, bem como os princípios da democracia internacionalmente reconhecidos e a estabilidade política como garantia do desenvolvimento socioeconômico. Esse fato abriu espaço para que, dois anos depois, concretamente entre 27 e 29 de outubro de 1994, se realizassem as primeiras eleições fundadoras, simultaneamente presidenciais e legislativas, vencidas pela FRELIMO e por seu candidato presidencial, Joaquim Alberto Chissano.

O AGP foi um acordo que, conforme demonstrado acima, apresentava uma série de compromissos a serem respeitados pelas partes envolvidas, mas cuja realidade revelou a existência de ocultação de alguns desses princípios, o que agravou sobremaneira as condições de retorno aos conflitos. A título de exemplo, o desarmamento e a integração das forças residuais da RENAMO no Exército moçambicano sempre foram um tema inacabado. As dificuldades de implementação dos termos do acordo levam-nos a considerar o AGP como mais um exemplo da precariedade sucessiva da instauração da paz em Moçambique. A força com que o AGP se apresentou encontra-se nas "reformas políticas que reconhecem a RENAMO como um partido político legítimo e na adoção de regras eleitorais e administrativas que lhe permitem existir como partido político" (BEKOE, 2008, p. 29).

O AGP visou à gestão, isto é, a pôr fim ao emprego da violência direta em Moçambique, deixando de lado a necessidade de transformar os sentimentos envolvidos na relação entre as partes do conflito. Duas décadas depois, Moçambique vive um cenário de autêntico retorno à guerra, com ações de violência armada que contrariam o discurso da "história de sucesso" na implementação do AGP e na construção da paz no país. A aparente discrepância entre o AGP e sua implementação, para António Gaspar, é algo normal. Os acordos de paz expressam as vontades e interesses das partes em conflito em pôr fim às hostilidades militares. Esse foi o caso de Moçambique. A história está repleta de exemplos de fracassos de acordos de paz, como se observa no caso do Oriente Médio.

Não é verdade que o AGP preveja a partilha do poder entre o Governo e a RENAMO. Existem, sim, dispositivos nos protocolos acordados e assinados em que o

acesso ao poder se dá por meio de eleições gerais regulares, ou seja, de cinco em cinco anos. O vencedor governa. A noção de partilha do poder nunca foi consensual durante as negociações em Roma. Existe, sim, a fraseologia sobre a reconciliação nacional, razão pela qual o dia 4 de outubro é feriado nacional, por ter sido o dia da assinatura do AGP, em 1992. O retorno ao conflito violento não tem relação com a partilha do poder, a menos que se queira referir à bicefalia acordada sobre as FADM, o que constitui outro assunto.[154]

Em 17 de outubro de 2012, Afonso Dhlakama, líder da RENAMO, fixou nova base militar no Parque da Gorongosa, na província de Sofala, e, a partir daí, surgiu novamente o clima de animosidade bélica entre a RENAMO e a FRELIMO, caracterizado por ataques e sabotagens mútuas. Volvidas duas décadas após a assinatura do AGP, em Roma, o mesmo passou a ser objeto de discórdia entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO. O Governo da FRELIMO defende que o acordo se esgotou com a realização das eleições gerais e multipartidárias, em 1994, e com a criação de uma Constituição da República democrática que incorporou todos os aspectos do acordo, a RENAMO sustenta que o acordo foi aplicado na letra e não no espírito que norteou a sua assinatura. Um dos principais aspectos que divide os antigos signatários do acordo diz respeito à força residual da RENAMO que não passou pelo DDR, uma vez que foi estabelecido no AGP que a mesma seria responsável pela proteção do Presidente da RENAMO.

A partir de Gorongosa, Afonso Dhlakama, para fortalecer o seu poder e conseguir concessões importantes por parte do Governo da FRELIMO, optou pelo retorno à violência direta. É verdade que a natureza autoritária e autocrática do partido no poder, a sobreposição entre áreas geograficamente ricas em recursos e aquelas onde a RENAMO possui forte implantação, bem como a mudança de um modelo de inclusão controlada do Presidente Chissano para outro mais excludente e centralizado do Presidente Armando Guebuza, conduziram à radicalização da RENAMO. Contudo, não é menos verdade que a situação interna da RENAMO, nomeadamente a opção de excluir todo e qualquer foco de poder que colocasse em causa o *status quo* do seu líder, acelerou a sua redução à insignificância política. A insatisfação da ala militar, agora associada à contestação dos

[154] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de Abril de 2025, em Maputo - Cidade.

resultados eleitorais, induz a direção política da RENAMO a buscar soluções compatíveis com a dimensão dos problemas em pauta.

Portanto, consciente da sua incapacidade de encontrar uma solução interna, a oposição vê-se na contingência de se reaproximar do Governo para partilhar o ônus e aliviar a pressão militar canalizada pelos seus órgãos políticos, recorrendo ao argumento da violação dos princípios do AGP. O sentimento de exclusão política, econômica e social nutrido por algumas elites nacionais que não intervêm no processo de tomada de decisão ou que não dispõem de espaço de afirmação na atual ordem política e econômica, bem como as desigualdades sociais que se verificam ao longo do tempo, contribuem para a emergência do conflito político-militar no centro de Moçambique, mais concretamente nas províncias de Manica e Sofala, a partir de 2012. No entanto, havia urgência de um encontro ao mais alto nível para desanuviar a tensão e acelerar a implementação de possíveis decisões que seriam tomadas no decurso do encontro (PEREIRA, 1994, p. 50).

Pode-se afirmar que a paz em Moçambique era, desde há muito tempo, insustentável sob o ponto de vista do AGP.

Michel Cahen[155], na Revista *Plural* da Universidade de São Paulo (USP), "o que levou ao fim do conflito em Moçambique foram os acordos de Roma, só que eles não foram celebrados para democratizar, mas para pacificar" (CAHEN, 2013). Assim, não se pode falar de uma verdadeira paz baseada na justiça e reconciliação no período pós-conflito em Moçambique, o que permitiu a extensão de sentimentos negativos e de injustiça, criando, dessa forma, condições para uma tensão e violência sempre presentes. Pois, no entendimento do autor, a justiça e a reconciliação são objetivos fundamentais e significativos que devem ser abordados na concepção de processos e mecanismos bem-sucedidos de construção da paz em contextos pós-conflito intraestatal.

No entanto, é imperioso "construir pontes entre pessoas comuns", superar inimizades por meio do reconhecimento de traumas e do desenvolvimento de histórias compartilhadas e empatia com os outros, aspetos centrais da construção da paz em

[155] Michel Cahen, Investigador no Centro "*As áfricas do Mundo*" da Universidade de Bordéus em França em entrevista à revista Plural da Universidade de São Paulo (Brasil), realizada por Victor Miguel Castillo de Mecedo e Joaquim Maloa em 2013.

situações pós-conflito. Em Moçambique, o processo de transição para a democracia e o estabelecimento de instituições democráticas, iniciado na década de 1990, foi um mecanismo para promover o término da guerra e garantir a paz efetiva. Assim, as eleições foram designadas no AGP como mecanismo para levar a cabo a transição. As instituições de governação eleitoral que surgiram nesse contexto foram a CNE e o STAE.

O processo de transição e implementação dos protocolos acordados no âmbito do AGP deveria ser supervisionado pela Comunidade internacional. Por isso, uma semana após a assinatura do AGP, o CSNU aprovou, por meio da Resolução 797, o estabelecimento da ONUMOZ, com até 7.500 funcionários, para realizar uma série de tarefas, incluindo monitorar e verificar a implementação do cessar-fogo, monitorar o recuo das unidades do Malawi e do Zimbábue dos corredores de transporte da Beira, Limpopo e Nacala, bem como proteger esses corredores com suas próprias forças. Também foi encarregada de monitorar o acantonamento, o DDR de cerca de 110.000 combatentes de ambos os lados, além da criação de um novo exército e do reassentamento de aproximadamente 5 a 6 milhões de refugiados e deslocados (CRAVO, 2012); (VINES, 2013).

Três acordos de paz em menos de três décadas (1992, 2014, 2019) demonstram que nenhum deles resolveu as causas estruturais do conflito. Padrão cíclico: acordo → eleições → contestação → retorno à violência → novo acordo. A paz permanece "emprestada" e precária, nunca consolidada. A paz moçambicana foi financiada massivamente pela comunidade internacional (ONUMOZ: US$ 1 bilhão). A ajuda ao desenvolvimento tornou-se condicional à manutenção da democracia formal e cessação de hostilidades. Moçambique permanece dependente: em 2019, 40% do orçamento nacional provinha de doadores externos. África do Sul criou a *Truth and Reconciliation Commission* (TRC) para confrontar o passado. O Ruanda implementou os tribunais Gacaca, processando 1,9 milhão de casos. Ambos escolheram justiça transicional; Moçambique escolheu amnésia. Esta ausência de enfrentamento do passado alimenta ressentimentos não resolvidos. O "modelo moçambicano" é frequentemente celebrado internacionalmente como caso de sucesso. A tese questiona essa narrativa: Moçambique alcançou paz negativa (cessação de hostilidades) mas não paz positiva (transformação estrutural). A singularidade do caso moçambicano está

na escolha deliberada por esquecimento, dependência externa e pactos de elite — escolhas que geram paz precária e instável.

4.1. Do Acordo Geral de Paz às Primeiras Eleições Democráticas

A democracia é o modelo hegemônico de governança política no mundo moderno e na maioria dos países. Os mecanismos que permitem o estabelecimento e o funcionamento eficiente dos sistemas políticos democráticos têm sido uma das maiores preocupações em várias áreas do saber. As intervenções do sistema eleitoral dependem permanentemente das peculiaridades de sociedades sensivelmente heterogêneas, que podem produzir resultados consideravelmente diversos, seja no formato e na dinâmica do sistema de partidos, seja na dinâmica do sistema político, fundamentalmente no envolvimento de concorrentes, partidos políticos, eleitores e representantes.

No que diz respeito ao contexto moçambicano, diversas pesquisas interessadas nessa temática ajudam a compreender que, após o AGP de 1992, Moçambique optou por uma democracia representativa (WEIMER, 2010); (BRITO, 2015). É sobre esse ponto que o presente capítulo pretende discutir e apresentar todo o processo que conduziu à realização das primeiras eleições gerais e multipartidárias. Também neste capítulo abordaremos como foi sendo construído, mantido e consolidado o processo de paz em Moçambique ao longo do tempo e como a população foi encarando as lideranças dos sucessivos Governos da FRELIMO.

O Protocolo III (ver anexo VIII) dos Acordos de Paz de Roma, de 1992, deliberou que Moçambique é um país com sistema eleitoral de representação proporcional para as eleições legislativas, cujos mandatários compõem a Assembleia da República, órgão constituído por 250 deputados. Esse dispositivo veio complementar os ditames do sistema multipartidário, já aprovados pela Constituição de 1990. Importa salientar que a representação proporcional se concretiza por meio de sufrágio universal direto, em listas partidárias fechadas e em obediência a cada círculo eleitoral provincial. A soma dos eleitos

em cada círculo eleitoral constitui a bancada parlamentar de cada partido na Assembleia da República.

As eleições democráticas consumaram um processo de paz que ficou marcado na história de Moçambique. Efetivamente, foi por meio do ponto V do Protocolo III dos Acordos de Paz, relativo aos princípios da Lei Eleitoral, Lei nº 13/92, de 14 de outubro[156], que se estabeleceram as condições para a concretização dos procedimentos políticos, como a lei eleitoral, os órgãos de administração eleitoral e o sistema de votação (ver anexo VIII).

Assim sendo, o Protocolo III do AGP (ver anexo VIII) definiu antecipadamente a CNE, cuja responsabilidade pela sua gênese foi atribuída ao Governo, que, entre outras prerrogativas, deveria integrar nesse órgão personalidades capazes de garantir equilíbrio, objetividade e independência em relação aos partidos políticos. Além desse órgão, existe ainda o STAE, definido como um serviço público personalizado para a administração eleitoral, responsável por organizar, executar e assegurar as atividades técnico-administrativas dos recenseamentos e dos processos eleitorais.[157] Formalmente, esse órgão subordina-se à CNE; no entanto, existem, de fato, duas estruturas paralelas de administração eleitoral: o STAE, ligado à hierarquia do sistema de administração pública moçambicana, e a CNE, independente, mas que exerce funções semelhantes.

As primeiras eleições em Moçambique foram marcadas para os dias 27 a 29 de outubro de 1994. Em 22 de setembro de 1994 teve início a campanha eleitoral, que se estendeu até 24 de outubro do mesmo ano. A RENAMO e o seu líder iniciaram a campanha em Quelimane, província da Zambézia, manifestando otimismo em relação à vitória, conforme ilustram as declarações de Afonso Dhlakama quando se dirigia à população presente em seu comício: "Estou muito satisfeito. O voto já está. A minha vitória já chegou. Em Quelimane já ganhei..."[158] Durante a campanha eleitoral, Afonso Dhlakama afirmou repetidas vezes que a RENAMO não tinha intenção de regressar à guerra. Entretanto, não raramente levantou acusações de que estariam em curso ações de preparação de fraudes

[156] Lei 13/92 de 14 de outubro de 1994, que aprova o Acordo Geral de Paz. Suplemento. Boletim da República. Publicação Oficial da República de Moçambique. I Série, Número 42. De 14 de outubro de 1992.
[157] Artigo 48, Lei 9/2014.
[158] *Televisão de Moçambique* (TVM). Retrospetiva sobre a Campanha Eleitoral de Afonso Dhlakama, 18 de novembro de 1994.

eleitorais em benefício da FRELIMO. A FRELIMO e o seu candidato realizaram a campanha eleitoral confiantes na vitória.

A FRELIMO durante a campanha, apresentou-se como o partido da unidade nacional, alicerçado na sua experiência de luta pela independência. A FRELIMO responsabilizou a RENAMO pelas mortes, pela destruição de infraestruturas econômicas e sociais do país e pela miséria que afetava grande parte da população, como atestam as seguintes declarações de Chissano em comício realizado na cidade de Quelimane: "A RENAMO andou atacando a população e destruindo lojas. Todos conhecemos os problemas da RENAMO e de Afonso Dhlakama. Eles também conhecem os problemas e as dificuldades do nosso povo"[159]. Entretanto, esse pensamento de vitória foi reforçado com o seguinte pronunciamento de Mariano Matsinhe, chefe do Gabinete Eleitoral da FRELIMO, em 28 de setembro de 1994: "estamos contando com uma vitória entre 60% e 66%" (MARIO, 2004, p. 390). Para Matsinhe, apesar dos rumores acima referidos, a FRELIMO mostrou-se confiante e otimista em relação aos resultados eleitorais (PACHINUAPA, 2011).

No início de novembro, começaram a surgir os primeiros resultados eleitorais que davam vantagem à FRELIMO, e o seu candidato, sobretudo na região sul, nomeadamente nas províncias de Inhambane, Gaza, Maputo e na cidade de Maputo. Essa situação voltou a ativar os receios de derrota no seio da RENAMO. Apesar das incertezas e contestações quanto ao processo eleitoral em Moçambique e à aceitação dos resultados eleitorais, ao final da primeira quinzena de novembro de 1994, por meio de um contato telefônico, Afonso Dhlakama garantiu ao Secretário-Geral da ONU que aceitaria os resultados eleitorais, apesar das irregularidades verificadas, mostrando-se preparado e disponível para cooperar com o próximo Governo de Moçambique. Essa garantia foi igualmente dada a Aldo Ajello, em Maputo.

No dia 15 de novembro, o Embaixador de Moçambique junto às Nações Unidas, Pedro Comissário, foi informado pelo Embaixador da Nova Zelândia junto à ONU, Colin Keating, de que o líder da RENAMO havia telefonado ao Secretário-Geral da ONU e à

[159] *Jornal Notícias,* Em Quelimane, Chissano cantou, dançou e pediu votos… chegou a Maputo e foi acolhido em festa, 4 de outubro de 1994.

Presidente do Conselho de Segurança da ONU, a Embaixadora americana na ONU, Madeleine Albright, à Secretária britânica para a Cooperação e Desenvolvimento, Lynda Chalker, e a outras entidades, assegurando que a RENAMO nunca mais retornaria à guerra.[160]

No dia 19 de novembro, o Presidente da CNE, Brazão Mazula, anunciou publicamente os resultados oficiais das primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias. Ressalta-se que, antes do anúncio, Brazão Mazula reuniu-se primeiro com Joaquim Chissano, a quem informou sobre os resultados, e posteriormente reuniu-se com Afonso Dhlakama, a quem também informou previamente sobre os resultados eleitorais. Os dois dirigentes políticos aceitaram os resultados e saudaram o trabalho da CNE e de seu Presidente.

De acordo com Emílio Zeca, Moçambique realizou as suas primeiras eleições pluripartidárias para o executivo e o legislativo; contudo, os resultados garantiram a permanência da FRELIMO no poder do Estado até o momento final desta pesquisa (ZECA, 2021, p. 347); (ROCCA, 1998, p. 55). Os princípios de paridade, equilíbrio, objetividade e independência na composição e funcionamento da CNE, bem como o consenso como mecanismo de tomada de decisão, foram determinantes para o êxito do início do processo de democratização, com resultados aceitos pelos principais partidos, FRELIMO e RENAMO.

A CNE, definida constitucionalmente como órgão independente e imparcial[161], com amplos poderes legais de intervenção em todas as fases e atos do processo eleitoral, visando garantir que estes decorram em condições de liberdade, justiça e transparência"[162]. Entretanto, embora a lei tenha sempre estabelecido que a CNE é um órgão independente e que deve obediência apenas à lei no exercício das suas funções, a sua composição, por muitos anos baseada exclusivamente na representação partidária, foi fonte de inúmeras dificuldades e fator de atritos entre os principais partidos, FRELIMO e RENAMO.

---

[160] *Jornal Notícias,* Até formação do novo executivo: Conselho de Segurança prorroga mandato da ONUMOZ, 16 de novembro de 1994.
[161] Artigo 135 da Constituição da República de 2004.
[162] CONSELHO CONSTITUCIONAL, Acórdão número 4/CC2014 de 22 de janeiro, Atinente à Validação e Proclamação dos Resultados das Eleições dos Órgãos das Autarquias Locais de 2013, pág. 32.

A independência da CNE em relação aos partidos e a determinação em evitar uma nova guerra contribuíram para que os resultados da primeira votação moçambicana fossem aceitos por todos, conforme considerou o primeiro presidente da CNE, Brazão Mazula. Os membros que compunham a primeira CNE de Moçambique tinham consciência de que não deveriam ser causadores de um novo conflito armado, após dezesseis anos de guerra civil no país. O mesmo não ocorreu nas eleições subsequentes, nas quais não apenas os resultados passaram a ser contestados, como também se tornaram uma fonte cíclica de conflitos pós-eleitorais.[163]

Apesar de as eleições em Moçambique terem promovido experiências favoráveis em termos de organização e mobilização, o país ainda busca a legitimação do seu processo eleitoral, de modo a garantir a lisura e a plena confiabilidade dos seus resultados. Essa desconfiança manifesta-se por meio de críticas à possível partidarização dos órgãos eleitorais, expressas na escolha dos membros da CNE, conforme relatório do *Open Society Initiative for Southern Africa* (2009, p. 103). Por sua vez, observam-se sucessivas crises ocorridas em cada uma das eleições presidenciais, ocasionadas pela recusa de partidos de oposição, como a RENAMO, em aceitar os resultados dos pleitos que, resultam na vitória do partido governista, a FRELIMO. Tais questionamentos sucessivos acerca da lisura do processo eleitoral conduziram a uma redução na taxa de participação nas eleições, que passou de 88% em 1994 para 36% em 2004, rompendo oportunidades de mobilização e participação política.

4.2. A Ordem Construída pós Acordo Geral de Paz

Quando um conflito termina, o que pode ser feito para alcançar uma verdadeira Paz Positiva e duradoura? O que pode ser feito para evitar a recorrência do conflito? Dois dos piores surtos de violência ocorridos na África nos anos 1990 foram em Angola, em 1993, e em Ruanda, em 1994 - ambos surgiram devido ao fracasso dos Acordos de Paz em pôr fim

[163] Brazão Mazula, citado pela Agência Lusa. Disponível em https://www.dn.pt/lusa/autarquicasmocambique primeiro-presidente-da-cne-recorda-medo-da-guerra-em-1994-9931596.htm, acessado no dia 14 de Julho de 2025.

a esses conflitos. Em ambos os casos, a morte e a destruição foram assustadoras: cerca de 350.000 mortos em Angola e 800.000 mortos em Ruanda. O conflito continuou por oito anos na Libéria e levou 150.000 vidas, porque vários acordos de Paz não conseguiram acabar, de uma vez por todas, com o conflito intraestatal. No ano 2000, mais dois Estados se viram novamente em conflito após o fracasso dos acordos de Paz - Angola e Serra Leoa (STEDMAN, 2001, p. 4).

A pesquisa neste capítulo terá como enfoque a análise dos Acordos Gerais de Paz de Roma, assinados no dia 4 de outubro de 1992, bem como todos os contornos e processos que antecederam a assinatura dos mesmos. Para além da leitura analítica dos acordos acima mencionados, serão entrevistadas figuras que fizeram parte da preparação, assinatura e monitoria da implementação do referido acordo. Todavia, o presente capítulo procura refletir sobre os problemas enfrentados na construção e manutenção da paz em Moçambique, bem como as motivações por trás do retorno do conflito no país. Para responder a essa questão, elaboraram-se as seguintes perguntas: será que uma outra paz seria possível? Para responder a essa questão, teremos primeiro de procurar identificar e ouvir testemunhos de vozes não ouvidas no processo do fim da guerra em Moçambique.

A nova Constituição foi apresentada como conquista da soberania, mas era, de fato, resultado de pressões externas. Internamente, a liderança do então partido FRELIMO nunca esteve verdadeiramente convencida da virtude dessa democracia ocidental. Percebia-a como um mecanismo de desestruturação da sua revolução implantada desde a conquista da independência, como uma imposição do inimigo derrotado que agora regressava pelas vias diplomáticas e econômicas. Entretanto, a democracia foi aceita formalmente, mas combatida internamente.[164] De acordo com António da Costa Gaspar, "havia não só vontade política, mas, sobretudo, a destruição da vida humana e as condições de desenvolvimento estavam comprometidas para um país que acabava de alcançar a sua independência nacional"[165].

[164] *Moçambique: 50 anos de turbulência*. Depoimento recolhido na Conferência Internacional Moçambique e as Indepedência dos Países Africano de Lingua Oficial Portuguesa (PALOP), realizado nos dia 19 e 20 de junho de 2025, no Centro Cultural Moçambique-China, em Maputo.
[165] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de abril de 2025, Maputo.

Ademais, os elementos que levaram o Governo de Moçambique e a RENAMO à assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, em Roma, na Itália, estão principalmente enraizados nas mudanças no ambiente internacional e regional, juntamente com o verdadeiro cansaço e a falta concreta de capacidade da população e da sociedade moçambicana de participarem em uma guerra que parecia não ter fim. Com a assinatura do Acordo de Paz, o conflito terminou (ALDEN, 2007, p. 6-7).

O Acordo de Paz previa a condição de parceiro igual para ambas as partes, mas a disparidade existente entre a capacidade operativa do Governo de Moçambique e da RENAMO, era demasiadamente grande para que o processo de paz pudesse avançar rapidamente. Pois, por um lado, estava um Governo que dispunha de toda a máquina administrativa do Estado, e, do outro, a RENAMO, que havia permanecido no mato durante dezesseis anos, sem qualquer experiência política e administrativa (AJELLO, 1995, p. 127). Moçambique tem experimentado uma continuidade política e estabilidade desde a assinatura dos Acordos de Paz que permitiram o fim da guerra.

O Governo italiano acolheu as negociações e deu à RENAMO importantes incentivos financeiros para garantir seu cumprimento. Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, Portugal e as Nações Unidas também prestaram apoio político e técnico, garantindo que a aplicação do AGP teria amplo apoio internacional. O Acordo Geral de Paz surge do entendimento da nova realidade emergente, ou seja, da fadiga do conflito e da escassez de recursos para continuar a empreendê-lo, assim como devido às pressões internas e internacionais, mais do que por uma súbita conversão aos valores da paz ou pela criação *per se* de uma vontade política das partes de pôr fim ao conflito (MAZULA, 1996, p. 30).

A Comunidade internacional e o povo moçambicano enfrentaram o desafio da reconstrução e das reformas que pudessem ajudar a desenvolver o país. No entanto, o programa de reforma incluiu o fortalecimento de setores industriais que poderiam proporcionar retornos em termos de renda e apoio político. Também envolveu um programa decenal de reforma do setor público, lançado em 2001, financiado pelo Banco Mundial e por doadores, que se concentrou no aparato administrativo do Estado, na reforma salarial e na introdução de um serviço público meritocrático e gerencial.

Os processos de reconciliação e reconstrução nacional, assim como a transição democrática, têm trazido consigo imensos desafios, os quais, contudo, não têm impedido o país de obter considerável sucesso em várias áreas, em um esforço que tem sido corretamente elogiado nacional e internacionalmente: sete (7) Eleições Gerais e seis (6) Eleições Autárquicas foram realizadas sem muitos conflitos, embora tenham ocorrido alguns incidentes mais sérios que ameaçaram a sua legitimidade. Moçambique enfrenta um dos maiores constrangimentos no que concerne à consolidação da democracia multipartidária: a falta de forças políticas com capacidade suficiente para se contrapor à força política no poder, ou pelo menos para influenciar de forma decisiva o processo de definição e implementação de políticas no país.

As primeiras Eleições Gerais presidenciais e legislativas multipartidárias foram vencidas pelo partido FRELIMO, que já governava o país desde que Moçambique alcançou sua independência nacional, em junho de 1975. As primeiras eleições gerais contaram com a participação de mais de vinte (20) partidos políticos, com doze (12) candidatos à Presidência da República e ao Parlamento, além de duas coligações concorrendo nas Legislativas, e doze (12) candidatos presidenciais concorrendo ao cargo de Presidente da República (HONWANA, 1996, p. 37).

Participaram das primeiras eleições gerais multipartidárias 12 candidatos presidenciais, dos quais dois eram candidatos independentes e 10 vinculados a partidos políticos. Entre os partidos e coligações que participaram das primeiras Eleições Gerais de 1994, o Partido Trabalhista (PT), o Partido de Renovação Democrática (PRD) e a União Democrática (UD) participaram apenas das eleições legislativas. Igualmente, é preciso ressaltar que, à exceção do Partido Independente de Moçambique (PIMO), do PRD, do Partido Democrático de Moçambique (PADEMOS), do PT, da União Nacional Africana de Moçambique (UNAMO), todos os demais concorreram em todas as circunscrições eleitorais.mEstavam registrados 6.148.842 potenciais eleitores, dos quais 5.402.940, correspondentes a 87,9%, votaram nas presidenciais, e quase 9% dos votos foram em branco e nulos (461.425), conforme ilustra o quadro abaixo (6).

Quadro 6: Eleições Presidenciais de 1994 em Moçambique

Candidato	Partido	Número de votos	% de Voto

Joaquim Chissano	FRELIMO	2,633,740	53.30%
Afonso Dlhakama	RENAMO	1,666,965	33.73%
Máximo Dias	MONAMO/FAP	115,442	2.34%
Casimiro Nhamitambo	SOL	32,036	0.65%
Carlos Alexandre dos Reis	UNAMO	120,708	2.44%
Padimbe Kamati	PPPM	24,208	0.49%
Domingos Arouca	FUMO/PCD	37,767	0.76%
Vasco Campira Momboya	PACODE	58,848	1.19%
Wehia Ripua	PADEMO	141,905	2.87%
Yacob Sibindy	PIMO	51,070	1.03%
Mário Machel	Independente	24,238	0.49%
Carlos Jeque	Independente	34,588	0.70%

Fonte: Mazula, B (Org). Eleições, Democracia e desenvolvimento, Maputo, Embaixada do Reino dos Países Baixos, 1995. Secretariado Técnico Para a Administração Eleitora - STAE.

As primeiras eleições foram vencidas pela FRELIMO e por seu candidato Joaquim Chissano, com 44,33% e 53% dos votos, respectivamente. A RENAMO, principal partido da oposição, obteve 37,78%, e seu candidato, Afonso Dhlakama, 33,37%. A União Democrática (UD), uma coligação de três partidos (PALMO, PANADE, PANAMO), conseguiu ultrapassar a barreira dos 5%, obtendo, assim, o direito de estar presente no parlamento. O povo compareceu às urnas sem hesitação, com elevada taxa de participação e representação parlamentar. Para as legislativas, 14 partidos políticos disputaram os 250 assentos da Assembleia da República.

Estava registrado o mesmo número de eleitores das presidenciais. Cresceu, nas legislativas, o número de votos em branco e nulos, que totalizou 11,7%. A RENAMO elegeu cento e doze (112) deputados, a UD nove (9) deputados e a FRELIMO cento e vinte e nove (129) deputados na Assembleia da República. Esses resultados mantiveram o poder da FRELIMO, mas, ao mesmo tempo, conferiram lugar e legitimidade política à RENAMO em Moçambique. O quadro abaixo (7) mostra como foi composta a representatividade dos membros da FRELIMO, RENAMO e UDM nas eleições de 1994 e de 1999.

Quadro 7: Representativo da Composição Política da Assembleia da República nas Eleições de 1994 e 1999

Ano das eleições	Período legislativo	Força política	Número de deputados	Poder legislativo

1994	1995-1999	FRELIMO	129	Assembleia da República
		RENAMO	112	
		UDM	9	
		Total	250	
1999	2000-2004	FRELIMO	133	Assembleia da República
		RENAMO – UNIÃO ELEITORAL	117	
		Total	250	

Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base em dados CNE.

Os resultados das eleições legislativas de 1994 apresentaram, em termos globais, uma diferença significativa de votação favorável à FRELIMO; em termos específicos, isto é, no desempenho em cada círculo eleitoral (província), a RENAMO e seu candidato obtiveram votação expressiva em cinco províncias, nomeadamente Manica, Sofala, Zambézia, Tete e Nampula, com 49,59%, 66,1%, 55,07%, 27,98% e 40,63%, contra 23,51%, 12,47%, 33,07%, 17,85% e 25,87% da FRELIMO, respetivamente. Ressalta-se que duas delas, Nampula e Zambézia, são os maiores círculos eleitorais.

Nas eleições presidenciais, o presidente Joaquim Chissano, do partido FRELIMO, venceu o pleito com 2.633.740 votos, o que corresponde a cerca de 53,3% do total. O segundo colocado foi Afonso Dhlakama, presidente da RENAMO, com 1.666.965 votos, que representam 33,7% do total. Dito de outra forma, o candidato à presidência pela FRELIMO, Joaquim Chissano, conquistou 53,3% dos votos, assegurando sua eleição. O candidato da RENAMO, Afonso Dhlakama, alcançou 33,8% dos votos. Nenhum dos outros dez candidato nas eleições presidenciais conseguiu obter mais de 3% dos votos (NILSSON, 2001, p. 202); (ROCCA, 1998, p. 9). No entanto, Marc de Tollenaere considerou que as primeiras eleições foram mais um voto pela paz (TOLLENAERE, 2002, p. 233).

Após a formação do novo Parlamento, estabelecido no dia 8 de dezembro, e da tomada de posse de Joaquim Chissano, em 9 de dezembro de 1994, como Presidente de Moçambique, o mandato da ONUMOZ chegou formalmente ao fim à meia-noite do dia 9 de dezembro. Ressalta-se que, no dia 8 de dezembro de 1994, o novo Parlamento assumiu suas funções em Moçambique, e, no dia 9, o presidente eleito, Joaquim Chissano, tomou posse. O primeiro Parlamento multipartidário teve sua turbulenta cerimônia de abertura em

dezembro de 1994 e realizou sua primeira sessão em março de 1995 (BERGH, 2009, p. 10). Após essas eleições, a FRELIMO decidiu governar sozinha, dada a maioria absoluta no Parlamento, e assistiu-se à troca de acusações parlamentares durante as primeiras sessões, o que, de certa forma, ameaçava a paz conquistada. Esses resultados anunciados pela CNE, mas que foram contestadas pela RENAMO, tiveram implicações na forma como a partilha do poder territorial viria a ser concebida e implementada a partir de 1994.

As discussões e incertezas sobre a CNE remontam à aprovação da primeira lei eleitoral. A RENAMO também apresenta sinais de instabilidade interna, pois eleições internas resultaram na expulsão de alguns de seus membros e quadros superiores, com destaque para Raul Domingos, que veio a criar uma nova força política. A presença da ONUMOZ em Moçambique ajudou a construir a confiança da RENAMO na paz e contribuiu para o processo de sua transformação de movimento guerrilheiro em partido político. Apesar de a RENAMO ter inicialmente boicotado as primeiras eleições, as mediações de líderes regionais e das Nações Unidas asseguraram sua participação e a aceitação dos resultados, em caso de derrota. A CNE e controlada exclusivamente por FRELIMO e RENAMO - bipartidarismo institucionalizado nos órgãos eleitorais, criando *déficit* de independência e legitimidade que perpetua exclusão de outros partidos e sociedade civil.

A construção de convergências entre as partes desempenhou papel importante para a credibilidade e respeitabilidade da CNE entre os atores políticos, em particular, e no seio da sociedade moçambicana, em geral. Em cumprimento à promessa feita em seu primeiro discurso após o anúncio dos resultados eleitorais, Joaquim Chissano convidou Afonso Dhlakama para um encontro realizado em 24 de novembro, em Maputo, durante o qual os dois líderes políticos revisaram todo o processo eleitoral. Joaquim Chissano aproveitou a oportunidade para ouvir Afonso Dhlakama sobre a formação do novo Governo. Nesse encontro, o líder da RENAMO comprometeu-se a atuar de maneira construtiva, conforme as normas da democracia, criticando e propondo ideias para a solução dos problemas do país. Segundo Afonso Dhlakama, no encontro não foi abordada a questão da governação das províncias onde a RENAMO obteve maior número de votos, por considerar ainda muito cedo. Ao final do encontro com Afonso Dhlakama, Joaquim Chissano afirmou que

ambos concordavam que o mais importante era a criação de melhores condições para o povo moçambicano.[166]

Afonso Dhlakama aceitou o estatuto de líder da oposição, mas exigiu simultaneamente a nomeação de governadores da RENAMO nas províncias onde seu partido obteve mais votos do que os demais partidos políticos. Apesar das vitórias sucessivas da FRELIMO, a RENAMO, principal partido da oposição, nunca reconheceu oficialmente os resultados de todas as eleições realizadas até então. Assim, seu líder, Afonso Dhlakama, tem contestado reiteradamente os resultados eleitorais e as vitórias do candidato e do partido FRELIMO, alegando fraude e falta de transparência na gestão do processo eleitoral.

Em 1997, a Assembleia da República promulgou a Lei nº 2/97, que aprova o quadro jurídico para a implantação das autarquias locais em Moçambique. A nova lei, aprovada com o boicote da RENAMO, aplicava-se a um número restrito de cidades e vilas com estatuto de autarquia previamente definido e, por consequência, deixava de fora a grande maioria da população rural. De acordo com a Lei nº 2/97, as autarquias locais são os municípios e as povoações (TRINDADE, 2003, p. 122). A presente lei prevê ainda a realização de processos eleitorais para a eleição do Presidente do Conselho Municipal e dos membros da Assembleia Municipal. Tanto o presidente quanto os membros da Assembleia Municipal são eleitos para um mandato de cinco anos. Assim, a Lei nº 2/97 abriu caminho para profundas divergências entre os dois partidos.

No dia 3 de julho de 1997, a RENAMO, por meio de seu Secretário-Geral, Francisco Xavier Marcelino, emitiu um comunicado criticando o Governo e a FRELIMO pelo fato de pretenderem realizar as eleições em apenas 23 cidades e 10 vilas. A RENAMO insurgiu-se contra o fato de o partido no poder propor a realização das primeiras eleições autárquicas no dia 27 de dezembro de 1997. Apesar da objeção da RENAMO, em 1997 o STAE, com a aprovação da CNE, realizou o recenseamento eleitoral global da população, que culminou no registro de 7.223.937 eleitores em todo o país, sendo o universo de eleitores nos 33 locais que acolheriam as primeiras eleições autárquicas de 1.965.530. O

[166] *Jornal Notícias*, RENAMO compromete-se a trabalhar de maneira construtiva e ordeira: não vamos só criticar, vamos propor ideias, afirma Afonso Dhlakama depois do encontro com Joaquim Chissano, 25 de novembro de 1994.

boicote ao quadro legal e institucionalizador do poder local implicou também o boicote às primeiras eleições autárquicas de 1998. Entretanto, no primeiro trimestre de 1998, a RENAMO apresentou a exigência de que o censo eleitoral fosse repetido, devido ao registro de irregularidades.

No dia 19 de maio de 1998, Afonso Dhlakama lançou um apelo à União Europeia no sentido de que mudasse sua posição de aprovação do avanço do processo eleitoral. O líder da RENAMO apresentou à União Europeia o argumento segundo o qual "apoiar um processo assim é contribuir para a instabilidade de Moçambique; é apoiar a farsa, a burla e a ditadura da FRELIMO". Entretanto, o apelo de Afonso Dhlakama, mesmo com um tom ameaçador, não gerou os efeitos por ele pretendidos junto à União Europeia. Assim, no dia 29 de maio de 1998, a Presidência da União Europeia, exercida pela Grã-Bretanha, emitiu em Londres e Bruxelas sua posição final, dando luz verde às eleições autárquicas, mas manifestando preocupação com a falta de entendimento entre o Governo e a oposição e seus efeitos adversos, por um lado, sobre a imagem e a credibilidade do país e, por outro, sobre o processo de reconciliação.

No dia 30 de junho de 1998 realizaram-se as primeiras eleições autárquicas diretas para o cargo de Presidente do Conselho Municipal e, de forma indireta, a partir de 2018, em Moçambique, porém boicotadas pela oposição. A RENAMO, sem acesso ao fundo fiduciário e a representantes na CNE e no STAE, boicotou sua participação. A ação de boicote desse ano foi fortemente influenciada pelo apoio generoso dos doadores nas primeiras eleições gerais e legislativas de 1994. A ausência desse apoio quatro (4) anos depois, bem como a ausência de exigências dos doadores por uma distribuição justa dos recursos públicos entre as partes, deixou os partidos da oposição, especialmente a RENAMO, de costas voltadas para eles.

Com esse boicote, a oposição esperava que a Comunidade doadora não apoiasse a realização dessas eleições locais, o que não ocorreu. Pelo contrário, a Comunidade doadora apoiou a realização das eleições (HANLON, 2000). Apesar do boicote eleitoral e dos receios de registro de violência, a votação decorreu em um ambiente pacífico. Não houve registro significativo de atos de violência ou de ameaça de uso da violência por nenhuma das partes envolvidas no processo. Na ocasião, a FRELIMO participou sozinha nas trinta e

três (33) autarquias aprovadas. O boicote e a sabotagem das ações políticas da FRELIMO e de seu Governo, bem como a exclusão e o não reconhecimento de figuras que representavam o Governo central, passaram a constituir o *modus operandi* da RENAMO.

Os candidatos da FRELIMO ao cargo de presidente municipal concorreram sem oposição em 19 das 33 autarquias. Concorrendo sem a presença de grande parte da oposição, a FRELIMO conquistou a vitória em todas as autarquias. Por causa da baixa afluência de eleitores às urnas, esta eleiçoes constituiu um enorme embaraço para o Governo e para o partido que o sustentava. As eleições autárquicas revelaram o desgaste da FRELIMO e a desilusão da população em relação ao partido governamental, apesar de evocar o nome de Samora Machel ao longo das suas campanhas, em vários jornais nacionais, tratando-se de um líder carismático de seu tempo. O elevado nível de abstenção contribuiu para a geração de otimismo na liderança da RENAMO em relação aos resultados eleitorais de 1999.[167]

A fraca afluência de eleitores às urnas levou o líder da RENAMO a considerar que a elevada abstenção representava um golpe duro contra o Governo, que havia decidido forçar a realização do sufrágio. O líder da RENAMO sublinhou que a elevada abstenção era uma vitória de sua campanha pelo boicote eleitoral. Assim, no seio da RENAMO, cristalizou-se a percepção de que a base de apoio popular ao partido estava crescendo substancialmente, inclusive nas cidades e vilas tradicionalmente favoráveis à FRELIMO. A preocupação com as eleições de 1999 foi frequentemente sublinhada por Afonso Dhlakama, conforme evidenciam as seguintes declarações feitas em fevereiro de 1998: “Estou cansado de ser roubado. Se aceitarmos agora, em 1999 não teremos mais voz para reclamar”[168].

Nas eleições de 1999, o quadro numero sete nos mostra que a FRELIMO conquistou 48,5% dos votos, elevando o número de deputados na Assembleia da República de 129, em 1994, para 133, em 1999. A RENAMO alcançou 38,8% dos votos, aumentando, assim, o número de assentos parlamentares de 112, em 1994, para 117, em 1999. Portanto, apesar da vitória da FRELIMO, os resultados das eleições legislativas de 1999 revelaram um crescimento importante da RENAMO, reduzindo ligeiramente a diferença no número

[167] *Jornal Savana*, Cabe agora ao Conselho Constitucional responder ao seguinte: homologar ou não a brincadeira autárquica?, 3 de julho de 1998, p. 2-3.
[168] Jornal O *Matical,* RENAMO não vai apresentar candidatos, 26 de Fevereiro de 1998, p. 1.

de assentos parlamentares entre os dois partidos. Dessa forma, a RENAMO consolidava sua posição não apenas como principal adversária política do partido governamental, mas também como potencial alternativa política.

O Presidente Joaquim Chissano conseguiu ser reeleito, e registrou-se um crescimento notável da votação em favor de Afonso Dhlakama. Nessas eleições, Afonso Dhlakama conquistou 2.134.255 votos, contra 1.666.965 votos obtidos nas eleições de 1994. Em contrapartida, os votos para Joaquim Chissano reduziram-se de 2.633.740, em 1994, para 2.339.848, em 1999. De acordo com o quadro apresentado, a diferença entre Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama foi de 205.593 votos, em um universo de 4.474.103 votos válidos.

Esses números ilustram o crescimento do apoio popular ao candidato presidencial da RENAMO, por um lado, em comparação às eleições presidenciais realizadas em 1994, e, por outro, revelam o crescimento de certo descontentamento popular em relação a Joaquim Chissano, o que, de certa forma, contribuiu para o surgimento de diversas vozes contestando os resultados. Diante desses resultados eleitorais, os custos de um retorno à violência, tanto para a RENAMO quanto para o Governo, mostravam-se mais elevados do que as estimativas dos custos de manutenção da paz e da democracia. Essas eleições foram contestadas pela RENAMO, que, inicialmente, não reconheceu os resultados eleitorais, alegando fraude, mas acabou aceitando-os após diversas negociações políticas. Desde então, a cada cinco anos são realizadas eleições para a escolha dos membros do parlamento e eleições presidenciais diretas para a escolha do Presidente da República (HONWANA, 1996, p. 37; MAZULA, 1994, p. 33).

Nas eleições legislativas de 1999, a FRELIMO e a RENAMO constituíram as únicas formações políticas a alcançar uma votação acima de 5% e, portanto, a obter assentos parlamentares. A RENAMO voltou a ter apoio eleitoral nas províncias do centro e norte do país, sobretudo nas províncias de Sofala e da Zambézia, mas também, de forma menos visível, em Manica, Tete e Niassa. Enquanto isso, a FRELIMO obteve mais votos nas províncias do sul de Moçambique, nomeadamente em Maputo, Gaza e Inhambane, mas também no extremo norte, na província de Cabo Delgado. A narrativa dominante da luta armada tem sido desafiada por acadêmicos, nacionais e estrangeiros, desde o início dos

anos 2000. Estes têm trazido, em seus trabalhos, novas interpretações ou narrativas alternativas da luta armada que, durante muito tempo, permaneceram marginalizadas.

Ademais, Colin Darch argumenta que essas divergências ocorreram após a quinta derrota consecutiva da RENAMO e de seu candidato. Concomitantemente, o líder dessa formação política exigiu o controle autônomo das províncias onde havia alcançado maioria nas eleições provinciais. Parece ter sido nesse momento que começaram os principais problemas que, posteriormente, criaram situações de incerteza quanto à possibilidade de consolidação da democracia em Moçambique (DARCH, 2018). No ato do AGP, a RENAMO havia aceitado que as principais instituições políticas continuassem. Assim, a possibilidade de redefinição da engenharia política do poder e da organização do Estado, que constituíam exigências para o avanço do processo de democratização, passou a depender dos resultados eleitorais (BRITO, 2014).

A cultura política caracterizada por estruturas neopatrimoniais instalada no país acaba por colocar em risco a consolidação da estrutura democrática, por ser um fator que contamina as instituições políticas e gera descontentamento e desaprovação por parte da sociedade (LALÁ, 2003). Há poucos estudos que focam na forma como rituais e práticas comemorativas contribuem para a construção de interpretações específicas do passado nacional no presente. Após muitas contestações sobre os resultados das eleições de 1999, no dia 4 de janeiro do ano 2000, os juízes do Tribunal Supremo julgaram improcedente o recurso interposto pela RENAMO. O Tribunal considerou que o recurso não dispunha de nenhum material probatório nem de consistência jurídica para determinar a nulidade dos resultados eleitorais proclamados pela CNE e a recontagem dos votos com base nas atas e

editais, conforme pretendia a RENAMO-União Eleitoral (UE)[169], uma coligação de partidos extraparlamentares, que passou a utilizar a sigla RENAMO-UE.

As lideranças da RENAMO e dos partidos da oposição que formaram a coligação RENAMO-UE, acreditavam que a abstenção eleitoral registrada em 1998 sinalizava, por um lado, o desgaste da base de apoio popular da FRELIMO e, por outro, revelava a adesão dos cidadãos à sua mensagem e o consequente crescimento da simpatia popular pelo principal partido da oposição como alternativa política. A coligação liderada pelo principal partido da oposição considerou que não foram levados em consideração os votos relativos a 938 editais referentes às eleições provinciais e 1.170 editais referentes às eleições legislativas, o que correspondia a 938.000 e 1.170.000 votos, respetivamente.

Como a FRELIMO e seu candidato presidencial venceram as eleições e, tendo maioria absoluta no parlamento, mantiveram grande parte das estruturas do partido-Estado criadas no período pós-independência, apesar da existência formal de instituições democráticas, atualmente a RENAMO exige a despartidarização da Administração Pública. Nesse caso, não se pode atribuir culpa exclusivamente à FRELIMO, considerando o fato de que a RENAMO teve a oportunidade de incorporar essas questões no AGP. Entretanto, os resultados das segundas eleições presidenciais e legislativas de 1999 foram fortemente contestados pela Coligação RENAMO-UE, considerados fraudulentos, não obstante sua revalidação pelo Tribunal Supremo em 23 de dezembro. A RENAMO-UE interpôs recurso junto ao Tribunal Supremo, exigindo que a nova contagem dos votos fosse realizada por um corpo de peritos independentes.

No âmbito desse recurso, a RENAMO-UE solicitou que o Tribunal Supremo declarasse nulos os resultados eleitorais proclamados pela CNE e ordenasse nova contagem

[169] RENAMO-UE se constituiu através da coligação de vários partidos da oposição que surgiram no período multipartidário. A coligação RENAMO-UE pode-se ser entendida através da dupla percepção: (i) para os partidos pequenos, ela significava que poderiam ter oportunidade de conseguir alguns assentos parlamentares ou influenciar o jogo político moçambicano; (ii) para a RENAMO, já erra o contrário, pois ela olhou para a coligação como forma de limpar o terreno para eleição presidencial dos candidatos dos pequenos partidos, cujos líderes recebiam em troca lugares elegíveis nas listas da coligação para o parlamento. Sublinha-se que nos pleitos eleitorais de 1999 e 2004, o partido RENAMO coligou-se com mais 11 partidos políticos pequenos, constituindo-se em RENAMO-União Eleitoral. O objetivo desta coligação visava melhorar resultados para Assembleia da República, mas, contrariamente, os resultados que seguiram não foram de todo positivo, tendo estado a decrescer a cada eleição. De referir que nas eleições de 1994, 2009 e 2014 a RENAMO teria desacompanhado (FORQUILHA, 2020); (CHICHAVA, 2020).

dos votos com base nas atas e nos editais. A RENAMO-UE argumentou que os resultados das eleições presidenciais e legislativas proclamados tiveram como base dados provenientes de disquetes informatizadas pelas comissões provinciais de eleições, sem respeitar fielmente os dados constantes das atas provinciais e dos editais das mesas de voto. A RENAMO-UE ressaltou que tais disquetes não reproduziam fielmente os números constantes das atas e dos editais, falseando, assim, a verdade.

O acórdão do Tribunal Supremo evidenciou a existência de fragilidades sérias e de lacunas no recurso interposto, nomeadamente a falta de documentos de suporte e a fraca fundamentação jurídica apresentada pela RENAMO-UE[170]. A RENAMO-UE não aceitou a decisão tomada pelo Tribunal Supremo, sublinhando que só reconheceria os resultados eleitorais após a recontagem dos votos. Na mesma data, o Tribunal Supremo validou os resultados eleitorais proclamados pela CNE, considerando que o escrutínio foi livre, justo e transparente. Em fins de janeiro de 2000, a RENAMO anunciou a decisão de transferir a sede do partido da cidade de Maputo para a cidade da Beira, província de Sofala.

Essa decisão foi vista pelo Governo como uma ameaça à paz e à estabilidade no país. A preocupação do Governo ficou bastante evidente quando o Ministro da Justiça, José Abudo, decidiu enviar um ofício à Procuradoria-Geral da República, alegando que a decisão da RENAMO constituía uma violação da lei. Diante do novo cenário de crescente violência, no dia 3 de fevereiro de 2000, a Igreja Católica em Moçambique, por meio da CEM, emitiu uma carta pastoral intitulada *"Governar é servir a pátria"*, na qual criticou a violência registrada durante a campanha eleitoral e sublinhou que o processo de apuramento dos resultados eleitorais foi marcado por lacunas (ROCCA, 2012). A CEM, por meio de sua carta pastoral, reconheceu a existência de alguns dos principais problemas apontados pela RENAMO como razão para suas reclamações em relação aos resultados eleitorais. Ainda que a crítica da Igreja Católica se dirigisse às duas partes em divergência, a carta pastoral acima citada revelou-se contundente em relação ao Governo da FRELIMO. O CCM também desenvolveu contatos com ambas as partes, visando à busca de uma solução para a tensão política que se instalara no país.

---

[170] Acórdão sobre o Recurso ao Tribunal Supremo da Coligação do Partido RENAMO-UE, *Boletim da República*, I Série, n° 1, de 7 de janeiro de 2000, p. 15.

No encontro realizado entre Afonso Dhlakama e o CCM, liderado por Lucas Amosse, secretário-geral, este sugeriu que era importante que a RENAMO aceitasse os resultados eleitorais. Contudo, Afonso Dhlakama mostrou-se contrário à proposta apresentada por Lucas Amosse, sugerindo, desse modo, que o recurso à violência não estava descartado caso suas reclamações não fossem atendidas. A RENAMO recusou os resultados das eleições e apresentou uma reclamação ao Tribunal Supremo[171]; no entanto, esta foi rejeitada. Nesse contexto, a oposição declarou que iria instalar um Governo paralelo. Além disso, a RENAMO realizou manifestações contra os resultados eleitorais declarados oficiais, as quais foram reprimidas com extrema violência, muitas vezes com munição real. Mesmo onde os manifestantes eram totalmente pacíficos, houve membros e simpatizantes da RENAMO detidos e assassinados (ROSÁRIO, 2021).

Os membros da RENAMO também protestaram contra os resultados eleitorais em Montepuez, resultando na morte de 100 pessoas. Os acontecimentos de Montepuez (2000)[172], Ayúbe (2001), e Mocímboa da Praia (5 e 6 de setembro de 2005) contrariam a tese de que Moçambique viveu um período de vinte anos de paz. Uma análise comparativa da violência pós-eleitoral de Montepuez e Mocímboa da Praia mostra claramente a tendência de agravamento dos níveis de violência eleitoral em todas as fases do processo eleitoral em Moçambique.[173] A violência eleitoral também ocorreu nas regiões consideradas bastiões da oposição, ou seja, em regiões onde a oposição possui um número considerável de apoiadores, referimo-nos às regiões centro e norte de Moçambique "Manica, Sofala, Nampula e Zambézia" e, na zona sul, à província de Gaza, nos distritos onde a oposição angaria um número expressivo de apoiadores.[174]

---

[171] Acórdão sobre o Recurso ao Tribunal Supremo da Coligação do Partido RENAMO-União Eleitoral, *Boletim da República*, I Série, n°1, de 7 de Janeiro de 2000: 9-10.

[172] Em novembro no ano de 2000, quando, em Montepuez, na província de Cabo Delgado, 119 manifestantes foram detidos e 43 membros e simpatizantes do partido RENAMO morreram asfixiados por falta de ventilação na cadeia local após terem organizado e participado em manifestações para protestar contra uma alegada fraude eleitoral nas eleições Gerais de 1999 ganhas pelo partido FRELIMO e pelo seu candidato Joaquim Chissano (CAHEN, 2000) e (MABUNDA, 2017).

[173] MABUNDA, L. F (2017). Polícia e Violência Eleitoral: As Eleições Autárquicas de 2013 em Quelimane e Chókwè. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Monografia, Ciência Política.

[174] CHICHAVA, S. (2008). *Uma província "rebelde" o significado do voto zambeziano a favor da Renamo. In: Cidadania e governação em Moçambique*: Comunicações apresentadas na Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos. Maputo: IESE. Disponível em: www.iese.ac.mz . Acessado no dia 22 janeiro de 2024. (p.11-30).

De acordo com a DW (2013), mais de 40 pessoas morreram em tumultos durante protestos da RENAMO contra a divulgação dos resultados das eleições de 1999, que reconduziram Joaquim Chissano à presidência. [175] A ocorrência da morte por asfixia de 119 reclusos, em novembro de 2000, encarcerados em uma cela de 21 m² em Montepuez, província de Cabo Delgado, que, segundo esses autores, "[...] deixam transparecer a negligência 'por defeito' dos direitos humanos no país e a fragilidade do Estado de Direito" (LALÁ e OSTHEIME, 2003, p. 23).

Mais de quarenta pessoas foram mortas em tumultos durante protestos da RENAMO contra as eleições nas quais Chissano havia sido, mais uma vez, reeleito contra seu adversário da RENAMO, Afonso Dhlakama. A morte dos reclusos em Montepuez, na província de Cabo Delgado, obrigou o presidente Joaquim Chissano a cancelar uma viagem ao exterior que já estava marcada. O maior partido da oposição protestava contra a alegada falta de transparência no escrutínio, enquanto observadores internacionais afirmavam que este havia sido livre e justo. As acusações entre o Governo de Moçambique e a RENAMO promoveram um clima de tensão e instabilidade política durante a década de 2000. Moçambique começou a dar os primeiros sinais de intolerância política, que culminaram com a morte de alguns membros da RENAMO na província de Cabo Delgado. Nesse mesmo período, foram assassinados o jornalista Carlos Cardoso, no ano 2000, o economista António Siba-Siba Macuácua e o músico e vocalista, fundador da banda Ghorwane, Pedro Langa, em 2001.[176]

O jornalista Carlos Cardoso foi alvejado por tiros de AK-47 disparados de dois carros que o bloquearam, atingindo-o e ferindo gravemente seu motorista. O economista António Siba-Siba foi brutalmente assassinado ao ser atirado do 11º andar do prédio-sede do Banco Austral, do qual era presidente do conselho administrativo, enquanto o músico Pedro Langa foi assassinado a tiros em sua residência, na capital, por indivíduos desconhecidos. Segundo o site *Moçambique On-line*, a polícia alegou tentativa de assalto. Como se pode observar, o auge da escalada de violência ocorreu com o silenciamento do

---

[175] DW. África/Correspondentes/LUSA. *Momentos de instabilidade política em Moçambique - uma cronologia*.

[176] DW "Cronologia do conflito em Moçambique (1974-2014)". Disponível em https://www.dw.com/pt 002/momentos-de-instabilidade-pol%C3%ADtica-em-mo%C3%A7ambique-uma-cronologia/a-16912568 acessado no dia 03 de Novembro de 2022.

jornalista investigativo Carlos Cardoso. A morte de Carlos Cardoso levou à criação do Movimento Art. 74, pela liberdade de expressão em Moçambique. A imagem de Carlos Cardoso nunca foi dissociada do colonialismo e, como fica evidente, de seu poder e privilégios em relação às outras "raças", o que nos leva ao encontro de Fanon (1968), que afirmava que "quando se observa o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é, antes de mais nada, o fato de pertencer ou não a determinada raça" (FANON, 1968, p. 29).

Em Moçambique, muitas vezes, um indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico; isto é, ser branco automaticamente significa ser uma pessoa rica. Essa forma de pensar não terminou com o alcance da independência do país, na verdade, aumentou progressivamente graças às políticas implementadas pelo Governo da FRELIMO. O que fica evidente é que a "colonialidade do ser" torna mais fácil que se desprezem mutuamente do que se crie o mesmo desprezo pelo europeu este é sempre visto como um modelo a ser seguido (FANON, 1968).

Esse era o novo cenário vivido em Moçambique no período democrático liberal. Entretanto, esse cenário e outros que surgiram ao longo da governação do presidente Chissano mancharam a imagem de Moçambique, embora o caso de Carlos Cardoso tenha sido investigado e alguns de seus participantes tenham sido presos e condenados, incluindo o filho do presidente da República à época. O mesmo não se pode dizer do caso de Siba-Siba Macuácua e do músico e vocalista, fundador da banda Ghorwane, Pedro Langa, que até hoje nunca foi resolvido, o que leva o investigador do Centro de Integridade Pública (CIP), Baltazar Fael, em entrevista à DW, edição de 2016, a afirmar que as pessoas não têm informação sobre o caso de Siba-Siba e começam a especular que isso se deve ao fato de ele ser negro.

Ademais, nas eleições autárquicas de 2003, a RENAMO continuou com s sua coligação com à UE. A RENAMO-UE, liderada por Lutero Simango, presidente do Partido de Convenção Nacional (PCN), era constituída por oito partidos que se coligaram à RENAMO em troca de alguns assentos na Assembleia da República. Daviz Simango[177],

[177]Davis Simango é um dos filhos do antigo membro fundador e presidente da FRELIMO na luta de libertação, Urias Simango e de uma combatente Celina Simango contra o sistema colonial português. Ambos foram

irmão mais novo de Lutero Simango, foi escolhido como candidato da coligação para a cidade da Beira. Daviz e Lutero eram filhos de Uria Simango, antigo vice-presidente da FRELIMO. Daviz Simango foi eleito presidente do Conselho Municipal da Beira, e a RENAMO-UE obteve a maioria dos assentos na Assembleia Municipal da Beira.

Com a vitória de Daviz Simango, o município da Beira tornou-se a primeira capital provincial fora da governação da FRELIMO. Nas eleições gerais de 2004[178], o candidato da FRELIMO, Armando Emílio Guebuza, voltou a vencer Afonso Dhlakama. Armando Guebuza e a FRELIMO obtiveram uma vitória confortável nas eleições de 2004 (63,7% dos votos para Armando Guebuza contra 31,7% para Afonso Dhlakama, e 64% para a FRELIMO contra 47% para a RENAMO-UE), o que pode ter causado desinteresse por parte do Governo em relação ao diálogo com a outra parte e, consequentemente, uma forte tendência à partidarização do Estado, acentuada durante a governação, o que radicalizou o discurso da RENAMO.

Armando Guebuza assumiu a Presidência da República em 2005, após a consolidação de Moçambique como uma economia de mercado formal. Apesar da retórica oficial socialista, seu Governo reforçou medidas de proteção social por meio de subsídios ao transporte, à energia e a bens de primeira necessidade (IMF, 2004). Armando Guebuza representava a continuidade revolucionária do projeto da FRELIMO, sendo ex-militante da luta armada e defensor da ordem nacional. Tal legitimidade histórica serviu como escudo para justificar escolhas políticas que, na prática, distanciavam-se do modelo centralista implantado após a realização do III Congresso.

---

executados alegadamente por traição ao movimento nacionalista, a FRELIMO, um pouco depois da indepedência. Daviz Simango surge como cabeça de lista da RENAMO nas eleições municipais de 2003. A RENAMO apresentou como seu candidato na Beira, Daviz Simango, que foi eleito. Apesar de Simango ter conseguido granjear muita simpatia e popularidade pelo trabalho desenvolvido no município da Beira e ser o candidato natural à sua sucessão para as eleições de 2008. No entanto, por causa das rivalidades internas, a direcção da RENAMO não lhe confiou a investidura e escolheu um outro candidato. Daviz Simango acabaria por ser expulso da RENAMO e concorrer à presidência do município da Beira como candidato independente, tendo sido eleito com 62% dos votos, contra 3% do candidato oficial da RENAMO, Manuel Pereira. Foi na sequência dessa eleição que, em 2009, Simango criou o MDM. Daviz Simango morreu no dia 22 de Fevereiro de 2021 onde foi sucedido no cargo pelo seu irmão mais velho, Lutero Simango (FORQUILHA, 2020); (CHICHAVA, 2020).

[178] De acordo com dados oficuas, a taxa de abstenções nas eleições presidencias de 2004 situou-se nos 60%. Refira-se contudo que, uma vez que os cadernos eleitorais não foram actalizados para o escrutinios, o valor da abstenção terá sido menor.

Com a ascensão de Armando Guebuza ao poder, ele procurou afastar-se do diálogo político que seu antecessor vinha mantendo com a RENAMO, mantendo apenas o discurso de unidade nacional. Ao mesmo tempo, foi nesse período que houve crescimento das acusações mútuas entre as duas partes signatárias do AGP. A dimensão ideológica foi mantida como fundamento identitário, mas esvaziada de sua dimensão normativa. Nas datas comemorativas e feriados nacionais, as figuras de Eduardo Mondlane e Samora Machel foram apresentadas como os principais heróis da resistência ao colonialismo português, sobretudo quando se escrevia em nome do Governo de Moçambique ou do partido FRELIMO. O partido continuou a declarar-se, e a mostrar-se mais inclinado para o socialismo, embora a prática governativa revelasse uma estrutura de gestão econômica liberal moderada. A lógica de governação seguiu um modelo estatista moderado, com forte controle do Estado sobre áreas estratégicas (FORQUILHA, 2020); (CHICHAVA, 2020).

Foi-se institucionalizando um modelo de construção da cidadania *top-down*, no qual o povo, a população e outros atores que não participaram do processo de negociação que levou ao Acordo de Paz foram colocados à margem das decisões que afetam suas vidas. Essa situação não apenas alimentou a guerra no passado, como também impediu a construção e consolidação de uma paz, cujo reflexo é a eclosão da violência direta envolvendo os mesmos atores beligerantes. No entanto, com base nas peças jornalísticas, os autores pretenderam dar a conhecer as formas de celebração das populações e a importância conferida à própria efeméride. A mobilização ideológica tradicional é substituída por promessas de modernização, infraestrutura e crescimento econômico.

O léxico revolucionário ainda aparece, mas subordinado a uma lógica de marketing político. A figura do "combatente" transformou-se mais em uma categoria honorífica do que em um símbolo de projeto coletivo. Esse movimento demonstra a funcionalização da memória revolucionária como capital político simbólico. A ideologia passa a ser mobilizada como patrimônio simbólico, sem consequências estruturais na definição de prioridades políticas. Essa instrumentalização pode ser eficaz a curto prazo, mas levanta dúvidas sobre a sustentabilidade do consenso em torno do partido. Em entrevista com porta-voz do Ministério para Assuntos dos Combatentes, *"acredita as mudanças sociopolíticas e econômicas que ocorreram na década de 1990 estão por detrás da nova maneira de*

conceber as datas históricas, pois segundo ele, já não se vive no período do partido único, e também a carência da vida, acaba influenciado na maneira como as pessoas olham para as datas históricas".[179]

Esse aparente desinteresse pelas datas comemorativas pode ser entendido como uma forma de resistência, ainda que passiva, à estrutura política e de poder diante do cenário de pobreza e desigualdades sociais, dada a ausência de rotatividade no poder, pois as populações preferem desenvolver atitudes de ceticismo em relação às forças políticas e aos seus discursos demagógicos (MAFESOLI, 2000).

Em fevereiro de 2008, iniciaram-se revoltas populares em reação ao aumento da tarifa do transporte público, popularmente chamado de *chapa*, utilizado por grande parte da população. O aumento anunciado pelo Governo foi de 50% para trajetos curtos e de 33% para trajetos longos, o que representou um aumento real de cinco (5) para 7,5 meticais e de 7,5 para dez (10) meticais, respectivamente. Esse aumento no preço do transporte é relevante ao se constatar que, para a população maputense, estar em movimento, fazer circular bens e pessoas corresponde à sobrevivência cotidiana, segundo Hernández (2014).Portanto, "o gasto em transporte público é considerado um dos mais problemáticos depois dos gastos com alimentação e educação" (HERNÁNDEZ, 2014, p. 207).

Erguendo barricadas com pneus queimados nas vias públicas, a população paralisou o transporte público e as principais vias de acesso rodoviário da cidade de Maputo. Saques a comércios e carros depredados fizeram com que a reação violenta da polícia provocasse ao menos seis feridos e uma morte não confirmada pelas autoridades.[180] A situação de estabilidade de Moçambique sofreu um enorme retrocesso a partir de 2012, com o retorno do Presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama, à sua antiga base em Satunjira, na Gorongosa, e com diversos episódios bélicos na região central do país, iniciados em 4 de abril de 2013, com um ataque contra uma esquadra da polícia na localidade de Muxúnguè, na província de Sofala. Os conflitos instalaram-se na região e atingiram um ponto

[179] Entrevista realizado ao combatente, Amós Mahanjane durante o interva-lo na Conferencia Nacional Sobre 50 anos de Independência de Moçambique realizados pelo Ministério dos Combatentes (MICO) e do Instituto de Pesquisa de História da Luta de Libertação Nacional (IPHLLN), realizado no dia 18 de junho de 2025, em Maputo.

[180] Disponível em: https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2008/02/manifestaes-de.html acessado no dia 22 de fevereiro de 2024.

culminante com o ataque à base de Satunjira, em outubro de 2013, onde o Presidente da RENAMO estava instalado. Isso levou um membro da RENAMO, nomeadamente Fernando Mazanga, a declarar que, com essa atitude, "o Comandante-Chefe das forças de segurança coloca um termo ao Acordo de Paz de Roma".[181]

Entretanto, os processos eleitorais em Moçambique têm sido precedidos por divergências que, em muitos casos, chegam a alcançar o nível de violência armada entre os principais atores políticos. Por exemplo, Bueno destaca o ressurgimento do conflito violento, fato que levantou dúvidas sobre o processo de paz e democratização no país. Após a trégua, que coincidiu com o período eleitoral correspondente à pré-campanha, campanha, eleições e divulgação dos resultados eleitorais a violência armada retornou (BUENO, 2015). A intolerância política entre os partidos políticos foi uma das principais causas da tensão político-militar vivida pelo país entre o final de 2012 e 2014.[182] Ao longo de 2013, os conflitos alastraram-se pelo território nacional, atingindo inclusive as regiões de Tete e Nampula, com relatos de vítimas civis. Em decorrência disso, observou-se a mobilização de organizações da sociedade civil, expressa em manifestações nas cidades de Maputo, Beira e Quelimane, como forma de exigir paz e cobrar dos atores políticos algum tipo de entendimento e consenso entre si.

Nessas condições, e por discordar da Lei nº 7/2013, de 22 de fevereiro, lei eleitoral que conduziria as eleições autárquicas daquele ano, a RENAMO boicotou tais eleições, realizadas em 20 de novembro de 2013, tendo como principais concorrentes a FRELIMO e o MDM. Seguiram-se diversos esforços da Comunidade nacional e internacional para fazer regressar à mesa do diálogo político as partes em conflito, resultando em múltiplos encontros entre os respectivos representantes das partes beligerantes. Em fevereiro de 2014, em declarações ao *Jornal @Verdade*, Raul Domingos, ex-dirigente da RENAMO e Presidente do Partido para a Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD), afirmou que:

---

[181]Verem http://www.dw.com/pt/Renamo-anuncia-fim-do-acordo-de-paz-emmo%C3%A7ambique/a-17174192, acesso em 28 de outubro de 2024.

[182] Entrevista disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LznlxtqUZ1s. Publicado em 1 de junho de 2015 com o título, Rogério Sitoe parte I: Saída de Guebuza fechou brechas na política nacional. Moz Africa View é um Blog que resulta de uma iniciativa da sociedade civil, apoiada pela Fundação Universitária para o Desenvolvimento da Educação-FUNDE, sediada em Moçambique, cujo objetivo é ampliar a reflexão sobre os destinos do continente, compartilhar informações, estimular o debate colaborativo, difundir boas práticas e valores da democracia, da tolerância religiosa e da convivência pacífica entre os povos. Acessado em: 2.05.2025.

> *"(...) a aplicação precária do Acordo Geral de Paz, dos quais foi negociador, e a partidarização do Estado por parte da FRELIMO são duas das causas (senão as principais) da tensão político militar que se viveu no país. E que embora a Renamo tenha integrado os seus homens nas fileiras das Forças de Defesa e Segurança, com o passar do tempo, estes passaram à reforma compulsivamente, principalmente os que ocupavam cargos de chefia. "A reforma compulsiva dos homens da RENAMO, com destaque para os oficiais superiores das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, provocou a guerra no país porque muitos deles regressam às antigas bases".*[183]

Ainda em fevereiro de 2014, o Governo de Moçambique, representado pelo partido FRELIMO, e a RENAMO chegaram finalmente a um consenso político-legal, quando o Parlamento aprovou, na generalidade, o projeto de revisão da lei eleitoral. A nova lei da Comissão de Eleições previa que o órgão passasse a ter dezessete membros, contra os treze anteriores. Dos dezessete membros, cinco seriam indicados pelo partido no poder, a FRELIMO; quatro pela RENAMO; e um pelo MDM. Os sete restantes seriam indicados por organizações da sociedade civil (EISA, 2021). Criavam-se, assim, as condições para que a RENAMO participasse das eleições presidenciais de 15 de outubro de 2014, o que de fato ocorreu. Todavia, persistiam questões delicadas a resolver no campo militar. Em junho de 2014, o secretário-geral da RENAMO, Manuel Bissopo, citado pelo jornal *O País*, declarou: "Se a FRELIMO continuar a dizer que não aceita a paridade, então a RENAMO e o presidente Afonso Dhlakama não têm mais nada a fazer senão aceitar o que a FRELIMO quer, que é criar condições para dividir o país".[184]

No dia 15 de outubro de 2014, novas eleições foram realizadas sob fortes acusações de fraude eleitoral dirigidas à CNE, como o depósito de votos nas urnas antes da abertura oficial das votações, votos duplicados e prisões arbitrárias de observadores em seções eleitorais. Essa eleição, que levou Filipe Nyusi ao poder, agravou ainda mais os confrontos. Ao final, a RENAMO não reconheceu os resultados do processo eleitoral de 2014 e, reconhecendo a impossibilidade de anulação das eleições, Afonso Dhlakama exigiu a criação de um "Governo de Gestão", no qual a FRELIMO e a RENAMO formariam um Governo conjunto, uma vez que a RENAMO obteve maior número de votos nas províncias

---

[183] Declarações Disponíveis em http://gruposespeciais.blogs.sapo.pt/a-opiniao-de-raul-domingos-24077, acesso no dia 23 de novembro de 2024.

[184] Ver tais declarações em DW Português Doze momentos-chave do conflito entre a RENAMO e o Governo de Moçambique, (5 de Agosto de 2014). Foi citado pelo diário moçambicano: O PAÍS, de acordo com a notícia publicado pela DW, Disponível em https://www.dw.com/pt-002/doze-momentos-chave-do-conflito-entre-a-renamo-e-o-Governo-de mo%C3%A7ambique/a-17822725, acessado o dia 25 de julho de 2024.

de Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Manica e Sofala. A proposta, contudo, foi rejeitada por Armando Guebuza, que a classificou a proposta como "anarquia" (CORTÊS, 2016).

As eleições subsequentes não resultaram em um ambiente mais inclusivo. As desconfianças e o cenário político conturbado marcaram a disputa pelo poder entre os *big twos* (FRELIMO e RENAMO) e o MDM, que surgiu como novo ator no cenário político. Este último, embora não tenha interferido diretamente enquanto beligerante, passou a marcar a política nacional contemporânea, como é o caso do partido MDM, frequentemente colocado à margem dos processos negociais de paz. Parece-nos fecundo incluir a multiplicidade de atores fora do binômio FRELIMO–RENAMO para compreender os contornos da paz em Moçambique. O Acordo de Paz permitiu que Moçambique realizasse sete (7) processos eleitorais multipartidários (1994, 1999, 2004, 2009, 2014, 2019 e 2024), todos vencidos por candidatos do partido FRELIMO. A RENAMO nunca reconheceu os resultados eleitorais que atribuíram a vitória nas Eleições Gerais de 2004 a 2024, conforme ilustra o quadro (8).

Quadro 8: Representativo da Composição Política da Assembleia da República das Eleições 2004 a 2024

Ano das eleições	Período legislativo	Força política	Número de deputados	Poder legislativo
2004	2005-2009	FRELIMO RENAMO – UNIÃO ELEITORAL Total	160 90 250	Assembleia da República
2009	2010-2014	FRELIMO RENAMO MDM Total	191 51 8 250	Assembleia da República
2014	2015-2019	FRELIMO RENAMO MDM Total	144 89 17 250	Assembleia da República
2019	2020-2024	FRELIMO RENAMO MDM Total	184 60 6 250	Assembleia da República
2024	2025-	FRELIMO PODEMOS RENAMO MDM	171 43 28 8	Assembleia da República

Total	250

Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base em dados CNE.

O quadro acima mostra que há uma tendência de redução do apoio eleitoral do partido RENAMO entre 2004 e 2009; entretanto, observa-se uma espécie de revés nas legislativas de 2014, quando se nota um aumento substancial do apoio eleitoral da RENAMO, ao mesmo tempo em que a FRELIMO perdeu consideravelmente a larga vantagem que havia conseguido nas eleições de 2009. Assim, os resultados eleitorais indicam que a RENAMO mantém certa estabilidade, apesar de uma ligeira queda no transcurso das três primeiras eleições, com exceção das eleições de 2004 e 2009, em que sua votação realmente decresce de forma acentuada, mas o partido recupera sua posição em 2014.

Das eleições legislativas e presidenciais realizadas até o presente momento, tem-se verificado mudanças ou reajustes na legislação do processo eleitoral, no recenseamento eleitoral e nas regras de votação; contudo, essas alterações nunca geraram confiança nos resultados anunciados pelos órgãos responsáveis, o que tem sistematicamente provocado conflitos pós-eleitorais. Essa situação resulta da falta de transformações estruturais nas leis eleitorais aprovadas e nos órgãos que gerem o processo, uma vez que essas leis não têm sido acompanhadas de estudos profundos e reconhecidos, tampouco os atores políticos têm ouvido os diversos segmentos da sociedade moçambicana de modo a alcançar consensos e modelos mais confiáveis de gestão dos processos, sem deixar indícios de eventuais fraudes, entre outros desafios de descrédito que têm marcado o campo político moçambicano.

Moçambique é classificado como um Estado parcialmente livre, considerando o conjunto de problemas e desafios que ainda enfrenta no que se refere ao respeito e à proteção dos direitos políticos e das liberdades civis, à persistência de tensões e violência política e aos abusos de direitos civis e políticos por parte das forças de defesa e segurança. Nos critérios metodológicos apresentados pela *Freedom House* para a elaboração de seus relatórios sobre a situação das liberdades no mundo, Moçambique não é considerado uma democracia eleitoral, uma vez que não satisfaz os critérios relacionados à existência de um sistema político multipartidário autêntico e competitivo; à existência de sufrágio universal para todos os cidadãos adultos, com exceções referentes às restrições legitimamente

impostas pelos Estados; à realização de eleições multipartidárias regulares por meio de votação direta e secreta, com segurança razoável das cédulas eleitorais; à ausência de grandes fraudes eleitorais capazes de produzir resultados que não representem a vontade dos cidadãos; e ao acesso público significativo dos principais partidos políticos ao eleitorado por meio da mídia e de campanhas políticas livres e abertas.[185]

Em 2019, a RENAMO voltou a apresentar uma grande queda quando comparada com outras eleições. No caso da FRELIMO, o partido cresceu e capturou algumas regiões historicamente dominadas pela RENAMO, como os círculos eleitorais de Tete, Nampula e Manica, cuja plenitude ocorreu nas eleições de 2009, ano em que obteve uma votação muito expressiva. Nas eleições de 2024, o candidato da FRELIMO, Daniel Chapo, venceu as eleições com 70,67%; o partido Partido Otimista pelo Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS), apoiado por Venâncio Mondlane, obteve 20,32%; o líder da RENAMO, Ossufo Momade, alcançou 5,81%; e o líder do MDM, Lutero Simango, 3,21%. Segundo os resultados anunciados pela CNE e validados pelo Conselho Constitucional (CC), a FRELIMO reforçou a sua maioria parlamentar, passando a obter cento e setenta e um (171) deputados, num total de 250. O partido PODEMOS passou a ser o maior partido da oposição, com quarenta e três (43) deputados, ultrapassando a RENAMO, que caiu para vinte e oito (28), ocupando a terceira posição, e o MDM, que desceu para o quarto lugar, ficando com oito (8) deputados.

As novas ondas de conflito político-militar que abalaram o país entre 2013 e 2016 evidenciam que as limitações do AGP não foram superadas e que o modelo de paz adotado continua sendo o mesmo. Tanto o chamado “Acordo de Paz”, assinado entre o então

[185] The “electoral democracy” is countries that have met certain minimum standards. In determining whether a country is an electoral democracy, Freedom House examines several key factors concerning the last major national election or elections. To qualify as an electoral democracy, a state must have satisfied the following criteria: a competitive, multiparty political system; universal adult suffrage for all citizens - with exceptions for restrictions that states may legitimately place on citizens as sanctions for criminal offenses - regularly contested elections conducted in conditions of ballot secrecy, reasonable ballot security, and in the absence of massive voter fraud, and that yield results that are representative of the public will; significant public access of major political parties to the electorate through the media and through generally open political campaigning. The presence of certain irregularities during the electoral process does not automatically disqualify a country from being designated an electoral democracy. A country cannot be an electoral democracy if significant authority for national decisions resides in the hands of an unelected power, whether a monarch or a foreign international authority. A country is removed from the ranks of electoral democracies if its last national election failed to meet the criteria listed above, or if changes in law significantly eroded the public's possibility for electoral choice. Freedom House's term “electoral democracy” differs from “liberal democracy” in that the latter also implies the presence of a substantial array of civil liberties. In the survey, all free countries qualify as both electoral and liberal democracies. By contrast, some Partly Free countries qualify as electoral, but not liberal, democracies (FREEDOM HOUSE, 2012, p. 29).

presidente Armando Guebuza e Afonso Dhlakama, quanto o acordo mais recente negociado entre o presidente Filipe Nyusi e o líder da RENAMO, Ossufo Momade, mantiveram o padrão de exclusão. Em ambos os casos, as vítimas, as mulheres, as Comunidades locais, a sociedade civil e os demais partidos políticos foram deixados de fora dos processos de negociação, perpetuando uma paz elitista e frágil.[186]

Segundo o nosso entrevistado, no percurso de mais de trinta anos do processo de democratização em Moçambique, constatam-se avanços e recuos nos processos de pacificação no país. Esses avanços e recuos concentram-se sobretudo na contínua democratização das instituições moçambicanas, não obstante alguns desafios que precisam ser aprimorados, especialmente em aspectos que determinaram retrocessos na operacionalização dos acordos de paz assinados. São eles: [1] a partidarização contínua do Estado; [2] o desarmamento tardio do nicho dos guerrilheiros da RENAMO; e [3] a prevalência da violência entre adversários políticos, com maior incidência em períodos eleitorais, o que evidencia que algumas cláusulas do Acordo de Paz não estão sendo cumpridas em sua plenitude. Isso também revela que os pontos discordantes não foram assumidos com sinceridade, o que justifica a sequência de mais de trinta anos de uma paz instável. Todavia, vale esclarecer que, desde o acordo de paz assinado em 2019, o país vive uma relativa estabilidade.[187]

Entre o final de março e meados de abril de 2020, a violência armada atingiu níveis nunca vistos antes, com o assalto e a ocupação temporária de quatro vilas nos distritos de Mocímboa da Praia, Quissanga, Muidumbe e Ibo. Nesse período, foram desencadeados vários ataques. A esse respeito, o relatório da Anistia Internacional aponta a ocorrência de um "total de 798 'eventos de violência organizada' em Cabo Delgado, entre outubro de 2017 e fevereiro de 2021".[188] Dos 162 ataques identificados até o final de setembro de 2019,

---

[186] Entrevista efectuada em anonimato a membro do partido FRELIMO, no dia 18 de Junho de 2025, na Conferência Nacional Sobre 50 anos de Independência de Moçambique realizados pelo Ministério dos Combatentes (MICO) e do Instituto de Pesquisa de História da Luta de Libertação Nacional (IPHLLN), realizado no dia 18 de junho de 2025, em Maputo.

[187] Entrevista disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LznlxtqUZ1s. Publicado em 1 de junho de 2015 com o título, Rogério Sitoe parte I: Saída de Guebuza fechou brechas na política nacional. Acessado em: 02.05.2025.

[188] AMNESTIA INTERNACIONAL. "O que vi foi a morte: crimes de guerra no cabo esquecido de Moçambique", 2012, p. 18.

em nove dos 17 distritos da província, a maioria (86%) concentrou-se em três distritos do norte da costa de Cabo Delgado, nomeadamente: Palma (45 ataques), Mocímboa da Praia (33 ataques) e Macomia (58 ataques). Moçambique continua a registrar uma desaceleração da economia, que tem afetado continuamente a maioria da população e, por conseguinte, tem contribuído para o fosso entre os mais abastados e os pobres (BRITO, 2020); (DARCH, 2018).

Não poucas vezes esse cenário tem gerado uma corrupção crescente que se faz sentir em todas as esferas. Isso se reflete, em grande medida, no plano da governança, em um distanciamento entre governados e governantes, sobretudo pela falta de diálogo entre esses dois grupos. Há desconfiança política no cenário de disputa eleitoral. Entre o Governo e a oposição reinam acusações e ameaças, tanto entre os diferentes partidos da oposição e o partido no poder quanto entre estes e os órgãos eleitorais, um fato recorrente em cada processo eleitoral, que assusta o cidadão comum e impede que as eleições sejam livres, justas e transparentes. Moçambique representa um caso único (sui generis) de construção de paz na África contemporânea.

Caracteriza-se pela reconciliação sem mecanismos de justiça transicional, pela paz "comprada" através de ajuda internacional em troca de democracia formal, e pela instabilidade cíclica evidenciada por múltiplos acordos em 27 anos. Moçambique escolheu o esquecimento em vez da memória. Não houve comissão de verdade e reconciliação, tribunal de crimes de guerra, processo de lustração ou programa formal de reparações às vítimas. Amnésia institucionalizada como política de Estado, gerando impunidade total para perpetradores de ambos os lados.

4.3. Partilha de Poder na Comissão Nacional de Eleições como Mecanismo para o Alcance da Paz

A partilha de poder no âmbito da CNE entre o Governo liderado pela FRELIMO, a RENAMO e os partidos da oposição não armada, materializada por meio da distribuição de posições de liderança e do princípio do consenso na tomada de decisões, contribuiu para que, por meio da cooperação mútua, as partes conseguissem passar de uma situação de

divergência para uma posição de convergência em diferentes matérias importantes no contexto do processo eleitoral. Desde a realização das primeiras eleições de 1994, a composição da CNE tem sofrido mudanças contínuas a cada pleito eleitoral. A seguir, na apresentação da variação da composição da CNE desde as primeiras Eleições Gerais e Multipartidárias até as penúltimas (1994–2014), observa-se como o objetivo de "equilíbrio, objetividade e independência em relação a todos os partidos políticos", enunciado no AGP para a CNE (ponto IV, 3ª do Protocolo III, ver Anexo VIII), somente poderia ser alcançado por meio de uma composição equitativa entre Governo e oposição.

Esse princípio foi abandonado na legislação subsequente, em favor de uma representação partidária na CNE com base no peso de cada formação política no parlamento, mesmo após a inclusão de membros da sociedade civil, com exceção da legislação para as eleições de 2014, que definiu uma CNE com base no princípio do equilíbrio. Isso elevou os níveis de desconfiança dos atores políticos da oposição em relação à imparcialidade e transparência da atuação desse órgão, contribuindo para o surgimento de tensões políticas com contornos militares em Moçambique, manifestadas pela contestação dos resultados eleitorais, pelas recorrentes revisões da legislação eleitoral e pelos discursos de retorno à guerra, com ocorrência de confrontos militares.

Tabela 2: Variação da composição da CNE desde as primeiras Eleições Gerais e Multipartidárias de 1994 a 2019.

Legislação Eleitoral	Proveniência	Presidente da CNE	Composição
CNE - LEI nº4/1993 para as Eleições Gerais e Multipartidárias de 1994	10 - FRELIMO; 7 - RENAMO; 3 - Outros	1 - Brazão Mazula nomeado pelo PR	21 Membros
CNE - LEI nº4/1997 para as Eleições Autárquicas de 1998	4 - FRELIMO; 3 - RENAMO; 1 - União Democrática	1 - Presidente da CNE nomeado pelo PR	9 Membros
CNE - LEI nº8/1999 para as Eleições de 1999	8 - FRELIMO; 6 - RENAMO; 2 - Governos	1 - Presidente da CNE, Jamisse Taimo nomedado pelo PR	17 Membros
CNE - LEI nº20/2002 Eleições Gerais de 2004	10 - FRELIMO; 8 - RENAMO	1 - Presidente da Sociedade Civil da CNE, Arão Litsuri nomeado pelo PR.	19 Membros
CNE - LEI nº 8/2007 para as Eleições Gerais	3 - FRELIMO; 2 - RENAMO; 8 - Membros	Leopoldo da Costa da ONP foi indicado como	13 Membros

de 2009	da Sociedade Civil	Presidente da CNE	
CNE - LEI nº6/2013 para Eleições Autárquicas	5 - FRELIMO; 2 - RENAMO; 1 - Juiz, e 1 - advogado; 3 - Membros da Sociedade Civil	Sheik Abdul Carimo foi indicado como PR da CNE	13 Membros
CNE - LEI nº9/2014 para Eleições Gerais de 2014	5 - FRELIMO; 4 - RENAMO; 1 - MDM; 7 - Membros da Sociedade Civil	Sheik Abdul Carimo continua como Presidente CNE	17 Membros
CNE - LEI nº 2/2019 para Eleições Gerais de 2019	5 - FRELIMO; 2 - RENAMO; 1- MDM; 1 - Juiz; 1 - Procurador; 3 - Membros da Sociedade Civil	Dom Carlos Matsinhe	13 Membros

Fonte: elaborado pelo autor com base na Legislação Eleitoral.

Para as eleições subsequentes, foi formada uma nova comissão, mas que, em sua essência, constituiu um "remendo novo em pano velho". A nova CNE, que dirigiu o ciclo eleitoral de 2013, 2014 e 2018 e depois teve seu mandato renovado para dirigir as eleições de 2019, compreendeu dois momentos em sua formação e na eleição de seus membros. Primeiramente, à luz da Lei n.º 6/2013, a CNE era composta por 13 membros, com apenas 3 membros propostos pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Nesse processo, foram selecionados Abdul Carimo (proposto pelo Centro de Estudo Democracia e Desenvolvimento - CEDE), Paulo Cuinica (do Observatório Eleitoral) e Rabia Valgy (da Associação Luta Contra a Pobreza).

A seleção e a sessão para eleição desses membros ocorreram sem a presença da RENAMO, que decidiu excluir-se do processo de criação da CNE, assim como do processo eleitoral realizado naquele ano, em favor de um pacote eleitoral mais abrangente. No segundo momento, com a adoção da Lei n.º 9/2014, em resultado da contestação da RENAMO, a CNE passou a ser composta por 17 membros, dos quais 10 indicados pelos Partidos Políticos (sendo 5 pela FRELIMO, 4 pela RENAMO e 1 pelo MDM) e 7 pelas OSCs. Nesse processo, foram selecionados Jeremias Timane (da Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes e Livres), José Samuel (do Instituto Martin Luther King), Apolinário João (da Associação Juventude para a Comunidade e Desenvolvimento) e Salomão Moyana (da Associação Aliança Inter-Religiosa para a Advocacia e

Desenvolvimento Social), que se juntaram aos 3 já eleitos para completar os 7 necessários na nova legislação.

A legislação de 2013 e 2014, para além de dispor que podiam existir candidaturas a título individual, estabelece ainda que esse processo é conduzido por uma comissão ad hoc criada pela Assembleia da República e constituída por representantes dos partidos políticos com assento parlamentar. Das candidaturas recebidas, a comissão seleciona um mínimo de 12 e um máximo de 16 candidatos para posterior eleição em plenária. Moçambique já realizou 13 eleições, sendo sete presidenciais e legislativas (1994, 1999, 2004, 2009, 2014 2019 e 2024), três para a eleição das assembleias provinciais, sendo que as últimas (2019) elegeram também os governadores de província à luz do pacote de descentralização, que foi uma das reivindicações da RENAMO para o estabelecimento de uma paz efetiva no país; e seis eleições autárquicas (1998, 2003, 2008, 2013, 2018 e 2023).

Para cada um desses processos eleitorais, foi aprovada uma legislação específica, não só para a organização das eleições, mas também para a composição dos órgãos de administração eleitoral. Moçambique já experimentou, sob o ponto de vista substancial, todos os tipos e modelos de órgãos de gestão eleitoral. Contudo, os órgãos de Administração Eleitoral continuam a ser fortemente contestados. A contestação, especificamente em relação à CNE, decorre do fato de as mudanças na composição e no funcionamento dessa instituição eleitoral serem baseadas em jogos políticos e táticas dos dois principais atores da cena política moçambicana, a FRELIMO e a RENAMO, assim como nas recomendações das missões de observação eleitoral, e não no interesse de criar um organismo independente capaz de dirigir eleições com a neutralidade requerida. É o conflito político que caracteriza os processos eleitorais em Moçambique.

De acordo com Jacinto Veloso, é preciso notar que, em Moçambique, a coexistência e as negociações para a paz, assinadas em Roma entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO, vêm fracassando pelo fato de membros do partido no poder continuarem a olhar a RENAMO como “bandidos armados” e pela forma como são constituídos os órgãos de gestão eleitoral. Aliás, mesmo após as emendas constitucionais e a implementação do regime multipartidário, a percepção de que a RENAMO era constituída por “bandidos armados” permaneceu em alguns dirigentes da FRELIMO. A FRELIMO, por um lado,

alega e tem em mente que a RENAMO deve ser neutralizada, aniquilada de uma vez por todas; e, por outro lado, os dirigentes da RENAMO continuam a considerar o partido FRELIMO como uma organização "comunista", com a qual o único diálogo possível é através das armas, e só assim ela pode capitular politicamente, conforme afirma (VELOSO, 2018, p. 21).

Entretanto, é preciso sublinhar que, quanto à experiência política democrática, tanto a FRELIMO quanto a RENAMO se confrontaram com os mesmos problemas de adaptação, embora de maneira peculiar, tendo em conta as especificidades históricas de cada uma das organizações. Tanto o líder da FRELIMO, Joaquim Chissano, quanto o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, enfrentaram o desafio múltiplo de garantir a sobrevivência organizacional, proteger suas próprias posições à frente do partido e buscar apoio eleitoral para o partido (MANNING, 2007).

Contudo, desde a assinatura do AGP, um dos pontos mais controversos residia no setor das Forças de Defesa e Segurança (FDS) - Exército, Polícia e Serviços de Informação e Segurança do Estado (SISE). O Governo pretendia reestruturá-los sem, no entanto, incluir os membros da RENAMO. Por outro lado, a RENAMO pretendia que fossem extintos para criar um outro serviço de inteligência com bases totalmente renovadas. Em relação à estrutura do comando da Polícia da República de Moçambique (PRM), a RENAMO propunha que fosse conjunta, enquanto o Governo defendia uma estrutura não conjunta (ROCCA, 1998); (ROCCA, 2012).

4.4. A Limitação do AGP e o Acordo de 2014

A situação de estabilidade de Moçambique sofreu um enorme retrocesso a partir de 2012, com o regresso do Presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama, à sua antiga base em Satunjira, na Gorongosa, e com diversos episódios bélicos na região central do país, iniciados em 4 de abril de 2013, com um ataque contra uma esquadra da polícia na localidade de Muxúnguè, na província de Sofala. Os conflitos instalaram-se na região e atingiram um ponto culminante com o ataque à base de Satunjira, em outubro de 2013,

onde o Presidente da RENAMO estava instalado. O que levou o membro da RENAMO, nomeadamente Fernando Mazanga, a declarar que, com essa atitude, "*o Comandante-Chefe das forças de segurança coloca um termo ao Acordo de Paz de Roma*"[189].

A RENAMO, nesse momento, ainda gozava da prerrogativa de ser um partido com forças militares desde a sua criação. Consta que, durante a guerra dos dezesseis anos e em outras manifestações, esse partido teria usado a força violenta como instrumento de reivindicação de suas percepções e necessidades. Esse fator foi muitas vezes usado em discursos políticos para fragilizar seu capital político, principalmente pelo fato de estar se digladiando com um partido que já gozava de credibilidade, por se assumir como legítimo representante do povo, dado o mérito da libertação colonial e por ser o partido no poder até então.

Ademais, a RENAMO considerou a Lei n.º 10/2011, de 13 de julho, como discriminatória, porque não fazia referência à luta pela Democracia levada a cabo por André Matsangaíssa e Afonso Dhlakama. Esse antigo movimento armado afirma ser o verdadeiro representante do povo moçambicano, reivindicando que lutou contra o Governo marxista da FRELIMO para instalar a Democracia multipartidária no país. Em vários discursos, o líder da RENAMO tem se autodenominado "pai da Democracia". Na versão da FRELIMO, o conflito era uma guerra civil fomentada pelos regimes de minoria branca da ex-Rodésia do Sul e da África do Sul, por meio da RENAMO.

Os guerrilheiros da RENAMO eram apelidados de "bandidos armados", "raptores", "criminosos", e sublinha-se que ela não tem base política legítima em Moçambique, tendo se alimentado da violência contra as populações e do apoio estrangeiro. São também dignos de referência, nos processos eleitorais moçambicanos, a fraca transparência na indicação e seleção dos membros da CNE e do STAE; a desigualdade no tratamento das reclamações relativas às irregularidades e ilícitos eleitorais; a restrição da mídia e dos observadores na cobertura efetiva dos processos eleitorais (no apuramento de votos e resultados); intimidações e acusações de fraudes entre os partidos; a fraca transparência e

[189] Disponivel em: http://www.dw.com/pt/Renamo-anuncia-fim-do-acordo-de-paz-emmo%C3%A7ambique/a-17174192, acessado no dia 22 de abril de 2025.

responsabilização na contagem e apuramento dos votos; violências e intolerância política, dentre outros.

Os conflitos se alastraram ao longo do país a partir de 2013, tendo inclusive atingido as regiões de Tete e Nampula, com relatos de vítimas civis. Em decorrência disso, notou-se a mobilização de organizações da sociedade civil, que se expressou em manifestações nas cidades de Maputo, Beira e Quelimane, como forma de exigir paz, bem como cobrar dos atores políticos algum tipo de entendimento e consenso entre eles. Nessas condições, e por discordar da Lei Eleitoral n.º 7/2013, de 22 de fevereiro, que conduziria as eleições autárquicas daquele ano, a RENAMO boicotou tais eleições, que vieram a ser realizadas em 20 de novembro de 2013, tendo como principais concorrentes a FRELIMO e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), liderado por Daviz Simango.

Em 5 de agosto de 2014, após dezenas de reuniões mútuas, o Governo moçambicano e a RENAMO alcançaram um acordo final conhecido como Acordo de Cessação das Hostilidades Militares (ACHM)[190] no país, isso no dia 5 de setembro de 2014.

Esse acordo foi assinado, entre presidente Armando Guebuza e Afonso Dhlakama, líder da RENAMO, que fez cessar temporariamente a violência armada que havia ressurgido em 2012, permitindo a realização das eleições gerais de outubro de 2014. Este acordo foi assinado pelas partes para permitir que os candidatos da RENAMO participassem da corrida às eleições de outubro desse ano. Porém, as tensões voltaram a crescer após as eleições, com a RENAMO a acusar a FRELIMO de fraude e supressão violenta da oposição, e exigindo o controle direto de seis províncias, inicialmente como "regiões autónomas", onde teria, alegadamente, ganho uma pluralidade de votos populares.

[190] O ACHM foi assinado em 2014 entre o Presidente Armando Guebuza e o Presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama. O Acordo de Cessessão de Hostilidades Militares foi aprovado pela Lei nº29/2014 e prevê uma Declaração de Cessação das Hostilidades Militares, entre o Governo e a RENAMO; os Mecanismos de Estabelecimento do Acordo; os Mecanismos de Garantia da sua aplicação; e os Termos de Referência da Equipa de Observação de Cessessão das Hostilidades Militares - EMOCHM. A EMOCHIM foi constituída por 23 oficiais estrangeiros da África do Sul, Botswana, Cabo Verde, Quénia, Zimbábue, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Itália e Portugal; 355 oficiais do Governo; e 35 oficiais da RENAMO. Essa equipa tinha como uma das missões mapear os quarteis e homens residuais da RENAMO, para levar a cabo processo de DDR que não acontecerá, no período da implementação do Acordo Geral de Paz. Novamente, devido a elevados níveis de desconfiança, a RENAMO pouco colaborou e a EMOCHIM foi desmantelada sem ter cumprido a sua missão.

Entretanto, mais uma vez, o processo de paz voltou a ser beliscado pela interpretação política que as partes faziam do conteúdo do Memorando de Entendimento, mormente de sua alínea (h), cujas discussões se resumiam na dicotomia integração versus enquadramento (COELHO; VINES, 1996, p. 59). Convém recordar o conteúdo da referida alínea (h), *"Decreto da Constituição da República, salientava que; as equipas de peritos militares de ambas as partes deverão apresentar um documento ao plenário que contenha também as questões relativas à integração das forças residuais da RENAMO nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique e da Polícia da República de Moçambique e consequente enquadramento da segurança da RENAMO" (Lei 29/2014, de 9 de setembro de 2014).*

A interpretação política feita pela oposição sempre extrapolou, no espírito e na letra, o conteúdo dessa alínea, ao condicionar qualquer ação à elaboração de um documento que espelhasse as vacaturas existentes nas FDS, em geral, e nas FADM, em particular, para posterior preenchimento a seu critério, obedecendo ao princípio da paridade. Por diferentes razões, dentre as quais a recusa da RENAMO em aceitar os resultados eleitorais, acusando a FRELIMO de fraude, os ataques armados recomeçaram pouco tempo após as eleições.

Entre 2012 e 2017, em razão das disputas políticas, o país voltou a assistir ao recrudescimento da conflitualidade violenta envolvendo os mesmos atores. O conflito reacendeu a discussão sobre a partilha do poder, pois, tanto para a RENAMO quanto para a FRELIMO, a solução para a situação em que o país se encontrava passava pela partilha do poder territorial, descentralização política e econômica e militar, vistos como essenciais para a paz efetiva no país. Perspetiva semelhante é partilhada por acadêmicos nacionais e internacionais e por organizações da sociedade civil, ao defenderem que o cerne do conflito violento em Moçambique está "na redistribuição de recursos de poder" e na "intolerância política e exclusão socioeconômica" (PEREIRA, 2016).

4.5. O Reforçar do Acordo de 2019

O dia 5 de setembro de 2013 foi a data em que se assinou o segundo acordo, que ficou conhecido como o Acordo de Cessação das Hostilidades, assinado pelo então Presidente da República, Armando Guebuza, e pelo então Presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama, como notado acima. Esse acordo, portanto, destinava-se ao que se designou como "Paz das eleições", que pode ser caracterizada por um cenário em que se procurou alcançar a paz de forma fugaz, de modo a permitir que a RENAMO e o seu líder participassem do processo eleitoral que se avizinhava, viabilizando a realização das eleições. Ademais, a necessidade de negociação de mais um pacote de manutenção sugere a hipótese de existir uma necessidade primária de analisar as expectativas de cada ator envolvido e, sobretudo, as condições de efetivação dos acordos. Não basta apenas a tomada de decisões que resultem em acordos; é preciso criar bases para a sua implementação. Cabe salientar que o último processo de paz foi conduzido sem mediação de terceiros. O modelo consistiu em encontros informais e secretos, com o envolvimento direto das lideranças signatárias do acordo.

Em agosto de 2019, foi assinado um terceiro acordo, denominado Acordo de Paz Definitiva e Reconciliação Nacional, visando encerrar formalmente meses de confrontação militar entre as Forças de Defesa e Segurança e o braço armado do principal partido da oposição, na sequência da contestação aos resultados das eleições gerais de 2014. Esse acordo contempla igualmente, em seu pacote, questões que envolvem o DDR do braço armado da RENAMO e a anistia a pessoas que tenham cometido delitos no âmbito da violência militar relacionada aos confrontos entre as forças governamentais e a RENAMO. Desse acordo ressalta-se ainda uma grande mudança do ponto de vista do xadrez político, uma vez que foi a partir do acordo de 2019 que, pela primeira vez, o país passou a conhecer a eleição de governadores nas províncias. Todo esse cenário já vinha das reclamações de Afonso Dhlakama, quando argumentava que era preciso governar onde cada candidato ganhou as eleições, o que chamava, à época, de "governação autónoma". Mesmo com a introdução de um modelo de eleição de governadores, o Governo instituiu uma nova figura provincial, a de Secretário de Estado provincial.

O terceiro acordo foi assinado após diversos processos de negociação com mediadores internacionais e nacionais. O Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo[191] foi assinado em 6 de agosto de 2019 pelo Presidente de Moçambique e presidente da FRELIMO, Filipe Nyusi, e pelo novo líder da RENAMO, Ossufo Momade, atual presidente da RENAMO, tendo sido transformado em Lei pela Assembleia da República em 21 de agosto de 2019. Os detalhes desse acordo só se tornariam públicos posteriormente. Desse acordo destaca-se, novamente, uma grande mudança do ponto de vista do xadrez político, uma vez que foi a partir do acordo de 2019 que, pela primeira vez, o país passou a conhecer a eleição de governadores nas províncias. Na mesma sequência, a partir de 2024, ocorrerá a eleição dos administradores distritais. Todo esse cenário já vinha das reclamações de Afonso Dhlakama, quando argumentava que era preciso governar onde cada candidato ganhou as eleições, o que chamava, à época, de "governação autónoma". Mesmo com a introdução de um modelo de eleição de governadores, o Governo instituiu uma nova figura provincial, a de Secretário de Estado provincial.

Os resultados eleitorais de 2019 não foram reconhecidos pela ala militar da RENAMO, que posteriormente criou a Junta Militar da RENAMO (JMR), liderada por Mariano Nhongo, um movimento subversivo que efetuou vários ataques no Centro de Moçambique, mais concretamente nas províncias de Sofala e Manica. Porém, os processos eleitorais em Moçambique têm sido precedidos por divergências que, em muitos casos, chegam a alcançar o nível de violência armada entre os principais atores políticos (ZECA, 2021, p. 371).

[191] A 1 de Agosto de 2019, o Presidente Filipe Nyusi e o Presidente da RENAMO, Ossufo Momade, assinaram o Acordo de Cessação Definitiva de Hostilidades Militares no Parque Nacional da Gorongosa. Este acordo baseia-se no Memorando de Entendimento sobre Assuntos Militares assinado em Agosto de 2018, onde ambas partes reafirmaram o seu desejo de paz e reconciliação do Estado e a opção privilegiada pelo diálogo como meio de resolução de diferendos. Este acordo de paz também visava sanar as lacunas relacionadas com o AGP. O Acordo de Paz de Maputo, assinado em 2019, marcou um passo significativo rumo à paz duradoura em Moçambique. Este acordo de paz para a cessação definitiva das hostilidades militares foi assinado entre o Presidente Filipe Nyusi, com o líder da RENAMO, Ossufo Momade. Sublinha-se que, este Acordo foi assinado depois da morte do Presidente Afonso Dhlakama, vítima de doença, que ocorreu a 3 de maio de 2018. Disponível em: https://www.peaceagreements.org/viewdocument/2286. Acesso em: 04/03/2023; L. Matias. "Fim do mandato da EMOCHM preocupa ativistas moçambicanos". *DW*, 15/05/2015. Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/fim-da-emochm-preocupa-sociedade-civil-de-mo%C3%A7ambique/a-18452024. Acesso em: 04/03/2023.

Portanto, no que se refere aos problemas elencados nesse acordo, o ex-Deputado do MDM, Silvério Ronguane, em uma entrevista concedida, afirmou que um dos problemas que tem minado o processo de pacificação do Estado moçambicano tem sido, *"os interesses particulares, sejam de particulares como pessoas ou particulares no sentido de grupos, estamos a dizer, que o que mina a paz é há existência de interesses particulares ao de cima de interesses nacionais; A ambição dos atores políticos, cada parte dos beligerantes que conquistar a maior fatia do poder político"*[192]. Contudo, apesar de aclamado como o acordo de paz definitiva, sua efetividade foi ameaçada por diferentes motivos, dentre eles a autoproclamada Junta Militar - grupo de guerrilheiros dissidentes da RENAMO e liderados pelo general Mariano Nhongo (abatido em combate em 2018) que considera a assinatura de tal acordo nula.

Esse modelo de negociação tem suscitado críticas por parte de atores-chave da política nacional e de alguns acadêmicos, por considerarem tratar-se de um processo não inclusivo e, por outro lado, por ser uma plataforma que pode suscitar aproveitamento político, não obstante o acordo visar ao bem-estar social, tendo como ponto de partida uma paz sustentável. Este Acordo possui igualmente, em seu pacote, questões que envolvem o DDR do braço armado da RENAMO e a anistia a pessoas que tenham cometido delitos no âmbito da violência militar relacionada com os confrontos entre as forças governamentais e a RENAMO. Este acordo, tido por seus signatários como o acordo final, também foi assinado com o propósito de pôr fim à violência armada e dar seguimento efetivo ao processo de DDR; aliás, essa é a essência do Acordo de Paz em Moçambique.[193]

Sobre este capítulo, ele nos permitiu captar diversas dimensões sobre a paz em Moçambique. Dentre elas, destaca-se o fato de que o entendimento da paz não pode ser visto apenas como pertença de determinados atores políticos - FRELIMO e RENAMO - sendo necessária a abertura para que demais vozes tenham a possibilidade de intervir no processo, não apenas de serem ouvidas do ponto de vista formal, mas igualmente de

---

[192] Entrevista efetuada ao Prof. Doutor Silvério Ronguane, Vice-Reitor da Universidade São Tomas de Moçambique, dezembro de 2024, em Maputo.

[193] Jornal @verdade. Escrito por Redação em 15 Janeiro 2015 (Atualizado em 06 Abril 2015). "Assumo as minhas funções como Presidente de todos os moçambicanos" Filipe Nyusi discurso tomada de posse. http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/51364 qassumo-as-minhas-funcoes-como-presidente-de-todos-os-mocambicanosq-filipe-nyusi discurso-tomada-de-posse. Acessado em 03.05.2025.

participar da tomada de decisão sobre quais caminhos o país deve seguir, para que os conflitos deixem de fazer parte de sua história recente, o que tem sido notório desde a assinatura dos acordos de paz de 1994 até a atualidade.

Outro destaque a ser considerado é a necessidade de concessões no que se refere aos pontos discordantes entre as partes, o que pouco se tem verificado no caso de Moçambique, criando morosidade nos processos de negociação, a qual, por sua vez, é bastante nociva para a construção da paz em si. Foi possível ainda verificar que um dos grandes constrangimentos é a falta de concessão e a desconfiança que ainda reina no seio dos atores da paz, necessitando, dessa forma, sempre de um processo de mediação que envolva atores externos, não apenas para ajudar a encontrar consensos, mas igualmente para custear o processo de paz, fatores que fazem com que a paz em Moçambique seja fruto da dependência e da vontade de outros, e não necessariamente dos moçambicanos. O quadro no anexo XI nos mostra claramente os atores envolvidos, as fases, os mediadores, os resultados e as consequências do/no processo de negociação da paz em Moçambique.

Ademais, a partir da pesquisa foi possível constatar que falta um verdadeiro pacto para a paz em Moçambique, dado que vários atores carregam mágoas históricas e transportam esse estado de espírito para a mesa das negociações. Nota-se que existem interesses que poderiam ter sido satisfeitos logo na primeira rodada negocial, em 1992, mas que até os dias atuais persistem. Por exemplo, é recorrente perceber que a partidarização institucional criada pelo partido FRELIMO, por meio de seu Governo, é o elemento mais crítico desse processo, o que faz com que haja pouco sucesso negocial, dada a sobreposição de interesses dos dois atores que dominam o processo de paz em Moçambique. Contudo, na tabela 2 em forma de resumo apresento o retomar do conflito as iniciativas de Paz em Moçambique levado a cabo pela liderança do Governo da FRELIMO e as liderança da RENAMO com objetivo de por fim ao conflito iniciado em 2012 a 2013.

Tabela 3: Iniciativas de Paz - Retomar dos Conflitos de 2013-2019

	DATA	TIPO	MEDIADORES	RESULTADO	CONSEQUÊNCIA
1	2013 - 2014	Conversações Directas (âmbito nacional) Conferências	Facilitadores: Intelectuais Nacionais, Clero.	Acordo sobre Cessação das Hostilidades, Observadores Militares	Alegações de Fraude Eleitoral. A guerra continua.

		Joaquim Chissano.		Internacionais, Lei de Amnistia, Revisão da lei Eleitoral Eleições gerais de 2014.	Tentativa de "Solução Savimbi" – Três Tentativas de Assassinato do Líder da RENAMO.
2	2015 - 2016	Conversações Directas via Comissão Conjunta (âmbito internacional) "Conversações do Hotel Avenida".	Quett Masire (Botswuana), União Europeia, África do Sul, Tanzânia, Vaticano, mais Subcomissões.	Agenda de Reforma da Lei da Descentralização.	Interrompidas (pelo Governo) Declaração Unilateral de Tréguas da RENAMO (finais de 2016).
3	2017 - 2019	Conversações Directas Secretas entre Líderes, Âmbito Nacional	Embaixador da Suíça + Grupo de Contacto (Botsuana, China, União Europeia, Noruega, Reino Unido, EUA) Secretariado da Paz – Comissão Conjunta + Assessores Internacionais.	Reforma Constitucional sobre Descentralização e Subsidiariedade, Incluindo Autonomia Provincial (Maio de 2018). Acordo de DDR (Agosto de 2018). Acordo de Maputo (Agosto de 2019).	Eleições ao abrigo de novo regime legal Cessação das Hostilidades Militares. Supervisão Internacional de DDR. Risco de Oposição por dissidentes a Descentralização + Recentralização.

Tabela 3: Elaborado e Adaptado pelo autor a partir de obra publicadas pelo IESE – *Desafios para Moçambique 2020*.

Contudo, o terceiro acordo de paz em 27 anos - avanços e limites persistentes. Este acordo assinado em Maputo entre o Governo moçambicano e a RENAMO, após o retorno ao conflito armado em 2012. Este acordo representa uma tentativa renovada de consolidar a paz, com avanço significativo na descentralização política através da eleição direta de governadores provinciais - uma demanda histórica da RENAMO. Avanço Principal: Descentralização - Eleição direta de governadores provinciais - concessão histórica da FRELIMO que permite à população escolher líderes regionais, reduzindo a centralização do poder em Maputo. A facção armada liderada por Mariano Nhongo rejeitou o acordo e continuou ataques, demonstrando fragmentação interna na RENAMO e fragilidade do compromisso. A insurgência em Cabo Delgado (desde 2017) não foi mencionada no acordo, ignorando um dos conflitos mais graves e urgentes do país. Assim como os acordos anteriores, não incluiu mecanismos de justiça transicional, comissão de verdade ou reparações, perpetuando a impunidade. Balanço do Acordo - notamos um certo avanço real

na descentralização, mas limites estruturais persistem - a paz permanece “emprestada” e instável.

Da analise feita sobre este capitulo, nos leva afirmar que, a nossa incapacidade de estar em paz e de aceitar as regras de jogo democráticas talvez sejam os nossos maiores calcanhares de Aquiles - e eles estão intimamente relacionados. No memento que o país devia ter aproveitado o dividendo da paz e a boa vontade dos doadores em relação ao país no Governo de Armando Guebuza, as opções que foram tomadas reacenderam o conflito com a RENAMO, agudizaram o endividamento do país sem o devido investimento no sector produtivo, e pior ainda, um maior retrocesso na democratização do país com uma intensa partidarização do Estado e o regresso dum monopartidarismo disfarçado em disciplina partidária. O enfraquecimento da oposição, parecendo que não, também enfraquece a capacidade governativa de quem detém o poder. Um poder absoluto e inquestionável faz exactamente o tipo de decisões que o Governo de Armando Guebuza fez: as dívidas ocultas, responsáveis por este deslize catastrófico dos indicadores do país, e, na minha opinião, a desastrosa indicação de Filipe Nyusi como Presidente - uma pessoa sem as mínimas qualificações para tamanha responsabilidade.

Hoje com o Presidente Daniel Francisco Chapo, estamos a colher dessa semente amarga, onde o país vai caminhando sem nenhum rumo, o que de certa forma, esse fator ameaça a paz em Moçambique. E a reação dos nossos dirigentes tem sido recorrentemente a mesma, a chamada tática do avestruz, de enterrar a cabeça no solo. A culpa é sempre dos outros, de forças externas e seus agentes internos, ontem inimigos do povo hoje apóstolos da desgraça. Não me surpreenderá que o Governo de Moçambique venha dizer que a paz esta sendo ameaçada por forças externas, com o apadrinhamento de forças internas, e que os relatório apresentados sobre a violência política, e o desenvolvimento em Moçambique é mais um exercício para denegrir o país e a gloriosa FRELIMO. Conclusão crítica: A insurgência em Cabo Delgado demonstra que o Acordo de Paz e Reconciliação de 2019 não garantiu paz nacional. Novas formas de conflito emergem quando as causas profundas - desigualdade, exclusão econômica, marginalização regional - não são enfrentadas.

4.6. Posicionamentos e Comentário dos Entrevistados sobre o Processo de Paz em Moçambique

Neste ponto, proceder-se-á à apresentação de testemunhos de entrevistas realizadas com algumas personalidades que acompanharam o processo de negociação que levou à assinatura dos Acordos de Paz em Moçambique. Primeiramente, utilizaremos entrevistas semiestruturadas e estruturadas, bem como relatos orais coletados, particularmente, em Conferências e Simpósios realizados ao longo de 2025 e 2026. Os testemunhos de entrevistas diretas realizadas em 2025 são de figuras como António da Costa Gaspar, Carlos Mussa, Bernardo Nakatembo e de alguns que preferiram que não se revelassem o seu nome. Ao professor Elísio Macamo, devido à localização e à dificuldade de comunicação presencial, foi enviado um questionário para que pudesse tecer alguns comentários sobre o tema da pesquisa. No entanto, esses testemunhos oferecem varias perspectivas privilegiadas e diversificada em alguns momento sobre essa trajetória multidimensional sobre o tema da Tese.

Esses atores, cada um com papéis distintos no processo de Paz em Moçambique, desde a mediação religiosa e intelectual até a participação direta nas negociações políticas e diplomáticas-, testemunharam não apenas os momentos críticos do Acordo de Paz país. Estes presenciaram também as negociações de outros acordos assinados ao longo do tempo, entre o Governo e a RENAMO além de acompanharem as transformações subsequentes que definiram o Moçambique contemporâneo. No presente capítulo, também serão apresentados depoimentos e relatos colhidos nas apresentações de várias personalidades nas Conferências e Simpósios realizados em Moçambique no âmbito dos 50 anos da independência. O olhar dessas figuras nas Conferências, Simpósios e Depoimentos sobre Moçambique pode ajudar a traçar uma radiografia do processo de paz no país, de modo a compreender as razões do retorno à guerra e do constante crescimento da violência política que caracteriza o Estado.

A partir desses depoimentos, será realizado um cruzamento e uma comparação com outras fontes primárias, secundárias e terciárias que abordam o tema da pesquisa. Destacam-se, nesse ponto, discursos, textos, panfletos e mensagens escritas por diversos atores que pesquisam esse campo de estudo. No total, foram conduzidas cinco (5)

entrevistas por meio de plataforma digital e recolhidos dois depoimentos de figuras que participaram do evento. Esses depoimentos foram coletados na Conferência e no Simpósio realizados na cidade de Maputo. Ressalta-se que o tempo das entrevistas variou de dez a vinte minutos, com transcrições que variaram de três a cinco páginas. Os nomes utilizados na transcrição de algumas entrevistas e na redação da tese são fictícios, para proteção da identidade dos entrevistados. Nesse contexto, as entrevistas efecuadas foram conduzidas em português, por opção dos entrevistados.

(i) Qual é o contributo da Comunidade Muçulmana em Moçambique no processo da assinatura do Acordo de Paz?

De modo geral, o processo de paz em Moçambique contou com a contribuição de moçambicanos de diversas sensibilidades políticas, religiosas e étnico-linguísticas. Segundo António Gaspar, a assinatura do AGP foi o culminar de um processo que levou dois anos de intensas negociações. A Comunidade Muçulmana, apesar de não ter estado diretamente representada na equipe de mediação, entende-se que contribuiu de forma indireta e não da mesma maneira que a Igreja Católica, acolhendo os esforços do processo, sobretudo no que diz respeito à consolidação da paz no país.[194] Para Carlos Mussa, a Comunidade Muçulmana não se envolveu diretamente no processo de assinatura do Acordo de Paz de 1992, em Roma. Contudo, houve membros da Comunidade Muçulmana que apoiaram o Governo com ideias sobre como garantir uma reconciliação nacional inclusiva. Outros contribuíram com recursos ao Governo para apoiar o processo de paz.[195] Bernardo Nakatembo, por sua vez, afirma que a Comunidade Muçulmana em Moçambique teve como contributo a sua atuação permanente junto à sociedade em geral, no apelo à paz e à solução do conflito por meio de negociação direta com a RENAMO. A Comunidade Muçulmana contribuiu no apelo à paz, tendo sido organizadas várias missas por ela. [196]

---

[194] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de abril de 2025, em Maputo - Cidade.
[195] Entrevista efectuado ao Prof. Dr. Carlos Mussa, no dia 22 de maio de 2025, no Centro de Interpretação do IPHLLN, em Maputo - Cidade.
[196] Entrevista efectuado ao Dr. Bernardo Nakatembo, no dia 2 de abril de 2025, no IPHLLN, em Maputo - Cidade. Bernardo Nakatembo, quadro senior das Forças Armada de Moçambique (FAM). Tenete e Coronel da Marinha Guerra em Moçambique. Combatente da Defesa, Soberania e Democracia (DSD). Actualmente exerce a função do Director Geral no Instituto de Pesquisa de História da Luta de Libertação Nacional (IPHLLN), instituição ligado ao Ministérios do Combatentes (MICO). Sua area de trabalho e Comunicação e Jornalismo. Entrevista efectuado ao Dr. Bernardo Nakatembo, no dia 2 de abril de 2025, Maputo.

(ii) Porque os membros da Sociedade Civil não participaram na assinatura do Acordo de Paz de 1992?

Segundo António Gaspar, a Sociedade Civil não participou da assinatura do AGP, em Roma, essencialmente porque não existia como tal. As organizações da sociedade civil são produto da própria paz alcançada em Roma; naquela altura, não se falava em sociedade civil. Existiam, sim, algumas ONGs. Por essa razão, era inconcebível a sua participação, sobretudo porque a matéria de paz e segurança pertence à esfera e ao domínio total dos Estados. Trata-se de uma matéria que continua a ser considerada *high politic*, na qual as organizações da sociedade civil são vistas com desconfiança devido à sua ligação com financiadores externos, a quem prestam contas. Por fim, durante os anos de guerra (1976-1992), não havia organizações a operar no país, com exceção da Cruz Vermelha Internacional. Além disso, não é comum abrir espaço para organizações em assuntos sensíveis de defesa e segurança, como no caso das ONGs. Tratava-se de assuntos de Estado envolvendo rebeldes armados. Para Elísio Macamo, não houve participação da Sociedade Civil na assinatura dos Acordos de Paz porque o processo envolveu apenas os beligerantes diretos, neste caso, a FRELIMO e a RENAMO.[197]

Carlos Mussa é da opinião de que, até 1992, havia pouca intervenção da Sociedade Civil no processo de assinatura do Acordo de Paz de Roma. Isso se explica porque, até a aprovação da Constituição de 1990 e mesmo nos dois anos subsequentes, praticamente não existia uma Sociedade Civil interventiva e credível em Moçambique. Esta só começou a se manifestar efetivamente depois de 1992 e, sobretudo, após 1994, quando se realizaram as primeiras Eleições Gerais Multipartidárias em Moçambique.[198] Para Bernardo Nakatembo, à época, o conceito de "Sociedade Civil" não se aplicava em Moçambique da mesma forma que hoje. Não havia abertura política e o regime era de partido único; por isso, não houve a participação da Comunidade civil ou de figuras importantes que pudessem dar o seu

[197] Entrevista efectuada ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de abril de 2025, em Maputo - Cidade.
[198] Entrevista efectuado ao Prof. Dr. Carlos Mussa, no dia 22 de maio de 2025, no Centre de Interpretação do IPHLLN, em Maputo - Cidade.

contributo no processo de negociação para o alcance de uma paz positiva. Ou seja, não havia liberdade de expressão e, consequentemente, não existia Sociedade Civil.[199]

De acordo com o nosso entrevistado, entre 1977 e 1990, Moçambique viveu sob um sistema de partido único (a FRELIMO), com uma estrutura altamente centralizada e de orientação marxista-leninista. Nesse modelo, a sociedade civil era praticamente inexistente fora das estruturas partidárias. As únicas organizações sociais reconhecidas eram os chamados "braços sociais" da FRELIMO, como a Organização da Juventude Moçambicana (OJM), a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), entre outras. Mesmo após a introdução da Constituição Multipartidária de 1990, a sociedade civil moçambicana ainda era incipiente, com pouca capacidade de mobilização, frágil estrutura institucional e sem reconhecimento formal para integrar processos de mediação ou de assinatura de acordos.[200]

Embora tenham existido iniciativas por parte do então Arcebispo da Beira, Dom Jaime Pedro Gonçalves, e do Bispo da Igreja Anglicana, Dom Dinis Sengulane, no sentido de contactar elementos da RENAMO que tivessem poder para abrir canais de diálogo entre os beligerantes, essas ações foram individuais e simbólicas, não estando estruturadas em plataformas de sociedade civil organizada. Além disso, entende-se que havia certo ceticismo por parte da FRELIMO em relação à figura do Arcebispo da Beira, Dom Jaime Pedro Gonçalves, que, no encontro de 1982 entre Samora Machel e os líderes das igrejas em Moçambique, defendeu a necessidade de se negociar com os "outros irmãos moçambicanos".

Vale lembrar que, assim como Afonso Dhlakama, então comandante da RENAMO, Dom Jaime Gonçalves era natural da província de Sofala, principal bastião da RENAMO durante o conflito armado. Foi no interior da província de Sofala que se localizavam as principais bases do antigo movimento guerrilheiro. Além disso, a maior parte dos dirigentes da RENAMO era natural dessa província. Samora Machel atribuiu de forma indiscriminada a culpa à população da cidade da Beira. Em um discurso realizado em 1983, na cidade da Beira, afirmou de forma veemente que a Beira havia sido escolhida por Portugal, pela ex-

[199] Entrevista efectuado ao Dr. Bernardo Nakatembo, no dia 2 de abril de 2025, no IPHLLN, em Maputo - Cidade.
[200] Entrevista efectuado ao Dr. Bernardo Nakatembo, no dia 2 de abril de 2025, no IPHLL, em Maputo - Cidade.

Rodésia do Sul e pela África do Sul como o "desdobramento das forças reacionárias". Por fim, considera-se que o modelo de mediação adotado no Acordo de Roma oferecia pouco espaço para a participação da sociedade civil. Nesse modelo, a prioridade era alcançar um cessar-fogo com os atores armados, e não promover um processo amplo e participativo de reconciliação nacional. Isso se evidencia pelo fato de figuras como Dom Jaime Pedro Gonçalves e Dom Dinis Sengulane, embora fundamentais no início da mediação, não terem participado oficialmente da assinatura nem integrado as delegações.[201]

(iii) Será que tivemos alguns membros, organizações da sociedade civil ou figuras influentes que não participaram no processo de negociação e na assinatura do Acordo de Paz?

Segundo António Gaspar, houve alguns membros de organizações religiosas e figuras influentes que integraram as equipes de mediação, como os representantes da Igreja Católica, nomeadamente os Bispos da Beira, Dom Gonçalves, e de Maputo, Dom Maria. Essas figuras ajudaram o Estado moçambicano a aproximar-se da RENAMO, estabelecendo a ponte pré-negocial e, posteriormente, a fase de negociações diretas entre o Governo e a RENAMO.[202] Sobre esse ponto, Elísio Macamo refere que o Acordo de Paz foi o resultado de esforços combinados de atores civis, especialmente da Igreja Católica em Moçambique, e da Comunidade de Santo Egídio, em Roma. Essas forças, inicialmente pouco conhecidas, acabaram por se afirmar e participar do processo. No entanto, o entrevistado afirma não saber se houve o envolvimento de outras forças.[203]

Para Bernardo Nakatembo, houve, sim, membros destacados, sobretudo da Igreja Católica e da Comunidade de Santo Egídio, que participaram do processo por convite e de forma consensual entre as duas partes envolvidas no conflito. Esses membros contribuíram durante cerca de dois anos nas negociações, no apelo à paz, e conseguiram conquistar a confiança de ambas as partes.[204] Carlos Mussa apresenta uma opinião contrária ao afirmar

---

[201] Entrevista efectuada em anonimato a membro do partido FRELIMO, no dia 18 de junho de 2025, em Maputo - Cidade.
[202] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de abril de 2025, em Maputo - Cidade.
[203] Questionário respondido através da Plataforma digital ao Prof. Dr. Elisio Macamo da Universidade de Basileia - Suiça no dia 12 de abril de 2025.
[204] Entrevista efectuado ao Dr. Bernardo Nakatembo, no dia 2 de abril de 2025, no IPHLLN, em Maputo - Cidade.

que, de fato, houve membros, organizações da Sociedade Civil ou figuras influentes que não participaram do processo de negociação nem da assinatura do Acordo de Paz de 1992, em Roma. Quando questionado sobre os nomes dessas organizações ou figuras influentes, recordou apenas membros da CIM e algumas figuras que poderiam ter dado o seu contributo nesse processo, como o doutor e advogado Domingos Arouca[205] e Máximo Dias[206] entre outras.[207]

De fato, existiram pessoas que não participaram do processo de negociação nem da assinatura do Acordo de Paz, referindo-se às populações afetadas pela guerra, como soldados, mulheres, camponeses e crianças. Isso porque o modelo de mediação adotado no Acordo de Roma teve como foco principal o cessar-fogo entre os atores armados, e não um processo amplo e participativo de reconciliação nacional. Em 1987, a então Assembleia Popular aprovou a Lei nº 14/87, que concedia anistia aos autores de crimes contra a segurança do Povo e do Estado. Uma nova Lei de Anistia foi aprovada pela Comissão Permanente da Assembleia Popular em 1989 (Lei nº 3/89).

Em 1992, dez dias após a assinatura do AGP, em Roma em 1992, a Assembleia da República aprovou uma nova Lei de Anistia, a Lei nº 15/92. Claramente, o objetivo era evitar o retorno à guerra e garantir a estabilidade política. Líderes religiosos, associações de

---

[205] Domingos Arouca, na década de 1950, constitui o primeiro africanoo licenciado pela Faculdade de Direito de Lisboa, enalteceu ação revolucionária dos Estudantes da Casa dos Estudantes do Império. Foi preso político pela PIDE também e colaborou com a força portuguesa denunciando alguns membros da FRELIMO.

[206] Máximo Dias nasceu em 1937, no distrito de Morrumbala, província da Zambézia. Formou-se em Direito, em 1970, em Lisboa. De 1961 a 1965, foi dirigente do Centro Africano de Manica e Sofala, período que construiu a sede desta associação, representativa dos naturais de Manica e Sofala. O combatente da luta de libertação nacional, fundador do Grupo Unido de Moçambique (GUMO) e do partido Movimento Nacionalista Moçambicano (MONAMO) morre aos 83 anos de idade. Máximo Dias foi presidente destes dois últimos movimentos e o GUMO. GUMO era considerado um movimento "fruto natural de injustiças sociais, particular e predominantemente à população negra ou mestiça moçambicana". Exigia, neste sentido, "um diálogo sério, tendente à obtenção da paz através da supressão das causas geradoras da guerra".
Por isso, o mesmo movimento visava pressionar o Governo colonial para negociar com a FRELIMO, daí que, em Setembro de 1973, foi a Lisboa falar com o então Presidente do Conselho de Ministro do Governo Português, Marcelo Caetano, a fim de transmitir que a luta colonial tinha de ter o seu fim imediato e que o Governo Português deveria negociar com a FRELIMO. No âmbito do seu contributo na luta de libertação nacional, Máximo Dias entrou em choque com as autoridades coloniais que o prenderam por várias vezes. Em 1969, o advogado e político foi preso pela PIDE por ter dito, publicamente, que os colonos mataram o seu "Presidente". Em 1989, Máximo Dias dialogou com o Presidente Joaquim Alberto Chissano, no Centro de PICOAS em Lisboa, onde pediu ao antigo estadista moçambicano para alterar a Constituição da República vigente naquela altura (Jornal o *PAÍS*. Morreu Máximo Dias (1937-2020), em Portugal, 20/12/2020).

[207] Entrevista efectuado ao Prof. Dr. Carlos Mussa, no dia 22 de maio de 2025, no Centre de Interpretação do IPHLLN, em Maputo - Cidade.

mulheres e vítimas não tiveram assentos diretos na mesa de negociação; não participaram como observadores ou consultores; não participaram de audiências públicas ou de contribuições temáticas, como aquelas relacionadas aos direitos das vítimas; e tampouco tiveram a oportunidade de propor cláusulas, recomendações ou agendas, como, por exemplo, a inclusão da dimensão de gênero no acordo.[208]

(iv) Será que seria possível para Moçambique alcançar uma outra Paz?

De acordo com António Gaspar, não seria possível para Moçambique alcançar uma outra Paz. Esta foi a melhor opção encontrada, a via negocial. Foi a paz possível, a paz de calar as armas (paz negativa), na qual prevalecem os desafios da paz positiva. A paz positiva vem a ser não somente uma forma de prevenção contra a guerra, mas a construção de uma sociedade melhor, na qual mais pessoas compartilham o mesmo espaço social e político, sem violência. Entretanto, se desfizermos o conceito de paz até o seu objetivo fundamental, podemos observar que a mesma deve ter como finalidade a justiça social e a harmonia entre os povos, tribos e etnias, de forma durável ou sustentável. O sentimento de exclusão por parte dos efetivos militares oriundos da RENAMO passou a ser um assunto de domínio público. De fato, até então, uma das faces mais visíveis do processo de reconciliação nacional foi a incorporação de soldados provenientes dos dois ex-beligerantes da guerra dos dezesseis anos[209].

De acordo com Elísio Macamo, é de opinião que a paz alcançada em Moçambique foi aquela que abriu o sistema político e permitiu que se competisse pelo poder de forma livre e aberta. A Guerra Civil entre a FRELIMO e a RENAMO implicou o desencadeamento de transformações na estrutura social, na organização política e nas atividades econômicas, com impacto em domínios essenciais como a religião ou o papel social das mulheres. Esse conjunto de transformações, pela sua natureza estrutural, implica que as sedimentações se estendam por períodos de tempo relativamente prolongados que se projetam no pós-guerra.[210] Carlos Mussa não acredita nisso, pois, para ele, “na situação

[208] Entrevista efectuada em anonimato “C“ a membro do partido FRELIMO, no dia 18 de junho de 2025, em Maputo - Cidade.
[209] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de abril de 2025, em Maputo - Cidade.
[210] Questionário respondido através da Plataforma digital ao Prof. Dr. Elisio Macamo da Universidade de Basileia - Suiça no dia 12 de abril de 2025.

vivida à época no país, não existia outra saída para se alcançar a paz. A via negocial foi a mais prática no momento e trouxe resultados positivos".[211]

Para Bernardo Nakatembo, não havia alternativa para outro tipo de paz além da que hoje temos. Essa foi a única paz possível para pôr fim ao conflito que durou 16 anos e que ceifou várias vidas humanas, destruiu o tecido social da população, que teve de abandonar as suas zonas de origem para viver ao redor das zonas rurais por falta de segurança.[212] Eu penso que não, se olharmos para a forma como decorreu o conflito em Moçambique e para os atores envolvidos nele, quer diretamente, as Forças Governamentais e a RENAMO, quer indiretamente, a ex-Rodésia do Sul, a África do Sul e os países envolvidos na Guerra Fria. Importa sublinhar que, se analisarmos o conflito moçambicano nos seus diversos momentos, [1] vamos notar que, numa primeira fase, que vai de 1976 a 1980, houve a participação da ex-Rodésia do Sul, que ajudou na criação do movimento RENAMO e no apoio logístico para levar a cabo as suas ações nas zonas rurais e nas Comunidades locais. Na primeira metade da década de 1980 do século XX, o Governo de Moçambique mostrou-se indisponível para negociar com os insurgentes que, no discurso oficial, eram considerados "bandidos armados" e "reacionários" à independência. Essa indisponibilidade deveu-se ao fato de a FRELIMO estar convencida de que seria possível alcançar uma vitória militar, à semelhança dos caminhos que criaram condições para a proclamação da independência, em 1975. [2] A segunda fase começa entre 1980 e 1985.

Nessa fase, a RENAMO passou a receber apoio logístico do regime do apartheid na África do Sul, que procurou, por várias formas e mecanismos, desestabilizar o processo de desenvolvimento em Moçambique, pelo fato de o regime da FRELIMO apoiar o ANC e o seu braço armado, que perpetuavam vários ataques naquele país. [3] De 1985 a 1992, a RENAMO entrou em uma nova etapa. Esse período inicia-se após a assinatura do Acordo de Incomáti e com a captura das suas bases em Gorongosa. A RENAMO, nessa fase, procurou ser mais autônoma, ao instalar-se no território nacional para levar a cabo as suas ações de guerrilha a partir do território moçambicano. A RENAMO passou a criar a figura

[211] Entrevista efectuado ao Prof. Dr. Carlos Mussa, no dia 22 de maio de 2025, no Centro de Interpretação do IPHLLN, em Maputo - Cidade.
[212] Entrevista efectuado ao Dr. Bernardo Nakatembo, no dia 2 de abril de 2025, no IPHLLN, em Maputo - Cidade.

do comissário político para sensibilizar a população sobre as suas pretensões ideológicas em cada zona ou região que pretendia atacar. Esse fato nos leva a afirmar que, a partir desse período, estamos diante de uma Guerra Civil, pois começamos a notar o envolvimento da população das zonas rurais na guerrilha do lado da RENAMO.

De 1990 a 1992, foi reconhecida a dimensão interna da guerra entre o Governo de Moçambique e a RENAMO; dialogaram e assinaram o AGP, que marcou o fim da guerra e iniciou o processo de democratização e de reconciliação. Também seria difícil envolver outros atores no processo de negociação de paz, pela forma como a FRELIMO conquistou a independência de Moçambique, por meio da violência armada, a qual se tornou uma réplica durante a construção do Estado moçambicano, com princípios de ideologia socialista, o que originou o surgimento da RENAMO e do conflito armado que durou dezesseis anos. Assim, apenas os dois atores diretamente envolvidos poderiam sentar-se à mesa de negociação para a assinatura do AGP.[213]

(v) Como podemos analisar a criação das instituições democráticas e os contornos da construção e consolidação da paz em Moçambique?

A criação das instituições democráticas e os contornos da construção e consolidação da paz em Moçambique, para António Gaspar, devem ser analisados como um processo, e não como um fenômeno. Além disso, as instituições democráticas foram impostas de cima para baixo (*top-down*) pelos defensores das políticas neoliberais, sem consulta prévia ao povo. Por isso, até os dias de hoje, verificam-se enormes desafios para a sua consolidação e eficiência. Existe a democracia das eleições, que apenas alimenta divisões no seio do povo e conflitos pós-eleitorais. A democracia que não satisfaz as necessidades básicas da população deve ser abandonada ou ajustada à realidade de cada país. Esta é uma clara demonstração de que existe uma negação desse modelo. A saída reside no repensar do modelo, para encontrar alicerces de consenso entre os diferentes atores, de modo a refundar as bases do Estado. Naquela altura, não havia essa percepção.[214]

---

[213] Entrevista efectuada em anonimato "D" a membro do partido FRELIMO, no dia 18 de Junho de 2025, em Maputo - Cidade.
[214]Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de Abril de 2025, em Maputo - Cidade.

Carlos Mussa é de opinião que a construção de instituições democráticas vem sendo uma experiência positiva, não obstante a existência, de tempos em tempos, de tendências que procuram diminuir a ação dessas instituições. Apesar disso, elas têm contribuído para a consolidação da paz e para a realização de eleições, pois só assim podemos dizer que, em Moçambique, existe um Estado de Direito.[215] Por sua vez, Bernardo Nakatembo afirma que as instituições (políticas, sociais e econômicas) que hoje existem tiveram a sua gênese no processo de abertura política, democrática e econômica, alicerçado pela Constituição de 1990, que permitiu as liberdades políticas, sociais, civis e econômicas, bem como a liberdade de criação e de pensamento. Isso possibilitou a consolidação das instituições e a sua reafirmação no cenário político, social e econômico de Moçambique.[216]

(vi) Como analisa as percepções das Comunidades locais sobre a partilha do poder em Moçambique e o impacto da sua ausência na construção da paz?

Para António Gaspar, as percepções das Comunidades locais sobre a partilha do poder em Moçambique praticamente não existem, circulando apenas no seio das elites urbanas. A maioria do povo apenas deseja bem-estar e viver em paz nas suas Comunidades. A ausência dessa percepção não interfere diretamente na conflitualidade ou na paz. A ideia de partilha do poder não está claramente enraizada nas Comunidades locais.[217] Carlos Mussa é de opinião que as Comunidades locais têm tido pouco papel no exercício do poder. Há uma tendência de maior centralização no processo de tomada de decisões, o que pode gerar conflitos. Assim, as Comunidades locais ainda não têm desempenhado um papel relevante na tomada de decisões.[218]

Segundo Bernardo Nakatembo, durante muito tempo as Comunidades locais tiveram conhecimento da governação tendo como referência incontornável a Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO. Quando surge a possibilidade de partilha, há um sentimento de traição e de fraqueza atribuído a essa formação política. Isso, muitas vezes,

---

[215] Entrevista efectuado ao Prof. Dr. Carlos Mussa, no dia 22 de maio de 2025, no Centro de Interpretação do IPHLLN, em Maputo - Cidade.
[216] Entrevista efectuado ao Dr. Bernardo Nakatembo, no dia 2 de abril de 2025, no IPHLLN, em Maputo - Cidade.
[217] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de abril de 2025, em Maputo - Cidade.
[218] Entrevista efectuado ao Prof. Dr. Carlos Mussa, no dia 22 de maio de 2025, no Centro de Interpretação do IPHLLN, em Maputo - Cidade.

permitiu a formação de grupos contestatários/rebeldes que, discordando da política da FRELIMO, partem para a confrontação silenciosa ou direta contra o partido.[219]

(vii) Quais foram as razões que levaram o Governo da FRELIMO e a RENAMO a optar pela solução negocial do conflito?

Para António Gaspar, as principais razões que levaram o Governo da FRELIMO e a RENAMO a optar pela solução negocial do conflito foram o fato de a continuação da guerra ser insustentável e de o ambiente internacional ser favorável. O regime do apartheid, que era a principal causa e sustentáculo regional, caminhava para o seu fim. A vontade política do Governo de acabar com o conflito levou o Presidente Chissano a produzir um documento chamado "Non-Paper", com 10 pontos, que permitiu criar condições para trazer a RENAMO à mesa negocial. Por sua vez, a RENAMO respondeu com dezesseis pontos, também expressando o desejo de pôr fim ao conflito, vide Anexo VII.[220] Elísio Macamo acredita que o fator decisivo foi o fato de os dois atores beligerantes terem percebido que era impossível vencer a guerra, concluindo que a única forma de acabar com o conflito seria por via negocial.[221] Carlos Mussa refere que a maior razão, em seu ponto de vista, foi a necessidade de garantir a unidade e a reconciliação da família moçambicana. A guerra apenas trazia desgraças, mortes e sofrimento. Com o fim da Guerra Fria, a guerra civil moçambicana perdeu o seu sentido, razão pela qual os dois atores beligerantes se sentaram à mesa para negociar.[222]

Para Bernardo Nakatembo, algumas das razões foram: [1] ambos estavam cansados da guerra; os patrocinadores já não tinham recursos nem disposição para continuar a apoiar as partes envolvidas; o mundo deixou de ser bipolarizado com o fim da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim. [2] O comunismo/socialismo que sustentava o Governo da FRELIMO chegou ao fim, e as democracias passaram a se instalar em quase todo o mundo.

---

[219] Entrevista efectuado ao Dr. Bernardo Nakatembo, no dia 2 de abril de 2025, no IPHLLN, em Maputo - Cidade.
[220] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de abril de 2025, em Maputo - Cidade.
[221] Questionário respondido através da Plataforma digital ao Prof. Dr. Elisio Macamo da Universidade de Basileia - Suiça no dia 12 de abril de 2025.
[222] Entrevista efectuado ao Prof. Dr. Carlos Mussa, no dia 22 de Maio de 2025, no Centro de Interpretação do IPHLLN, em Maputo - Cidade.

Esses foram alguns dos principais motivos que levaram as partes em conflito a se sentarem à mesa de negociação para o alcance da paz.[223]

De acordo com o entrevistado, o processo de paz em Moçambique foi complexo, tendo em conta que, em um primeiro momento, os beligerantes acreditavam ser possível terminar o conflito por meio de uma vitória militar, com o apoio de alguns países da região austral da África. A guerra civil em Moçambique também foi insuflada pelas dinâmicas da Guerra Fria, considerando que o Governo da FRELIMO era apoiado ideologicamente e logisticamente pelo Bloco do Leste, liderado pela URSS, enquanto a RENAMO era apoiada basicamente pelo Ocidente, liderado pelos EUA. Entretanto, com a maturação do conflito e as mudanças ocorridas no cenário internacional com o prenúncio do fim da Guerra Fria, as condições técnicas para derrotar militarmente o oponente tornaram-se cada vez mais remotas. Assim, alguns países da região passaram a promover o fim da guerra civil por meio de um acordo negociado.[224]

(viii) Quais foram os elementos que determinaram a assinatura do Acordo Geral de Paz?

Os elementos que determinaram a assinatura do Acordo Geral de Paz, segundo António Gaspar, foram diversos, tanto de dimensão interna quanto externa. [1] No plano internacional, o fim da Guerra Fria; no plano regional, a decadência do apartheid. [2] No plano doméstico, existia não apenas vontade política, mas também a constatação de que a destruição da vida humana e das condições de desenvolvimento comprometia um país que acabava de alcançar a sua independência nacional.[225] Elísio Macamo é mais categórico ao afirmar que a percepção, por parte dos dois atores, de que não era possível vencer a guerra, aliada à pressão internacional, contribuiu para o fim do conflito em Moçambique.[226]

Carlos Mussa é de opinião que, além do fim da Guerra Fria e da queda do apartheid na região, pesou a vontade dos moçambicanos de apostar na paz, no diálogo e na

---

[223] Entrevista efectuado ao Dr. Bernardo Nakatembo, no dia 2 de Abril de 2025, no IPHLLN, em Maputo - Cidade.
[224] Entrevista efectuada em anonimato "D" a membro do partido FRELIMO, no dia 18 de junho de 2025, em Maputo - Cidade.
[225] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de abril de 2025, em Maputo - Cidade.
[226] Questionário respondido através da Plataforma digital ao Prof. Dr. Elísio Macamo da Universidade de Basileia - Suíça no dia 12 de abril de 2025, em Maputo - Cidade.

reconciliação, únicas vias para se construir um Moçambique para todos.[227] Segundo Bernardo Nakatembo, além dos fatores já citados, teve grande peso o patriotismo dos líderes das duas partes, que passaram a evocar o conceito de "irmão". Esse conceito foi muito importante para que Moçambique, mesmo em momentos de tensão no período pós-eleitoral, não voltasse a pegar em armas.[228]

(ix) Será que podemos considerar o processo da Construção e da Manutenção da Paz em Moçambique no período em estudo, fracassou?

Segundo Antonio Gaspar, não se pode considerar que o processo de construção e manutenção da paz em Moçambique, no período em estudo, tenha fracassado. A construção da paz é um processo longo e complexo, pois envolve a vontade política das partes, os seus interesses, os interesses das partes em conflito e daqueles que as apoiam. O caso moçambicano foi considerado um caso de sucesso durante vinte anos, pois nesse período prevaleceram a paz e o espírito de reconciliação nacional. Todavia, o processo conheceu avanços e recuos que culminaram no retorno das ações armadas da RENAMO. Se tivesse sido um fracasso, o país não estaria hoje em paz, na ausência de violência armada, embora existam ações terroristas em Cabo Delgado. Portanto, a construção e a consolidação da paz em Moçambique não podem ser vistas como um evento histórico efêmero; trata-se de um processo longo que continuará a exigir a participação de todos os moçambicanos. As armas calaram-se, mas os desafios da segurança física do Estado e da segurança humana ainda recaem sobre os cidadãos.[229]

Para Elísio Macamo, isso depende do ponto de vista de análise. O fato de a guerra fratricida ter terminado representa um ganho. Entretanto, a disfuncionalidade do sistema político, com acusações de fraude e a emergência de conflitos pós-eleitorais em todas as eleições realizadas, sugere também certo fracasso. Para o entrevistado, o verdadeiro problema que a paz enfrenta em Moçambique é que a FRELIMO, partido no poder, deveria preocupar-se não apenas com a sobrevivência de estruturas históricas, mas com a sua

[227] Entrevista efectuado ao Prof. Dr. Carlos Mussa, no dia 22 de maio de 2025, no Centro de Interpretação do IPHLLN, em Maputo - Cidade.
[228] Entrevista efectuado ao Dr. Bernardo Nakatembo, no dia 2 de abril de 2025, no IPHLLN, em Maputo - Cidade.
[229]Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de abril de 2025, em Maputo - Cidade.

capacidade de se renovar diante de uma sociedade cada vez mais informada, exigente e impaciente. O desafio político não é evitar a mudança, mas orientá-la com coragem, humildade e visão, como ocorreu, por exemplo, em Cabo Verde. Isso exige que os líderes abandonem a retórica da suspeita e adotem uma postura de responsabilidade democrática, o que implica reconhecer falhas, escutar críticas, reformar instituições e devolver dignidade à vida pública. Mais do que defender o passado, talvez o partido deva provar que ainda pode merecer o futuro.[230]

De acordo com Carlos Mussa, o processo de construção e manutenção da paz em Moçambique, no período em estudo, não fracassou. Isso se comprova pelo fato de que, até hoje, excetuando-se o problema do terrorismo, o país vive em um clima de paz. Além disso, o Governo tem apostado no diálogo com todas as forças vivas da sociedade para evitar um possível retorno à guerra.[231] Bernardo Nakatembo é de opinião que o processo nunca pode ser considerado fracassado, pois até agora o país vive em paz, sem conflito entre a FRELIMO e a RENAMO. Contudo, existe um novo conflito no norte de Moçambique, iniciado em 2017. Esses conflitos ainda não tiveram os seus responsáveis claramente identificados, e não se sabe quais são os motivos que levam um grupo de jovens a matar a população, saquear os seus bens e destruir as suas casas nas aldeias. Passaram-se cerca de oito anos desde o início, mas os insurgentes nunca apareceram em público para apresentar as suas reivindicações e verificar se o Governo aceitaria sentar-se à mesa com eles ou não. Eles simplesmente atacam a população das zonas onde se exploram minas e gás, na província de Cabo Delgado. Essa forma de atuação parece indicar oposição a essa atividade, como se pode observar nos recentes ataques na província de Niassa, onde uma empresa multinacional explora grafite.[232]

(x) Como e que podemos explicar a discrepância entre o AGP e a sua implementação, demonstrando como é que, desde 1992 até 2012, altura em que

---

[230] Questionário respondido através da Plataforma digital ao Prof. Dr. Elisio Macamo da Universidade de Basileia - Suiça no dia 12 de Abril de 2025.
[231] Entrevista efectuado ao Prof. Dr. Carlos Mussa, no dia 22 de maio de 2025, no Centro de Interpretação, em Maputo - Cidade.
[232] Entrevista efectuado ao Dr. Bernardo Nakatembo, no dia 2 de abril de 2025, no IPHLLN, em Maputo - Cidade.

eclodiu o conflito violento, as questões de partilha de poder inscritas no acordo foram sendo contornadas e desviadas e as suas implicações para a paz?

António Gaspar é de opinião que a aparente discrepância entre o Acordo Geral de Paz e a sua implementação é normal. Os acordos expressam as vontades e interesses das partes em conflito em terminar com as hostilidades militares. Este foi o caso de Moçambique. A história está repleta de exemplos de falhanços de Acordos de Paz. Veja-se o caso do Médio Oriente. Não é verdade que o AGP preveja a partilha de poder entre o Governo e a RENAMO. Existem, sim, dispositivos nos Protocolos acordados e assinados, em que o acesso ao poder se dá por via de Eleições Gerais regulares, ou seja, de cinco em cinco anos.

O vencedor governa. A noção de partilha de poder nunca foi consensual durante as negociações em Roma. Existe, sim, a fraseologia sobre a reconciliação nacional, razão pela qual o dia 4 de outubro é feriado nacional, por ter sido o dia da assinatura do AGP. O retorno ao conflito violento não tem nada a ver com a partilha de poder, a menos que se queira referir à bicefalia acordada sobre as FADM. Este é outro assunto.[233] Para Elísio Macamo, sobre este ponto, tudo depende de como olhamos para o processo, isto é, se falhou ou se foi bem-sucedido. Se acharmos que falhou, podemos dizer que não houve interesse por parte dos principais atores envolvidos no processo, neste caso a FRELIMO e a RENAMO. Eu acho que seria necessário ter em conta que processos políticos podem sempre falhar, considerando as dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais que as sociedades enfrentam.[234]

Carlos Mussa refere que, em sua opinião, havia falta de experiência e de recursos financeiros à época para garantir uma paz justa e inclusiva. A paz negativa acabou sendo a única via, com a expectativa de se chegar a uma paz positiva e duradoura. No entanto, a implementação do Acordo de Roma dependia essencialmente de doadores externos, já que o país não dispunha de recursos para tal. Isso constituiu e constitui até hoje a maior

233 Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de abril de 2025, em Maputo - Cidade.
234 Questionário respondido através da Plataforma digital ao Prof. Dr. Elisio Macamo da Universidade de Basileia - Suiça no dia 12 de abril de 2025.

fragilidade.[235] Bernardo Nakatembo afirma que as falhas podem ser interpretadas basicamente pela incorreta interpretação da letra dos Acordos e/ou pelo fato de os condicionamentos evocados no acordo não encontrarem respostas que confortassem as duas partes, devido às imposições dos parceiros internacionais (Nações Unidas, por meio da ONUMOZ) e a problemas relacionados com a resistência a mudanças de algumas células internas do Governo, bem como da própria RENAMO. As reivindicações que a RENAMO apresenta parecem não encontrar eco no seio do partido FRELIMO. A ala conservadora desse partido não aceita as reivindicações apresentadas pela RENAMO e alega que os protocolos assinados foram incorporados na Constituição de 2004, que foi aprovada pelo Parlamento. Sublinha-se que essa Constituição foi, pela primeira vez, aprovada pelo Parlamento num contexto de sistema multipartidário.[236]

(xi) As implementações da partilha do poder pós-conflito em Moçambique foram efetivamente concretizadas ao longo dos 20 anos posteriores ao Acordo de Paz?

Para António Gaspar, esta é uma falsa pergunta, pois não tem sustentabilidade, pelas mesmas razões apresentadas na resposta anterior.[237] Enquanto isso Elísio Macamo refere que, isso depende de como definimos "partilha de poder". Não creio que o acordo assinado em Roma tivesse isso como objetivo. Mas, se acharmos que "partilha" significa abrir o sistema político para a competição, acho que isso foi cumprido em sua plenitude. Hoje temos Eleições Gerais e Autárquicas, de cinco em cinco anos. Agora, existem alguns aspectos que precisam ser melhorados para evitar o eclodir da violência pós-eleitoral. Para o autor, a Democracia não é uma conspiração. É uma forma civilizada de conflito. Governar implica escutar a crítica, aceitar a alternância como possibilidade legítima e não como tragédia. Os que se mostram céticos em relação à legitimidade do atual poder não negam necessariamente os feitos da luta de libertação. Mas um poder que se justifica apenas com base na história do passado pode não merecer governar o futuro. Acho que é tempo de a FRELIMO perceber que o verdadeiro inimigo do partido não são os

235 Entrevista efectuado ao Prof. Dr. Carlos Mussa, no dia 22 de maio de 2025, no Centro de Interpretação, em Maputo - Cidade.
236 Entrevista efectuado ao Dr. Bernardo Nakatembo, no dia 2 de abril de 2025, no IPHLLN, em Maputo - Cidade.
237 Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de abril de 2025, em Maputo - Cidade.

manifestantes em Luanda nem os jovens críticos em Maputo. O inimigo real é a surdez política, o medo da mudança e o desprezo pela inteligência do povo.[238]

Carlos Mussa argumenta que, do seu ponto de vista, não. Ainda há receios de se apostar na descentralização. Isso permite entender por que até hoje existem poucos municípios. Por um lado, a descentralização ainda não atingiu os distritos. Por outro lado, sente-se que entre as partes signatárias do AGP de Roma ainda existe algum nível de desconfiança, o que dificulta o andamento desse processo.[239] Segundo Bernardo Nakatembo, todas as estruturas resultantes desse acordo foram consolidadas naquela época. É falacioso afirmar que o Governo de então deveria formar um Governo de Unidade, como aconteceu com a vizinha África do Sul. A RENAMO, quando aceitou esse modelo democrático, estava ciente das suas vantagens e desvantagens. O grande problema é que a RENAMO pensou que poderia sair vencedora das primeiras eleições realizadas, e pensou ainda ter ganho as outras eleições realizadas posteriormente. Se por acaso tivesse ganhado essas todas essas eleições, poderia usufruir desse modelo; por isso aceitou e assinou os Acordos de Paz, concordando com todos os protocolos apresentados no momento em que negociava o processo de paz em Moçambique.[240]

(xii.) Há algo que gostaria de acrescentar que não foi aqui mencionado, mas que acha que pode ser relevante para o sucesso da presente pesquisa? Sim ou não.

António Gaspar disse que sim. Ele afirmou que gostaria de sugerir que se estudassem bem as origens e a evolução das Organizações da Sociedade Civil em Moçambique. Este é um fenômeno recente, que tem mudado constantemente suas funções em função dos interesses dos doadores que as financiam e ditam o que devem fazer. Também recomenda reler os protocolos que compõem o corpo do AGP, para melhor entender o conceito de partilha de poder em Moçambique.[241] Agradeceu pela oportunidade. A gênese da guerra pós-independência reside no período da guerra de libertação da

[238] Questionário respondido através da Plataforma digital ao Prof. Dr. Elisio Macamo da Universidade de Basileia - Suiça no dia 12 de abril de 2025.
[239] Entrevista efectuado ao Prof. Dr. Carlos Mussa, no dia 22 de maio de 2025, no Centro de Interpretação do IPHLLN, em Maputo - Cidade.
[240] Entrevista efectuado ao Dr. Bernardo Nakatembo, no dia 2 de abril de 2025, no IPHLLN, em Maputo - Cidade.
[241] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de abril de 2025, em Maputo - Cidade.

FRELIMO contra a dominação colonial. Naquela altura, surgiram contradições entre o Governo central de Lisboa e os portugueses que se encontravam em Moçambique. As contradições diziam respeito à disputa de poder sobre o controle do território e das riquezas de Moçambique.

Em 1974, a FRELIMO e o Governo de Lisboa assinaram os Acordos de Lusaka, que puseram fim aos dez anos de guerra, conferindo assim o poder à FRELIMO, o que não agradou aos portugueses residentes em Moçambique, que ambicionavam uma independência unilateral, tal como Ian Smith havia proclamado na ex-Rodésia do Sul. Esse grupo, apanhado de surpresa pelo acordo, criou, no mesmo dia 7 de setembro de 1974 em que se assinaram os Acordos de Lusaka, o movimento Moçambique Livre e, mais tarde, a RENAMO, com o objetivo de contestar e impedir que a FRELIMO assumisse o poder e governasse o país.

Carlos Mussa respondeu que sim. Para se consolidar a Democracia, é preciso acelerar o desenvolvimento sustentável no país. É necessário criar instituições democráticas fortes, acelerar a descentralização e a desconcentração político-administrativa. Deve haver despartidarização da Sociedade Civil e do Estado. O Estado deve também reduzir os níveis de centralização e de burocracia nas instituições públicas, para viabilizar a transparência e o rigor nos atos administrativos.[242] Por sua vez, Bernardo Nakatembo é de opinião que se deve pensar nessa linha de pesquisa, questionando de que maneira Moçambique pode evitar próximos conflitos armados, para contornar negociações que muitas vezes se mostram frágeis. Moçambique não pode, nem deve, viver de negociações para resolver seus conflitos, mas sim evitá-los. Esse é o desafio.[243]

Contudo, o processo de paz moçambicano não se limitou aos primeiros anos pós-acordo. Atravessou múltiplas fases de consolidação democrática, enfrentou crises políticas recorrentes, testemunhou o ressurgimento de tensões armadas em diferentes períodos, notadamente entre 2013-2016 e novamente a partir de 2017, e continua a evoluir por meio de sucessivos acordos de pacificação, incluindo o Acordo de Maputo de 2014 e o Acordo de

[242] Entrevista efectuado ao Prof. Dr. Carlos Mussa, no dia 22 de maio de 2025, no Centro de Interpretação do IPHLLN, em Maputo - Cidade.
[243] Entrevista efectuado ao Dr. Bernardo Nakatembo, no dia 2 de abril de 2025, no IPHLLN, em Maputo - Cidade.

Paz e Reconciliação Nacional de 2019. A complexidade desse processo torna-se ainda mais evidente quando consideramos os novos desafios que emergiram no século XXI: a insurgência armada em Cabo Delgado a partir de 2017, que introduziu dinâmicas completamente novas no panorama da segurança nacional; as descobertas de vastos recursos naturais, particularmente o gás natural, que alteraram as dinâmicas políticas e econômicas; e os impactos das mudanças climáticas e dos desastres naturais, que têm testado a resiliência das instituições democráticas.

A análise das respostas obtidas por meio das entrevistas realizadas revela que o processo de paz moçambicano deve ser compreendido como um fenômeno contínuo e evolutivo, caracterizado por avanços e retrocessos, conquistas consolidadas e desafios persistentes. Essa perspetiva longitudinal permite uma compreensão mais nuançada dos fatores que contribuíram para os sucessos relativos do processo, bem como das fragilidades que continuam a requerer atenção e investimento político e social. Nesse contexto, o presente estudo examinou não apenas os momentos fundacionais do processo de paz, mas também sua evolução ao longo de mais de três décadas, reconhecendo que a construção da paz sustentável é um projeto de longo prazo que transcende acordos formais e requer transformações estruturais profundas na sociedade, na economia e na cultura política nacional.

Ademais, a conclusão que podemos tirar ao longo deste capítulo é que os trechos das fontes utilizadas para nossas análises confirmam o que aparece em várias fontes bibliográficas escritas por diversos autores. Um ou outro ponto tornou-se novo em nossas análises, o que se deve às dinâmicas da conjuntura política, econômica, social e cultural que caracterizam o Estado moçambicano ao longo dos anos. O Estado moçambicano surgiu por meio de uma guerra de dez anos e, em seguida, enfrentou ataques perpetrados pelo regime de Ian Smith. Esses ataques foram se alastrando e possibilitaram a criação da RENAMO, que passou a ser um movimento de guerrilha e a principal opositora do Governo. Mais tarde, a RENAMO passou a contar com o apoio do regime do apartheid, que conduziu uma guerra por procuração em Moçambique. Diante da conjuntura da guerra em nível interno, regional e internacional, esse conflito tornou-se uma guerra civil, que só veio a terminar com a assinatura do Acordo de Paz.

4.7. Testemunho e Depoimentos Colhidos nos Órgãos de Comunicação Social

Os testemunhos colhidos em depoimentos nos órgãos de Comunicação Social revelam uma tensão paradoxal entre o reconhecimento do sucesso relativo do processo evidenciado pela ausência de retorno à Guerra Civil em larga escala e o reconhecimento de fragilidades persistentes, que se manifestaram nas crises políticas de 2013-2016 e 2017-2019, bem como na emergência de novos conflitos, como a insurgência em Cabo Delgado, como novas formas de conflitos por falhas de políticas publicas implementadas pelo Governo de Moçambique. Os relatos examinados demonstram, de forma inequívoca, que o sucesso do processo de paz moçambicano não pode ser atribuído a um único fator ou ator, mas ela resultou da convergência extraordinária de múltiplas dimensões favoráveis.

A mudança no contexto geopolítico regional e internacional, com o fim do regime de apartheid, e o fim da Guerra Fria, criou uma janela de oportunidade histórica, A mediação inovadora da Comunidade de Sant' Egídio, que apareceu como um ator relevante, embora desconhecido para os dois atores beligerantes, ofereceu um modelo alternativo de facilitação internacional. As lideranças políticas da FRELIMO e da RENAMO, demonstraram uma visão estratégica para ambos, isso para transcender a lógicas de soma zero. Ademais, a sociedade civil moçambicana, apesar de suas limitações, mobilizou-se de forma significativa em apoio à paz de varias organizações internacionais. Essa multidimensionalidade de fatores sugere que análises reducionistas do processo que o atribuem exclusivamente ao cansaço da guerra, à pressão internacional ou ao carisma das lideranças são inadequadas para capturar sua verdadeira natureza que contribuiu para a paz em Moçambique durante um determinado período.

Sobre o processo de paz em Moçambique, Severino Ngoenha observa que, ela foi um fenômeno sistêmico, no qual diferentes elementos se reforçaram mutuamente, criando dinâmicas positivas que superaram as forças centrífugas do conflito. Uma das conclusões mais importantes emergentes da análise é o reconhecimento de que o processo de paz moçambicano não se esgotou com a assinatura do Acordo de Roma, nem mesmo com as

primeiras eleições realizadas em Moçambique. Pelo contrário, constitui um processo evolutivo e contínuo que se estende até os dias atuais, passando por múltiplas fases de consolidação, crise e renovação.[244] Tomás Vieira Mário destaca que, a paz em Moçambique deve ser compreendida como um projeto geracional, que requer investimento constante e adaptação às mudanças nas circunstâncias nacionais e internacionais. Essa perspetiva longitudinal é crucial para compreender tanto os sucessos quanto as limitações do processo, bem como para avaliar adequadamente sua sustentabilidade futura (MÁRIO, 2024).

O processo de paz em Moçambique, visto pelas lentes analíticas de Raúl Domingos e Brazão Mazula, revela-se como um fenômeno complexo e ambíguo. Por um lado, representa uma conquista histórica notável: (i) a transformação de um país devastado pela Guerra Civil em (ii) uma Democracia multipartidária relativamente estável. Por outro lado, evidencia fragilidades estruturais que questionam a sustentabilidade de longo prazo dessa conquista. A perspetiva de Raul Domingos, focada na inclusão política como mecanismo de reconciliação, oferece uma visão construtiva, mas talvez excessivamente otimista sobre os progressos alcançados. Sua ênfase na necessidade de acomodar diferentes sensibilidades políticas em uma estrutura governativa inclusiva reflete uma compreensão sofisticada dos requisitos para a estabilidade democrática em sociedades pós-conflito.[245]

Ademais, a análise mais crítica de Brazão Mazula, ao conceituar a situação atual como uma "paz emprestada", fornece um contraponto necessário que alerta para os perigos da complacência. Sua insistência na necessidade de transformações culturais profundas e na construção de uma verdadeira cultura de tolerância e diálogo ressoa com as melhores práticas internacionais em construção da paz. A emergência de novos desafios, particularmente o conflito em Cabo Delgado e as tensões políticas recorrentes, nas vésperas de Eleições Gerais e Municipais no período pré e pós eleitorais, valida parcialmente as preocupações de ambos os analistas sobre a necessidade de vigilância contínua e investimento na consolidação da paz em Moçambique. Esse desenvolvimento e evoluçao

---

[244] *Moçambique: 50 anos de turbulência*. Depoimento recolhido na Conferência Internacional Moçambique e as Independência dos Países Africano de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), realizado nos dias 19 e 20 de junho de 2025, das 9-00 horas as 17 horas, no Centro Cultural Moçambique-China, em Maputo.

[245] *Canal de Moçambique*. (2021, março 15). Brazão Mazula alerta para a fragilidade da paz em Moçambique. Canal de Moçambique, p. 8. Jornal Notícias. (2021, janeiro 20). Mazula defende cultura de diálogo para a reconciliação nacional. Jornal Notícias, p. 6.; Domingos, citado em Savana, 2019, p. 12.

do conflito que se regista em Moçambique, sugerem que o processo de paz moçambicano permanece inacabado e vulnerável.[246]

O processo de paz moçambicano foi bem-sucedido em encerrar a Guerra Civil original, mas não foi igualmente eficaz na construção das bases para uma paz positiva, estrutural e duradoura. Essa distinção entre paz negativa (ausência de violência direta) e paz positiva (transformação das estruturas conflituais) é fundamental para avaliar adequadamente o legado do processo. Partindo de um quadro analítico que postula a tensão entre a paz negativa e a paz positiva, a paz alcançada pelas negociações de Roma pode não ser tão estável quanto geralmente se supõe pelas elites política que se sentem como os verdadeiro donos desse estado e alcance político e social. As razões para isso encontram-se no próprio processo de negociação. Os autores sugerem que a paz foi "comprada" das partes em conflito por atores que representam os seus interesses no Sistema Internacional, em troca da promessa de ajuda ao desenvolvimento. Embora, isso possa ter sido necessário para pôr fim ao conflito, pode ter ocorrido às custas de uma paz duradoura, que poderia ter incluído, por exemplo, a resolução das questões de direitos humanos e da reconciliação nacional (MACAMO e NEUBERT, 2003).

Moçambique está vivendo uma paz que não é um exemplo tão brilhante quanto geralmente se pensa. Os arranjos político que se verificou ao longo do tempo pela elite política moçambicana deixou questões de justiça pós-guerra sem resposta e é sustentado pelo fluxo de fundos para a reconstrução, o chamado dividendo da paz. A estabilidade da nova ordem ainda está por ser testada sob estresse político, como ocorreria caso a FRELIMO fosse derrotada em Eleições Gerais ou se os combatentes da RENAMO desencadeassem uma revolta popular. O principal impulso do argumento consiste em sustentar essa afirmação.

Em outras palavras, o processo de negociação altamente elogiado em Moçambique apresentava uma grande falha na nossa forma de ver. Os dados apresentados ao longo da tese podem sustentar essa afirmação. No entanto, para comprometer as partes em conflito com a paz, os dois atores beligerante tiveram que fazer algumas trocas políticas,

[246] Domingos, citado em Savana, 2019.

econômicas e morais, que, na ordem pós-conflito, continuam a assombrar a política moçambicana (MACAMO e NEUBERT, 2003, p. 24).

Sobre o processo de paz moçambicano, com base nas perguntas ou questões elaborados, os entrevistado tiveram que concentrar as suas abordagem nas condições necessárias para a criação da paz negativa e da paz positiva.[247] Entretanto, o primeiro passo é a paz negativa, isto é, o fim da guerra. Nesse caso, o objetivo do conflito é a vitória, e não a paz (MACAMO e NEUBERT, 2003, p. 26). O segundo passo consiste em tratar os atores de forma igualitária. Todos os atores da violência tornam-se parceiros importantes nas negociações de paz, independentemente de suas posições políticas e de seu papel na guerra. Esta forma de pensar e acreditar, levou os autores a sentarem a mesa de negociação para eliminar as suas contendas e impasses.

Contudo, para os autores da violência, eles somente concordarão com a paz se esta for positiva, mais atrativa do que a continuação da violência. Apenas sob condições excepcionais todas as partes beligerantes concordarão com o fim da violência. Nesse caso, duas condições devem ser cumpridas: a *primeira* é a garantia de que os militares estejam protegidos de ataques e perseguições do inimigo; e a *segunda* é a promessa de ganhos políticos e econômicos aos atores da violência, por exemplo, participação no Governo, acesso a recursos, entre outros. Entretanto, para esses autores, essa segunda condição não foi cumprida pelas autoridades moçambicanas, fato que levou a RENAMO a violar, de forma sistemática, o AGP assinado em Roma, com o escalar da violência que teve o seu inicio em 2012 e 2013 (MACAMO e NEUBERT, 2003, p. 27).

Os entrevistado também ressaltam que a paz negativa é o primeiro passo no processo de paz; porém, o principal compromisso deve ser a paz positiva, no sentido de construir e consolidar uma ordem pacífica.[248] Para tanto, são necessárias ações concretas e objetivas, tais como: (i) desmobilização dos militares e sua reintegração à vida civil; (ii) instalação do Governo pós-conflito, incluindo a reconstrução da segurança e da ordem públicas, o fortalecimento do Estado de Direito e a reconstrução política; (iii) reconstrução de infraestruturas, limpeza dos danos causados pela guerra e estabilização econômica; (iv)

[247] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de abril de 2025, em Maputo - Cidade.
[248] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de abril de 2025, em Maputo - Cidade.

atendimento psicológico aos militares; e (v) participação política e construção de uma cultura de gestão não violenta dos conflitos (MACAMO e NEUBERT, 2003, p. 27).

O processo de paz em Moçambique demonstrou o descumprimento dessas ações, o que levou ao ressurgimento de tensões políticas e de conflito político-militar. Por isso, uma paz positiva completa, que inclua justiça, perdão e a vontade comunitária de acolher os atores da violência, ainda é uma utopia em Moçambique. No entanto, sem o apoio e a concordância desses atores, a paz negociada não será possível. Os autores chamam a atenção para os riscos associados à paz positiva. Referem que, após o acordo de paz, a insatisfação de uma das partes pode provocar deserção ou abandono do acordo e a continuação do conflito. No processo de paz em Moçambique, essa insatisfação ficou evidenciada em 2013, quando o líder da RENAMO se refugiou em Santunjira, provocando instabilidade na região centro de Moçambique e, mais tarde, com a junta militar da RENAMO, comandada por Mariano Nyongo (MACAMO e NEUBERT, 2003, p. 28).

Ademais, por um lado, o Governo da FRELIMO com bases em suas analises, alega que a guerra foi orquestrada pelos regimes racistas de Ian Smith, na ex-Rodésia do Sul, e do regime do apartheid, na África do Sul, contra Moçambique, devido ao seu apoio aos movimentos nacionalistas que lutavam pela liberdade. Nessa narrativa, a RENAMO foi um fantoche utilizado como principal instrumento de desestabilização em Moçambique, onde foram chamados e apelidados de "bandidos armados", nome esse utilizado ate ao dias atuais; por outro lado, a narrativa da RENAMO sustenta que a Guerra Civil foi conduzida internamente por moçambicanos que lutaram contra o regime comunista e antidemocrático do Governo da FRELIMO.

Os rebeldes da RENAMO não perderam a guerra, mas sim a conquistaram a paz e trouxeram a democracia em Moçambique, contudo, essa era e é a narrativa do movimento no passado até aos dias atuais. Por outro lado, os mediadores das negociações privilegiaram o desenvolvimento da ajuda a ser canalizada ao Estado moçambicano. Por fim, o resultado das negociações de paz de Roma não produziu vencedores nem vencidos. As partes signatárias foram corrompidas para assinar o acordo, que beneficiou o partido FRELIMO e alguma franja pequena da RENAMO que fez surgir a elite política em Moçambique (MACAMO e NEUBERT, 2003, p. 42-44).

Todavia, com base nos dados colhidos ao longo da nossa pesquisa nos leva a concluir que as negociações para o fim do conflito em Moçambique, podemos afirmar que os diversos acordos assinados, permitiram o país a alcançar uma paz negativa, isto é, puseram fim à guerra, mas não alcançaram a paz positiva; por isso, ignoraram questões básicas de direitos humanos, como as atrocidades cometidas durante a guerra, a destruição de propriedades, o impedimento do desenvolvimento do país, entre outras coisa.

O processo de paz moçambicano representa uma conquista histórica notável que merece reconhecimento e estudo cuidadoso. Contudo, como os próprios testemunhos analisados demonstram, também que a mesma representa um projeto inacabado que continua a evoluir e a enfrentar desafios. A análise desses testemunhos revela que a construção de uma paz sustentável é um empreendimento complexo e de longo prazo, que requer não apenas acordos entre elites, mas transformações profundas nas estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade.[249]

A experiência moçambicana oferece esperança de que mesmo conflitos aparentemente intratáveis podem ser transformados por meio de liderança visionária, mediação eficaz, apoio internacional coordenado e mobilização da sociedade civil. Simultaneamente, lembra-nos que a paz é um bem frágil, que exige proteção, investimento e renovação constantes. Como observa Padre Dom Sungulane, em sua síntese eloquente, onde afirmou que, a paz em Moçambique não foi apenas o fim de uma guerra, mas o início de uma jornada contínua de construção de uma sociedade mais justa, democrática e próspera para se atingir uma paz positiva. Essa jornada continua, e cada geração de moçambicanos tem a responsabilidade de contribuir para sua concretização. Essa perspectiva final encapsula tanto as conquistas quanto os desafios do processo de paz moçambicano, oferecendo uma base sólida para futuras pesquisas, políticas públicas e práticas de construção da paz não apenas em Moçambique, mas também em contextos semelhantes ao redor dos países da região em África e do mundo.[250]

Contudo, segundo Elísio Macamo, o "fato de a guerra fratricida ter terminado em Moçambique parece-lhe um ganho. A disfuncionalidade do sistema político, com acusações

[249] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de abril de 2025, em Maputo - Cidade.
[250] Padre Dom Sungulane O PAÍS, 2019. Disponivel em: https://opais.co.mz/padre-couto-sugere-encontro-entre-os-quatro-candidatos-sem-nenhum-outro-interveniente/, acessado no dia 23 de Maio de 2025.

de fraude, contudo, sugere também um certo fracasso"[251]. Por sua vez, Antonio da Costa Gaspar afirma que "não se pode considerar o processo de construção da paz e de sua manutenção em Moçambique, no período em estudo, como tendo fracassado. A construção da paz é um processo longo e complexo, porque envolve a vontade política das partes, seus interesses, os interesses das partes em conflito e dos que as apoiam. O caso moçambicano foi considerado um caso de sucesso durante vinte anos, certamente porque, durante esse período, prevaleceram a paz, embora que seja negativa, e o espírito de reconciliação nacional que ainda esta em processo de construção[252].

Todavia, o processo conheceu seus avanços e recuos, que culminaram no retorno às ações armadas da RENAMO. Se tivesse sido um fracasso, o país não estaria hoje em uma situação de paz, ainda que de ausência de violência armada, embora haja ações terroristas em Cabo Delgado. Portanto, a construção e a consolidação da paz em Moçambique não podem ser vistas como um evento histórico e efêmero. Trata-se, e continuará a ser, de um longo processo que exigirá a participação de todos os moçambicanos. As armas silenciaram, mas os desafios da segurança física do Estado e da segurança humana recaem sobre os cidadãos"[253]. Contudo, as vozes de Raúl Domingos e de Brazão Mazula, com suas convergências e divergências, oferecem orientações valiosas para esse percurso contínuo de construção da paz e da democracia no país.

A síntese deste capítulo sugere que o futuro da paz em Moçambique dependerá da capacidade do país de navegar entre a inclusão política, social, econômica, defendida pelo primeiro e a transformação cultural advogada pelo segundo. Tal síntese exigirá liderança visionária, compromisso genuíno com os valores democráticos e, sobretudo, o reconhecimento de que a paz é um projeto nacional, e nao individual de uma elite política pequena em Moçambique que transcende divisões partidárias e exige o envolvimento ativo de toda a sociedade. Mais do que um legado histórico a ser preservado, a paz em

[251] Questionário respondido através da Plataforma digital ao Prof. Dr. Elisio Macamo da Universidade de Basileia - Suiça no dia 12 de abril de 2025.
[252] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de abril de 2025, em Maputo - Cidade.
[253] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de Abril de 2025, Maputo.

Moçambique representa um desafio permanente que cada geração, pertencente a um determinado partido ou não, deve assumir e renovar.[254]

CAPÍTULO V: INSTITUIÇÕES E AGENTES NÃO PARTICIPANTES DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE - OS RISCOS DAS MARGENS

[254] *Canal de Moçambique*. (2021, março 15). Brazão Mazula alerta para a fragilidade da paz em Moçambique. Canal de Moçambique, p. 8. Jornal Notícias. (2021, janeiro 20). Mazula defende cultura de diálogo para a reconciliação nacional. Jornal Notícias, p. 6.; Domingos, citado em Savana, 2019, p. 12.

No processo de ocupação portuguesa, o Governo contou com missões cristãs para realizar a chamada "missão civilizadora" junto à população local e aos colonos. Com a independência, que se aproximou do modelo socialista da União Soviética, os bens da Igreja foram nacionalizados e parte da instituição eclesiástica e da população colona abandonou o país. Através das memórias de Graciano Castellari (2015), em *"Frágeis entre os Frágeis: Memórias de um Missionário em Moçambique, 1964-2005"*, que reúnem 41 anos de missão do padre Graciano Castellari, pertencente a uma congregação católica italiana, os Combonianos e das memórias missionárias de Dom Luiz Fernando Lisboa (2024), na obra intitulada *"Memórias Missionárias em Cabo Delgado"*, tecemos, no presente capítulo, um panorama multifacetado das narrativas que moldam a identidade moçambicana contemporânea. A memória é um instrumento presentista. As negociações de paz em Moçambique (1992, 2014, 2019) foram diálogos exclusivos entre FRELIMO e RENAMO. Múltiplos atores sociais - que representavam milhões de moçambicanos afetados pela guerra - foram sistematicamente deixados de fora, tratados como objetos, não como sujeitos do processo de paz.

5. Cruzamentos de História e Memória de Missionário em Moçambique

Moçambique viveu duas décadas de paz, alcançadas com o Acordo de Paz de Roma, que serve de exemplo em todo o mundo, onde as eleições foram um instrumento de pacificação e de gestão do Estado, fato que não ocorreu com outros Estados, pois estes imediatamente retornaram ao conflito e à instabilidade política. No processo de mediação e resolução do conflito, as confissões religiosas tiveram um papel relevante para que se passasse de uma situação de cálculo e desconfiança para uma situação de confiança, que acabou sendo alcunhada de "Fórmula Romana". Por outro lado, durante esse processo, existiram algumas instituições e agentes não participantes do processo de negociação para a paz. Portanto, neste capítulo, pretende-se identificar essas instituições e agentes que não participaram do processo de negociação para a paz em Moçambique, a fim de melhor compreender por que foram colocados de lado.

A Igreja Católica estava retirando completamente suas ordens em função de dificuldades com os padres burgos espanhóis que, segundo o mesmo, teriam ajudado a FRELIMO e denunciado os maus-tratos dos soldados portugueses, prejudicando, assim, a imagem do regime colonial perante os amigos de Portugal no Ocidente. A religião cristã foi a principal ferramenta de aproximação com a população autóctone, tanto nas Áfricas quanto nas Américas.

Segundo o ponto de vista dos Combonianos, a própria Igreja de Roma poderia ser mais decidida e menos ambígua em relação à questão colonial: se é verdade admite o jornal que, em muitas declarações, a Igreja tem demonstrado de que lado está, também se assinala que não existe um documento em que a Santa Sé proclame o direito desses povos à independência. Para analisar as políticas, histórias e memórias neste capítulo, será necessário utilizarmos a "memória" como uma noção mobilizadora para compreender os aspetos de aproximação ou distanciamento das produções na vivência de diversos autores. Elencar os processos de continuidade e descontinuidade do projeto civilizador da Igreja Católica em Moçambique, no fim do colonialismo e no pós-colonialismo, passa, assim, pela memória de um de seus agentes. A memória é, de certa forma, uma necessidade de fazer história, uma vez que ela é "vivida" como um dever e não mais de forma espontânea.

A memória, de acordo com Pierre Nora et al., é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações, *"é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências cenas, censura ou projeções" (NORA, 1993, p. 9).*

A memória instala a lembrança no sagrado; a história a liberta e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une; há tantas memórias quantos grupos existem, pois ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. Nas palavras de Pierre Nora, "a memória enraíza-se no concreto, em espaços, gestos,

imagens e objetos" (NORA, 1993, p. 9). Aqui sigo de perto a proposta de João Paulo Borges Coelho, que insiste na diferença entre "memória política" e "memória coletiva". Por memória política, entende-se o processo de controle autoritário de algumas memórias por parte das autoridades, que tentam, a partir desse exercício de poder, produzir uma memória coletiva. Para o autor, a memória política é mais estruturada e ativa; já a memória coletiva, passiva, funciona em longa duração, por meio de uma série de seleções e sedimentações (COELHO, 2015).

A retirada do termo "Popular" do nome do país, em 1990, com a adoção da nova Constituição, traduziu a adoção de outras formas de condução da economia e da política do Estado. Vivia-se em Moçambique o reflexo de uma tendência internacional, simbolicamente espelhada pela derrubada do Muro de Berlim, em 1989, cujos cacos se espalharam muito além do território físico que ocupava, e com a adoção da economia liberal e do multipartidarismo, que deixou de ser motivo para a RENAMO continuar com a guerra. Recordemos que, desde que Moçambique alcançou sua independência, a RENAMO alegou estar a fazer guerra no país para combater o Estado comunista que a FRELIMO havia implantado (CHAVES, 2020, p. 170).

O ano de 1992 foi marcado pela assinatura do acordo entre a FRELIMO e a RENAMO para pôr fim à Guerra Civil que assolou o país desde os primeiros anos da independência. Passados oito (8) anos desde seu primeiro contato com a Guerra Civil até o Acordo de Paz, em 1992, Castellari delineia, ao longo de quarenta e cinco páginas, o cotidiano de viver acompanhando as ações das tropas da FRELIMO e também da RENAMO, onde o conflito avançou do interior, em Corrane, até o litoral, em Mongincual. Portanto, a obra de Castellari oferece uma contribuição original para a pesquisa histórica contemporânea em Moçambique, uma vez que proporciona um relato único da guerra moçambicana sob a visão da instituição católica, que teve participação fundamental no processo de assinatura da paz entre FRELIMO e RENAMO, em 1992, tendo permanecido no país após a independência, mesmo depois da debandada de quase a totalidade de brancos e estrangeiros.

A Igreja Católica teve um papel central nesse processo, assim como um papel histórico de permanência no país. A atuação sociopolítica do padre Graciano Castellari,

assim como a de muitos missionários que atuaram em Moçambique, questiona o lugar do colono e do colonizado enquanto sujeitos opostos, mostrando que as dinâmicas históricas, assim como seus sujeitos, atuaram de forma complexa. Presentes em zonas de conflito, até 2003 houve vinte e quatro missionários assassinados, entre eles duas mulheres. As memórias de Graciano Castellari revelam também sua convivência com o povo Macua, as missões no norte de Moçambique, assim como os momentos de intensificação da Guerra Civil e os encontros com tropas da oposição, a RENAMO. Esses conflitos revelam as noções de nacionalismo que se deslindam no século XX em Moçambique. Por meio das memórias do autor, é possível notar coerências e incoerências nesse processo formador, que está em constante diálogo com diversos grupos (CASTELLARI, 2015).

O historiador João Paulo Borges Coelho defende que não há razões para a FRELIMO continuar mantendo os arquivos fechados, pois existe uma lei que garante autonomia aos arquivos nacionais e permite o acesso à informação histórica:

> *"Assim acontece apesar do fato de existirem argumentos fortes, legais e éticos, em favor da abertura dos arquivos. O argumento baseia-se no Decreto n° 33 de 26 de outubro de 1992, sobre o Sistema Nacional de Arquivos, que afirma que toda a documentação se torna histórica decorridos trinta anos, e nessa qualidade deve estar acessível ao público a não ser que a sua reserva ou confidencialidade sejam explicitamente declaradas, o que torna histórica a documentação sobre a luta armada, devendo nessa qualidade estar acessível ao público" (COELHO, 2011, p. 9).*

Quanto ao argumento ético para o Governo moçambicano adotar um estatuto mais liberal em relação à conservação, consulta e uso de registros públicos, o historiador afirma que essa documentação foi produzida por uma frente de libertação nacional, e não por um partido político. Nesse sentido, defende que ela é nacional e pública. Um aspecto interessante é que a dificuldade de acesso a documentos escritos tem levado à valorização de depoimentos orais de testemunhas e participantes. Contudo, é preciso não tomar esses testemunhos como dados reais, mas como produtos de numerosas influências que refletem não apenas o passado, mas também o presente. Como se dá essa construção? Em que contexto ocorre? Como narram? Para quem narram? (COELHO, 2019).

Voltando aos casos recentes que continuam marcando as disputas sobre o passado em Moçambique, a figura do antigo líder da RENAMO - Afonso Dhlakama, principal opositor da FRELIMO e personagem central da guerra em Moçambique ganhou destaque

especialmente nas celebrações de um ano de sua morte. Em maio de 2019, a Comissão Política do Partido RENAMO, por meio de seu porta-voz Alfredo Magumisse, declarou, *"em reconhecimento da dedicação, abnegação e sacrifício consentidos pelo saudoso presidente Afonso Machado Marceta Dhlakama, pai da Democracia e descentralização moçambicanas, os conselheiros foram unânimes em declará-lo herói nacional" (CALDEIRA, 2019).*

A heroicização de Afonso Dhlakama em pleno processo de recenseamento referente às eleições presidenciais ocorridas em 15 de outubro de 2019, as primeiras a ocorrerem sem sua presença física e em meio aos impasses sobre a assinatura do Acordo de Cessação das Hostilidades e de Paz entre FRELIMO e RENAMO fruto da retomada dos conflitos em 2013, no qual a RENAMO reivindicou maior acesso às instituições do Estado, às Forças Armadas e à CNE indica que a politização da memória em Moçambique é uma questão pertinente e que afeta diretamente a política do presente.

As tensas relações entre memória e narrativa histórica em Moçambique são, assim, estimuladas pelo recente debate em torno da heroicização de Afonso Dhlakama. Deve-se lembrar que, no país, os considerados heróis possuem um lugar cativo na Praça dos Heróis e são celebrados a cada 3 de fevereiro, o Dia dos Heróis Moçambicanos, em homenagem a Eduardo Mondlane, fundador da FRELIMO e assassinado nessa mesma data, em 1969, na Tanzânia. Em Moçambique, a instabilidade e os conflitos sociais e políticos tornam a relação entre memória, história e ficção ainda mais intrincada. Rita Chaves também destaca os problemas que dificultam o conhecimento da história nesses territórios, mencionando a escassez de historiadores locais e a predominância de fontes coloniais, *"sob vários aspectos, somam-se os problemas que explicam a dificuldade de conhecimento da história nesses territórios. Em artigo recentemente publicado, João Paulos Borges Coelho identifica como um primeiro grande problema para a fragilidade de uma historiografia em Moçambique a sua própria escassez, indicando causas muito concretas para essa débil tradição que, naturalmente, tem raízes na sociedade colonial" (CHAVES, 2020, p. 156).*

Dom Luiz Fernando Lisboa, atuando em Cabo Delgado entre 2001 e 2021, em sua obra intitulada *Memórias Missionárias em Cabo Delgado*, publicada em 2024, oferece um olhar sobre os desafios contemporâneos, marcados pela insurgência e pelas consequentes

crises humanitárias. A obra constitui um relato profundo e pessoal sobre duas décadas de missão em Moçambique, especialmente na região de Cabo Delgado. Dom Luiz Fernando Lisboa, atual bispo da Diocese de Cachoeiro de Itapemirim (ES), viveu em Moçambique por 20 anos e, entre 2013 e 2021, foi bispo da Diocese de Pemba, em Cabo Delgado. Dom Luiz Fernando Lisboa foi nomeado bispo de Pemba pelo Papa Francisco em junho de 2013.

O contexto social enfrentado na Diocese de Pemba foi caracterizado por um período de violenta penetração do capital, exercendo forte pressão sobre terras e reassentamentos populacionais, por intensa conflitualidade nas minas de Montepuez, por graves violações de direitos humanos, bem como pelo aumento da pobreza e das desigualdades sociais. A obra reflete as vivências do autor como missionário passionista e, posteriormente, como bispo de Pemba, abordando questões sociais, culturais e religiosas em um contexto marcado por desafios humanitários e conflitos. O livro combina memórias pessoais com reflexões sobre o papel da Igreja Católica e dos missionários em situações de extrema vulnerabilidade e apresenta as experiências de Dom Luiz Lisboa em Moçambique, onde ele denunciou as injustiças sofridas pelo povo de Cabo Delgado e trouxe à luz histórias de sofrimento e esperança. Com uma linguagem simples e profunda, o autor revela o rosto de uma Igreja que caminha com os marginalizados, enfrentando desafios e oferecendo consolo em meio à dor (LISBOA, 2024).

Dom Luiz Lisboa narra sua jornada desde o início de sua missão em Moçambique, em 2001, até sua transferência para o Brasil, em 2021, destacando a importância da inculturação e da multiculturalidade na construção de pontes entre diferentes culturas. Suas memórias concentram-se na resposta da Igreja às necessidades básicas da população deslocada, como abrigo e alimentação, e em sua atuação profética ao denunciar as violações dos direitos humanos (LISBOA, 2020). Sua experiência demonstra a continuidade do papel da Igreja como uma voz ativa contra opressões, agora em um contexto de conflito interno e crise humanitária, em contraste com a luta contra o colonialismo vivenciada por (CASTELLARI, 2015).

Contudo, ambos, demonstram notável resiliência em tempos de conflito, permanecendo ao lado das Comunidades afetadas e oferecendo apoio espiritual e material. O trabalho de Dom Luiz Lisboa foi notável não apenas no nível da denúncia de violações

dos direitos humanos e na organização de uma ampla rede de assistência humanitária às populações deslocadas, complementando ou até mesmo substituindo a atuação do Estado, mas também na promoção do diálogo inter-religioso e nos apelos à construção da paz. Dom Luiz Fernando Lisboa nunca deixou de ser a voz dos mais desfavorecidos, chamando a atenção nacional e internacional para a violência da pobreza e da injustiça social, exercendo pressão por uma sociedade mais justa e menos desigual. O resultado foi a conquista de um carisma ampliado junto às populações de Cabo Delgado, entre cristãos e muçulmanos.

Dom Luiz Fernando Lisboa inicia suas memórias narrando o desejo de servir como missionário na África. Esse sonho começou a se concretizar em 2001, quando foi enviado para Moçambique. Desde o início, sua missão foi marcada pelo compromisso com a Comunidade local, buscando construir pontes entre culturas e promover a dignidade humana. Ele descreve que sua missão era marcada pela presença junto ao povo, buscando construir caminhos coletivos e solidários. Essa perspectiva é evidente em sua reflexão sobre os anos dedicados à Missão de Metoro, quando enfatiza que "a nossa missão era presença, estar com o povo, construir, junto com todos, um caminho" (LISBOA, 2024, p. 11).

O trabalho de Dom Luiz Fernando Lisboa foi claramente influenciado pela Teologia da Libertação[255], corrente que emergiu na América Latina no último quartel do século

[255] Teologia da Libertação (TdL) é, em linhas gerais, uma teologia de caráter encarnacionista, que encontra a fidelidade a Deus no serviço ao próximo, o qual se manifesta especialmente nos pobres e esquecidos da sociedade formal. Por isso, podemos ver na TdL três pressupostos iniciais: (i) uma interpretação da fé cristã através do sofrimento, da luta e da esperança dos pobres; (ii) uma crítica à sociedade e às ideologias que sustentam estruturas de divisão e afastamento entre os seres humanos; (iii) uma revisão da ação da Igreja e dos cristãos desde o ponto de vista dos pobres. A partir destes pressupostos, faz-se uma reinterpretação do significado da Cristandade com a recuperação de uma tradição profética e denunciadora, presente na Bíblia. Tradição que também está presente na história do cristianismo e da Cristandade, ainda que sofresse silêncios e suspeitas por parte do pensamento cristão dominante e, em certo sentido, contrário. Embora própria da América Latina, a TdL não é exclusiva da América Latina, pois se fez presente em outras partes do mundo, nem mesmo a única teologia libertadora. Existem teologias cristãs européias, asiáticas e africanas muito semelhantes à TdL, além de outras teologias libertadoras como a teologia feminista, a teologia negra, a teologia do diálogo inter-religioso e a teologia inculturada. Assim como os pobres, as "raças" não-brancas e as mulheres estão buscando um novo significado na fé cristã e, ao mesmo tempo, revelam algumas deficiências nas interpretações feitas pelos homens ocidentais brancos. A TdL é também a manifestação de um movimento mundial em favor da emancipação humana, ainda que isso possa parecer quase arcaico nos Estados Unidos e na Europa. Para alguns, não se pode compreender a América Latina sem entender o que representa a TdL. A presença religiosa libertadora em alguns momentos da história do continente foi marcante. Vale à pena lembrar que dos mil e duzentos delegados em uma conferencia sobre a dívida externa realizada em Havana (agosto de 1985), mais de uma centena eram sacerdotes católicos. No seu discurso, o então primeiro ministro de Cuba, Fidel Castro, leu uma carta do cardeal Paulo Evaristo Arns de São Paulo, na qual

passado, em um contexto caracterizado por profundas contradições sociais. Trata-se de uma teologia política que, ao reinterpretar a fé cristã, preconiza um papel mais ativo da Igreja na defesa dos mais pobres e injustiçados, bem como na libertação de injustas condições econômicas, sociais e políticas. O trabalho do bispo de Pemba também foi inspirado pelo pensamento do Papa Francisco, igualmente influenciado pela Teologia da Libertação. Na encíclica *Laudato Si'*, o Papa Francisco apela aos cristãos para adotarem uma cidadania ativa na gestão do planeta, definido como a casa comum, condenando políticas econômicas predatórias ao meio ambiente.

A denúncia de graves contradições sociais e a defesa dos mais fragilizados foram interpretadas, em círculos conservadores próximos ao poder, como uma ameaça ao Governo, iniciando-se uma campanha de difamação e de ameaças contra Dom Luiz Fernando Lisboa, diante da complacência do Governo central. Em vez de reconhecer o bispo de Pemba como um parceiro do Estado na denúncia da violência e na construção de uma sociedade mais integrada e inclusiva, a reação foi de ostracismo e isolamento de quem não fazia parte do problema, mas de sua solução.

Desde 2017, Moçambique, no continente africano, tem vivenciado uma crescente escalada de ataques por parte de radicais islâmicos que, com intentos separatistas, visam dominar a província de Cabo Delgado. Estes novos ataque na província de Cabo Delgado, na presente tese, classificamos novas formas de conflito em Moçambique, resultado na fraca implementação de política publicas que respondam os anseios da população jovem no norte do país. Os primeiros ataques ocorreram em Mocímboa da Praia, com níveis de violência macabros, espalhando-se nos anos seguintes por todo o nordeste da província, desencadeando cerca de meio milhão de deslocados e uma grave crise humanitária. Apenas em 2022, o número de assassinatos, sequestros, roubos e destruição de propriedades aumentou 29% no país em relação ao ano anterior. Civis cristãos estão entre os alvos preferenciais. A principal causa desses conflitos é de ordem financeira, uma vez que a África é muito rica em recursos naturais.

---

afirmava que a dívida não deveria ser paga à custa dos pobres, o que provocou o prolongado aplauso, de pé, pelo conjunto dos delegados (GOMES, 2007).

Na província de Cabo Delgado, por exemplo, encontra-se a maior reserva de gás natural do continente, além de grandes reservas de ouro, grafite e rubis de alta qualidade. A perseguição religiosa é consequência desses interesses econômicos. Certamente, existem grupos extremistas que perseguem cristãos, mas há contextos, como em Moçambique, em que a motivação da guerra não é religiosa, mas sim econômica. Esses grupos radicais utilizam o nome do islamismo, mas seu verdadeiro objetivo é financeiro. Os próprios muçulmanos moçambicanos negam que essas pessoas sejam lideranças religiosas, afirmando que se tratam de criminosos. A figura de pastor que emerge da leitura dessas memórias pode ser sintetizada nas palavras do próprio autor ao descrever os anos vividos na Missão de Metoro:

> *"A nossa missão era presença, estar com o povo, construir, junto com todos, um caminho". Dom Luiz foi um dos primeiros bispos nomeados pelo Papa Francisco [...] A presença paternal do Santo Padre fez-se realidade, como narra Dom Luiz Lisboa, através de gestos concretos: um telefonema num momento mais crítico, uma oferta material que permitiu ajudar a edificar dois pequenos centros de saúde [...] A nossa missão era presença ativa junto ao povo" (LISBOA, 2024, p. 11-12).*

Essa passagem evidencia como Dom Luiz Lisboa articulou sua atuação missionária em Moçambique com valores de solidariedade e fraternidade, construindo pontes entre diferentes culturas e promovendo ações concretas para melhorar a qualidade de vida das Comunidades locais. Um dos capítulos mais marcantes da obra é dedicado à experiência em Metoro, onde Dom Luiz trabalhou para fortalecer a educação e o empoderamento comunitário. Ele destaca como a fraternidade foi essencial para superar desafios e criar um ambiente de colaboração. Essa vivência exemplifica o impacto transformador do trabalho missionário quando realizado com proximidade e respeito pela cultura local. Em Metoro, Dom Luiz empenhou-se em fortalecer a educação e o empoderamento comunitário, sempre com a convicção de que a fraternidade é essencial para superar desafios e criar um ambiente de colaboração. Ele destaca: "a nossa missão era presença, estar com o povo, construir, junto com todos, um caminho" (LISBOA, 2024, p. 11).

Em Metoro, a educação foi compreendida como um pilar fundamental para o desenvolvimento integral da Comunidade. Dom Luiz Lisboa trabalhou para integrar valores humanos e espirituais às práticas educativas, promovendo o desenvolvimento integral das pessoas. Ele enfatiza ainda que: "a educação não é apenas transmissão de conhecimento; é

também formação para a vida, para a cidadania e para o respeito mútuo" (LISBOA, 2024, p. 25).

Essa abordagem permitiu que os moradores locais se sentissem valorizados e capacitados para enfrentar os desafios socioeconômicos. Além disso, o empoderamento comunitário constituiu outro pilar central da missão em Metoro. Dom Luiz Lisboa buscou estimular lideranças locais e fortalecer a autonomia das Comunidades. Ele relata: "O trabalho missionário não é sobre impor soluções; é sobre caminhar junto com o povo e ajudá-lo a descobrir suas próprias capacidades" (LISBOA, 2024, p. 26). Essa perspetiva colaborativa foi essencial para criar um ambiente de solidariedade e transformação. O autor resume a essência de sua missão em Metoro, afirmando que: *"a nossa missão era presença, estar com o povo, construir, junto com todos, um caminho. Acreditávamos que, juntos, poderíamos transformar vidas e construir uma Comunidade mais justa e fraterna. A educação era a chave para o futuro, e a fraternidade, o alicerce para um presente de esperança" (LISBOA, 2024, p. 11).*

Essa citação sintetiza o compromisso de Dom Luiz Lisboa com a Comunidade de Metoro, destacando a importância da presença, da colaboração, da educação e da fraternidade na construção de um futuro melhor. Ao longo das memórias, o autor aborda temas como inculturação e multiculturalidade, ressaltando os esforços para integrar elementos da cultura moçambicana à prática religiosa. Ele também narra os conflitos surgidos ao longo dos anos, tanto internos quanto externos à Comunidade missionária, evidenciando as dificuldades enfrentadas por líderes religiosos em contextos complexos. A inculturação foi um processo desafiador, porém essencial para a missão.

Dom Luiz Lisboa explica que "a inculturação não é uma tarefa simples; exige respeito, escuta e um profundo desejo de aprender com o outro" (LISBOA, 2024, p. 52). Essa abordagem permitiu que as práticas religiosas se tornassem mais significativas e relevantes para a Comunidade local. A multiculturalidade também foi um aspecto crucial da missão. Ao atuar em Cabo Delgado, Dom Luiz Lisboa enfrentou o desafio de harmonizar diferentes tradições culturais dentro das práticas religiosas, buscando sempre valorizar as particularidades de cada grupo. Ele narra que "a convivência entre culturas

diversas nos ensina que a fé pode ser vivida de maneiras distintas, sem perder sua essência" (LISBOA, 2024, p. 68).

Os conflitos internos e externos à Comunidade missionária representaram outro desafio significativo. Dom Luiz (2024) menciona as tensões geradas por diferenças culturais e religiosas, além dos desafios impostos pela guerra em Cabo Delgado entre 2017 e 2021. Durante esse período, ele descreve que "os conflitos internos exigem diálogo constante e paciência; já os externos, como a guerra, nos colocam diante da necessidade de lutar pela dignidade humana em meio ao caos" (LISBOA, 2024, p. 138). Dom Luiz Lisboa resume a essência de sua missão em Cabo Delgado, afirmando que, *"a missão exige coragem para enfrentar os conflitos e humildade para aprender com as culturas locais. Em Cabo Delgado, aprendi que o verdadeiro trabalho missionário não é sobre impor nossa visão de mundo, mas sobre caminhar junto com o povo, respeitando suas histórias e tradições. Só assim podemos construir pontes duradouras entre culturas diferentes" (LISBOA, 2024, p. 83).*

Essa citação sintetiza a essência do trabalho missionário realizado por Dom Luiz: um esforço contínuo de integração cultural e superação de conflitos por meio do diálogo e da solidariedade. Um dos momentos mais dramáticos da obra é a descrição da guerra em Cabo Delgado. Dom Luiz Lisboa relata os impactos devastadores do conflito, incluindo deslocamentos massivos e crises humanitárias. Ele descreve sua atuação junto à Cáritas diocesana no atendimento às necessidades urgentes dos refugiados que chegavam à praia de Paquitequete. A guerra trouxe desafios extremos, mas também reforçou seu compromisso com os mais vulneráveis. O autor descreve a complexidade do cenário, destacando como o conflito intensificou seu engajamento em favor da dignidade humana. Ele afirma: "A guerra trouxe desafios extremos, mas também nos ensinou a valorizar a vida e a dignidade humana em meio ao caos. Em Paquitequete, testemunhamos a força da solidariedade e a resiliência do povo moçambicano" (LISBOA, 2024, p. 138).

Dom Luiz Lisboa conclui sobre a *" guerra em Cabo Delgado... foi um desafio que nos fez questionar a nossa capacidade de responder às crises humanitárias. No entanto, também nos ensinou que, mesmo em meio ao caos, a solidariedade e a compaixão podem ser forças transformadoras. Em Paquitequete, vimos como a fé e a esperança podem unir*

pessoas em momentos de grande adversidade" (LISBOA, 2024, p. 140). Essa citação reflete a complexidade do cenário em Cabo Delgado e o compromisso de Dom Luiz Lisboa com os mais vulneráveis durante um dos períodos mais difíceis da história da região. Entre 2009 e 2013, Dom Luiz Fernando Lisboa viveu um período sabático no Brasil, dedicado à reflexão e à renovação espiritual, antes de retornar a Moçambique como bispo de Pemba. Esse retorno foi marcado por novas responsabilidades e pela ampliação de sua atuação pastoral.

A nomeação como bispo de Pemba, em 2013, representou um marco significativo em sua trajetória eclesiástica, e ele atribui grande importância ao apoio recebido do Papa Francisco nos momentos mais críticos de sua missão. Dom Luiz destaca o papel do Papa Francisco em sua trajetória, especialmente nos momentos de maior dificuldade. Ele afirma que o apoio do Papa foi fundamental para fortalecer sua missão e para dar visibilidade às necessidades da população local. Em suas memórias, expressa gratidão pela orientação espiritual e pelo encorajamento recebidos, que o ajudaram a enfrentar os desafios da guerra e da crise humanitária. Dom Luiz Lisboa resume a importância desse período afirmando que:

> *"O período sabático no Brasil foi um tempo de reflexão e renovação espiritual, que me permitiu voltar a Moçambique com uma nova perspectiva e um renovado compromisso com a missão. A nomeação como bispo de Pemba foi um desafio que me levou a enfrentar situações complexas, mas também a descobrir a força da fé e da solidariedade em momentos de crise. O apoio do Papa Francisco foi fundamental para mim, especialmente em momentos de grande desafio, e me ajudou a manter a esperança e a determinação em meio ao caos" (LISBOA, 2024, p. 120).*

Essa citação evidencia a importância do período sabático e do apoio do Papa Francisco na trajetória de Dom Luiz, destacando como esses elementos contribuíram para sua atuação como bispo de Pemba e para o fortalecimento de sua missão em Moçambique. Em 2021, Dom Luiz Fernando Lisboa foi transferido da Diocese de Pemba, em Moçambique, para a Diocese de Cachoeiro de Itapemirim, no Brasil, por decisão do Papa Francisco. Essa transferência marcou um novo capítulo em sua vida eclesiástica, trazendo novos desafios e oportunidades para aplicar as lições aprendidas durante sua missão em Moçambique. A experiência de Dom Luiz em Moçambique, especialmente em Cabo Delgado, foi marcada por desafios significativos, incluindo a guerra e a crise humanitária

iniciada em 2017. Ele descreve a complexidade desse cenário e destaca como o conflito exigiu uma resposta pastoral adaptada às necessidades urgentes da população. Dom Luiz reflete sobre a transição para o Brasil e sobre como suas experiências em Moçambique continuam influenciando sua abordagem pastoral. A missão permanece a mesma, “mas a mudança de continente diz muito”, afirma Dom Luiz Fernando Lisboa (2024).

A Igreja no Brasil encontra-se mais estabilizada, estruturada a partir das Comunidades eclesiais de base e dos círculos bíblicos. Anteriormente, porém, Dom Luiz viveu por quase vinte anos como missionário e, posteriormente, como bispo em Pemba, capital da província de Cabo Delgado, em Moçambique, uma “cidade culturalmente muito bonita e com uma Igreja viva e jovem, mas em um ambiente de grande sofrimento”.

Dom Luiz Lisboa destaca que, apesar da mudança de contexto, sua missão continua centrada na promoção da justiça social e da solidariedade. Ele enfatiza a importância de não se esquecer das guerras na África e de continuar apoiando a Igreja africana, mesmo após sua transferência para o Brasil. A CNBB, por sua vez, destacou o papel de Dom Luiz Lisboa em Moçambique, especialmente em Cabo Delgado, onde atuou em uma região marcada pela guerra e por deslocamentos massivos. Em sua nova função como bispo de Cachoeiro de Itapemirim, Dom Luiz busca integrar as lições aprendidas em Moçambique às realidades pastorais brasileiras, promovendo uma abordagem eclesial mais inclusiva e solidária.

Ele reflete sobre como suas experiências em Moçambique continuam influenciando sua atuação pastoral, ressaltando a importância da solidariedade e do compromisso com os mais vulneráveis. A obra *Memórias Missionárias em Cabo Delgado (2001–2021)* constitui, assim, um testemunho poderoso de fé, resiliência e solidariedade. Ao longo do livro, Dom Luiz oferece uma visão íntima dos desafios enfrentados por missionários em contextos de extrema pobreza e violência, como os vivenciados em Cabo Delgado, Moçambique. Sua experiência como missionário passionista e, posteriormente, como bispo de Pemba, revela como a presença ativa da Igreja pode transformar vidas mesmo nas circunstâncias mais adversas (LISBOA, 2024).

A obra não apenas celebra os feitos da missão em Cabo Delgado, mas também convida o leitor a refletir sobre a dinâmica da guerra e as dificuldades contemporâneas em Moçambique, no período que se segue à guerra dos dezesseis (16) anos. Revela-nos outro contexto, no qual as pressões do capital, por meio das multinacionais e de grupos paramilitares, levam a uma forte desestruturação das condições sociais e econômicas não apenas de Pemba, mas de toda a província. Dom Luiz destaca a importância da inculturação e da multiculturalidade, mostrando como esses aspectos foram fundamentais para sua atuação missionária. Ele narra como a guerra e a crise humanitária na região exigiram uma resposta pastoral adaptada, e como sua atuação junto à Cáritas diocesana foi crucial para atender às necessidades dos refugiados que chegavam à praia de Paquitequete, em Pemba. Dom Luiz Lisboa resume a essência de sua missão em Cabo Delgado, afirmando que:

> *"A missão exige coragem para enfrentar os conflitos e humildade para aprender com as culturas locais. Em Cabo Delgado, aprendi que o verdadeiro trabalho missionário não é sobre impor nossa visão de mundo, mas sobre caminhar junto com o povo, respeitando suas histórias e tradições. Só assim podemos construir pontes duradouras entre culturas diferentes" (LISBOA, 2024, p. 83).*

Essa citação encapsula a essência do trabalho missionário realizado por Dom Luiz: um esforço contínuo para integrar culturas e superar conflitos por meio do diálogo e da solidariedade. O livro é mais do que um relato pessoal. É um convite para refletir sobre o impacto do amor e da solidariedade em um mundo diverso. Num contexto de guerra, de injustiça e de sofrimento social, a experiência de Dom Luiz Lisboa foi semelhante à de outras forças progressistas da Igreja, na denúncia da exploração e das injustiças coloniais ou das atrocidades cometidas pelo exército português. Dom Manuel Vieira Pinto, bispo de Nampula, membros dos Padres Brancos, dos Padres Burgos ou de Missionários Combonianos também emitiram posicionamentos sociopolíticos em defesa dos direitos das populações locais.

Na época, recorreu-se à imprensa para vilipendiar aqueles que colocavam em causa os interesses do Estado colonial-fascista, tendo acabado por ser expulsos de Moçambique. Alertamos para o risco de recriação de um Estado fascista, corporativo e defensor do grande capital que, em nome do patriotismo, hostiliza vozes independentes ou críticas do sistema de relações sociais, entre os quais jornalistas e pesquisadores, ativistas ambientais

ou de direitos humanos e membros de organizações religiosas. A intimidação de vozes alternativas não eliminará as contradições sociais, pelo que o Governo deve encarar as diferentes forças sociais não como inimigos, mas como aliados na identificação de problemas e na construção de estratégias sustentáveis. A obra de Dom Luiz inspira os leitores a sair de sua zona de conforto e abraçar a missão de ser solidário com os crucificados da história, conforme expresso na sinopse do livro. A arrecadação com a venda do livro é destinada à Cáritas Diocesana de Cabo Delgado, reforçando o compromisso de Dom Luiz com a Comunidade moçambicana mesmo após sua transferência para o Brasil (LISBOA, 2024).

Contudo, os relatos documentam de Graciano Castellari relatam atrocidades cometidas durante a Guerra Civil nas províncias do norte - massacres de aldeias inteiras, violência sexual sistemática, destruição de infraestrutura comunitária. Estes crimes nunca foram julgados, as vítimas nunca receberam reconhecimento oficial, e muitas memórias permanecem silenciadas pelo Estado. Dom Luiz de Lisboa, as suas memórias registradas revelam o trauma profundo deixado pela guerra nas comunidades rurais de Nampula e regiões vizinhas. Famílias deslocadas, órfãos abandonados, ex-combatentes não reintegrados - uma paisagem social fragmentada que os acordos de paz não conseguiram curar, apenas silenciar.

Moçambique escolheu o esquecimento institucional: nenhuma comissão de verdade e reconciliação foi criada, nenhum tribunal de crimes de guerra, nenhum mecanismo de reparação formal. Os relatos missionários são, frequentemente, a única memória registrada de crimes cometidos no interior do país. Contraste com outros processos de justiça Transicional na África. Em Moçambique, nenhum mecanismo formal - Reconciliação sem justiça, amnésia institucional, impunidade total, ausência de TRC ou tribunal. Na África do Sul, assistimos a criação da TRC - Comissão de Verdade presidida por Desmond Tutu (1996-1998), temos testemunhos públicos e reparações. No Ruanda, temos a criaçao de Tribunais Gacaca - Justiça comunitária tradicional adaptada para julgar crimes do genocídio (2001-2012). Mais de 1 milhão de casos julgados.

5.1. Processo de Paz e Reconciliação Nacional no Período pós Acordo Geral de Paz

O manual da ONU, mencionado anteriormente, estabelece que a reconciliação é crucial em contextos de intensa interdependência, sobretudo quando não é viável manter uma barreira física ou emocional completa entre as partes em conflito. Portanto, a reconciliação está relacionada à restauração das relações a um ponto em que a cooperação e a confiança possam ser restabelecidas. Assim, a reconciliação envolve três paradoxos específicos: [1] possibilita um diálogo entre o confronto aberto do passado doloroso e a busca por uma ligação com um futuro interdependente e duradouro; [2] oferece um espaço onde a verdade e o perdão se entrelaçam, em que o ato de expor os acontecimentos passados é valorizado e abandonado em prol de um relacionamento renovador; [3] confirma a importância de conceder tempo e espaço para a justiça e a paz (ANTÓNIO, 2013).

No estudo sobre o Estado em Moçambique, atribuiu-se relevância às representações sociais relacionadas ao processo de transição para a independência (1974-1975) e à luta armada de libertação nacional que o antecedeu (1964-1974). Estão em causa acontecimentos aos quais os próprios atores sociais conferem, na atualidade (e durante todo o período pós-colonial), um papel significativo na interpretação que fazem da evolução histórica do país. É pela análise do que existe na cabeça das pessoas comuns sobre essa conjuntura que se pode aferir o que está em causa, tratando-se de um momento original devido ao seu forte impacto em Moçambique.

As Comunidades rurais utilizam vários rituais tradicionais para ajudar a lidar com o passado e iniciar o processo de reconciliação. Um dos rituais destacados por Alcinda Honwana, em seu artigo "*Sealing the past, facing the future*: trauma healing in rural Mozambique", foi o *Ku femba*[256], utilizado para pacificar os espíritos Mpfhukwa. O texto de Alcinda Honwana foi publicado na *Accord*, uma revista estrangeira. A autora argumenta, em seu livro, que, com o fim do poder dos chefes tradicionais, as pessoas deixaram de

[256] (Ku)femba - forma verbal que significa sentir, ouvir, detectar, e por associação, 'cheirar' os espíritos. Quando se fareja or probelam para diagnosticar a sua origem - 'kufemba' - os espíritos tomam posse do corpo do curandeiro (identifi cando pelo faro/cheiro a causa do mal), e 'falam' usando o seu corpo, sendo traduzidos com o auxílio do nyawuthi - o/a ajudante, intérprete das palavras dos espíritos possuindo momentaneamente o corpo do curandeiro.

usufruir da proteção dos antepassados e as coisas começaram a correr mal. Toda a vida da Comunidade ficou destruída, pois já não havia respeito pelos velhos, respeito pelos antepassados, respeito pelas nossas tradições (HONWANA, 1998); (HONWANA, 2002).

Alcinda Honwana mostra como populações afetadas pela guerra (soldados, mulheres, camponeses e crianças) recorrem a complexos rituais de cura tradicional, tais como *ku femba* e *timhamba*, para curar as feridas sociais da guerra e restaurar a estabilidade em suas Comunidades. O longo conflito armado que Moçambique viveu após a independência, além de ter vitimado milhares de vidas humanas, constituiu um momento de terror e pesadelo na vida do país: a destruição de infraestruturas e bens das populações; o recrutamento forçado de jovens rapazes para lutar na guerra; traições dentro das famílias; destruição de vilas e aldeias; e a *gandira*, uma estratégia usada pela RENAMO que envolvia trabalho forçado, violação e escravidão sexual de mulheres (IGREJA; DIAS-LAMBRANCA e RICHTERS, 2008). Essas experiências deixaram marcas profundas nas famílias e nas Comunidades. A RENAMO, que apostava em um programa político-ideológico de oposição à FRELIMO, recorreu à proposta de defesa dos valores tradicionais (autoridades, religiões) como forma de obter legitimidade e apoio popular.

Outra forma de envolver as Comunidades diretamente afetadas pelo conflito no processo de reconciliação e reconstrução, a partir de uma perspectiva local e humana, é a criação de memoriais comunitários e iniciativas de educação histórica de base. Quando falo de memoriais comunitários, refiro-me a espaços físicos, simbólicos ou artísticos criados pelas próprias Comunidades, com o objetivo de preservar a memória das vítimas e dos eventos traumáticos vividos, como guerras, massacres, fuzilamentos, deslocamentos forçados ou internamentos, para evitar que esses processos se repitam. Também podem ser criados monumentos, murais, placas, árvores plantadas, exposições, centros culturais ou até cemitérios simbólicos, como forma de dar um descanso digno às pessoas que foram vítimas desse processo.

Em relação à memória da guerra entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO, é preciso observar que Víctor Igreja é professor associado na Escola de Ciências Sociais da Universidade de Queensland, na Austrália. Seu texto, *"The implications of accumulated grievances and memories of political violence to the administrative decentralization in*

Mozambique", foi publicado na Revista Estudos Políticos, uma publicação do Núcleo de Estudos em Teoria Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Laboratório de Estudos Hum(e)anos do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense.

O autor identifica alguns momentos que desempenham (e desempenharam) a função de momentos originais associados à construção simbólica da formação territorial independente. Esses momentos (em geral relacionados à conquista da independência) são relevantes precisamente porque, sendo considerados genuinamente africanos, surgem desligados, aos olhos dos próprios atores sociais, das tradições ancestrais africanas. A verdade é que estamos sempre diante de mecanismos de domínio do simbólico incorporados à estrutura social, seja quando a referência ao tempo ancestral africano é valorizada de modo positivo, seja quando essa valoração é negativa.

No período pós-Acordo de Paz, práticas tradicionais e culturais tiveram de ser colocadas em ação para que os atores envolvidos no conflito fossem aceitos em suas Comunidades de origem e para que saíssem "limpos" da guerra, em razão das várias atrocidades cometidas nos campos de batalha. Somente assim alguns deles poderiam alcançar alguma paz no retorno aos seus lares e aposentos. Em diversas regiões, observaram-se várias práticas mágico-religiosas, como o *Mpfhukwa*.

Ademais, os *Mpfhukwa* são espíritos de combatentes e civis assassinados durante a guerra e que não receberam os rituais de enterro necessários para repousarem adequadamente após a morte. Se forem maltratados em vida, esses espíritos podem atormentar, provocar doenças e matar, não apenas aqueles que os maltrataram quando estavam no mundo dos vivos, mas também seus familiares. A ira dos espíritos *Mpfhukwa* também pode se estender a pessoas que cruzam seu caminho. Foi isso que ocorreu em uma estrada que liga a localidade de Munguine à vila da Manhiça, na província de Maputo (HONWANA, 1998); (HONWANA, 2002).

A Comunidade solicitou a um espírita *Tinyanga*, da província de Manica, que capturasse o espírito *Mpfhukwa* de um guerrilheiro da RENAMO, que estava impedindo as pessoas de transitarem pela estrada. A população local contribuiu com dinheiro e

capulanas[257] para a realização do ritual. Nas áreas rurais, muitas famílias afetadas pela guerra também realizaram rituais de limpeza para purificar e proteger seus parentes das experiências traumáticas vividas durante o conflito. Um dos exemplos apresentados por Alcinda Honwana é a cerimônia de purificação de Paulo, um menino de nove (9) anos que foi raptado por combatentes da RENAMO para integrar a guerrilha (HONWANA, 1998).

Com base na observação desse ritual de purificação, Alcinda Honwana concluiu que, por um lado, o trauma é percebido como uma aflição coletiva, pois afeta não apenas o indivíduo, mas também seus parentes vivos e mortos; por outro, o caso de Paulo mostra que as práticas de cura costumeira promovem uma ruptura com os traumas do passado. Para Alcinda Honwana, o objetivo da cerimônia de purificação não é ignorar o trauma passado, mas reconhecê-lo simbolicamente antes de encerrá-lo firmemente e enfrentar o futuro (HONWANA, 2002, p. 171). A autora mostra como estratégias de esquecimento coletivo são muito comuns nas Comunidades rurais afetadas pela guerra entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO. Essas Comunidades utilizam diversos rituais tradicionais para ajudar a lidar com o trauma e iniciar o processo de reconciliação. Um dos rituais destacados por ela é o *ku femba*, utilizado para pacificar os espíritos *Mpfhukwa* (HONWANA, 1998)).

Os *Mpfhukwa* são espíritos de combatentes e civis assassinados durante a guerra e que não receberam os rituais de enterro necessários para que repousassem adequadamente após a morte. Se forem maltratados em vida, esses espíritos podem atormentar, provocar doenças e matar, não apenas aqueles que os trataram mal quando estavam no mundo dos vivos, mas também seus familiares. A ira dos espíritos *Mpfhukwa* também pode se estender a pessoas que cruzam o seu caminho. Foi isso que aconteceu em uma estrada que liga a

[257] A capulana não é apenas um tecido; ela é um símbolo de identidade, tradição e expressão pessoal em Moçambique. O termo capulana surge como uma refe rência cultural moçambicana quando Samora Machel1 fez um discurso, em maio de 1975, ampliando o sentido do tecido para constitui-lo como identidade moçambicana. Esse tecido recebeu diferentes nomenclaturas, como "Kanga em Zanzibar; como lamba em Madagáscar; como leso em Mombasa; como pagne no Quénia; como gutino na Somália; como cheramine nas ilhas de Comores, chitenge no Malauí; e, finalmente, como Kikoi na África do Sul". As capulanas são tecidos estampados ou fabricados com fios, com dimensões fixas, como 1,64 m x 1 m ou 1,80 m x 1,10 m, são retangulares e levam padrões e motivos diver sos, geométricos, representando animais, plantas indianas, mas geralmente são coloridos e abstratos (ASSUNÇÃO, 2019). Capulana é um artefato visual e cultural africano. Cada estampa, cor e padrão carrega significados ocultos que podem representar desde momentos de luto até celebrações, como casamentos e nascimentos. Em algumas Comunidades, a capulana tem um papel até místico: acredita-se que o tecido, dependendo de sua estampa, pode carregar protecção espiritual ou trazer prosperidade a quem a usa.

localidade de Munguine à vila da Manhiça, na província de Maputo. A Comunidade solicitou a um espírita *Tinyanga*, da província de Manica, que capturasse o espírito *Mpfhukwa* de um guerrilheiro da RENAMO, que estava impedindo as pessoas de transitarem pela estrada. A população local contribuiu com dinheiro e *capulanas* para a realização do ritual. O estudo antropológico realizado por Honwana mostra que "a população afetada era unânime em sublinhar que nós já não tínhamos mais a proteção dos espíritos, nem tínhamos a liberdade de praticar os nossos rituais" (HONWANA, 2002, p. 171).

Moçambique apresenta-se como um caso *sui generis* de reconciliação "sem justiça". Logo após o conflito, a paz foi estabelecida em quase todo o país, e questões como as declarações de cessar-fogo no curto prazo foram tratadas de forma relativamente tranquila, incluindo a entrega voluntária de armas pela população e a reintegração de soldados e refugiados às Comunidades. Essa realidade pode ser atribuída a diversas razões interligadas. Isso pode ter favorecido uma integração mais fácil do tecido social, facilitando um processo natural de reconciliação.

Após o conflito, os principais atores, exaustos pela guerra, também se encontravam empobrecidos e desprovidos de perspetivas futuras, o que levou ao retorno às redes familiares e locais. Ao construirmos novos relacionamentos baseados no respeito e na compreensão real das necessidades, medos e aspirações de cada um, criamos padrões de cooperação que impedem o ressurgimento da divisão violenta. Nesse sentido, uma definição fundamental de reconciliação é o processo pelo qual uma sociedade transita de um passado dividido para um futuro compartilhado (BLOOMFIELD; BARNES; HUYSE e 2003, p. 12).

As Comunidades adotaram medidas positivas envolvendo valores tradicionais e culturais para a reintegração das pessoas diretamente envolvidas na guerra. Os curandeiros tradicionais foram convidados a realizar rituais de limpeza para que essas pessoas fossem aceitas de volta às Comunidades. Os curandeiros tradicionais desempenharam um papel significativo ao ajudar as pessoas e os ex-combatentes a se libertarem do passado traumático. Contudo, segundo os entrevistados, esses curandeiros utilizaram seus rituais para apaziguar os espíritos dos mortos no conflito e possibilitar a reinserção dos membros

da RENAMO em suas Comunidades, pois seria difícil para a Comunidade conviver com um membro da RENAMO sabendo que estes haviam matado seus familiares durante a guerra. Portanto, este capítulo trata da reconciliação nacional em Moçambique. Ritual de purificação espiritual praticado em comunidades rurais para reintegrar ex-combatentes.

O *ku femba* envolve cerimônias com curandeiros tradicionais para "limpar" os espíritos dos mortos que perseguem os soldados após a guerra. Esses rituais foram fundamentais para a reconciliação comunitária, mas jamais reconhecidos pelo Estado moçambicano. Na cosmologia local, os espíritos dos mortos violentamente (mpfhukwa) assombram os vivos e as comunidades. Autoridades tradicionais (régulos) mediaram a reintegração de ex-combatentes através de rituais específicos que o Estado secular ignorou. Estes líderes comunitários provaram ser agentes de paz mais eficazes que as estruturas estatais formais em muitas regiões.

O Estado moçambicano não reconheceu legalmente os mecanismos tradicionais de reconciliação, resultando em programas de reintegração de ex-combatentes que falharam massivamente. Muitos soldados desmobilizados ficaram sem apoio psicossocial adequado, levando as comunidades a desenvolverem suas próprias respostas através de práticas ancestrais. Moçambique apresenta-se como um caso singular na África: reconciliação sem comissão de verdade, sem julgamentos de crimes de guerra, sem reparações formais às vítimas. A paz foi construída sobre amnésia coletiva imposta pelo Estado, enquanto as comunidades desenvolveram mecanismos próprios de cura — uma "paz não estatal" paralela à paz oficial.

5.2. Vozes não Ouvidas e o Risco das Margens no Processo de Negociação dos Acordo Geral de Paz

Durante processo para assinatura do Acordo de Paz, existem grupos (e aspetos) e indivíduos que, por diferentes razões tinham ou tiveram problemas específicos em entrar no processo de negociação para o alcance da paz em Moçambique. Alguns caíram no esquecimento, e outros foram silenciados e ignorados durante este processo. Portanto, esta seção pretende identificar algumas “vozes não ouvidas” e o risco de figuras que foram

colocadas nas margens que o processo de negociação para o AGP criou em Moçambique. Autores como Ncomo (2003)[258], Mateus (2004)[259], Coelho (2010[260], 2011[261]), Meneses (2011[262], 2015[263] e 2017[264]), Lisboa (2020)[265] e Castelari (2015)[266], nos seus trabalhos, têm mostrado como a narrativa da FRELIMO do período de guerra (1964-1974) silenciou uma diversidade de memórias, como, por exemplo, dos antigos presos políticos, dos dissidentes da FRELIMO, dos membros de partidos políticos rivais, dos soldados moçambicanos alistados no exército colonial e das populações das cidades e dos aldeamentos coloniais.

Estes autores apresentam alguns grupos (e aspetos) que, por diferentes razões tinham problemas específicos em entrar na narrativa histórica da FRELIMO. Alguns caíram no esquecimento, e outros foram silenciados. E sobre este ponto que o presente capitulo pretende discutir.

Depois da independência, a FRELIMO iniciou uma espécie de limpeza. Essa limpeza afetou os apelidados de "reacionários"; os antigos presos políticos, também conhecidos pelo apelido "ex-PPs"; e os denominados "comprometidos". Também passaram pelo mesmo processo os missionários e padres que foram acusado de colaborarem com o

---

[258] NCOMO, Bernabé (2004). *Uria Simango:* um homem, uma causa. 2 ed. Maputo: Njira.

[259] MATEUS, Dalila Cabrita (2004). *A PIDE/DGS na Guerra Colonial. 1961 - 1974*. Lisboa: Terramar.

[260] COELHO, João Paulo Borges. *Memory, History, Fiction. A note on the politics of the pastin Mozambique.* In: JOUNÉES D'ÉTUDE – IL ÉTAIT UNE FOIS LES INDÉPENDANCES AFRICAINES…LA FIN DES EMPIRES?, 2010, Paris. *Anais*…Paris: EHESS, 2010, p. 1-11. Disponível em: < http://www.ces.uc.pt/ >. Acesso em: 18 de setembro de 2025.

[261] COELHO, João Paulo Borges (2011). *Abrir a Fábula - Questões da política do passado em Moçambique*. In: SEMINÁRIO APRESENTADO NO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2011, Coimbra. *Anais*...Coimbra: Centro de EstudosSociais/Universidade de Coimbra, 2011, p.1-12. Disponível em:< http://www.ces.uc.pt/>.Acesso em: 18 de setembro de 2025.

[262] MENESES, Maria Paula (2011). "The Future is a path we don't know..." – between history and memory in Mozambique**.** In: AFRICA AND THE CHALLENGES OF THE TWENTY FIRST CENTURY, 13, 2011, Rabat. *Anais*…Rabat: CODESRIA, p. 1-21.

[263] MENESES, Maria Paula (2015). Entangled histories of multiple conflicts: the complex landscape ofand Peace in Mozambique. In: CREATING AFRICAN FEATURES IN AN ERA OF GLOBAL TRANSFORMATIONS, 14, 2015, Dakar. *Anais*… Dakar: CODESRIA, p. 1-28.

[264] MENESES, Maria Paula (2017). "*Hidden Processes of Reconciliation in Mozambique*: the Entangled Histories of Truth-seeking Meetings Held Between 1975 and 1982", em: Africa Development, No. 41, Vol. 4, p. 153-180.

[265] LISBOA, Luiz Fernando. (2024). *Memórias Missionárias em Cabo Delgado (2001-2021).* Patricia Teixeira Santos, Nuno de Pinho Falcão, Keith Valéria de Oliveira Barbosa e Camila Castro de Souza (orgs.) Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural.

[266] CASTELLARI, Graciano (2015). "*Deboli tra deboli*". Memórias de um missionário em Moçambique, 1964-2005. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2015. (Colecção Experiências de África Série Histórias Missionárias).

Governo Colonial durante a luta Armada. Os "reacionários" foram considerados traidores da pior espécie, porque tinham se aliado aos portugueses, enquanto que, alguns presos políticos foram detidos em prisão domiciliária ou nas cadeias onde anteriormente estiveram encarcerados, outros foram mandados inicialmente para o campo de preparação político-militar de Matalane e, posteriormente enviados para os campos reeducação. Os padres foram posto de lado e proibido de exercer as suas actividade, no período posto independência. Os régulos e os chefes tradicionais, também tiveram o mesmo tratamento.

As transições democráticas, condicionadas às especificidades de cada contexto político, não apagam as marcas deixadas pelo regime anterior. Os Governos democráticos instaurados foram (e são) confrontados, por parte da sociedade civil nacional e transnacional[267], e de outros atores políticos e sociais, com o legado das violações de direitos humanos perpetradas pelo aparato policial-militar. A memória do período monopartidário, notadamente dos acontecimentos relacionados à repressão estatal e à violência política, é impressa no presente democrático como uma marca do passado recente que as jovens democracias não podem apagar ou rejeitar.[268] A análise do processo de paz moçambicano revela que o sucesso das negociações e da implementação do acordo não resultou exclusivamente da vontade política das elites ou da mediação internacional, mas também do envolvimento ativo e multifacetado da sociedade civil. Esse papel, embora frequentemente subestimado nas análises convencionais, foi fundamental para criar as condições sociais necessárias à aceitação popular do processo de paz e à sua sustentabilidade a longo prazo.

Severino Ngoenha destaca a importância dos intelectuais e da academia na criação de narrativas de reconciliação nacional. Os intelectuais moçambicanos, tanto dentro quanto fora do país, desempenharam um papel crucial na elaboração de discursos que justificavam filosoficamente a necessidade da paz e da reconciliação, contrapondo-se às narrativas de

[267] Aqui nos referimos, principalmente, aos movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais (ONG's) de direitos humanos de caráter nacional, e transnacional, por exemplo, as ONGs internacionais de direitos humanos, como a Anistia Internacional, a *Human Rights Watch* e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional, sendo o trabalho destas organizações fundamental na difusão e na visibilidade das denúncias e reivindicações daquelas.

[268] Os setores progressistas da Igreja Católica, os sindicatos, as organizações estudantis e, em alguns casos, certos líderes e partidos políticos. Também podemos destacar a militância de jornalistas, acadêmicos, escritores e compositores que endossaram a causa dos direitos humanos nesses países.

vitória militar que dominavam certos setores. Essa produção intelectual contribuiu para legitimar ideologicamente o compromisso político que o processo de paz representava. As organizações religiosas, para além da mediação católica internacional, mobilizaram suas redes locais em apoio ao processo.[269] Padre Filipe Couto relembra que igrejas de diferentes denominações organizaram campanhas de oração pela paz, sessões de sensibilização comunitária e programas de preparação psicológica das populações para receber ex-combatentes desmobilizados. Essa mobilização religiosa foi particularmente eficaz porque tocava dimensões espirituais e morais que ressoavam profundamente com as experiências das Comunidades afetadas pelo conflito.[270]

O emergente setor da sociedade civil organizada, embora ainda incipiente, começou a articular-se durante o processo de paz. Sobre esse aspecto, Carlos Mussa afirma que "até 1992, havia pouca intervenção da sociedade civil no processo de assinatura do Acordo de Paz de 1992, em Roma. Isso se explica porque, até a aprovação da Constituição de 1990 e até os finais dos dois anos subsequentes, praticamente não existia uma sociedade civil interventiva e credível em Moçambique. Pois, o que existia na altura, eram organizações ligadas ao partido FRELIMO, tais como: ODM, OMM, ONP, entre outras. Efetivamente, a sociedade civil só começou a se manifestar em Moçambique depois de 1992 e, sobretudo, depois de 1994".[271]

Para António Gaspar, "a sociedade civil não participou da assinatura do AGP, em 1992, essencialmente porque não existia como tal. As organizações da sociedade civil são produto da própria paz alcançada em Roma. Naquela altura, não se falava de sociedade civil. Havia, sim, algumas ONGs. Por essa razão, era inconcebível sua participação, sobretudo porque a matéria de paz e segurança é da esfera e do domínio total dos Estados. Essa matéria continua a ser de *high politic*[272], em que as organizações da sociedade civil

---

[269] *Moçambique: 50 anos de turbulência*. Depoimento recolhido na Conferência Internacional Moçambique e as Indepedência dos Países Africano de Lingua Oficial Portuguesa (PALOP), realizado nos dia 19 e 20 de junho de 2025, das 9-00 horas as 17 horas, no Centro Cultural Moçambique-China, em Maputo.
[270] Jornal o País, Padre Couto: meio século de sacerdócio na primeira pessoa, 29/05/2019.
[271] Entrevista efectuado ao Prof. Carlos Mussa, no dia 22 de Maio de 2025, no Centro de Interpretação do IPHLLN, em Maputo - Cidade.
[272] *High Politics* e um conceito que tem a ver com assuntos de defesa e segurança relacionados com defesa e segurança nacional. O realismo clássico só considera relevante assuntos de *high politics* e rejeita completamente os do *low politics* (JACKSON e SORENSEN, 2007, p. 106).

são vistas com desconfiança devido à sua ligação com financiadores externos, a quem prestam contas".[273]

Por fim, nos anos de guerra, não havia organizações a operar no país, com exceção da Cruz Vermelha Internacional. Não é comum abrir espaço para organizações em assuntos sensíveis de defesa e segurança, especialmente para ONGs. Tratava-se de assuntos de Estado rebeldes de então. António da Costa Gaspar observa ainda que organizações de direitos humanos, associações de mulheres, grupos de jovens e outras organizações cívicas começaram a se formar ou a se reativar durante o período de negociações, criando uma base social para a democratização. Essas organizações, embora com recursos limitados, contribuíram para criar expectativas democráticas e mecanismos de participação cidadã.[274]

Mas, houve alguns membros de organizações religiosas e figuras influentes que integraram as equipes de mediação, como os da Igreja Católica. Neste texto, evoca-se também o papel dos arcebispos da Beira, Dom Jaime Gonçalves, e de Dom Maria de Maputo da Beira, como mediadores do Acordo de Paz.[275] Essas figuras ajudaram o Estado moçambicano a aproximar-se da RENAMO, estabelecendo a ponte pré-negocial e, posteriormente, a fase de negociações diretas entre o Governo de Moçambique e a RENAMO. Outro ponto mencionado pelo autor é que as mulheres moçambicanas desempenharam um papel particularmente significativo, embora frequentemente invisibilizado. Isso ocorreu porque, Moçambique viveu sob um sistema de partido único (a FRELIMO), com estrutura altamente centralizada e de orientação marxista-leninista. Nesse modelo, a sociedade civil era praticamente inexistente fora das estruturas partidárias. As únicas organizações sociais reconhecidas eram os "braços sociais" da FRELIMO, como a OJM, a OMM, entre outras.[276]

---

[273] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de Abril de 2025, em Maputo - Cidade.
[274] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de Abril de 2025, Maputo - Cidade.
[275] Deixou-nos um precioso apontamento escrito do seu esforço genuinamente patriótico e sadiamente nacionalista. Atesta-o o próprio léxico utilizado, desde o título do livro (A Paz dos Moçambicanos) até aos dos capítulos II [Os Moçambicanos choram a sua guerra (a feita por eles próprios)] e III (Os Moçambicanos buscam solução de suas lágrimas), (LUZIA, José. 7 Margens. Dom Jaime Gonçalves, arcebispo da Beira e militante da paz em Moçambique, 02/09/2019.
[276]LUZIA, José. 7 Margens. Dom Jaime Gonçalves, arcebispo da Beira e militante da paz em Moçambique, 02/09/2019

Com introdução da Constituição multipartidária, a sociedade civil moçambicana ainda era incipiente, com pouca capacidade de mobilização, estrutura institucional ou reconhecimento formal para integrar um processo de mediação ou assinatura de acordos. Embora tenham ocorrido iniciativas por parte do então Arcebispo da Beira, Dom Jaime Pedro Gonçalves, e do Bispo da Igreja Anglicana, Dom Dinis Sengulane, para contactar elementos da RENAMO que tivessem poder para abrir canais de diálogo entre os beligerantes, essas ações foram individuais e simbólicas, não estruturadas em plataformas de sociedade civil organizada. O modelo de mediação adotado no Acordo de Roma concedia pouco espaço para a participação da sociedade civil. Nesse modelo, a prioridade era alcançar um cessar-fogo com os atores armados, e não promover um processo amplo e participativo de reconciliação nacional. Basta observar como figuras como Dom Jaime Pedro Gonçalves e Dom Dinis Sengulane, embora fundamentais no início da mediação, não participaram oficialmente da assinatura nem integraram as delegações.[277]

Dom Jaime Gonçalves tornou-se politicamente relevante pelo seu protagonismo em favor da paz durante a Guerra Civil. Como persistente articulador dos mais diversos contatos entre nacionais, estrangeiros, religiosos de diferentes confissões cristãs e Muçulmanas, foi desbravando caminhos que acabariam por colocar a RENAMO e o Governo da FRELIMO frente a frente até celebrarem o AGP de Roma, no dia do ícone católico São Francisco de Assis. O Padre Dom Sungulane destaca que as mulheres, que haviam suportado de forma desproporcional o fardo da guerra como vítimas de violência, deslocadas e chefes de família, tornaram-se algumas das mais ardentes defensoras da paz em suas Comunidades. Seu apoio foi crucial para a aceitação popular do processo, especialmente considerando sua influência nas estruturas familiares e comunitárias.[278]

Os próprios ex-combatentes de ambos os lados constituíram um segmento importante da sociedade civil no processo de paz. Carlos Mussa observa que muitos ex-combatentes, cansados da guerra, tornaram-se defensores ativos da paz dentro de suas organizações, pressionando as lideranças a persistirem nas negociações mesmo durante os

[277] Entrevista efectuada ao quadro senior do partido FRELIMO que quis falar em anonimato, no dia 22 de Outubro de 2024, Maputo.
[278] Padre Dom Sungulane O PAÍS, 2019. Disponivel em: https://opais.co.mz/padre-couto-sugere-encontro-entre-os-quatro-candidatos-sem-nenhum-outro-interveniente/, acessado no dia 23 de Maio de 2025.

momentos mais difíceis. Essa pressão "de baixo para cima" foi fundamental para manter o ritmo das negociações quando as pressões políticas ameaçavam descarrilar o processo. A mobilização de valores e tradições culturais moçambicanas constituiu outra dimensão importante do papel da sociedade civil.[279] Severino Ngoenha argumenta que "conceitos tradicionais como ubuntu, que enfatiza a interdependência humana, e práticas de resolução de conflitos por meio do diálogo comunitário foram mobilizados para apoiar a lógica da reconciliação nacional"[280]. Essa ancoragem cultural do processo de paz em valores endógenos foi crucial para sua legitimação popular.

Os setores econômicos emergentes também contribuíram para o processo, embora de forma menos visível. Tomás Vieira Mário observa que comerciantes, pequenos empresários e outros atores econômicos que operavam através das linhas de conflito tinham interesse direto na paz e exerceram pressões informais sobre ambas as partes para encontrar uma solução negociada. Esses interesses econômicos criaram bases sociais em favor da paz que transcendiam as divisões político-militares. A diáspora moçambicana, especialmente nos países vizinhos, também desempenhou um papel relevante. [281] António da Costa Gaspar observa que "milhões de refugiados moçambicanos no Maláui, Zimbábue, África do Sul e outros países constituíam uma pressão constante pela paz, uma vez que sua repatriação dependia do fim do conflito"[282]. As organizações de refugiados e seus apoiadores internacionais contribuíram para manter a questão moçambicana na agenda internacional. Para o autor, não teria sido possível para Moçambique alcançar outra paz. Esta foi a melhor opção encontrada, a via negocial. Foi a paz possível, a paz de silenciar as armas (paz negativa), na qual prevalecem os desafios da paz positiva.[283]

O papel das mídias locais emergentes foi crucial na divulgação de informações sobre o processo de paz. O Padre Filipe Couto destaca que as rádios comunitárias, jornais independentes e outros meios de comunicação que começaram a operar durante o processo

[279] Entrevista efectuado ao Prof. Carlos Mussa, no dia 22 de Maio de 2025, no Centro de Interpretação do IPHLLN, em Maputo - Cidade.
[280] O PAÍS, 2019. Disponivel em: https://opais.co.mz/padre-couto-sugere-encontro-entre-os-quatro-candidatos-sem-nenhum-outro-interveniente/, acessado no dia 23 de Maio de 2025.
[281] Tomás viera Mario Jurista, e Jornalista, que participou como correspondente da Agência de Informação de Moçambique (AIM) na cobertura das negociações do AGP, em Roma, em 1992. Entrevista realizada em Maputo, 4 de agosto de 2016 na STV.
[282] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de Abril de 2025, em Maputo - Cidade.
[283] Entrevista efectuada ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de Abril de 2025, em Maputo - Cidade.

de liberalização política contribuíram para informar as populações sobre os avanços das negociações e preparar a opinião pública para as mudanças. As limitações da sociedade civil também devem ser reconhecidas.[284] Carlos Mussa observa que, após anos de guerra e autoritarismo, a sociedade civil moçambicana ainda era muito frágil, com capacidades organizacionais limitadas e dependência excessiva de apoio externo. Essa fragilidade significava que o apoio da sociedade civil ao processo de paz, embora genuíno, também era vulnerável a mudanças nas circunstâncias políticas e econômicas. A experiência de mobilização da sociedade civil durante o processo de paz criou precedentes importantes para a participação cidadã na democracia moçambicana.[285]

Severino Ngoenha reflete que o envolvimento da sociedade civil no processo de paz estabeleceu expectativas sobre participação democrática que continuariam a influenciar a política moçambicana nas décadas seguintes. O legado do papel da sociedade civil no processo de paz é visível até hoje nas expectativas populares sobre participação política, na persistência de organizações da sociedade civil como atores relevantes na política moçambicana e na contínua importância de lideranças tradicionais e religiosas nos processos de mediação e reconciliação.[286]

Padre Dom Sungulane conclui que a paz em Moçambique não foi apenas um acordo entre elites, mas um processo social amplo que envolveu toda a sociedade e que, por isso, teve raízes mais profundas e sustentáveis. O envolvimento da sociedade civil num movimento cultural de paz e particularmente importante. Experimentar procedimentos não violentos, liberdades civis e processos eleitorais que facilitem mudanças de regime ordenadas e legítimas pode preparar o terreno para a aceitação da paz como a melhor opção para os envolvidos no conflito. [287] Os líderes do Estado podem não ter interesse em resolver conflitos porque obtêm ganhos com isso, neste caso, o poder, a partir de uma cultura de guerra, além de receberem apoio financeiro internacional quando o país se encontra em

---

[284] Jornal o País, Padre Couto: meio século de sacerdócio na primeira pessoa, 29/05/2019.
[285] Entrevista efectuado ao Prof. Carlos Mussa, no dia 22 de Maio de 2025, no Centro de Interpretação do IPHLLN, em Maputo - Cidade.
[286] *Moçambique: 50 anos de turbulência*. Depoimento recolhido na Conferência Internacional Moçambique e as Indepedência dos Países Africano de Lingua Oficial Portuguesa (PALOP), realizado nos dia 19 e 20 de junho de 2025, das 9-00 horas as 17 horas, no Centro Cultural Moçambique-China, em Maputo.
[287] O PAÍS, 2019. Disponivel em: https://opais.co.mz/padre-couto-sugere-encontro-entre-os-quatro-candidatos-sem-nenhum-outro-interveniente/, acessado no dia 23 de Maio de 2025.

estado de guerra. As ONGs locais, portanto, poderiam ser instrumentos a serem utilizados na promoção da paz, para evitar possíveis retornos à guerra, como se verificou em 2012. As ONGs podem oferecer apoio no ativismo junto aos seus membros. Além disso, as mulheres, as crianças e as minorias oprimidas podem desempenhar um papel importante na transformação para uma cultura de paz.

5.3. Outras Visões sobre o Processo de Negociações do Acordo Geral de Paz

Em Moçambique, a Guerra Civil, que perdurou por aproximadamente dezesseis, teve suas raízes nas dinâmicas da Guerra Fria e nas contradições internas do processo de construção do Estado pós-independência. A RENAMO, inicialmente apoiada pelos regimes minoritários da ex-Rodésia do Sul e, posteriormente, pelo regime do apartheid sul-africano, emergiu como força de oposição armada à FRELIMO, que havia adotado um modelo político-econômico de orientação marxista-leninista. As primeiras tentativas de diálogo para pôr fim ao conflito, quando as transformações geopolíticas globais começaram a alterar as dinâmicas do conflito. O "fim da Guerra Fria criou uma janela de oportunidade única para que as partes pudessem repensar suas estratégias e considerar seriamente a possibilidade de uma solução negociada". Essa mudança de paradigma foi fundamental para que tanto a FRELIMO quanto a RENAMO reconhecessem a insustentabilidade do conflito.[288]

Severino Ngoenha, em sua análise filosófica do processo, enfatiza que "a guerra civil moçambicana não foi apenas um conflito militar, mas uma crise existencial da própria ideia de Estado"[289]. Para o filósofo, o processo de paz exigiu uma profunda reflexão sobre a identidade nacional e os valores que deveriam fundamentar a sociedade moçambicana no pós-conflito. Para Severino Ngoenha, a paz não é apenas uma questão política, mas uma transformação ética e filosófica que redefine o sentido de Comunidade. Para compreender o persistente estado de conflito em Moçambique, é necessário mergulhar nas camadas

[288] Entrevista concedida a *Radio Televisão Portuguesa*- RTP, em 2021.
[289] Entrevista concedida ao Jornal *O PAÍS* , em 2023.

históricas, estruturais e econômicas que marcam o país. Para o autor, a FRELIMO perdeu porque, cercada em todas as províncias, não conseguiu manter a paz e o controle do Estado. A RENAMO perdeu porque não alcançou o poder. No final, em Roma, não assinamos a paz: assinamos a rendição, disfarçada de acordo. Aos vencidos não se pede opinião.

Os vencedores anônimos impuseram-nos o desmantelamento da nossa defesa, a abertura ao liberalismo e a criação de uma elite econômica artificialmente engendrada. Com o tempo, a paz formal revelou-se uma trégua instável. O fogo acalmou, mas as brasas nunca se extinguiram. Rebeliões armadas retornaram, manifestações populares irromperam e uma nova ameaça emergiu no norte do país: o jihadismo em Cabo Delgado. Hoje, esse conflito se alastra para outras províncias, tornando ainda mais evidente que a paz nunca se consolidou.[290] As razões históricas revelam um processo de descolonização e luta pela independência conduzido por um movimento armado, a FRELIMO, que rapidamente se afirmou como partido único e centralizou o poder quando Moçambique alcançou a independência nacional. Essa situação consolidou-se, quando a FRELIMO, tornou-se de fato um partido socialista de orientação marxista-leninista. Sua posição como força de libertação nacional, acompanhada pela narrativa de "salvadora da pátria", moldou a hegemonia política da FRELIMO, mas também criou uma narrativa excludente que marginalizou outras vozes.

Esse passado criou a ideia de que a unidade nacional é uma unidade sob a liderança de um único partido, e qualquer oposição passou a ser vista como uma ameaça à integridade do Estado, sendo frequentemente perseguida e banida, acusada de estar contra a revolução. No entanto, a paz alcançada com a independência revelou-se insuficiente para resolver as diferenças internas. Dessa forma, a guerra civil entre a FRELIMO e a RENAMO acrescentou uma nova camada de sofrimento e divisão, deixando Moçambique em fragmentos. A desconfiança enraizada durante esse período permanece viva como um eco das dores passadas, e qualquer tentativa de consenso enfrenta o fantasma do passado.

O início das negociações formais, marcou uma nova fase na história moçambicana. Padre Dom Sungulane observa que "o simples fato de as duas delegações se sentarem à

[290] *Moçambique: 50 anos de turbulência*. Depoimento recolhido na Conferência Internacional Moçambique e as Indepedência dos Países Africano de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), realizado nos dia 19 e 20 de junho de 2025, das 9-00 horas as 17 horas, no Centro Cultural Moçambique-China, em Maputo.

mesma mesa representou uma vitória da esperança sobre o desespero, da razão sobre a violência"[291]. O papel dos atores externos na facilitação do diálogo tornou-se evidente ainda antes das negociações formais de Roma. Sobre este ponto, Carlos Mussa destaca que "as pressões internacionais, particularmente dos países doadores e das organizações multilaterais, criaram incentivos concretos para que as partes abandonassem a lógica da vitória militar e abraçassem a lógica da vitória política".[292] Esse contexto internacional favorável foi complementado por pressões internas crescentes, incluindo o cansaço da população civil e o esgotamento dos recursos econômicos de ambas as partes. A iniciativa da Comunidade de Sant' Egidio, em Roma, representou um ponto de virada crucial.

O Padre Filipe Couto, que acompanhou de perto as negociações, relata que "a escolha de Roma como local das negociações não foi casual, mas resultado de uma cuidadosa avaliação sobre a necessidade de um espaço verdadeiramente neutro, longe das pressões políticas diretas que existiam tanto em Moçambique quanto na região austral da África".[293] António da Costa Gaspar, envolvido nos aspectos técnicos das negociações, sublinha que "o processo preparatório para as conversações de Roma envolveu meses de contatos secretos e diplomacia discreta, em que cada detalhe desde o protocolo até a agenda teve que ser cuidadosamente negociado".[294] Essa fase preparatória foi crucial para criar as condições mínimas de confiança necessárias para o início do diálogo formal. Contudo, o caminho até o acordo final seria longo e tortuoso, pontuado por crises, retrocessos e momentos de quase ruptura. Para Moçambique, a paz não é apenas uma questão política, mas uma transformação ética e filosófica que redefine o sentido de Comunidade. A paz representa um compromisso com a humanidade do outro e um projeto de nação em que cada cidadão, independentemente de sua origem ou ideologia, sente-se parte de um todo que valoriza a dignidade humana acima de tudo.

A complexidade das negociações refletia a profundidade das divisões políticas e ideológicas que haviam alimentado o conflito. Severino Ngoenha argumenta que as "negociações de Roma não foram apenas sobre cessar-fogo e partilha de poder, mas sobre

---

[291] O PAÍS, 2019. Disponivel em: https://opais.co.mz/padre-couto-sugere-encontro-entre-os-quatro-candidatos-sem-nenhum-outro-interveniente/, acessado no dia 23 de Maio de 2025.
[292] ITALOMOZ HISTÓRIA, 2020.
[293] Antigo Reitor da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). MAGAZINE INDEPENDENTE, 2019.
[294] REVISTA MINERVA UNIVERSITÁRIA, 2023.

redefinir os fundamentos filosóficos e políticos do Estado moçambicano". Essa dimensão mais profunda do processo explicaria tanto a duração das negociações quanto a solidez relativa do acordo final. Entretanto, os testemunhos convergem no reconhecimento de que o período entre 1990 e 1992 representou um momento único na história moçambicana, quando a vontade política das lideranças, o apoio internacional e a pressão popular se alinharam para tornar possível o que muitos consideravam impossível: o fim negociado de uma das guerras civis mais destrutivas da África pós-colonial.

Contudo, as fragilidades da limitada inclusão de demais atores parecem-nos ser uma hipótese não confirmada, devendo ainda ser analisadas em pesquisas futuras, pois, a partir do trabalho, percebemos que não é taxativamente a inclusão ou a exclusão que deverá trazer mudanças, se tivermos em conta que mesmo alguns dos poucos intervenientes da sociedade civil, quando chamados a colaborar, tiveram um papel pouco significativo, podendo mesmo dizer que foi nulo ou invisível. São atores que, aos olhos da sociedade, não inspiram confiança, confundindo-se muitas vezes com uma continuidade do partido FRELIMO. Diríamos que, para compreender a paz para além dos partidos FRELIMO e RENAMO, é necessário realizar uma análise profunda sobre as bases e o significado da própria sociedade civil em Moçambique. De fato, não nos parece existir uma separação nítida entre os atores das organizações sociais e os intervenientes políticos em si. Se quisermos ultrapassar a dimensão da paz, podemos citar o que ocorre nos processos eleitorais, em que, mesmo com a presença da sociedade civil na composição do principal órgão eleitoral, a crítica recorrente refere-se à falta de independência e isenção das organizações da sociedade civil.

5.4. Perspetivas Políticas, Econômica e Diplomática do Acordo Geral de Paz

As dimensões políticas e diplomáticas do processo de paz moçambicano revelam a complexidade das negociações, que envolveram não apenas questões técnicas de cessar-fogo e desmobilização, mas profundas transformações estruturais no sistema político nacional. Os testemunhos dos atores diretamente envolvidos nas negociações oferecem

insights cruciais sobre os desafios, estratégias e compromissos que tornaram possível a transição de um sistema político unipartidário para um regime democrático multipartidário.

Tomás Vieira Mário, figura experiente da diplomacia moçambicana, oferece uma perspectiva privilegiada sobre as complexidades políticas enfrentadas durante as negociações. Para Tomás Mário , "as conversações de Roma não eram apenas sobre terminar uma guerra, mas sobre refundar o Estado moçambicano em uma base completamente nova, em que antigos inimigos teriam que coexistir como parceiros políticos legítimos".[295] Essa transformação fundamental exigiu concessões significativas de ambas as partes, particularmente da FRELIMO, que teve que abandonar o monopólio político exercido desde a independência (MÁRIO, 2004).

As questões constitucionais ocuparam lugar central nas negociações, uma vez que a RENAMO exigia garantias estruturais de que suas posições políticas seriam respeitadas no novo sistema. Carlos Mussa destaca que "a pressão internacional foi crucial para convencer a FRELIMO de que as reformas políticas eram inevitáveis, especialmente em um contexto pós-Guerra Fria em que o apoio internacional estava condicionado à democratização".[296]

Essa pressão, para António Gaspar, não era apenas retórica, mas se concretizava por meio de condicionalidades impostas pelos doadores internacionais e pelas instituições financeiras multilaterais. A questão da partilha de poder emergiu como um dos temas mais espinhosos das negociações. [297] António da Costa Gaspar, envolvido nos aspectos técnicos do processo, relembra que a RENAMO insistia em fórmulas de Governo de unidade nacional que garantissem sua participação no Executivo, enquanto a FRELIMO defendia que a legitimidade governamental deveria resultar exclusivamente do processo eleitoral. O compromisso final, que estabeleceu as eleições como mecanismo de legitimação, mas incluiu garantias específicas para a oposição, refletiu a necessidade de equilibrar princípios democráticos com imperativos de estabilidade política.[298]

---

[295] Tomás viera Mário Jurista, e Jornalista, que participou como correspondente da Agência de Informação de Moçambique (AIM) na cobertura das negociações do AGP, em Roma, em 1992. Entrevista realizada em Maputo, 4 de agosto de 2016 na STV.
[296] Entrevista efectuado ao Prof. Carlos Mussa, no dia 22 de Maio de 2025, no Centro de Interpretação do IPHLLN, em Maputo - Cidade.
[297] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de Abril de 2025, em Maputo - Cidade.
[298] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de Abril de 2025, em Maputo - Cidade.

As reformas do sistema eleitoral constituíram outra área de intensa negociação. Tomás Vieira Mário, explica que a RENAMO tinha profunda desconfiança na capacidade da FRELIMO de organizar eleições livres e justas, exigindo supervisão internacional extensiva e reformas profundas na administração eleitoral. Essas preocupações levaram à criação de uma Comissão Nacional de Eleições com representação multipartidária e à aceitação de observação eleitoral internacional massiva, elementos que se tornariam características permanentes do sistema político moçambicano. A dimensão regional das negociações também foi crucial (MÁRIO, 2024). Carlos Mussa observa ainda que "o apoio dos países vizinhos, particularmente do Zimbábue e da África do Sul em transição, foi fundamental para isolar posições extremistas dentro da RENAMO e encorajar compromissos construtivos".[299]

A mudança de posição da África do Sul, que deixou de apoiar a RENAMO para favorecer uma solução negociada, alterou dramaticamente o equilíbrio de forças e os incentivos para a paz. As questões econômicas subjacentes ao conflito também exigiram atenção diplomática cuidadosa. António da Costa Gaspar destaca que as negociações incluíram discussões sobre modelos de desenvolvimento econômico, uma vez que a RENAMO criticava as políticas socialistas da FRELIMO e defendia uma economia mais orientada para o mercado. O acordo final refletiu uma convergência em torno de políticas de liberalização econômica que já vinham sendo implementadas pela FRELIMO sob pressão dos programas de ajustamento estrutural. Os interesses econômicos nacionais e internacionais acentuam essa instabilidade.[300]

Moçambique é rico em recursos naturais, especialmente gás e minerais, e as potências estrangeiras observam atentamente essas riquezas, criando uma interferência que, muitas vezes, agrava as tensões internas. Em vez de se concentrarem em benefícios para toda a população, os recursos naturais tornaram-se motivos de disputa pelo poder, intensificando rivalidades internas e abrindo espaço para influências estrangeiras que apoiam diferentes facções para assegurar o acesso aos recursos.

---

[299] Entrevista efectuado ao Prof. Carlos Mussa, no dia 22 de Maio de 2025, no Centro de Interpretação do IPHLLN, em Maputo - Cidade.
[300] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de Abril de 2025, em Maputo - Cidade.

A a criação das instituições democráticas e os contornos da construção e consolidação da paz em Moçambique para António Gaspar, "devem ser analisados como um processo e não como um fenômeno. Ademais, as instituições democráticas foram impostas de cima para baixo (*top-down*) pelos defensores das políticas neoliberais, sem consulta prévia ao povo. Por isso, até os dias atuais, verificam-se enormes desafios para sua consolidação e eficiência. Existe uma democracia de eleições que apenas alimenta divisões no seio do povo e conflitos pós-eleitorais. A democracia que não satisfaz as necessidades básicas da população deve ser abandonada ou ajustada à realidade de cada país. Esta é uma clara demonstração de que existe uma negação a esse modelo. A saída reside no repensar do modelo, de modo a encontrar alicerces de consenso entre os diferentes atores para refundar as bases do Estado. Naquele momento, não havia essa percepção".[301]

As razões estruturais também desempenham um papel essencial. O país desenvolveu-se com uma estrutura econômica e administrativa centralizada, com investimentos mais concentrados no Sul e nas cidades costeiras, enquanto o interior e o Norte, onde se concentram muitas das zonas de exploração mineral, permanecem relativamente abandonados. Esse desequilíbrio criou desigualdades profundas que alimentam a alienação das regiões mais pobres, nas quais as populações sentem-se deixadas para trás e desconsideradas pelo Estado central. Esses fatores criam uma armadilha histórica de conflitos e alimentam a ideia de que a violência, para muitos, ainda pode ser uma via legítima de reivindicação ou de imposição. No entanto, mesmo nesse cenário, a paz surge como a única solução com verdadeiro potencial de transformação para Moçambique. A paz permite uma coexistência real, em que as diferenças se tornam riquezas, e não ameaças.

Na paz, as forças políticas e sociais podem investir em infraestruturas que beneficiem a todos, promovendo o desenvolvimento humano e econômico que reduz as desigualdades. A paz abre a possibilidade de resolver as questões regionais por meio de maior inclusão e investimento nas áreas mais pobres, tornando o país mais atrativo para investimentos éticos, que respeitem as necessidades do povo moçambicano. A paz representa também o reconhecimento da alteridade: o outro não é inimigo, mas um parceiro

[301] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de Abril de 2025, em Maputo - Cidade.

na construção do país. A paz, como ensina a filosofia, é um exercício de humanização e de reconhecimento da dignidade alheia. Moçambique necessita de uma paz que reconheça o sofrimento de todos os lados, que cure as feridas do passado e crie uma memória comum que inclua todas as vozes, e não apenas as da hegemonia histórica.

A gestão das expectativas internas constituiu um desafio diplomático constante. Tomás Vieira Mário revela que tanto a FRELIMO quanto a RENAMO enfrentavam pressões de setores radicais dentro de suas organizações, que viam as concessões como traição aos ideais pelos quais haviam lutado. Essa resistência interna exigiu intenso trabalho diplomático para manter as lideranças comprometidas com o processo, mesmo diante de críticas severas de suas bases. [302]

A percepção das comunidades locais sobre a partilha do poder em Moçambique praticamente não existe, circulando apenas no seio das elites urbanas. A maioria da população deseja apenas bem-estar e viver em paz em suas Comunidades. Sua ausência não interfere diretamente na conflitualidade ou na paz. A percepção da partilha do poder não está claramente enraizada nas comunidades locais. O papel dos mediadores internacionais foi particularmente importante na superação dos impasses políticos mais significativos. Carlos Mussa observa que "em momentos críticos, quando as negociações ameaçavam colapsar devido a posições irreconciliáveis, os mediadores conseguiam propor fórmulas criativas que preservavam os interesses essenciais de ambas as partes".[303] Essa capacidade de inovação institucional foi crucial para o sucesso do processo.

Para Elísio Macamo, o acordo foi resultado de esforços combinados de atores civis (a Igreja Católica em Moçambique) e da Comunidade Santo' Egídio, em Roma. O autor afirma não saber se houve envolvimento de outras forças. Para ele, a guerra entre a FRELIMO e a RENAMO implicou o desencadeamento de transformações na estrutura social, na organização política e nas atividades econômicas, com impacto em domínios essenciais como a religião ou o papel social das mulheres. Esse conjunto de transformações,

---

[302] Tomás Viera Mario Jurista, e Jornalista, que participou como correspondente da Agência de Informação de Moçambique (AIM) na cobertura das negociações do AGP, em Roma, em 1992. Entrevista realizada em Maputo, a 11 de setembro de 2024; 6 de Fevereiro; 13 de março de 2025 na SOICO TV.

[303] Entrevista efectuado ao Prof. Dr. Carlos Mussa, no dia 22 de Maio de 2025, no Centro de Interpretação do IPHLLN, em Maputo - Cidade.

por sua natureza estrutural, implica que suas sedimentações se estendam por períodos relativamente prolongados no pós-guerra.[304]

A questão da integração das forças armadas representou um dos aspectos mais técnicos, mas politicamente sensíveis das negociações. António da Costa Gaspar explica que a criação das novas FADM exigiu não apenas decisões sobre efetivos e comandos, mas também sobre doutrina militar e orientação política das forças armadas. O Acordo de Paz, negociado em Roma sob a mediação da Comunidade de Sant' Egídio, marcou o fim formal das hostilidades, mas representou apenas o início de um processo muito mais amplo de construção da paz. As fases subsequentes incluíram a desmobilização de aproximadamente 90.000 combatentes de ambos os lados, a formação das novas FADM, a realização das primeiras eleições multipartidárias, e o estabelecimento gradual de instituições democráticas.

O princípio da neutralidade política das forças armadas, consagrado no acordo, representou uma ruptura significativa com a tradição de exércitos politizados que caracterizava a região. A dimensão temporal das negociações também refletiu cálculos políticos sofisticados.[305] Tomás Vieira Mário observa que a duração das negociações, embora por vezes frustrante, permitiu que mudanças graduais de mentalidade ocorressem dentro de ambas as organizações, preparando o terreno para a implementação bem-sucedida do acordo. Essa paciência estratégica contrastou com experiências de outros processos de paz que fracassaram devido à pressa excessiva. O sucesso das negociações políticas e diplomáticas criou um precedente importante para outros processos de paz na região e além-fronteiras.[306] Contudo, Carlos Mussa conclui que o modelo moçambicano demonstrou que mesmo conflitos aparentemente intratáveis podem ser resolvidos por meio de negociação paciente, compromissos mútuos e apoio internacional bem coordenado. Essa lição permanece relevante para os esforços contemporâneos de resolução de conflitos na África e em outras regiões.[307]

---

[304] Questionario efectuado atrvés da Plataforma digital ao Prof. Dr. Elisio Macamo da Universidade de Basileia - Suiça no dia 12 de Abril de 2025.
[305] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de Abril de 2025, em Maputo - Cidade.
[306] Entrevista realizada em Maputo, a 11 de setembro de 2024; 6 e 25 de Fevereiro de 2025; 4 e 13 de Março de 2025 na SOICO TV.
[307] Entrevista efectuado ao Prof. Dr. Carlos Mussa, no dia 22 de Maio de 2025, no Centro de Interpretação do IPHLLN, em Maputo - Cidade.

Os três acordos de paz em Moçambique (1992, 2014, 2019) foram negociados exclusivamente por elites políticas e militares - FRELIMO e RENAMO - sem participação das populações afetadas pela guerra. Este *déficit* de legitimidade é causa estrutural da instabilidade recorrente. As delegações em Roma (1990–1992) e em todas as negociações subsequentes eram compostas apenas por representantes de FRELIMO e RENAMO. Nenhum outro partido político, organização da sociedade civil, movimento social ou representante de comunidades afetadas teve assento nas mesas de negociação.

A CNE, órgão responsável por organizar e supervisionar eleições, foi dividida exclusivamente entre FRELIMO e RENAMO desde 1994. Esta partidarização institucionaliza o bipartidarismo e exclui partidos menores de qualquer participação no processo eleitoral. Nenhum dos três acordos foi submetido a referendo popular ou processo de consulta ampla. As populações moçambicanas - especialmente comunidades rurais onde a guerra foi mais violenta - não foram consultadas sobre os termos da paz que lhes seria imposta.

A exclusão de múltiplos atores sociais gera *déficit* de legitimidade que alimenta novos ciclos de violência: retorno ao conflito armado em 2012, insurgência em Cabo Delgado desde 2017. A paz negociada apenas entre elites não se sustenta estruturalmente. O padrão se repete nos três acordos: paz negociada entre lideranças de FRELIMO e RENAMO, com bênção da comunidade internacional, mas sem participação das pessoas que sofreram a guerra. Este déficit de legitimidade é causa estrutural da instabilidade recorrente e das múltiplas contestações eleitorais.

5.5. Desafios da Implementação e Reconciliação Nacional em Moçambique

Moçambique tem enfrentado diversos desafios específicos na reconciliação e na promoção da paz, decorrentes de sua complexa história política, econômica, social e cultural. A transição do país de um estado de conflito prolongado para uma paz duradoura não é simples e envolve uma série de obstáculos que precisam ser enfrentados de forma eficaz e sustentada.

A história política de Moçambique, marcada por décadas de Governo de partido único, situação prevalecente até aos dias atuais, e por uma Guerra Civil, resultou em instituições que muitas vezes são percebidas como extensões do partido no poder. A falta de confiança nas instituições públicas, incluindo o sistema judiciário e as Forças de Segurança, compromete a legitimidade do Estado e dificulta a implementação de políticas inclusivas de reconciliação. O período de reconciliação nacional iniciou-se em um novo contexto mundial, marcado pelo fim da Guerra Fria, mas também por um novo cenário de entendimentos políticos entre "Estado e Sociedade", gerando expectativas de progresso e de criação de um ambiente de bem-estar para as populações (BOUENE, 2005).

Consequentemente, desenvolveu-se um sentimento de acentuada pureza política, baseado na estreita intimidade entre partido e Forças Armadas. Já no período pós-guerra dos dezesseis anos, não tendo havido vencedores nem heróis, tornou-se necessária a inclusão das duas forças (COELHO, 2002); (COELHO e MACARINGUE, 2002).

A assinatura do AGP de Roma, e em Maputo, marcou apenas o início de uma fase igualmente complexa e desafiadora: a implementação prática dos compromissos assumidos e a construção de uma reconciliação nacional duradoura, o que na verdade ou do ponto de vista pratico, não aconteceu. Essa fase revelou-se crucial para determinar se os diversos acordos permaneceriam como um documento formal ou se se traduziriam em uma transformação efetiva da realidade moçambicana.

O processo de paz em Moçambique, iniciado com os AGP de Roma, representa um marco significativo na resolução de conflitos na África. Os outros acordos assinados também tiveram o mesmo elogio e tratamento. No entanto, três décadas depois, e após as Eleições Gerais e Municipais em Moçambique persistem ainda desafios estruturais que colocam em questão a sustentabilidade da paz conquistada. A transição da guerra para a paz e a implementação de um sistema democrático multipartidário em Moçambique representaram conquistas históricas, mas o percurso subsequente revelou complexidades e fragilidades que merecem uma análise aprofundada.

Brazão Mazula, acadêmico respeitado e protagonista na supervisão dos primeiros processos eleitorais democráticos, oferece lentes analíticas privilegiadas para compreender

tanto os sucessos quanto as limitações do processo de paz moçambicano. O acadêmico e ex-presidente da CNE, apresenta uma análise mais crítica da qualidade da paz em Moçambique. Sua conceitualização de "paz emprestada" sugere uma estabilidade precária, dependente de fatores externos e vulnerável a choques internos. Brazão Mazula afirma categoricamente: "há muitos problemas em Moçambique que nos levam a crer que não temos a verdadeira paz neste país. Voltamos a uma situação de guerra. Vivemos tempos de uma paz emprestada" (MAZULA, 2021, p. 8)[308]. Essa avaliação pessimista baseia-se em uma análise estrutural dos fatores que continuam a minar a estabilidade nacional.

Brazão Mazula identifica três (3) fatores que contribuem para a fragilidade da paz moçambicana: [1] Intolerância política - a persistência de uma cultura política caracterizada pela intolerância e pela dificuldade em aceitar a legitimidade da oposição política. Essa intolerância manifesta-se em várias esferas, desde o discurso político até as práticas de governança. [2] Recusa da reconciliação nacional - o autor observa ainda resistências à reconciliação nacional, tanto no nível das elites políticas quanto da sociedade civil. Essas resistências manifestam-se na perpetuação de narrativas divisivas e na relutância em abordar os traumas do passado de forma construtiva. [3] Marginalização de grupos vulneráveis - a exclusão sistemática de determinados grupos sociais dos benefícios do desenvolvimento e da participação política plena contribui para a perpetuação de queixas que podem alimentar futuras instabilidades. Para Brazão Mazula, a transição de uma "paz emprestada" para uma "paz verdadeira" exige transformações fundamentais na cultura política e social moçambicana. Ele defende ainda que "a Democracia Multipartidária só terá sucesso se for acompanhada pela valorização da pessoa humana, pelo respeito mútuo e pela convivência pacífica entre diferentes sensibilidades políticas e sociais" (MAZULA, 2020, p. 15)[309].

Essa visão humanística da Democracia apresentada por Brazão Mazula, enfatiza valores como dignidade humana, tolerância e pluralismo como pré-condições para a estabilidade democrática. Brazão Mazula na sua visão critica explicitamente "o recurso à

[308] *Canal de Moçambique*. (2021, março 15). Brazão Mazula alerta para a fragilidade da paz em Moçambique. Canal de Moçambique, p. 8. Jornal Notícias. (2021, janeiro 20). Mazula defende cultura de diálogo para a reconciliação nacional. Jornal Notícias, p. 6.
[309] *O País*. (2020, dezembro 12). Brazão Mazula sobre democracia e paz em Moçambique. *O País*, p. 15.

violência para resolver disputas" e apela à "construção de uma cultura de tolerância e diálogo como base para a reconciliação nacional" (MAZULA, 2021, p. 6).[310] No entanto, Raul Domingos alerta para as limitações desse processo, particularmente no que se refere à reintegração econômica e social sustentável. Para este autor, a paz transcende "o silêncio das armas" e exige a "criação de condições para que todos os moçambicanos possam viver com dignidade e segurança" (DOMINGOS, 2019, p. 12)[311].

Raul Domingos, como protagonista nas negociações de Roma e subsequente líder político, desenvolveu uma visão específica sobre os requisitos para uma paz duradoura em Moçambique. Sua perspetiva centra-se no conceito de inclusão política como mecanismo essencial para a reconciliação nacional. Raul Domingos reconhece o processo de desmobilização e reintegração dos antigos combatentes como um dos sucessos notáveis do pós-guerra. Aproximadamente 92.000 soldados de ambos os exércitos foram desmobilizados entre 1994 e 1996, em um processo supervisionado pela ONU (DOMINGOS, 2019, p. 12); (DOMINGOS, 2020, p. 4)[312].

O padre Dom Sungulane, que acompanhou de perto esse processo nas Comunidades rurais, relata que "aproximadamente 90.000 combatentes de ambos os lados tiveram de ser desmobilizados, reintegrados socialmente e, em muitos casos, preparados para uma vida completamente diferente daquela que conheciam havia mais de uma década".[313] Esse processo não foi apenas técnico, mas profundamente humano, envolvendo traumas de guerra, perda de identidade e necessidades básicas de sobrevivência. Os pacotes de reintegração oferecidos aos ex-combatentes revelaram-se inadequados em muitos casos.[314]

A formação das novas FADM representou outro desafio monumental. Tomás Vieira Mário destaca que integrar soldados que, há poucos meses, se matavam mutuamente em

---

[310] *Canal de Moçambique*. (2021, março 15). Brazão Mazula alerta para a fragilidade da paz em Moçambique. *Canal de Moçambique*, p. 8. Jornal Notícias. (2021, janeiro 20). Mazula defende cultura de diálogo para a reconciliação nacional. *Jornal Notícias*, p. 6.

[311] Domingos, citado em Savana, 2019, p. 12.

[312] Raul Domingos, figura central nas negociações de paz como chefe da delegação da RENAMO. *Savana*. (2019, novembro 8). Entrevista com Raúl Domingos sobre o processo de paz. Savana, p. 12.; *Notícias*. (2020, outubro 4). Raúl Domingos sobre reconciliação nacional. Notícias, p. 4.

[313] Padre Dom Sungulane O PAÍS, 2019. Disponível em: https://opais.co.mz/padre-couto-sugere-encontro-entre-os-quatro-candidatos-sem-nenhum-outro-interveniente/, acessado no dia 23 de Maio de 2025.

[314] Padre Dom Sungulane O PAÍS, 2019. Disponível em: https://opais.co.mz/padre-couto-sugere-encontro-entre-os-quatro-candidatos-sem-nenhum-outro-interveniente/, acessado no dia 23 de Maio de 2025.

uma única força armada nacional exigiu não apenas reorganização logística, mas uma verdadeira revolução cultural e psicológica. O processo de seleção, treinamento conjunto e estabelecimento de uma nova doutrina militar testou severamente a confiança mútua construída durante as negociações (MÁRIO, 2004).

A preparação das eleições de 1994 constituiu uma prova de fogo para a implementação do acordo. Carlos Mussa relembra que a criação da CNE, o registro eleitoral de milhões de cidadãos muitos dos quais nunca haviam participado de um processo democrático e a logística de uma eleição nacional em um país ainda devastado pela guerra representaram desafios técnicos enormes. O sucesso relativo dessas eleições validou o processo de paz, mas também revelou fragilidades que persistiriam no sistema político moçambicano. O processo de reconciliação nacional apresentou desafios ainda mais profundos que os aspetos técnicos da implementação.

O padre Dom Sungulane observa que "nas zonas tradicionalmente controladas pela RENAMO, especialmente no centro do país, o processo de implementação foi mais lento e problemático, gerando desconfiança quanto ao compromisso real do Governo com o acordo".[315] Essas assimetrias alimentaram narrativas de marginalização com implicações políticas duradouras. A questão da justiça transicional, embora não explicitamente abordada no Acordo de Roma, emergiu como um desafio não antecipado. António Gaspar (2025) reflete que a decisão de não estabelecer mecanismos formais de justiça transicional, embora compreensível no contexto das negociações, deixou muitas questões de responsabilização e reparação sem solução. Essa lacuna contribuiu para que alguns traumas permanecessem não processados, criando vulnerabilidades para futuras tensões.[316]

Raul Domingos recorda também a experiência do passado, na qual os desmobilizados receberam um balde, um facão, uma enxada e um cheque correspondente a dezoito meses. Ao fim desse período, o guerrilheiro ficou à própria sorte, abandonado e, como consequência, voltou para o mato. Hoje, fala-se de cinco mil homens por desmobilizar. Então, de onde é que saíram? São cada um desses homens, cuja história é que estão há vinte, vinte e cinco ou trinta anos nas matas. Portanto, são os mesmos que haviam

[315] Padre Dom Sungulane O PAÍS, 2019. Disponivel em: https://opais.co.mz/padre-couto-sugere-encontro-entre-os-quatro-candidatos-sem-nenhum-outro-interveniente/, acessado no dia 23 de Maio de 2025.
[316] Entrevista efectuado ao Dr. António da Costa Gaspar, no dia 2 de Abril de 2025, Maputo.

sido desmobilizados e voltaram para as matas. Porquê? Não se sentiram seguros, sentiram-se abandonados, não tinham garantias de sua sobrevivência, de sua sustentabilidade e, pior que isso, foram humilhados e desprezados... E alguns desses homens eram comandantes e, como comandantes, eram merecedores de honras militares e respeito. Quando saem dali para suas zonas de origem, seus bairros, são vistos como bandidos e perseguidos. Já houve casos de alguns mortos.[317]

O depoimento demonstra fissuras no processo, não apenas na questão material, mas também desafios de reconciliação que precisam ser superados. Esses dados são corroborados por Teodato Hunguana, antigo juiz-conselheiro do primeiro Conselho Constitucional na história de Moçambique, ex-ministro da Justiça, da Informação e do Trabalho nos Governos de Samora Machel e Joaquim Chissano, que também integrou a comitiva do Governo da FRELIMO e teve papel ativo no processo que culminou na assinatura dos Acordos de Paz em Roma. Segundo ele, "[...] falhou-se na questão principal, no pressuposto basilar de uma paz que se quer definitiva: a reconciliação"[318]. Nós não conseguimos fazer a reconciliação após o Acordo de Roma, durante a sua implementação e depois, ao longo dos últimos vinte e cinco anos. Como não conseguimos, ficamos todos armados para as eventualidades. Para não se ficar armado em prevenção de uma eventualidade, é preciso estar em paz e, para estar em paz, é preciso estarmos reconciliados. Nós não estivemos reconciliados. Naturalmente que as sementes estão lá. Se há armas escondidas, isso é instrumental. Se houver, de fato, uma paz sólida, as armas escondidas acabam por ficar obsoletas. Portanto, o que tem falhado é a reconciliação.

Os graus de intolerância são elevados, com consequências dramáticas, e isso não é caminho para a paz. O processo de DDR depende disso: da reconciliação. Tecnicamente, esse processo pode ser bem-sucedido. Mas isso ainda não é tudo. Se a intolerância continuar, as mesmas e outras pessoas vão regressar à guerra [...] Vivemos sempre em guerra. Será que somos belicistas por natureza?[319] Essa visão holística da paz alinha-se ao conceito de "paz positiva" de John Galtung, sublinhando a necessidade de abordar as

[317] Entrevista com Raul Domingos sobre o processo de paz, no Media mais TV, no 5 de outubro de 2020.
[318] O PAÍS, 2019. Disponível em: https://opais.co.mz/padre-couto-sugere-encontro-entre-os-quatro-candidatos-sem-nenhum-outro-interveniente/, acessado no dia 23 de Maio de 2025.
[319] Raul Domingos, citado no Jornal Savana, no dia 10 de outubro de 2020.

causas estruturais do conflito. Ademais, segundo Raul Domingos, "a inclusão faz parte de um projeto importante, que é a reconciliação, e, para nós que saímos de uma guerra e queremos manter a paz, a reconciliação acaba por ser um daqueles pilares importantes para a manutenção da paz" (DOMINGOS, 2020, p. 4)[320].

Essa declaração encapsula uma filosofia política que vai além da simples alternância democrática, propondo um modelo de governança consensual que acomode diferentes sensibilidades políticas. A trajetória política posterior de Raul Domingos, incluindo sua ruptura com a RENAMO e a criação de partidos alternativos, reflete uma crescente preocupação com a polarização do sistema político moçambicano. Domingos argumenta que a Democracia multipartidária não deve ser sinônimo de confrontação permanente, mas sim de colaboração construtiva entre diferentes forças políticas. Essa perspetiva é particularmente relevante no contexto das eleições moçambicanas, frequentemente marcadas por contestações, alegações de fraude e violência pós-eleitoral. Domingos defende que a cultura política moçambicana precisa evoluir para privilegiar o diálogo e o compromisso em detrimento da confrontação.[321]

Apesar das diferenças de ênfase e tom, as perspectivas de Raul Domingos e Brazão Mazula convergem em quatro aspectos fundamentais: [1] Natureza Processual da Paz - ambos reconhecem a paz como um processo dinâmico que exige vigilância e investimento contínuos, e não como um estado final alcançado com a assinatura de acordos; [2] Importância da Inclusão - tanto Raul Domingos quanto Brazão Mazula sublinham a necessidade de criar mecanismos de inclusão que acomodem diferentes sensibilidades políticas e sociais; [3] Crítica à Polarização - ambos criticam a tendência à polarização política excessiva e defendem uma cultura de diálogo e compromisso; [4] Dimensão

[320] Entrevista com Raul Domingos sobre o processo de paz. Savana, p. 12.; Notícias. (2020, outubro 4). Raúl Domingos sobre reconciliação nacional. Notícias, p. 4.

[321] Raul Domingos, figura central nas negociações de paz como chefe da delegação da RENAMO. *Savana*. (2019, novembro 8). Entrevista com Raúl Domingos sobre o processo de paz. Savana, p. 12.; *Notícias*. (2020, outubro 4). Raúl Domingos sobre reconciliação nacional. Notícias, p. 4. *Canal de Moçambique*. (2021, março 15). Brazão Mazula alerta para a fragilidade da paz em Moçambique. *Canal de Moçambique*, p. 8. Jornal Notícias. (2021, janeiro 20). Mazula defende cultura de diálogo para a reconciliação nacional. *Jornal Notícias*, p. 6.

Estrutural - reconhecem que a paz sustentável exige o enfrentamento das causas estruturais do conflito, e não apenas de seus sintomas imediatos.[322]

As principais diferenças entre as duas perspectivas residem no tom e na avaliação do progresso alcançado: [1] Otimismo versus Pessimismo - Raul Domingos mantém um otimismo cauteloso em relação aos avanços obtidos, enquanto Brazão Mazula adota um tom mais pessimista e alarmista; [2] Foco Institucional versus Cultural - Raul Domingos enfatiza mais os mecanismos institucionais de inclusão, enquanto Brazão Mazula privilegia a transformação cultural e de mentalidades; [3] Avaliação Temporal - Raul Domingos tende a valorizar mais os avanços históricos desde 1992, enquanto Brazão Mazula concentra-se mais nas regressões e retrocessos recentes.[323]

O processo de reconciliação nacional apresentou desafios ainda mais profundos do que os aspectos técnicos da implementação. Severino Ngoenha argumenta que "a reconciliação não podia ser decretada ou legislada, mas tinha de emergir de um processo social complexo, no qual Comunidades, famílias e indivíduos encontrassem formas de superar traumas e ressentimentos acumulados durante anos de conflito Essa dimensão psicológica e social da reconciliação foi frequentemente subestimada nos planos oficiais de implementação. As disparidades regionais na implementação do acordo criaram tensões adicionais.

A presença de conflitos armados persistentes, especialmente na província de Cabo Delgado, onde insurgentes realizam ataques desde 2017, representa, segundo o autor, um desafio urgente para a paz e a segurança nacional. Esses conflitos não apenas causam deslocamento populacional e perda de vidas, como também complicam os esforços de reconciliação ao introduzir novas dinâmicas de violência e insegurança. A resposta do Governo a esses conflitos tem sido criticada por ser predominantemente militar, sem

---

[322] Raul Domingos, figura central nas negociações de paz como chefe da delegação da RENAMO. *Savana*. (2019, novembro 8). Entrevista com Raúl Domingos sobre o processo de paz. Savana, p. 12.; *Notícias*. (2020, outubro 4). Raúl Domingos sobre reconciliação nacional. Notícias, p. 4. *Canal de Moçambique*. (2021, março 15). Brazão Mazula alerta para a fragilidade da paz em Moçambique. *Canal de Moçambique*, p. 8. Jornal Notícias. (2021, janeiro 20). Mazula defende cultura de diálogo para a reconciliação nacional. *Jornal Notícias*, p. 6.

[323] Notícias. (2020, outubro 4). Raúl Domingos sobre reconciliação nacional. Notícias, p. 4.

abordar adequadamente as causas subjacentes, como a pobreza extrema e a marginalização social.[324]

A transformação econômica durante o período de implementação também apresentou desafios significativos. Tomás Vieira Mário observa que a transição simultânea da guerra para a paz e de uma economia planificada para uma economia de mercado criou pressões enormes sobre as populações mais vulneráveis, especialmente nas zonas rurais. Essa dupla transição gerou vencedores e perdedores que não coincidiam necessariamente com as antigas divisões políticas do conflito. O estabelecimento de uma cultura política democrática revelou-se um processo gradual e, por vezes, contraditório (MÁRIO, 2004). Severino Ngoenha argumenta que a democratização formal, por meio de eleições, foi mais fácil de alcançar do que a democratização substantiva das mentalidades, práticas e instituições. Essa distinção entre Democracia formal e Democracia substancial tornou-se uma característica persistente da evolução política moçambicana.[325]

A mídia e a sociedade civil emergiram como atores importantes, porém subdesenvolvidos durante a implementação. O padre Dom Sungulane destaca que a liberalização política criou espaços para novos atores sociais, mas a inexperiência democrática e os recursos limitados restringiram sua capacidade de contribuir de forma eficaz para a consolidação da paz. A avaliação retrospetiva da fase de implementação revela um balanço misto de sucessos e limitações.[326]

António da Costa Gaspar conclui que, apesar das deficiências e desafios, o fato de o acordo ter sido implementado sem regressão à Guerra Civil representa um sucesso notável, especialmente quando comparado às experiências de outros países africanos no mesmo período. Essa perspectiva comparativa ajuda a contextualizar tanto as conquistas quanto as limitações do processo moçambicano. Moçambique enfrenta uma combinação de desafios históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais na promoção da reconciliação e da paz.

---

[324] Moçambique: 50 anos de turbulência. Depoimento recolhido na Conferência Internacional Moçambique e as Indepedência dos Países Africano de Lingua Oficial Portuguesa (PALOP), realizado nos dias 19 e 20 de junho de 2025, no Centro Cultural Moçambique-China, em Maputo.

[325] Moçambique: 50 anos de turbulência. Depoimento recolhido na Conferência Internacional Moçambique e as Indepedência dos Países Africano de Lingua Oficial Portuguesa (PALOP), realizado nos dia 19 e 20 de junho de 2025, no Centro Cultural Moçambique-China, em Maputo.

[326] Padre Dom Sungulane O PAÍS, 2019. Disponivel em: https://opais.co.mz/padre-couto-sugere-encontro-entre-os-quatro-candidatos-sem-nenhum-outro-interveniente/, acessado no dia 23 de Maio de 2025.

Enfrentar essas questões requer uma abordagem holística que inclua reformas institucionais, inclusão socioeconômica, descentralização efetiva, resolução de conflitos e mecanismos robustos de justiça transicional e de combate à corrupção.

Seis contribuições principais desta investigação sobre o processo de paz em Moçambique. Estas seis conclusões respondem diretamente às hipóteses iniciais da pesquisa e sintetizam os principais achados empíricos da investigação. Todas foram confirmadas pela análise histórica, documental e pelas entrevistas realizadas. Paz Cíclica por Ser Negativa - A paz moçambicana é cíclica e instável porque permanece no nível da paz negativa (cessação de hostilidades) sem avançar para a paz positiva (eliminação de causas estruturais como desigualdade, injustiça e exclusão). Retorno ao conflito em 2012, 2016 e 2017.

Bipartidarismo Monopoliza Paz e Democracia - O sistema bipartidário FRELIMO-RENAMO monopolizou o processo de paz e a democracia moçambicana durante um determinado período através do controle da CNE e da exclusão de outros atores políticos, gerando déficit de legitimidade democrática. Igrejas Como Mediadores Mais Eficazes - As instituições religiosas - especialmente a Comunidade de Sant' Egidio, o CCM e a Igreja Católica - foram os mediadores mais eficazes, provando o valor da *multi-track diplomacy* e da mediação não-estatal. Modelo exportável para outros conflitos. Exclusão de Mulheres, Sociedade Civil e Tradições - A exclusão sistemática de mulheres, sociedade civil organizada, partidos menores e tradições locais das mesas de negociação comprometeu a reconciliação real e a sustentabilidade da paz. Pacto de elites sem base social.

Cabo Delgado Revela Novas Formas de Conflito - A insurgência em Cabo Delgado desde 2017 demonstra que novas formas de conflito emergem quando as causas profundas - exclusão econômica, marginalização regional, pobreza extrema - não são enfrentadas. 1 milhão de deslocados internos. Paz Positiva Exige Justiça, Descentralização e Inclusão - Uma paz definitiva e sustentável em Moçambique exige: justiça transicional, descentralização real do poder, inclusão genuína de múltiplos atores sociais, e transformação das estruturas de desigualdade. Caminho para paz positiva.

CAPÍTULO VI: CONCLUSÃO

6. Conclusão

O panorama socio-histórico e político de Moçambique analisado demonstra que, com o fim da Segunda Guerra Mundial, aliado ao esgotamento das potências europeias e ao desenvolvimento dos movimentos protonacionalistas na África, foi marcada uma nova etapa para o continente africano, mais significativa nas décadas de 1960 e 1970, período da descolonização. Foi nessa perspectiva que Moçambique se estabeleceu como um Estado independente em 1975, após uma guerra que durou dez anos contra o colonialismo português, liderada pela FRELIMO. Foi possível perceber, nesta unidade da tese, que, após a independência, o Governo da FRELIMO optou por uma gestão do país baseada na influência ideológica socialista, como corolário da bipolarização do mundo no pós-Segunda Guerra Mundial. Com a ineficiência da gestão nacional do Governo, eclodiu um novo conflito militar em 1977, protagonizado pela RENAMO, que reivindicava a mudança do regime político instalado (partido único) para o pluripartidarismo. Com o fim da guerra, nos anos 1990, entrou em vigor uma nova Constituição da República de Moçambique, de cunho pluralista, que alicerçou as bases para as eleições multipartidárias, a formação de partidos políticos e a liberdade de associação, culminando na assinatura do Acordo de Paz em 1992.

No primeiro capítulo, procurei apresentar os conceitos de paz, memória e vozes não ouvidas, a fim de melhor enquadrar e posicionar-me em relação aos trabalhos iniciais desenvolvidos por vários autores ao longo do tempo. Entretanto, é preciso oferecer ao leitor uma percepção da complexidade desse campo em Moçambique. A construção de plataformas nas quais essas múltiplas vozes são ouvidas revela-se um processo de alargamento democrático, em que o passado é transcrito para os aspetos particulares das vidas individuais, na constituição de suas identidades, e em que os processos de reconciliação mais pessoais se transformam em parte constitutiva da memória social e política moçambicana. É nesse contexto que as narrativas coletivas e individuais, que exigem ser ouvidas, não devem ser esquecidas, juntamente com as experiências que representam e as memórias que incorporam.

No segundo capítulo, sobre o processo histórico-político da paz em Moçambique, no primeiro momento ele envolveu os primeiros movimentos nacionalistas que surgiram com o objetivo de alcançar a paz e o consenso para o combate contra o colonialismo português, embora tenham surgido vozes contrárias e de contestação sobre o tipo de guerra que a FRELIMO deveria empreender. Iniciada a luta armada de libertação nacional, a paz só foi possível após a assinatura dos Acordos de Lusaka, que levaram Moçambique a alcançar a independência nacional. Entretanto, durante o processo de negociação para a independência nacional, observa-se a exclusão de certos movimentos nacionais e de algumas individualidades, que serão enquadradas na tese como vozes não ouvidas durante o processo de negociação que levou à assinatura dos Acordos de Lusaka.

A partir dos debates recentes na literatura, procurei apresentar as várias versões do período de guerra entre a FRELIMO e o Governo português. Nesse capítulo, antes de analisar a versão da FRELIMO sobre o período da luta anticolonial, busquei mostrar as experiências dos diversos atores durante a guerra. Na versão da FRELIMO dos eventos de 1964 a 1974, o período da guerra é denominado luta armada de libertação nacional. De acordo com essa visão, a luta armada foi uma revolução que tinha como objetivo acabar com a exploração do homem pelo homem e instalar o poder popular. Essa versão ressalta que a FRELIMO foi a única guia do povo moçambicano e que todos os moçambicanos estiveram unidos na revolução, com exceção de uma minoria, os "reacionários", que colaborou com as autoridades portuguesas. Por isso, muitos deles, após Moçambique alcançar a independência, foram enviados para os campos de reeducação.

No terceiro capítulo, procurei examinar as narrativas da FRELIMO e da RENAMO sobre o período de guerra de 1976 a 1992. O conflito em Moçambique esteve diretamente ligado aos países vizinhos (ex-Rodésia do Sul e África do Sul). Os esforços para eliminar as diferenças entre a RENAMO e o Governo sempre fracassaram enquanto os fatores externos influenciaram as dinâmicas locais. A FRELIMO enfatizou a desestabilização promovida pela ex-Rodésia do Sul e pela África do Sul por meio da RENAMO. Na versão da FRELIMO, o conflito foi uma guerra de desestabilização fomentada pelos regimes de minoria branca da ex-Rodésia do Sul e da África do Sul por intermédio da RENAMO.

A narrativa ressalta que a RENAMO não possuía nenhuma base política e que seus guerrilheiros eram “bandidos armados”. As autoridades moçambicanas insistiram que a guerra pós-colonial foi ilegítima e que a RENAMO foi constituída por um grupo de moçambicanos manipulados pelo regime rodesiano para desestabilizar a revolução socialista. Para a RENAMO, o partido é o verdadeiro representante do povo moçambicano. A RENAMO reivindica que lutou contra o Governo marxista da FRELIMO para instalar a democracia multipartidária no país. Sua narrativa concentra-se nas políticas fracassadas do Governo da FRELIMO após a independência, como, por exemplo, a política agrária, a marginalização das autoridades tradicionais, a política antirreligiosa, entre outras. Antes de analisar o conteúdo dessas narrativas, procurei apresentar um preâmbulo histórico da guerra entre o Governo da FRELIMO e a RENAMO.

A natureza da paz na qual Moçambique está inserido é marcada por uma característica condicional e imperial, sustentada por acordos frágeis e por uma dependência significativa de intervenções externas. Embora o Acordo Geral de Paz tenha encerrado o conflito armado, os desafios relacionados às tensões políticas, à desigualdade socioeconômica e à marginalização social continuam a impedir a consolidação de uma paz verdadeiramente duradoura. A reconstrução democrática, acompanhada da promoção de uma participação política mais inclusiva, ainda permanece incompleta, evidenciando a necessidade de processos de reconciliação mais profundos e abrangentes.

Discutimos, nesse capítulo, a possibilidade de uma outra paz em Moçambique. Para responder a essa inquietação, é preciso, em primeiro lugar, compreender que o Governo, representado pela FRELIMO, aceitou o pacto liberal, a abertura dos mercados, a privatização do Estado e a criação de uma burguesia nacional, mas bloqueou sistematicamente o acesso real da oposição ao poder. Em segundo lugar, criou uma nova burguesia de Estado que nasceu dos escombros da justiça social. Moçambique tornou-se o sétimo país mais desigual do mundo, onde a luta já não se dava entre colonizador e colonizado, mas entre moçambicanos que têm tudo e moçambicanos que nada têm. Entretanto, devido à crescente onda de manifestações e conflitos, o presente capítulo procura discutir a emergência de uma nova colonização disfarçada, em que o partido abandonou seus próprios ideais e se integrou ao sistema que dizia combater. Essa situação

tem levado Moçambique a um retorno constante de conflitos, principalmente após os momentos eleitorais.

No quarto capítulo da tese, procuramos demonstrar que, durante o período das negociações de paz em Moçambique, o CCM e a Comunidade de Santo Egídio desempenharam um papel fundamental no processo, atuando como elemento unificador no interior do Governo moçambicano. Essas organizações buscaram dialogar com a RENAMO, com o objetivo de desenvolver um entendimento comum de suas metas e objetivos. De modo geral, as instituições religiosas surgiram como mediadoras, facilitadoras ou patrocinadoras dos processos de resolução de conflitos. Observa-se que, em muitos conflitos, as igrejas desempenharam e continuam a desempenhar um papel muito importante na resolução, gestão e transformação de conflitos. Uma vez que os clérigos e as instituições religiosas se apresentam como autoridade espiritual e moral, com um posicionamento idôneo e "apolítico", criam confiança para a negociação entre as partes em conflito. No presente capítulo analisado, é possível perceber que o processo de mediação da paz em Moçambique contou com diversos intervenientes, tanto informais quanto formais.

Nos primeiros contatos, embora ainda secretos, o processo de paz contou com o envolvimento direto de algumas personalidades religiosas junto à liderança da RENAMO. Na etapa seguinte, que consistiu em negociações formais, houve o envolvimento de mediadores e observadores de Governos africanos e extra-africanos, instituições religiosas e entidades internacionais vinculadas à ONU, que desempenharam papéis preponderantes no processo. Enquanto os mediadores africanos forneceram legitimidade ao processo, a mediação não africana, além de reforçar essa legitimidade, forneceu incentivos materiais para a concretização do processo de paz em Moçambique.

As instituições religiosas, no processo de resolução de conflitos, procuram sempre utilizar meios pacíficos e o *soft power*[327], considerando seu caráter ético, moral e religioso,

[327] Joseph Nye, nos anos 1980, e mais recentemente introduziu os conceitos de "*Hard, Sof e Smart Power*". Na sua obra *Paradoxo do Poder Americano*, Nye (2002, p. 36-41) define o "*Soft Power*" como sendo poder brando e de cooptação sustentado em elementos de poder intangíveis e que não podem ser percebidos de forma empírica e prática. Para ele esse poder relaciona-se com o a diplomacia, com o poder de convencer e das ideias, sendo suas principais fontes o desenvolvimento econômico, conhecimento tecnológico, cultura e disseminação de valores. Em oposição a esse conceito, temos o "*Hard Power*" que se refere aos recursos do poder tradicional ligado ao tamanho e a geografia do território, sua localização e natureza fronteiriça, sua

bem como o perfil "apolítico" de sua autoridade. Elas ocupam o lugar de terceiras partes, utilizando a negociação, mediação, facilitação, conciliação e os bons ofícios. Esses elementos conferem-lhes o papel de patrocinadoras, facilitadoras, negociadoras, mediadoras e conciliadoras, desempenhando funções de *peacemakers*. É importante ressaltar que a diplomacia exercida pelas instituições religiosas apresenta maior facilidade para lidar com conflitos intraestatais, uma vez que esse tipo de conflito envolve Estados, os quais tendem a facilitar a comunicação entre a mediação e as demais partes envolvidas, pois, a priori, os líderes políticos possuem um senso de responsabilidade perante a Comunidade internacional, enquanto sujeitos do Direito Internacional.

As instituições religiosas utilizaram uma diplomacia centrada na facilitação do diálogo entre os atores políticos, ajudando as partes a alcançarem a reconciliação, sobretudo na esfera sociopolítica. Elas acabaram por desempenhar a função de elo entre o partido no poder e a oposição, demonstrando que o entendimento é a base para a resolução do conflito armado. Utilizando sua autoridade moral e transmitindo a ideia de uma organização nacional, as instituições religiosas em Moçambique conseguiram envolver as partes em conflito a se concentrarem no interesse da nação e a deixarem de lado interesses individuais e particulares. O modelo de integração das partes surtiu efeito, pois todos passaram a sentir-se membros e atores da resolução do problema. Fica claro que os esforços empreendidos pela Comunidade de Santo Egídio no processo de paz em Moçambique contribuíram decisivamente para a mediação e resolução do conflito armado, com base no diálogo e na tolerância como formas de superar as diferenças e a desconfiança. Por fim, o papel das instituições religiosas, da Comunidade de Santo Egídio e do CCM na resolução e transformação do conflito armado em Moçambique foi bem-sucedido, com a implementação da "fórmula romana" e a transformação de armas em enxadas, em que o símbolo da guerra e da destruição foi convertido em instrumento de produção, desenvolvimento e progresso.

---

população, seu estado de preparação militar, seus recursos naturais, matéria-prima e capacidade industrial. Na obra "*Soft Power*: The Means to Success in World Politics" publicada em 2004 o autor introduz um novo conceito o "*Smart Power*", e define como sendo a capacidade de combinar o "*Hard* e o *Soft Power*" numa estratégia vencedora (NEYE, 2004).

As ações realizadas pelas instituições religiosas relacionadas à preparação do povo para a paz, cujo objetivo principal foi a reconciliação entre os moçambicanos, a preparação dos cidadãos para as eleições gerais e a transformação de armas em enxadas e em objetos de arte que simbolizavam a paz, constituem esforços empreendidos, sobretudo pelo CCM, para a transformação do conflito armado moçambicano e para o usufruto dos benefícios da paz. Assim, a transformação de armas em enxadas configura-se como um projeto de desmilitarização e destruição do espólio bélico do conflito armado moçambicano, convertendo-o em instrumentos construtivos e pacíficos de produção alimentar, geração de renda e integração social e artística.

Por último, no quinto capítulo, sobre instituições e agentes não participantes do processo de negociação para a paz, os riscos das margens, procurei trazer as memórias presentes na obra do padre Graciano Castellari, intitulada *Frágeis entre os frágeis: Memórias de um missionário em Moçambique, 1964–2005*, publicada em 2015; a análise de Rita Chaves sobre *A interação entre história, memória e ficção, em textos e contextos africanos: notas sobre Moçambique e as memórias missionárias*, publicada em 2020; e, por fim, a obra de Dom Luiz Fernando Lisboa, publicada em 2024, intitulada *Memórias Missionárias em Cabo Delgado*. Nesse capítulo, procuramos tecer um panorama multifacetado das narrativas que moldam a identidade moçambicana contemporânea. Entretanto, a crise econômico-financeira, a movida pela África do Sul, os fenômenos naturais e alguns desequilíbrios na gestão macroeconômica levaram o país a assinar os Acordos de Incomáti com o regime do apartheid, tornando Moçambique membro do FMI e do Banco Mundial. Consequentemente, com a introdução do Programa de Reestruturação Econômica (PRE), que foi colocado em prática, após o acordo sobre a forma final dos programas de reformas econômicas com as Instituições de Bretton Woods. No entanto, de qualquer modo e em qualquer dessas fases, as ações armadas em território moçambicano foram lideradas pela guerrilha da RENAMO, com apoio do Zimbábue e da África do Sul.

Todavia, apesar do sucesso alcançado nesse processo, vários desafios se colocam para que o legado e a experiência dessas instituições sejam aplicados no país e em outros contextos de conflitos violentos que necessitam ser resolvidos e transformados para a construção de uma paz estável e duradoura. O objetivo desta tese não foi reescrever a

história das guerras de Moçambique de 1964–1974 e de 1976–1992, mas demonstrar que, além das instituições, figuras e atores envolvidos no processo de negociação da paz em Moçambique, outras vozes e instituições poderiam ter sido ouvidas e participado desse processo, visando ao alcance de uma paz definitiva e duradoura. Por fim, o Anexo IX apresenta, em forma de quadro, todo o processo de assinatura dos Acordos de Paz em Moçambique, suas datas, os tipos de conversações, os mediadores, os resultados e suas consequências para o país.

Contribuições originais e inovações teóricas e empíricas da tese, ou inovações científicas desta pesquisa e caminhos para investigações futuras. Recuperação das "vozes não ouvidas" - Desenvolvimento do conceito analítico de "vozes não ouvidas" como categoria central para compreender os limites dos processos de paz negociados apenas por elites. Recuperação sistemática de memórias de mulheres, comunidades rurais, autoridades tradicionais e partidos políticos menores sistematicamente excluídos das negociações formais. Análise Crítica do Bipartidarismo - Primeira análise histórica sistemática do bipartidarismo FRELIMO-RENAMO como sistema político excludente que monopolizou o processo de paz e a democracia moçambicana. Demonstração empírica de como a CNE partidarizada institucionaliza a exclusão de outros atores políticos, gerando déficit de legitimidade democrática.

Interação de Práticas Tradicionais - Integração inovadora de práticas tradicionais de reconciliação (ku femba, rituais de purificação, papel dos régulos) na teoria da paz, demonstrando que a paz estatal formal coexiste com processos comunitários de cura não reconhecidos pelo Estado. Contribuição para o campo dos estudos de paz e justiça restaurativa. Entrevistas Inéditas com Atores-Chave - Realização de entrevistas inéditas com figuras centrais do processo de paz: Raúl Domingos (ex-líder da delegação da RENAMO nas negociações de Roma), Dom Dinis Sengulane (Bispo do CCM e mediador), ex-combatentes e testemunhas locais. Produção de fontes primárias originais para historiografia moçambicana.

Perspectivas futuras, inovações científicas desta pesquisa e caminhos para investigações futuras. (1) Impacto de Cabo Delgado na Paz Nacional - Investigação aprofundada do impacto da insurgência em Cabo Delgado (desde 2017) na estabilidade

nacional de Moçambique. Análise das relações entre exclusão econômica, recursos naturais (gás) e radicalização. Avaliação da eficácia da intervenção militar da SADC e Ruanda e perspectivas de resolução duradoura do conflito. (2) Protagonismo das Mulheres na Paz - Pesquisa sistemática sobre o papel das mulheres na construção da paz "de baixo para cima" (bottom-up) em Moçambique. Análise de organizações de mulheres, iniciativas locais de reconciliação lideradas por mulheres, e impacto da exclusão feminina das negociações formais na sustentabilidade da paz. (3) Comparações Africanas Sistemáticas - Estudo comparativo sistemático entre o processo de paz moçambicano e outros processos africanos: Angola (pós-guerra civil), Ruanda (pós-genocídio), África do Sul (pós-apartheid), Libéria, Serra Leoa. Identificação de padrões e especificidades dos processos de paz africanos e suas relações com justiça transicional. (4) Revisão dos Acordos 2019 Pós-Pandemia - Avaliação do impacto da pandemia de COVID-19 (2020-2022) na implementação do Acordo de Paz e Reconciliação de agosto de 2019. Análise de como a crise sanitária afetou a descentralização prevista, as eleições de governadores provinciais, e a estabilidade política. Projeções para a década de 2030.

CAPÍTULO VII: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Entrevistas

Nome	Data de Realização da Entrevista	Instituição e Funções	Metodologia
António da Costa Gaspar	2 de abril de 2025	Foi ex-conselheiro político do Presidente da República. Exerceu o cargo de Diretor do Centro de Estudos Estratégico Internacional da Universidade Joaquim Chissano (CEEI-UJC). Foi docente de longa experiência de Relações Internacionais no Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI) atual Universidade Joaquim Chissano (UJC).	Entrevista presencial
Bernardo Nakatembo	2 de abril de 2025	Quadro sénior das Forças Armada de Moçambique (FAM). Tenente e Coronel da Marinha Guerra em Moçambique. Combatente da Defesa, Soberania e Democracia (DSD). Atualmente exerce a função do Diretor Geral no Instituto de Pesquisa de História da Luta de Libertação Nacional (IPHLLN), instituição ligado ao Ministérios do Combatentes (MICO). Sua área de trabalho e Comunicação e Jornalismo.	Entrevista presencial
Carlos Mussa	22 de maio de 2025	Docente da Universidade Pedagógica de Moçambique.	Entrevista presencial
Elísio Macamo	12 de abril de 2025	Professor da da Universidade de Basileia - Suiça.	Questionário
Amós Mahanjane	18 de junho de 2025	Antigo combatente da clandestinidade e diplomata.	Entrevista presencial
Anonimato “A“	10 de junho de 2025.	Membro sénior da FRELIMO, e antigo Combatente da Luta Armada de Libertação nacional. Ministério da Defesa.	Entrevista presencial
Anonimato “B“	10 de junho de 2025	Membro sénior da FRELIMO, e antigo Combatente da Luta Armada de Libertação nacional. Deputado da Assembleia da República.	Entrevista presencial
Anonimato “C“	18 de junho de 2025	Membro do partido FRELIMO. Deputado da Assembleia da	Entrevista presencial

		República.	
Anonimato “D“	18 de junho de 2025	Membro do partido FRELIMO, Funcionário do STAE.	Entrevista presencial

Depoimentos Recolhidos nas Conferências, Seminário e nos Órgão de Comunicação Social

Nome	**Papel**
Brazão Mazula	Presidente CNE: 1993-1995. Primeiro Presidente do Conselho Nacional de Eleições. Professor Universitário e investigador em assuntos de Paz e reconciliação nacional.
Dinis Sengulane	Bispo da Igreja Anglicana em Moçambique, Diocese dos Libombos: 1976-2014; Membro do Conselho Cristão de Moçambique (CCM); Integrou as equipas do CCM que se engajaram no processo de construção da paz em Moçambique e desempenhou um papel importante na facilitação dos contactos entre a RENAMO e o Governo de Moçambique no final da década de 1980; Liderou o desenvolvimento do Projeto de Transformação de Armas em Enxadas (TAE): 1995-2004. Personalidade religiosa e conselheiro em assuntos de Paz em Moçambique.
Raúl Domingos	Chefe da Delegação da RENAMO nas Negociações de Paz, em Roma:1990-1992; Chefe de Estado-maior da RENAMO até 1988. Chefe da Bancada Parlamentar da RENAMO: 1994 e 1999. Embaixador de Moçambique no Veticano.
Tomás Viera Mário	É um escritor, músico e jornalista moçambicano, de Profissão. Fez parte da revista literária Charrua e foi correspondente de Agência de Informação de Moçambique em Lisboa e Roma, e participou na assinatura do AGP como corespondente. Enquanto profissional de comunicação social e pesquisador, e desempenhou as seguintes funções: Diretor de Informação da Televisão de Moçambique (TVM); Correspondente da Agência de Informação de Moçambique (AIM) em Portugal; Diretor Nacional do Centro de Pesquisa e Documentação da África Austral (SARDC); e Presidente do MISA Moçambique, uma organização cívica de defesa da liberdade de imprensa. Exerce desde o ano de 2015 as funções de Presidente do Conselho Superior da Comunicação Social, designado pelo Presidente da República.
Severino Ngoenha	É Doutorado em Filosofia pela Universidade Gregoriana em Roma. É filósofo contemporâneo de Moçambique, contribuí para o estudo da Filosofia africana no país. Professor Universitário e reitor da Universidade Tecnica de Moçambique (UDM).

	Seus trabalhos mais influentes incluem uma análise crítica dos discursos da filosofia africana, críticas da sociedade moçambicana contemporânea, como também questões sobre justiça, ecologia e educação. Suas pesquisas situam-se principalmente na área de Antropologia, Pensamento Africano, Filosofia da Educação, Filosofia da História e Interculturalidade. Severino Ngoenha se dedica a uma leitura filosófica da sociedade moçambicana, criticando tanto as contradições da experiência socialista do FRELIMO quanto à destituição causada pelo capitalismo neoliberal.
Eduardo Nihia	Veterano da Luta de Libertação Nacional. Antigo Vice Ministro da Defesa Nacional. Foi conselheiro para Assuntos de Defesa e Segurança dos Presidentes Armando Guebuza e de Filipe Nyusi. Deputado da Assembleia da República.
José Chichava	É professor associado na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). É Doutorado em Economia pela University of Wales College of Cardiff (Reino Unido). É, também, Mestre em Planeamento e Políticas Económicas pela University College of Swansea (Reino Unido). Obteve o grau de Licenciatura em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane, em 1989.

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS

MOÇAMBIQUE, Boletim da República, 2º Suplemento, políticas sobre os Assuntos de Antigos Combatentes e estratégias da sua implementação. Publicação oficial da República de Moçambique. Série I número 20, Maputo terça-feira 22 de maio de 2001.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA. Constituição. 1.ed. Imprensa Nacional de Moçambique, 1990.

_____. Acordo sobre a Cessação das Hostilidades Militares, (N° 29/2014, de 9 de setembro), Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 2014.

_____. Lei Eleitoral (N° 13/92, de 14 de outubro). Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 1992;

_____. Lei Eleitoral (N° 4/93, de 28 de dezembro). Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 1994;

_____. LEI Eleitoral (Nº4/1997) para as eleições Autárquicas de 1998. Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 1997;

_____. LEI Eleitoral (Nº8/1999) para as eleições de 1999. Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 1999;

_____. LEI Eleitoral (Nº20/2002) eleições Gerais de 2004. Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 2002;

_____. LEI Eleitoral (Nº 8/2007) para as eleições Gerais de 2009. Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 2007;

_____. LEI Eleitoral (Nº6/2013) para eleições Autárquicas. Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 2013;

_____. LEI Eleitoral (Nº9/2014) para eleições Gerais de 2014. Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 2014;

_____. LEI Eleitoral (Nº 2/2019) para eleições Gerais de 2019. Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 2019;

ACORDO DE CESSAÇÃO DE HOSTILIDADES, 5/9/2014 (Moçambique). Acessado em 2 de dezembro de 2024 e disponível em https://www.dw.com/pt-002/paz-em mo%C3%A7ambique/a-17904834.

ACORDO DE NKOMATI, 16/3/1984 (Moçambique). Acessado em 2 de dezembro de 2024 e disponível em https://www.mozambiquehistory.net/inter_rel/rsa/84_2_the_ceremony/19840316_acordo_de_ nkomati_(texto).pdf.

ACORDO DE PAZ DEFINITIVA, 6/8/2019 (Moçambique). Acessado em 24 de dezembro de 2024 e disponível em https://clubofmozambique.com/wp-content/uploads/2019/08/acordo-depaz-e-reconcilia%C3%A7%C3%A3o-nacional-2019.pdf.

ACORDO DE ROMA, 410/1992 (Moçambique). Acessado em 22 de dezembro de 2024 e disponível em https://gazettes.africa/archive/mz/1992/mz-government-gazette-series-isupplement-dated-1992-10-14-no-42.pdf.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇANBIQUE (1977). Acessado em 7 de maio de 2024 e disponível em https://www.mozambiquehistory.net/justice/constitution/19800900_constituicao.pdf 178.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇANBIQUE (1990). Acessado em 7 de maio de 2024 e disponível em https://gazettes.africa/archive/mz/1990/mz-government-gazetteseries-i-supplement-dated-1990-11-02-no-44.pdf.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇANBIQUE (2018). Acessado em 9 de maio de 2024 e disponível em https://www.ta.gov.mz/Legislacao/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Republica/Lei_1 .2018_Revis%C3%A3o_pontual_constitui%C3%A7%C3%A3o_Rep%C3%BAblica_Mo%C 3%A7ambique_2018.pdf.

IMPRENSA NACIONAL DE MOCAMBIQUE. Boletim da República de Moçambique. Serie 1 Número 42. 14/10/1992. Acessado em 7 de julho de 2024 e disponível em https://gazettes.africa/archive/mz/1992/mz-government-gazette-series-i-supplement-dated1992-10-14-no-42.pdf

LEI DE ANISTIA de 1987 (Moçambique). Acessado em 2 de junho de 2024 e disponível em https://gazettes.africa/archive/mz/1987/mz-government-gazette-series-i-supplement-no-

3- dated-1987-12-19-no-50.pdf LEI DE ANISTIA de 1992 (Moçambique). Acessado em 25 de junho de 2022 e disponível em https://gazettes.africa/archive/mz/1992/mz-government-gazette-series-i-supplement-dated1992-10-14-no-42.pdf

LEI DE ANISTIA de 1992 (Moçambique). Acessado em 25 de junho de 2024 e disponível em https://gazettes.africa/archive/mz/1992/mz-government-gazette-series-i-supplement-dated 1992-10-14-no-42.pdf

LEI DE ANISTIA de 2014 (Moçambique). Acessado em 25 de junho de 2024 e disponível em https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/MZ-143508-MozambiqueCeasefire_1.pdf

LEI DE ANISTIA de 2019 (Moçambique). Acessado em 25 de junho de 2025 e disponível em https://gazettes.africa/archive/mz/2019/mz-government-gazette-series-i-dated-2019-08-29-no-168.pdf

LEI N.º 15/2009, de 9 de Abril (Moçambique). Acessado em 25 de junho de 2025 e disponível em http://www.cconstitucional.org.mz/Legislacao/Lei-Eleitoral.

OBRAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders (1995). *Ordem Mundial Futura e Governação Nacional em Moçambique:* "*Empowerment*" *e Espaço de Manobra*. Padrigu e CEEI-ISRI. Maputo.

ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders (1994). Moçambique em Transição: Um Estudo da História de Desenvolvimento Durante o Período de 1974-1992 (Maputo: Padrigu e CEEI-ISRI, 1994).

ARMANDO, Hassane (2018). *Tempos de fúria. Memórias do Massacre de Homoíne*, 18 de julho de 1987, Edições Colibri, 2018.

ADAM, Yussuf (2006). *Escapar aos dentes do Crocodilo e cair na boca do Leopardo*: trajectória de Moçambique Pós-Colonial (1975-1990). Maputo: Promédia.

ADAM, Yussuf (1993). Resistência, Colonialismo e Desenvolvimento. In Moçambique, *Arquivo nº 14*, Maputo: Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, 1993, p. 9-102.

ALDEN, Chris (2007). *Bullets, Ballots and Bread: The Democratic Transition In Mozambique*, University of the Witwatersrand.

AJELLO, Aldo. O papel da ONUMOZ no processo de pacificação. In: Mazula, Brazão (1995). *Moçambique*: Eleições Democracia e Desenvolvimento.

ASSUNÇÃO, Helena Santos (2019). Batuques e Segredos: as Capulanas nos Ritos de Iniciação Femininos na Ilha de Moçambique. In. FONSECA, Mariana Braks e OLIVEIRA, Fernanda Chamarelli de (Orgs.). *Áfricas e suas Relações com Gênero*. Rio de Janeiro: Edições Áfricas, /Ancestre. p. 138-137.

ASTILL-BROWN, Jeremy; WEIMER, Markus (2010). Moçambique: equilibrando o desenvolvimento, a política e a segurança. Londres: Chatham House.

ANTÓNIO, G. M. Promoção da Reconciliação Nacional. *Revista Jurídica da Presidência*, v 15, n 105. Brasilia. Pp 69-92, 2013.

AfriMAP. *Moçambique Democracia e Participação Política*: Um relatório publicado pelo AfriMAP e pela Open Society Initiative for Southern Africa. Edição Open Society Institute Network. Londres; 2009.

BALOI, OBEDE (1995), *Gestão de Conflitos e Transição Democrática*, In Mazula, Brazão (Editor), *Moçambique: Eleições Democracia e Desenvolvimento*, Inter Africa Group, Maputo, p. 510-11.

BATISTA, Fagner (2014). *Moçambique, do seu passado colonial ao sistema de eleições multipartidárias*: os desafios do pós-operação de manutenção de paz para o país. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro socioeconômico departamento de ciências econômicas e relações internacionais curso de graduação em relações internacionais. Florianópolis.

BAH, ABDOULAYE e GÓES, PAULA (2011). *Moçambique: A Luta da Comunidade de Sant'Egidio Contra o HIV/AIDS* , Dezembro de 2011.

BARITUSSIO, Arnaldo (1997). *Moçambique 50 anos de presença dos missionários Combonianos*. Editora Missionari Comboniani Roma (MCR).

BERGH, LUCIA VAN DEN (2009). *Porque prevaleceu a paz? Moçambicanos Respondem*. Amesterdão/Maputo: AWEPA.

BÖHMELT, Tobias (2010). The effectiveness of tracks of diplomacy strategies in third-party interventions, *Journal of Peace Research*, n°47, N°2 (2010).

BONN INTERNATIONAL CENTER FOR CONVERSION (2004). *Transformação de Armas em Enxadas: A Abordagem Transformação de Armas em Enxadas Para um Desarmamento Práctico - Uma avaliação sobre o projeto Transformação de Armas em Enxadas em Moçambique*. Relatórios Encomendado Por WORLD VISION Alemanha. An der Elisabethkirche. Bonn.

BORGES, Anselmo (1992). *D. Manuel Viera Pinto*: Arcebispo de Nampula, Cristianismo, Política e Mística. Porto: Edições ASA.

BUENO, Natalia et al (2015). Provincial autonomy: the territorial dimension of peace in Mozambique. In: *German Institute of Global and Area Studies (GIGA).* GIGA Focus International. Edition 10. Hamburg. Acesso a 25 de maio de 2024 e disponível em https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-459298.

BOUENE, F. (2005). *Moçambique: 30 anos de Independência.* Centro de estudos Africanos da Universidade de Porto. n° 8. África studies.

BLOOMFIELD, David; BARNES, Terri e HUYSE, Lucien (2003). *Reconciliation After Violent Conflict*: A Handbook. Editora: International IDEA, International Institute for Democracy and Electoral Assistance,177 pág.

BRANCO, Carlos (2011). *As organizações não governamentais na mediação de conflitos intraestaduais violentos*: o confronto entre a teoria e a prática no processo de paz Moçambicano. Volume 2. Universidade Autónoma de Lisboa, p. 84-103.

BRITO, Miguel de (2014). *Uma Reflexão sobre o desafio da paz em Moçambique*.

BRÜCK, Tilman (1998). *Guerra e desenvolvimento em Moçambique*. In: Análise Social, vol. xxxiii (149), p. 1019-1051. Acessado a 24 de outubro 2023 e disponivel em http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221844645N4pCJ4py0Bk40IF4.pdf.

BRITO, Luís de (2020). "Geografia eleitoral e insurgência em Cabo Delgado". In: S. Forquilha (ed.). Desafios para Moçambique 2020, IESE, Maputo, p. 57-64.

BRITO, Luis de (2014) – *Um Inquérito sobre a abstenção*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). Maputo. 2016. Acessado a 24 de outubro 2023 e disponivel em https://www.iese.ac.mz/wpcontent/uploads/2015/12/RR5-230316.pdf.

BRITO, Luís de (2010). O sistema eleitoral: Uma dimensão crítica da representação política em Moçambique. in IESE. *Desafios para Moçambique 2010*. p.17 – 29.

BRITO, Luís de (1995). "O comportamento eleitoral nas primeiras eleições multipartidárias em Moçambique" in: Mazula, Brazão (org.), *Eleições, Democracia e desenvolvimento.* Maputo, Embaixada dos Países Baixos, p. 473-499.

CABAÇO, José Luís (2009). *Moçambique*: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: Editora UNESP.

CABAÇO, José Luís (2001). O homem novo: breve itinerário de um projeto. In: Samora, homem do povo. António Sopa (Coord.) Maputo: Maguezo.

CABRITA, João M. (2000). *Mozambique*. The tourtuous road to democracy, Great Britain, Palgrave.

CABRITA, João M. (2005). *A morte de Samora Machel*, Maputo, Novafrica.

CADEADO, Calton e HAMELA, Hipólito (2009). *A suis Generris Case of Power-Sharing in Mozambique*, Project of CDAS, IDRC and world Bank Peace and Development Research, Draft.

CADERNOS IESE nº 19P: Vampiros, Jihadistas e Violência Estrutural em Moçambique:Reflexões sobre Manifestações Violentas de Descontentamento Local e as suas Implicações para a Construção da Paz. (2020) Bernhard Weimer, disponivel em: https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/10/CadernosIESE-18-SC_eng.pdf - Acesso no dia 12 de maio de 2025.

CADERNOS IESE nº 18E: A FRELIMO criou o "Al Shabaab? " Uma análise às eleições de 15 partir de Cabo Delgado. (2020) Sérgio Chichava, disponivel em: https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/10/CadernosIESE-18-SC_eng.pdf - Acesso no dia 12 de maio de 2025.

CANDAL, J. (2014). *Memória e Identidade*. Rio de Janeiro: Vozes.

CARLI, A. (2013). *Memória, história e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto.

CAHEN, Michel (2019). *Não somos Bandidos*: A vida diaria de uma guerrilha de direita-A RENAMO na época do Acordo de Nkomati (1983-1985). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 398p.

CAHEN, Michel (2018). The war as seen by RENAMO guerrilla politics & the 'move to the North' at the time of the Nkomati Accord, 1983-1985. In: MORIERGENOUD, E.; CAHEN, M.; DO ROSÁRIO, D. (org.) *The war within*: new perspectives on the Civil War in Mozambique, 1976-1992. New York: Boydell and Brewer, 2018. p. 100-146.

CAHEN, Michel (2005). "*Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional*? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colónias portuguesas e de Moçambique em particular", Africana Studia, 8, p. 39-67. 43.

CAHEN, Michel (2004). "Mozambique: Histoire géopolitique d'un pays sans nation", Lusotopie, n° 1-2 (1994): 213-266; Michel Cahen, Os Outros: Um Historiador em Moçambique, 1994 (Basel: P. Schlettwein Publishing, 2004).

CAHEN, Michel (2003). "*Mozambique: une impossible alternative dans la culture politique*?", 23 de mars 2003 (manuscrito).

CAHEN, Michel (1998) "*Dhlakama É Maningue Nice!' An Atypical Former Guerrilla in the Mozambican Electoral Campaign*" Transformation. 35, p. 1-48.

CAHEN, Michel (1998). *L' État Nouveau et la Diversification Religieuse au Mozambique*. Lisboa: CEsA/ISEG.

CAHEN, Michel (1996). "O Estado, etnicidades e a transição política: unicidade, unidade ou o pluralismo do Estado? ", em *Etnicidades, Nacionalismo e o Estado*: Transição Inacabada, ed. José Magode (Maputo: CEEI-ISRI, 1996), 18.

CAHEN, Michel (1994). "*Mozambique:* histoire géopolitique d'un pays sans nation", Lusotopie – Engjeux contemporains dans les espaces lusophones. Géopolitiques des mondes lusophones, s.l., nºs 1-2, p. 213-226.

CAHEN, Michael (1987). *Mozambique:* La révolution implosée. Études sur 12 ans d'indépendance (1975-1987), Paris, L'Harmattan, p. 5 e 28.

CALDEIRA, Aderito (2019). RENAMO quer que Dhlakama, 'pai da Democracia e descentralização', seja herói nacional em Moçambique. *Jornal Verdade*, Maputo, 10 maio. 2019.

CAMBRIDGE. (2020). Of zinc roofs and mango trees: The mechanisation debate at FRELIMO's third congress. *The Journal of Peasant Studies*.

CATROGA, Fernando (2008). *Pátria, Nação e Nacionalismo*. Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África, (Org) TORGAL, L.R, PIMENTA, F.T, SOUSA, J.S. (ORGs). Coimbra, .

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo (1973). *Dependencia y desarrollo en América Latina.* Buenos Aires: Siglo XXI Editores.

CASTELLARI, Graciano (2015). "*Deboli tra deboli*". Memórias de um missionário em Moçambique, 1964-2005. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2015. (Colecção Experiências de África Série Histórias Missionárias)..

CLAIBORNE, W. (1989, 28 de julho). *Mozambique shifts from Marxism*. The Washington Post. Disponivel em https://www.washingtonpost.com – Acessado no dia 23 de Junho de 2025.

CIPRIANO, António (2007). A concepção de Politécnica em Moçambique: Contradições de um Discurso Socialista (1983-1992). Universidade de Minas Gerais in: Educação e Pesquisa, São Paulo, v33, n3 p, 6001-6019, Set / Dez. 2007.

COELHO, João Paulo Borges (2019). *A Política e História Contemporânea em Moçambique*: dez notas Epistemológicas. Sâo Paulo: Dossie, Revista de História de Moçambique, p. 1-19.

COELHO, João Paulo Borges (2015). "*Abrir a fábula: questões da política do passado em Moçambique*", em: Reivista Crítica de Ciências Sociais, No. 106, p. 153-166.

COELHO, João Paulo Borges (2011). *Abrir a Fábula - Questões da política do passado em Moçambique*. In: Seminário Apresentado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2011, Coimbra. Anais...Coimbra: Centro de Estudos Sociais/Universidade de Coimbra, 2011, p.1-12. Disponível em:< http://www.ces.uc.pt/>. Acesso em: 30 de novenbro de 2024.

COELHO, João Paulo Borges (2010). *Memory, History, Fiction. A note on the politics of the past in Mozambique*. In: Jounées d'Étude – Il Était Une Fois Les Indépendances Africaines…La Fin Des Empires?, 2010, Paris. Anais…Paris: EHESS, 2010, p. 1-11. Disponível em: < http://www.ces.uc.pt/ >. Acesso em: 22 de março de 2024.

COELHO, João Paulo Borges (2003). "Antigos soldados, novos cidadãos: uma avaliação da reintegração dos ex-combatentes de Maputo", in Boaveentura de Sousa Santos; João Trindade (Orgs). *Conflitos e Transformação Social*: Uma Paisagem das Justiça em Moçambique. Porto: Ediçoes Afrontamento. Vol.1, p. 195-228.

COELHO, João Paulo Borges; Macaringue, Paulino. (2002). "Da Paz Negativa à Paz Positiva: Uma Perspectiva Histórica sobre o Papel das Forças Armadas Moçambicanas num Contexto de Segurança em Transformação" *Estudos Moçambicanos. 20*, p. 41-90.

COELHO, João Paulo Borges (2003). "*Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta. Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas*", Lusotopie 2003: Violences et controle de la violence au Brésil, en Afrique et a Goa, p. 175-193.

COELHO, João Paulo Borge e VINES, Alex (1996). Desmobilização e Reintegração de Ex-Combatentes em Moçambique, In: Arquivo 19: *Bolentim do Arquivo Histórico de Moçambique*. Maputo (Moçambique), No 19, abril de 1996, 158p.

COELHO, João Paulo Borges (1989). *Início da Luta Armada em Tete, 1968-1969*: a primeira faseda guerra e a reação colonial. Maputo: AHM. (Coleção Estudos).

COVANE, Luis A. (1989). *As Relações Econômicas entre Moçambique e a África do Sul (1850-1964)*: acordos e regulamentos principais. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 135p.

CORTÊS, Edson (2018). *Velhos Amigos, Novos Adversários*: as Disputas, Alianças e Reconfigurações Empresariais na Elite Política Moçambicana. Tese de Doutoramento em Antropologia Económica. Universidade de Lisboa [2018].

CORTÊS, Edson (2016), Porquê o Conflito Armado em Moçambique? Enquadramento Teórico, Dominância e Dinâmica de Recrutamento nos Partidos da Oposição, Observatório Político, Working Paper 63.

COSTA, Ernesto Gonçalves (1995) (1996). *A obra Missionária em Moçambique e o poder político*. Braga: Editorial Franciscana, p. 57-77.

COLAÇO, J. C (2001). *Trabalho como política em Moçambique*: do período colonial ao regime socialista. In: Moçambique ensaio; FRY, Peter (organizador), Editora UFRJ, p.97.

CHAVES, Rita (2020). *História, memória e ficção em textos e contextos africanos*: notas sobre Moçambique.The epistemic decolonial turn beyond political-economy paradigms.

CHICHAVA, Sérgio (2008). *Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique.* Maputo: IESE.

CHICHAVA, Sérgio Inácio; POHLMANN, Jonas Fernando (2008). Uma breve análise da imprensa moçambicana. *In*: BRITO, Luís de; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, António (org.). *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, p. 127-138.

CHICHAVA, Sérgio (2010). "Uma província 'rebelde': o significado do voto zambeziano a favor da RENAMO" in de Brito, Luis et al., (cord.) *Cidadania e Governação em Moçambique*. Maputo: IESE.

CHICHAVA, Sérgio (2010). *Movimento Democrático de Moçambique: Uma nova força política na Democracia Moçambicana?*. Cadernos IESE, nº2, p.1-32.

CHICHAVA, Sérgio (2015). *Introdução.* In: BRITO, Luís de et al. (Orgs.). Desafíos para Moçambique 2015. Maputo: IESE, p. 15-19.

CHICHAVA, Sérgio (2018). "The Anti-FRELIMO Movements and War in Zambézia" in Morier-Genoud, Eric et al., (eds.) *New Perspectives on The Civil War in Mozambique, 1976-1992*. Oxford: James Currey.

CHISSANO, Joaquim (2012). Pena que não continuemos a ter Campos de Reeducação. *Jornal Savana*, 05 maio 2012.

CHISSANO, Joaquim (2011). Não era só Mondlane que queriam matar: Depoimento [2011]. Maputo: *Memórias da Revolução 1962-1974.* Entrevista concedida a Raimundo Pachinuapa..

CHRISTIE, Ian (1996). *Samora: uma biografia*. Tradução de Machado da Graça. Maputo: Ndjira.

CHRISTIE, Ian (1988). *Machel of Mozambique*. Harare: Zimbabue.

CROCKER, Chester (1992). *High Noon in Southern Africa*: Making Peace in a Rough Neighborhood. New York e London: W.W. Norton and Company.

CRAVO, Teresa Almeida (2012). *What's in a Label*? The AID Community's Representations of Success and Failure in Mozambique and Guinea- Bissau. Doctoral Dissertation in International Studies. University of Cambridge [3rd January 2012].

DARCH, Colin (1992). "*A guerra e as mudanças sociais recentes em Moçambique (1986-1992)*: cenários para o futuro". Estudos Afro-Asiáticos, n. 23, dez: p. 213-227.

DAVID, Charles-Philippe (2000). *A Guerra e a Paz: Abordagens Contemporâneas de Segurança e da Defesa*. Instituto Piaget. Lisboa.

DARCH, Colin (2018). *Uma História de Sucesso que Correu Mal*? O Conflito Moçambicano e o Processo de Paz numa Perspectiva Histórica. Publicado por Friedrich-Ebert-Stiftung. Maputo.

DAVIDSON, William D.; MONTVILLE, Joseph V. (1981) (1982).Foreign Policy according to Freud. *Foreign Policy*. Nº 45, p. 145-157.

DAVIES, Robert (1998). "*The Cuito Cuanavale syndrome: some notes on pretoria's tactical and strategic options after the Angola debacle*". Southern Africa Dossier [UEM/CEA], [Versão em Português].

DAVIES, Robert (1991). Política Regional Sul Africana. In: Zacarias, Agostinho (ed). *Repensando Estratégias sobre Moçambique na África Austral. Instituto Superior de Relações Internacionais*, Maputo, 1991, p. 157-197.

DAVIES, Robert (1991). South African Strategy Towards Mozambique in the (Accord Phase) from March 1984 to Setember 1985. In: *Desestabilization and regional security concerns in southern Africa Roma/Lesotho:* Institute of Southern Africa Studies. 3. Roma/Lesotho, p. 1-85.

DICIONÁRIO UNIVERSAL DA Língua PORTUGUESA (1999). Texto Editora. Lisboa.

DINERMAN, Alice. Moçambique depois do Socialismo: A independência revisitada. *Relações Internacionais*, Florianópolis, v. 15, p. 101-124, 2007. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri15/RI15_10ADinerman.pdf. Acessado no dia 13 de junho de 2024.

DELONG-BAS, Natana J. (2013). Islam and Power in Saudi Arabia. *The Oxford Handbook of Islam and Politics*, 2013, n. December, p. 411–422.

DIOGO, Luísa Dias (2013). *A Sopa da Madrugada*: das reformas á transformação económica e social em Moçambique: 1994-2009. Porto Editora e Plural Editores, Maputo.

DOUGHERTY, James e ROBERT, Pfaltzgraff Jr (2003). *Relações Internacionais*: Teorias e confronto. Lisboa: Gradiva.

DHADA, Mustafah (2013). The Wiryamu Massacre of 1972: Its Context, Genesis and Revelation. *History in Africa*, nº40, p. 45-73.

DHADA, Mustafah (2016). *The Portuguese Massacre of Wiriyamu in colonial Mozambique, 1964-2013*. London and New York: Bloomsbury.

DHADA, Mustafah. O massacre português de Wiriyamu. Lisboa: Tintadachina, 2016. Disponível em: https://tintadachina.pt/wp-content/uploads/massacre portugu%C3%AAs-de-wiriamu.pdf. Acesso em: 22 de abril de 2025.

EGERO, Bertil (1992). *Moçambique*: os primeiros dez anos de construção da Democracia. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.

EGERO, Bertil (1983). *Mozambique and the Southern Africa struggle for liberation 1974-1981*. Stockoholm.

ENCLOPÉDIA ENCARTA (2002). Microsoft Corporation. CD-ROM. Espanha.

EISA (2021), Democracia Multipartidária em Moçambique, 1˚ edição, outubro, 2021. 21p.

ESTATUTO DA RENAMO publicado pela RENAMO em 1989.

ESTATUTOS da FRELIMO. (2017). *Estatutos do Partido FRELIMO*. Maputo: Edições do Partido.

ESTADO DO VATICANO (2004). *Associazioni Internazionali di Fedeli*. Repertorio Livraria e Editora do Vaticano. 12 de dezembro. Vaticano.

FAUVET, Paul e Mosse, Marcelo (2004). *É Proibido Pôr Algemas nas Palavras: Uma Biografia de Carlos Cardoso.* Lisboa: Editorial Caminho.

FANON, Frantz (2010). *Os condenados da terra*. 1º reimpressão atualizada, Juiz de Fora: Editora UFJF.

FANON, Frantz (2008). *Pele negra, máscaras brancas.* Salvador: EDUFBA.

FANON, Frantz (2002). *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2002.

FANON, Frantz (1968). *Os Condenados da Terra*. Tradução José Laurênio de Mello. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

FERRÃO, Virgílio (2007). *Embaixador nos USA*. Maputo: Ndjira.

FERRÃO, Virgílio (2002). *Compreender Moçambique*. Maputo: DINAME.

FEIJÓ, João (2010). *Do passado colonial à independência*: discurso do seminário SAVANA nas celebrações das datas históricas de Moçambique (1998-2003). Maputo: Alcance Editores, 272p.

FILIPE, Jossias (2020). *1885-2015 Momento, Factos e Posicionamento*. Maaputo: Cedima, Lda, 347 p.

FORQUILHA, Salvador (Cord) (2020). *Desafios para Moçambique 2020*. Maputo: IESE.

FORQUILHA, Salvador, PEREIRA, João (2020). "Face ao conflito no norte, o que pode Moçambique aprender com a sua própria guerra civil (1976-1992)? uma análise das

dinâmicas da insurgência em Cabo Delgado“. In: Forquilha, Salvador (ed.) *Desafios para Moçambique*, IESE, Maputo, 2020, pp.47-55.

FORQUILHA, Salvador Cadete; ORRE Aslak (2011). “Transformações Sem Mudanças?“ Os Conselhos Locais e o Desafio da Institucionalização Democrática em Moçambique. In: BRITO, Luís de (org.), at al. *Desafios para Moçambique 2011*. IESE, Maputo.

FLOWER, Ken. *Serving Secretly*: An Intelligence Chief on Record, Rhodesia Into Zimbabwe 1964-1981. London: John Murray.

FRELIMO. (2017). *Estatutos da FRELIMO*: Aprovados no XI Congresso. Maputo: Comité Central.

FRELIMO (1977). *O partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da Democracia popular*. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico.

FRELIMO (1976). *Documentos da 8ª Sessão do Comité Central*. Maputo: Departamento de Informação e Propaganda.

GALTUNG, Johan (1990). Cultural Violence. *Journal of Peace Research*. v. 27, n. 3. p. 291-305.

GALTUNG, Johan (1996). *Peace by Peacefull Means*: Peace and Conflict, Development and Civilization. London: SAGE.

GALTUNG, Johan (1969). Violence, Peace and Peace Research. *Journal of Peace Research*. Sage. London. p. 167-192.

GALTUNG, Johan (1995). *Peace by peaceful means*. London. Sage.

GARCIA, António (1969). *História de Moçambique Cristão*. Lourenço Marques: Diário Gráfica.

GASPAR, A. da C. A (2014). Frente Diplomática. *In:* TEMBE, J. das N. *et al*. *História de luta de libertação nacional Volume I*. Maputo: Imprensa Universitária.

GASPAR, António da Costa (2003). *Diagnóstico de Focos de Origem de Conflitos Sociais nas Comunidades Urbanas e Periféricas*. Organização Para resolução de Conflitos. Escolar Editora. Maputo.

GASPAR, António da Costa (2004). *O Papel da Família na Promoção da Paz e Resolução de Conflitos: Chibuto, Jangamo, Inharrime, Manjacaze e Zavala*. Volume 2, OREC – Organização Para a Resolução de Conflitos. DINAME. Maputo.

GASPAR, António da Costa (2006). *Leitura Comparativa de Conflitos Sócio-Cultural: Chibabava, Dondo, Guvuro e Maxixe*. Organização Para Resolução de Conflitos. Volume 3. DINAME. Maputo.

GEBREMICHAEL, Mesfin et al. (2020). *Mozambique*: Conflict Insight. Vol. 1. Institute for Peace and Security Studies-Addis Ababa University.

GEFFRAY, Cristian (1991). *A causa das Armas em Moçambique*. Antropologiada Guerra Contemporâ de Moçambique. Porto: Edições Afrontamento.

GENTILI, Anna Maria (2013). *Lessons Learned from the Mozambican Peace Process*. In: Istituto Affari Internazionali (IAI). Working Papers.

GILL, António Carlos (1999). *Como Elaborar Projectos de Pesquisa*. São Paulo: Edições Atlas.

GOODE, William e PAUL, Hatt (1969). *Métodos em Pesquisa Social*. 2ª Edição, São Paulo: Editora Nacional.

GODOY, A. S. (1995). *Pesquisa Qualitativa - Tipos Fundamentais*. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, maio-jun, p. 20-29.

GONÇALVES, Jaime Pedro (2012), *A Busca da Paz Para Moçambique*, Aula Aberta, Universidade Católica de Moçambique, Beira.

GONÇALVES, Guilherme (2005). *Requisitos e Condições para um Proveitoso Diálogo Inter-Religioso*, 10ª Semana Teológic, Pro-Manuscrito, Coleção Temas de Investigação, Centro de Formação de Nazaré, Arquidiocesse da Beira.

GOMEZ, Salustiano Alvarez (2007). La liberación como proyecto ético. Un análisis de la obra de Enrique D. Dussel. Tese doctoral, Universidad Complutense, Madrid, 2007.

GUJAMO, Rufino (2016). *A Transição Democrática e a Manutenção da Paz em Moçambique entre 1992*. Programa Interuniversitário de Doutoramento em História. Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora.

GUTIERREZ, A. (2017). *Preservação documental*: políticas e práticas. Rio de Janeiro: FGV Editora.

GUERRA, João Paulo (1996). *Descolonização Portuguesa*: O regresso das Caravelas. Lisboa: Dom Quixote.

GUERRA, João Paulo (1994). *Memoriais das guerras coloniais*. Porto: Edições Afrontamento.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende (2005). *Educação para a paz*: sentidos e dilemas. Caxias: EDUCS, 364 p.

HALBWACHS, Maurice (1992). *On Collective Memory*. (Trans., Lewis A. Coser from Les cadres sociaux de la mémoire, and from La Topographie légendaire des évangiles en terre sainte: étude de mémoire collective.) The University of Chicago Press.

HALBWACHS, Maurice (1990). *A memória colectiva*. São Paulo: Edições Vertice.

HANLON, Joseph (2010). Mozambique: 'the war ended 17 years ago, but we are still poor'. *Conflict, Security & Development*, v. 10, 2010, p. 77-102.

HANLON, Joseph; Fox, Sean (December 2006). "*Identifying fraud in democratic elections*: a case study of the 2004 presidential elections in Mozambique", Crisis States Working Papers Series Nº 2, London, Crisis States Research Centre, LSE.

HANLON, Joseph (Org.) (2003). *(desde as eleições locais de 2003 à actualidade), Mozambique Political Process Bulletin*, Awepa – European Parliamentarians for Africa [http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/; http://www.mozambique.mz/awepa/issues.htm; j.hanlon@open.ac.uk].

HANLON, Joseph (2000). *Mozambique Peace Process Bulletin*. AWEPA: Maputo

HANLON, Joseph (1999). *Mozambique Peace Process Bulletin*. AWEPA: Maputo.

HANLON, Joseph (1997). *Paz sem benefício*: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique. Tradução de Maria de Lourdes Torcato. Maputo: Centro de Estudos Africanos/Impressa Universitária da UEM.

HANLON, Joseph (1996). *Boletim sobre o processo de paz em Moçambique*. AWEPA: Maputo.

HANLON, Joseph (1996). *Peace Without Profit*: How the IMF Blocks Rebuilding in Mozambique. London: Irish Mozambique Solidarity and the International African Institute in association with James Currey and Heineman.

HANLON, Joseph (1991). Sucessos e Perspectivas contra Sanções contra a África do Sul. In: Zacarias, Agostinho (ed). *Repensando Estratégias sobre Moçambique na África Austral. Instituto Superior de Relações Internacionais*, Maputo, p. 337-354.

HANLON, Joseph (1991). *Mozambique:* Who calls the shots?, London, James Currey.

HANLON, Joseph (1990). *Mozambique*: The Revolution Under Fire. London: Zed Books.

HALON, Joseph (1986). *Baggar you Neighbors*: Apartheid Power in Southern Africa. London: CIIR/James Currey/Inndiana University Press.

HANLON, Joseph (1984). *Mozambique*: The Revolution Under Fire. London: Zed Books.

HARTOG, F. (2013). Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo. Cap. V: Patrimônio e presente. Belo Horizonte: Editora Autêntica.

HENRIKSEN, Thomas H. (1978). *Mozambique*: A History. London: Rex Collings, , p. 171.

HEDGES, David (1999). *História de Moçambique:* Moçambique no auge do colonialismo – 1930- 1961, Vol. II. Maputo: Livraria Universitária/UEM.

HENNOP, Ettienne (2001). *Operations Rachel 1995-2001*. ISS - Occasional Paper, Nº 53, November, 2001.

HOMERIN, Janaína (2005). *As Organizações da Sociedade civil em Moçambique: Actores em Movimento*. Relatoire de L'ambassade de France au Mozambique Service de Cooperation et D'action Culturelle. Janeiro a junho SCAC de Maputo.

HONWANA, Alcinda (2002). *Espíritos Vivos, Tradições Modernas*. Possessão de espíritos e reintegração social pós-guerra no sul de Moçambique. Maputo: Promedia.

HONWANA, Alcinda (1998). *Sealing the past, facing the future*: trauma healing in rural Mozambique. 1998. Accord, London, p. 75-81, 1998. Disponível em: < http://www.c-r.org/accord>. Acesso em: 30 de março de 2025.

HONWANA, João Bernardo (1996). *The Unided Nations and Mozambique*. A Sustainable Peace? Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais.

HUME, Cameron (1994). *Ending Mozambique's war*. The Role of Mediation and Good Offices. Washington: United States Institute of Peace

HUNTINGTON, Samuel P. 1994. *A Terceira Onda*: A democratização no final do século XX. São Paulo: editora ática.

HUNTINGTON, Samuel. P. (1993) (1996). *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial.* Rio de Janeiro: Editora Objetiva, LTDA, 455p.

ISAACMAN, Allen e ISAACMAN, Barbara (1983). *Mozambique*: From Colonialism to Revolution, 1900-1982 (Colorado: Westview Press, 1983).

ISAACMAN, Allen e ISAACMAN, Barbara (1978). *A luta continua*: Creating a New Society in Mozambique, New York, Fundation of States University of New York.

IGREJA, Victor (2015). Amnesty Law, Political Struggles for Legitimacy and Violence in Mozambique. In: *International Journal of Transitional Justice*. Volume 9. Oxford. p. 239–258.

IGREJA, Victor (2015). "Os Recursos da violência e as lutas pelo poder político em Moçambique" in de Brito, Luís et al., (org.) *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: IESE.

IGREJA, Victor (2010). FRELIMO's Political Ruling Through Violence and Memory in Postcolonial Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 36(4), 781–799. Disponivel em: https://doi.org/10.1080/03057070.2010.527636 - Acesso em 24 de maio de 2025.

IGREJA, Vitor; DIAS-LAMBRANCA, Béatrice; RICHTERS, Annemiek (2008). *Gamba* spirits, gender relations, and healing in post-civil war Gorongosa, Mozambique. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, Amsterdam, v. 14, n. 2, p. 353-371, jun. 2008. Disponível em < https://www.therai.org.uk/publications/journal-of-the-royal-anthropological-institute/ >.Acesso em 24 março de 2025.

IGREJA, Víctor (2013). The implications of acumulated grievances and memories of political violence to the administrative decentralization in Mozambique. *Revista de Estudos Políticos,* Rio de Janeiro. n.6, p. 181-199, jan. 2013. Disponível em < http://revistaestudospoliticos.com/>. Acesso em 24 março de 2025.

IGREJA, Victor (2013). "As Implicações de Ressentimentos Acumulados e Memórias de Violência Política para a Descentralização Administrativa em Moçambique" *Revista de Estudos Políticos*. 6, p. 162-180.

IGREJA, Victor (2010). “FRELIMO’s political ruling through violence and memory in postcolonial Mozambique“ *Journal of Southern African Studies*. 4(36), p. 781-799.

IGREJA, Vitor; DIAS-LAMBRANCA, Béatrice; RICHTERS, Annemiek (2008). *Gamba* spirits, gender relations, and healing in post-civil war Gorongosa, Mozambique. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, Amsterdam, v. 14, n. 2, p. 353-371, jun. 2008. Disponível em < https://www.therai.org.uk/publications/journal-of-the-royal-anthropological-institute/ >.Acessado no dia 14 de outubro de 2024.

JACKSON, Robert H. e SORENSEN, Georg (2007). *Introduction to International Relations*: Theories and Approaches. 3rd Edition. Oxford e New York: Oxford University Press.

JARDIM, Jorge (1976). *Moçambique terra queimada*. Lisboa: Intervenção.

JONES, Peter (2015). *Track Two Diplomacy in Theory and Practice*. Stanford: Stanford University Press, p. 18-19.

JORNAL “O PAÍS“. *O presidente da República exige da polícia acçoões energéticas de combate a violência armada.* 11/12/2021. Acessado em 7 de junho 2024. Disponível em https://www.opais.co.mz/pr-exige-da-policia-accoes-energicas-de-combate-a-violencia armada/

JORNAL “O PAÍS“. *O presidente da República exige da polícia acçoões energéticas de combate a violência armada*. 11/12/2021. Acessado em 7 de junho 2024. Disponível em https://www.opais.co.mz/pr-exige-da-policia-accoes-energicas-de-combate-a-violenciaarmada/

JORNAL “SAVANA“. *Teodato Hunguana fala do constitucionalismo moçambicano e lembra “falhanço” de 1999.* 10/07/2020. Acessado em 13 de outubro de 2024 e disponível em https://macua.blogs.com/files/savana1383-10.07.2020.pdf 167

JORNAL “SAVANA“. *Teodato Hunguana fala do constitucionalismo moçambicano e lembra* “*falhanço*“ *de 1999*. 10/07/2020. Acessado em 13 de outubro de 2024 e disponível em https://macua.blogs.com/files/savana1383-10.07.2020.pdf.

KAMEL, Ali. (2007). *Sobre o Islã, afinidade entre muçulmanos, judeus e cristãos e as origens do terrorismo.* Rio de Janeiro. Nova Fronteira.

KINGMA, Kees (2020). *Um olhar ao DDR em curso em Moçambique*: Discussões francas sobre planos realísticos de reintegração crucial para o sucesso da operação. EISA, Policy Brief Nº. 9, 2020.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina (2007). *Metodologia Científica*, 6ª Edição. Edição Revista e Ampliada. Edições Atlas S.A. São Paulo.

LALÁ, O.; OSTHEIMER, W. (2004). *Como limpar as nódoas do processo democrático*? Os desafiosda transição e democratização em Moçambique (1990-2003). Maputo, Moçambique: Konrad-Adenauer-Stiftung.

LALÁ, Anícia e OSTHEIMER, Andrea E. (2003*). Transição e consolidação democrática em África: Como limpar as nódoas do processo democrático? Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990 – 2003)*. Konrad-Adenauer-Stiftung. Maputo.

LALÁ, Anícia (2002). *Dez Ano de Paz em Moçambique*: da visão normativa à perspectiva realista. Estudos Moçambicanos, n.20, p. 19-40.

LALÁ, Anícia (2001). *Security sector reform and the defence establishment in Mozambique*, Maputo e Göteborg, CEEI-ISRI e PADRIGU.

LEÃO, Ana (2004). *Programa de Gestão de Armas do ISS*. Portuguese Monograph Nr. 94. ISSS. Pretória.

LEÃO, Ana (2004). *Armas em Moçambique*. Portuguese Monograph Nr. 94. ISSS. Pretória.

LEDERECH, J. (1977). *Building Peace*: Sustainable Reconciliation in divided societies. United States Institute of Peace.

LE GOFF, J. (1990). *História e Memória*. Campinas: Unicamp.

LISBOA, Luiz Fernando. (2024). *Memórias Missionárias em Cabo Delgado (2001-2021).* Patricia Teixeira Santos, Nuno de Pinho Falcão, Keith Valéria de Oliveira Barbosa e Camila Castro de Souza (orgs.) Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural.

LUNDIN, Irâe (2016). Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais. Escolar Editora. ISRI-Maputo.

LUNDI, Irâe (1995). Por uma leitura étnica dos partidos políticos. In MAZULA, Brazão. *Moçambique*: Eleições, Democracia e Desenvolvimento. Maputo, Elo Gráfica, Lda, p: 423-471.

LUQUE, Alba (2022). *Disparando Imágenes – Una historia visual de la guerra de descolonización del África portuguesa contada desde el caso de estudio del Frente de Liberación de Mozambique (FRELIMO), 1955-1975,* Tese de Doutoramento, Vol. 1 e 2, European University Institute, Department of History and Civilisation, Fevereiro, 2022, Florencia, Italia.

MACANDJA, Hilário Francisco (2005). *Relacionamento entre as diferentes religioes em Moçambique*, 10ª Semana Teológica, Pro-Manuscrito, Coleção Temas de Investigação, Centro de Formação de Nazaré. Arquiocesse da Beira.

MACAGNO, L. (2005). *Lendo Marx* " *pela segunda vez*": Experiência colonial e a construção da nação em Moçambique. In: IV Colóquio Marx e Engels, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP, 11., Campinas. Anais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005, p. 1-17. Disponível em: https://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%e7%f5es/GT4/g t4m1c2.PDF> Acessado no dia 15 de março de 2025.

MACAGNO, Lorenzo (2009). Fragmentos de uma imaginação nacional. REVISTA Brasileira de Ciências Sociais-Vol. 24, n° 70, 2009.

MALOA, Joaquim Miranda. *O lugar do marxismo em Moçambique*: 1975 -1994. Revista Espaço Acadêmico - Nº 122 - Julho de 2011, ANO XI, p. 85-92. Disponível em: http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10413> Acessado no dia 15 de março de 2025.

MÁRIO, Tomás. V. (2012). *Guia de Reforma das Políticas e Legislação da Comunicação Social em Moçambique*. Friedrich Ebert Stiftung. Maputo: CIEDIMA.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria (2009). *Metodologia Científica*. 5ª Edição. Edição Revista e Ampliada. Editora Atlas. São Paulo.

MARTINELLI, Dante e ALMEIDA, Ana Paula de (1998). *Negociação e solução de conflitos: do Impasse ao Ganha-Ganha do Melhor Estilo.* Atlas. São Paulo.

MARTINI, Carlo Maria (1999). *La Comunita' di Sant' Egidio esempio per Chiesa e societa' tra preghiera e opera di pace, Corriere della Sera.* Riflessione. 12 de dezembro de 2011, Roma.

MAZULA, Brazão (2000). *A Construção da Democracia em África*: O Caso Moçambicano, Editora Ndjira, Maputo, p. 45-48.

MAZULA, Brazão (1996). the Mozambican Elections: A Path For Peace and Democracy. In: Mazula, Brazão (eds). *Mozambique: Elections, democracy and development*, InterÁfrica Group, Maputo.

MAZULA, Brazão et all (Editor) (1995). *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, 1ª Edição, Inter África Group, Maputo.

MAZULA, Brazão (1995). *As Eleições Moçambicanas*: Uma Trajectória da Paz e da Democracia. Maputo: Inter-Africa Group.

MACAMO, Elísio; NEUBERT, Dieter (2003). *The Politics of Negative Peace*: Mozambique in the Aftermath of the Rome Cease-Fire Agreement, Portuguese Literary &Cultural Studies, 10, pp. 23-46.

MACAMO, Elísio; NEUBERT, Dieter (2003). *A Política da Paz Negativa*: Moçambique no Rescaldo do Acordo de Cessar-Fogo de Roma, Estudos Literários e Culturais Portugueses, 10, p. 23-46.

MACUANE, José Jaime (2011). "Democratização e Transformação Económica na SADC de 2000 a 2010". In Augusto Nascimento, Aurélio Rocha e Eugenia Rodrigues. *Moçambique:* Relações Históricas Regionais com Países da CPLP. Maputo: Alcance Editores. 2011.

MACHEL, Samora Moisés (1983). *Defender a pátria, eliminar a fome*: tarefa de todos os Moçambicanos. Coleção 4 Congresso. Maputo.

MACHEL, Samora (1979). *Façamos de 1980-1990 a Década da Vitória sobre o Subdesenvolvimento*, Col. Palavras de Ordem n.º 11, Edição do Partido da FRELIMO, Maputo, p. 15-16.

MACHEL, Samora Moisés (1979). *Estabelecer o poder popular para servir às massas*. Rio de Janeiro: Codecri.

MACHEL, Samora Moisés (1978). A revolução é irreversível. *Revista Revista Tempo*. Ma empo puto, 1978a, n. 390, 26 de março. Caderno Especial, p. 31-371978, p. 35

MACHEL, Samora (1977). FRELIMO: O partido e as classes trabalhadoras na edificação da Democracia popular. In Documentos do 3º Congresso, 1977, Maputo. *Relatório do Comité Central ao 3º Congresso*. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO, 1977.

MACHEL, Samora (1975). Revolução; transformação profunda das estruturas; transformação profunda da nossa vida. Maputo: Imprensa Nacional.

MACHEL, Samora (1975). Impermeabilizemo-nos contra as manobras subversivas intensificando a ofensiva ideológica e organizacional no seio dos combatentes e massas. Maputo: Imprensa Nacional.

MACHEL, Samora (1974). Fim da Guerra Colonial. *Diário de Lisboa*. Arquivo Centro de Documentação 25 de abril. Caixa: FRELIMO e o 25 de abril.

MACHUNGO, A. C. A. (2011). *Planalto de Mueda***:** Seu Papel na luta de libertação nacional. Maputo, Ciedima.

MAFESOLI, Michael (2000). *Le temps des tribus*. Paris, Table Ronde.

MAGODE, José (org.) (1996). *Moçambique – Etnicidades, nacionalismo e estado*. Transição inacabada. Maputo, editado por José Magode.

MANNING, Carrie; MALBROUGH, Monica (2010). Bilateral donors and aid conditionality inpostconflict peace building: the case of Mozambique. In: *Journal of Modern African Studies*. Cambridge University Press. p. 143–169.

MANNING, Carrie (2007). Revolutionaries to Politicians: The Case of Mozambique. In: DEONANDAN, Kalowatie; CLOSE, David; PREVOST,Gary. *From Revolutionary Movements to Political Parties*: Cases from Latin America and Africa. PALGRAVE MACMILLAN™, p. 181-210.

MANNING, Carrie (2002). *The Politics of Peace in Mozambique*: Post-conflict democratisation, 1992-2000. Westport, Conn: Praeger.

MÁRIO, Tomás Viera (2004). *Negociações de paz de Moçambique.* Crónicas dos dias de Roma. Maputo: ISRI-CEEI.

MARTINS, Helder (2001). *Porquê Sakrani*? - memórias dum médico duma guerrilha esquecida. Maputo: Editorial Terceiro Milénio.

MATSINHA, Mariano (2009). Na FRELIMO era norma fuzilar: os que morreram pediram para morrer. *Savana*, Maputo, n. 817, p. 2-4, 4 set. Entrevista concedida a Francisco Carmona e Emídio Beúla.

MASCHIETTO, Roberta H (2016). *Beyond peacebuilding*: the challenges of empowerment promotion in Mozambique. Londres: Palgrave Macmillan.

MATUSSE, Renato; MALIQUE Josina; ISSUFO Joharia (2015). *Moçambique Pátria de Heróis:* Colectânea de Comunicações do Chefe de Estado (2005 - 2014). Maputo: Académica, 289 pag.

MATUSSE, Renato (2010*). Guebuza*: entrelaçando o Discurso Eleitoral com a agenda nacional de Moçambique. Maputo: Académica, 448p.

MATUSSE, Renato, (2002). *África Austral:* das migrações bantu à integração regional. Maputo: Imprensa Universitária.

MATUSSE, Renato (2009). *Guebuza, a paixão pela terra*.

MATUSSE, H. J. (2013). *O trabalho temporário*: Nova forma de relações sociais no trabalho. (11ª Edição; Volume 5). São Paulo: Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

MATEUS, Dalila Cabrita (2004). *A PIDE/DGS na Guerra Colonial. 1961 - 1974*. Lisboa: Terramar.

MALACHE, Adriano (2002). "Revisitando o Acordo Geral de Paz: Subsídios para uma Reflexão sobre o Serviço Militar Obrigatório" *Estudos Moçambicanos*. 20, p. 91-139.

MALACHE, Adriano et al., (2005). *Profound trannsformations and regional conflagrations*: the history of Mozambique's armed forces from 1975-2005. Pretoria: Institute of Security Studies.

MALACHE, Adriano Manuel (1996). Pós-Guerra e Recuperação Económica no Distrito de Malema. In: *Arquivo*: Bolentim do Arquivo Histórico de Moçambique. Maputo (Moçambique), Nº 19, abril de 1996, 158p.

MANGHEZI, N. (2007). *Amizade traída e recuperada*: O ANC em Moçambique (1976-1990). Maputo: Promédia.

MENESES, Maria Paula (2017). "*Hidden Processes of Reconciliation in Mozambique*: the Entangled Histories of Truth-seeking Meetings Held Between 1975 and 1982", em: Africa Development, No. 41, Vol. 4, p. 153-180.

MENESES, Maria Paula (2011). "I*mages Outside the Mirror? Mozambique and Portugal in World History*", em: Human Architecture, No. 9, p. 121-137.

MENESES, Maria Paula (2010). "*O 'indígena' áfrika-noeocolono 'europeu'*: a construção da diferença por processos legais", em: E-cadernos CES, Universidade de Coimbra, p. 68-93, tomado de: <http://www.ces.uc.pt/ecadernos/media/ecadernos7/04%20-%20Paula%20Meneses%2023_06.pdf>.

MEDIA MAIS TV. AQUI E AGORA - *Joaquim Chissano*: *Nada fazia prever que teríamos novas guerras.* 08/10/2020. Acessado em 2 de agosto 2021. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=N-3VnTpOqXs.

MEDIA MAIS TV. AQUI E AGORA - *Raul Domingos*: *Deve-se restaurar a confiança entre os moçambicanos.* 13/10/2020. Acessado em 23 de abril de 2024. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=SIpwKh51KlQ.

MINTER, William (1998), *Os Contra do Apartheid: As raízes da guerra em Angola e Moçambique*. Arquivo Histórico de Moçambique. Estudos 13. Imprensa Universitária. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo.

MINTER, William (1994). *Apartheid's Contras*: An Inquiry Into the Roots of War in Angola and Mozambique. London: Zed Books.

MOIANE, José (2009). *Memórias de um Guerrilheiro*. Maputo: King Ngungunhane Institute.

MOSCA, João (2005). *Economia de Moçambique – Século XX*. Lisboa, Instituto Piaget.

MOSCA, João (1999). *A experiência socialista em Moçambique (1975-1986)*. Lisboa, Instituto Piaget.

MONDLANE, Eduardo (1969), (1975). *Lutar por Moçambique*. Maputo: Centro de Estudos Africanos.

MONDLANE, Janet. Janet Rae Mondlane *(depoimento, 2009).* Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2010. 20 p. Disponível em:https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/janet_mondlane/TranscricaoJanetMondlane.pdf. Acessado no dia 11 de Outubro de 2024.

MONTVILLE, Joseph (1991). The arrow and the olive branch: a case for track two diplomacy. In VOLKAN, Vamik et al. *The Psychodynamics of International Relationships*: Unnoficial diplomacy at work. Lexington Books.

MORIER-GENOUD, Eric; CAHEN, Michel; ROSÁRIO, Domingos Manuel do (2018). *Introduction*: The Civil War in Mozambique- A history still to be written. In: MORIERGENOUD, Eric; CAHEN, Michel; ROSÁRIO, Domingos Manuel do (Orgs.). The War Within: New Perspectives on the Civil War in Mozambique 1976–1992. James Currey, 2018.

MORREIRA, José (1997). *Os assimilados, João Albasini e as eleições, 1900-1922*. Maputo, Estudos Moçambicano 11, Arquivo Histórico de Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane.

MURPHY, Mimi (2008), *Andrea Riccardi*. Revista Time. Publicação de 3 de Abril. Washington.

MCDONALD, John W. (2012). The Institute for Multi-Track Diplomacy. *Journal of Conflictology*, Vol.3, n°2, (2012).

MCDONAL, John d. (1991). *Further exploration of track two diplomacy em, Timing the De-Escalation of International Conflicts*, ed. Louis Kriesberg e Stuart J. Thorson (Syracuse N.Y: Syracuse University Press, 1991).

M´TUMUKE, Antanásio (2024). *O fim da luta de libertação Nacional em Moçambique*: Operação Omar 1 de agosto de 1974. Maputo: Académica, Lda, 324p.

NAN, Susan Allen (2005). Track One-and-a-Half Diplomacy: Contributions to Georgian-South Ossetian Peacemaking. In FISHER, Ronald J. (ed) *Paving the Way: Contributions of Interactive Conflict Resolution to Peacemaking*. Lanham: Lexington Books.

NAN, Susan Allen; DRUCKMAN, Daniel; EL HORR, Jana (2009). *Unofficial International Conflict Resolution*: Is There a Track 1½? Are There Best Practices? Conflict Resolution Quarterly Vol. 27 n. 1, Outubro de 2009, p. 65-82.

NEWITT, Malyn (1997) [1995]. *História de Moçambique*. Mem Martins, Publicações Europa-América, Lda.

NEWITT, Malyn (2012). *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América: Dezembro.

NILSSON, Anders (1999). *Peace in our time*. Towards a holistic understanding of world society conflicts. Göteborg: PADRIGU.

NORA, Pierre et al. (1993). *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/12101/8763. Acesso em 15 de março de 2025.

NUVUNGA, Adriano (2013) "Política de Eleições em Moçambique: as Experiencias de Angoche e Nicoadala" in de Brito, Luís et al., (org.) *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.

NCOMO, Barnabé Lucas (s.d. [2005?]). "*André Matsangaíce: da realidade histórica; do mito, até à morte de um homem*". (disponível em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/files/andr_matsangaice_1.doc).

NCOMO, Bernabé (2004). *Uria Simango*: um homem, uma causa. 2 ed. Maputo: Njira.

NCOMO, Barnabé Lucas (2003). *Uria Simango*: Um homem, uma causa. Maputo, Edições Novafrica, 455p.

NDELANA, Lopes Tembe (2012). *Da UDENAMO à FRELIMO e à Diplomacia Moçambicana.*Maputo: Marimbique, 206p.

NHABINDE, Simeão Amosse (1999). *e Guerra Económica no Sistema Ferro-Portuário de Moçambique, 1980 – 1997*. Livraria Universitária. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo.

NKRUMAH, Kwame (1977). *A Luta de classes em África*. Lisboa: Livraria Sá da Costa editora, p. 107.

NYE JR., Joseph (2002). *O Paradoxo do Poder Americano: Porquê a Única Superpotência do Mundo Não Pode Prosseguir Isolada*. Tradução de Luiz António Oliveira de Araújo. Editora UNESP. São Paulo.

NYE, Joseph (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais:* uma Introdução à Teoria e à História; 3ª edição, copyright, 2002.

NGOENHA, Severino (2015). *Terceira Questão*: Que leitura se pode fazer das recentes eleições presidenciais e legislativas? Publifix edições. Maputo, 2015.

NGOENHA, Severino (2013). *Intercultura, alternativa à governação biopolítica*? PubliFLX. Maputo. Dezembro de 2013.

NGOENHA, Severino (1993). *Por uma dimensão moçambicana de consciência histórica*. Edições Salesianas. Porto, 1993.

O'LAUGHLIM, Bridget (1992). "A Base social da guerra em Angola e Moçambique". *Estudos Moçambicanos*, 10. Maputo: Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, p. 107-142.

O'LAUGHLIN, Bridgit (1992). Interpretation Matter: Evaluating the War in Mozambique. In, *Sauthern Africa Report*, 7 (3) 23:33.

O'MEARA, Dan (1991). *The Collapse of Mozambican Socialismo*. Transition. 14.

OLSON, Thomas (1990). A África do Sul e seus vizinhos estratégias regionais em confrontação, *Estudos Moçambicanos 8,* p. 15 – 62.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2001). *Manual de Resolução de Conflitos*. 1ª Edição. Livraria do Centro de Resolução de Conflitos. Nova Iorque.

OLIVEIRA, Paulo (2006). *RENAMO*: Uma Descida ao Coração das Trevas, Lisboa: Europress.

OLIVEIRA, Pedro Aires de. (2001). *A política externa do Marcelismo*: a questão africana. In: MARTINS, Fernando (org.). Diplomacia e guerra. Évora: CIDHEUS, p. 233 265.

OTTAWAY, Marina (1998). Angola's Failed Elections. In *Postconflict Elections, Democratization, and Internacional Assistance*, Ed. Krishna Kumar. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers. p. 133-151.

PAULO VI (1967). Populorum progressio. Acedido a 27 de Novembro de 2014 em http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_pvi_enc_26031967_populorum_po.html.

PACHINUAPA, R. LIPHOLA, M., e TIAGO, P. (2015). *Moçambique*: 40 Anos de Independência e Soberania. Maputo, Nachingwea Editores, 2015.

PACHINUAPA, Raimundo, (2012). O nosso percurso para abertura das frentes de combate. In: PARTIDO FRELIMO; *Simpósio 50 anos da FRELIMO*. Maputo: ACLLN, (pp 90-97).

PAREDES, Menezes M. (2014). *A construção da identidade nacional moçambicana nos pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa*. Vol. 21, Nº 40, Anos 90, Porto Alegre, dezembro de 2014, p. 131-161.

PAVIA, José Francisco (2012). "A multi-track diplomacy na prevenção e resolução dos conflitos em África: o caso de Moçambique". Em *A Prevenção e a Resolução de Conflitos em África. Ed. Augusto Nascimento e* Carlos Coutinho Rodrigues, 191-232. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2012.

PARTIDO FRELIMO (1983). *Directivas Económicas e Sociais*. Coleccção 4° Congresso. Maputo.

PLATTEAU, Jean-Philippe (2017). *ISLAM Instrumentalized*: Religionand Politicsin Historical Perspective. DOI: 10.1017/9781316658727.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (2005). *História & História Cultural*. São Paulo: Autêntica Editora.

PEREIRA, João C. G. (2016). Para onde vamos? Dinâmicas de paz e conflitos em Moçambique. In: IESE. *Desafios para Moçambique*. Maputo. p. 34-72.

PEREIRA, João et al. (1994). *Estudo Piloto sobre Desmobilização e Reintegração de ExCombatentes em Moçambique*. ed. Universidade de Oxford.

PITCHER, Anne (2003). "*Sobreviver à transicao*: o legado das antigas empresas coloniais em Mocambique" Análise Social. XXXVIII (168), p. 793-820.

PITCHER, Anne (2002). Transforming Mozambique: The Politics of Privatisation, 1975-2000. Nova Iorque: Cambridge University Press.

PINTO, Jaime Nogueira (1994). *Jogos dos africanos*. Lisboa, Portugal.

PORTO, João Gomes (2013). *Desmobilização, desarmamento e reintegração* 2.6 As Forças Armadas dos PALOP, JANUS, 2013, p. 76-77.

PORTELLI, Alessandro (2006). *What makes oral history different*, em The Oral History Reader, ed. Robert Perks e Alistair Thomson (London e New York: Routledge.

POLLAK, Michael (1992). Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, p. 202-212. Disponível em: http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf.> Acessado no dia 2 de março de 2025.

POLLAK, Michael. L'Expérience concentrationnaire, Essai sur le maintien de l'identité sociale. Paris: Métailié, 1990.

POLLAK, Michael (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 3-15.

POLLAK, Michael (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf> Acessado no dia 12 de março de 2025.

PORTUGAL. 1974. *Acordo de Lusaka*. Diário do Governo. I Série, n. 210, de 9 de setembro de 1974. Aprovado, depois de ouvidos a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, nos termos do artigo 3.o da Lei n. o 7/74, de 27 de julho. 9 de setembro de 1974. Universidade de Coimbra. http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka. php?wakka=descon06. Acesso em 18 fevereiro de 2024.

RANCHAZE, Zaqueu Silva (2013). *O Papel das Confissões Religiosas no Desenvolvimento de Moçambique*. Gabinete de Estudos da Presidência da República de Moçambique, Tipografia Globo, Maputo.

REDAZIONE (1972). *Mozambico senza pace*. Nigrizia, Verona, p. 4-11, apr.

REDAZIONE (1973). *Il volto tragico della guerra*. Nigrizia, Verona, p. 10-15, apr..

REDAZIONE (1973). *Un'omelia per la pace*. Nigrizia, Verona, p. 37-38, genn.

REDAZIONE (1973). *I vescovi hanno parlato*. Nigrizia, Verona, p. 34-35, dic.

REVISTA TEMPO (1984). "*3ª Sessão do Comité Central…: prioridade é liquidar os* "*Bandidos Armados*", Samora Machel no encerramento da reunião", 29 de abril de 1984, p. 11-12.

REGO, A. da Silva (1956). *Curso de Missionologia*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

RICCARDINI, Andreia (2008). *A Paz Preventiva: Esperanças e Razões Num Mundo de Conflitos*. Tradução de Humberto Luiz Sada de Almeida. Cidade Nova. São Paulo.

RITCHIE, Donald A. (2003). *Doing Oral History*: A Practical Guide. New York: Oxford University Press.

RICOEUR, Paul (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas: Unicamp.

ROBINSON, David Alexander (2006). *Curse on the Land*: A History of the Mozambican Civil War.

ROBINSON, David Alexander (2003). *Socialism in Mozambique*? The 'Mozambican Revolution' in Critical Perspective. Limina: A Journal of Historical and Cultural Studies, 9(1), 55–70. Disponível em: https://ro.ecu.edu.au/ecuworks/5 - Acesso no dia 2 de fevereiro de 2025.

ROCCA, Roberto Morozzo Della (2012). *A paz, como Moçambique saiu da guerra.* Maputo: CIEDIMA, SARL, 120p.

ROCCA, Roberto Marozzo Della (1998). *Moçambique: Da Guerra à Paz – História de uma Mediação Insolente*. Tradução de Brazão Mazulla. Livraria Universitária. Universidade Eduardo Mondlane. Maputo.

ROCCA, Roberto Morozzo Della (1998). *Moçambique, da guerra à paz, história de uma mediação insólita.* Livraria Universitária, Maputo.

ROSÁRIO, D. (2021). *Os Desafios da nova CNE em contextos de Autoritarismo Político em Moçambique*, Policy Brief nº12, 2021.

ROSARIO, D., e GUAMBE, E., (2021). *Democracia moçambicana pós-Afonso Dhlakama e Daviz Simango:* Iminente fim da Oposição em Moçambique. EISA: Policy Brief nº14, 2021.

RUPIYA, Martin (1998). Historical context: War and Peace, in Armon, Jeremy et al, *The Mozambique Peace Process in Perspective*, Accord, 3, p. 10-17.

RUPIYA, Martin (1998). Historical Context: War and Peace in Mozambique, In ARMON, Jeremy; HENDRICKSON, Dylan; VINES, Alex. *The Mozambican Peace Process in Perspective*, Accord, Issue 3, London, Conciliation Resources.

SALLES FILHO, Nei Alberto (2014). *Paz Positiva, Paz Negativa e conflito como elementos Centrais Na construção da educação para a paz*. p. 177-188.

SALLES FILHO, Nei Alberto (2016). *Culture of Peace and Education for Peace: views from the theory of Edgar Morin Complexity*. 359 f. Tese (Doutorado em Educação) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa, 2016.

SANTOS, Boaventuras de Sousa; AVRITZER, Leonardo (2003). "Introdução para ampliar o cânone democratico", in Boaventura de Santos (Orgs), *Democratizar a Democracia*: os caminhos da Democracia participativa. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Patrícia Teixeira; FALCÃO, Nuno de Pinho (Ed.) (2015). *Graciano Castellari*: "Frágeis entre frágeis". Memórias de um missionário em Moçambique, 1964-2005, CEAUP.

SAUL, John S. (1999). *Inside from outside? the roots and resolution of Mozambique's Un/civil war, em Civil Wars in Africa*: Roots and Resolution, ed. Taisier M. Ali e Robert O. Matthews (Montreal e outras: McGill-Queen's University).

SAUL, John S. (1994). O Estado da FRELIMO: Da Revolução à Recolonização. In. *Arquivo (15)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1994, p. 5-41.

SAUL, John S. (1985). *A Difficult Road*: The Transition to Socialism in Mozambique. New York: Monthly Review Press.

SAUL, John S. e GELB, Stephen (1987). *The Crisis in South Africa*. London: Zed Books, 1986.

SCHNEIDMAN, Witney (2005). *Confronto em África*: Washington e a queda do Império colonial português. Lisboa: Tribuna da História.

SENGULANE, Dinis (1994) *Vitória Sem Vencidos:* A História do Processo de Paz para Moçambique de ponto de vista do Conselho Cristão de Moçambique. Maputo.

SERPA, Maria de Nazareth (1999). *Teoria e Prática da Mediação de Conflitos*. Lumen Juris. Rio de Janeiro.

SERRA, Carlos (Orgs). *O Eleitorado incapturável*. Maputo: Livraria Universitária da Universidade Eduardo Mondlane.

SERRA, Carlos (1982). Apresentação, Departamento. História, Universidade Eduardo Mondlane, *História de Moçambique*, Vol.1, *Revista Tempo*, Maputo, 1982, p. 10.

SIC (2010). *Moçambicanos Trocam 700 Mil Armas por Alfaias Agrícolas*. Noticiário do dia 27 de janeiro. Mundo. Redação. Lisboa.

SILVA, Teresa Cruz e (1992). A Igreja Protestante no Sul de Moçambique e o Nacionalismo: o caso da Missão Suiça (1940-1974). In: *Estudos Moçambicanos (10)*. Maputo: CEA/UEM, 1992, p. 25.

SILVA, P. J. (2012). *Políticas públicas de preservação documental*. Rio de Janeiro: FGV.

SILVA, R. (2019). *Lugares de memória*: conceitos e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP.

SOUSA, Ubiratã (2017). *Entre palavras e armas*: literatura e guerra civil em Moçambique. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC.

SOUSA, Fernando de (2001). *Dicionário de Relações Internacionais*. Edições Afrontamento. CEPESE. Lisboa.

SOUSA, Ricardo (2012). "Mudanças multidimensionais em Angola aquando dos acordos de paz de Gbadolite de 1989", em, A *Prevenção e a Resolução de Conflitos em África*, coord. Augusto Nascimento e Carlos Coutinho Rodrigues (Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2012).

SOARES, Ivone (2018). *Assembleia da República-VII Legislatura*: Bancada Parlamentar da RENAMO, Maputo: AR, 23 de Maio de 2018.

SOUSA, U (2017). *Entre palavras e armas:* literatura e guerra civil em Moçambique. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017. 10p.

SOUTO, Amélia Neves de (2013). *Memory and Identity in the History of FRELIMO*: Some Research Themes. Kronos, Cape Town, vol. 39, n. 1, jan. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0259-019020130001>. Acesso em 15 março de 2025.

SOUTO, Amélia (2013). *Memory and Identity in the History of FRELIMO*: Some Research Directions, Kronos south african histories, 39, November 2013, p.28—296. p. 281.

SOUTO, Amélia (2007). *Caetano e o Ocaso do* "*Império*": Administração e guerra colonial em Moçambique, durante o Marcelismo, 1968-1974.

STEENKEN, Cornelis (2017). *Desarme, Desmovilización y Reintegración (DDR)*: Descripción general prática. Instituto para Formación en Operaciones de Paz.

TAYLOR, Diana (2013). *O arquivo e o repertório*: Performance e memória cultural nas Américas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

TEMBE, das Neves Joel (2013). "*Uhuru na Kazi*: Recapturing MANU Nationalism through the Archive", *Kronos*, University of Western Cape, Cape Town, vol.39, n.1, p. 258, p. 257-279.

TEMBE, Joel das Neves, "*Uhuru na Kazi*: Recapturing MANU Nationalism through the Archive", in *Kronos* 39, November 2013, p.257- 279, Rui Assubuji, Paolo Israel, Drew Thompson (Eds.), University of Western Cape, South Africa.

TEMU, Arnold e TEMBE, Joel das Neves (Eds,) (2012). *Southern African Liberation Struggles, Contemporaneous Documents 1960-1992*, Vol.2, Liberation War Countries, SADCC Hashim Mbita Project, Ed. Mkuki Na Nyota, Dar es Salaam, 2014.

TOLLENAERE, Marc de (2006). *Apoio a democratização a Moçambique Pós-Conflito*: Intenções e Resultados. Netherlands: Netherlands Institute of International Relations Clingendael.

TOLLENAERE, Marc (2002). "*Democracia e Eleições em Moçambique: Teoria e Prática*". In MAZULA, Brazão. Moçambique: 10 Anos de Paz. Maputo, Livraria Universitária.

THOMAZ, Omar Ribeiro (2008). "Escravos sem dono": experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. In: REVISTA DE ANTROPOLOGIA DA USP. V.51.nº1. p. 177-214. São Paulo:

THOMAZ, Omar Ribeiro (2018). *O tempo e o medo*: a longa duração da guerra em Moçambique. Outros Tempos, v. 15, n. 26, p. 92.

WEIMER, Bernhard (org). *Moçambique*: Descentralizar o Centralismo Economia Política, Recursos e Resultados. Maputo: Impressão e acabamento COMPRESS.dsl.

USAREMO (1975). *A Igreja na Revolução Moçambicana*: IV Assembleia Geral. Maputo, 1975, p. 6-20.

USAREMO (1974). *Dossier Guia*. Maputo, agosto de 1974, p. 7.

United Nations. *Integrated Disarmament, Demobilization and Reintegration Standards (IDDRS)*. Module 1.20. United Nations: New York, 2006.

United Nations Development Programme. *Practice Note*: Disarmament, Demobilization and Reintegration of Ex-combatants. 2012. Disponível em: https://www.undp.org/publications/practice-note-disarmament-demobilization-andreintegration-ex-combatants. Acesso em: 24 de Setembro de 2024.

United Nations Organization (2000). *Mozambique-ONUMOZ*. Acessado em 28 de agosto de 2023 disponível em: http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/onumozFT.htm.

United Nations Department of Peacekeeping Operations (UNDPKO) - (1999) Di*sarmament, Demobilisation and Reintegration of Ex-Combatants in a Peacekeeping Environment*: Principles and Guidelines. New York: DPKO, Lessons Learned Unit. 1999.

United Nations Department of Peacekeeping Operations (UNDPKO) - (2006) I*ntegrated Demobilisation Disarmament and Reintegration Standards*. 2006.

VELOSO, Jacinto (2006), (2011). *Memória em Voo Rasante*. RLINLD.

VIEIRA, Sérgio. Participei, por isso testemunho. Maputo: Ndjira, 2011. (Coleção Horizonte da Palavra).

VIERA, Sérgio (2010). *Participei, por isso testemunho*. Maputo: Editorial Ndira.

VIERA, Sérgio (1979). *Discurso da 2ª Reunião do Ministério da Educação e Cultura*. Doc. Inf .nº 9 Série A CEDIMOC, 31.07.1979.

VINES, Alex. RENAMO'S Rise and Decline: The Politics of Reintegration in Mozambique. In: *International Peacekeeping*. 2013, pp. 375-393. Acessado a 25 de abril de 2024. Disponível em https://doi.org/10.1080/13533312.2013.840087.

VINES, Alex (1998). The business of peace: "Tiny" Rowland, financial incentives and the Mozambican settlement, In Armon, Jeremy et al, *The Mozambique Peace Process in Perspective*, Accord, 3, p. 66-74.

VINES, Alex (1993). "*Mozambique*: The Road to People, 1982-1992". Paper for Session Vik: The of War, the trnsition to Peace: Lesson from Mozambiqque. African Studies Association 36th Anual meeting, Boston. p. 3.

VINES, Alex (1991). *RENAMO, Terrorism in Mozambique*. Centre for African Studies, University of York, James Currey, London.

VINES, Alex (1996). *RENAMO, From terrorism to democracy in Mozambique*? James Currey, London.

VISENTINI, Paulo Fagundes (2016). "*Revoluções e Relações Internacionais*: O caso Africano". Revista Brasileira de Estudos Africanos e-ISSN 2448-3923 | ISSN 2448-3907 | v.1, n.1, jan./jun.

WALTER, Barbara (1999). "Designing Transitions from Civil War: Demobilization, Democratization, and Commitments to Peace". *International Security*. 24(1), p. 127-155.

WEIMER, Bernhard; BUENO, Natália (2020). *Paz e reconciliação em Moçambique*: conjunturas críticas e dependência da trajectória. In: FORQUILHA, Salvador (org.) *Desafios para Moçambique 2020*. Maputo: IESE, 2020.

WEIMER, Bernhard (2012). *Para uma estratégia de descentralização em Moçambique: mantendo a falta de clareza*? conjunturas críticas, caminhos, resultados, em Moçambique: Descentralizar o Centralismo, Economia Política, Recursos e Resultados, org. Bernhard Weimer (Maputo: IESE, 2012), 87.

WEIMER, Bernhard, CANHANGA, Nobre, GLOOR, Anne e MASSANGAIA, Sónia (2004). Moçambique: Eleições Gerais 2004, Resultados, processos, instituições e consequências, in Brazão Mazula (dir), *Moçambique: Eleições Gerais 2004, Um olhar do Observatório Eleitoral*, Maputo, 2006.

WEIMER, Bernhard (1987). Southern Africa and the West in the Post-Nkomati Period: The Case of Mozambique. In: Coker, Christopher (Ed) (1987) *The United States, Western Europe and Military Intervention*, The Royal United Services Institute for Defence Studies, Macmillan Press. London.

WEIMER, Bernhard (1982). *Mozambique foreign policy: 1975-1981.* ebenhausen, stiftung wissnschatf und politik. SWP-papers.

WEHRENFENNIG, Daniel (2008). Multi-track diplomacy and human security. *Human Security Journal*, Vol. 7, 2008, p. 82.

WUYTS, Marc (1990). Gestão Econômica de Reajustamento em Moçambique. Estudos Moçambicanos (8). Hermele, Kenneth. *A guerra e a estabilização*: uma avaliação a médio prazo do PRE de Moçambique.

WORLD BANK (2018). *Mozambique economic update*: facing hard choices. Washington, dc: world bank.

WORLD BANK (2018). *Mozambique Economic Update*: Shifting to Inclusive Growth. Washington, DC: World Bank Group.

ZACARIAS, Agostinho et al (1990) (1991). *Repensando estratégias sobre Moçambique e África Austral*. Maputo: CEE/ISRI.

ZACARIAS, Agostinho (1991). Efeito das Transformações Este-oeste sobre a Politica Americana à África Austral. In: Zacarias, Agostinho (ed). *Repensando Estratégias sobre Moçambique na África Austral. Instituto Superior de Relações Internacionais*, Maputo, p. 139-154.

ZECA, Emílio J. (2021). *Serviços de Inteligência em Moçambique:* Instituições, Dinâmicas e Operações. Maputo: Coleções Pedagógica - AAEE, 471p.

ZECA, Emílio J. (2013). *Relações Internacionais*: Natureza, Paradigma e Assuntos Transversais. Maputo: Plural Editores, 237p.

ZITA, Boaventura (2004). Papel da sociedade civil moçambicana na Observação Eleitoral: Perspectiva do Conselho Cristão de Moçambique (CCM), in Brazão Mazula (dir), *Moçambique: Eleições Gerais 2004, Um olhar do Observatório Eleitoral*. Maputo, 2006.

ZUPPI, Matteo Don (1995). A Comunidade de Santo Egídio no Acordo Geral de Paz, in Brazão Mazula (coord), *Moçam0bique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento.* Maputo, 1995.

JORNAIS

Canal de Moçambique. (2021, março 15). Brazão Mazula alerta para a fragilidade da paz em Moçambique. *Canal de Moçambique*, p. 8.

CHAÚQUE, Alexandre (30.06.2000). Independência de Moçambique – Festividade evocam unidade nacional, in *Semanário Savana*, ano VII, nº 338, p. 30.

Jornal Notícias. (20.01.2021). Mazula defende cultura de diálogo para a reconciliação nacional. *Jornal Notícias*, p. 6.

DW "Cronologia do conflito em Moçambique (1974-2014)". Disponível em https://www.dw.com/pt-002/momentos-de-instabilidade-pol%C3%ADtica-em mo%C3%A7ambique-uma-cronologia/a-16912568 acessado no dia 23 de novembro de 2024.

DW, "Conflito entre a RENAMO e Governo de Moçambique". Disponível em https://www.dw.com/pt-002/conflito-entre-renamo-e-Governo-de-mo%C3%A7ambique/t 17416823 acessado 29 de agosto de 2024.

DW, “Vítimas mortais em novos confrontos em Moçambique”. Disponível em https://www.dw.com/pt-002/v%C3%ADtimas-mortais-em-novos-confrontos-em mo%C3%A7ambique/a-16887962, acessado no dia 10 de julho de 2024.

DW. Doze momentos-chave do conflito em Moçambique. Disponível em https://www.dw.com/pt-oo2/doze-momentos-chave-do-conflito-entre-a-renamo-e-o-Governo-de mo%C3%A7ambique/a-17ambique/a-17822725, acessado no dia 03 de novembro de 2022.

Folha de Maputo, “Paridade na CNE” https://www.folhademaputo.co.mz/pt/noticias/opiniao/paridade-na-cne/, acessado no dia 12 de julho de 2024.

Vermelho Notícias. (2020, outubro 4). Raúl Domingos sobre reconciliação nacional. *Notícias*, p. 4.

O PAÍS. (2020, dezembro 12). Brazão Mazula sobre Democracia e paz em Moçambique. *O País*, p. 15.

O PAÍS, “RENAMO diz que violência pós-eleitoral deve-se à falta de transparência no processo“. Disponível em https://opais.co.mz/renamo-diz-que-violencia-pos-eleitoral-devese-a-falta-de transparencia-no-processo/ acessado no dia 29 de agosto de 2024.

SAVANA. (2019, novembro 8). Entrevista com Raúl Domingos sobre o processo de paz. *Savana*, p. 12.

MAZULA, Brazão, citado por Agência Lusa. Disponível em https://www.dn.pt/lusa/autarquicasmocambique-primeiro-presidente-da-cne-recorda-medo-da guerra-em-1994-9931596.htm, acessado no dia 14 de julho de 2024.

Vermelho, “Oposição recusa aceitar resultado eleitoral em Moçambique”. Disponível em https://vermelho.org.br/2014/10/17/oposicao-se-recusa-a-aceitar-resultado-eleitoral-em mocambique/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=oposicao-se-recusa-a aceitar-resultado-eleitoral-em-moçambique, acessado no dia 1 de julho de 2024.

Cogitar Direito, “Evolução da Legislação Eleitoral“. Disponível em https://cogitardireito.blogspot.com/2018/08/evolucao-da-legislacao-em.html?m=1 acessado no dia 15 de julho de 2024.

DW, “Afonso Dhlakama sai ileso de uma nova emboscada“. Disponível em https://www.dw.com/pt-002/afonso-dhlakama-sai-ileso-de-uma-nova-emboscada/a-18742343, acessado no dia 18 de agosto de 2024.

ARTIGOS DE REVISTAS

TEMPO. *A crise é necessária para determinar quem está ao lado do povo quem está ao lado dos capitalistas.* Camarada presidente Samora no centro de preparação político-militar de Boane, Nº 251, Maputo, 27 de julho de 1975b, p. 58-64.

TEMPO.*1ª Sessão do Conselho de Ministros:* revolucionar o aparelho de Estado pondo ao serviço das massas operárias e camponesas; Nº 252, Maputo, 1975c, p. 59-64.

TEMPO. *Combatentes e quadros das Forças Populares estão firmemente com a classe trabalhadora a que pertencem:* 4ª Conferência nacional do Departamento de Defesa reafirma o compromisso de levar a revolução até ao fim, Nº 253, Maputo, 10 de agosto de 1975d, p. 8-14.

TEMPO. *Comemorações do 25 de setembro:* salto qualitativo das FPLM, nº 521, Maputo, 05 de outubro de 1980c, p. 8-15.

TEMPO. *Devemos defender a nossa pátria atacada, devemos apoiar o combate justo do povo do Zimbabwe*, Maputo, Nº 283, Maputo, 7 de março de 1976, p. 1-7.

TEMPO. *'Fudjo' nas Forças Populares*, Nº 273, Maputo, 28 de dezembro de 1975, p. 4.

TEMPO. *Missão Cumprida no Zimbabwe:* combatentes das FPLM trazem bandeira do internacionalismo, nº 489, Maputo, 24 de fevereiro de 1980a, p.10-17.

TEMPO. *Ofensiva nas Forças Armadas moçambicanas:* instituídas patentes e divisas, Nº 520, Maputo, 28 de setembro de 1980b, p.9.

TEMPO. *Partido FRELIMO, 5º Congresso:* pela normalização da vida da nação, nº 982, Maputo, 6 de agosto de 1989, p.14-17.

TEMPO. *Presidente Samora, à polícia moçambicana:* estabelecer nova ordem social sem opressão e sem medo: visita a quarteis das forças populares da C.P.M, e cadeia da Machava, Nº 249, Maputo, 13 de julho de 1975a, p.16-18.

TEMPO. *Reunião do Estado Maior General com quadros e combatentes das FPLM:* rechacemos resolutamente a infiltração inimiga, Nº 272, Maputo, 21 de dezembro de 1975e, p.38-39.

TEMPO. "*Maometanos desejam unidade e paz*", 3 de fevereiro de 1985, p. 7-8.

TEMPO. *Situar no espaço e no tempo o 3º congresso da FRELIMO*, nº 332, Maputo, 13 de fevereiro de 1977, p.2-7.

CONSULTAS NA INTERNET

BRITO, Luis (2011). *Revisão da Legislação Eleitoral*, algumas propostas para o Debate. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/. Acesso no dia 12 de abril de 2024.

DARCH, Colin (2018). *Uma História de Sucesso que Correu Mal*? O Conflito Moçambicano e o Processo de Paz, numa Perspetiva Histórica. ©Friedrich-EbertStiftung, ISBN 978-989-20-8380-3. Disponível em: https://library.fes.de/pdffiles/bueros/mosambik/14458.pdf. Acesso em: 23 de maio de 2024.

GUJAMO, Rufino Carlos (2016). *A Transição Democrática e a Manutenção da Paz em Moçambique entre 1992 e 2004*. Lisboa. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/26319/1/ulsd730210_td_Rufino_Gujamo.pdf. Acesso no dia 22 de novembro de 2023.

FRAGA, Luís Alves de (2014). *A guerra colonial (1961 1974)*. Disponível em: http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/653/1/A%20Guerra%20Colonial.pdf. Acesso em: 23 de maio de 2024.

ANEXO

ANEXO I: JULGAMENTO DE URIAS SIMANGO CONSIDERADO TRAIDOR APÓS A MORTE DE EDUARDO MONDLANE, PRIMEIRO PRESIDENTE DA FRELIMO



ANEXO II: APRESENTAÇÃO PUBLICA DA PRISIONEIRA POLÍTICA - JOANA SIMEÃO



ANEXO III: Notícias, jornal de maior circulação em Moçambique, convocando Joana Simeão para se apresentar ao tribunal

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
TRIBUNAL JUDICIAL PROVINCIAL DE

INHAMBANEANÚNCIO

— Pelo Tribunal Judicial da Província de Inhambane, nos autos de Ação Ordinária Declarativa de Divórcio Litigioso nº 19/05, pendente no Cartório

deste Tribunal, movido pelo autor Francisco Joaquim Manuel, natural e residente no Bairro da Liberdade sector "um", desta cidade de Inhambane, contra Joana Francisco Fonseca Simeão, residente em parte incerta, é esta ré citada para contestar, apresentando a sua defesa no prazo de VINTE DIAS, que começa a contar depois de finda a dilação de TRINTA DIAS, contada da data da segunda e última publicação deste anúncio, coma advertência de que a falta de contestação importa o prosseguimento dos autos os ulteriores termos à sua revelia.

— Para constar se lavrou o presente e mais dois de igual teor, que serão afixados nos lugares que a lei designa.

— Tribunal Judicial da Província de Inhambane, ao 31 de janeiro de 2006O JUIZ-PRESIDENTE José António Cândido Sampaio.

—

ANEXO IV e V: INCITAÇÃO A PERSEGUIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL

Notícias, Maputo, 29 de Maio de 1982, pág.2

opinião pública

N. 29/5/82 p.2

Necessário controlar afluxo de pessoas à cidade

Um dos nossos leitores, ao ser inquirido sobre o problema da criminalidade, afirmou que alguns crimes são provocados por pessoas provenientes de fora do Maputo. Aqui se juntam, enquanto estão desempregados. Então, sugiro que sejam tomadas medidas e criados dispositivos no sentido de pôr termo ao afluxo de pessoas do campo à cidade.

ARMANDO MAUNGU MUSSE (29 anos, trabalhador da Empresa de Abastecimento da Cidade de Maputo e residente no Bairro do Maxaquene) — Certamente que se tem verificado, nos últimos dias, diversos crimes, em especial à mão armada. Por isso, nós, que somos vítimas, devemos encontrar a melhor forma de normalizar esta situação, ou seja, acabar com a criminalidade. O combate que temos a travar, não deve ser interno nem unitário, deve ser comum e a partir dos Grupos Dinamizadores até aos bairros. Há necessidade de se realizarem reuniões nos bairros, para sensibilizar os nossos irmãos desempregados para tentarem arranjar emprego. É preciso analisar bem como é que vivem essas pessoas. Se são apoiadas pelos seus familiares, ou se utilizam outros meios para se sustentarem. Falando das pessoas que vêm do campo para a cidade, sem emprego nenhum, realmente podemos considerá-las marginais que temos na cidade. Acho que seria viável a mobilização destas pessoas para o campo, onde poderão ser empregadas em machambas estatais, Zonas Verdes, e outros locais de trabalho colectivo, onde irão produzir para o seu benefício, assim como para benefício do nosso País.

FERNANDO JOSÉ TUI (25 anos, empregado comercial e residente no Bairro do Maxaquene) — Para minimizar a criminalidade que se faz sentir na cidade de Maputo, é necessário que o povo intensifique a vigilância. Esta vigilância deve partir da Célula, propagando-se até ao bairro. Sabemos perfeitamente que os criminosos vivem no nosso seio e é muito fácil detectá-los. Numa reunião do bairro, em que estejam presentes todos os seus moradores, far-se-á uma análise das pessoas que trabalham e daquelas que andam na vadiagem. Estes elementos, que nada fazem, são autores de alguns crimes, como único meio de se sustentarem. Ou, então, se andamos a suspeitar de um nosso vizinho, mesmo que seja da nossa família, devemos denunciá-lo, para a autoridade verificar se, de facto, é ou não um criminoso. No que diz respeito às pessoas que, depois do cumprimento do castigo, tornam-se na mesma bandidos. Por isso, a melhor forma de acabar com os marginais é atribuir-lhes tarefas.

EDUARDO AFONSO GUAMBE (30 anos, empregado comercial e residente no Bairro do Maxaquene) — Acabar com a criminalidade torna-se bastante difícil, porque os polícias que temos são em número bastante reduzido. Sendo assim, é preciso que o povo apoie a autoridade. Como então apoiar? Não é um problema muito difícil. Basta a intensificação da vigilância, para detectar todos os autores dos crimes. Como a maior parte dos criminosos são residentes dos bairros desta cidade, através de reuniões, podem ser facilmente neutralizados. Mas, em parte, os familiares daqueles elementos deviam compreender a necessidade de denunciá-los, porque conhecem-nos perfeitamente. Mas se não os querem denunciar, nunca sairemos desta situação. Outros crimes são originados por pessoas vindas de fora, que se acumulam aqui na cidade, enquanto estão desempregadas. Eles são seres humanos como nós. Precisam de se alimentar e vestir. Mas como arranjar tais coisas, se não trabalham? Fazem a vida à custa dos outros, através de roubos. É aconselhável lançar uma campanha dirigida a esta gente que não trabalha, para voltar à procedência.







Notícias, Maputo
7 de Junho de 1982

opinião pública

N. 7/6/82

Obrigar os marginais a regressarem às suas terras

Para minimizar o problema da criminalidade na Cidade de Maputo, é preciso levar avante a vigilância. Por outro lado, as pessoas vinda do campo para a cidade, sem objectivo, só porque têm prazer de viver na cidade, devem ser obrigadas a regressar às suas terras, onde irão produzir para seu benefício. Assim falou um dos inquiridos pela nossa rubrica «Opinião Pública», sobre a criminalidade.

ANDRÉ FAIFE (25 anos, trabalhador da Entreposto Comercial de Moçambique e residente no Bairro da Polana) — Realmente, nós temos sido vítimas de muitos crimes, não sendo que, depois do cumprimento do castigo, tornam-se na mesma bandidos. Por isso, a melhor forma de acabar com os marginais é atribuir-lhes tarefas, como, por exemplo, machambas estatais, Zonas Verdes, e outros locais de trabalho colectivo, onde irão produzir para o seu benefício, assim como para benefício do nosso País.

maior parte delas, não são daqui, vêm dos arredores e de outras províncias.

Se não podem regressar, então devem ser integradas na construção de Aldeias Comunais ou nas machambas estatais. Se estas continuarem a permanecer aqui no Maputo, continuaremos a ser vítimas de muitos crimes.

JOSÉ BERNARDO (21 anos e residente no Bairro do Alto-Maé) — Ge-

ANEXO VI: INCITAÇÃO A PERSEGUIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL

opinião pública

N. 11/6/82

População deve participar na limpeza de marginais

«O combate que as autoridades policiais têm estado a desenvolver contra a criminalidade, através de operações selectivas, é positivo e fundamental para a minimização deste mal social. Mas não basta, é necessário que toda a população participe nos bairros, denunciando os elementos marginais» — esta a opinião generalizada entre os leitores que temos vindo a contactar àcerca deste tema que hoje termina.

JOAQUIM NUVUNGA (44 anos, trabalhador da BP/SHELL MOÇAMBIQUE e residente no Bairro da Polana-Caniço) — Acho que a melhor forma de minimizar a criminalidade é intensificarmos a vigilância. Devemos trabalhar em colaboração com as estruturas policiais. Falando das pessoas que vêm do campo e que na cidade não encontram trabalho, posso dizer que muitos deles são os autores de alguns crimes, pois as condições em que se encontram são precárias. Assim, como eles vivem nos bairros os Grupos Dinamizadores devem controlá-los. O Governo tem todo o poder de atribuir-lhes tarefas, ou mesmo mandar-lhes para um campo de reeducação.

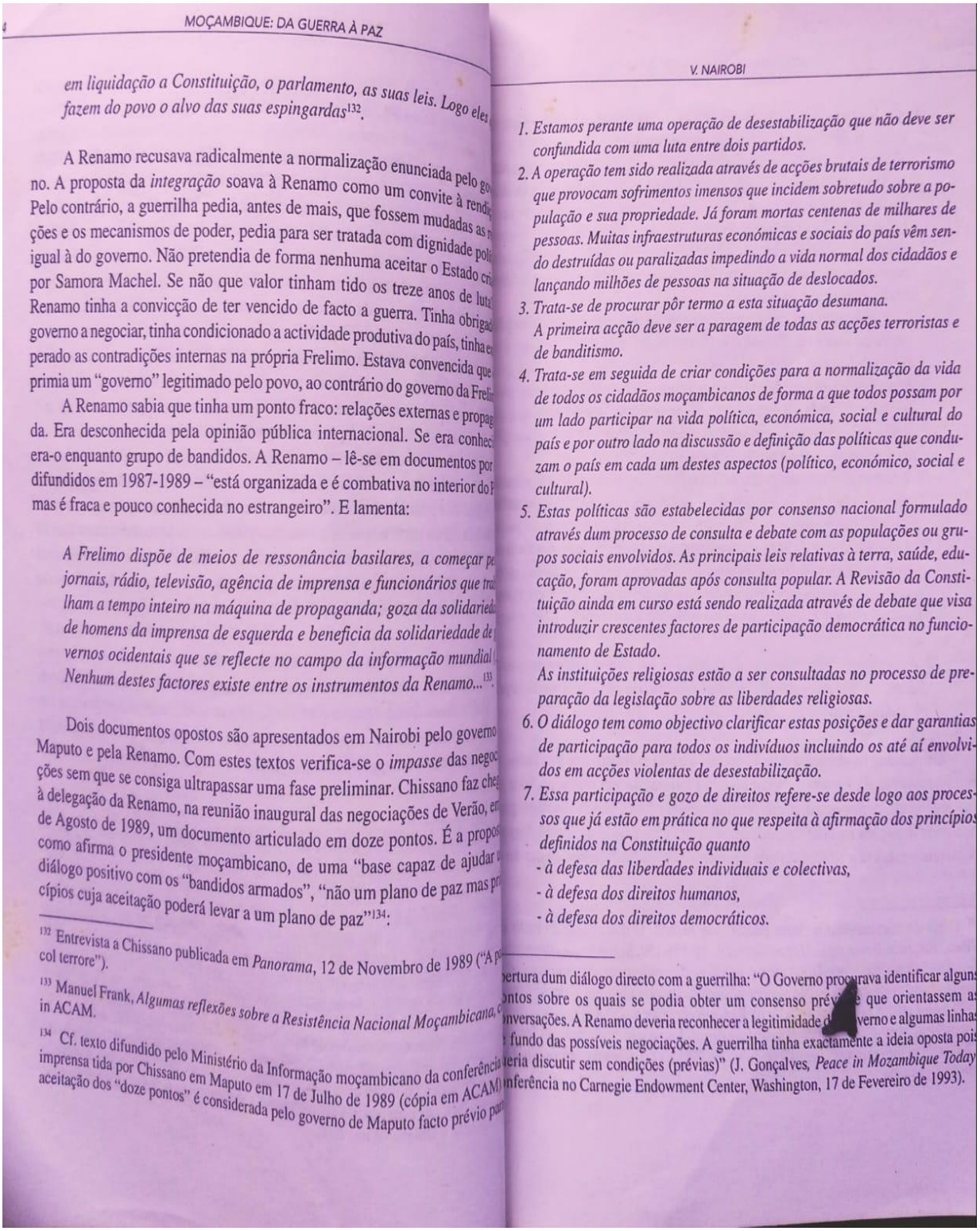
SAMUEL MANDLHATE (29 anos, trabalhador da Imprensa Nacional e residente no Bairro S. Dâmaso) — É necessário aumentarmos a vigilância nos bairros. Como os milícias são poucos, a população deve organizar-se, fazendo escala de cada morador para a realização de rondas à noite. É muito fácil detectar os criminosos, porque vivem connosco nos bairros. As pessoas provenientes do campo para a cidade sem objectivo nenhum, automaticamente constituem-se em marginais, e têm provocado muitos crimes na cidade. Em minha opinião, o Governo devia enquadrá-los nas zonas verdes.

[illegible]

vêm aumentar a criminalidade, que é fruto da marginalidade. São essas pessoas que invadem casas e assassinam pessoas, para as roubarem. Como já disse no princípio, eles têm um apoio dos familiares ou amigos, onde vão guardar as coisas alcançadas nas suas operações. O Governo deve fazer uma rusga, apanhando todos os marginais e mandar-lhes para as machambas colectivas. Não concordo que sejam obrigados a voltar às suas terras, porque vão ficar, voltarão novamente para a cidade.

SILVÉRIO JOÃO RACHIDE (25 anos, elemento das FPLM e residente na cidade da Matola) — O problema da criminalidade é muito sério. É através

ANEXO VII: DOZE PONTOS PROPOSTO PELA FRELIMO E DEZASSEIS PONTOS PROPOSTO PELA RENAMO



em liquidação a Constituição, o parlamento, as suas leis. Logo eles fazem do povo o alvo das suas espingardas[132].

A Renamo recusava radicalmente a normalização enunciada pelo go... no. A proposta da *integração* soava à Renamo como um convite à rendi... Pelo contrário, a guerrilha pedia, antes de mais, que fossem mudadas as ... ções e os mecanismos de poder, pedia para ser tratada com dignidade pol... igual à do governo. Não pretendia de forma nenhuma aceitar o Estado cri... por Samora Machel. Se não que valor tinham tido os treze anos de luta ... Renamo tinha a convicção de ter vencido de facto a guerra. Tinha obrigado ... governo a negociar, tinha condicionado a actividade produtiva do país, tinha e... perado as contradições internas na própria Frelimo. Estava convencida que ... primia um "governo" legitimado pelo povo, ao contrário do governo da Frel...

A Renamo sabia que tinha um ponto fraco: relações externas e propag... da. Era desconhecida pela opinião pública internacional. Se era conheci... era-o enquanto grupo de bandidos. A Renamo – lê-se em documentos por ... difundidos em 1987-1989 – "está organizada e é combativa no interior do P... mas é fraca e pouco conhecida no estrangeiro". E lamenta:

> *A Frelimo dispõe de meios de ressonância basilares, a começar pe... jornais, rádio, televisão, agência de imprensa e funcionários que tra... lham a tempo inteiro na máquina de propaganda; goza da solidariedad... de homens da imprensa de esquerda e beneficia da solidariedade de ... vernos ocidentais que se reflecte no campo da informação mundial ... Nenhum destes factores existe entre os instrumentos da Renamo...*[133].

Dois documentos opostos são apresentados em Nairobi pelo governo ... Maputo e pela Renamo. Com estes textos verifica-se o *impasse* das negoci... ções sem que se consiga ultrapassar uma fase preliminar. Chissano faz chegar ... à delegação da Renamo, na reunião inaugural das negociações de Verão, em ... de Agosto de 1989, um documento articulado em doze pontos. É a propos... como afirma o presidente moçambicano, de uma "base capaz de ajudar ... diálogo positivo com os "bandidos armados", "não um plano de paz mas pr... cípios cuja aceitação poderá levar a um plano de paz"[134]:

[132] Entrevista a Chissano publicada em *Panorama*, 12 de Novembro de 1989 ("A p... col terrore").

[133] Manuel Frank, *Algumas reflexões sobre a Resistência Nacional Moçambicana*, ... in ACAM.

[134] Cf. texto difundido pelo Ministério da Informação moçambicano da conferência ... imprensa tida por Chissano em Maputo em 17 de Julho de 1989 (cópia em ACAM). ... aceitação dos "doze pontos" é considerada pelo governo de Maputo facto prévio par...

1. *Estamos perante uma operação de desestabilização que não deve ser confundida com uma luta entre dois partidos.*
2. *A operação tem sido realizada através de acções brutais de terrorismo que provocam sofrimentos imensos que incidem sobretudo sobre a população e sua propriedade. Já foram mortas centenas de milhares de pessoas. Muitas infraestruturas económicas e sociais do país vêm sendo destruídas ou paralizadas impedindo a vida normal dos cidadãos e lançando milhões de pessoas na situação de deslocados.*
3. *Trata-se de procurar pôr termo a esta situação desumana.*
   A primeira acção deve ser a paragem de todas as acções terroristas e de banditismo.
4. *Trata-se em seguida de criar condições para a normalização da vida de todos os cidadãos moçambicanos de forma a que todos possam por um lado participar na vida política, económica, social e cultural do país e por outro lado na discussão e definição das políticas que conduzam o país em cada um destes aspectos (político, económico, social e cultural).*
5. *Estas políticas são estabelecidas por consenso nacional formulado através dum processo de consulta e debate com as populações ou grupos sociais envolvidos. As principais leis relativas à terra, saúde, educação, foram aprovadas após consulta popular. A Revisão da Constituição ainda em curso está sendo realizada através de debate que visa introduzir crescentes factores de participação democrática no funcionamento de Estado.*
   As instituições religiosas estão a ser consultadas no processo de preparação da legislação sobre as liberdades religiosas.
6. *O diálogo tem como objectivo clarificar estas posições e dar garantias de participação para todos os indivíduos incluindo os até aí envolvidos em acções violentas de desestabilização.*
7. *Essa participação e gozo de direitos refere-se desde logo aos processos que já estão em prática no que respeita à afirmação dos princípios definidos na Constituição quanto*
   - à defesa das liberdades individuais e colectivas,
   - à defesa dos direitos humanos,
   - à defesa dos direitos democráticos.

...ertura dum diálogo directo com a guerrilha: "O Governo procurava identificar alguns ...ntos sobre os quais se podia obter um consenso prévio que orientassem as ...nversações. A Renamo deveria reconhecer a legitimidade do governo e algumas linhas ... fundo das possíveis negociações. A guerrilha tinha exactamente a ideia oposta pois ...eria discutir sem condições (prévias)" (J. Gonçalves, *Peace in Mozambique Today*, ...nferência no Carnegie Endowment Center, Washington, 17 de Fevereiro de 1993).

8. As liberdades individuais e liberdades sociais tais como a liberd
culto, de expressão e de reunião são garantidas.
Elas não devem ser utilizadas contra o interesse geral da Nação,
podem ser utilizadas para destruir a unidade nacional, a indepe
cia nacional e a integridade das pessoas e bens. Não podem se
zadas para propagar o tribalismo, o racismo, o regionalismo ou
quer forma de divisionismo ou sectarismo. Não podem ser utili
para a preparação ou perpetração de actos punidos por lei tais
roubo, assassínio, agressões.
Não podem ser utilizadas para preparação ou perpetração de
violentas contra o Estado e a Constituição, tais como movim
secessionistas ou golpes de Estado.
9. As mudanças ou revisões políticas ou constitucionais ou das prin
leis do país, onde em muitos casos já se realizou ou está em cur
debate ou consulta com cidadãos podem ser feitas e só podem s
tas com ampla participação de todos os cidadãos.
10. É inaceitável que um grupo utilize a intimidação ou violência p
impor ao conjunto da sociedade. É antidemocrático alterar ao
da violência de um grupo a Constituição e as leis principais do
11. A normalização da vida e integração dos elementos até agora e
vidos em acções violentas de desestabilização implica de forma
a sua participação na vida económica e social através das forma
lhor adaptáveis e acordadas pelos próprios e garantidas pelo g
no.
12. A aceitação destas bases pode conduzir a um diálogo sobre as m
lidades do fim da violência, estabelecimento da Paz e a normaliz
da vida para todos no país[135].

Os pedidos fundamentais de Chissano diziam respeito, por um lado, ao reconhecimento do Estado governado pela Frelimo, da sua organização e da sua legalidade, e por outro, a um imediato cessar-fogo. Havia abertura a possíveis inserções na vida "económica e social através das melhores formas possíveis": esta era a concessão que o governo pretendia oferecer. Poder-

[135] Cópia do documento dos "doze pontos" em ACAM. O documento é citado Vines, "*Renamo: Terrorism in Mozambique*, cit., pp.158-159. Segundo um comun de imprensa assinado por Dhlakama e pelos chefes religiosos moçambicanos qualidade de mediadores, os "doze pontos" foram apresentados, em 8 de Agos 1989, pelos chefes religiosos ao líder da Renamo em pessoa. Já há algumas sem que os "doze pontos" tinham sido elaborados e discutidos no seio da direcção da Fre Chissano faz-lhes referência em 17 de Julho de 1989 na conferência de imprens Maputo, já citada.

ntendê-la de formas diversas. Aludia-se a eventuais cargos políticos para alguns dirigentes da Renamo, em troca da dissolução da organização guerrilheira? A Renamo considerou o documento quase ofensivo, já que as reivindicações da guerrilha eram entendidas como instrumentais, com fins de interesse pessoal. Além disso, o nome da Renamo não aparecia no documento. Isto irritava uma organização que ambicionava ser tratada como uma força política reconhecida. Aliás, os militantes da Renamo sentiam, e era um sentir generalizado, serem o autêntico "governo" do país.

Talvez Chissano quisesse começar os colóquios partindo duma posição de força para aceder depois, eventualmente, durante os trabalhos, a alguns compromissos. Por outro lado, o documento dos "doze pontos" não deve ser avaliado isoladamente. O seu tom asseverativo deve ser examinado no contexto da linha de normalização defendida pela Frelimo desde a lei sobre a amnistia de Dezembro de 1987, com o multiplicar-se, paralelamente aos encontros de Nairobi, de gestos conciliatórios, embora prudentes, para com a Renamo.

Nos fins de Abril de 1988, Chissano tinha declarado que os rebeldes "também podiam ter ideias úteis". Em Julho, encontrando Arap Moi em Maputo, Chissano tinha afirmado: "Digamos aos nossos irmãos que voltem para casa, para a paz e para o desenvolvimento"[136]. Na última semana de Julho tinha-se realizado o quinto congresso da Frelimo, no qual a guerrilha tinha sido acusada, como de costume, dos lutos do país. Todavia no vocabulário dos trabalhos o termo *"bandidos armados"* não tinha sido frequente. O Congresso tinha voltado a propor a amnistia, num contexto de reformas, de ultrapassagem da ideologia marxista-leninista, de liberalização da economia, de afirmação dos princípios da propriedade privada, da liberdade religiosa e de ensino. De facto, o Congresso punha os alicerces das mudanças sucessivas, como o multipartidarismo e a reestruturação no interior do próprio partido da Frelimo. Diminuia a hostilidade verbal para com a Renamo e faziam-se reformas destinadas a tornar vãs muitas das motivações do anticomunismo da Renamo[137]. A evolução em sentido liberal da Frelimo, segundo a Renamo, devia ainda ser provada com factos mas, de algum modo, surgia devido à pressão das armas guerrilheiras e porque o regime estava arquejante e próximo da queda.

A Renamo responde aos "doze pontos" de Chissano a 14 de Agosto de 1989, com um documento articulado por sua vez em dezasseis pontos. A Renamo rejeita tudo o que defende Chissano porque – como afirma um seu dirigente,

[136] Todavia na citada conferência de imprensa de 17 de Julho de 1989, em Maputo, Chissano não tinha hesitado em classificar a actividade da "dita Renamo" como "terrorismo, banditismo, desestabilização".

[137] Sobre o Congresso cf. Partido Frelimo, *Relatório do Comité Central ao V Congresso*, cit., assim como as observações expressas infra no cap. VI.

Raul Domingos – "é um insulto à população de Moçambique dizer que de
de treze anos de guerra ela ainda deseja um regime marxista". A respost
Renamo não tem obviamente nenhum interesse em omitir o nome das par
Frelimo e Renamo – e tem como objectivo sufragar a tese de uma guerrilha
é também força política e parte contrária oficial do governo de Maputo.

Ao lado de uma série de afirmações de princípio que enfrentam de lo
os nós políticos das negociações, a Renamo propõe uma "reconciliação na
nal sem vencidos nem vencedores seguida de uma reforma constitucion
Exprime-se essencialmente o desejo de paz subordinado a uma reforma po
ca que inclua eleições livres. Põe-se especialmente como condição para as
gociações, o fim da presença de forças militares estrangeiras no
moçambicano (ou seja, dos soldados do Zimbabwe, 12.000 segundo a Ren
e 7.000 segundo as estimativas dadas por Maputo e Harare).

Os "dezasseis pontos" da Renamo não acolhem os pedidos de Chiss
rejeitam a normalização subentendida no projecto da Frelimo, querem, so
tudo, o reconhecimento oficial do movimento de guerrilha e a reforma tota
Estado moçambicano através de uma nova Constituição a elaborar em con
to. Este é o teor do documento, escrito num português muito pouco liter
mas bastante claro:

*1. Desde 1964, o povo moçambicano está morrendo diariamente vít
da guerra.*

*2. Impõe-se, portanto, que todos os verdadeiros nacionalistas e amad
da paz, afiliados em organizações políticas ou não, envidem todo
esforços, mobilizando para esse efeito meios ao seu dispôr para
contrar uma solução genuinamente moçambicana e africana, que c
duza à paz e estabilidade duradouras.*

*3. O povo moçambicano precisa de liberdade. É na liberdade que pr
dem a paz, estabilidade, a prosperidade, o respeito e a dignidade
indivíduo.*

*4. Deve prevalecer o princípio de que o povo é soberano e tem o dire
inalienável de eleger os seus dirigentes que sirvam as suas expect
vas e respeitem as suas tradições seculares.*

*5. A Renamo é uma força política e activa na cena política moçambica
Qualquer solução para a paz deve tomar em consideração esta re
dade e bem como a tradição, cultura, estádio do desenvolvimento
realidades do presente momento.*

*6. Não é intenção da Renamo mudar a ordem existente em Moçambiq
através da força armada. A luta armada só serve como último recu
de defesa do povo contra a negação dos seus direitos e contra a
opressão.*

7. A Renamo nunca consentirá que a força militar venha a ser utilizada para impôr uma chefia ou opções políticas contrárias à vontade do povo.

8. Nenhuma das partes envolvidas neste conflito tem algo a ganhar com a continuidade desta guerra. Somente o povo vê o sofrimento a agravar-se dia a dia.

9. Deve-se pôr fim aos ataques verbais insultuosos quer por aqueles que combatemos, como os externos directa ou indirectamente interessados no problema. Realçar o futuro e não o passado.

10. A propaganda contra a Renamo não mudará a realidade político-militar em Moçambique e nem facilitará a reconciliação nacional.

11. A presença das forças estrangeiras trazidas pela Frelimo não trouxeram paz e bem estar para o povo moçambicano. Nós na Renamo vemos esta presença como um obstáculo para a paz para além de significar ultraje à nossa dignidade e perda de soberania e independência nacionais.

12. Para a resolução do actual conflito a Renamo toma em consideração os países vizinhos e outros interessados na região.

13. A Renamo declara publicamente que fará tudo o que estiver ao seu alcance para que o actual processo de negociações continue e finalmente desague em paz.

14. A Renamo defende intransigentemente o povo, razão da sua existência e luta. É contra qualquer acto que viole a sua integridade física e moral, tais como massacres, pilhagens, etc.

15. A Renamo é uma força de guerrilha, cuja sobrevivência depende unicamente do povo, por isso, é por natureza contra qualquer acto de atrocidade que ponha em risco a vida das populações. A razão de ser da sua existência.

16. A Renamo quer: uma genuína negociação que conduza a uma reconciliação nacional sem vencidos nem vencedores seguida de uma reforma constitucional; unir esforços para formar um novo Moçambique, onde a nossa fraternidade seja afirmada pelo livre debate das ideias e pelo consenso; um novo Moçambique onde a luta armada jamais torne a ser o último e único recurso para a solução dos nossos problemas[138].

Em 14 de Agosto de 1989 a primeira fase dos *porta-vozes* de Nairobi
nclui-se sem nenhum êxito. A negociação reabre-se brevemente no fim de
gosto, novamente sem resultados. Em 31 de Agosto, Chissano convida os
atro bispos a renunciarem ao seu papel de ligação, no qual se sucedem o

[138] Cópia do documento dos "dezasseis pontos" em ACAM. O documento é citado por
rreia, *Renamo...*, cit., pp.49-50.

ANEXO VIII: ACORDO GERAL DE PAZ

Quarta-feira, 14 de Outubro de 1992 I SÉRIE — Número 42

BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Lei n.º 13/92:

Aprova o Acordo Geral de Paz.

Lei n.º 14/92:

Altera os artigos 1, 5, 6, 11, 14, 16 e 23 da Lei n.º 7/91, de 23 de Janeiro, sobre os partidos políticos.

Lei n.º 15/92:

Amnistia os crimes cometidos contra a segurança do povo e do Estado popular, previstos na Lei n.º 2/79, de 1 de Março e na Lei n.º 1/83, de 16 de Março, os crimes contra a segurança do Estado, previstos na Lei n.º 19/91, de 16 de Agosto, e os crimes militares previstos na Lei n.º 17/87, de 21 de Dezembro e ainda aqueles cujo procedimento criminal não tenha sido instaurados até 1 de Julho de 1988.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 13/92

de 14 de Outubro

Com vista a tornar executório o Acordo Geral de Paz assinado em Roma, entre o Governo da República de Moçambique e a Renamo, a Assembleia da República, usando da competência estabelecida no n.º 1 do artigo 135 da Constituição, determina·

Artigo 1. É aprovado o Acordo Geral de Paz assinado em 4 de Outubro de 1992 entre o Governo da República de Moçambique e a Renamo, que é publicado em anexo e que faz parte integrante da presente lei.

Art. 2. Consideram-se criados para todos os efeitos legais os organismos previstos no Acordo Geral de Paz, com as funções e composição neste estipuladas, sem prejuízo de regulamentação necessária.

Art. 3. A legislação decorrente do Acordo Geral de Paz incluirá, para cada caso, o conteúdo estipulado no mencionado Acordo.

Art. 4. A presente lei entra imediatamente em vigor.

Aprovada pela Assembleia da República.

O Presidente da Assembleia da República, *Marcelino dos Santos.*

Promulgada aos 14 de Outubro de 1992.

Publique-se.

O Presidente da República, JOAQUIM ALBERTO CHISSANO.

Acordo Geral de Paz de Moçambique

Joaquim Alberto Chissano, Presidente da República de Moçambique, e Afonso Macacho Marceta Dhlakama, Presidente da RENAMO, encontrando-se em Roma,

Sob a presidência do Governo italiano, na presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Italiana, Emílio Colombo,

E na presença de:

S. Ex.ª Robert Gabriel Mugabe, Presidente da República do Zimbabwe;

S. Ex.ª Ketumile Masire, Presidente da República do Botswana;

S. Ex.ª George Saitoti. Vice-Presidente da República do Quénia;

S. Ex.ª Roelof F. Botha, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da África do Sul;

Hon. John Tembo, Ministro na Presidência da República do Malawi;

Emb. Ahmed Haggag, Vice-Secretário-Geral da OUA;

dos mediadores: on. Mario Raffaelli, representante do Governo italiano e coordenador dos mediadores, D. Jaime Gonçalves, Arcebispo da Beira, professor Andrea Riccardi e D. Matteo Zuppi, da Comunidade de S. Egídio;

e dos representantes dos observadores: o Dr. James O. C. Jonah, Secretário-Geral Adjunto para os Assuntos Políticos das Nações Unidas; S. Ex.ª o Subsecretário de Estado Embaixador Herman J. Cohen, pelo Governo dos Estados Unidos da América; S. Ex.ª o Embaixador Philippe Cuvillier, pelo Governo da França; S. Ex.ª o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. José Manuel Durão Barroso, pelo Governo de Portugal; e S. Ex.ª Sir Patrick Fairweather, pelo Governo do Reino Unido;

No termo do processo negocial de Roma, para o estabelecimento de uma paz duradoira e duma sólida democracia em Moçambique, aceitam como obrigatórios os seguintes documentos, que constituem o Acordo Geral de Paz:

1. Protocolo I (Dos Princípios Fundamentais);
2. Protocolo II (Dos Critérios e Modalidades para a Formação e Reconhecimento dos Partidos Políticos);
3. Protocolo III (Dos Princípios da Lei Eleitoral);
4. Protocolo IV (Das Questões Militares);
5. Protocolo V (Das Garantias);
6. Protocolo VI (Do Cessar-Fogo);
7. Protocolo VII (Da Conferência de Doadores).

Aceitam igualmente como partes integrantes do Acordo Geral de Paz de Moçambique os seguintes documentos:

a) Comunicado Conjunto do dia 10 de Julho de 1990;
b) Acordo de 1 de Dezembro de 1990;
c) Declaração do Governo da República de Moçambique e da RENAMO sobre os princípios orientadores da ajuda humanitária, assinado em Roma, aos 16 de Julho de 1992;
d) Declaração Conjunta, assinada em Roma, aos 7 de Agosto de 1992.

O Presidente da República de Moçambique e o Presidente da RENAMO comprometem-se a tudo fazerem para se alcançar uma efectiva reconciliação nacional.

Os Protocolos acima referidos foram devidamente rubricados e assinados pelos respectivos Chefes de Delegação e pelos mediadores. O presente Acordo Geral de Paz entra em vigor imediatamente após a sua assinatura.

Joaquim Alberto Chissano — Presidente da República de Moçambique.

Afonso Macacho Marceta Dhlakama — Presidente da RENAMO

Os Mediadores: on. *Mario Raffaelli, D. Jaime Gonçalves,* Professor *Andrea Riccardi, D Matteo Zuppi*

Assinado em Roma, aos 4 de Outubro de 1992

PROTOCOLO I

Dos princípios fundamentais

No dia 18 de Outubro de 1991, a Delegação do Governo da República de Moçambique, chefiada por Armando Emílio Guebuza, Ministro dos Transportes e Comunicações, e composta pelos senhores Aguiar Mazula, Ministro da Administração Estatal, Teodato Hunguana, Ministro do Trabalho, e Francisco Madeira, Assessor Diplomático do Presidente da República, e a Delegação da RENAMO, chefiada por Raul Manuel Domingos, chefe do Departamento das Relações Exteriores, composta pelos senhores Vicente Zacarias Ululu, Chefe do Departamento da Informação, Agostinho Semende Murrial, Vice-Chefe do Departamento dos Assuntos Políticos, e João Francisco Almirante, membro do Gabinete Presidencial, reunidas em Roma, no âmbito das conversações de Paz, na presença dos mediadores, on.Mario Raffaelli, representante do Governo da República Italiana e coordenador dos mediadores, D. Jaime Gonçalves, Arcebispo da Beira, professor Andrea Riccardi e D Matteo Zuppi da Comunidade de S. Egídio;

Determinados a realizar os superiores interesses do povo moçambicano, reafirmam que o método de diálogo e de colaboração entre si é indispensável para se alcançar uma paz duradoira no País

Consequentemente:

1. O Governo compromete-se a não agir de forma contrária aos termos dos Protocolos que se estabeleçam, a não adoptar leis ou medidas e a não aplicar as leis vigentes que eventualmente contrariem os mesmos Protocolos.

2. Por outro lado a RENAMO compromete-se a partir da entrada em vigor do cessar-fogo a não combater pela força das armas, mas a conduzir a sua luta política na observância das leis em vigor, no âmbito das instituições do Estado existentes e no respeito das condições e garantias estabelecidas no Acordo Geral de Paz.

3. Ambas as partes assumem o compromisso de alcançar no mais curto espaço de tempo o Acordo Geral de Paz, contendo os Protocolos sobre cada um dos pontos da agenda adoptada no dia 28 de Maio de 1991 e desenvolver as acções necessárias para esse efeito. Neste contexto o Governo empenhar-se-á a não obstaculizar as deslocações internacionais e os contactos da RENAMO no exterior no quadro das negociações para a Paz. Com o mesmo fim, também serão possíveis contactos no interior do País entre a RENAMO e os mediadores, ou os membros da Comissão Mista de Verificação. As modalidades concretas de realização dos mesmos deverão ser estabelecidas caso a caso, a pedido dos mediadores ao Governo

4. Os Protocolos a acordar no decurso destas negociações farão parte integrante do Acordo Geral de Paz e a sua entrada em vigor ocorrera na data da assinatura deste, com a excepção do parágrafo 3 deste Protocolo o qual entra em vigor imediatamente

5. As partes acordam no princípio de constituição de uma Comissão para supervisar e controlar o cumprimento do Acordo Geral de Paz. A Comissão será composta por representantes do Governo, da RENAMO bem como das Nações Unidas, outras Organizações ou Governos a acordar entre si

Pela Delegação do Governo da República de Moçambique, *Armando Emílio Guebuza.* — Pela Delegação da RENAMO, *Raul Manuel Domingos*

Os Mediadores: *on.Mario Raffaelli, D. Jaime Gonçalves,* professor *Andrea Riccardi, D Matteo Zuppi*

Feito em S. Egídio, Roma, aos 18 de Outubro de 1991

PROTOCOLO II

Dos critérios e modalidades para a formação e reconhecimento dos Partidos Políticos

No dia 13 de Novembro de 1991, a Delegação do Governo da República de Moçambique, chefiada por Armando Emílio Guebuza, Ministro dos Transportes e Comunicações, e composta pelos senhores Aguiar Mazula, Ministro da Administração Estatal, Teodato Hunguana, Ministro do Trabalho, e Francisco Madeira, Assessor Diplomático do Presidente da República, e a Delegação da RENAMO, chefiada por Raul Manuel Domingos, chefe do Departamento das Relações Exteriores, e composta pelos senhores Vicente Zacarias Ululu, Chefe do Departamento da Informação, Agostinho Semende Murrial, Vice-Chefe do Departamento dos Assuntos Políticos, e João Francisco Almirante, membro do Gabinete Presidencial, reunidas em Roma, no âmbito das conversações de Paz, na presença dos mediadores, on.Mario Raffaelli, representante do Governo da República Italiana e coordenador dos mediadores, D. Jaime Gonçalves, Arcebispo da Beira, professor Andrea Riccardi e D. Matteo Zuppi da Comunidade de S. Egídio, abordaram o primeiro ponto da Agenda acordada no dia 28 de Maio de 1991, sobre os «Critérios e modalidades para a formação e reconhecimento dos partidos políticos».

No termo das suas discussões as partes acordaram na necessidade de garantir a implementação da democracia multipartidária, na qual os partidos concorram livremente para a formação e manifestação da vontade popular e para a participação democrática dos cidadãos na governação do País.

Neste contexto, e, tendo em consideração o conteúdo do Protocolo n.º 1 «dos Princípios Fundamentais», as partes acordaram nos seguintes princípios:

1. Natureza dos partidos políticos

a) Os partidos políticos são organizações autónomas, voluntárias e livres de cidadãos de carácter e âmbito nacional, tendo como objectivo principal dar expressão democrática à vontade popular e a permitir a participação democrática no exercício do poder político de acordo com os direitos e as liberdades fundamentais dos cidadãos e na base dos processos eleitorais a todos os níveis da organização do Estado.

b) As associações que tenham por objectivo principal a defesa de interesses locais, sectoriais ou exclusivos de um grupo social ou classe específica de cidadãos serão distintos dos partidos políticos e não poderão gozar do estatuto legalmente previsto para estes.

c) A Lei dos Partidos deve estabelecer as condições em que os partidos políticos adquirem personalidade jurídica.

d) Serão atribuídas aos partidos políticos prerrogativas próprias, garantidas legalmente.

e) Para a implementação e desenvolvimento pleno da democracia multipartidária, assente no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização políticas democráticas nos quais o poder político pertence exclusivamente ao povo e é exercido de acordo com os princípios da democracia representativa e pluralista, os partidos deverão ser dotados de princípios fundamentalmente democráticos aos quais se devem conformar na acção e na sua luta política.

2. Princípios gerais.

Na sua formação, estrutura e funcionamento, os partidos políticos observarão e aplicarão os seguintes princípios gerais a fim de disciplinar a sua actividade:

a) Prossecução de fins democráticos;
b) Prossecução de interesses nacionais e patrióticos;
c) Prossecução de fins políticos não regionalistas, tribalistas, separatistas, raciais, étnicos ou religiosos;
d) Necessidade dos seus filiados serem cidadãos moçambicanos;
e) Estruturação democrática dos partidos e transparência dos seus órgãos internos;
f) Aceitação de métodos democráticos na prossecução das suas finalidades;
g) A adesão a um partido é sempre voluntária e deriva da liberdade de os cidadãos se associarem em torno dos mesmos ideais políticos.

3. Direitos dos partidos

A Lei dos Partidos tem como objectivo a protecção da liberdade de actuação e de funcionamento dos partidos políticos, com exclusão daqueles que se proponham fins anti-democráticos, totalitários ou violentos, e os que desenvolvam a sua actividade com violação da lei.

Os Partidos gozarão dos seguintes direitos:

a) Igualdade de direitos e deveres perante a lei;
b) Cada partido deve poder difundir livre e publicamente a sua política;
c) Serão estabelecidas garantias específicas de acesso aos meios de comunicação social, a fundos de financiamento do Estado e às instalações ou facilidades públicas, segundo o princípio de não discriminação e com base em critérios de representatividade a fixar na lei eleitoral;
d) A isenção de impostos e taxas nos termos da lei;
e) Nenhum cidadão pode ser perseguido ou discriminado em razão da sua filiação partidária ou das suas opiniões políticas;
f) Os demais aspectos próprios a cada partido serão definidos pelos respectivos estatutos ou regulamentos, os quais deverão observar a legalidade. Os estatutos ou regulamentos são objecto de publicação oficial.

4. Deveres dos partidos

Os partidos políticos estarão vinculados aos seguintes deveres:

a) Devem ser identificados por nome, sigla e símbolo. São proibidos os nomes, siglas ou símbolos que possam ser considerados ofensivos para a população ou os que incentivem a violência e os que se prestem a conotações divisionistas com base na raça, região, tribo, sexo ou religião;
b) Não devem pôr em causa a integridade territorial e a unidade nacional;
c) Devem constituir seus órgãos e estabelecer a sua organização interna na base do princípio da eleição e da responsabilidade democráticas de todos os titulares dos órgãos centrais;
d) Devem assegurar a aprovação dos seus Estatutos e programas por maioria dos seus membros ou por assembleias representativas dos mesmos;

e) Na sua organização interna os partidos devem respeitar plenamente o princípio da livre filiação dos seus membros, os quais não poderão ser obrigados a ingressar ou permanecer num partido contra sua vontade;

f) Submeter-se ao registo e fazer publicar anualmente os respectivos balanços de contas bem como a proveniência dos seus fundos.

5. Registo

a) O acto de registo visa declarar a conformidade da constituição e a existência dos partidos com os princípios legais que devem observar e, em consequência, conferir-lhes personalidade jurídica.

b) Para efeito do registo cada partido deverá ter o número mínimo de 2000 assinaturas.

c) Compete ao Governo registar os partidos.

d) A Comissão prevista no n.º 5 do Protocolo n.º 1 sobre os Princípios Fundamentais analisará e decidirá os litígios que surjam no processo de registo dos partidos, devendo para tal o Governo pôr a disposição desta a documentação requerida por lei.

6. Implementação

a) As partes acordam que, imediatamente após a assinatura do Acordo Geral de Paz a RENAMO iniciará a sua actividade na qualidade de partido político e com as prerrogativas previstas na lei, ficando, porém, sujeita a submeter posteriormente, para o registo, a documentação requerida por lei.

b) Prosseguindo com o método do diálogo, colaboração e consultas regulares, as partes acordam em estabelecer, no âmbito da discussão do Ponto 5 da Agenda acordada, a calendarização das acções necessárias para assegurar a correcta implementação do presente Protocolo.

E, para constar, as partes decidiram assinar o presente Protocolo.

Pela Delegação do Governo da República de Moçambique, *Armando Emílio Guebuza.* — Pela Delegação da RENAMO, *Raul Manuel Domingos.*

Os Mediadores: *Mario Raffaelli*, D *Jaime Gonçalves*, *Andrea Riccardi*, D *Matteo Zuppi*.

Feito em S. Egídio, Roma, aos 13 de Novembro de 1991.

PROTOCOLO III

Dos Princípios da Lei Eleitoral

No dia 12 de Março de 1992, a Delegação do Governo da República de Moçambique, chefiada por Armando Emílio Guebuza, Ministro dos Transportes e Comunicações, e composta pelos senhores Aguiar Mazula, Ministro da Administração Estatal, Teodato Hunguana, Ministro do Trabalho, e Francisco Madeira, Assessor Diplomático do Presidente da República, e a Delegação da RENAMO, chefiada por Raul Manuel Domingos, chefe do Departamento da Organização, e composta pelos senhores Vicente Zacarias Ululu, chefe do Departamento da Informação, Agostinho Semende Murrial, Vice-Chefe do Departamento da Organização, e Virgílio Namalue, Director do Departamento da Informação, reunidas em Roma, no âmbito das conversações de Paz, na presença dos mediadores, on. Mario Raffaelli, representante do Governo da República Italiana e coordenador dos mediadores, D. Jaime Gonçalves, Arcebispo da Beira, prof. Andrea Riccardi e D. Matteo Zuppi da Comunidade de S. Egídio, abordaram o 2.º ponto da Agenda assinada no dia 28 de Maio de 1991, relativo à Lei Eleitoral, e acordaram no seguinte.

O presente Protocolo compreende os princípios gerais que deverão orientar a redacção da Lei Eleitoral bem como eventuais modificações às leis que estejam relacionadas com o desenvolvimento do processo eleitoral.

A Lei Eleitoral deverá ser elaborada pelo Governo, em consulta com a RENAMO assim como com todos os outros Partidos políticos.

I. Liberdade de imprensa e de acesso aos meios de comunicação

a) Todos os cidadãos têm direito a liberdade de imprensa bem como o direito à informação. Estas liberdades compreendem, nomeadamente, o direito de fundar e gerir jornais e outras publicações, estações emissoras radiofónicas e televisivas assim como outras formas de propaganda escrita ou sonora, tais como cartazes, folhetos e outros meios de comunicação.

Estes direitos não serão limitados por censura.

b) Regulamentos administrativos e fiscais não serão, em nenhum caso, aplicados de maneira a discriminar ou impedir o exercício deste direito por razões políticas.

c) A liberdade de imprensa inclui também a liberdade de expressão e de criação dos jornalistas e a protecção da sua independência e do sigilo profissional.

d) Os órgãos de comunicação social do sector público gozarão de independência editorial e garantirão, nos termos da regulamentação própria prevista no ponto V.3.*b*)1 deste protocolo, direito de acesso, sem discriminação política, a todos os partidos. No âmbito desta regulamentação, dever-se-ão prever espaços de acesso gratuito a todos os partidos.

Não poderão ser recusados, por razões políticas, anúncios que respeitem as regras comerciais em uso.

e) Os meios de comunicação social não poderão discriminar ou recusar, por razões políticas, a nenhum Partido ou seus candidatos, o exercício do direito de resposta ou a publicação de rectificações ou desmentidos. Em caso de difamação, calúnia, injúria ou outros crimes de imprensa será garantido recurso aos tribunais.

II. Liberdade de associação, expressão e propaganda política

a) Todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, associação, reunião, manifestação e propaganda política. Regulamentos administrativos e fiscais não serão, em nenhum caso, aplicados de maneira a discriminar ou impedir o exercício destes direitos por razões de ordem política. Estes direitos não se estendem a actividades e grupos paramilitares privados ilegais bem como os que promovam a violência em todas as suas formas o terrorismo, o racismo ou o separatismo.

b) A liberdade de associação, expressão e propaganda política compreende o acesso não discriminatório à utilização de lugares e instalações públicas.

Esta utilização dependerá de pedido às autoridades administrativas competentes, as quais deverão pronunciar-se no prazo de 48 horas após a submissão do mesmo. Os pedidos só poderão ser indeferidos por razões de ordem pública ou de carácter organizativo.

b) Comissão de Cessar-Fogo (CCF);

A sua composição e competências são as constantes do Protocolo IV, VI e do Protocolo VI,I.

c) Comissão de Reintegração (CORE):

A sua composição e competências são as definidas no Protocolo IV,VI.

III. Garantias específicas para o período que vai do cessar-fogo à realização das eleições

1. O Governo da República de Moçambique enviará um pedido formal às Nações Unidas solicitando a participação destas na fiscalização e garantia da implementação do Acordo Geral de Paz, em particular do Cessar-Fogo e do processo eleitoral, dando prioridade imediata à coordenação e à disponibilização de alimentos, assistência médica e todo o tipo de apoio indispensável aos locais de reunião e acomodação das forças conforme o previsto no Protocolo VI.

2. Com os meios à sua disposição e com a ajuda da Comunidade Internacional o Governo da República de Moçambique disponibilizará à CSC e às suas Comissões subordinadas a logística necessária ao seu funcionamento.

3. O Governo da República de Moçambique enviará os pedidos formais aos Governos e organizações que terão sido escolhidos, pelas duas Partes, para participarem nas Comissões acima acordadas.

4. Os meios e as instalações previstas nos termos do Protocolo III,7,*b*), serão disponibilizados pelo Governo da República de Moçambique, a partir da adopção do Acordo Geral de Paz na Lei moçambicana pela Assembleia da República. A parte principal de tal processo dever-se-á concluir até ao Dia E.

5. O Comité previsto na Declaração do dia 16 de Julho de 1992 exercerá as suas funções até à tomada de posse da CSC. A CSC poderá eventualmente decidir do prolongamento das actividades do referido Comité, estabelecendo para o efeito as normas da actuação.

6. O Governo da República de Moçambique elaborará, em concordância com a RENAMO e com os respectivos organismos das Nações Unidas, nos termos do Protocolo III, o plano de assistência aos refugiados e deslocados, o qual deverá ser apresentado à Conferência de doadores, cuja realização se encontra acordada no Protocolo VII.

7. Após a entrada em vigor do Cessar-Fogo até à tomada de posse do novo Governo, não será consentido o ingresso de tropas ou contingentes estrangeiros no território moçambicano, à excepção de casos a acordar pela CSC.

8. A RENAMO será responsável pela segurança pessoal imediata dos seus mais altos dirigentes. O Governo da República de Moçambique concederá estatuto policial aos elementos da RENAMO encarregados de garantir aquela segurança.

9. Garantia da legalidade, estabilidade e tranquilidade em todo o território da República de Moçambique:

a) As Partes reconhecem que a administração pública na República de Moçambique durante o período entre a entrada em vigor do cessar-fogo e a tomada de posse do novo Governo continuará a obedecer à Lei em vigor e a ser exercida através das instituições previstas pela Lei;

b) A administração pública deve garantir a tranquilidade e estabilidade públicas, zelar pela manutenção da paz e pela criação do clima necessário para a realização das eleições gerais e presidenciais justas e livres conforme previsto no Acordo Geral de Paz e na Lei Eleitoral;

c) Ambas as Partes comprometem-se a garantir que as Leis e normas legais da República de Moçambique bem como os Direitos Cívicos e Políticos dos cidadãos, os Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais serão respeitados e garantidos em todas as partes do território nacional em conformidade com o Protocolo I de 18 de Outubro de 1991;

d) Para garantir maior tranquilidade e estabilidade no período que vai da entrada em vigor do cessar fogo até à tomada de posse do novo Governo, as Partes acordam no princípio de que as instituições previstas pela Lei para o exercício da administração pública nas zonas controladas pela RENAMO deverão fazer uso unicamente de cidadãos nelas residentes podendo estes ser membros da RENAMO. O Estado deverá dar a tais cidadãos e às instituições que dirigem respeito, tratamento e apoio necessários para o exercício das suas funções, na base da estrita igualdade e sem quaisquer discriminações em relação a outras que exercem funções análogas e instituições do mesmo nível em outras zonas do País.

O relacionamento entre o Ministério da Administração Estatal e a administração nas zonas controladas pela RENAMO será feito através de uma Comissão Nacional, composta pelas Partes para facilitar a colaboração e o bom entendimento. A referida Comissão será composta por 4 representantes de cada das Partes e entrará em funções 15 (quinze) dias após a assinatura do Acordo Geral de Paz;

e) O Governo compromete-se a respeitar e a não antagonizar as estruturas e autoridades tradicionais onde elas estejam actualmente de facto exercendo tal autoridade, permitindo a sua substituição apenas nos casos exigidos pelos próprios procedimentos da tradição local;

f) O Governo compromete-se a não realizar eleições de localidade, de posto administrativo, de distrito ou de província em antecipação das próximas eleições gerais;

g) As Partes comprometem-se a garantir em todo o território nacional o exercício dos direitos e liberdades democráticos por todos os cidadãos bem como a realização do trabalho partidário por todos os Partidos Políticos;

h) As Partes garantem às Comissões previstas no Acordo Geral de Paz, aos representantes e funcionários das Instituições do Estado previstas na Lei e seus funcionários, acesso a qualquer lugar do território nacional para onde tiverem necessidade de se deslocar em serviço bem como o exercício do direito à livre circulação em todos os lugares não restritos por qualquer medida, diploma ou norma legal.

IV. Questões constitucionais

A Declaração Conjunta do dia 7 de Agosto de 1992, assinada por Joaquim Alberto Chissano, Presidente da República de Moçambique, e Afonso Macacho Marceta Dhlakama, Presidente da RENAMO, é parte integrante do Acordo Geral de Paz. Nesta conformidade, os princípios

III. Liberdade de circulação e de domicílio no País

Todos os cidadãos têm direito de circular em todo o País, sem necessidade de autorização administrativa.

Todos os cidadãos têm direito de fixar residência em qualquer parte do território nacional, de sair ou de regressar para o País.

IV. Regresso de refugiados e deslocados moçambicanos e sua reintegração social

a) As partes comprometem-se a cooperar na repatriação e reintegração dos refugiados e deslocados moçambicanos no território nacional assim como na integração social dos mutilados de guerra.

b) Sem prejuízo da liberdade de circulação dos cidadãos, o Governo elaborará um plano de acordo com a RENAMO para organizar a assistência necessária aos refugiados e deslocados, de preferência nos lugares de origem das populações. As partes acordam em solicitar a participação dos competentes organismos das Nações Unidas na elaboração e implementação deste plano. A Cruz Vermelha Internacional bem como outras organizações a acordar serão convidadas a participar na implementação do mesmo.

c) Os refugiados e deslocados moçambicanos, pelo facto de terem abandonado os lugares da sua residência habitual, não perdem nenhum dos seus direitos e liberdades de cidadãos.

d) O registo e a inscrição dos refugiados e deslocados moçambicanos nas listas eleitorais serão feitos em conjunto com os demais cidadãos nos lugares de residência.

e) Aos refugiados e deslocados moçambicanos será garantida a reintegração na posse dos bens que sejam da sua propriedade, ainda existentes, assim como o direito de os reivindicar por via legal a quem os detiver.

V. Procedimentos eleitorais: sistema de voto democrático, imparcial e pluralístico

1. Princípios gerais

a) A Lei Eleitoral estabelecerá um sistema eleitoral que respeite os princípios de voto directo, igual, secreto e pessoal.

b) As eleições da Assembleia da República e do Presidente da República serão realizadas simultaneamente.

c) As eleições terão lugar dentro do prazo de um ano a partir da data da assinatura do Acordo Geral de Paz. Este prazo poderá ser prorrogado quando se verifiquem razões que impossibilitem o seu cumprimento.

2. Direito ao voto

a) Terão direito de votar os cidadãos moçambicanos maiores de 18 (dezoito anos), com excepção dos que sofram de incapacidade mental comprovada ou demência.

b) Não terão igualmente direito ao voto os cidadãos moçambicanos que, a seguir a aplicação do ponto 4, alínea *a*), da Agenda acordada, se encontrem detidos ou legalmente condenados à pena de prisão por crime doloso de delito comum enquanto não hajam expiado a respectiva pena. Em todo o caso, esta limitação não se aplica a elementos das partes por actos cometidos em acções de guerra.

c) O exercício do direito ao voto é condicionado à inscrição nas listas eleitorais

d) A fim de permitir a mais ampla participação nas eleições, as partes acordam em mobilizar todos os cidadãos moçambicanos maiores de 18 anos para se registarem e exercerem o seu direito ao voto.

3. Comissão Nacional de Eleições

a) Para organizar e dirigir o processo eleitoral, o Governo constituirá uma Comissão Nacional de Eleições composta por pessoas que, pelas suas características profissionais e pessoais, dêem garantias de equilíbrio, objectividade e independência em relação a todos os Partidos políticos. Um terço dos membros a designar na referida Comissão será apresentado pela RENAMO.

b) A comissão terá as seguintes competências:

1. Elaborar em consulta com os partidos políticos o Regulamento para a disciplina da propaganda eleitoral, o Regulamento sobre a distribuição do tempo de antena, bem como o Regulamento sobre a utilização de lugares e instalações públicas e privadas durante a campanha eleitoral.
2. Supervisar a elaboração das listas eleitorais, a apresentação legal das candidaturas, a sua publicação e a verificação e registo do resultado das eleições.
3. Controlar o Processo Eleitoral e assegurar a observância da legalidade.
4. Assegurar a igualdade de tratamento dos cidadãos em todos os actos eleitorais.
5. Receber, examinar e deliberar sobre as reclamações quanto à validade das eleições.
6. Assegurar a igualdade de oportunidade e tratamento das diversas candidaturas.
7. Apreciar as contas eleitorais.
8. Elaborar e mandar publicar no *Boletim da República* os mapas dos resultados do apuramento geral das eleições.

4. Assembleias de voto

a) Em cada local de votação funcionará uma assembleia de voto composta por:

— todos os cidadãos eleitores que devem exercer o direito de voto nesse local;
— *uma mesa de voto*;
— representantes das diversas candidaturas e Partidos.

b) Cada assembleia de voto é presidida por uma mesa de voto que dirige as operações eleitorais e é composta por um Presidente, um Vice-presidente também com funções de Secretário e os escrutinadores.

c) Os elementos que compõem a mesa de voto serão designados de entre os eleitores pertencentes à respectiva assembleia de voto com a concordância dos representantes das diferentes candidaturas.

d) Compete às mesas de voto fiscalizar todas as operações eleitorais e enviar os resultados à Comissão Nacional de Eleições

e) Os delegados das candidaturas ou dos Partidos à assembleia de voto terão os seguintes direitos:

1. Fiscalizar todas as operações eleitorais.
2. Consultar os registos efectuados ou utilizados pela mesa.
3. Serem ouvidos e esclarecidos sobre todos os problemas decorrentes do funcionamento da assembleia.
4. Apresentar reclamações.
5. Ocupar os lugares mais próximos da mesa da assembleia.
6. Rubricar e assinar a acta da assembleia e acompanhar todos os actos respeitantes às operações eleitorais.

do cessar-fogo. Toda a violação devidamente comprovada será denunciada pelas Nações Unidas ao nível apropriado;

d) A partir da data da assinatura do Acordo Geral de Paz até ao Dia E, as duas Partes acordam em observar uma cessação completa das hostilidades e das actividades descritas na alínea *b*), a fim de permitir às Nações Unidas o desdobramento dos seus efectivos no território para verificar todos os aspectos do ICA a partir do Dia F

6. A separação das forças

As Partes *concordam que*

a) A finalidade da separação das forças é a de reduzir os riscos de incidentes, fortalecer a confiança e permitir que as Nações Unidas tenham condições para verificar, eficazmente, os compromissos assumidos pelas partes;

b) A separação das forças terá a duração de 6 (seis) dias, do Dia E ao Dia E + 5,

c) Nesse período, as FAM dirigir-se-ão aos quartéis, bases, instalações semifixas existentes ou aos outros lugares discriminados no Anexo A;

d) Ao mesmo tempo, as forças da RENAMO dirigir-se-ão aos locais discriminados no Anexo B;

e) A identificação dos locais constantes dos anexos acima referidos é a acordada entre as Partes e as Nações Unidas até (sete) dias após a assinatura do Acordo Geral de Paz, especificando a localização e o nome dos 29 locais de reunião e acomodação das FAM, assim como os 20 das forças da RENAMO;

f) Desse modo, até às 24.00 horas do Dia E + 5, as FAM e as forças da RENAMO deverão estar nos locais discriminados nos anexos A e B, respectivamente,

g) Todos os movimentos realizar-se-ão sob a supervisão e a coordenação das Nações Unidas. Nenhuma das Partes poderá impedir ou pôr em perigo os movimentos das forças da outra Parte. As Nações Unidas supervisarão todos os locais discriminados nos anexos A e B, e, a partir do Dia E estarão em princípio presentes durante as 24 horas do dia em cada um dos locais discriminados, a partir do Dia E,

h) Nesse período de 6 (seis) dias, nenhuma força ou indivíduo poderá sair dos locais de reunião e acomodação, a não ser para assistência médica ou outro motivo humanitário, mas sempre sob autorização e controlo das Nações Unidas Em cada local o Comandante das tropas será responsável pela manutenção da ordem e da disciplina, e de que essas tropas se conduzam conforme os princípios e o espírito deste Protocolo

7. A concentração das forças

As Partes acordam em que

a) A concentração das forças iniciar-se á no Dia E + 6 e terminará no Dia E + 30,

b) Nesse período, as FAM concentrar-se-ão nos quartéis e nas bases militares normais para tempo de paz, discriminados no Anexo C,

c) Ao mesmo tempo, as forças da RENAMO dirigir-se-ão para os locais de reunião e acomodação discriminados no anexo D;

d) Todos os movimentos realizar-se-ão sob a supervisão e a coordenação das Nações Unidas, e as suas condições serão as mesmas que as estabelecidas na separação das forças;

e) Todas as principais instituições militares de ambas as Partes que não se possam deslocar para os locais de reunião e acomodação tais como hospitais militares, unidade logísticas, instalações de treino, serão sujeitas a verificação no lugar onde se encontram. Estes locais deverão ser igualmente identificados até 7 (sete) dias após a Assinatura do Acordo Geral de Paz;

f) Cada local de reunião e acomodação será dirigido por um Comandante Militar designado pela Parte respectiva. O Comandante Militar é responsável pela manutenção da ordem e disciplina das tropas, pela distribuição da comida e pela ligação com os órgãos de verificação e fiscalização do cessar-fogo.

Em caso de incidente ou violação do cessar-fogo o Comandante Militar deve tomar medidas imediatas com vista a evitar a escalada e fazer cessar o incidente ou a violação. Qualquer incidente ou violação será comunicado à estrutura de comando de escalão superior e aos órgãos de verificação e fiscalização do cessar-fogo;

g) A segurança de cada local de reunião e acomodação é acordada entre o respectivo Comandante e a CCF, com conhecimento das Nações Unidas. A unidade militar estacionada em cada local garante a sua própria segurança. Cada local de reunião e acomodação terá uma extenção máxima de 5 km de raio. Apenas poderão ser distribuídas as armas individuais e as munições necessárias ao pessoal de serviço de segurança dos locais de reunião e acomodação;

h) Cada local deverá ter a capacidade de acolher um mínimo de mil militares

8. Desmobilização:

Processar-se-á nos termos do ponto VI do Protocolo IV

9. Formação das FADM:

Processar-se-á nos termos do ponto I do Protocolo IV.

10. Pescrições diversas.

a) As partes acordam no seguinte:

1) Entregar as Nações Unidas inventários completos dos efectivos em pessoal, armas, munições, minas e outros explosivos, nos dias E — 6,E,E + 6,E + 30, e, *a partir daí, de quinze em quinze* dias;

2) Permitir as Nações Unidas proceder a verificação nos aspectos e datas referidas na alínea anterior;

3) Que, a partir do Dia E + 31, todas as armas colectivas e individuais, incluindo o armamento de bordo das aeronaves e navios, estarão armazenadas em depósitos, sob controlo das Nações Unidas;

4) Que, a partir do Dia E + 6, as tropas poderão somente sair dos respectivos locais de reunião e acomodação mediante autorização e sob controlo das Nações Unidas